UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE TEORIA DA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA SOCIAL

TESE DE DOUTORAMENTO

O ENSINO BÁSICO ENTRE A TRADIÇÃO E O LIBERALISMO

IMPRENSA PERIÓDICA E DISCURSOS EDUCATIVOS

DO VINTISMO À REGENERAÇÃO PORTUGUESA

1820 - 1851

António Joaquim Monteiro

Tese apresentada à Faculdade de Ciências da Educação, Departamento de Teoria da Educação, História da Educação e Pedagogia Social, da Universidade de Santiago de Compostela, para obtenção do título de Doutor.

Preparada sob orientação dos
Professores Doutores

Antón Costa Rico
Fernando Cabral Pinto

SANTIAGO DE COMPOSTELA, 2015

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

Do Departamento de

TEORIA DA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA SOCIAL

Faculdade de Ciências da Educação

Universidade de Santiago de Compostela

Na qualidade de diretor da Tese de Doutoramento que apresenta o licenciado Dom António Joaquim Miranda Monteiro

O ENSINO BÁSICO ENTRE A TRADIÇÃO E O LIBERALISMO

IMPRENSA PERIÓDICA E DISCURSOS EDUCATIVOS

DO VINTISMO À REGENERAÇÃO PORTUGUESA

1820 - 1851

FAZ CONSTAR:

Que o trabalho realizado cumpre os requisitos científicos, metodológicos e formais que são pertinentes para a leitura e defesa ante o correspondente tribunal que deve julgar a dita investigação.

Em consequência, estima-se procedente autorizar a sua apresentação para obtenção do título de Doutor.

Santiago de Compostela, 1 de Maio de 2015

Fdo. Prof. Doutor Antón Costa Rico

Do Departamento de
TEORIA DA EDUCAÇÃO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PEDAGOGIA SOCIAL
Faculdade de Ciências da Educação
Universidade de Santiago de Compostela

Na qualidade de diretor da Tese de Doutoramento que apresenta o licenciado Dom António Joaquim Miranda Monteiro

O ENSINO BÁSICO
ENTRE A TRADIÇÃO E O LIBERALISMO
IMPRENSA PERIÓDICA E DISCURSOS EDUCATIVOS
DO VINTISMO À REGENERAÇÃO PORTUGUESA
1820 - 1851

FAZ CONSTAR:

Que o trabalho realizado cumpre os requisitos científicos, metodológicos e formais que são pertinentes para a leitura e defesa ante o correspondente tribunal que deve julgar a dita investigação.

Em consequência, estima-se procedente autorizar a sua apresentação para obtenção do título de Doutor.

Santiago de Compostela, 1 de Maio de 2015

Fdo. Prof. Doutor Fernando Cabral Pinto

_____

DEDICATÓRIA

O nosso conceito de democracia pressupõe a coabitação de três poderes: executivo, legislativo e judicial. O equilíbrio entre estes três pilares, o seu mútuo controlo, permite que a liberdade não seja uma utopia.

A estes três poderes clássicos junta-se o poder da Imprensa – comunicação social. Todos juntos, e completando-se, formam nos tempos agitados que vivemos, o garante do sistema democrático como o conhecemos.

Mas… nem sempre isto foi assim. Por isso dedicar este trabalho a todos os homens e mulheres que souberam dizer não ao lápis do censor (político ou religioso), contribuindo, com a sua coerência, com a sua luta, para um mundo mais informado, livre, justo e fraterno.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

USC
UNIVERSIDADE
DE SANTIAGO
DE COMPOSTELA

EM JEITO DE AGRADECIMENTO…

Cabral Pinto, primeiro, Antón Costa logo de seguida, lembraram-me que tinha um trabalho para terminar – uma investigação iniciada há cerca de vinte anos, e metida na gaveta por motivos profissionais.

Nas pessoas destes escritores e pedagogos, o reconhecimento a todos os Amigos (presentes ou "ausentes") que ao longo da vida me ensinaram a saber mais e, sobretudo, a ser uma pessoa melhor, mais justa e mais fraterna.

Com Santiago à vista, posso dizer que cumpri tão acidentada caminhada. Que este acreditar no sonho se transmita à Sandra e ao Pedro, filhos sempre presentes – sobretudo à neta Sofia que, com o seu anito de vida está longe de adivinhar os desafios que em breve terá de enfrentar.

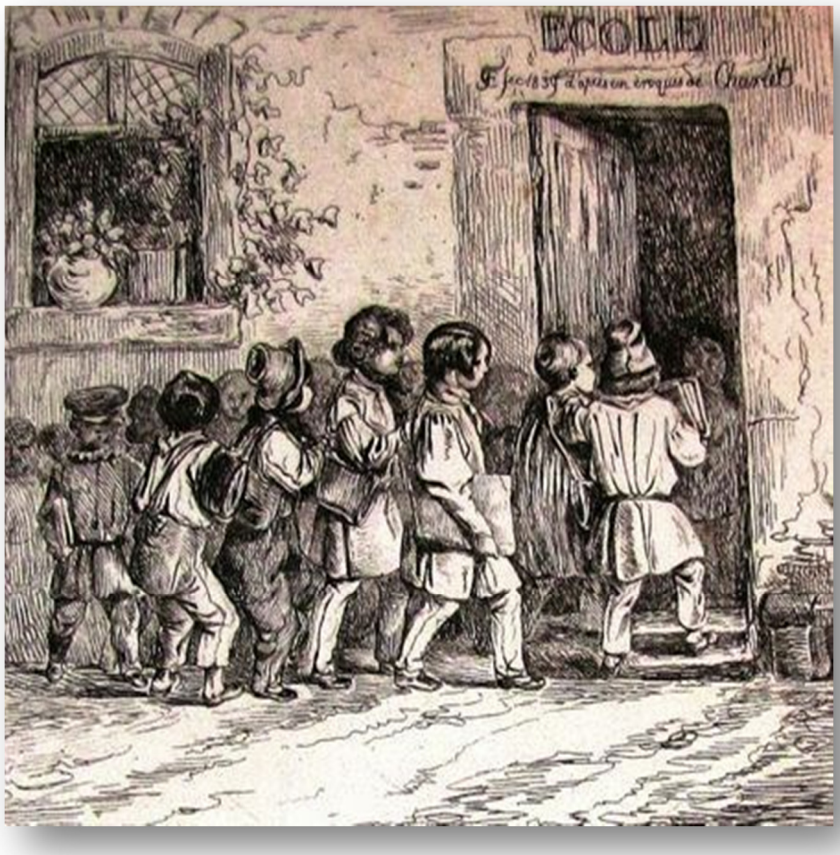
Uma palavra para a Vera, companheira de sempre. Sem o seu apoio, cobrindo a retaguarda, nunca teria podido dedicar o tempo necessário a esta pesquisa. Por isso dizer que esta tese também lhe pertence.

Finalmente, recordar o final do soneto que o meu pai, Joaquim Monteiro, sob o terno sorriso da mãe Alice escreveu, para o Livro de Curso (1966).

(…)

Chegado, agora, ao fim dessa jornada,
Outras virão…, pois sabe pouco ou nada
Quem tanto ainda tem para saber…!

Obrigado a todos.



A ESCOLA, gravura a água-forte, 1839-1843.

Autor: D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha[1] - Palácio Nacional da Ajuda.

[1] D. Fernando II (1816-1885). Rei de Portugal, pelo seu casamento com a rainha D. Maria II, em 1836.

RESUMO

Partindo da complexidade histórica do período compreendido entre a Revolução e a Regeneração (1820-1851), esta investigação tomou por objeto os discursos educativos difundidos pelos periódicos portugueses no contexto das lutas partidárias. Ao longo de três décadas, assistimos a uma dramática confrontação militar e ideológica entre liberais e contrarrevolucionários, com fluxos e refluxos da nova ordem política. Foi a época em que o jornalismo nasceu como profissão e a imprensa periódica se constituiu como espaço público de opiniões divergentes e beligerantes. Sendo o ensino a instituição preponderante na formação ou transformação das mentalidades, era previsível que as forças políticas porfiassem pela apropriação do aparelho escolar, usando a imprensa como instrumento de persuasão da opinião pública em matéria educativa. E, de facto, a análise dos textos publicados permitiu confirmar a hipótese de uma correspondência muito significativa entre as posições políticas dos periódicos e as conceções sobre ensino que eles veiculavam. Essa correspondência assentava no tipo de sociedade que se tinha em vista e no tipo de homem que se pretendia formar. Do lado dos liberais, impunha-se a escolarização do operário e do cidadão como condição da passagem à sociedade industrial, ao passo que, do lado da aristocracia conservadora, tendo ela o seu horizonte histórico encerrado nos limites da sociedade rural, o que se impunha era a continuidade de uma população camponesa, laboriosa e submissa, qualidades que o analfabetismo protegia e que a frequência escolar punha em risco. Esta oposição foi observada ao longo dos capítulos que formam a segunda parte da tese e que tomam por tema os assuntos de cariz educativo com maior relevo na imprensa. Com exceção do último capítulo dessa parte, o cap. XI (Notas e Avisos), encontra-se aí a dialética progressiva da história da educação, feita de confrontos ideológicos, mas… impulsionada pela potência emancipadora dos ideais iluministas.

Palavras-chave:

HISTÓRIA – ABSOLUTISMO – LIBERALISMO – IMPRENSA – PERIÓDICOS - – OPINIÃO (PÚBLICA E PUBLICADA) – ENSINO – ESCOLAS – PROFESSORES

RESUMO

Partindo da complexidade histórica do período comprendido entre a Revolución e a Rexeneración (1820-1851), esta investigación tomou por obxecto os discursos educativos difundidos polos periódicos portugueses no contexto das loitas partidarias. Ao longo de tres décadas, asistimos a unha dramática confrontación militar e ideolóxica entre liberais e contrarrevolucionarios, con fluxos e refluxos da nova orde política. Foi a época en que o xornalismo naceu como profesión e a prensa periódica se constituíu como espazo público de opinións divergentes e beligerantes. Sendo o ensino a institución preponderante na formación ou transformación das mentalidades, era previsíbel que as forzas políticas porfiasem pola apropriación do aparello escolar, usando a prensa como instrumento de persuasión da opinión pública en materia educativa. E, de feito, a análise dos textos publicados permitiu confirmar a hipótese dunha correspondencia moi significativa entre as posicións políticas dos periódicos e as concepcións sobre ensino que eles encamiñaban. Esa correspondencia asentaba no tipo de sociedade que se tiña presente e no tipo de home que se pretendía formar. Do lado dos liberais, impúñase a escolarización do obreiro e do cidadán como condición da pasaxe á sociedade industrial, mentres que, do lado da aristocracia conservadora, tendo ela o seu horizonte histórico encerrado nos límites da sociedade rural, o que se impuña era a continuidade dunha poboación campesiña, laboriosa e submisa, condicións que o analfabetismo protexía e que a frecuencia escolar puña en risco. Esta oposición foi observada ao longo dos capítulos que forman a segunda parte da tese e que abordan os asuntos de cariz educativo con maior relevancia na prensa. Con excepción do último capítulo desa parte, o cap. XI (Notas e Avisos), encóntrase aí a dialética progresiva da historia da educación, feita de enfrontamentos ideolóxicos, mais impulsada pola potencia emancipadora dos ideais iluministas.

Palabras clave:

HISTORIA - ABSOLUTISMO - LIBERALISMO - PRENSA - PERIÓDICOS - OPINIÓN (PÚBLICA E PUBLICADA) - ENSINO - ESCOLAS - PROFESORES

RESUMEN

Partiendo de la complejidad histórica del periodo comprendido entre la Revolución y la Regeneración (1820-1851), esta investigación tomó por objeto los discursos educativos difundidos por los periódicos portugueses en el contexto de las luchas partidarias. A lo largo de tres décadas, asistimos a una dramática confrontación militar e ideológica entre liberales y contrarrevolucionarios, con flujos y refluxos del nuevo orden político. Fue la época en que el periodismo nació como profesión y la prensa periódica se constituyó como espacio público de opiniones divergentes y beligerantes. Siendo la enseñanza la institución preponderante en la formación o transformación de las mentalidades, era previsible que las fuerzas políticas buscasen la apropriación del aparato escolar, usando la prensa como instrumento de persuasión de la opinión pública en materia educativa. Y, de hecho, el análisis de los textos publicados permitió confirmar la hipótesis de una correspondencia muy significativa entre las posiciones políticas de los periódicos y las concepciones sobre enseñanza que ellos extendían. Esa correspondencia asentaba en el tipo de sociedad que se preconizaba y en el tipo de hombre que se pretendía formar. Del lado de los liberales, se imponía la escolarización del obrero y del ciudadano como condición del pasaje a la sociedad industrial, mientras que, del lado de la aristocracia conservadora, teniendo ella su horizonte histórico concluido en los límites de la sociedad rural, lo que se imponía era la continuidad de una población campesina, laboriosa y sumisa, marcas que el analfabetismo protegía y que la frecuencia escolar ponía en riesgo. Esta oposición fue observada a lo largo de los capítulos que forman la segunda parte de la tesis y que toman por tema los asuntos de cariz educativo con mayor relieve en la prensa. Con excepción del último capítulo de esa parte, el cap. XI (Notas y Avisos), se encuentra ahí la dialéctica progresiva de la historia de la educación, hecha de enfrentamientos ideológicos, aunque impulsada por la potencia emancipadora de los ideales iluministas.

Palabras-clave:

HISTORIA - ABSOLUTISMO – LIBERALISMO – PRENSA - PERIÓDICOS - OPINIÓN (PÚBLICA Y PUBLICADA) - ENSEÑANZA - ESCUELAS - PROFESORES

ABSTRACT

Taking as its starting point the historical complexity of the period between the Revolution and the Regeneration (1820-1851), this research has as its subject the educational discourse disseminated by Portuguese newspapers in the context of political struggles. Over three decades, there has been a dramatic military and ideological confrontation between liberals and counter-revolutionaries, with the ebb and flow of the new political order. This was the time that gave birth to journalism as a profession and in which the periodical press was set up as public forum for dissenting and belligerent opinions.. Since the most weighty institution in the forming or changing of mentalities was education, it was predictable that political forces would struggle for the ownership of the school system, using the media as an instrument of persuasion of public opinion on educational issues. And indeed, analysis of published texts has confirmed the hypothesis of a significant correspondence between the political positions of the press and conceptions of teaching they embodied. This correspondence was based on the type of society which was envisaged and the kind of man it was intended to produce.. The liberals proclaimed the necessity of schooling workers and citizens as a means of passage to the industrial society. On the side of the conservative aristocracy, with its historical horizon within the limits of rural society, what was needed was a continued hardworking and submissive peasant population, and these were qualities which illiteracy protected and which schooling jeopardized.. This opposition is observed throughout the chapters that make up the second part of the thesis and which dwell the educational nature of subjects with a great emphasis on the press. With the exception of the last chapter of this part, chap. XI (Notes and Notices), there can be found a progressive dialectic on the history of education, formed of ideological confrontations, but driven by the emancipatory power of the ideals of the enlightenment.

Keywords:

HISTORY – ABSOLUTISM – LIBERALISMO – PRESS – PERIODICALS – OPINIÃO (PUBLICA AND PUBLISHED) – EDUCATION – SCHOOLS – TEACHERS

ÍNDICE

GRÁFICOS E QUADROS ……..17

INTRODUÇÃO

I. Objeto ……...…19
II. Delimitação temática ……...…23
III. Âmbito geográfico e temporal ……..…26
IV. Objetivos ……..…27
V. Hipóteses ……...…28
VI. Relevância social e científica ……..….29
VII. Motivação e interesses ……..…30
VII. Estado da questão e fontes auxiliares ……..…….30
IX. Critérios historiográficos e metodológicos ……...….32
X. Estrutura do trabalho ……..….38

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA, IMPRENSA E SOCIEDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Liberalismo e instrução pública ……..…….….42

CAPÍTULO I

Sociedade e mudança: contextualização política

1.1. O primeiro período liberal ……...……43
1.1.1. "Ficaremos nos assim?"
1.1.2 A revolução saiu à ruA
1.1.3. Porto e Lisboa oitocentistas
1.1.4. As contradições do vintismo
1.1.5. A Constituição de 1822 – primeira constituição escrita portuguesa
1.2. A contrarrevolução absolutista ……51
1.2.1. A independência do Brasil
1.2.2. A insatisfação absolutista: um país em guerra
1,2.3. D. Pedro e a Carta Constitucional
1.3. Os liberais entre o cartismo e o setembrismo ……....61
1.4. O liberalismo ao serviço da regeneração capitalista ……67

CAPÍTULO II

Políticas educativas e ideias pedagógicas

2.1. A escola pública em finais do Antigo Regime ……69
2.2. O ensino entre o vintismo e a contrarrevolução ……73
2.3. O segundo liberalismo ……...77
2.3.1. A reforma de Rodrigo da Fonseca
2.3.2. A *reforma* de Mouzinho de Albuquerque
2.3.3. A reforma de 1836: o contributo de Passos Manuel
2.3.4. A reforma de 1844: Costa Cabral e o ensino
2.4. A Educação e as Constituições de 1822, 1826 e 1838 ……82
2.4.1. A Constituição de 23 de setembro de 1822
2.4.2. A Carta Constitucional de 29 de abril de 1826
2.4.3. Constituição de 1838
2.5. O pensamento socialista na primeira metade de Oitocentos ……..85
2.6. Pedagogos do liberalismo português ……..86

CAPÍTULO III

A construção social e o debate de ideias: o papel da Imprensa

3.1. A imprensa como fonte historiográfica ……91
3.2. Os primórdios da imprensa em Portugal ……..92
3.3. A imprensa saída da revolução de 1820 ……...96
3.4. A imprensa portuguesa entre 1834 e 1851 ……103

CAPÍTULO IV

A Imprensa educadora

4.1. O jornal: suporte para o desenvolvimento da instrução ……107
4.2. A imprensa educadora ……..108
4.3. A amostra: jornais investigados entre 1820 e 1851 ……..111
4.4. O pensamento educativo na imprensa periódica ……..112
4.5. Temas dominantes ……113
4.6. Breve reflexão final ……..114

SEGUNDA PARTE

A IMPRENSA PERIÓDICA E OS DISCURSOS EDUCATIVOS

Notas introdutórias ……117

A. Temas predominantes ……118
B. Ciclos de publicação ……119
C. A Imprensa e a evolução social ……...120
D. Instrução, educação e política ……120
E. Públicos leitores e linhas editoriais ……122

CAPÍTULO I

Política, Imprensa e Educação ……..…..…129

1.1. Os jornais clandestinos (1807-1820): arautos do vintismo ……...…….130
1.2. Imprensa e educação como motores do desenvolvimento …….....…..133
1.3. Imprensa e educação: alvos do absolutismo ……..….138
1.4. Imprensa e educação no discurso setembrista ……..…..145
1.5. Reflexão-síntese do capítulo I ……...…….…152

CAPÍTULO II

Imprensa, Educação, Moral e Religião ……..….153

2.1. A Igreja e a revolução vintista ……..…..154
2.2. A Carta: uma constituição tradicionalista ……..…….161
2.3. Entre o liberalismo doutrinário e a revolução popular ……..163
2.4. O consulado de Costa Cabral e a Santa Sé ……...169
2.5. Reflexão-síntese do capítulo II ……172

CAPÍTULO III

Propostas de organização do ensino básico ……...…...175

3.1. O retorno a uma ideia pombalina de educação ……..…175
3.2. Estado da instrução primária depois de 1834 ……...179
3.3. A instrução: do setembrismo a Costa Cabral ……181
3.4. A contrarreforma de 1844 ……182
3.5. Obrigatoriedade escolar e taxas de escolarização ……..…185
3.6. O ensino básico e o mundo do trabalho ……188
3.7. Reflexão-síntese do capítulo III ……192

CAPÍTULO IV

Instituições educativas ……...…195

4.1. Continuidades, retrocessos e mudanças entre 1820 e 1834 ……...197
4.2. A institucionalização da mudança ……203
4.3. A Imprensa: modalidade informal da educação ……216
4.4. Reflexão-síntese do capítulo IV ……216

CAPÍTULO V

Os professores ……..…….219

5.1. De mestre de ler a professor ……..….220
5.2. Aprender a ser professor: as Escolas Normais ……..….221
5.3. Os professores e o Congresso Constituinte de 1821-1822 ……..…...…222
5.4. Anos de chumbo e de esperança ……..…..…228
5.5. Liberalismo: filosofia da modernidade? …….....230
5.6. O enigma Costa Cabral e os professores ……..……..232
5.7. Reflexão-síntese do capítulo V ……...….233

CAPÍTULO VI.

O ensino mútuo e a alfabetização do exército ……...……..…235

6.1. As escolas militares de primeiras letras ……..……235
6.2. A Escola Geral e a formação de professores …….…..…238
6.3. Plano pedagógico das escolas militares ……..……239
6.4. A imprensa portuguesa no estrangeiro e o ensino mútuo …….……..240
6.5. O ensino mútuo entre a revolução e a contrarrevolução …….……243
6.6. Reflexão-síntese do capítulo VI …….…….246

CAPÍTULO VII

Metodologia para o ensino da leitura ……...……249

7.1. Olhar o passado para compreender o presente ……..…….249
7.2. O método catequético ……..……..253
7.3. Onde se fala de "métodos fáceis e eficazes" ……..……255
7.4. Castilho e o método de leitura repentina ……..……..258
7.5. A Cartilha Nacional de Caldas Aulete ……..…….261
7.6. Reflexão-síntese do capítulo VII ……..…….263

CAPÍTULO VIII

Os livros escolares, bibliotecas e livrarias ……....…265

8.1. Manual escolar: construção do saber e currículo oculto ……..……..266
8.2. Na procura de uma definição de manual ……..……..268
8.3. A importância das indústrias de papel e tipográficas …….……289
8.4. Livros para a infância: evolução e expansão ……..……270
8.5. A Imprensa e o livro didático …….……272
8.6. A importância das bibliotecas para a promoção do hábito da leitura …….……280
8.7. As livrarias ……..…284
8.8. Reflexão-síntese do capítulo VIII …….….287

CAPÍTULO IX

A educação para a diferença 289

9.1. O deficiente na perspetiva assistencial ……..….290
9.2. Percurso da educação especial em Portugal 291
9.3. A medicina e as campanhas de integração …….…293
9.4. A Casa Pia de Lisboa e o ensino de "surdos-mudos" 294
9.5. Reflexão-síntese do capítulo IX …….…297

CAPÍTULO X

A mulher: maternidade e educação ……..……..299

10.1. Género e memória ……..……..299
10.2. É preciso educar as mães! ……...302
10.3. Asilos de primeira infância ……..…….305

10.4. O longo caminho para a igualdade de género ……...308
10.5. Educação e saúde ……...…310
10.6. Reflexão-síntese do capítulo X ……..…313

CAPÍTULO XI

Notas e avisos (anúncios) ……315
11.1. História e publicidade ……315
11.2. Publicidade, consumo e educação ……..317
11.3. A comunicação: um processo global ……..318
11.4. A publicidade e a revolução Industrial ……...322
11.5. Reflexão-síntese do capítulo XII ……329

TERCEIRA PARTE

CONCLUSÕES ……...…331

BREVE ANTOLOGIA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL (1820-1851) ……...…337

FONTES DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias
1.1. Jornais e revistas xxx
1.2.
1.3. Monografias e outros textos xxx

2. Fontes secundárias
2.1. Monografias e outros contributos …….....……...…xxx
2.2.

ESTE TRABALHO COMPLETA-SE COM UMA

COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS
A IMPRENSA: FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
(1820-1851)

APRESENTADA NUM SEGUNDO VOLUME.

INDICE DE GRÁFICOS

1. TÍTULOS DA *COLETÂNEA*, POR LOCALIDADES, ENTRE 1820-E 1851 ……...…....26
2. TÍTULOS EDITADOS ENTRE 1816 E 1828 ……...…..…34
3. DEPUTADOS POR REGIÕES – MARÇO DE 1821 ……...…..….50
4. NÚMERO DE PERIÓDICOS EDITADOS ENTRE 1801 E 1819 ……...…..…95
5. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES ……...……95
6. NÚMERO DE PERIÓDICOS, SEGUNDO XAVIER DA SILVA PEREIRA,
EDITADOS ENTRE 1801 E 1819 ……..…....95
7. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES ……..……96
8. NÚMERO DE PERIÓDICOS EDITADOS ENTRE 1820 E 1851 ……...……100
9. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES ……...….101
10. NÚMERO DE PERIÓDICOS, SEGUNDO XAVIER DA SILVA PEREIRA,
EDITADOS ENTRE 1820 E 1851 …….....101
11. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES ……....….102
12.GRÁFICO COMPARATIVO DE PERIÓDICOS PORTUGUESES, SEGUNDO OS
DADOS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, XAVIER DA SILVA PEREIRA
E JOSÉ MANUEL TENGARRINHA, ENTRE 1835 E 1841 ……104
13. ORIGEM DOS JORNAIS PEDAGÓGICOS (1820-1821), SEGUNDO ANTÓNIO NÓVOA ……110
14. NÚMERO DE PERIÓDICOS CONSTANTES DA COLETÂNEA ……....111

INDICE DE QUADROS

1. JORNAIS PEDAGÓGICOS (1820-1851), SEGUNDO ANTÓNIO NÓVOA ……109
2. TEMAS PREDOMINANTES DA INVESTIGAÇÃO ……114
3. DEFINIÇÃO DAS CORRENTES POLÍTICAS EM CONFRONTO (1820-1851) ……121
4. LINHAS EDITORIAIS DOS JORNAIS ANALISADOS ……123
5. MUDANÇAS DE REGIME, OU DE GOVERNO, EM PORTUGAL (1820-1851) ……..….124
6. PRINCIPAIS PERIÓDICOS DEDICADOS À MULHER, ENTRE 1807 E 1851 ……..…..125
7. CAUSAS DA REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820 ……..…132
8. DATAS DA INTRODUÇÃO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA EM DIFERENTES
PAÍSES DA EUROPA E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM 1870 ……....185
9. ALFABETISMO EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS ……..……..191
10. PORTO, SANTO ILDEFONSO, MORTALIDADE INFANTIL, PORTO, 1824-1830 ……...….311
11 PORTO, BONFIM. MORTALIDADE INFANTIL, PORTO, 1842-1846 ……..….312
12. PORTO, BONFIM,ÓBITOS DE MENORES E ADULTOS, 1842-1846 ……..…312
13. PORTO, BONFIM, ÓBITOS CRIANÇAS E ADULTOS, 1842-1847 ……..….312

Sem uma certa dose de ignorância não existe o grande trabalho científico: Essa temo-la nós, mas falta-nos seguramente o resto… [2]

Joaquim Barradas de Carvalho

INTRODUÇÃO

I. OBJETO

A história da educação permite, hoje, estudos fragmentários que passam entre muitas outras abordagens pelos edifícios escolares, material didático (como o livro escolar),[3] currículos, formação de professores, educação ambiental, educação sociocultural, Imprensa… Isto abriu um campo quase sem limites a esta nova historiografia, pois permite refazer a História a partir de muitas histórias dialeticamente interligadas: novos problemas, novas abordagens, novos objetos.

Posicionando-se nesta linha de investigação, *este trabalho toma como objeto os discursos educativos veiculados por alguns dos mais influentes periódicos portugueses, no período que vai da revolução liberal de 1820 ao estabelecimento da Regeneração de 1851.*

Os jornais contêm e oferecem múltiplas perspetivas para a compreensão de toda a atividade humana; e, no caso em estudo, para a compreensão da história da educação e do ensino. A análise dos seus textos permite avaliar os ideais educativos, as políticas oficiais, os anseios das populações (as *cartas* são disso um bom exemplo), as suas inquietações, interesses e problemas, bem como os antagonismos e tensões existentes na sociedade, relacionar as filiações ideológicas com as práticas educativas e escolares. É também comum encontrarmos anúncios, ou *avisos*, a informar os leitores da abertura de escolas, indicando-se os métodos ali usados, concursos para provimento de cadeiras, regulamentação sobre a prática docente, salários e políticas de reforma.

Mas esta imprensa não se apresentava neutra e imparcial…

---

[2] CARVALHO, Joaquim Barradas de (1991), *Da História-Crónica à História-Ciência*, 7.ª ed., p. 9.

[3] MONTEIRO, António Joaquim (1998), *Do Livro Único, Instrumento Ideológico do Estado, ao Pluralismo Democrático.* Idem (2000) *Os Manuais Escolares de História do 12.º ano – que estatuto assume cada um dos conteúdos programáticos na formação de uma consciência social dos jovens.*

> *La Historia nunca há sido más difícil de escribir y nunca há sido más falsa que a partir de los tempos em que hay periódicos.*[4]

Assume-se, na maioria dos casos, como formadora da opinião pública, pois expressa análises a respeito do contexto social, religioso e educativo – mesmo quando se diz instrutiva e recreativa, sem motivação política. Tendo como certa esta premissa podemos, através das suas *folhas*, observar e compreender melhor as interações das relações sociais, na sua diversidade e especificidade, o que possibilita a recontagem da história, no caso presente, a história do ensino público, na primeira metade do século XIX.

Este é um tempo em que se começa a sentir, em Portugal, as réplicas de três grandes revoluções que marcaram, indelevelmente, o século XVIII: a americana de 1776, a burguesa e jacobina em França (1789-1799), a económica e industrial em Inglaterra.[5] E a ideia iluminista de um novo sujeito social, associada a uma imagem de Estado e de Economia, defendidos pela *intelligentsia*[6] portuguesa, embora tardiamente, vai romper progressiva, mas de forma eficaz, com o Antigo Regime. A Igreja perdia, definitivamente, o domínio do aparelho ideológico do Estado, permitindo à burguesia assumir o controlo da Educação – da sua educação. Mas também é um tempo em que Portugal se vê obrigado a reconhecer a sua pobreza intrínseca, perante o colapso das remessas de ouro, pedras preciosas e outras riquezas com que o Brasil enriquecia, até aí, o erário régio de Lisboa. O Portugal dos séculos XVIII e XIX importava produtos essenciais, depois de ter perdido, de forma progressiva, o controlo do comércio interno e externo, agora dominado por algumas famílias inglesas, não obstante as medidas de desenvolvimento industrial tomadas por D. João V e por D. José I.

Contrariando a agitação dos grandes centros urbanos, o Portugal profundo dos séculos XVIII e XIX era propenso à estabilidade, na senda do que tinha sido a vida das gerações anteriores. Repetiam-se os mesmos rituais de semear, plantar, cuidar, colher e arrecadar. As idas à feira. Para as gentes do mundo rural, a fartura ou a fome dependia das variações do tempo, também de Deus. Para quê substituir os *seus* senhores, que o foram já de seus pais, por outros senhores?

> O maior conflito entre tradição e inovação ficou assim por resolver, e as incompatibilidades inerentes a partes do programa de reforma do Marquês de Pombal tornaram-se mais óbvias quando desapareceu a presença dominante e integrante do ministro todo-poderoso.[7]

---

[4]Gregorio Marañón (1887-1960). Médico, cientista, historiador e filósofo, in *Dos monólogos sobre la prensa y la cultura*, numa linha próxima à de Ortega e Gasset (Aberraciones Periodisticas).

[5] Eric Hobsbawm considera que a revolução industrial *estourou* na Grã-Bretanha na década de 1780, e não foi totalmente sentida até à década de 1830 ou de 1840.

[6] Esta i*ntelligentsia* portuguesa defendia que o rei deveria reinar, mas nunca governar, segundo a conhecida máxima de Benjamin Constant (1767-1830), afastando-se como o pensador francês, do liberalismo radical.

[7] MAXWELL, Kenneth (2001), *O Marquês de Pombal*, p. 160.

A morte de D. José (24 de fevereiro de 1777) e a queda do Marquês de Pombal permitiram um regresso ao *antigamente*, embora as forças comprometidas com a velha ordem nunca mais tenham recuperado todo o seu antigo poder. A sociedade portuguesa, essa, continuou profundamente dividida, e cada vez mais isolada pela crescente economia global. Muitos dos grandes vultos das ciências, das artes e das letras, perante esta decadência e intolerância, procuraram exílio nas grandes capitais europeias, na província, ou *dentro de si próprios*. Vencer as contradições e complexos do passado e definir um futuro com esperança, um futuro mais justo e mais fraterno, foi a solução defendida para a Pátria amada, gesta que os poetas e os romancistas tão bem souberam retratar nas suas obras.[8]



A ideia da educação como um direito chegou-nos da Revolução Francesa. A burguesia, ao assumir-se como classe revolucionária, e tendo conquistado o poder, sentiu necessidade de se legitimar.[9] A escola surge, então, como um instrumento difusor da instrução, transmissora de conhecimentos acumulados pelas diferentes gerações – um passaporte para a dignidade e emancipação.

Compreender, através das páginas dos jornais, como se movimentaram todas estas peças no tabuleiro que foi o nosso país, na primeira metade do século XIX, não pode deixar de ser um desafio estimulante. Acresce, ainda, que além-fronteiras se desenhava já uma novíssima relação entre educação, ensino, sociedade e trabalho. Toda a obra educativa começava a apoiar-se na descoberta da criança, na linha de J. Locke, Rousseau, Pestalozzi… A criança passa, progressivamente, a ser vista como tal, não como um *pequeno adulto*: a educação aponta para um conjunto de ações intencionais, pelas quais o homem tenta elevar o seu semelhante à perfeição. Surgem novos materiais e métodos pedagógicos. Era a necessidade de educar o futuro homem de forma competente, numa perspetiva do saber-fazer (para alguns, poucos, o saber-ser era a prioridade maior…), tendo em vista a nascente sociedade industrial. Produção e formação caminharam lado-a-lado. A primeira só se mantém podendo dar acesso a novos patamares, e por isso o forte investimento na segunda, renovando e capacitando a mão-de-obra existente, o que permitiu a introdução de processos de produção inovadores, e por isso mais rentáveis.

[8] Esta utopia romântica do «grande Portugal» haveria, mais tarde, de ser recuperado por António Ferro (1896-1956), diretor do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), sob a tutela direta de Salazar. Em ambos os momentos, contraditou-se a Europa, onde o "real demonstra-se, não se mostra" (Bachelard).

[9] A sociedade de classes, vencida a velha ordem, impões uma igualdade jurídica (estabelecida pelos princípios liberais), baseada nos direitos naturais do homem e na liberdade individual de todos os setores da sociedade. As diferenças deixam de ser determinadas pelo nascimento, mas pela capacidade individual de cada cidadão – o que possibilitou uma mobilidade social (ascendente e descendente).

Historicamente, a educação convive (sempre conviveu) com a contradição de ser uma ferramenta tanto de emancipação humana, quanto de conformação e adequação do homem aos diferentes modos de produção. E, assim, entre movimentos educativos em conflito permanente, e alguma hipocrisia no discurso político, chegamos à escola estatal, laica e democrática.

Para atingir o objetivo pretendido houve que retirar dos arquivos das bibliotecas os textos dos periódicos, e analisar as ideias em confronto sobre a instrução nos ensinos público e particular, com especial incidência nas *primeiras letras*, num contexto nebuloso de transição - estrutura multissecular do Antigo Regime para a modernidade. Efetivamente, a partir da Revolução Francesa de 1789, o mundo ocidental soube substituir, mesmo quando foram necessárias ruturas violentas, os governos de monarquia absoluta, por outros de constitucionalismo liberal, com todas as consequências que daí advieram para a educação dos povos. Onde é esperado encontrarmos o relato destes confrontos? Precisamente: na Imprensa. Uma imprensa que, episodicamente, teve de atravessar a clandestinidade, ou enfrentar o exílio e a prisão.[10]

Por isso a necessidade do historiador analisar jornais de todas as tendências, sendo esperado indicarem princípios orientadores, objetivos facilitadores (ou impeditivos) para a transposição de barreiras entre grupos sociais, entre o homem *velho* e o homem *novo*, ideias de ensino formal e informal que favoreçam, ou dificultem, o individualismo, a consciência mercantil, a apologia da verdade racional (burguesa), o constitucionalismo liberal, mas também sensíveis (ou não) para uma visão económica de agricultura, de comércio, de indústria e, sobretudo, capacidade de autocrítica. Um tempo, ainda, em que os artesãos iam sendo progressivamente privados dos seus meios tradicionais de trabalho, levando-os a organizarem-se em movimentos operários que se haveriam de afirmar ao longo do século.

A abolição do Tribunal do Santo Ofício (1821), em estado comatoso desde Pombal, e da censura prévia aos livros, eliminando-se o *Índex Censorum*, e a lista de obras *malditas* da Real Mesa Censória, veio permitir o florescimento da liberdade intelectual no nosso país, liberdade que haveria de perdurar um século, só coartada episodicamente por déspotas como D. Miguel, ou pela ditadura do Estado Novo.[11]

A Imprensa não gozou, então, de tal prerrogativa, sofrendo ao longo dos períodos em apreço diferentes tipos de constrangimentos, assunto muito caro aos periodistas da época. "(…) sem imprensa livre não há liberdade civil; todos conhecem que o exercício de tal

[10] "*A história política será, seguramente em dia próximo, a ciência política do passado. A ciência política será a história política do presente."* CARVALHO, Joaquim Barradas de (1972), Obra cit., p. 53.

[11] O Estado Novo (1933-1974) foi uma solução autoritária, autocrata e corporativista, saída da Ditadura Nacional imposta pelo golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, pondo fim a uma democracia instável – a primeira República. Linhas de orientação: oposição ao comunismo, socialismo, liberalismo e anticolonialismo.

liberdade é que faz conter (…) o despotismo, os ministros (…) e os Administradores da fazenda pública que não desejam dar conta das suas administrações".[12] A esta luta pela liberdade respondeu o campo mais retrógrado que, não ficando inerte, esgrimiu argumentos contra a liberdade de imprensa. Conservadores adeptos *do Trono e do Altar*, como o padre José Agostinho de Macedo, criticaram a proliferação de jornais, que viam como "divisores da Nação e veículos de irrelevâncias".[13] Álvaro Matos, a propósito de *A Tripa Virada* (1823), e referindo-se a Agostinho de Macedo e à sua lista de ódios de estimação, lembra os seus inimigos: a Maçonaria, o liberalismo, e os periódicos anti absolutistas.[14] Esta era uma obsessão comum a todos os opositores das ideias iluministas da Revolução de 1820. Bem significativo é o texto de Agostinho de Macedo aquando da morte de Fernandes Tomás.

> Chorai, Povos, que morreu Manuel Fernandes! Quem não estoiraria de riso por baixo, e por cima? (…) E quem era esse Manuel Fernandes? Era o Patriarca… De quem? Dos patifes. Sim, dos patifes que conspiraram audaz e sacrilegamente contra o Trono e contra o Altar.[15]

Sempre que a censura assumiu um papel menos agressivo, os periódicos aparecem-nos a afirmarem-se libertadores – uns da opressão das forças conservadoras, outros da *opressão dos políticos maçónicos e antipatrióticos*! Muitos, afirmando-se neutrais, pendiam para um ou outro campo, embora fiéis a um compromisso com a instrução, com o progresso (associado à indústria), e uma ideia de moral, na maioria dos casos, bebida nos textos religiosos.

Depois de uma avaliação ponderada da imprensa deste período (1820-1851), selecionei 150 títulos.[16] O objetivo é captar as ideias (discursos educativos) que, então, fizeram opinião sobre o *ensinar* e o *aprender*, num país maioritariamente conservador, mas com uma ideia nostálgica de Nação que, séculos antes, tinha dado «novos mundos ao Mundo».

II. DELIMITAÇÃO TEMÁTICA

A investigação tem como tópico de incidência os discursos veiculados pela imprensa associada à tradição e ao liberalismo e o seu pensamento sobre educação/instrução e escola pública: o triunfo liberal de 1820 e 1834, as contradições daí resultantes entre defensores da Constituição de 1822 e da Carta Constitucional de 1826, as propostas de Rodrigo da Fonseca (1835), Passos Manuel (1836) e Costa Cabral (1844), fases onde o liberalismo esteve, de forma mais evidente, ao serviço de uma escola pública direcionada para uma *regeneração* capitalista, que culminou na década de sessenta com Fontes Pereira de Melo (1819-1887) e a

[12] SINVAL, Joaquim Maria Alves, *Astro da Lusitânia*, 18 de novembro de 1820.
[13] SOUSA, Jorge Pedro (2010*), Quando a modernidade bate à porta: a liberdade de imprensa em questão no séc. XIX*, p. 88.
[14] MATOS, Álvaro (2013), Ficha de *A Tripa Virada*, Hemeroteca da C. M. de Lisboa, p. 3.
[15] MACEDO, José Agostinho de (1823), *Tripa por Uma Vez, livro primeiro, e último*, p. 15.
[16] Numa triagem mais exigente recuperei para a *COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS - A Imprensa: fonte para a História da Educação (1820-1851)*, 100 títulos, número que considero suficiente para a investigação.

renovação do sistema político, associados à criação de infraestruturas básicas necessárias ao desenvolvimento do país. Sob o aspeto constitucional, base programática de todas as reformas do ensino apresentadas, há que registar três momentos: 1822, 1826 e 1838.

A primeira metade do século XIX, vista com o distanciamento possível, permite-nos assistir a um desfilar de tentativas, sempre renovadas, procurando ultrapassar o atraso em que o país se encontrava, embora as soluções apresentadas não tivessem passado do papel ou de medidas efémeras, avulsas, sem resultados objetivos. Mas as discussões e debates então travados deixaram sementes que, anos mais tarde, haveriam de desabrochar, como que saídos de uma revolução silenciosa, promovidos por uma minoria que, aos poucos, foi ganhando consciência da sua individualidade, das suas necessidades, da sua força. Não foi por acaso que "a referência, nos diplomas constitucionais, à educação passa essencialmente pela sua ligação ao exercício da cidadania, ao reconhecimento de que ela constituía um direito civil e político dos cidadãos, e à necessidade de reunir os esforços públicos e privados para que se tornasse efetiva a democratização no acesso ao ensino".[17]

Situar uma investigação histórica no Portugal da primeira metade de oitocentos, a partir dos periódicos da época, significa poder acompanhar, como se o vivêssemos bem por dentro, o quotidiano da sociedade de então. E esse relato, visionado por diferentes perspetivas, e sabendo-se o evoluir dos acontecimentos, permite avaliar, com maior clareza, toda uma época e os seus protagonistas – no caso presente, os homens que lutaram por um país mais instruído, mais produtivo, mais competitivo e também mais justo e equilibrado socialmente - bem como as reformas esboçadas ou implementadas, em confronto aberto com outros homens que pretendiam perpetuar o poder divino do soberano, uma moral e uma religião assentes em princípios que defendiam o primado de uma nobreza de sangue, que havia atravessado a sociedade portuguesa ao longo de muitos séculos.[18]

Também os periódicos liberais assumiram programaticamente uma função *instrutiva*, procurando informar e educar uma opinião pública alheada dos grandes problemas do país – a higiene, a segurança, o civismo… O seu desiderato era a promoção da qualidade de vida das populações. Não espanta, pois, encontrarmos nesses periódicos muitos ensinamentos sobre a saúde pública, descobertas científicas, ou sobre a lavoura e a pesca, cuidados a ter com os animais domésticos, ou histórias de amor filial, sobre a verdade e a mentira, o bem e o mal, em paralelo com acontecimentos relevantes ocorridos no país (em certos momentos as movimentações militares eram descritas ao pormenor) ou no estrangeiro.

[17] ALVES, Luís Alberto Marques (2012), *História da Educação - uma introdução*, p. 56.

[18] O liberalismo no nosso país, de forma paradoxal, nasceu com uma geração de letrados, atentos ao clima de renovação que percorria o espaço europeu e americano. Mas também se ficou a dever a algumas franjas da nobreza mais esclarecida, embora com intuitos nem sempre claros. Assistimos, com frequência, à defesa da evolução, do progresso, desde que fossem preservados velhos privilégios.

> Havia, em suma, que criar o cidadão acabando de vez com o súbdito que não sabe reclamar o que lhe é devido, incapaz de afirmar direitos porque o habituaram a ter unicamente deveres, e que por isso pensa pela cabeça dos caciques, humildemente agradece o que lhe é devido – o que lhe seria devido numa civilização assente na cidadania – e ele julga sempre ato de caridade, embora em última instância realizada com o seu próprio dinheiro (…).[19]

Mas seria ingenuidade pensar-se que este liberalismo professava uma ideia de instrução generalizada a todos os cidadãos. A instrução assumia um sentido restrito, longe do ideal democrático de ensinar tudo a todos. Assim, esta imprensa veicula um debate onde as diferentes vozes refletem sobre o que deve ser ensinado e a quem, sem nunca perderem a noção da necessidade de uma ordem social respeitadora da hierarquia dividida em diferentes estratos sociais. Por sua vez, e em oposição aos primeiros, os periódicos antiliberais procuravam denunciar os malefícios da nova ordem, das novas leis, geradoras de *crimes* e *desaforos* – na linha de Agostinho de Macedo e de Frei Fortunato de São Boaventura, mais tarde arcebispo de Évora.

Traçado o *ambiente* e o *meio* onde se pode sentir o pulsar do tempo, deve dizer-se que todas as forças em presença tinham a noção clara que o saber é poder, o que implicava, como vimos, uma séria ponderação sobre os limites da instrução, em relação às camadas mais desfavorecidas. E aqui encontramos diferentes graus de entendimento. "É que, na realidade, a revolução de 1820 não fora desencadeada para subverter a ordem social (…), mas tão só para abrir à burguesia as portas da direção política do Estado".[20]

A presente investigação reflete, pois, trinta anos da história da primeira metade do século XIX português, um período onde germinou o código genético das nossas instituições democráticas. Trazer os acontecimentos do passado, como realmente se passaram (Ranke), é o objetivo. Mas, associando sempre os acontecimentos às diferentes ciências sociais (Bloch e Febvre). É por isso que *não há uma história, mas muitas histórias*, embora os acontecimentos ocorridos no passado sejam únicos, inalteráveis e irreversíveis,[21] num permanente refazer, acreditando ainda que "há factos passados, cuja compreensão só se atinge em presença de certas semelhanças de situações presentes".[22] E que é dos factos contemporâneos que nós subimos até à compreensão dos factos pretéritos.[23]

Ao longo da investigação optei por uma epistemologia pragmática: ler os periódicos, perceber a verdade possível, através dos seus textos, relacionando-os entre si, tendo presente

[19] GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa,* p. 7.
[20] PINTO, F. Cabral (1979), A ficção ideológica do pacto social nas Cortes Constituintes de 1821-1822, *Vértice*, Ano II, n.º 426-427, p. 489.
[21] SÁ, Vítor (1961), *História e Actualidade*. p. 13.
[22] Idem, *Ibidem*, p. 19.
[23] Idem, *Ibidem*, p. 20.

os ensinamentos que os historiadores deixaram ao longo do tempo. Esta é uma posição pessoal, que reflete uma verdade, não a verdade.

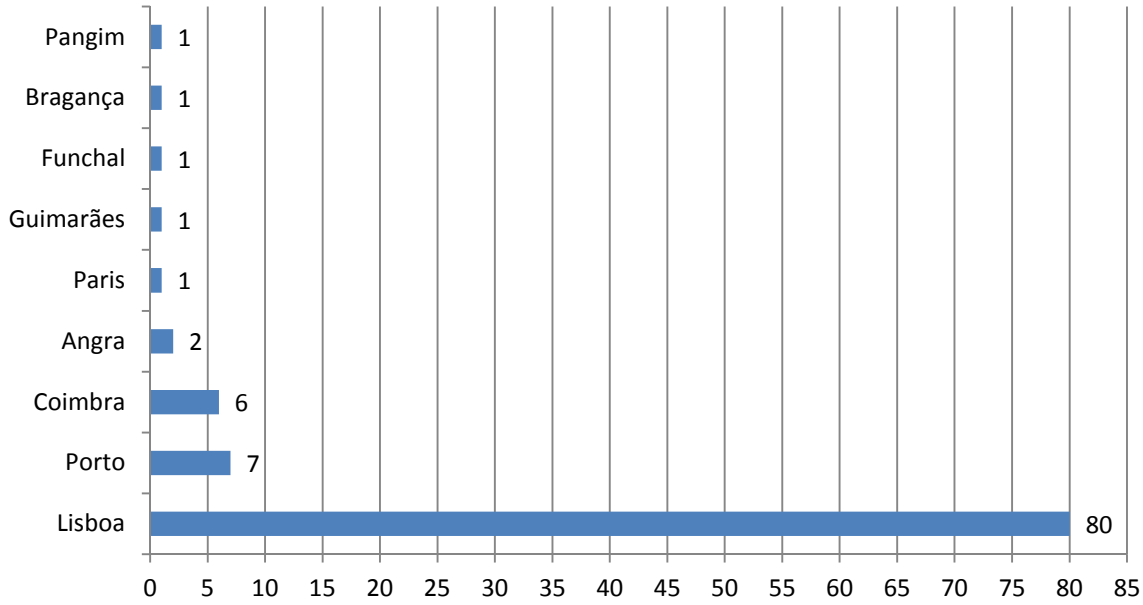
III. ÂMBITO GEOGRÁFICO E TEMPORAL

Como tenho vindo a dizer, a investigação cobre o período mais conturbado da implantação do liberalismo constitucional, mais precisamente aquele que vai da revolução liberal de 1820 até ao advento da Regeneração em 1851, como se pode ver pelo Gráfico 1. A partir daí, o país entra numa fase de acalmia política que só terminou com a própria monarquia e a proclamação da República em 1910.

> De 1851 até ao surto do Partido Republicano, nas décadas de oitenta e noventa, pode dizer-se que não houve, em Portugal, «oposição» real às instituições, às formas de governar e às políticas ou estruturas económicas e sociais (…). Esta firme manutenção do poder por uma burguesia unificada iria durar meio século e impedir quaisquer veleidades de rebelião por parte das classes inferiores. Em resumo, poder-se-ia dizer que, com o ano de 1851, se conseguiu a adaptação final do País às novas condições nascidas da perda do Brasil e do ruir do antigo regime.[24]

A grande intensidade das lutas políticas até à Regeneração determinou, naturalmente, a irrupção de uma literatura periodista abertamente comprometida com as fações em confronto. A liberdade conquistada com a revolução permitiu a expansão de jornais que se apresentavam sem rebuço como instrumentos de propagação de ideologias. A "crítica das armas" tinha um forte complemento na "arma da crítica". Era assim para ambos os lados da contenda.

GRÁFICO 1. TÍTULOS DA *COLETÂNEA*, POR LOCALIDADES, ENTRE 1820 E 1851



[24] MARTINS, A. H. de Oliveira (1976), História de Portugal II, p. 103.

Se o âmbito temporal está definido pelo intervalo que separa a Revolução da Regeneração, o âmbito geográfico da investigação ultrapassa os limites do palco em que tiveram lugar esses eventos. Pretendo com isso dizer que os periódicos estudados foram em muitos casos editados no estrangeiro. Com efeito, a alternância dos vencedores e dos vencidos e o radicalismo das posições partidárias impuseram frequentemente o exílio alternado dos partidos rivais. Longe da pátria, onde não podiam impor as suas convicções pela força das armas, não restava aos exilados senão o recurso à força da imprensa.

IV. OBJETIVOS

Consumada a revolução em Portugal, a nova ordem estabelecida não destruiu, de imediato, o edifício absolutista. O mesmo se passou na educação, onde os ministérios se sucediam sem tentarem concretizar um projeto de verdadeira reforma, muitas vezes sem capacidade para tornar efetiva a própria legislação promulgada, acrescentando-se aqui a falta de recursos, a ineficiência do aparelho do Estado, e o clima de guerra civil, mais ou menos latente, desde Agosto de 1820. Esta inoperância, obviamente, não deixou de alimentar a prática crítica da imprensa coeva.

O objetivo central que me guiou foi o de *captar as perceções da realidade educativa que os periódicos, de ângulos políticos e ideológicos opostos, descreviam ou criticavam e as ideias sobre a educação que esses mesmos periódicos propalavam*. A consecução de tal objetivo impôs a leitura de toda a imprensa da época, pelo menos a mais geralmente inventariada e acessível para consulta pública nas várias hemerotecas do País. O trabalho em vista consistia em identificar, entre os títulos consultados, os jornais de todas as tendências que facultassem conhecimento histórico sobre o ensino. Guiava-me também o propósito de organizar, a partir dessa imprensa selecionada, uma coletânea de artigos de opinião sobre temas educativos, *Coletânea* que, obviamente, haveria de ser o suporte material do meu trabalho histórico, mas que também passaria a estar disponível para o uso de outros investigadores que queiram optar pelo mesmo objeto científico.

Procurei na leitura dos textos da referida *Coletânea* respostas para questões do género seguinte:

- A conhecida e discutida insuficiência educativa refletia-se nas páginas dos jornais?
- Os autores limitavam-se a descrever a realidade?
- Faziam crítica construtiva, apresentando propostas, ou limitavam-se a fazer crítica destrutiva, obcecados pelo dogmatismo partidário?
- De que maneira o conflito entre o absolutismo e o liberalismo, a tradição e a

mudança, se reflete nos textos sobre a educação e a escola que os periódicos publicavam?

- Os periódicos advogavam uma política educativa congruente com o seu posicionamento político-partidário?
- As reformas educativas, legalmente mediadas, fazem eco dos discursos veiculados pela imprensa? Em que períodos isto é mais visível?

V. HIPÓTESES

A partir deste quadro problemático estabeleci três hipóteses que antecipam o mapeamento da investigação.

1. A transformação das instituições envolve necessariamente um confronto de ideias entre conservadores e reformadores, ou seja, entre o poder tradicional e o poder emergente. É suposto, portanto, que a transformação liberal da instituição escolar implique uma luta ideológica entre liberais e antiliberais em matéria educativa.

2. Na primeira metade do século XIX, a imprensa tornou-se um meio privilegiado de divulgação de ideias e de formação da opinião pública. Conservadores e reformadores tinham, consequentemente, os seus órgãos de comunicação próprios. É possível reconstruir as posições educativas em confronto através desses órgãos.

3. Presume-se existir uma correspondência entre a evolução dos debates educativos e a evolução da política educativa consagrada na lei.

A verificação destas hipóteses encontra, contudo, dificuldades objetivas que derivam da inexistência de um discurso pedagógico-educativo sistemático. Com efeito:

1. Os jornais deste período são maioritariamente políticos, informativos ou simplesmente recreativos.

2. São raros os artigos com opinião elaborada sobre ensino, mesmo em momentos de reformas (1820, 1822, 1834, 1836, 1838, 1844).

3. A legislação, quando transcrita, não suscita comentários, quer do editor ou redator, quer dos leitores que, noutras áreas, interagem com assiduidade com o *seu* jornal.

4. É certo que alguns periódicos, onde encontramos vultos proeminentes do pensamento do país, apresentam alguns textos de reflexão sobre o ensino e a escola pública, mas, mesmo nesses casos, a produção está longe do que seria expectável, comparativamente com outros temas: justiça, agricultura, comércio, indústria, por exemplo.

Apesar de tudo, o confronto político e ideológico da época deixou as suas marcas nas páginas da imprensa de modo suficiente para tornar essa imprensa uma fonte de valor inestimável para a história da educação portuguesa.

VI. RELEVÂNCIA SOCIAL E CIENTÍFICA

É neste período que, pela primeira vez no nosso país, assistimos a uma rutura política, económica e social e a uma profunda mudança das mentalidades de todos os que, de alguma forma, vão ser atores principais da história através de um processo revolucionário. Também é a primeira vez que um setor da Imprensa se transforma em instrumento de arremesso da luta partidária. Como novidade, o interesse pelo objeto *educação*, sobretudo uma ideia militante de educar para finalidades que extravasam a dimensão estritamente instrutiva e funcionalista. Encontramos, aqui, alguns dos pilares do Portugal moderno.

A maioria dos intervenientes na Imprensa do século XIX tinha um objetivo muito claro: fazer opinião. Para os liberais era um princípio básico do projeto iluminista: veicular valores e ideias, visando educar o público leitor. Os periódicos passam a ser considerados como meios muito eficientes para influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. Por isso não é de considerar despicienda a metáfora da luz, no *Astro da Lusitânia* (1820-1823, 80 números), na defesa de um projeto educativo e civilizacional. Para os antiliberais, esvaziados de conteúdo ideológico, em contraciclo com a Europa, a tónica era fazer a apologia do rei, da moral pública, da família, dos sagrados valores da Igreja. Isto significa que estudar a educação no século XIX implica recorrer a uma noção alargada do termo, considerando-se que a função educativa era exercida por diferentes instituições, em paralelo com a Escola (quando havia essa possibilidade).

Deve, no entanto, observar-se que a primeira metade do século XIX é um período ainda pouco explorado no que respeita aos eixos História, Imprensa, Educação. Por essa razão, estou em crer que a *Coletânea*, na qual reúno uma considerável quantidade de produtos jornalísticos sobre educação, poderá constituir um valioso contributo para futuras investigações

Em linhas gerais permito-me apontar os seguintes indicadores deste meu trabalho compilatório:

1. Estendeu-se a um número elevado de periódicos (150 títulos, tendo seriado 100, numa segunda fase), editados num período relativamente longo: 1818-1851.

2. Abrangeu a maioria da imprensa informativa, política e recreativa mais prestigiada e com maior implantação junto do público leitor.

3. Incluiu, por isso mesmo, a imprensa que, capaz de condicionar os homens públicos nas

suas decisões e comportamentos, funcionou como um *quarto poder*.

Ultrapassada a fase heurística, realizei um cuidadoso trabalho de análise, classificação e seleção das unidades temáticas que dão corpo à segunda parte desta tese. Poderão outros, com base no mesmo acervo documental, servindo-se ou não da minha *Coletânea*, estabelecer outra categorização e conferir mais relevo a outros aspetos das informações e opiniões publicadas. Mas quem o fizer poderá beneficiar, se quiser, do caminho desbravado por esta investigação.

VII. MOTIVAÇÃO E INTERESSES

Iniciei, já lá vão alguns anos, em Santiago de Compostela, e na sua Universidade, uma caminhada que me haveria de levar por labirintos de memórias, de forma a entender melhor as realidades em mutação permanente, que envolvem a *Imprensa* e o *Ensino* (em ambos fui ator, embora secundário), como motores de transformação de mentalidades da sociedade. Privilegiei um período entre a revolução de 24 de Agosto de 1820 e a insurreição popular de 1 de maio de 1851 que levou à queda de Costa Cabral - um movimento *regenerador* que sempre fez parte da matriz do pensamento vintista português.

Porquê este período? Porque vivi em *O Comércio do Porto* (1973-1980) o estertor de uma ditadura, adocicada pelas ideias reformistas de Marcelo Caetano (1968-1974), que havia sucedido a António de Oliveira Salazar (1932–1968); porque vivi intensamente a Revolução de Abril de 1974, com todas as suas utopias, excessos e inconsequências; porque participei, ativamente, na formação do primeiro sindicato dos professores; e, finalmente, porque assisti, ao nascer de notícias que ajudaram a manipular uma opinião pública com compreensíveis défices de preparação para a liberdade de imprensa. Todas estas vivências impeliram-me para o estudo da matriz histórica da nossa democracia constitucional, tentando adivinhar os passos seguintes ao «processo revolucionário em curso», a *salamização* inevitável entre os protagonistas (elites revolucionárias ou reacionárias), e o subsequente retrocesso dos ideais legitimários da mudança de regime.

Por tudo isto é que sempre senti curiosidade em saber como ganharam forma, quem as apoiou, quem as combateu, como é que os jornais e os jornalistas, professores e pedagogos, escritores e políticos, viveram estas convulsões sociais, e de que forma se implicaram na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com uma escola pública de qualidade.

VIII. ESTADO DA QUESTÃO E FONTES AUXILIARES

Diagnósticos sucessivos, feitos na segunda metade do século XX, têm posto em relevo a fragilidade da História da Educação em Portugal. Rómulo de Carvalho (1959), Luís

Albuquerque (1960), Rui Grácio (1983), Joaquim Ferreira Gomes (1988), e tantos outros, não hesitaram em denunciar esta situação. No ar, deixaram a pergunta ainda por responder: como é possível pensar a educação hoje, e projetá-la no futuro, sem uma compreensão exata do que foram os percursos do passado?[25]

Se isso é assim em relação à investigação histórico-educativa em geral, sobre o objeto em análise, em particular, o panorama é ainda menos satisfatório. Existem alguns estudos circunscritos a um título, ou à imprensa de determinada região de que são exemplo as investigações seguintes:

-Maria de Fátima Nunes, *O Panorama*, Lisboa, 1989.

-Victor Pinho (coord.), *A Imprensa Barcelense (1853-1992)*, Barcelos, 1992.

-António do Carmo Reis, tese de Doutoramento, Universidade do Porto: *A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850)*, Lisboa, 2001.

-Áurea Adão, *As Políticas Educativas nos Debates Parlamentares oitocentistas. O caso do ensino secundário liceal*, Lisboa/Porto, 2001.

-José Augusto dos Santos Alves: *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio, O Portuguez (1814-1826)*, Lisboa, 2005.

-A Educação em O Panorama – Uma antologia de textos pedagógicos, de João Bartolomeu Rodrigues, Lisboa, 2010.

Existem, no entanto, obras de consulta obrigatória que têm um carácter mais abrangente, mesmo quando já não são muito novas. Elas permitem uma perspetiva mais geral sobre as histórias da educação e da imprensa. Destaco as principais:

História da Imprensa Portuguesa, José Tengarrinha (1965).[26]

A Imprensa de Educação e Ensino, Repertório Analítico (séculos XIX e XX), António Nóvoa (1993).

Jornais e revistas Portuguesas do século XIX, volumes I e II, Gina Guedes Rafael e Manuela Santos (2001-2002).

Evidentemente, Histórias da Educação – CD, António Nóvoa (2005).

Nas Origens do Periodismo Moderno. Cartas a Orestes, João Bernardo da Rocha Loureiro (2009).

Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865, José Tengarrinha (2013).

Embora muito distante do período em referência, importa destacar ainda a seguinte obra: *A educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969). Um repertório*

[25] NÓVOA, António (1993), *A Imprensa de Educação e Ensino, repertório analítico (séculos XIX-XX)*, p. XXXI.
[26] José Manuel Tengarrinha. Professor, historiador e político, sempre se bateu pela liberdade, o que o levou à prisão, durante a ditadura. Foi um dos fundadores do Movimento Democrático Português, MDP/CDE (1969).

cronológico, temático e onomástico, sob a direção de Áurea Adão, e apresentação de Justino de Magalhães.

IX. CRITÉRIOS HISTORIOGRÁFICOS E METODOLÓGICOS

9.1. O valor-referência da ciência é, reconhecidamente, a verdade. Quer dizer que os enunciados científicos, pelos quais se exprime o resultado de uma investigação metodologicamente conduzida, devem ser verdadeiros; ou, se quisermos dizê-lo de forma menos assertiva, devem pelo menos ter uma fundamentada pretensão de verdade (Karl Popper, Habermas). Max Weber indica duas condições de fidelidade a esse valor: a objetividade do conhecimento e a neutralidade axiológica do cientista. Condições particularmente difíceis quando o objeto de estudo se situa no domínio das ciências sociais. Para assegurar a objetividade do conhecimento, é necessário que ele se prenda a factos que se podem demonstrar de modo puramente lógico ou estabelecer de forma puramente empírica.[27] A neutralidade impõe que o cientista saiba "separar a comprovação dos factos de uma tomada de posição avaliadora",[28] isto é, exercendo a "ciência como profissão", ele deve abster-se de juízos de valor derivados da sua ideologia pessoal. Indubitavelmente, as preocupações com a objetividade e a neutralidade empurrar-me-ia para a epistemologia positivista de raiz comtiana que submete as ciências sociais ao modelo metodológico das ciências naturais (a teoria da unificação das ciências ganhou novo fôlego a partir do Manifesto do Círculo de Viena, em 1929, tendo por método comum a análise lógica da linguagem). Deveria então seguir os conselhos de Leopold von Ranke, considerado o pai do positivismo histórico: limitar-me ao papel de arquivista, acumulando documentos e narrar com objetividade a história de que eles são testemunho, com inteira exclusão de juízos interpretativos. Sou, porém, mais sensível ao ideário historiográfico da Escola dos Annales, sustentada pela revista *Annales d'histoire économique et sociale,* fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre (curiosamente no mesmo ano em que o Círculo de Viena publicava o seu Manifesto).

Assinalo alguns aspetos que suscitam a minha adesão. Em primeiro lugar, a abertura da história às outras ciências sociais, afirmando a sua complementaridade: "Será necessário insistir na sua dívida em relação à geografia ou à economia política, ou, ainda, à sociologia?"[29] Mas também abertura interna da história à diversidade do seu objeto, contrariando desde logo a perspetiva tradicional que a reduzia à história política. É este novo entendimento que permite ver a investigação histórica sobre o ensino e a escola pública,

[27] WEBER, Max (1979), *Sobre a teoria das Ciências Sociais*, p. 114.
[28] Idem, *Ibidem*, p. 120.
[29] BRAUDEL, Fernand (1982), *História e Ciências Sociais*, p. 63.

através da Imprensa, como um contributo para a construção da *história* total: "a história é a soma de todas as histórias possíveis".[30] Em segundo lugar, a importância da duração para a compreensão do processo histórico, processo apreensível a vários níveis temporais. Este aspeto é sobretudo bandeira de Braudel que contrapôs à história episódica do tempo breve, a história conjuntural de média duração e a história estrutural de longa duração, resistente à evolução do tempo, muito próxima da imobilidade. Não deixo, porém, de colocar reservas ao desvio estruturalista que encaminhou a segunda geração da Escola dos Annales "para uma história de longa duração braudeliana e quase sem sujeitos".[31] O mesmo desvio afetou a corrente marxista (veja-se, por exemplo, a autocrítica de Althusser),[32] que chegou a trocar a determinação dos homens pelo determinismo das estruturas. Apesar disso, reconheço que a visão da história como "uma dialética da duração", mesmo na linha de Braudel, ajuda a compreender a realidade trans-histórica de certas instituições e das ideias que se confrontam sobre essas mesmas instituições, como é o caso da instituição escolar. Por último, destaco a questão da subjetividade, ou seja, dito com palavras de Antón Costa, o entendimento de que "o investigador não é inerte perante os dados históricos, já que, pelo contrário, *constrói* o objeto da investigação, objetos que são problemas (que são *problematizados*) e diante dos quais se projeta a subjetividade do investigador".[33] Nesta perspetiva, não só me comprometo na escolha do objeto da investigação, como assumo que não o concebo fora da minha própria conceção do mundo. Assim, sendo fiel à *verdade* das fontes, tanto quanto o método heurístico me permite sê-lo, não me abstenho de as interpretar e avaliar pelo critério habermasiano da emancipação como sendo esse o sentido da história.[34] Isso faz com que eu não julgue as opiniões sobre a educação pela posição ideológico-partidária da imprensa em que foram publicadas, mas sim pelo impacto positivo ou negativo que elas teriam ou tiveram sobre o ensino e a escola pública. Daí a razão de ser da minha terceira hipótese: Presume-se (o que carece de ser demonstrado) existir isomorfismo entre as ideias educativas e o posicionamento partidário dos respetivos autores.

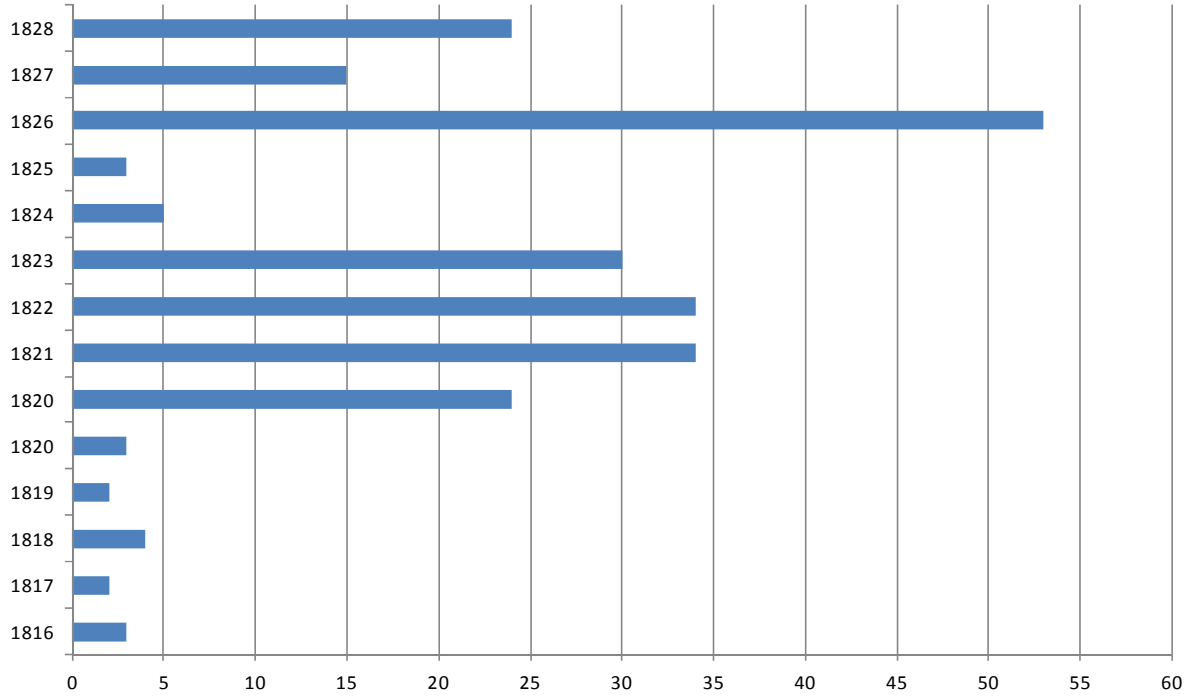
9.2. O critério da seleção da imprensa foi o folhear páginas e páginas, apoiado em estudos e trabalhos anteriores, no que fui intuindo com a leitura dos próprios periódicos, o que me permite acreditar ter consultado um número significativo de jornais com relevância na época.

---

[30] Idem, *Ibidem*, p. 120.
[31] COSTA RICO, Antón (2012), Iluminar la intensa historia de las practicas escolares desde la historiografia educativa: potencialidades y retos, in Alves, Cláudia e Mignot, Ana Chrystina (org.). *História e Historiografia da Educação Ibero-Americana: Projetos, Sujeitos e Práticas*, p. 162.
[32] ALTHUSSER, Louis (1976), *Elementos de autocrítica*.
[33] COSTA RICO, Antón (2012), *Cuestions epistemológicas* (…), p. 9.
[34] (…) a superação dialética da alienação é o "sentido" da história. Citado por F. Cabral Pinto (1992), in *Leituras de Habermas, modernidade e emancipação*, p. 265.

A título de exemplo, o *gráfico 2* evidencia a quase inexistência de jornais antes da Revolução de 1820, a *bolha* na abertura política pós-revolucionária, onde *a livre comunicação de pensamentos* foi uma realidade, embora num período muito limitado, decaindo abruptamente com a reação absolutista e tradicionalista, para ressurgir em 1826 com a Carta Constitucional.[35]

GRÁFICO 2. TÍTULOS EDITADOS ENTRE 1816 e 1828



NOTA: Repete-se 1820, referindo-se o *antes* e o *depois* de 24 de Agosto – revolução liberal no Porto.

Igual fenómeno pode ser verificado entre 1829 e 1836. Ao *terror* miguelista sucede a abertura liberal, tutelada por D. Pedro II.

O capitalismo adapta-se à revolução… Novos e velhos figurantes, maior capacidade de entender a mudança, maior abertura para o diálogo, o mesmo objetivo: garantir uma estabilidade geradora de riqueza, prosperidade e progresso. Os benefícios, esses, seriam apropriados por alguns, em prejuízo da esmagadora maioria da população. Esta a *restauração* que todos invocaram, que todos perseguiram… e que acabou por acontecer, como referi, em 1 de maio de 1851.

De notar, ainda, que muitos dos periódicos publicados durante o reinado de D. Miguel, correspondem a jornais editados em Angra do Heroísmo, onde se concentravam os liberais, ou em Londres e Plymouth. Exemplificativo, o ano de 1829. Aqui referenciámos três periódicos:

[35] A Carta Constitucional de 1826 voltou a prescindir da censura prévia (parágrafo terceiro do art.º 145): "Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito (…)".

O Defensor dos Jesuítas (agosto), Lisboa; *Paquete de Portugal* (agosto), Londres; *O Chaveco Liberal* (setembro), Londres. De referir, ainda, que a esmagadora maioria da imprensa (não clandestina), saída em Portugal, assumia-se como antiliberal.

Como adiante poderemos verificar, perante novos dados, o número de títulos editados aparece sempre relacionado com a maior ou menor abertura governativa, a grelha censória estabelecida, a pujança ideológica do momento, personalizada neste período em figuras de reconhecido prestígio da intelectualidade portuguesa. Era nos periódicos, onde estes grupos encontravam uma forma poderosa de defender e difundir as suas ideias, influenciar os costumes e a moral pública, discutir questões sociais e políticas, uma arena onde os absolutistas, os conservadores (a tradição), e os constitucionais, liberais (radicais ou moderados), procuravam ganhar a opinião pública, destacando-se individualidades, jornalisticamente notáveis, dos dois lados da barricada, que deram uma nova dimensão à imprensa portuguesa.

Compreensivelmente, os liberais ocupavam um maior número de *folhas*. Os tradicionalistas, em particular José Agostinho de Macedo, mostravam-se muito cáusticos e intolerantes – o que é evidente pelos nomes das suas publicações: *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro*, *Reforço ao Cordão da Peste*, *Exorcismos contra Periódicos e outros Malefícios*… E, reportando-se aos editores liberais:

> O que estes homens (…) querem é governar. E a si sabem eles governar-se? Alguns conheci eu, antes de rebentar a Peste, e que agora dão grandes planos de economias, de finanças, e melhoramentos, que não digo que sabiam governar a sua casa, porque não a tinham, nem eira, nem beira, nem ramo de figueira.[36]

Também a evolução das artes tipográficas e o embaratecimento do papel tornaram o jornal mais acessível, o que contribuiu para a sua universalização. Esta imprensa,[37] e aqui refiro-me à liberal, constituía, em muitos casos, o sustento espiritual da população alfabetizada. Por isso não ser despiciendo falar do preço dos periódicos, editados muitas vezes sem qualquer suporte organizativo, o que ajuda a justificar a episódica vida de alguns.

Chegados aqui, importa referir os periódicos que serviram, numa primeira fase, de campo de investigação, e que dividi em seis grupos, de acordo com a fonte selecionada:[38]

I. Jornais considerados *pedagógicos* por António Nóvoa;
II. Jornais relevantes e mais citados no período em estudo;

[36] MACEDO, José Agostinho de (1821), *O Cordão da Peste* (…), pp. 9-15.
[37] Esta imprensa, influenciada pelo iluminismo do século XVIII, encontrava-se no vintismo com uma conformação intelectual marcada pelo liberalismo pós-Revolução Francesa.
[38] Isto não significa ter recuperado para a *COLETÂNEA DE TEXTOS PEDAGÓGICOS* periódicos de todos estes grupos, uma vez que o objetivo eram os *discursos educativos*.

III. Jornais portugueses publicados no estrangeiro;

IV. Jornais dedicados à mulher;

V. Jornais religiosos;

VI. Jornais republicanos.

Nesta fase da investigação não considerei com interesse a catalogação ideológica de cada periódico, nem os seus editores e/ou redatores (omissos na maioria dos casos), limitando-me a ordená-los pela temporalidade do seu primeiro número indicando, ainda, o local de origem. Importante, sim, a referência aos temas predominantes - no que à educação diz respeito.

Que critério para esta seleção?

Depois de considerar as investigações de António Nóvoa, José Manuel Tengarrinha, Jorge Pedro Sousa, entre outros, trabalhei o maior número de periódicos, de forma a recuperar para a *COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS* os artigos e as notícias que contivessem um discurso educativo sustentado, relacionado com a instrução e a escola pública de *primeiras letras*.

Periódicos como *O Panorama* da *Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (maio de 1837-1868), onde pontificou Alexandre Herculano, ou a *Gazeta Universal Lisbonense* (outubro de 1841 - agosto de 1853), sendo seu redator principal António Feliciano de Castilho, seriam sempre incontornáveis. Também *O Astro da Lusitânia* (outubro de 1820-abril de 1823), de Joaquim Alves Sinval, soube conquistar espaço e poder. No dizer de Inocêncio, prestígio ganho pela oposição que fazia aos atos dos ministérios ultraliberais. "Quem hoje lê tais artigos, mal poderá compreender o efeito que eles produziam naqueles tempos".[39] *O Independente* (novembro de 1821 – março de 1822), do patriarca da revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás e de José Joaquim Ferreira de Moura; e a *Revolução de Setembro* (junho de 1840 – janeiro de 1901), no dizer do mesmo Inocêncio "o mais antigo de todos os jornais políticos que atualmente se publicam em Lisboa, pois conta não menos de dezoito anos de existência, interrompida apenas pelas suspensões temporárias, a que deram lugar as lutas civis de 1844 e 1846". A grande figura deste periódico, assumidamente constitucionalista e setembrista - António Rodrigues Sampaio.[40] Outro título



O Sampaio da "*Revolução*"

[39] SILVA, Inocêncio Francisco da (1843), *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo IV, p. 131.

[40] A. R. S. (1806-1882). Jornalista de causas, político (deputado do reino, ministro e presidente do Conselho), membro destacado da maçonaria, o agitador "Sampaio da Revolução" foi considerado, por todos, um homem íntegro e de enorme bondade.

selecionado foi *O Azemel Vimaranense*, nascido em Guimarães (janeiro de 1823 – fevereiro de 1823), a quarta cidade (depois de Lisboa, Porto, Coimbra) a ver editado um jornal com visibilidade nacional, cheio de epigramas pungentes aos *corcundas*, e de notícias e incitamentos animadores aos *malhados*[41]– o que na época foi temerário, considerando ser Guimarães uma cidade pequena, muito sujeita à influência dos grandes caciques da região.

Os anos referentes ao reinado de D. Miguel (1828-1834) correspondem ao total apagamento da Imprensa, restando alguns títulos, porta-vozes do poder instituído. Por outro lado, é sabido que, neste reinado, a educação foi totalmente sufocada, com a prisão de professores, o encerramento de muitas escolas, fugas para o exílio, enfim, o desmoronamento total da débil estrutura que suportava a escola pública portuguesa.

Preparado o campo investigativo, analisei os textos da *COLETÂNEA* numa perspetiva definida anteriormente, expressa em cinco eixos:

1. A educação foi objeto da luta entre conservadores e reformadores?
2. Foi a imprensa periódica um veículo importante nestas disputas? Importa verificar se é percetível, nos periódicos, a associação entre ideologia e política educativa.
3. Partindo do princípio afirmativo, haverá algum tipo de relação entre as correntes dominantes na imprensa com os acontecimentos políticos?
4. Confirmar a hipóteses de que a um aumento de debate público sobre o ensino corresponderam medidas legislativas adequadas às reais necessidades do país.
5. É possível encontrar artigos de opinião favoráveis ao desenvolvimento educativo em jornais conservadores e textos indiciando receios morais ou de futura contestação em jornais considerados mais progressistas?

A ***COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS - A IMPRENSA: FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (1820-1851)***, é apresentado da seguinte forma:

a) Ocupando parte da página, uma fotogravura do rosto do exemplar n.º 1 de cada periódico, selecionado dentre o universo investigado, e uma ficha, onde facilmente se possa tomar conhecimento com o jornal: local, datas e números de publicação, editor e redator sempre que possível, periodicidade, tipografia, localização na Biblioteca Nacional de Lisboa,[42] bem como a respetiva linha editorial.

[41] Nas guerras liberais, os *malhados* eram os liberais e os *corcundas* os absolutistas. Estes faziam demasiadas vénias, andavam sempre curvados ao seu rei, daí o epíteto; e, porque uma mula malhada se empinara e deixara cair D. Miguel ao chão, passaram a dizer-se *malhados* os contestatários, partidários do seu irmão D. Pedro.

[42] Onde contei com a maior colaboração, que agradeço, desde os responsáveis superiores aos funcionários da reprografia.

b) Nas páginas seguintes, os textos relacionados com o ensino básico, que constituem o objeto de investigação definido à partida, assim como algumas notas esclarecedoras sobre o posicionamento político, ou outras consideradas de interesse relevante. Foi intencional uma ou outra notícia de carácter político, permitindo ao leitor situar os *discursos educativos* no seu tempo histórico.

X. ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta investigação apresenta-se estruturada em dois volumes:

Volume I (Tese propriamente dita) – Consta de três partes e vários capítulos, para além da introdução que aqui chega ao fim. Esta foi segmentada em dez blocos, o que permitiu uma ação de retorno sobre cada um dos passos da investigação, delimitando o essencial do acessório. No seu desenvolvimento desenhei a metodologia que permitiu alcançar os objetivos pretendidos, sem esquecer "que os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo".[43]

Quatro capítulos formam a *Primeira Parte*, que tem por título: "História, Imprensa e Sociedade na primeira metade do século XIX":

No Cap. I apresento uma panorâmica histórica da sociedade oitocentista, em mudança, e respetiva contextualização política: o primeiro período liberal; a contrarrevolução absolutista; os liberais entre o cartismo e o setembrismo; e, finalmente, o movimento liberal ao serviço da regeneração *capitalista*.

No Cap. II procurei dar uma leitura, forçosamente breve, das políticas educativas e das ideias pedagógicas predominantes: a escola pública nos finais do Antigo Regime; o Ensino entre o *vintismo* e a contrarrevolução miguelista; o segundo liberalismo; as Constituições e a Educação; e a influência do nascente pensamento socialista na Educação.

No Cap. III abordei o papel da Imprensa na construção de um país mais informado, moderno e instruído: a imprensa como fonte historiográfica; os primórdios da imprensa em Portugal; os jornais que emergiram da revolução de 1820; bem como a imprensa entre 1834 e 1851. Procurei, ainda, refletir sobre o jornal como suporte do desenvolvimento da instrução.

No Cap. IV, perante a quantidade de informação, houve necessidade de delimitar o campo da pesquisa aos jornais que constam da *Coletânea de Textos Políticos e Educativos*. Em todos os capítulos anteriores, sempre que possível, utilizei excertos de textos dos periódicos que fui

[43] MATTOSO, José (1997), *A Escrita da História*, *teoria e métodos*, p. 17.

lendo ao longo dos anos, e que extravasam os títulos agora selecionados, de forma que a abordagem histórica, nas suas diferentes coordenadas, pudesse apresentar o realismo que só as páginas dos jornais conseguem transmitir.

A *Segunda Parte* do trabalho recebeu o título: «Imprensa periódica e os discursos educativos». A partir da leitura dos jornais selecionados e tendo por fundamento a frequência ou relevância dos assuntos educativos publicados, construí uma grelha com onze temas, o que me permitiu abordar algumas das questões maiores tratadas nos artigos de opinião, notícias ou anúncios: *Política, Imprensa e Educação; Imprensa, Educação, Moral e Religião; Propostas de organização do ensino básico; Instituições educativas; Os professores; O ensino mútuo e a alfabetização do exército; Metodologia para o ensino da leitura; Os livros escolares, bibliotecas e livrarias; A educação para a diferença; A mulher: maternidade e educação; Notas e avisos (anúncios).*

Pretendo que uma leitura desta imprensa, *conduzida* intencionalmente pelos caminhos da educação, suscite novos trabalhos, com diferentes abordagens, para que possamos saber cada vez mais sobre os pequenos grandes passos da história da educação em Portugal, legitimando a Imprensa como fonte imprescindível para a investigação na área das ciências sociais.

Deste volume consta, ainda, a *Terceira Parte* constituída pelas *Conclusões*. Aqui apresento o resultado da reflexão crítica sobre os jornais que os homens e as mulheres deste país puderam ler entre 1820 e 1851. Procurei sempre partir do leitor comum de então para o papel do historiador que hoje lê as mesmas notícias, cerca de 200 anos depois. Esta procura em viver e sentir dois ambientes distintos, embora com matizes por vezes surpreendentemente semelhantes, foi compensador. Como no restante trabalho, valorizei o rigor e a objetividade, imprescindíveis a qualquer artigo científico, bem como a clareza do texto, de forma a poder chegar a todos.

Antes da bibliografia inseri uma *Breve Cronologia da História de Portugal* que organizei com a ideia do leitor poder cruzar História, Educação e Imprensa, de forma a associar os textos dos periódicos a determinados acontecimentos e respetivas datas.

Volume II - ***A COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS - A IMPRENSA: FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO 1820-1851).*** Aqui reúno as fontes materiais do meu trabalho. Sem laboratório, não há investigação possível. Neste volume temos os *recortes* dos artigos e notícias que fizeram opinião, que ajudaram a mudar mentalidades, que animaram ou amedrontaram gerações, e cujos autores, independentemente das suas *barricadas* sofreram

perseguições, a tortura, o terem de viver no estrangeiro longe da família, da pátria, dos seus leitores…Trata-se de uma coletânea de fontes primárias, de carácter político-pedagógico, da primeira metade de oitocentos, constituindo uma amostra significativa do pensar dos homens que lutaram, com a sua pena, para mudar ou manter regimes políticos que defendiam ou hostilizavam.

No termo do percurso, sobrevém-me o sentimento de que valeu a pena cumprir o *caminho*. Com uma certeza: "Todo o corpo em movimento pára quando a força que o impulsiona deixa de agir de maneira a impulsioná-lo».[44]

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[44] CARVALHO, Joaquim Barradas de (1972). Obra cit. p. 21.

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA, IMPRENSA E SOCIEDADE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX



Liberalismo e instrução pública

Foi com a implantação do regime liberal que o conceito de «instrução pública» ganhou significação plena no quadro referencial da teorização e prática político-social. Se bem que, ao nível material, a intervenção legislativa posterior a 1820 se tivesse saldado por sucessivas variações, mais ou menos distantes da matriz pombalina, a ideia de uma rede escolar da responsabilidade do estado, proporcionando aos cidadãos o ensino a que tinham direito, com vista ao desenvolvimento social e individual da nação, foi um esteio constante da atuação dos diversos executivos constitucionais. O mesmo é dizer que a instrução pública era um elemento indissociável da natureza do regime liberal. Esta ligação profunda que determinou a estatização crescente da rede educativa, aliada à assimilação de educação a instrução (reduzindo o processo formativo do indivíduo ao quadro escolar e, com isso, ignorando largamente o papel da família e da comunidade nesse mesmo processo), foram fatores que elegeram a escola como local único de educação, tornando o século XIX no «século da escola».

Nas suas linhas fundamentais, o ideário educativo liberal sustentou-se nos seguintes vetores:

-ampliação e «democratização» do ensino primário como forma de as populações ascenderem à cidadania (porque a tirania vingava no obscurantismo);

-criação de um ensino secundário com forte componente técnica, visando a formação prática de cidadãos habilitados ao exercício dos diversos mesteres (de onde resultaria o progresso da comunidade pela ação de profissionais «qualificados» e a realização pessoal de indivíduos bem sucedidos);

reformulação metodológica e estrutural do ensino superior, alargando-o às novas áreas do saber e voltando-o para as reais necessidades do corpo social, a par com a diversificação de polos escolares, rompendo com o monopólio de Coimbra;

-incremento do ensino livre, decorrente do valor primordial da Liberdade (em conflito com a estatização do ensino).

No entanto, a revolução Liberal de 1820, no domínio educativo, mais do que um processo revolucionário, foi antes o início de um longo movimento reformista.[45]

[45] SERRÃO, Joel *e* Marques, A. H. de Oliveira (2002), *Nova História de Portugal*, vol. IX, p.350.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE E MUDANÇA
CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA

1.1. O PRIMEIRO PERÍODO LIBERAL

Uma leve aragem das revoluções liberais percorreu a sociedade portuguesa no início do século XIX, reflexo do que então se passava nos demais países europeus.

Sentindo-se que a Corte, no Brasil, vivia alheada das dificuldades ainda resultantes das invasões francesas,[46] e depois do imposto *protecionismo* da Grã-Bretanha, os ideais liberais tiveram campo fértil para se expandir rapidamente. Reflexo disso, o surgimento de confrarias secretas e jornais de apelo liberal, geralmente editados no exterior. Nestas *folhas* discutia-se a realidade do país, apesar da apertada vigilância da Junta Governativa portuguesa e, especialmente, das autoridades militares britânicas que, na ausência do rei, governavam Portugal. Este sentimento de orfandade, mas também de insubmissão perante o ocupante, contribuiu para o renascer de um profundo nacionalismo.[47]

Economicamente, a situação portuguesa era muito crítica, em parte resultante dos tratados assinados por D. João VI com a Inglaterra, e que abriram o mercado consumidor brasileiro aos produtos ingleses. A exclusividade do setor mercantil português desapareceu, com resultados catastróficos, principalmente para as praças do Porto e de Lisboa. Por outro lado, os Governos não souberam aproveitar algumas reformas herdadas de Pombal, rumo à modernização do país e à sua industrialização, ficando muito dependentes do Brasil. Para agravar a situação, grande parte da população vivia *nos* e *dos* campos, de uma agricultura artesanal, carente de investimento. E, sobretudo, submetida aos direitos senhoriais exercidos pela nobreza e pelo clero.[48] Os militares, os intelectuais e os burgueses sentiam que se haviam

---

[46] D. João e muitos dos seus conselheiros, chegados ao Brasil, consideraram que o território metropolitano estava definitivamente perdido e, por isso, terem dado prioridade ao incremento das relações comerciais entre o governo do Rio de Janeiro e a Inglaterra.

[47] Distingo *nacionalismo*, ideologia nascida com a revolução Francesa, valorizando a história, a cultura, a língua, (…), de *patriotismo*, manifestação de amor a símbolos do Estado como a bandeira, o hino, instituições, governantes, (…).

[48] É na transição do século X d. C. para o XI que se verifica o surgimento de senhores detentores de vastos territórios, que usufruem de imunidades. Tal facto deve-se ao costume mais ou menos generalizado de doar terras - dar *préstamos* - como recompensa de serviços prestados, uma vez que a moeda cunhada não era muito corrente nem abundante. Esta prática aplicava-se em toda a dimensão da escala social, denominando-se *honras* a concessão de terrenos pelo rei aos senhores que administravam um território bastante vasto pertencente à coroa. Estas *honras* eram a partir de então transmitidas por via hereditária e o termo passou a designar os domínios de senhores da nobreza, ilustrando a sua categoria social. In *Infopédia,* dicionários Porto Editora.

invertido os papéis da metrópole e da colónia. Foi nestes grupos sociais que germinou o Sinédrio.[49]

1.1.1. "Ficaremos nós assim?"

> Sem embargo de ter presenciado muitos destes atores, devo confessar que fez sobre mim impressão profunda o discurso que Fernandes Tomás nessa ocasião me dirigiu. Presidia ele e com a sua voz fortemente acentuada pintou o estado do país: sem rei que o governasse, um general estrangeiro senhor do exército, estrangeiros também governando as províncias, nossa dependência do Brasil e, enfim, a revolução de Espanha que acabava de terminar, felizmente com o juramento de Fernando VII à Constituição de Cádis. Ficaremos nós assim? Ou devemos continuar neste aviltamento? Repetiu ele muitas vezes com força! A figura de Fernandes Tomás, as suas cãs respeitáveis, tudo o fazia sublime nessa ocasião! Saí entusiasmado e capaz de arrostar os maiores perigos.[50]

Assim relata Xavier de Araújo o discurso de Fernandes Tomás (junho de 1820), no momento da sua admissão como membro do Sinédrio.

Entre este mês de junho e agosto muito sofreram os homens da revolução: adesões, silêncios estratégicos, medo de denúncias. Dramática a afirmação de Fernandes Tomás quando Xavier de Araújo o foi procurar às Caldas das Taipas: "A nossa revolução malogrou-se no Porto! Eu tenho horror aos segredos das prisões, por isso, e para me acostumar ao que é provável que me aconteça, já me fecho todos os dias três ou quatro horas neste aposento escuro, para não estranhar depois."[51] Todos se lembravam do desenlace aquando da tentativa de revolta para expulsar os ingleses do país, o que levou à prisão e à morte dos conspiradores, entre eles o General Gomes Freire de Andrade.[52] Mas também sabiam que podiam contar, do outro lado da fronteira, com os seus correligionários espanhóis que, em janeiro desse ano, haviam restaurado a constituição de Cádis, revogada em 1814.

1.1.2. A revolução saiu à rua

> Raiou finalmente o dia 24 de Agosto. Ao amanhecer o coronel Cabreira reuniu a artilharia no campo de Santo Ovídeo,[53] fez dizer uma missa, a que assistiu com os soldados e no fim

[49] A criação do Sinédrio verifica-se a 22 de janeiro de 1818, logo após a malograda revolta do General Gomes Freire de Andrade, grande opositor do marechal Beresford. Encorajados pelo 9 de março de 1820, em Espanha, os membros desta associação secreta (Fernandes Tomás, Ferreira Borges, José Silva Carvalho, Ferreira Viana, entre outros) acordaram "sair à rua", de forma a libertar o país da ocupação inglesa.

[50] ARAÚJO, Xavier de (2010), *A Revolução de 1820. Memórias,* 2.ª ed., p. 24.

[51] Idem, *Ibidem*, p. 26.

[52] Ilustre militar (1757-1817), amado pelo povo, organizador da Maçonaria Portuguesa (1801), tendo posteriormente ajudado a fundar o Grande Oriente Lusitano (1802). O governo do marechal Beresford condenou-o à morte, tendo sido enforcado junto ao forte de S. Julião da Barra, em Oeiras, acusado do crime de traição à Pátria (1817). E conheciam o Alvará de 30 de março de 1818 que declarava "criminosas e proibidas todas e quaisquer sociedades secretas de qualquer denominação que elas sejam".

[53] Santo Ovídeo devido à existência de uma capela que, desde meados do século XVII, existia junto à estrada de Braga. Com a queda do governo de Costa Cabral (1851) passou a designar-se Campo da Regeneração. Após a implantação da República (1910), tomou o nome de Praça da República, dada a importância do local na Revolta de 31 de Janeiro de 1891.

> dela, uma salva de artilharia com 21 tiros, anunciou aos habitantes do Porto que um grande feito estava começando.[54]

Com todas as forças que aderiram à revolução reunidas no Campo de Santo Ovídeo, formou-se um conselho militar e foram lidas duas proclamações. O entusiasmo por uma pátria sem opressores estrangeiros é bem visível nestes documentos.

> Soldados! Uma só vontade nos una. (…) É necessário uma reforma; mas esta reforma, deve guiar-se pela razão e pela justiça, não pela licença. Coadjuvai a Ordem; coibi os tumultos; abafai a Anarquia. Criemos um Governo Provisório em quem confiemos. Ele chame as Cortes, que sejam o Órgão da Nação, e elas preparem uma Constituição que assegure nossos direitos. O Nosso Rei e Senhor D. João VI, como bom, como benigno, e como amante de um povo que o idolatra, há-de abençoar nossas fadigas. Viva o Nosso Bom Rei! Vivam as Cortes, e por elas a Constituição![55]

O movimento revolucionário mostrava-se imparável. A Câmara da cidade do Porto, reunida para o efeito, e na presença das autoridades eclesiásticas, civis e militares (o bispo do Porto ocupou o lugar de honra), produziu um documento[56] dirigido a todos os indigitados para formarem a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino – designação adotada para a entidade que devia dirigir o movimento revolucionário.

Piteira Santos, ao precisar este acontecimento, ajuda-nos a compreender muito do que se passou posteriormente. "A Revolução de 1820, do ponto de vista militar, foi um pronunciamento. Não é indiferente a designação (…). Um pronunciamento não é uma insurreição, nem uma revolta, nem uma revolução. As tropas não se sublevaram, saíram dos quartéis, disciplinadamente, à voz dos seus comandantes. A guarnição do Porto foi ao Campo de Santo Ovídeo e pronunciou-se, pela boca dos coronéis Sepúlveda e Cabreira, contra uma situação que condenam por razões de puro patriotismo." [57]

No sábado, 26 de agosto, saía no Porto o primeiro número do *Diário Nacional* (agosto a setembro de 1820). Na apresentação, um texto do seu diretor, Joaquim Araújo, dava a seguinte leitura dos acontecimentos.

> Estava reservada à boa, leal e heroica cidade do Porto a nova glória de restaurar a legítima liberdade dos Portugueses. (…) Estávamos reduzidos à condição da mais ignóbil e desamparada colónia; o comércio aniquilado, a indústria perdida, os tesouros exaustos para sustentar guerras de capricho, os homens verdadeiramente amigos do Rei e da Pátria, sacrificados à ambição de malvados; nenhuma segurança, nem nas pessoas, nem nas propriedades; até o valoroso exército, que defendera a independência da Nação e os direitos do Trono, sem recompensa, sem consideração, mal pago e mal vestido, padecendo o opróbrio de mendigar esmolas!...[58]

---

[54] ARAÚJO, Xavier de (2010), Obra cit. p. 33.
[55] *Diário Nacional*, N.º 1, de 26 de agosto de 1820 (9 números).
[56] Idem, *Ibidem*, pp. 3-4.
[57] SANTOS, Piteira (1975), *Geografia e Economia na Revolução de 1820*, 2.ª ed. pp. 35-36.
[58] *Diário Nacional*, N.º 1, de 26 de agosto de 1820.

A 13 de setembro, pela "estrada do mar" partiu a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino (instituída no Porto, a 24 de agosto),[59] a caminho de Lisboa. No dia 15 entravam em Coimbra, e foi nesta cidade que, no dia 17, souberam dos acontecimentos que tinham ocorrido em Lisboa, no dia 15 desse mês de setembro. No meio de muita confusão, o tenente Aurélio José Morais, um punhado de oficiais subalternos, alguns burgueses e muitos populares, aproveitando mais um aniversário da vitória contra os franceses em 1808, tinham deposto a Regência que durante doze anos havia governado o país. Constituíram, então, um governo interino de caraterísticas radicais - a Junta do Governo de Lisboa. O periódico *Mnemosine Constitucional* (setembro de 1820 a junho de 1821), no número do seu lançamento, e poucos dias depois do 15 de setembro, escrevia de forma arrebatadora:

> Repousai, cinzas venerandas de tantos e tão ilustres heróis, que haveis abrilhantado os fastos portugueses, repousai. Somos vossos dignos netos. Em vão não se ouve o vosso clamor. Os valentes e briosos habitantes do berço da Monarquia ergueram o estandarte da Liberdade ao 24 de Agosto, e os valentes e briosos habitantes do solo em que se ergue o Trono à dinastia reinante também empunharam o mesmo estandarte da Liberdade a 15 de Setembro. Nestes dois memoráveis dias o Douro e o Tejo ouviram ressoar em suas margens os vivas plausíveis, soltos por espontâneo impulso do coração, consagrado à nossa Santa Religião, ao nosso amado Soberano, o Senhor D. João VI, às Cortes, e à Constituição que elas fizerem.[60]

Estavam, assim, estabelecidas duas Juntas: uma no Porto, outra em Lisboa. Protagonistas diferentes, ideias distintas sobre o local onde reunir as Cortes, o método para eleição dos deputados, o maior ou menor alinhamento pela Constituição de Cádis.[61] Estabelecidos pontos de consenso mínimos com a fusão dos dois movimentos, e criada a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino (28 de setembro de 1820),[62] houve que saber acudir aos imensos problemas económico-financeiros e militares que o país atravessava, convocar as Cortes, suster a contrarrevolução, mas também os setores mais vanguardistas do movimento que queriam apressar a evolução dos acontecimentos. Notável a carta de Fernandes Tomás "do suposto Compadre de Belém ao de Lisboa" onde, falando de "leis feitas a vapor", ridicularizava os mais apressados. Para trás tinha ficado, a 11 de novembro, a *Martinhada*,[63] conduzida por um setor militar radical, que pedia o afastamento de Fernandes Tomás e de outros líderes históricos do *vintismo*, e uma constituição mais liberal que a espanhola.

---

[59] Presidida pelo brigadeiro Pinto da Fonseca

[60] *Mnemosine Constitucional*, N.º 1, de 25 de setembro de 1820.

[61] Constituição elaborada em Espanha (1812) durante a invasão francesa. Procurou clarificar a situação da monarquia espanhola. De cariz republicana e democrática, serviu de base a movimentos revolucionários posteriores. Vigorou em Espanha de 1812-1814, janeiro de 1820 a outubro de 1823, e de agosto de 1836 a junho de 1837.

[62] Governo que administrou Portugal, formado por duas juntas: A Junta Provisional do Governo e a Junta Preparatória das Cortes.

[63] Significou a rutura das fações sociais e políticas envolvidas na Revolução de 1820. A forma como foram convocadas as Cortes Constituintes despoletou a situação. Entre os militares envolvidos encontramos Bernardo de Sá Nogueira – Marquês de Sá da Bandeira.

1.1.3. Porto e Lisboa oitocentistas

A ocupação inglesa tão desejada aquando das invasões napoleónicas, rapidamente se tornou repressiva, e por isso odiada. Contudo, nestes dez anos de tutela britânica, a classe média e média-alta consolidou-se, ganhou raízes e poder, também consciência cívica e política, tendo os mercadores recuperado alguma da influência anteriormente perdida.[64]

Floresceram, assim, novos negócios de âmbito comercial e industrial. A cidade do Porto soube aproveitar-se desta situação, tirando partido de uma muito antiga indústria: a fiação e tecelagem de linho. A matéria-prima chegava ao cais do Douro vinda de Hamburgo, era rapidamente espalhada por centenas de artesãos que viviam nos arrabaldes da cidade, ou nos concelhos vizinhos, o que originava produtos acabados de qualidade, a preços muito baixos. Quando o mercado não requeria uma produção elevada, estes homens e mulheres tinham as suas leiras e os seus animais domésticos como meio de subsistência. [65]

Em Lisboa, um fenómeno semelhante ao do Porto assumia dimensão: a indústria do algodão. Sem a tradição têxtil do norte do país, Lisboa viu, com as ramas vindas do Brasil, nascer uma indústria algodoeira em finais do século XVIII. O início do século XIX, com as máquinas recém-chegadas de Inglaterra, permitiu que estas fábricas ganhassem grande importância, até porque *fugiam* ao Tratado de Methuen (1703).[66]

A indústria do algodão implantou-se, pois, em Lisboa, e ao contrário do linho, requeria unidades fabris de média ou grande dimensão, utilizando máquinas, cada vez mais modernas, importadas de Inglaterra. Como no Porto, proliferava uma classe endinheirada que, por estar mais próxima do Terreiro do Paço, depressa se viu catapultada para patamares sociais e políticos.[67]

---

[64] O *cliente* exército inglês, com uma oficialidade habituada a um nível de vida superior, deixou bons proventos aos comerciantes do Porto e de Lisboa.

[65]O Porto era, efetivamente, a capital do norte. Para isso contribuiu a importância da barra do Douro, com a exclusividade na exportação dos vinhos do Porto, também os do Minho, e a grande influência da Companhia Geral do Alto Douro. Também o comércio com o Brasil, e as outras colónias requeriam "mais de oitenta navios de muito maior porte que os navios mercantes de outras nações comerciais. Todos eles foram construídos nos estaleiros desta cidade, ou nos portos vizinhos, cuja construção e reparação ocupa um grande número de artífices". *In* COSTA, Agostinho Ribeiro da (1789), *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, cap. V, p. 203.

[66] Também chamado "Tratado dos Panos e Vinhos" assinado pela rainha Ana e pelo rei de Portugal D. Pedro II (17 de dezembro de 1703), desastroso para a economia nacional. I. Sua Majestade El Rey de Portugal promete tanto em seu próprio nome, como no de seus sucessores, de admitir para sempre daqui em diante no Reino de Portugal os panos de lã, e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra (…).

II. É estipulado que Sua Sagrada e Real Majestade Britânica, em seu próprio nome e no de seus sucessores será obrigada para sempre daqui em diante, de admitir na Grã-Bretanha os vinhos do produto de Portugal, de sorte que em tempo algum (haja paz ou guerra entre os Reinos de Inglaterra e de França), não se poderá exigir de direitos de Alfândega nestes vinhos, (…).

[67] A embrionária revolução industrial portuguesa, iniciada no século XVIII, veio agravar o já de si frágil equilíbrio anterior. A emergência de uma nova sociedade urbano-industrial arrastou consigo uma progressiva perda de identidade, também de centralidade económica, social e simbólica. Nesta relação desigual, os *citadinos* convivem com os *aldeãos*, olhando-os como gente diferente, não educada, *parola* ou *labrega*, termos muito usados para definir a situação. Quebrou-se, assim a complementaridade até aí existente, e alteraram-se as relações entre os diferentes setores da população. Ao mundo rural cabia abastecer, pela manhãzinha, os mercados urbanos, vivendo disso e para isso e, mais grave ainda, tornou-se também fornecedor de mão-de-obra desqualificada, por isso barata, para as atividades económicas que se desenvolviam nos grandes centros. Assim, as cidades organicamente integradas em áreas rurais, evoluíram para concentrações urbano-industriais, polarizando em si vastíssimas zonas envolventes.

1.1.4. As contradições do vintismo

Desde a manhã dia 24 de Agosto, no Porto, que as indecisões e indefinições paralisaram, em muitos aspetos, a Revolução. A *Martinhada* foi, como vimos, um primeiro sinal. As eleições de dezembro de 1820 já mostravam uma arrumação de forças: os liberais moderados (onde encontramos infiltrado o setor mais reacionário), os *gradualistas* de Fernandes Tomás, e os *radicais*. Silva Dias esclarece que não havia "discrepância (ainda) muito significativa entre essas alas no que respeitava aos direitos e garantias individuais, aos direitos e liberdades cívicas e políticas, à separação dos poderes do Estado, à liberdade de imprensa em matéria estranha ao dogma e à moral, ao carácter eletivo, por sufrágio popular, do Parlamento e dos órgãos da administração local, e à igualdade dos cidadãos perante a lei, perante o foro e perante o acesso aos cargos políticos".[68] Este unanimismo, em temas tão sensíveis, não poderia ser duradouro. Como em 1910, como em 1974, a colagem das forças mais conservadoras à fação mais moderada permitiu a sua sobrevivência política.

Mas onde encontramos as diferenças que definiam os três movimentos? O mesmo autor diz-nos que havia dissonância "entre os moderados, de uma parte, e os gradualistas e radicais da outra, no tocante à organização das Cortes em duas Câmaras, ao veto absoluto da realeza em matéria legislativa, ao poder régio de dissolver as cortes, à existência de uma censura prévia para os escritos relativos ao dogma e à moral, à (ou não) interferência do Parlamento na ação do governo coberta pela lei, à primordialidade de gestão da conjuntura ou à reforma das estruturas". Todavia, a relação entre gradualistas e radicais não era melhor, muito especialmente no que se referia "à profundidade, extensão e celeridade de acumulação das reformas de estrutura social e económica, assim como no que tange ao saneamento do funcionalismo e ao ostracismo, ou mesmo esconjuro político, do elemento conservador da sociedade portuguesa".[69] A estas três alas da família vintista correspondiam três modelos políticos: o constitucionalismo inglês, preferido (sem excluir reajustamentos para mais liberal) pela ala moderada, o modelo francês da época da Convenção, preferido (também com reajustamentos para menos violência) pela ala radical, e o modelo espanhol de Cádis, preferido (igualmente com reajustamentos) pela ala gradualista.

Borges Carneiro (1774-1833), um dos principais ideólogos do triénio constitucional português, morto durante o *miguelismo*, deixou-nos uma obra que ajuda a entender melhor a época e os seus interesses: este constitucionalista rejeitava o pensamento revolucionário francês, jacobino, seguindo Locke, Montesquieu e Rousseau. Manteve-se sempre fiel a D.

[68] DIAS, J. S. da Silva (1980), O vintismo: realidades e estrangulamentos políticos, in *Revista Análise Social*, vol. XVI (61-62), p. 274.
[69] Idem, *Ibidem*.

João VI e, mais tarde, a D. Pedro IV, a quem dedicou a obra *Direito Civil de Portugal*, [70] embora não tenha aprovado o seu posicionamento aquando da independência do Brasil.

Em tempo de incertezas, de falta de informação, num país iletrado, Silva Dias conta que as figuras de proa destacavam-se pelos seus dons oratórios e pela imprensa *amiga* que os apoiava, sendo o suporte destes políticos transversal na sociedade.[71]

A leitura dos periódicos permite dizer que os obreiros da revolução de 1820, e da Constituição de 1822, nunca pretenderam retirar o poder executivo ao monarca (que a generalidade respeitava e reverenciava), competindo-lhe a chefia do Governo. O que esta geração liberal pretendia era gerir equilíbrios, pois não estava disposta a financiar os gastos sumptuários da nobreza decadente e de uma legião de homens da igreja (pouco úteis ao mundo do trabalho). Estas vozes passavam a mensagem que tinha sido interrompido o tradicional diálogo entre o rei e o povo.

> A Proclamação do ex-Governo, datado de 29 de Agosto, é com efeito o documento mais autêntico da sagrada justiça que nos assiste e a prova indestrutível da usurpação que haviam sofrido nossos direitos, pela criminosa e astuta inversão com que os satélites do Despotismo apresentaram falsos princípios ao Soberano, a fim de promoverem seus interesses arbitrários.[72]

Por isso a burguesia (de onde haviam saído os magistrados) ter-se dado por satisfeita com o controlo legislativo e judicial. Por certo não foi por acaso que esta *nova ordem* criou diferentes impedimentos para afastar o povo da ida às urnas. Garrett questionava o poder lembrando que, embora "a Constituição declarasse que todos os portugueses eram *cidadãos*, nem todos os portugueses ficaram dotados com aquele direito que os liberais consideravam a mais imperativa prerrogativa do cidadão: o direito de eleger e ser eleito para a assembleia soberana".[73] Será que estes políticos do vintismo eram paradoxalmente vanguardistas de um tempo passado? Muitos autores acreditam que sim…

1.1.5. A Constituição de 1822 – primeira constituição escrita portuguesa

A Constituição Espanhola de 1812, dita de Cádis, com os seus 384 artigos, em vigor aquando da revolução *vintista,* foi o principal modelo do nosso texto constitucional, tendo

[70] CARNEIRO, Manuel Borges (1774-1833), *Direito Civil de Portugal*: contendo três livros, I das pessoas, II das cousas, III das obrigações e ações. Lisboa, Tip. Maria da Madre de Deus,1858. (Exemplar digitalizado *in* Biblioteca Nacional.)

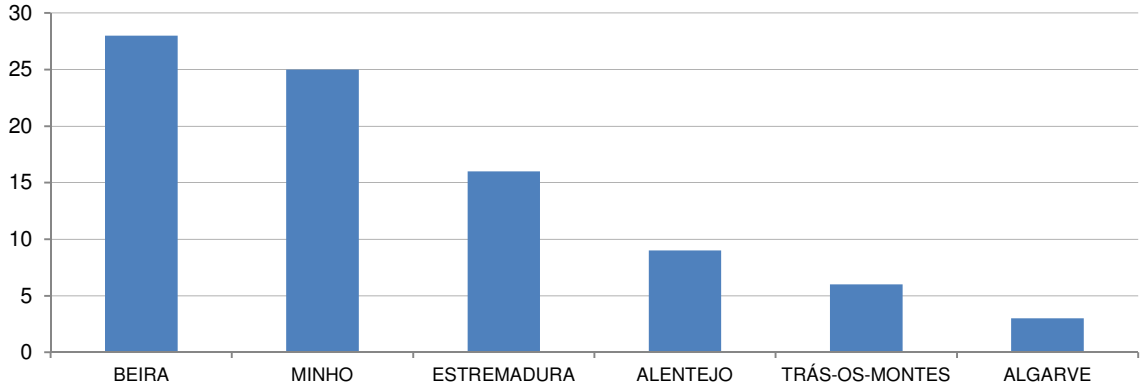
[71] Assim, a base social de apoio dos moderados eram a alta burguesia comercial e a burguesia industrial (esta última ainda, como se sabe, primordialmente artesã e, no escasso núcleo capitalista, sem uma mão-de-obra ideológica ou politicamente consciencializada); os comerciantes e os proprietários vilãos, a pequena burguesia rural do Centro e Norte do País; a fidalguia deserdada, empobrecida ou aburguesada; faixas importantes do médio funcionalismo, da pequena nobreza e do baixo clero provinciais. Já os gradualistas tinham por si as poderosas profissões liberais, o poderoso médio funcionalismo e o influente e ativo corpo do comércio urbano (os três grupos com interesses consideráveis nos sectores agrícola e financeiro), o baixo funcionalismo urbano, a média burguesia rural, uma parcela dos intelectuais e do baixo clero. Os radicais apoiavam-se numa parte significativa da inteligência liberal de Lisboa e da província; franjas apreciáveis da média e alta aristocracia lisboetas; o pequeno comércio e o baixo funcionalismo da capital; os caciques vilãos e rurais acossados pelas rivalidades de campanário.

[72] *Minerva Constitucional*, N.º 8, de 9 de dezembro de 1820.

[73] GARRETT, Almeida (1985), *Escritos do vintismo* (1820-1823), p. 161.

alguns pensado adotá-la como lei provisória do país. Sob a sua influência, os nossos constituintes iniciaram os trabalhos elaborando um documento a que chamaram *Bases da Constituição*, aprovadas em Cortes, em março de 1821. Estas normas constitucionais foram retificadas e assinadas por 87 constituintes, representando as seguintes regiões: *Beira, 28 (32%); Minho, 25 (29%); Estremadura, 16 (18%); Alentejo, 9 (10%); Trás-os-Montes, 6 (7%); Algarve, 3 (4%).*

GRÁFICO 3. DEPUTADOS POR REGIÕES – MARÇO DE 1821



Partindo destas *bases*, que serviram provisoriamente de Constituição, e durante a elaboração das quais a educação, segundo relatos da época, foi muito discutida, seguiram os constituintes para a redação final da Constituição que foi aprovada em 23 de setembro de 1822, jurada pelos deputados no dia 30, pelo rei em 1 de outubro, convertendo-se em lei no dia 4.

> Embora preconizasse uma constituição escrita, de modo revolucionário, com absoluta divisão de poderes e fixação de direitos e garantias, o Liberalismo apresentou-se como restaurador das antigas "liberdades" do reino. O prefácio à sua primeira constituição, a de 1822, dizia-o sem ambiguidades, ao declarar que as Cortes, "(…) intimamente convencidas que as desgraças públicas que tanto a têm oprimido e ainda oprimem [à Nação] tiveram a sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia; e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento destas leis, ampliadas e reformadas", pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação (…).[74]

E, tal como em Espanha, a adoção da palavra tradicional *cortes*, para os parlamentos constitucionais, simbolizou bem essa atitude".[75]

Acredito que os amantes da educação tenham ficado perplexos. Independentemente de sabermos que uma constituição, como lei fundamental de um país, apenas deve consagrar os direitos essenciais dos cidadãos, os princípios por que se deve reger o Estado, bem como as grandes orientações programáticas a que os seus órgãos devem obedecer (estabelecendo ainda

[74] *Constituição Política da Monarquia Portuguesa*, Lisboa, 1822, pp.5-6.
[75] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), *Portugal e a Instauração do Liberalismo*, vol. IX, p. 235.

regras de organização do poder político), não é menos verdade que, comparativamente com outros articulados, se esperava uma maior clarificação do que se queria para o ensino público. Por isso muitos estranharem o *esquecimento* que levou os legisladores a não passarem ao papel as muitas ideias, fruto de grandes discussões, havidas ao longo dos debates. No conclave estavam homens brilhantes, juristas eméritos, conhecedores do nosso atraso em relação aos restantes países europeus. O texto constitucional (sobre a instrução) saiu inesperadamente pobre, relevando-se o artigo 237.º que criava "escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis". Bem mais acautelados foram os articulados referentes à Imprensa. *O Verdadeiro Liberal*, a poucos meses da publicação da primeira lei sobre a liberdade da imprensa, escrevia, pela pena do seu redator:

> A liberdade de prensa, de que estamos próximos de gozar, é sem contradição, o mais seguro garante dos direitos do homem. O progresso das luzes tendo removido os limites do pensamento, e dilatado a esfera de nossos conhecimentos, tem igualmente contribuído para ilustrar as Nações as menos civilizadas, despertar-lhes o conhecimento de suas forças, mostrar-lhes a ação que podem exercer sobre a balança política e, finalmente, calcular as vantagens que podem colher do concurso de tantas e tão felizes circunstâncias.[76]

1.2. A CONTRARREVOLUÇÃO ABSOLUTISTA

Chegado ao Brasil,[77] D. João rapidamente encontrou tudo o que desejava: tranquilidade, distanciamento em relação às potências europeias e às intrigas da Corte.

A revolução de 1820 foi muito bem recebida em terras brasileiras[78], onde as lojas maçónicas tinham divulgado (desde 1789) os ideais revolucionários. Isso ajuda a explicar o movimento popular a que os militares e o Infante D. Pedro aderiram, para pressionar D. João VI a aceitar as bases da futura Constituição (28 de fevereiro). Mas também é verdade que, nesse momento, o Brasil ultrapassara o estatuto de colónia: era reino por outorga do rei de Portugal (1815). O desenvolvimento económico-financeiro apresentava-se como uma realidade. Nascia e afirmava-se uma burguesia liberal de capitalistas e intelectuais, com possibilidades de se assumirem como alternativa ao poder. Dessas figuras emergiria o cientista José Bonifácio,[79] que havia regressado às origens, em terras paulistas, vindo de Coimbra para descansar e escrever…

---

[76] *O Verdadeiro Liberal*, N.º 1, de 1 de março de 1821.

[77] A Família Real desembarcou no Rio de Janeiro, depois de uma passagem pela Baía, em 24 de janeiro de 1808. D. João, ainda regente, estatuto que manteve até 1816, por incapacidade da mãe, a rainha D. Maria I, desde logo procurou fazer do Brasil um reino aberto a todos os países amigos. Acredita-se que D. João nunca mais tenha equacionado o regresso a Lisboa.

[78] A notícia da revolução do Porto chegou ao Rio de Janeiro a 17 de outubro. A adesão de Lisboa, a 11 de novembro.

[79] José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838). Professor da Universidade de Coimbra, cien- tista, político, abolicionista, grande defensor da educação pública. Anteviu a necessidade da construção de uma nova capital para o Brasil, no seu interior subdesenvolvido, o que viria a acontecer em 1960.

A imprensa chegou muito tarde a terras brasileiras.[80] Duas datas são apontadas como marcos fundadores: o lançamento, em Londres, do *Correio Braziliense* (1 de junho de 1808), e a criação pelo príncipe-regente, D. João, da Imprensa Régia e da *Gazeta do Rio de Janeiro* (10 de setembro de 1808). Isto para dizer que, como na metrópole, os habitantes das principais cidades brasileiras tinham acesso à imprensa oficial, como recebiam periódicos clandestinos, libertários, profundamente liberais.

1.2.1. A independência do Brasil

Rapidamente as clivagens entre a colónia e a metrópole se fizeram sentir. As Cortes de Lisboa apontavam para o Brasil um sistema colonial (nada liberal, diga-se) que, até os mais moderados brasileiros não estavam dispostos a aceitar.[81] A permanência da Família Real no Rio de Janeiro, os movimentos revolucionários (Pará, Baía, Pernambuco, Paraíba,…) que, de há muito, vinham a ser reprimidos, tinham criado um espírito de autonomia irreversível.

D. João VI, sempre indeciso, acabou por nomear D. Pedro (22 de abril de 1821) regente e seu lugar-tenente no Brasil, regressando a Portugal quatro dias depois. Entrou no Tejo a 3 de junho, e jurou novamente as bases da Constituição. "D. João só se submeteu a ela em situação desesperada e enquanto não conseguiu reunir forças favoráveis ao restabelecimento do seu poder. (…) A Constituição de 1822 assentava no princípio monárquico formulado de modo inaceitável para qualquer figura real nesta época".[82]

Em setembro, as Cortes decretam o imediato regresso de D. Pedro a Lisboa. Os independentistas do Rio do Janeiro, apoiados nas Juntas dos Governos de São Paulo e de Pernambuco opuseram-se abertamente. Muitos acreditaram, que a República era possível...

> O navio almirante Cockburne, que chegou do Brasil, traz notícias do Rio de Janeiro (…). Em substância são: que tendo ali chegado a ordem das Cortes para S. A. R. voltar para Lisboa, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro se juntou, imediatamente, e tomou a determinação de apresentar a S. A. R. um memorial conjurando-o em nome do povo, para que ficasse no Brasil, tomando em consideração as perigosas consequências que inevitavelmente se seguiriam pela sua partida. A Câmara se dirigiu ao Paço, e foi muito bem acolhida pelo Príncipe, que prestou o seu consentimento acedendo a tais rogativas. Isto foi celebrado com grandes festejos e iluminações que duraram três dias.[83]

A situação no Brasil degradou-se progressivamente. A 6 de agosto de 1822, D. Pedro declarava que Portugal atentara contra os direitos do Brasil, impondo uma *tirania portuguesa.* Um mês depois (7 de Setembro), a inevitável e esperada proclamação da independência.

---

[80] No Brasil lamenta-se este atraso. Olhando para países vizinhos: *Gazeta do México Y Noticias de Nueva España* (1722); *Gazeta da Goathemala* (1730); *Diario de Lima* (1790), etc.

[81] Nas Cortes de Lisboa estavam fortemente representados elementos da burguesia mercantil, que ambicionavam reconquistar privilégios perdidos. Assim, algumas medidas aprovadas visavam retirar prerrogativas à colónia, conquistadas aquando presença da Corte no Brasil, restaurando antigos monopólios.

[82] PEREIRA, Miriam Halpern (1994), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, p. 22.

[83] *Astro da Lusitânia*, N.º 44, de 2 de abril de 1822.

A 23 de setembro de 1822, em Lisboa, era promulgada a Constituição Portuguesa. D. João VI jurou o documento, enquanto a rainha Carlota Joaquina se negou a fazê-lo, coerentemente, sendo por isso afastada do palácio da Bemposta, vulgo Passo da Rainha, em Lisboa, para o palácio do Ramalhão, em Sintra.

1.2.2. A insatisfação absolutista: um país em guerra

A chegada do rei, as posições abertamente antiliberais da rainha Carlota Joaquina e do infante D. Miguel, a invasão francesa da Espanha (os 30 000 filhos de São Luís) com a reposição do absolutismo no país vizinho, animaram todos os defensores do Antigo Regime, abrindo-lhes a possibilidade de reporem, também em Portugal, a *velha ordem*. D. João, estranhamente, procurava conciliar o inconciliável, formando o ministério com liberais moderados e absolutistas históricos: "indefinição de uma fórmula de governo monárquico-constitucional ou monárquico-tradicional".[84] Numa proclamação ao povo de Lisboa (31 de maio), D. João VI rejeitou o poder absoluto e prometeu respeitar as liberdades individuais, afirmando que, a curto prazo, promulgaria as bases de um novo código para "a felicidade dos súbditos", solicitando a Palmela, seu conselheiro desde *os anos brasileiros*, a elaboração de outra Constituição mais moderada, ao bom estilo inglês. José Sebastião Saldanha de Oliveira e Daun, neto do marquês de Pombal, num livro publicado em Lisboa (1823) escreveu:

> A Tradição comunicada já pelos historiadores, já pelos Pais de Família os perpetua para sempre; e neste caso está a decantada, estultamente denominada Regeneração, essa monstruosa revolução, resultado da rebelião de 1820, última talvez, e desgraçada tentativa do Jacobismo Europeu, que afugentado por toda a parte, acoutando-se em Portugal na parte mais ocidental da Europa, pode um dia desenvolver-se para cobrir de opróbrio, e desonra os seus fazedores, e precipitar esta monarquia em um abismo de que a salvou a sabedoria, a Prudência de um Rei Incomparável, o Valor, e Resolução de um Infante Herói.[85]

D. Miguel, que havia saído da Vila-Francada aparentemente derrotado, mas com poderes reforçados (generalíssimo do Exército Português), em abril de 1823, mandou deter as principais figuras civis e militares que se lhe opunham (o duque de Palmela, entre muitos), [86] para "esmagar de uma vez por todas a pestilenta cáfila de pedreiros-livres, acabando de uma

---

[84] VARGUES, I. N. *e* Torgal, L. R. (1998), Da revolução à contrarrevolução: vintismo, cartismo, absolutismo, o exílio político, *in* Mattoso, José, (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, p. 68.

[85] DAUN, José Sebastião Saldanha de Oliveira e (1823), *Diorama de Portugal nos 33 Mezes Constitucionaes, ou Golpe de Vista sobre a Revolução de 1820 – a Constituição de 1822 – a Restauração de 1823. E acontecimentos posteriores até ao fim de Outubro do mesmo ano*.

[86] Duque de Palmela. Todas as considerações me obrigam a falar em primeiro lugar deste notável estadista. O duque de Palmela tem talento, algum estudo, bastante conhecimento dos homens e das coisas, e muita prática dos negócios do Estado; mas bem ajustadas as contas, afinal o *nome* é maior que a *realidade*. (…) Regressado a Portugal com o Senhor D. João 6.º, de bem lembrada memória, o duque, então conde de Palmela, não mereceu a confiança dos liberais; mas depois contrariou os planos e ardis ambiciosos da rainha D. Carlota, e D. Miguel. Os liberais tinham-lhe dado mais importância, do que ele mostrou merecer na *abrilada*. Este movimento revolucionário nunca chegaria a ter lugar, se Palmela, então no Ministério, e nele, com o conde de Subserra, principal influente, possuísse metade da aptidão, que se lhe atribuía: e é para notar que o movimento não foi o que se intentara, por incapacidade dos que dirigiam D. Miguel, e que não vingou, graças unicamente ao ilustre procedimento do corpo diplomático. *In* Luz Soriano, *História do Cerco do Porto*, p. XIII.

vez com a infernal raça maçónica, antes que ela acabe connosco". D. João VI, viu-se cercado no palácio da Bemposta, onde se encontrava, acompanhado pelo seu conselheiro Beresford.

O corpo diplomático acreditado em Lisboa reagiu de forma eficaz, destacando-se a intervenção dos embaixadores da França e da Inglaterra.[87] D. João VI refugiou-se no navio britânico *Windsor Castl*, onde reassumiu o poder, exonerou o filho rebelde de todas as funções, determinando-lhe o exílio que o levaria à corte de Viena. Os prisioneiros políticos foram libertados e o poder, em Lisboa, continuou com as indefinições anteriores.

Em 29 de agosto de 1825 é assinado, no Rio de Janeiro, um Tratado da Paz e Aliança com o Brasil, reconhecendo-se, assim, a sua independência. D. João VI ratifica o documento a 15 de novembro. O falecimento de D. João VI, em 10 de março de 1826, provocou a crise sempre adiada.

> (…) pelos princípios de Março daquele ano (1826) achando-se na quinta da Praia de Belém tomou de tarde uma pequena refeição, e voltando ao palácio da Bemposta foi atacado de vómitos e desmaios, que em pouco anunciaram sintomas terríveis e assustadores. Contava-se 4 do mês, e os boletins dos dias 5 e 6 publicaram o aumento da moléstia; mas os de 7 e 9 falaram de melhoras, até que progredindo a crise sucumbiu no dia 10 próximo às 5 da tarde, segundo afirmaram os papéis oficiais do Governo.
>
> (…) e logo os boatos circularam que D. João VI tinha sido envenenado, dando corpo a estas suspeitas o parecer de alguns médicos que o tinham tratado, e a morte repentina do cirurgião Aguiar, íntimo privado do rei, que segundo o temerário juízo dos partidistas do tempo se suicidara, uns diziam por remorsos do crime, outros pela desesperação de ter perdido o seu benfeitor (…).[88]

Rocha Loureiro, jornalista de *O Portuguez* (1814-1822/1823-1826) em Londres, deixou o seguinte comentário: "Já era tempo desse senhor [D. João VI] fazer alguma boa ação!".

1.2.3. D. Pedro e a Carta Constitucional

A morte inesperada de D. João VI, envenenado ou não, ninguém o sabe ao certo, levantou um problema de sucessão: o filho mais velho estava no Brasil; D. Miguel residia em Viena, para onde fora mandado por carta régia de 12 de maio de 1824, depois da abortada revolta de 30 de Abril - a *Abrilada*. Mas toda a Corte conhecia um Decreto, publicado com data de 6 de Março, em que o monarca premonitoriamente atribuía a Regência do Reino aos Conselheiros, sob a presidência da Infanta Isabel Maria, que ficava com a prerrogativa da decisão no caso de empate. Traçando o futuro, D. João VI reconhecia o filho D. Pedro como Príncipe Real de Portugal e Algarves, em documentos devidamente reconhecidos. Validando estas Cartas de Lei, e seguindo as orientações de D. João VI, o Conselho de Regência legalizou o infante D.

[87] Hyde de Neuville e Edward Thornton.
[88] GUIMARÃES, Rodrigo José Oliveira (1846), *Revista Histórica de Portugal desde a morte de D. João VI até o falecimento do Imperador Dom Pedro*, 2.º ed., p. 3.

Pedro como legítimo rei de Portugal. A notícia causou um profundo mal-estar em terras brasileiras, onde vozes avisadas não aceitaram que o seu imperador cingisse a coroa portuguesa, o que resultaria na unidade da antiga monarquia. Pressionado, D. Pedro vê-se obrigado a abdicar do trono de Portugal (3 de maio), a favor de sua filha mais velha, Maria da Glória (Maria II de Portugal) à época com sete anos de idade, reafirmando na pessoa da irmã, Dona Isabel Maria, a regência do reino.

Em Portugal o descontentamento de largas faixas de opinião não foi menor, embora D. Pedro ter abdicado em favor da filha tenha apaziguado muitas consciências. Já atrás referi a incomodidade da grande figura do liberalismo, Borges Carneiro, sobre a posição de D. Pedro aquando da independência da ex-colónia. E o português comum? As palavras que então se ouviram em muitas bocas foram duas: renegado e traidor. E isso haveria, no futuro, de dar força aos simpatizantes miguelistas, ou *legitimistas*, precisamente por considerarem D. Miguel o sucessor natural de D. João VI.

Embora distante, o primeiro ato político de D. Pedro, seguindo orientação do Governo inglês, e numa clara tentativa de pacificar e distender as tensões entre os liberais, defensores da Constituição de 1822 e os absolutistas, crentes num regime autoritário, foi confirmar os poderes da regência e outorgar uma nova constituição – a Carta Constitucional,[89] jurada em Lisboa em Julho de 1826, e por D. Miguel em Viena, em Outubro. Tudo indicava que se estava a iniciar um novo ciclo liberal, embora de cariz moderado, na vida portuguesa. No referente à Imprensa a Carta Constitucional parecia assegurar a liberdade.

> Parágrafo terceiro, artigo 145: Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contando que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determinar.[90]

Acontece que sucessivas leis e decretos subverteram, rapidamente, o legislado. Aragão Morato, chefe do Governo criou, a 23 de setembro, uma Comissão de Censura para os "papéis volantes e escritos periódicos". Mas a abertura foi o incentivo bastante para o país assistir ao nascimento de diferentes jornais, acontecimento também explicado pela fratura no campo liberal e a necessidade de teorizar as diferenças: uns defendiam a Constituição de 1822, autoproclamavam-se *progressistas*, e os seus ideólogos provinham, maioritariamente, da baixa e média burguesia; os liberais cartistas, mais conservadores, agrupando a alta burguesia. A imprensa viu-se enriquecida perante este confronto ideológico, com contornos económicos, que perdurou sob diferentes matizes até aos nossos dias.

[89] A versão completa está acessível em <*http://purl.pt/11484/3/*.
[90] *In* diferentes periódicos.

Esta *Carta*, baseada na sua congénere brasileira de 1824, e inspirada na francesa de 1814, apresenta-se mais conservadora que a de 1822 (tentativa clara de reconciliar burguesia e classe senhorial), impondo quatro poderes: o legislativo, a cargo de duas Câmaras: a dos Deputados (eleita por sufrágio indireto e censitário), e a dos Pares (nomeados a título vitalício e hereditário); o poder judicial; e os poderes executivo e moderador – que cabiam ao monarca. Esta "visão da Monarquia diferia da anterior porque, segundo o vintismo, havia rei por haver Constituição; segundo o cartismo havia Constituição porque havia rei".[91] Com esta nova fórmula o poder moderador estava no monarca, que passava a ter a direção do Estado e capacidade para convocar Cortes, adiar e suspender as sessões, recusar a promulgação das decisões do Parlamento, nomear e demitir ministros. A *Carta* era para muitos um regime absoluto, habilmente disfarçado pela Santa Aliança, que não abdicava de governos mandatados pela *sabedoria divina*.[92]

Oliveira Martins[93] deixa-nos perceber o desastre que se avizinhava, retratando um D. Pedro *romântico, mas vaidoso*, um D. Miguel *marialva, beato e bronco, instrumento das influências que o cercavam*, com Palmela, o *estrangeirado astuto*, *fumador eterno e indolente,*[94] a manipular nos bastidores as marionetas que se prestavam aos seus desígnios. E a *Carta* pensada para unir os portugueses, tornou-se fator de conflito, afastando ainda mais as duas correntes em confronto. Os extremos tocavam-se. Alguns, mais ilustrados, recuavam na história, e olhando para o Art.º 39 da Magna Carta (1215), pensavam como as coisas andavam devagar! E conheciam de cor esse artigo que determinava que, a partir dali, "Nenhum homem livre poderá ser preso, aprisionado ou privado de uma propriedade, ou tornado fora-da-lei, ou exilado (…) a não ser por julgamento legal dos seus pares, ou pela Lei da terra".

Aquando da imposição da Carta Constitucional[95] à Nação, à Regência e ao Infante D. Miguel, D. Pedro determinou o casamento da infanta Maria da Glória com o tio.[96]

No final de outubro (dia 30) abrem, oficialmente, as Cortes *cartistas*. A antiga aristocracia tinha recuperado influência e poder, quer no aparelho de Estado, quer a nível local. Não espanta, pois, encontrarmos numerosos deputados absolutistas nas Cortes de 1823. O campo liberal apresentou-se dividido e enfraquecido: Palmela desejava um acordo de regime com os absolutistas; Passos Manuel continuava fiel à Constituição de 1822. Fernando Pessoa

[91] SARAIVA, José Hermano (2003), *História Concisa de Portugal*, 24.ª ed., p. 286.
[92] Constitui a segunda constituição portuguesa, e esteve 77 anos em vigor: de abril de 1826 a maio de 1829, de agosto de 1834 a setembro de 1836 e de janeiro de 1842 a outubro de 1910, data da revolução republicana. Sofreu quatro atos adicionais, que a foram modernizando, adaptando-a às realidades emergentes.
[93] Político e cientista social (1845-1894), figura importante da história contemporânea portuguesa, mentor de António Sardinha, António Sérgio, Eduardo Lourenço, e muitos outros.
[94] MARTINS, Oliveira (1895), *Portugal Contemporâneo*, 3.ª ed., vol. I, pp.71 e 119.
[95] A Carta Constitucional começou a ser publicada na *Gazeta Oficial de Lisboa*, em 12 agosto, 1826.
[96] Para isso foi dispensado o impedimento sanguíneo, por breve [documento circular assinado] do papa Leão II.

escreveu a propósito: "Nada há de menos latino que um português. Somos muito mais helénicos – capazes, como os gregos, só de obter a proporção fora da Lei, na liberdade, na ânsia, livres de pressões do Estado e da Sociedade. Não é uma blague geográfica o ficar Lisboa e Atenas quase na mesma latitude." [97]

Em 16 de dezembro o Ministério foi recomposto, tornando-se ainda mais conservador com a entrada D. Francisco Lobo, bispo de Viseu, e do almirante António de Noronha, duas figuras gradas do *miguelismo*. Para muitos, D. Pedro, ao aceitar a independência do Brasil, tornara-se um rei estrangeiro. Não admira, pois, que forças conotadas com estes adeptos do absolutismo tenham tentado, por diferentes ocasiões, suspender a *Carta*. A guerrilha absolutista, que desde a Vila-Francada e Abrilada nunca tinha deposto as armas, mostrava-se cada vez mais agressiva, refugiando-se em Espanha, sempre que se sentia ameaçada. Os periódicos relatam-nos, com pormenor, as movimentações do brigadeiro Magessi no Alentejo, do conde de Amarante, a Norte, mas notícia são também as guerrilhas em Almeida, Vila Pouca de Aguiar, Chaves, o mesmo acontecendo por terras algarvias. O país estava em guerra.

> Bragança, 15. Ontem passou aqui um honrado espanhol, o qual disse que no dia 13 do corrente à noite se mandara uma patrulha grande ao povo Sculqueira próximo à raia, para surpreender uma guerrilha portuguesa que ali se estava unindo para vir à vila de Vinhais tirar os presos da cadeia, a qual guerrilha era comandada pelo abade de Gestosa, filho do cirurgião-mor de Cavalaria 12.
>
> Chaves, 17. Aqui se tem recolhido alguns que estavam na Galiza, sendo um deles um sargento, que teve baixa chamado Dias, que ainda há pouco deu os tiros em uma sentinela de Caçadores 6, como se mandou dizer nesse tempo; foi o que aliciou os mais dois que daqui fugiram, foi grande guerrilha quando aqui entraram, fez aqui grandes roubos, e agora anda aqui a passear muito fresco!
>
> Melgaço, 17. Os guerrilhas de S. Gregório no dia 14 aprisionaram junto a esta praça, pelas 4 horas da tarde, o filho do escrivão Tomás José Gomes d´Abreu, por ser este o escrivão da devassa dos rebeldes. Conduziram-no para a Espanha, e ali o tiveram duas noites escondido na casa que o capitão Vellozo lá tem arrendado.[98]

É dentro deste ambiente doentiamente ambivalente que a vida do país decorreu entre janeiro de 1827 e fevereiro de 1828, com a chegada de D. Miguel a Lisboa, vindo de Viena, via Londres e Plymouth. A chegada do Infante ao Tejo (22 de fevereiro) transformou-se em acontecimento nacional.[99] Além das razões históricas, esta popularidade de D. Miguel advinha da miséria em que vivia o país, depois de mais trinta anos de guerras, tendo a Igreja

---

[97] PESSOA, Fernando - Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta & Maria Paula Morão (1979), *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*, p. 80.

[98] *Borboleta*, Porto, N.º 165, de 22 de agosto de 1827.

[99] Pelas 2 horas da tarde começaram a ouvir-se salvas nas fortalezas e nos navios de guerra e, por entre esse ruído festivo navegava o Pérola. D. Miguel desembarcou em Belém, recebido pelas Infantas, suas irmãs, e por muita gente que corria a aclamá-lo. Os sinos repicavam sem cessar. A multidão "saudava-o como rei absoluto", dando "morras a D. Pedro e à Constituição". Em 26 de fevereiro, pela 1 hora da tarde, foi entregue a D. Miguel pela regente, Infanta Isabel Maria, o governo. No dia 1 de março, o povo voltou ao palácio aclamando-o rei absoluto. Relato recolhido em diferentes periódicos.

sido o único apoio destas legiões de deserdados e famintos, uma Igreja maioritariamente realista. D. Miguel, fervoroso admirador de Metternich (1773-1859), afirmando não ser simpatizante da monarquia absoluta, mas apenas pretender libertar o país das influências estrangeiras, principalmente das ideias maçónicas, que considerava "criminosamente maléficas", ganhando assim o apoio popular.

Entretanto, os legitimistas iniciavam uma *caçada* implacável aos simpatizantes da causa liberal. Em Março de 1828 as Câmaras (impostas pela Carta) foram dissolvidas, a nobreza e o clero pediram ao regente que cingisse a coroa e revogasse a Carta Constitucional. A censura, a cargo da Mesa do Desembargo do Paço, asfixiou os periódicos em fase de consolidação, os homens dos jornais foram perseguidos e presos - muitos conseguiram fugir para fora das nossas fronteiras. Finalmente, a 25 de abril, depois de violentos tumultos, o senado de Lisboa proclamou D. Miguel rei de Portugal. Procurando legitimar a coroa, de pronto convocou os antigos Três Estados do reino, à maneira tradicional. Tentando opor-se, revoltou-se a guarnição do Porto (16 de maio) jurando fidelidade à Carta de 1826. Constituíram uma Junta Provisória de Governo e marcham até Coimbra. A rebelião foi sufocada com brutal violência. Saldanha e Palmela, que tinham vindo liderar o movimento, reembarcaram no Belfast que os trouxera, agora na companhia de muitos voluntários, académicos de Coimbra e tropas aderentes, fugindo todos para a Galiza e dali para Inglaterra. No dia 7 de julho D. Miguel foi aclamado rei absoluto, perante os Três Estados.

Os partidários do Constitucionalismo procuraram refúgio no estrangeiro. Os jornais publicados em França e em Inglaterra são exemplo do fervor patriótico e constitucional:

> Não senhor: nós cá somos e declaramos ser o *Chaveco Liberal*; içamos bandeira portuguesa constitucional; (…) A esse monstro [D. Miguel], nem leis de mar, nem de terra, nem humanas, nem divinas, nem civis, nem naturais o defendem. Fora de todas as leis por seus crimes, barrido da espécie humana por seus vícios, nem como príncipe – nem como português, nem como homem o consideramos já.[100]

A resistência começava a organizar-se um pouco por todo o lado, tendo como capital a Ilha Terceira, nos Açores.[101] Em Londres, o *Chaveco Liberal* (setembro de 1829 a dezembro de 1829), onde pontificavam Almeida Garrett e Ferreira Borges, regozijava-se, embora as notícias ainda fossem imprecisas:

> A *Quotidianna* de hoje publica um pomposo boletim das grandes vitórias que as tropas de D. Miguel tem alcançado na Ilha Terceira, onde conseguiram desembarcar. Segundo ela, os

[100] *O Chaveco Liberal*, Londres, N.º 1, de 9 de setembro de 1829.
[101] Depois de uma tentativa frustrada, uma força liberal desembarcou (fevereiro de 1829) na ilha Terceira, nos Açores. Em Maio foram executados os réus da insurreição do Porto. Em junho chegou aos Açores o duque da Terceira como capitão-general, nomeado por Palmela. Em agosto surge, na linha do horizonte, a esquadra miguelista, que consegue desembarcar as suas forças. E acontece a batalha de 11 de Agosto, na Vila da Praia. As forças liberais saem, sem que ninguém o esperasse, vencedoras.

> habitantes vão declarar-se pelo usurpador. (…) É pena porém que os jornais ingleses viessem desmentir estas notícias, com que a boa *Quotidianna* quis mimosear os seus confrades. As tropas do Miguel desembarcaram, não há dúvida; mas uma parte delas veio engrossar as fileiras dos soldados fiéis à Rainha de Portugal, e outra ficou pelos custos nas praias da Terceira. Não consta que houvesse jamais uma expedição tão infeliz.
>
> Esta primeira vitória pode ter resultantes importantes; é de crer que soe com estrondo em Portugal. O tirano perdeu muito na perda da expedição; tinha gasto em aprontá-la tudo quanto possuía; quando poderá ele tentar outra igual?[102]

No n.º 3, de 23 de setembro, pp. 61-62, *O Chaveco* dava mais pormenores da vitória. "O conde de Vila Flor [103] não exagerou as vantagens da sua vitória, antes parece que mais que modestamente as relatou em seu ofício ao Marquês de Palmela". E enumerava as perdas em homens e navios dos invasores: um grande desastre para as forças absolutistas.

Em março de 1830, Palmela, seguindo instruções do Brasil, seguiu para a Terceira, incumbido de formar um Conselho de Regência. D. Pedro, depois de abdicar a favor de seu filho, embarcou para a Europa (13 de abril de 1831), chegando a Londres a 26 de junho.[104] Em março, D. Pedro aportou à ilha Terceira, assumindo a regência, e nomeia um Ministério de um Portugal livre, formado por Palmela, Mouzinho e Freire.

A Mouzinho da Silveira é pedida uma reforma legislativa, a pensar num país liberto da opressão absolutista, um país sustentável, com crescimento económico, fruto de uma profunda transformação social. As soluções preconizadas (e nunca totalmente aplicadas) iam no sentido da desamortização da terra e ocupação das parcelas úteis, com a abolição dos pequenos morgadios, a extinção da dízima e da sisa, a abolição dos foros, numa perspetiva de reorganizar financeira e administrativamente o país. Mouzinho revia-se num país novo. Vítor Sá alerta-nos para que "quando se fala em reformas administrativas introduzidas pelo liberalismo, entra-se num domínio complexo, onde podem acumular-se imprecisões, contradições e lacunas. Ao liberalismo tanto se pode ir buscar o modelo que nos convenha da descentralização, como o que a outros convenha de centralização. Houve múltiplas reformas, ora num sentido, ora noutro".[105]

Faltava o assalto final: conquistar o trono em Lisboa. No dia 27 de junho a armada real saiu de S. Miguel, desembarcando nas praias de Pampelido, perto da cidade do Porto (8 de julho). A população da cidade do Porto viveu, durante o cerco (julho de 1832 a agosto de 1833), momentos muito difíceis, perante os constantes bombardeamentos e investidas do

[102] *O Chaveco Liberal*, Londres, N.º 1, de 9 de setembro de 1829.
[103] Em 8 de novembro de 1832, Duque da Terceira. Título nobiliárquico instituído por decreto de D. Pedro de Bragança, enquanto regente do reino, em nome da rainha D. Maria II.
[104] Acusado de autoritarismo e de governar o Brasil fora do espírito liberal que jurara defender, o regresso a Portugal acabou por ser uma saída honrosa, que certamente estaria longe de pensar poder acontecer. No dia 2 de outubro morria José Agostinho de Macedo.
[105] SÁ, Vítor (1985), A Reforma Administrativa Liberal que precedeu a de Mouzinho da Silveira, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, p. 201.

exército sitiante, mas também por falta de mantimentos e outros produtos de primeira necessidade.[106]

> O mesmo D. Pedro não pôde resistir ao geral sentimento de tão avultado desastre, e julgando-se perdido, lembranças lhe ocorreram até de procurar refúgio a bordo da fragata inglesa Stag (…). Foi o coronel Hare, que tão relevantes serviços prestou à causa constitucional (…) quem nesta melindrosa conjuntura fez conhecer a D. Pedro o desaire de tão imprudente passo, e o descrédito que forçosamente lhe havia de acarretar na Europa quando o realizasse, vendo-se que deixava ao desamparo o Porto (…).[107]

O conflito, ao prolongar-se, permitiu às gentes da cidade familiarizarem-se com a guerra, tendo participado, ativamente, nas lutas corpo a corpo que ajudaram a manter as frágeis fronteiras da cidade invioláveis. Progressivamente foram chegando soldados ingleses, belgas, alemães, armas e munições, fardamentos e víveres. Mas a desproporção de forças no terreno era conhecida por todos. "O exército de D. Pedro apenas contava em todo o mês de Setembro de 11 563 homens, dos quais 3039 eram praças dos batalhões nacionais".[108] A descrição de Luz Soriano sobre o ataque geral dos miguelistas ao Porto, em 29 de setembro, é ilustrativa de como a cidade soube estar ao lado de D. Pedro. Não espantou pois, anos mais tarde, e por vontade testamental, ter o seu coração sido doado à "muito leal e invicta cidade do Porto".

> A necessidade de uma operação militar atrevida, para salvar a causa dos constitucionais no Porto, instantemente urgia (…) e o ministério resolveu finalmente empreendê-la, tendo-lhe dado primitivamente origem o ministro da marinha, Bernardo de Sá Nogueira. Na opinião deste ministro, uma surpresa sobre a pequena praça de Sagres não só trazia para a esquadra aquisição de um porto abrigado dos ventos do Norte, mas até uma base para as operações militares, que se pudessem empreender nas províncias do Sul do reino.[109]

Em janeiro, Saldanha chegou ao Porto; em junho, Palmela e Napier[110] com reforços. Os representantes de D. Pedro no exterior tinham, finalmente, obtidos vultuosos empréstimos, garantidos com toneis de vinho do Porto. Em Setembro ainda vieram 600 000 libras à taxa absolutamente usurária de 19,5%. Não havia outra alternativa. Palmela clamava: "Aquele dos dois partidos que tiver meios pecuniários para durar mais há-de vencer o outro".

E as hostes de D. Miguel? O que se passava em Lisboa? A ausência de meios também era aflitiva. A estas acresciam as dificuldades crescentes, em obter crédito na praça londrina, onde, a pouco e pouco, as simpatias se foram desvanecendo.[111]

---

[106] A ocupação do Porto pelos liberais, cerca de 8300 homens, maioritariamente mercenários estrangeiros, abriu o caminho para a vitória sobre as tropas miguelistas que, apesar de numericamente superiores, não conseguiram conter o avanço das forças afetas à rainha D. Maria II.
[107] SORIANO, Luz (1846-1848), História do Cerco do Porto, 2 vols., pp. 1-2.
[108] Idem, *Ibidem*, p. 39.
[109] Idem, *Ibidem*, p. 97.
[110] Charles Napier (1786-1860) Almirante das armadas britânica e portuguesa. Liberal convicto, um inovador preocupado com as novas tecnologias navais.
[111] MARTINS, Guilherme d´Oliveira (1988), *O Ministério das Finanças, subsídios para a sua história* (…), pp. 62-63.

Os liberais, sitiados no Porto, conseguiram furar o bloqueio naval da barra do Douro, desembarcando no Algarve (24 de junho). Tavira foi rapidamente ocupada, seguindo as forças do Duque da Terceira, em marcha acelerada rumo à capital, onde entraram a 24 de julho. A guarnição da capital não ofereceu resistência e abandonou Lisboa. Todos os exércitos de D. Miguel estavam a Norte, empenhados no Cerco do Porto.

No dia 26, por mar, D. Pedro partiu para Lisboa. D. Miguel ainda tentou surpreender a capital, mas sem resultado. Os confrontos sucederam-se. De derrota em derrota D. Miguel acabou por se declarar vencido (26 de maio de 1834) na convenção de Évora Monte. Terminava, assim, uma guerra civil cujas feridas haveriam de perdurar na sociedade portuguesa. Ficou por compreender a complacência dos vencedores em relação aos vencidos, considerando a sua crueldade durante os anos em que foram governo.

A vitória liberal permitiu, finalmente, o acesso ao poder da burguesia financeira que, rapidamente, conquistou influência e operará em seu benefício a transferência da propriedade, até aí pertença da aristocracia tradicional (geralmente endividada) e do clero. Detentora de títulos de dívida do governo provisório, assumida no exílio, utiliza-os agora na compra de bens nacionais e das ordens religiosas, extintas em 1834, e colocados em hasta pública.

Para desilusão de muitos, a posição de dependência em relação à Inglaterra continuou. Não espantou, pois, a assinatura de um tratado (1835) a renovar o de 1810, prevendo-se uma nova revisão num prazo de dez anos. O colonialismo inglês sobre Portugal ganhava contornos mais *elaborados*.

1.3. OS LIBERAIS ENTRE O CARTISMO E O SETEMBRISMO

Muitas das reformas idealizadas por Mouzinho da Silveira,[112] aquando da sua passagem pelos Açores, ficaram por concretizar, mesmo depois da vitória definitiva dos liberais, nomeadamente no que se relacionava com o direito ao feudo senhorial - só abolido na segunda metade do século XIX.

Por necessidade política, ou por convicção ideológica, D. Pedro IV apoiou com firmeza a política de Joaquim António de Aguiar (1792–1884), que não era totalmente pacífica junto do poder. Não foi por acaso que este governante ficou conhecido como "mata frades". A verdade é que, por decreto de 28 de maio de 1834 (publicado a 30), todas as ordens religiosas foram abolidas, secularizados os seus bens, e incorporados na Fazenda Nacional.[113]

[112] Mouzinho da Silveira (1780-1849). Defensor da Carta Constitucional, foi uma das personalidades mais marcantes da revolução liberal portuguesa, estratega da transformação da caduca sociedade senhorial. A sua obra legislativa constitui um dos mais importantes marcos jurídicos do seu tempo.

[113] "Senhor: Está hoje extinto o prejuízo que durou séculos, de que a existência das ordens Regulares é indispensável à Religião Católica e útil ao Estado, e a opinião dominante é que a Religião nada lucra com elas, e que a sua conservação não é compatível com a civilização e luzes do século." Relatório de Joaquim António de Aguiar a D. Pedro.

Este vasto património nacionalizado foi colocado em hasta pública, só podendo concorrer os vencedores. Os *títulos* (empréstimos ao Governo provisório de D. Pedro) tinham de ser certificados pelas prefeituras. Em 1836 a situação normalizou-se e todos puderam pagar as aquisições, entregando uma proporção, variável conforme os anos, de moeda metálica, de moeda de papel e de títulos de rendas. Também o ministro das Finanças, José da Silva Carvalho (1782–1856), um dos obreiros de revolução de 1820, e ministro de D. João VI, D. Pedro IV e D. Maria II, em 18 de junho de 1834, propunha que se leiloassem pequenos lotes, não excluindo assim as classes média e camponesa, com alguns recursos, de adquirirem, também, os antigos bens do clero.

A ideia era boa, mas rapidamente foi desvirtuada, principalmente fora dos grandes centros. E o poder deu o exemplo, ao permitir que uma companhia poderosa (de que Mouzinho era acionista) adquirisse, em bloco, as terras das lezírias do Tejo e do Sado. Por todo o país assistiu-se à compra da propriedade fundiária por pessoas influentes a nível local. Na prática, os bens da igreja passaram para as mãos de um baronato endinheirado – surgindo uma nova nobreza, premiada com títulos como os de visconde e barão – tema abordado jocosamente em muitas obras da literatura portuguesa.

Formado o novo governo, Passos Manuel de pronto restabeleceu a Constituição de 1822, ao mesmo tempo que convocava novas Cortes Constituintes. Mas a instabilidade do país mantinha-se em níveis preocupantes. Sucedeu-lhe Sá da Bandeira que, apesar de duas tentativas de golpe de Estado (Belenzada, novembro de 1836, e Revolta dos Marechais Cartistas, Terceira e Saldanha, julho/setembro de 1837) conseguiu manter-se no poder até 1838.[114] Defendeu, ainda, uma nova política voltada para a África portuguesa que, em seu entender, poderia substituir a perda do Brasil. Politicamente, o sector mais conservador aproximava-se, estrategicamente, dos setembristas: os cartistas eram o inimigo comum e o alvo a abater.

> Há jornais Cartistas, Setembristas e Realistas: três bandeiras disputam a vitória, e uma delas infalivelmente vencerá; mas no meio destas três distintas opiniões todas livres ao homem livre, uma delas por força há de ser nossa; iludir o público, quando somos homens e suscetíveis de paixões é um erro crasso.
>
> A Carta [escrita de forma invertida] é por nós absolutamente aborrecida; sendo este o Instrumento de nossos males passados e presentes por nenhum motivo já agora poderemos ser a seu favor. A Revolução de Setembro é aquela que nos rege, e nós a respeitaremos porque lhe devemos obediência.[115]

[114] Estes ministérios setembristas, apesar do período agitado que viveram, realizaram algumas reformas importantes: o Código Administrativo de 1836, que haveria de perdurar nas suas grandes linhas até à atualidade, a supressão das províncias do Antigo Regime, com a divisão do território em distritos, dirigidos por governadores civis e, a nível local, os concelhos que agregaram várias paróquias (depois freguesias), dotados com ampla autonomia administrativa e financeira.

[115] *O Eco da Razão*, e da Justiça, N.º 1, de 21 de junho de 1837. Jornal *miguelista*.

No ano seguinte, um outro periódico, interrogava-se sobre o nome a dar a "esta coisa indefinível que nos governa: monarquia, oligarquia, democracia – ou lá o nome que tem?".[116]

> Quem lê a Constituição, por acabar, de 1838, lá lhe acha uns ares de monarquia-representativa (com suas lacunas); mas em sabendo que o Poder Real não tem alçada fora do Patriarcado, e que lá pelas Províncias há Vizires independentes, Rajás suseranos, e mesmo algumas republicazinhas ainda mais pequeninas que a de St. Martin, mas que fortes com a consciência da sua soberania tanto caso fazem das ordens do Governo, ou das Leis de Lisboa, como nós fazemos do Xá da Pérsia.[117]

A partir de setembro de 1838, com a votação de uma Constituição menos radical que a de 1822, verificou-se um recuo do setembrismo que, com as eleições de Janeiro de 1842 consagrou o sucesso dos cartistas. A 10 de Fevereiro, Costa Cabral restabeleceu a Carta Constitucional de 1826 e inaugurou um governo ditatorial. Esta reimplantação do cartismo coincidiu com a renovação do tratado de comércio luso-inglês de 1810, que abolia as tarifas protecionistas de 1837. *O Historiador*,[118] numa reflexão sobre política, e no seio da convulsão, escrevia (a pensar em Costa Cabral?) num artigo de fundo:

> O homem político, para agradar aos outros, não deve jamais fazer alarde da sua própria grandeza, e da sua autoridade, nem tão pouco elogiar a sua sabedoria; mas sim esconder os seus merecimentos, de maneira que pareça às pessoas com quem trata, que os desconhece. Este é o melhor meio para obter a estima geral, e conseguir que todos se empenhem com interesse no bom êxito das suas pretensões, e negócios.[119]

A imprensa parecia consensualizar a ideia de que "o estado do país era violentíssimo, que o Governo não tinha crédito, que os empregados morriam de fome, com os negócios estacionados", aparentemente abrindo caminho a um salvador da pátria. Por parte do setembrismo era a confissão do fracasso das suas políticas; já a imprensa cartista deixava perceber que o Ministério se prepararia para transformar a Monarquia Portuguesa numa República Ibérica,[120] com a consequente perda da independência. O *Periódico dos Pobres no Porto* (27 de janeiro), exultava:

> Temos a satisfação de anunciar (…). A Carta Constitucional da Monarquia acaba de ser proclamada pelos leais habitantes desta cidade [do Porto] às 11 horas da manhã, na Praça de D. Pedro.[121]

Este movimento regenerador não foi mais um golpe militar patrocinado por um político decidido e ambicioso. Perante o insucesso setembrista este foi um acontecimento que gerou

---

[116] *Miscelânea Política*, N.º 21, de 3 de novembro de 1838. Jornal *miguelista*.
[117] Idem, *Ibidem.*
[118] Jornal recreativo e de instrução, conservador.
[119] *O Historiador*, n.º 11, de 16 de maio de 1840. Jornal recreativo e de instrução.
[120] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 9, de 11 de janeiro de 1842 (partido cartista).
[121] Idem, *Ibidem*.

simpatia nacional, sentido como necessário, por largas faixas da população. Costa Cabral centrava em si muitas espectativas e um consenso alargado.[122]

O Atleta mostrava surpresa perante a nova liderança, lembrando os tempos em que Costa Cabral tinha sido um dos mais entusiásticos adeptos do setembrismo.

> A Revolução do Snr. Costa Cabral foi tão singular que a sua história merece bem a pena de se escrever. Viu-se um ministro conspirando contra si – o poder revoltado contra o poder. Viram-se as autoridades invocar o poder da lei para derrubar a lei.[123]

Costa Cabral foi, com o seu irmão mais velho José Bernardo, um dos maiores vultos da primeira metade do século XIX em Portugal. Vindo efetivamente do setembrismo, onde desempenhou um importante papel, evoluiu para um liberalismo moderado, que já era visível em 1838, ao proclamar o fim das milícias populares da Guarda Nacional. A nível da política externa restabeleceu as relações com a Santa Sé, feridas aquando da nacionalização dos bens do clero (1833-1835), procurando apaziguar as mais altas hierarquias da Igreja, de forma a poder centrar as suas reformas nos grandes objetivos nacionais. A sua ação a nível interno foi notável,[124] "na linha de ação do político francês Guizot, Costa Cabral pretendeu instaurar a *ordem* como base do enriquecimento do país. Fomentou a concentração capitalista e, naturalmente, beneficiou uma alta burguesia financeira e de proprietários, ficando à margem a pequena e média burguesia rural e urbana".[125] Alguma falta de coerência política, aliada a um autoritarismo mal compreendido pela população, conduziu ao fracasso da sua política. A imprensa retratou bem a insatisfação reinante.

> Os partidos que atualmente sem ordem, sem nexo, retalham a Nação – que circulam, esvoaçam, rebramam, em torno de nós – que ora se soterram pelos socos dos cunhais e pouco depois entestam com a cúpula do edifício, acham-se representados na Tribuna, defendidos na Imprensa, bem ou mal: mas o Povo, que não é um partido porque é o todo, está por ventura representado na Tribuna?[126]

A Tribuna, num número ainda do mesmo mês, veio de novo a terreiro, denunciando os perigos de se confundir liberdade com anarquia.

> A Liberdade, dizem os Tiranos e os seus servos, a Liberdade á a anarquia, a anarquia é a carnagem, o Povo é sempre feroz: e esta palavra atira-as o monstro com descaro, repetem-nas os servos com máxima hipocrisia – os pobres de espírito – recebem-nas com unção.[127]

---

[122] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 50, de 28 de fevereiro de 1842.
[123] *O Atleta*, N.º 22, de 8 de março de 1842.
[124] Em 1842 endureceu o Código Administrativo Português de 1836, e reorganizou a Guarda Nacional. A nível das grandes obras públicas prefigurou toda a política da Regeneração, como o primeiro projeto da construção do caminho-de-ferro. Isto valeu-lhe o apoio da aristocracia liberal, que beneficiava largamente com estas obras.
[125] RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1990), *Portugal e a Revolução de 1848*, p. 23.
[126] *O Tribuno. Jornal do Povo*. N.º 1, de 1 de julho de 1843. Jornal *setembrista*.
[127] Idem, *Ibidem*, N.º 5, de 6 de julho de 1843.

Dois meses passados, o mesmo periódico sintetizava a situação mostrando um país doente, à espera de um redentor. Todos esperavam que os corredores do poder clarificassem a situação.

> O Reino chegou ao auge da miséria e indigência, o povo baixou a uma completa insignificância, o governo leva o seu descaramento à suprema impudência; este estado de afrontas deve de acabar, esse acabamento deve de ser obra exclusiva do povo – só do Povo.[128]

O levantamento das gentes do Minho, a que foi dado o nome de revolução da Maria da Fonte (março/abril de 1846), a que aderiram as populações rurais de Ribamondego, partiu do sentimento de repulsa por leis (necessárias) no campo da saúde pública,[129] com antecedentes graves, ou pelo levantamento cadastral da população (fins militares), das propriedades e dos rendimentos,[130] serviu de pretexto a toda a oposição anti cartista para tentar vencer a aristocracia cabralista.

> Sr. Redator. No dia 23 do corrente, na Paróquia de S. Pedro de Avintes, que fica a uma légua desta cidade [Porto] por o Douro acima, e na margem esquerda do mesmo, houve o que lhe vou referir. Tinha-se ajuntado o povo naquela Igreja para assistir às Ladaínhas; e, acabadas elas, tratou-se de um enterro; porém, quando se havia de levar o defunto para fora, as mulheres apareceram com enxadas, que tinham levado escondidas, encurralaram os Padres na Sacristia, e fizeram enterrar o defunto na Igreja.[131]

A verdade é que esta revolução popular foi fundamental para derrubar o Ministério Terceira/Costa Cabral que, de forma despótica (os jornais da oposição retratam bem a situação) governava o país após a reposição da Carta Constitucional em 1842. O Governo que emergiu desta revolução,[132] presidido por Palmela,[133] procurou desenvolver as instituições do liberalismo, adaptando-as às especificidades do país. Por isso o alerta de *O Nacional*.

> Nas circunstâncias atuais uma tentativa contrarrevolucionária é um erro de política. É muito cedo; a Maria da Fonte ainda está com muita vida. Ao mais leve sintoma de desordem que aparecesse, os campanários do Minho darão logo o rebate de guerra, e em duas horas estarão outra vez a postos os homens de chuço e das foices roçadouras.[134]

Procurando pacificar os partidos em confronto foram marcadas eleições para 11 de Outubro, prometendo-se rever as normas de recrutamento e a lei dos tributos sobre a propriedade. Os irmãos Cabral regressaram ao país, assumiram a liderança do movimento cartista, preparando o regresso ao poder pelo voto popular. Convencida que Palmela pendia para a esquerda liberal, D. Maria II deu o seu acordo para um golpe de estado (6 de outubro de 1846), formando um ministério manifestamente cartista (sem Costa Cabral), presidido pelo marechal Saldanha, onde a maçonaria tinha um peso importante.

---

[128] Idem, *Ibidem*, N.º 71, de 25 de setembro de 1843.
[129] Proibição de realizar enterros dentro de igrejas - hábito muito arreigado nas populações rurais.
[130] O objetivo era o lançamento e a cobrança de uma contribuição, a antiga Décima (reformulada).
[131] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 128, de 1 de junho de 1838, p. 521.
[132] Costa Cabral foi deposto, pela rainha D. Maria II, em 17 de maio de 1846.
[133] 20 de maio de 1846. Popularizado por Ministério da Maria da Fonte.
[134] *O Nacional*, N.º115, de 10 de outubro de 1846. Jornal *cartista* (mais tarde, *regenerador*).

> A Rainha está coacta. O marechal Saldanha impôs-lhe um ministério. O Duque de Palmela foi retido no Paço para assinar o decreto do novo ministério. A contrarrevolução é completa.[135]

O Espectro, no manifesto "O estado da questão", da autoria de António Rodrigues Sampaio (1806-1882),[136] alertava os leitores:

> O paço é incorrigível – conspira sempre. Não acreditamos na coação. Uma rainha que se declara seis meses coacta cada ano não é rainha – uma rainha cujo governo é uma teia de Penélope está julgada -, condenando todos os sistemas, fulminando todos os seus homens, acaba por se condenar a si própria. O paço é a espelunca de Caco, aonde sempre se têm reunido os conspiradores.[137]

As eleições foram desmarcadas, e convocadas Cortes para 2 de fevereiro de 1848. O norte do país, dando razão ao *Nacional*, revoltou-se espontaneamente. No Porto constituiu-se uma junta provisória – Junta Governativa do Porto (setembrista).

O país durante oito meses viveu um período de anarquia e de guerra civil. As juntas populares, que se haviam formado contra Costa Cabral (a de Vila Real, dirigida pelo morgado de Mateus, a de Santarém, dominada por Passos Manuel, bem como muitas outras em Trás-os-Montes, Beiras, Alentejo, Madeira, Açores) amotinaram-se, respondendo ao apelo da Junta Provisória do Governo Supremo do Reino chefiada, no Porto, por José da Silva Passos. Os miguelistas aderiram ao movimento. Os opostos encontravam-se momentaneamente aliados.

O influente jornal cartista-cabralista, Periódico dos Pobres no Porto, denunciava:

> Para realizar a utopia de cessar a exploração do homem pelo homem traçavam tornar o estado empresário universal, apropriar-se de todas as empresas, mas o abismo financeiro em que o país ia despenhar-se, a morte do espírito de associação que ia pronunciar-se, o abalo que ia causar à propriedade fizeram também recuar os reformadores: e ambas as apregoadas reformas sociais caíram por terra desacreditadas.[138]

Perante a gravidade da situação, e não sendo conveniente um governo radical neste recanto da Europa, assistimos, uma vez mais, à intervenção estrangeira.[139] A rainha D. Maria II apoiou, abertamente, esta *invasão* dos países *amigos*.[140]

> Todos os partidos, em que se acha fracionado este nosso malfadado Portugal, têm consciência e até confessam que a nossa presente situação é horrível, que o roubo está

[135] *A Estrela do Norte*, N.º 103, de 10 de outubro de 1846. Jornal *setembrista*.
[136] Jornalista e político, deputado, par do Reino, ministro e presidente do Conselho – um dos maiores vultos do liberalismo português.
[137] *O Espectro*, outubro de 1846.
[138] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 204, de 29 de agosto de 1848.
[139] Protagonizada pela Inglaterra, Espanha e França.
[140] Voltando a usar a estratégia do duque da Terceira em 1833, Sá da Bandeira dirigiu-se do Porto para o Algarve, atravessou o Alentejo e chegou a Setúbal, esperando em vão a adesão do povo de Lisboa. A frota britânica e as tropas espanholas impõem, em 30 de junho de 1847, a Convenção do Gramido (Gondomar, perto do Porto), restabelecendo o *status quo.* Esta imposição, vinda do exterior, foi muito sentida pela população que, apesar da censura existente, continuou a ter acesso a uma imprensa clandestina muito ativa e crítica.

> entronizado em quase toda a parte, e que as nossas antigas virtudes poucos adoradores têm na geração atual.[141]

O regresso de Costa Cabral, em 1849, e o abandono das medidas pacificadoras, originaram uma nova revolta, iniciada ainda no Porto, desta feita comandada pelo general *cartista*, o duque de Saldanha, inimigo pessoal do conde de Tomar.

> A reforma da Carta é hoje uma necessidade pública, e o cavalo de batalha para todas as oposições, já serviu de bandeira revolucionária, e já os governos se tem visto na precisão de incluírem nos seus pomposos programas mais esta ilusória promessa: entretanto não tem sido possível realizar a mais pequena modificação legal ao nosso código fundamental (…).[142]

No ano seguinte, o mesmo *Nacional* procurava desdramatizar o concito de democracia:

> A democracia é uma forma de governo como outra qualquer, só com uma única diferença de ser mais perfeita do que nenhuma das outras.
>
> Cartistas, Setembristas, todos quantos defenderam os direitos da cidadania, mobilizaram a opinião pública, fazem abaixo-assinados com Herculano e Garrett à cabeça.[143]

Em começos de 1851 o desprestígio do cabralismo era quase total. O Governo, sentindo o fim aproximar-se, promovia amigos, mostrava-se forte. A imprensa sofreu, neste período, uma das mais duras perseguições – a «lei das rolhas». Perante o anunciado desastre, "a Oposição preparou um movimento revolucionário que lhe pusesse termo. Não teve dificuldade em convencer Saldanha, que dispunha do apoio de grande parte do Exército e da opinião pública mais esclarecida".[144] Esta revolta militar, que conduziu Saldanha ao poder em 1851, haveria de marcar uma rutura na história de Portugal do século XIX. Depois de meio século de guerras civis, a vida política estabilizou, com o reagrupamento das forças liberais e conservadoras em torno de uma ideia comum: a Regeneração. A vida política partidarizou-se, as negociações de bastidores ocuparam o lugar do confronto. A paz iria permitir, finalmente, um período de progresso.

1.4. O LIBERALISMO AO SERVIÇO DA REGENERAÇÃO CAPITALISTA

Tinha chegado ao fim o consulado de Costa Cabral. Apesar dos estrangulamentos causados à sociedade portuguesa, da corrupção, a verdade é que a aposta na centralização e numa forte burocracia ajudaram a consolidar o até aí periclitante estado liberal. Apoiado no exército, na maçonaria (foi Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano) e em clientelas que beneficiavam das políticas económica e financeira, sustentadas nas obras públicas e fomento, o cabralismo

[141] *O Nacional*, N.º 194, de 28 de agosto de 1849.
[142] Idem*, Ibidem*, N.º 197, de 29 de agosto de 1849.
[143] Idem, *Ibidem*, N.º 48, de 27 de fevereiro de 1850.
[144] SERRÃO, Joel *e* Marques, A. H. de (2002), Obra cit., p.618.

contribuiu decididamente para os alicerces de um estado que haveria de manter, muitos dos seus traços, ao longo do século XX português.

Em abril de 1851, o constitucionalismo monárquico português entrou num ciclo novo. Razões várias contribuíram para a pacificação desejada, mas nunca conseguida até então. Por um lado, o cansaço de um povo em guerra desde o início do século. Por outro, um novo alinhamento partidário, com início na década de 40, por oposição a Costa Cabral, que o golpe de Saldanha soube congregar.

Que memórias tinham estes homens, muito focados nos negócios, do movimento liberal? O fracasso do triénio vintista (1820-1823), também do biénio cartista (1826-1828), a violência da guerra civil, a derrota definitiva do miguelismo, a inoperância de governos que prometendo muito, nada concretizavam, a divisão da família liberal assumindo as bandeiras da Constituição de 1822, e da Carta Constitucional de 1826, faziam já parte de um passado próximo ou distante. Desde há algum tempo procurava-se uma nova via – uma via que possibilitasse a recuperação do país do seu atraso económico e tecnológico. Reabilitação que deveria ser feita através da intervenção sistemática e organizado do Estado através de reformas no ensino, administração, fomento industrial e construção de novas vias de comunicação.

A Regeneração, sem alterar a correlação de forças existente na sociedade, esvaziou-a, abriu-se ao compromisso, reformou-se. De fora, como oposição simbólica, as franjas mais radicais, de todas as fações. "O primeiro mandamento de todo o candidato político depois de 1851 foi exatamente o inverso daquilo que Cabral obsessivamente defendera: esvaziar os extremos, não por exclusão, mas por integração (…), em torno de um estilo político pragmático, utilitário, desideologizado e centrista".[145] A ideologia cedeu perante a discussão técnica de projetos concretos. O pensamento romântico de conquista do poder, em nome de uma República Social, esboroou-se perante a possibilidade efetiva de se conseguir uma melhoria significativa de bem-estar material e social – que para muitos mais não era que a tardia afirmação dos princípio democráticos na sociedade portuguesa.

[145] SARDICA, José Miguel (1997), A política e os partidos entre 1851 e 1861, in *Análise Social*, vol. XXXII (141), p. 284.

CAPÍTULO II

POLÍTICAS EDUCATIVAS E IDEIAS PEDAGÓGICAS

2.1. A ESCOLA PÚBLICA EM FINAIS DO ANTIGO REGIME

> O Estado totalitário legou-nos uma escola destroçada. Escola ordenada em função de finalidades obsoletas – a defesa de uma mitologia oficial anacrónica, a inserção numa sociedade ultrapassada, sem liberdade e sem justiça - ou então reduzida à formação de técnicos necessários ao amontoar de lucros da oligarquia. Quadros docentes numericamente insuficientíssimos, tremendamente incompletos quanto ao leque das atividades científicas e culturais, tanta vez selecionados ao invés – a mediocridade conformista preferida à inteligência independente, a ignorância e a incompetência, porque bem úteis a um Estado que não queria cabeças a pensarem por si, preterindo os que se tinham preparado conscienciosamente mas não abdicavam do seu direito de pensar.
>
> *Vitorino Magalhães Godinho*[146]

Não seria faltar à verdade prolongar esta situação a toda a nossa história, passada e presente, com alguns oásis de permeio. Ainda no século XVIII, D. João V aproveitou um período de maior desafogo financeiro para, com a ajuda dos oratorianos introduzir um pouco de cultura moderna no país, fundando a Academia Real de História (Dec. de 8 de dezembro de 1720). D. José, através do seu ministro Carvalho e Melo, criou o Ensino Primário Oficial, uma medida histórica.[147] Efetivamente, por Carta de Lei de 6 de novembro desse ano, Pombal, ainda conde de Oeiras, apoiado num grupo de *corógrafos peritos*, elaborou um critério para a criação e localização de escolas, reconhecendo não só a impraticabilidade de uma rede nacional adequada a todos, mas também a sua inconveniência – tese defendida, em meados do século XIX, por Alexandre Herculano.

> Nem todos os indivíduos deste reino, e seus domínios, se hão-de educar com o destino dos Estudos Maiores, porque deles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rústicos, e nas artes fabris, que ministrarão o sustento dos povos, e constituem os braços e ruas do corpo político, bastando às pessoas destes grémios as instruções dos Párocos.

---

[146] GODINHO, Vitorino Magalhães (1975), *A Educação num Portugal em mudança*, p.7.

[147] Convém notar que a atribuição da *criação* do ensino primário oficial ao Marquês de Pombal não deve ser tomada num sentido absolutamente estrito, mas apenas na medida em que foi ele quem, pela primeira vez na nossa história, planeou uma rede de escolas primárias públicas que, de certa maneira, faria a cobertura das principais povoações do país. Como é evidente, muito antes do Marquês, já se ensinavam no nosso país as primeiras letras. In GOMES, Joaquim Ferreira (1982), O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino, p. 30.

No reinado de D. Maria I, a instrução foi de novo entregue aos religiosos, sendo o ensino elementar e médio ministrado, maioritariamente, nos conventos.[148] E chegamos ao século XIX, por muitos considerado o século da educação.

Esta centúria oitocentista foi um palco gigantesco, onde a burguesia e o proletariado definiram um espaço muito próprio, com pontos de encontro e de fricção, com evoluções e recuos de parte a parte, mas onde as concessões burguesas tiveram sempre um preço elevado a pagar. A transformação das unidades produtivas exigia novos conhecimentos, cada vez mais especializados. O saber fazer na pequena oficina, obrigando o trabalhador a dominar um conjunto alargado de competências (sem dominar, verdadeiramente, nenhuma) estava ultrapassado. Eram necessárias novas escolas. A Revolução Industrial marcou o ponto de viragem para uma era nova, onde o saber corporizado em mecanismos e técnicas produtivas começava a ditar novas competências.

No reinado de D. João VI, com a Corte no Brasil, deparamo-nos com a inovadora Portaria de 10 de outubro de 1815, a criar escolas destinadas aos membros das forças armadas:

> O Príncipe Regente (…) desejando promover nos Corpos de Linha do seu Exército o conhecimento da leitura, e escrita portuguesa (…) é servido mandar estabelecer uma aula de ler, escrever e contar, em cada corpo (…) a fim de que se aproveitem delas (…), assim como também os filhos dos habitantes das terras, ou bairros, em que os mesmos Corpos tiverem os seus quartéis (…).[149]

Para uniformizar este tipo de ensino, todos os "mestres, ajudantes ou aspirantes" deveriam ser preparados numa Escola Geral, a estabelecer em Lisboa, instituição que cessaria a sua atividade quando estes professores estivessem capacitados. Esta é a primeira Escola Normal portuguesa (pela primeira vez os professores foram escolarmente preparados para as suas funções), embora dependente do Ministério da Guerra, e dirigida pelo capitão do Real Corpo de Engenharia, e lente do Real Colégio Militar da Luz, Couto e Melo.[150]

> Em 15 de Outubro de 1821, em sessão pública a que assistiu D. João VI, o Diretor das «escolas militares de primeiras letras pelo método de ensino mútuo» relatou os progressos dessas escolas, durante os quatro anos da sua existência. «Mais de 8000 discípulos se têm nelas matriculado desde a sua primeira abertura. No curto espaço de 4 anos, 552 escolares foram elevados aos diferentes graus de oficial inferior».[151]

---

[148] Em fevereiro de 1790, a Real Mesa Censória emitiu um parecer favorável à instalação de 18 mestras na Corte, destinadas a ensinar "as meninas" a ler, escrever, fiar, cozer, bordar e cortar. Esta inovação ficou no papel por cerca de 30 anos, acontecendo em 1816, quando o ensino masculino já estava regulamentado e em funcionamento.

[149] *Gazeta de Lisboa*, N.º 1, de 1 de janeiro de 1817, p. 1.

[150] COUTO E MELO, João Crisóstomo do (1775-1838). Autor da *Gramática filosófica da linguagem portuguesa*. Imprensa Régia, Lisboa, 1818. (Cópia digital disponível em:*http://purl.pt/16660/1/.)*

[151] GOMES, Joaquim Ferreira (1996), Obra cit., p. 16, tendo como fonte o Relatório de Couto e Melo. Rogério Fernandes, *in* Estudos Menores em Portugal no Limiar de Oitocentos, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, p. 175, complementa a informação, embora apresente uma realidade diferente.

A divulgação deste tipo de ensino em Portugal, por certo ficou a dever-se aos muitos oficiais ingleses que permaneceram no país. Rogério Fernandes[152] acreditava que foi a necessidade de modernização do exército português, mormente da classe de oficiais inferiores, cujo desempenho durante as invasões napoleónicas foi considerado muito deficiente, resultante da elevada taxa de analfabetismo, o que levou William Beresford a defender este ensino, que ele tão bem conhecia do seu país.

A imprensa portuguesa (destaque para o *Investigador Portuguez*, em Londres, e os *Annaes das Ciências, das Artes e da Letras*, em Paris), tecia rasgados elogios ao novo sistema de ensino, e procurava esclarecer os leitores do seu funcionamento e das suas virtualidades. Estes dois periódicos, entre outros, foram fontes de informação e opinião muito valiosos, dada a diversidade dos seus escritos, muito atualizados e detalhados, dando a conhecer aos portugueses de Portugal o que se pensava e fazia além-fronteiras.

> Paris, 19 de Outubro. Acaba de publicar-se uma exposição dos progressos da Escola que, pelo método de Lancaster, ou do ensino mútuo, se estabeleceu em Nantes, e que entre as novecentas que deste mesmo método há já estabelecido em França é seguramente a que merece maior atenção pela exatidão do seu método, e pelos prontos e felizes progressos que tem feito. [153]

A notícia enuncia os méritos desta nova forma de ensinar, em tudo superior, na opinião do articulista, ao utilizado nas restantes *escolas de escrever, ler e contar*. Mas como e porquê este método ganhou a preferência de todos?

Defendida por Joseph Lancaster,[154] este ensino dirigia-se aos segmentos das classes subalternas, inicialmente organizado pela iniciativa particular, de carácter religioso. Para o Governo inglês este método não só atendia à exigência de escolarização pedida pelas classes laboriosas, como ficava mais económico, pois não dependia de muitos professores. Este sistema de ensino aproximava-se, em muitos aspetos, das práticas da Companhia de Jesus, que recorria aos estudantes mais bem preparados (decuriões), para chefiarem e instruírem os colegas mais atrasados.

Ao lermos os escritores políticos desta época encontramos um discurso ideológico que apontava para o fim do Antigo Regime, mas não definia uma via alternativa, revolucionária ou reformista, para a conquista do poder pelas classes mais desfavorecidas. A situação social apresentava-se ingerível, explosiva mesmo, com este *terceiro estado*[155] a financiar os

---

[152] FERNANDES, Rogério (1994), Os Caminhos do ABC, pp. 370-371.
[153] *Gazeta de Lisboa*, N.º 270, de 14 de novembro de 1818, pp. 1-2.
[154] Quaker inglês (1778-1838), um inovador da educação pública. Fundou uma escola gratuita usando uma variante do ensino de monitoria, semelhante ao de Andrew Bell, em Madras, destinado aos filhos de oficiais ingleses na Índia.
[155] Camponeses, grande burguesia (banqueiros, grandes empresários e comerciantes), média burguesia (profissionais liberais), pequena burguesia (artesãos e comerciantes), sans-culottes (aprendizes de ofícios, assalariados, desempregados). Tinham este nome porque não usavam os calções curtos com meias típicos da nobreza..

excessos da nobreza, e as isenções fiscais oferecidas ao alto clero. Em Paris, o povo havia traçado em 1789 um novo rumo, tendo em vista a sua emancipação: viver melhor, ter opinião sobre o seu destino, isto é, *liberdade*, *igualdade* e *fraternidade*.[156] A educação passou a ser vista como uma inevitabilidade, adequando o homem à fábrica e a novas técnicas de cultivo – primeira tentativa de industrialização (1820-1851).[157] Com ela ocorreu a necessidade da capacitação das forças produtivas: a educação passou a ser um fator de escalonamento social dentro do mundo do trabalho. Esta estruturação do sistema capitalista necessitou da instituição Escola para a sua legitimação e perpetuação. Por isso ser comum dizer-se que a evolução do ensino não ter nascido do profundo e legítimo anseio das classes trabalhadoras, mas da necessidade sentida pela burguesia dominante. E, a cada avanço da escola pública, correspondeu, sempre, uma necessidade objetiva do estado burguês.

Escrever sobre Portugal pós-pombalino é tratar um período em acentuada decadência. Sofia de Mello Breyner diz-nos, num dos seus poemas, que os nossos marinheiros *navegavam sem o mapa que faziam*.[158] De alguma forma o caminho traçado por Pombal. Mas Pombal caiu em desgraça. O país encontrava-se exausto. A abertura dos portos brasileiros ao comércio com a Inglaterra (1810) e a elevação do Brasil à categoria de reino (1815), como vimos anteriormente, agravou o desconforto da burguesia que vivia na metrópole, que assim se viu lesada num dos sues interesses vitais: o comércio colonial. Por outro lado, governantes menores, beatos, provincianos, dirigiam os destinos do país, exorcizando os grandes vultos do pensamento, asfixiando com uma censura inquisitorial as notícias da mudança além Pirenéus.[159] Esta sociedade burguesa, forçosamente heterogénea, atribuía ao dinheiro a garantia da sua respeitabilidade. Por isso vermos os professores (e membros de outras profissões *menores*) numa posição social confusa, considerando as verbas recebidas, quando o eram. Em Portugal esta situação de indigência dos docentes arrastar-se-ia, ainda, por dois séculos, como no-lo diz Magalhães Godinho, em 1974. E, todavia, o ensino primário oficial foi criado em 1772!

---

[156] As constituições do primeiro liberalismo francês (1791), espanhol (1812) e português (1822), embora em momentos diferentes, também marcam esta viragem. Os *doceanistas* espanhóis e os *vintistas* portugueses procuraram construir uma monarquia constitucional, onde as Cortes unicamerais (eleitas mediante sufrágio amplo) assumiam o papel charneira dentro do Estado, cabendo aos monarcas confirmar as suas decisões. Este primeiro liberalismo, e estas primeiras constituições democráticas, foram habilidosamente subvertidas pelo velho absolutismo. Os tempos eram adversos a tão grande mudança. Ressurgiu, anos mais tarde, regenerado, embora com novos intervenientes políticos pois, entretanto, a família liberal tinha-se dividido em torno de princípios caros a grupos diferentes de pertença: a burguesia e o operariado.

[157] Primeira tentativa de industrialização: desenvolvimento agrícola, liberalização do setor industrial, criação do aparelho bancário e financeiro, criação de infraestruturas para transportes e comunicações. Todavia, esta política não alcançou os resultados pretendidos: a modernização foi insuficiente, o ritmo demasiado lento, a qualidade dos produtos não atingiu o nível esperado, faltaram instituições de crédito que apoiassem as indústrias e a mão-de-obra nunca foi requalificada, apesar de diferentes apostas num ensino técnico.

[158] BREYNER, Sofia de Mello (1983), *Navegações*, poema VI.

[159] A Revolução Francesa expressou, em muitos aspetos, a teoria rousseauniana. No ensino também. A sua obra pedagógica marcou toda uma época, e todas as épocas seguintes. Até aí não encontramos um ensino que possamos considerar como instrução pública; os professores viviam miseravelmente, sem qualquer importância social; as escolas, locais sem dignidade e meios.

2.2 O ENSINO ENTRE O VINTISMO E A CONTRARREVOLUÇÃO

Os primeiros meses pós revolucionários foram de consolidação do poder liberal, eleição para as Cortes Gerais e Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, lutas intestinas entre os vencedores, na procura de consensos (im) possíveis. O país vivia as sequelas da guerra e da ocupação estrangeira. Estas Cortes, numa das suas primeiras medidas, decretaram:

> As Cortes Gerais (…) considerando a necessidade de facilitar por todos os modos a instrução da mocidade no indispensável estudo das primeiras letras; atendendo a que não é possível desde já estabelecer, como convém, escolas em todos os lugares deste reino por conta da Fazenda Pública (…). Seja livre a qualquer cidadão o ensino e abertura de escolas de primeiras letras, em qualquer parte do reino, quer seja gratuitamente quer por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de alguma licença.[160]

Estava aberta a possibilidade de todo o indivíduo, em qualquer parte do país, exercer a atividade de professor e mestre régio, sem depender de uma prova ou autorização. Distante dos números pombalinos, esta medida possibilitou a abertura de 59 escolas nos quinze meses seguintes. No dia 9 de outubro de 1821, em Lisboa, no Livro das Leis, folha 23, da Chancelaria Mor da Corte e Reino, foi registada a seguinte Carta de Lei (dia 29 de setembro).

> Dom João, por Graça (…). Faço saber a todos os meus súbditos que as Cortes (…) reconhecendo que um dos meios de promover a Instrução Pública é contemplar as pessoas que dela são encarregadas, decretaram:
>
> Professores - 1. Os Professores e Mestres Régios, de um e outro sexo, de primeiras letras, Gramática Latina e Grega, Retórica e Filosofia, que por espaço de trinta anos contínuos ou interpolados houverem regido louvavelmente, e sem nota, as suas respetivas cadeiras, serão jubilados com vencimento de todo o seu ordenado. (…). 3. Aqueles Professores, Mestres, ou Mestras que, apesar de compreendidos no artigo 1.º, quiserem todavia e puderem continuar no exercício do Magistério, receberão de mais em cada um ano a quarta parte de seus respetivos ordenados.

Este documento dava início a uma política de *Previdência Social* no país. Em 15 de outubro do mesmo ano, em sessão pública a que assistiu D. João VI, o Diretor das Escolas Militares de Primeiras Letras, pelo método do ensino mútuo, relatou os progressos dessas escolas durante os quatro anos da sua existência, afirmando que mais de 8000 alunos se tinham matriculado desde a sua abertura, o que significava que, "em quatro anos, 552 escolares foram elevados aos diferentes graus de oficial inferior".

> Primeiro que se estabelecessem escolas militares pelo ensino mútuo em França, na Áustria e Rússia, já Vossa Majestade havia fundado em Lisboa uma Escola Normal para habilitação dos professores das escolas dos corpos do seu valoroso exército. Foi pela primeira vez que, entre nós e pode ser em toda a Europa, se viu formar professores, não só

[160] Decreto [n.º 178] pelo qual fica livre a qualquer cidadão ensinar as Primeiras Letras sem dependência de exame ou licença, de 28 de junho de 1821, publicado em 3 de julho no Livro de Leis, f. 164 vers. In *Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais*, Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1822, p 114.

> para ensinarem os seus preceitos, mas ainda e mui principalmente edificarem com os seus exemplos.[161]

Couto e Melo informou D. João VI que as escolas civis, nas terras onde se achavam as militares, estavam quase desertas, e não poucas tinham ficado sem discípulos. Os militares tinham-se tornado, devido às diferentes ocupações estrangeiras, na primeira classe organizada não nobre, impondo-se ao poder do Estado, através de um sistema próprio de promoções (que os periódicos relatavam) e soldo. Era necessário reforçar a sua qualificação.

Entretanto, a vida revolucionária do país passava pelas Cortes Constituintes, ou entre pequenos grupos de intelectuais bem preparados. O país profundo continuava como sempre. Esclarecedor o relato de um italiano que percorreu, então, o nosso país.

> Uma viagem em Portugal ou em Espanha equivale a uma campanha militar: falta de víveres, emboscadas, incomodidades, acampamentos. (…) Para vos dar uma ideia das estalagens de Portugal, dir-vos-ei que a noite passada, na Moita, os ratos devoraram uma grande galinha-da-Índia que eu tinha levado para o meu quarto, e da qual nem sequer deixaram os ossos.[162]

Ainda no mesmo texto, este conde italiano, de Milão, escrevia:

> Se não tivesse lido a História de Portugal, ser-me-ia suficiente observar a maneira como os camponeses portugueses saúdam, para concluir que este povo viveu uma longa opressão. Logo que eles avistam, mesmo ao longe, um viajante, tiram o seu amplo chapéu e levam-no até ao chão. Lavater teria acreditado reconhecer neste gesto, que o povo português é mais dócil e mais reverente face à nobreza e aos ricos, que o povo espanhol.[163]

Sobre a situação política, a opinião de José Pecchio era clara:

> Deveis estar muito surpreendida que eu não vos tenha falado de política. Mas que podia dizer-vos, se atravessei todo este reino sem ter encontrado um único indício da sua regeneração? O antigo edifício está ainda de pé. Anunciou-se e mesmo solenemente jurou-se que se ergueria o edifício constitucional, mas até hoje só existe ainda a fachada desse monumento. Aqui não é nada como em Espanha, onde a Constituição, restituída por Riego, estava inteiramente presente na memória da Nação.[164]

Na sessão de 7 de maio de 1822 das Cortes Constituintes, foi lido um ofício do ministro dos Negócios do Reino onde se expunha "o proveito e glória que resultaria à Nação de naturalizar do Reino Unido a arte da litografia e o método do ensino mútuo, e que a esse fim

---

[161] *Relatório dos progressos das escolas de ensino mútuo feito a S. M. el-rei o senhor D. João VI e em sua augusta presença.*. Pelo diretor das mesmas escolas na sessão pública celebrada em 15 de Outubro de 1822.

[162] PECCHIO, José (1990), *Cartas de Lisboa*, *1822*, p. 19. Nascido em 1785, em Milão, José Pecchio vive numa época de profundos conflitos, numa Europa marcada por guerras e revoluções. Paladino da Liberdade, está solidário com todos os povos que por ela lutam - espanhóis, portugueses, gregos... Nestas Cartas, escritas durante o seu curto exí1io em Portugal, surge a Lisboa do primeiro quartel do século XIX: arcaica nos seus costumes, inculta na ausência de manifestações artísticas, pobre nos mendigos que a enxameiam, suja na imundície das suas ruas... Descrição realista, num estilo aliciante a que não falta a ironia, mas que não humilha nem descamba na fatuidade. Pelo contrário, destas Cartas irradia sempre uma simpatia humana pelo povo que foi capaz de fazer uma Revolução para dar a Liberdade à sua Pátria. In Sinopse de *Cartas de Lisboa.*

[163] Idem*, Ibidem.*

[164] Idem*, Ibidem.*

bastava a módica despesa de 800$000 a 900$000 réis em metal, que se mandou remeter à Comissão da Fazenda".[165]

Na sessão de 25 de junho, e depois de aprovado o parecer da Comissão da Fazenda, o deputado Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato leu, em nome da Comissão de Instrução Pública, o seguinte parecer:

> João Corfield, de nação inglês, pretende estabelecer nesta capital uma escola de primeiras letras, para a educação de 500 moços de seis anos de idade para cima, segundo o método de ensino mútuo, com o qual ele diz estar muito familiarizado: para este estabelecimento, propõe o requerente várias condições, que quase se reduzem aos interesses pecuniários que deve receber (…).[166]

No seguimento da apreciação anterior, encontramos o Decreto de 11 de setembro de 1824:

> Tendo criado nesta Corte e cidade de Lisboa uma Escola Normal do método do ensino mútuo, a exemplo do que têm praticado os soberanos das nações mais cultas da Europa (…) nomeando para a reger o Professor João José de Cocq (…) hei por bem determinar o seguinte:
>
> 1. Pois que na dita escola se não ensina uma ciência, mas sim um método até agora desconhecido em Portugal, fica ela independente da Junta da Diretoria dos Estudos, e da sua Inspeção, até nova determinação minha em contrário.
>
> 2. Os discípulos da dita escola, que unirem aos seus estudos idoneidade, aptidão e os mais requisitos para o magistério das primeiras letras, preferirão, em igualdade de merecimento, nos concursos param o provimento de tais cadeiras régias.[167]

A matrícula dos candidatos ter-se-á realizado nos dias 5 e 6 de outubro de 1824, abrindo o curso no dia 7 desse mês, conforme anúncio da *Gazeta de Lisboa*: "O Professor da Escola Normal faz saber ao público que a matrícula dos alunos que a quiserem frequentar, se fará na terça e Quarta-feira 5, e 6 do corrente; e que a abertura do curso fica transferido para quinta-feira 7 do mês, por motivos que para isto ocorreram."[168]

O rei adoeceu, vindo a morrer a 10 de março de 1826. Entretanto, a regência do reino tinha sido entregue à Infanta D. Isabel Maria. A 15 de julho, a mesma *Gazeta de Lisboa* publicava a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, outorgada por D. Pedro, Imperador do Brasil. Por decreto de 27 de setembro de 1826, a Infanta D. Isabel Maria, a fim de "animar a prática do método do ensino mútuo", determinava que no mês de outubro seguinte, se abrisse a Escola Normal, criada pelo seu pai, D. João VI. No dia 26 de outubro, a *Gazeta de Lisboa* informava:

> Está fechada a matrícula da Escola Normal, com quarenta e oito discípulos, alguns de grandes esperanças; concorrendo a ela, além destes, mais sete voluntários, que por motivo

[165] *Diário das Cortes Gerais Constituintes* (…), Tomo VI, 1822, p. 79.
[166] Idem, Tomo VI, p. 554.
[167] *Gazeta de Lisboa*, n.º 220, de 17 de setembro de 1824, p. 1055.
[168] Idem, N.º 242, de 13 de outubro de 1824, p.1126.

> das suas obrigações, e empregos, se não quiseram matricular, por poderem muitas vezes encontrar-se as lições com os seus interesses.[169]

Uma Portaria de 31 de outubro de 1826 ordenava que os mestres de primeiras letras, de Lisboa, frequentassem a Escola Normal de Ensino Mútuo, pelo método de Lancaster. Suspendia o provimento das escolas que vagassem, permitindo que estes lugares fossem ocupados por mestres que dominassem o novo sistema. Esta escola ainda funcionou no ano letivo de 1827-28, considerando o seguinte anúncio:

> O Diretor da Escola Normal anuncia que se acha aberta a matrícula da mesma escola no edifício do Tesouro Velho, todos os dias pelas três horas da tarde, até ao dia 1 de Outubro, em que se começará o curso pelas mesmas horas, e continuará todas as segundas e quintas-feiras.[170]

Em fevereiro, D. Miguel faz o juramento como Regente do Reino, sendo proclamado rei absoluto (25 de abril), pelo Senado de Lisboa. E as notícias sobre a Escola Normal, ou outras, desapareceram das páginas dos periódicos (muitos dos quais também deixaram de se publicar). Apenas a notícia de 23 de fevereiro, reduzindo as escolas públicas de 932 (939 segundo outros autores) para 550, embora se saiba que a esmagadora maioria tinham deixado de funcionar, e que muitos professores estavam presos ou emigrados.

Da ilha Terceira, único baluarte liberal, um Decreto Constitucional proclamava a liberdade de ensino (29 de março de 1832), dando o primeiro passo para "remover os estorvos que uma legislação mesquinha e uma errada política tem posto em Portugal ao livre desenvolvimento da Instrução Pública".

> Art.º 1. É livre a todos abrir aulas públicas, ou ensinar por casas particulares quaisquer ciências ou artes honesta.
>
> Art.º 2. Os professores não são obrigados a pedir licenças, nem fazer exames; mas são obrigados a fazer às Câmaras dos distritos, aonde exercitarem a profissão, participações por escrito, da ciência ou arte, que se propuserem ensinar, e da casa da sua residência.
>
> Art.º 3. Os professores que não fizerem estas participações (…) serão multados pela mesma Câmara em vinte mil réis para as despesas do concelho.
>
> Art.º 4. As Câmaras Municipais podem estabelecer os professores que lhes convierem, e fixar-lhes ordenados, por meio de fintas impostas em forma legal.
>
> Art.º 5. As Juntas Paroquiais têm a mesma faculdade dentro do círculo da respetiva paróquia.
>
> Art.º 6. Tanto as Câmaras, como as Juntas Paroquiais, podem escolher conservar, ou despedir os professores que estabelecerem; (…) do mesmo modo podem examinar ou fazer examinar os conhecimentos, e boa moral dos professores (…).[171]

---

[169] Idem, N.º 252, de 26 de outubro de 1826, p. 1086.
[170] Idem, N.º 230, de 28 de setembro de 1827, p. 1229.
[171] Relatório de 29 de março de 1832, in *Coleção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecido na ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832*, p. 15.

Posteriormente, por Decretos de 24 de abril e 6 de junho, determinava-se a criação de escolas masculinas e femininas nas ilhas Terceira, S. Miguel e Santa Maria, nos Açores. Meses mais tarde, e já instalado no Porto (depois der ter desembarcado no Mindelo), Mouzinho da Albuquerque continuou a delinear o que pensava poder ser o modelo educativo do futuro. No seu Relatório, elaborado a pedido do Governo no Exílio, o ensino nas escolas oficiais deveria ser gratuito e compreender as Primeiras Letras (desde os 5 anos de idade), Gramática (a partir dos 8), Filosofia e História (a partir dos 12). O ensino do sexo feminino estender-se-ia dos cinco aos doze anos. Mas todas estas medidas avulsas, alertava, de forma alguma poderiam "fazer entrar a Nação no Grémio da Europa" e fazê-la chegar "ao estado de civilização em que as outras se acham", se não fossem enquadradas numa vasta reforma educativa.

2.3. O SEGUNDO LIBERALISMO[172]

Curiosamente, já instalado em Lisboa, o Governo Constitucional (23 maio de 1834), começou por decretar a abertura de uma aula pública de ensino agrícola. A este acontecimento não deve ter sido estranha a visita que D. Pedro fizera, em abril, à Casa Pia,[173] já alojada no edifício do Mosteiro dos Jerónimos. Mas só no ano seguinte, a 9 de maio, foi promulgada uma profunda reforma desta instituição, devolvendo-lhe o prestígio que tivera no tempo de Pina Manique. Também o ensino mútuo voltou a merecer a atenção dos novos governantes, como se vê pela Portaria de 2 de setembro de 1833.

> Manda o Duque de Bragança, regente em Nome da Rainha, participar a João José de Cocq, que houve por bem nomeá-lo por compor, juntamente com José Maria da Silveira Almendro e Manoel José Pires, com quem deverá entender-se, as Tábuas para o ensino da Gramática Portuguesa, segundo o método do Ensino Mútuo (Palácio das Necessidades em 2 de Setembro de 1833. = Cândido José Xavier).[174]

Em 7 de novembro de 1833, a *Crónica Constitucional de Lisboa* publicava a seguinte notícia: "Manda o Duque de Bragança (…) remeter ao Comissário do Estudo nesta Corte a cópia assinada pelo oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, o Conselheiro José Balbino de Araújo, o decreto de 2 do corrente mês, pelo qual foi nomeada uma comissão para o melhoramento e reforma geral dos estudos, reduções e instrução pública: e ordena (…) que aquele comissário dê à mencionada Comissão todos os

[172] Terceiro, se considerarmos o período pós-Carta Constitucional, de 1826.
[173] A Casa Pia de Lisboa é um organismo estatal, que tem por objetivo a promoção dos direitos das crianças e jovens. A instituição remonta a 3 de Julho de 1780, tendo sido uma criação do intendente-geral da Polícia, Pina Manique. Reinava Portugal, D. Maria I. As suas oficinas tornaram-se centros de excelência, na produção de material para a Marinha e Exército portugueses, bem como escolas de formação profissional muito conceituadas.
[174] *Crónica Constitucional de Lisboa*, N.º 35, de 4 de setembro de 1833, p. 180.

esclarecimentos, que por ela diretamente lhe forem pedidos, e possa dar-lhes pela repartição do seu cargo. 4 de Novembro de 1833. = Joaquim António de Aguiar."[175]

Esta Comissão de Reforma Geral dos Estudos secretariada por Almeida Garrett, apontava no seu Relatório,[176] datado de 1 de abril, para a premente necessidade de Escolas Normais, reiniciando-se a preparação de professores, o que aconteceu a 8 de janeiro de 1835. Esta escola teve, contudo, uma vida efémera, provavelmente devido a uma visão diferente do novo ministro dos Negócios do Reino - Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858), um político independente, simpatizante cartista, numa Lisboa minada pela partidocracia.

2.3.1. A reforma de Rodrigo da Fonseca

Os exílios em Pernambuco,[177] depois de ter participado na conspiração de Gomes Freire (1817), a passagem por Londres, assessorando o duque de Palmela, a sua verticalidade e bom senso, tornaram-no numa das personagens mais marcantes do liberalismo português.[178] Enquanto ministro do reino (1835), num Gabinete presidido pelo Marechal Saldanha, Rodrigo da Fonseca assumiu um papel importante no ensino.

Por decreto de 11 de agosto determinou a abertura de duas escolas normais masculinas, uma em Lisboa e outra no Porto, sendo os professores primários, das duas cidades, "obrigados a frequentar as suas aulas", única forma de terem direito a receber uma "pensão mensal de 7$000 réis". Esta imposição visava preparar quadros para assumirem a direção das escolas normais regionais, previstas no referido diploma. A 7 de setembro seguinte, novas e mais ambiciosas medidas,[179] criando em cada capital de distrito uma Escola Normal de Instrução, destinada ao sexo masculino. As escolas destinadas ao sexo feminino seriam objeto de estudo, e posterior legislação. Em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, os seus governadores foram autorizados (Portaria de 14 de setembro) a designarem um diretor que organizasse este ensino. Em 18 de setembro, uma outra portaria nomeava António Carlos de Melo para diretor da escola do Porto. Finalmente, por decreto de 8 de outubro, regulamentou o funcionamento das Escolas Normais do Porto e de Lisboa – que deveriam abrir a 20 de outubro de 1835.

Embora nunca executadas, este conjunto de medidas para a Instrução Primária, por terem servido de inspiração a outros governantes, deve merecer especial atenção. Principais linhas orientadoras: Ensino gratuito, livre, e obrigatório; reformulação dos programas, com a adoção

[175] Idem, N.º 90, de 7 de novembro de 1833, p. 497.
[176] Idem, N.º 77, de 2 de abril de 1834, pp. 317-318.
[177] Brasil, onde foi o principal redator do periódico *Aurora Pernambucana* (27 de março a 15 de maio de 1821, 9 números). Já em Lisboa, fundou em parceria com António Pereira dos Reis o jornal *A Revista* (1834-1836), onde escreveu muitos artigos sobre como proceder para, solidamente, se edificar um verdadeiro governo constitucional.
[178] Rodrigo da Fonseca Guimarães, foi um dos principais políticos liberais portugueses e figura cimeira do movimento da Regeneração de 1851. Ver: Maria de Fátima Bonifácio (2013), *Um Homem Singular – Biografia Política de Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787-1858)*.
[179] Constantes no *Regulamento Geral da Instrução Primária*.

do ensino mútuo; um edifício escolar nas povoações com mais de 400 fogos - a partir de 1500, teria direito a duas escolas, todas instaladas em edifícios públicos, devidamente apetrechados pelo governo. A conservação ficava entregue às Câmaras, que no caso de não poderem suportar estes encargos, seriam financiadas. Fixação, em todas as sedes de distrito, de uma Escola Normal, para a formação de professores. Concurso público para docentes, como via normal de provimento. Direito à aposentação e melhoria de vencimento, com direito a prémio para os que melhores resultados obtivessem. Isto implicava um controlo da vida escolar, por parte das Autoridades Administrativas, e dos Delegados do Conselho Superior e dos Visitadores. Ao mesmo tempo, o decreto incentivava as famílias portuguesas a "mandarem" os filhos para a escola e, para suprir carências, abria-se a possibilidade a qualquer cidadão poder abrir "aulas públicas" ou "ensinar particularmente".[180]

2.3.2. A "reforma" de Mouzinho de Albuquerque

Rodrigo da Fonseca percebeu o país onde vivia: pobre, inculto e analfabeto, sem futuro numa Europa em franco desenvolvimento industrial e comercial. Exonerado do cargo de Ministro e Secretário de Estado (18 de novembro de 1835),[181] a pasta foi ocupada por Luís da Silva Mouzinho da Silveira que, de imediato, suspendeu o legislado pelo seu antecessor (2 de dezembro de 1835).[182].

> Tomando em consideração os fundados protestos, e reclamações da Universidade de Coimbra, e outras alegações e representações atendíveis (…) hei por bem que (…) fiquem suspensos os meus reais decretos de sete de Setembro, sete e dezassete de Novembro do corrente ano, e todas as disposições delas derivadas; ficando a Educação e Instrução Pública no pé em que se achava anteriormente aos meus Decretos e providências.[183]

Chegava ao fim a intervenção de Rodrigo da Fonseca, que regressará à política anos mais tarde, sempre com a mesma probidade e sabedoria, embora mais *adaptad*o à complexa teia de interesses da Corte.

A grande burguesia e a Universidade de Coimbra, que gradualmente assumiram o papel da velha nobreza, tinham ganho mais uma batalha. Maria de Fátima Bonifácio carateriza-o assim: "Rodrigo era então um santo? Precisaria para isso de muito mais ingenuidade. Era um

[180] Texto escrito a partir de diferentes periódicos da época.
[181] *Diário do Governo*, N.º 273, de 19 de novembro de 1835.
[182] Ao contrário do que a historiografia da educação tem defendido, o decreto de 2 de dezembro de 1835, por meio do qual Luís Mouzinho de Albuquerque suspendeu, até decisão das Cortes, a execução de uma parte das reformas do ensino de Rodrigo da Fonseca Guimarães, não representou, intrinsecamente, uma interrupção no processo de reestruturação do sistema escolar. Sob o ponto de vista político, esse ato constitui uma tentativa de encaminhar o processo de negociação para uma plataforma consensual ampla, quer pela introdução de novos interlocutores no diálogo, quer pela procura de um equilíbrio entre forças concorrentes. *In* FERNANDES, Rogério (1983), *Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836*, p.262.
[183] Coleção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835, Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837.

homem dotado com uma perceção muito apurada da natureza humana, que ele, a bem da pátria e da paz, é claro, manipulava quando lhe convinha graças à sua invulgar sagacidade".[184]

No aspeto educativo encontramos um folheto escrito em Paris, em 1823, onde Mouzinho de Albuquerque expunha as suas «*Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública(…)"*. Nesse documento defendia que o ensino era uma das responsabilidades da Nação. "O vosso primeiro cuidado, depositários da confiança de um povo livre, deve ser dissipar as trevas e fazer raiar o mais cedo possível a luz brilhante da verdade própria, para patentear toda a beleza da liberdade e da justiça". E, mais à frente, insistia na importância dos mestres das "primeiras letras", bem como na dignificação da sua remuneração "por tão importante cargo". Este projeto defendia, pois, uma reforma global do sistema educativo e da instrução pública, com medidas articuladas, pensadas no curto e médio prazo, e que ficaram a constituir "o primeiro plano completo que em Portugal conhecemos para o estabelecimento de um ensino liberal".[185] À medida que a evolução política foi evoluindo, assim Mouzinho foi pactuando com os novos interesses instalados, nunca cumprindo as suas ideias sobre o ensino, desenhadas em Paris.

> Por que motivo, em todo este processo, não pugnou o ministro de 1836 pelas ideias generosas que propusera em 1823? Dar-se-ia o caso, como sugeriu Luís de Albuquerque, de já lhe não interessarem as conceções do reformador idealista?[186]

2.3.3. A reforma de 1836: o contributo de Passos Manuel

Passos Manuel (Manuel da Silva Passos) e o visconde de Sá da Bandeira foram as figuras cimeiras da política que emergiu da Revolução de Setembro (1836), um movimento estritamente popular, de que resultou a abolição da Carta de 1826, e a reintrodução (provisória) da Constituição de 1822, prometendo-se a sua atualização - o que aconteceu em 1838.[187]

Passos Manuel, como ministro do Reino (1836-1837) aprovou, segundo Rómulo de Carvalho, o "maior conjunto de providências destinadas a impulsionar o ensino em Portugal em todos os graus".[188] Na verdade, neste curto período assistiu-se a uma intensidade legislativa no sector da instrução pública, muito inspirada nos decretos de Rodrigo da Fonseca, criando-se as bases legais para o lançamento de uma série de instituições que reconhecem Passos Manuel como o seu fundador ou reformador. Entre estas, as reformas do Ensino Primário (pena não encontrarmos referência à sua obrigatoriedade, nem à remuneração

[184] BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2013). Obra cit., p. 455.
[185] ALBUQUERQUE, Luís (1960), *Notas para a história do Ensino em Portugal*, p.82.
[186] Idem, *Ibidem*, p.263.
[187] A Rainha e o Governo, sem meios para combater a revolução (a Guarda Nacional secundou os civis sublevados), entregou o poder a algumas figuras da oposição setembrista.
[188] CARVALHO, Rómulo de (1996), *História do Ensino em Portugal*., 2.ª ed., p. 560.

dos professores), do Ensino Secundário e do Ensino Superior, decretado entre 15 de novembro e 5 de dezembro de 1836.

Se a reforma do Ensino Primário não deixou marcas muito profundas, embora tivesse criado uma escola em cada lugar onde pudesse haver uma frequência de "mais ou menos 60 alunos" (Art.º 40), e de uma escola feminina em cada capital, o mesmo não se pode dizer da reforma do Ensino Secundário, a sua grande aposta. Passos Manuel acreditava que a instrução secundária era a mais carecida de ser reestruturada, considerando o tipo especulativo do seu ensino, muito centrado nas humanidades, descurando os ramos científicos que, de alguma forma, correspondiam às necessidades do país. Por isso ter aprovado o Plano dos Liceus Nacionais (decreto de 11 de novembro de 1836),[189] ficando o seu nome, indelevelmente, associado à sua criação.[190]

Todas as reformas de Passos Manuel procuraram responder às necessidades da débil indústria nacional, do comércio e da administração pública.[191] Pensava colmatar, assim, uma lacuna no desenho curricular português. Prosseguia, desta forma, a tarefa de estruturar a sociedade portuguesa na linha do que havia sido iniciado, no exílio, por Mouzinho da Silveira. D. António da Costa, fazendo um paralelismo estre as reformas de Rodrigo da Fonseca e a de Passos Manuel diz-nos que "comparada com a reforma de 35, a de 36 ficava-lhe inferior. Morta, porém, a de 35, a de 36 representava um progresso, e apesar de incompleta nos pontos fundamentais, lançava traços de reconhecido alcance. Se porventura não era uma lei essencialmente prática no estado centralizador da nação, era decerto, no conjunto dos princípios que estatuía, uma lei benemérita e liberal".[192]

2.3.4. A reforma de 1844: Costa Cabral e o ensino

A instabilidade vivida ao longo do setembrismo levou à atribuição da pasta da Justiça a António Bernardo da Costa Cabral, que assim se tornou o homem forte do Governo. Em

[189] O único liceu nacional a entrar em funções em 1836 é o de Coimbra, mercê da combinação de dois fatores: dá continuidade à instituição de ensino secundário fundada na cidade em 1547 – o Colégio das Artes – e de o Reitor da Universidade, sediada na mesma cidade, presidir à comissão de instalação do liceu. O Liceu de Lisboa entra em funções em 1838, o da cidade do Porto em 1840 e o último liceu a ser instalado será o da cidade da Guarda em 1855. *In* NÓVOA, António e Santa-Clara, Ana T. (2003*), Liceus de Portugal: Histórias, arquivos, memórias*.

[190] Nos primeiros decénios de existência dos liceus, competia aos conselhos escolares o «governo e inspeção» de tudo o que respeitava ao seu funcionamento «formal e científico». Porém, a lei de Passos Manuel não estabelecia quaisquer normas de conduta dos alunos, que fossem aplicadas em todos os estabelecimentos do ensino secundário, entregando-lhes esta responsabilidade numa atitude de descentralização. E a reforma seguinte, devida a Costa Cabral (20 de setembro de 1844), continuou a não incluir essas regras, as quais seriam definidas por cada liceu inseridas no respetivo regulamento Interno. O primeiro Regulamento Geral dos Liceus (10 de abril de 1860) reuniu as normas disciplinares que vinham já sendo aplicadas em alguns estabelecimentos do ensino secundário (…). *In* ADÃO, Áurea (2007), *A pesquisa em fontes originais oitocentistas existentes nos arquivos portugueses. Um contributo para a produção de novos conhecimentos na história do ensino secundário liceal*, pp. 76-77.

[191] No caso do Ensino Superior, para além das mudanças na Universidade de Coimbra, e da reforma das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto (1836), é importante destacar a criação da Escola Politécnica de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto (1837).

[192] COSTA, D. António (1900), *História da Instrução Popular em Portugal*, 2.º ed., p. 166.

1842, através de um golpe de Estado, assumiu o poder e repôs a Carta Constitucional de 1826. A burguesia fundiária e comercial, agora feita de barões e viscondes, precisava de estabilidade política e de liberdade para as suas especulações financeiras. Costa Cabral protagonizou a mudança, não se escusando à violência sempre que isso se justificava. Foi neste ambiente revivalista, mas simultaneamente reformador, que nos aparece a restruturação da instrução em 1844, imbuída de ideias conhecidas e ultrapassadas (com o objetivo visível de colocar um travão à reforma progressista de 1836), mas procurando relançar a debilitada economia nacional. Consultando o diploma, vê-se que o Ensino Primário aparece agora dividido em dois graus:

1. Leitura, escrita e aritmética; princípios gerais de moral e doutrina Cristã; exercícios gramaticais e princípios de corografia e história portuguesa;
2. Reforçava os objetivos anteriores, e introduzia: a gramática portuguesa, o desenho linear, a geografia e a história geral; história sagrada do antigo e novo testamento, aritmética e geometria aplicados à indústria e escrituração. (Art.º 1)

Verifica-se o desaparecimento da ginástica, mantendo-se a preparação dos professores do Ensino Primário numa Escola Normal (Art.º 10). Os lugares eram providos por concurso, seguido de exame público. As escolas funcionavam sempre que possível em edifício próprio, mas para a criação de escolas dava-se preferência aos concelhos que prontificassem a casa e a mobília (Art.º 6 e 7). D. António da Costa considerou isto uma impossibilidade, porque as escolas existentes (991 em 1840), sendo 25 destinadas ao ensino feminino, eram insuficientes para a aplicação do legislado, considerando ainda o "estado deficitário das finanças públicas".[193] De uma forma geral, o diploma é vago, cheio de intenções, o que contribuiu para o seu não cumprimento – evidenciando o pouco interesse dos autores da reforma na sua aplicação. Esta situação irá permanecer indefinida por mais alguns anos. E do milhar de escolas que existiriam em 1835, só vamos chegar às 2000 entre 1860 e 1865. D. António da Costa, ao tratar esta reforma, classificou-a de "medrosa". E acrescentou: "Correu a escala dos sons como uma criança principiante, incerta e temerosa. Amedrontou-a como à sua antecessora (mas não como à do Marquês de Pombal nem à de 35), o constante fantasma da instrução popular: a questão financeira".[194]

2.4. A EDUCAÇÃO E AS CONSTITUIÇÕES DE 1822, 1826 E 1838

A evolução do constitucionalismo português, bem como do espanhol, andou sempre associado à matriz britânica e francesa. Na nossa primeira Constituição, a exemplo da de Cádis, pretendeu-se construir, seguindo a lógica francesa de 1789 e 1792, uma monarquia

[193] Idem, *Ibidem*, p. 58.
[194] Idem, *Ibidem*, pp. 170-171.

onde as cortes unicamerais, eleitas em sufrágio alargado, deveriam ser o órgão central do Estado, ficando o monarca a elas sujeito.[195]

2.4.1. Constituição de 23 de Setembro de 1822

Reconhecidamente vanguardista, a Constituição de 1822 foi parca em medidas que possibilitassem tornar o ensino e a cultura armas eficazes contra o obscurantismo, a tradição, e o absolutismo. Dos 240 artigos da Constituição, e depois de longos e acalorados debates, apenas três foram dedicados à instrução, afastando-se dos pressupostos ideológicos iluministas, que consideravam a alfabetização do povo a melhor defesa do regime democrático e condição primeira para o progresso do país.

> Les années postérieures à la Révolution libérale de 1820 correspondent à une période très productive de vue éducationnel (…). Le libéraux, tout en revendiquant l´héritage pombalin, vont essayer de mettre sur pied un système dénseignement, contrôlé par lÉtat, permettant láccès des différents classes sociales à une "éducation populaire de base.[196]

O mais antigo texto constitucional português reconhece o direito à educação, mas pouco fez para a implementar. Na rubrica «Dos direitos e deveres individuais dos portugueses» estabeleceu a existência de uma rede escolar primária para ambos os sexos (Art.º 237): «Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis»,[197] embora as remunerações dos professores régios, assim como as instalações das salas de aula, ficassem da responsabilidade de entidades particulares, Quanto às escolas existentes (Art.º 238), apontava para a sua reforma: «Os atuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados, e se criarão outros onde convier, para o ensino das ciências e das artes».

A liberdade de ensino ficou consagrada na lei (Art.º 239). «É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar». Esta política educativa para as primeiras letras gerou um largo consenso, mobilizou a sociedade (com destaque para a imprensa liberal), mas nunca o Estado procurou uma efetiva implantação do sistema, cedendo às entidades privadas essa tarefa.

---

[195] Nas Constituições seguintes, o modelo constitucional atribuiu a direção política do Estado à Coroa, subalternizando as Cortes compostas, agora, por duas Câmaras: a Alta, onde tinha assento a nobreza, o clero e os altos corpos da Administração; e a Baixa, eleita, através de um sufrágio censitário. Este modelo mais conservador apresenta versões diferentes entre a Constituição de 1826 e a de 1838, fruto do movimento progressista, defendido pelos *setembristas*, e onde o *cartismo* moderado foi momentaneamente ultrapassado. Só na segunda metade do século XIX o constitucionalismo democrático haveria de se afirmar através de dois brilhantes pensadores: os republicanos Emili Castelar e Teófilo Braga, embora os seus ideais só fossem tornados realidade (e episodicamente) em 1873, em Espanha, e em 1911, em Portugal.

[196] NÓVOA, António (1987). *Les temps des professeurs – analyse sócio-historique de la profession ensignant au Portugal (XVIII-XXème siècle)*, p. 329.

[197] A legislação era omissa em relação aos restantes graus de ensino.

2.4.2. Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826

Se o articulado constitucional vintista, sobre o ensino, é considerado *pobre*, na Constituição de 1826, mais isso se acentuou. Esta Lei *oferecida*[198] aos portugueses, por vontade expressa de D. Pedro, aquando do falecimento de seu pai (D. João VI), seguindo o exemplo francês (Luís XVIII, junho de 1814), o que fez ainda no Brasil. Era o compromisso possível entre a doutrina de soberania nacional (adotada sem restrições em 1822) e a vontade de preservar os direitos régios - perante a oposição dos liberais radicais e dos absolutistas. No que à escola pública diz respeito, continua a garantir a instrução primária, gratuita a todos os cidadãos (tít. VIII, art.º 145, § 30), embora custeada por particulares, não aparecendo, agora, nenhuma referência à liberdade de ensino.

Ao lermos a *Gazeta de Lisboa*, órgão do Governo, encontramos dezenas de avisos da Diretoria Geral de Estudos, a noticiar vagas para "cadeiras de primeiras letras", anúncios que se repetiam, para as mesmas localidades, com alguma regularidade. No mesmo jornal, alguns mestres ofereciam os seus serviços (ensino doméstico), o que mostra que o ensino público (mal pago e com salários em atraso) não era chamativo para muito professores.

2.4.3. Constituição de 1838

Num período de desencanto com o liberalismo progressista perfilaram-se três vias distintas: setembrismo, cartismo e miguelismo. E procuraram-se cedências estratégicas, de todas as forças em presença, o que dificultou a construção de um documento bem fundamentado, inspirador da grande reforma que urgia para o ensino. Lendo este documento vemos que continuava a garantir a gratuitidade da instrução primária (tít. III, Art.º 28.º. I), reafirmava a existência de estabelecimentos em que se ensinassem as ciências, as letras e as artes (tít. III, art.º 28.º, II), concedendo a liberdade de ensino a todos os cidadãos, desde que respondessem, na conformidade da lei, pelo abuso deste direito (tít. III, Art.º 29.º).

Mais uma vez estranha-se esta frugalidade legislativa em juristas ilustres, devotos do iluminismo, defensores de sempre da universalização do ensino básico. Por certo grandes forças de bloqueio impediram estas Constituições de se assumirem como dinamizadoras da educação.

> A história da instrução em Portugal, no século XIX, permite a observação, à primeira vista desconcertante, de uma longa série de «descontinuidades», lado a lado com um conjunto mais modesto, mas não menos significativo, de «permanências».[199]

[198] A Carta Constitucional de 1826 foi outorgada, como já foi referido, por D. Pedro, o que significa que não foi redigida, nem votada, por Cortes Constituintes eleitas pela Nação.
[199] FERNANDES, Rogério (1983). Obra cit. p. 5.

2.5. O PENSAMENTO SOCIALISTA NA PRIMEIRA METADE DE OITOCENTOS

> Nunca povo algum da terra foi mais estupidamente governado do que Espanha e Portugal; a desmembração odiosa dos dois países e ao mesmo tempo a unificação administrativa e material dos diversos estados peninsulares que possuíam condições essenciais de autonomia, revelam a ação violenta e contraditória de dinastias, que exploraram estes dois povos em vista de um interesse egoísta, e o embrutecimento sistemático exercido em benefício da realeza pelo catolicismo, que em paga dos serviços de polícia das consciências recebeu o exclusivo poder espiritual até à crueldade canibalesca. (…) Quando um dia algumas ideias de administração puderam penetrar no cérebro de um ministro, como Aranda em Espanha, ou Carvalho em Portugal, essas ideias, apesar do conflito de mil preconceitos seculares, e da incompleta compreensão dessas noções transplantadas de repente e à força, frutificaram de súbito e de um modo pasmoso, de sorte que esses dois ministros se acharam inconscientemente inauguradores de uma nova época de civilização.[200]

O pensamento socialista em Portugal surge com Francisco Solano Constâncio (1777-1846)[201] que, dedicando-se ao jornalismo a partir de 1796, logo se afirmou como um dos principais intelectuais pré-românticos do seu tempo. Entre 1848 e 1852 viveu-se um período de grande fervor ideológico, com o surgimento de nomes como os de José Félix Henriques Nogueira (1823-1858) e Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), colaborador de *O Eco dos Operários: revista social artística e literária*.[202] Estes autores constituem o núcleo central do movimento socialista português – um socialismo utópico, que recusava a utilização de meios violentos e revolucionários de transformação social. Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), Almeida Garrett (1799-1854), António Feliciano de Castilho (1800-1875), António de Oliveira Marreca (1805-1889) e Alexandre Herculano (1810-1877), sem poderem ser considerados socialistas mostram, nos seus escritos, afinidades evidentes. Por um lado rejeitam o conceito de luta de classes; por outro, têm um entendimento muito alargado de classes industriosas, embora distante do pensamento marxista. Outro ponto comum, a ênfase colocada no valor e dignidade do trabalho, com a condenação do coletivismo, acreditando-se que a educação será suficiente para recuperar as franjas marginalizadas da sociedade.

É, pois, com naturalidade, que assistimos à explosão de um ensino técnico, que viria a ser definitivamente consagrado com a República, em 5 de outubro de 1910. Esta evolução, titubeante entre 1815 e 1836, ganhou alguma dinâmica a partir de 1836, com Passos Manuel e Costa Cabral que, com motivações distintas, procuraram transformar a sociedade rural numa sociedade urbana e industrial. Finalmente, a partir de 1852, e perante a debilidade económica

[200] BRAGA, Teófilo (2010). Obra cit., p. 25.
[201] Médico, diplomata, publicista. Depois de uma breve passagem por Nova Iorque foi viver para Paris, onde dirigiu os Anais das Ciências, das Artes e das Letras (1812-1822), periódico onde foram publicados muitos textos de portugueses exilados após a *setembrizada*, e as perseguições que se lhe seguiram. Após a Revolução de 1820 foi nomeado agente diplomático em Paris.
[202] Lisboa, N.º 1 (28 abr.1850) – N.º 52 (out. 1851). Vítor Sá considera este periódico o mais antigo jornal socialista português.

e social do país, o expansionismo tornou-se uma inevitabilidade, com grandes obras e medidas inovadoras, o que implicou uma aposta na formação profissional. Fontes Pereira de Melo (1819-1887), rosto desta revolução silenciosa, tudo fez para colocar todas as instituições de ensino do país ao serviço da obra de fomento industrial e agrícola por si planeada.

> Na sucessão dos factos desempenha o século XIX um papel importante. A sociedade velha recua espantada diante da sociedade nova, que a palmo e palmo lhe vai disputando o terreno. Umas defronte da outra, como dois atletas, olharam-se e mediram-se, tendo consciência do mútuo poder e avaliando-se pela ideia fundamental de que viviam; depois detiveram-se desconfiadas; por fim travaram-se de terrível combate, uma em nome da tradição e do interesse, a outra proclamando a verdade e o justo; uma à voz da autoridade que subjugava, a outra em nome da universalidade que anseia por ser livre e que tem direito de o ser.[203]

A Regeneração de 1851 "abre um novo ciclo na relação social escolar (…). O controlo do sistema começa a ser disputado por uma classe social que, nos centros urbanos, ganha uma identidade própria: o operariado, na base de uma aliança com os intelectuais progressistas".[204] David Justino diverge, defendendo que a legislatura de "1848-1851 foi, a todos os títulos, uma preparação do que viria a ser a política regeneradora". Para ele, a derrota dos extremos nas guerras civis (Maria da Fonte e Patuleia), criaram condições "para um novo centrismo",[205] onde muitas das políticas idealizadas por Costa Cabral foram, finalmente, implementadas.

2.6. PEDAGOGOS DO LIBERALISMO PORTUGUÊS



Falar sobre a história da educação portuguesa, no século XIX, implica um olhar retrospetivo sobre os discursos dos maiores protagonistas, no campo ideológico, e refletir sobre as suas propostas de escola e de ensino, e procurar saber quem eram os alunos recetores dessa instrução formal por eles idealizada.

Desde finais do século XVIII diferentes projetos e reformas de ensino fizeram parte do imaginário de muitos pedagogos, embora as diversas conjunturas político-ideológicas, também económicas e culturais impedissem a sua aplicação. Desde logo a figura incontornável de Luís António Verney,[206] autor de *O Verdadeiro Método de Estudar* (1746). Vivendo muitos antes da revolução vintista, este filósofo iluminista, opositor de Pombal,

[203] COSTA, D. António (1870), *Instrução Nacional*, p. 4. Escritor e político (1824-1892), com uma obra notável na instrução popular, ocupando em 1870 o Ministério dos Negócios da Instrução Pública, de que foi o primeiro titular.
[204] FERNANDES, Rogério (1998), *Génese e consolidação do sistema educativo nacional (1820-1910)*, p. 38.
[205] JUSTINO, David (2011), *Fontismo: ideologia e política económica*, p. 34.
[206] Luís António Verney (Lisboa, 1713-Roma, 1792). Filósofo, teólogo, padre, professor e escritor, foi um dos maiores representantes do iluminismo português, e um dos mais notáveis estrangeirados, ao lado de Ribeiro Sanches, Luís da Cunha e muitos outros.

serviu de guia para muitos jornalistas e educadores que reivindicaram um ensino suportado pelo Estado, baseado na realidade e na experiência, ministrado a ambos os sexos e a todas as classes.

Já atrás nos referimos à reforma planeada pelo *jovem* Mouzinho de Albuquerque, então a viver em Paris, onde colaborava no periódico *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818-1822), oferecida aos deputados às Cortes, em 1821, e que Rogério Fernandes classificou "como um dos mais interessantes planos de ensino de entre os elaborados nesse período". [207]

Outro nome grande da literatura, imprensa e ensino, foi o de Almeida Garrett (1799-1854). Aos 23 anos aparece-nos como redator principal de *O Toucador* (1822 - 7 números), redigido em colaboração com Luiz Francisco Midosi.[208] Trata-se, segundo palavras suas, de uma obra de "instrução" dirigida e "dedicada às senhoras portuguesas". Longe não andaria, então, a figura de Luísa Midosi, com quem viria a casar.

---

[207] FERNANDES, Rogério (1983). *Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836*, p. 9.

[208] A coleção foi reunida em volume, em 1957, e publicada em segunda edição, com prefácio de Fernando de Castro Pires de Lima. *O Toucador* é, claramente, um semanário direcionado à mulher citadina, polida, burguesa, com vida social. Um projeto de Almeida Garrett, surgido em 1821 (29 de setembro), no teatro do Bairro Alto, aquando da estreia da peça Catão (de que era autor), a que não serão estranhos uns olhos de uma menina, de catorze anos incompletos! Por isso os temas tratados: moda, teatro, passeios, jogos, o namoro… Garrett, em parceria com Luís Francisco Midosi, procurava proporcionar às suas leitoras modelos de comportamento ajustados à nova ordem, firmados na liberdade e na instrução. Nesta perspetiva, ler *O Toucador* é entrarmos adentro de um periódico instrutivo, bem concebido, sem o radicalismo de outras *folhas* liberais, dedicado às senhoras portuguesas, muito especialmente a Luísa Midosi, com quem o autor viria a casar, finda a publicação do jornal. Uma leitura mais atenta a toda a obra do autor permite, por detrás da imagem de mulher que emerge dos temas tratados, verificarmos que o ideal de Garrett estaria na fusão da mulher moderna, que ele gostava de ver abrilhantar, com a sua cultura e beleza, os salões, onde a sociedade lisboeta esquecia as clivagens políticas, com uma representação de mulher onde "se encontram e confundem todas as mulheres possíveis da vida de um homem: a mãe, a irmã, a mulher, a filha ou, dito de outro modo, a companheira, a inspiradora, a amante, a enfermeira". (In LEAL, Maria Ivone, 1992, obra cit., p. 25). Garrett, fruto de uma educação esmerada, sempre foi um amante do luxo, da moda, dos perfumes, das cortesias cavalheirescas – um verdadeiro *dandy*, o *cavalier servant* como se haveria de intitular num dos artigos de *O Toucador*. Mantendo um aparente distanciamento da política, como convinha a um jornal dirigido ao público feminino, não abdicava de deixar uma marca muito própria, eivada de romantismo, é certo, mas também de profunda crítica ao mundo da mulher – apesar do dualismo atrás referido. E apontava caminhos: "(…) finalmente chegou a cavalaria andante, que pôs outra vez as coisas no seu lugar, e restituiu ao belo-sexo os seus direitos, e honras. Começaram as damas a exercer a sua autoridade sobre as modas; e as modas a ser de novo a primeira ocupação dos homens de gosto, e das senhoras de espirito." In *O Toucador*, N.º 1, fevereiro de 1822, pp. 3-6). Ainda neste número, na rubrica *Modas*, Garrett procurou dar uma noção sobre a história do traje, acreditando que os franceses eram os mais *distintos* fazedores da moda. Certamente da moda liberal: "A natural delicadeza e tacto fino dos franceses os fizeram distinguir neste género sublime das descobertas humanas; é suposto os italianos, os espanhóis algumas vezes os rivalizassem; eles os excederam no final, e tão vitoriosamente triunfaram, que todas as nações da Europa se reconheceram, e confessaram vencidas, e receberam com prazer as leis dos seus amáveis e engenhosos vencedores ou vencedoras." (Idem, *Ibidem*) No número II, num texto dedicado ao teatro, deixa claro o prazer que as mulheres sentiam pela ida a espetáculos deste tipo, donde subjaz a ideia que este gosto ultrapassava o divertimento em si. Uma ida ao teatro permitia à mulher conviver, ver e ser admirada, afirmar-se. "Dai-nos pão e espetáculos: clamavam os Romanos; e as nossas belas, que em sentimentos não cedem aos conquistadores do mundo, nada prezam tanto, depois de seus enfeites, como são os espetáculos." Quando fala em teatro, Garrett (o regenerador do teatro português) não pode deixar de ser o grande mestre: diverte, educando. O inovador da comédia e do drama passa para as leitoras, através da mais fina ironia, representações de um mundo mais igualitário quanto ao género, embora com algumas contradições, como vimos anteriormente, e que mais tarde vamos encontrar na sua obra *Viagens na Minha Terra* (1846). A educação política continua presente, embora habilmente dissimulada: "Desterrada por um decreto dentre as cores nacionais - a vermelha; ocupou o azul e branco o sólio da moda, porque havia obtido a superioridade política. Chapéus e toucados, lenços e vestidos, tudo se adornaram da cor nacional; e as damas portuguesas (que a nenhumas cedem em patriotismo) aumentaram com o seu exemplo o entusiasmo nacional." (*O Toucador*, N.º 2, fevereiro de 1822, p. 4). Ao apontar o azul e o branco como as tonalidades da moda, Garrett impunha, junto da opinião pública, o gosto pelas cores da Monarquia Constitucional. No advento de uma nova política, também de uma nova forma de ver e estar na sociedade, estes textos de Almeida Garrett, imbuídos de uma nova poética, prenunciam *Camões* (1825) e *D. Branca* (1826), obras fundadoras do gosto romântico.

> Talvez a publicação do *Toucador* tenha sido um alegre divertimento de algumas semanas para Garrett. Um modo de dar largas à sua necessidade de comunicação. A maneira de publicar algumas críticas sociais e políticas ao período revolucionário que então se vivia. Teria sido ainda o veículo possível para a sua produção poética de momento. [209]

Garrett cresceu com o seu século, nas palavras de Ofélia Paiva Monteiro.[210] Já em Londres, publicou *Da Educação* (1829), uma obra a pensar na Infanta Maria da Glória, filha de D. Pedro. No exílio, Garrett perspetivava como formar a futura rainha, uma forma de desenhar o ensino que acreditava servir as instituições liberais. Para ele, a educação tinha como finalidade a formação integral do indivíduo: o saber como motor do progresso, sem descurar a felicidade e o bem-estar do homem. Para isso propunha uma pedagogia assente em três pilares: o corpo (educação física); o coração (educação moral); e o espírito (educação intelectual).[211]

Em termos metodológicos, é notório o pensamento de Rousseau na obra de Garrett. Defensor de um método analítico-sintético, que designou de método da natureza, através do qual o "conhecimento há-de acontecer por força da razão e da experiência".[212] Rómulo de Carvalho considera Garrett o mentor do projeto de reforma, apresentado em 1834, por uma comissão nomeada por D. Pedro.

Seguindo a ordem cronológica aparece-nos António Feliciano de Castilho (1800-1875). Aos 6 anos cegou, incuravelmente, devido a infeções provocadas pelo sarampo, o que não impediu a sua licenciatura em Direito, na Universidade de Coimbra, graças à solidariedade do seu irmão Augusto. Escritor ultrarromântico,[213] um grande pedagogo, criador de um método de ensino da leitura, a que chamou o *Método Português*, pensado para os alunos aprenderem a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível, consagrou alguns anos à sua defesa e propaganda. Com esse objetivo visitou o Brasil (1855), onde foi muito bem recebido pela família imperial e pelos meios intelectuais. No regresso, tendo morrido Garrett e estando Herculano retirado a fazer agricultura, Castilho exerceu uma autêntica realeza literária, só destronado com a geração de Coimbra. Fundador da *Revista Universal Lisbonense* (1841-1853), foi seu diretor até 1845. Como publicação generalista, o


REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE.
JORNAL
DE
INTERESSES PHYSICOS, MORAES E LITTERARIOS.
LISBOA.
1844.

[209] LEAL, Maria Ivone (1992), *Um século de periódicos femininos*, p. 25.
[210] Uma das grandes especialistas em Almeida Garrett, prémio Vergílio Ferreira, 2014.
[211] GARRETT, Almeida (2009), *Da Educação*, p. 12.
[212] Idem, p. 25.
[213] Foi um dos protagonistas da *Questão do Bom Senso e Bom Gosto*, ou *Questão Coimbrã* - polémica que contrapôs, em meados do século XIX, os defensores do ultrarromantismo, e um grupo de jovens escritores, estudantes de Coimbra, que defendiam o realismo e o naturalismo, e onde pontificava Antero de Quental (1842-1891).

seu conteúdo alargava-se por temáticas que iam da cultura à literatura, da indústria à agricultura, bem como informações avulsas do interesse do leitor: receitas práticas, boletins meteorológicos, conhecimentos úteis… Na lista de colaboradores encontramos nomes como os de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Mendes Leal e Bulhão Pato, ou poetas como Andrade Corvo e Francisco Maria Bordalo.

Divergindo da escrita ligeira e emotiva de Garrett, ao bom estilo inglês, Alexandre Herculano (1810-1877) opõe um texto sóbrio, severo, de matiz germânica, por certo influenciado pelas tertúlias vividas em casa da Marquesa de Alorna. Descontente com a política autocrática de D. Miguel foi viver para Rennes (1831), a cuja biblioteca foi beber muita da sua vastíssima cultura. Regressou aos areais do Mindelo, com D. Pedro, em 8 de Julho de 1832.

Em 1837 assumiu a direção de *O Panorama: jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis* (1837-1868), dirigindo a linha editorial para a instrução e educação. Assim, vamos encontrar nos escritos de Alexandre Herculano a defesa de uma ensino elementar, da responsabilidade do Estado, cabendo ao indivíduo escolher o rumo a seguir, de acordo com as suas aptidões, interesses, ou possibilidades económicas. Rómulo de Carvalho refere-se ao seu projeto de reforma (1838), onde podemos ver a grande importância que atribuída à instrução, na edificação de um país próspero e moderno.

> (…) os homens devem beneficiar de duas qualidades de instrução: uma eminentemente social que integre o homem na sua sociedade como cidadão esclarecido, capaz ded eleger conscientemente aqueles que hão-de orientar os destinos da Nação; outra que atenda ao indivíduo, aproveitando-lhe as faculdades pessoais ed que, embora de suma importância para a pessoa, deve ser posta num plano secundário, em relação às exigências socais. Primeiro o cidadão, depois o indivíduo.[214]

Esta dupla vertente de instrução pública, implicaria um nível geral, elementar e obrigatório para todos, e uma instrução geral superior, aberta a todos, mas não obrigatória. A primeira cumpriria a vertente do homem enquanto cidadão; a segunda, o homem enquanto indivíduo – compreendendo os dois patamares as mesmas matérias, variando apenas o seu grau de complexidade:

> a) O ensino geral elementar deveria abranger: a leitura de impressos e manuscritos; a escrita; princípios de aritmética até à regra de três, inclusive; o catecismo religioso.
> b) O ensino geral superior deveria abranger: a gramática portuguesa e exercícios de ler e escrever corretamente, servindo de texto para a leitura e temas do Novo Testamento; os elementos da história pátria e de geografia; a aritmética completa; os elementos de geometria e as suas aplicações usuais, especialmente o desenho linear e

[214] CARVALHO, Rómulo (1996). Obra cit. pp. 374-575.

> as noções mais necessárias de agrimensura; os rudimentos de física e particularmente os de mecânica; os princípios de química aplicada às artes; os elementos de botânicos aplicados à agricultura e ideias gerais sobre higiene popular.

Deste currículo, numa linha marcadamente utilitarista (onde não descurava e educação moral, pois como Condorcet acreditava que a instrução, por si, não tornava o homem virtuoso), valorizava o primeiro nível, "o que respeitava o homem como cidadão", potenciando as capacidades para a sua inserção consciente no meio social.

Mas cedo começou a sentir embaraçosos silêncios, vendo-se mesmo acintosamente afastado da Comissão de Instrução Pública, para a qual fora eleito em 1840. Numa linha divergente da de Costa Cabral, e reconhecendo não ter "vocação para a vida parlamentar", Herculano refugiou-se na agricultura (de que era acérrimo defensor como ponto de partida para uma sustentada industrialização) e, desiludido, terá desabafado "que a política dos poetas é como a poesia dos políticos".

Mais tarde, como cidadão, participou ativamente contra a "lei das rolhas" (1850), favorecendo abertamente os oposicionistas a Costa Cabral, e contribuindo para a sua queda. Fiel aos seus princípios, nunca deixou de combater os partidários do velho regime – artigos em diferentes jornais, como em *O País* (Lisboa, 1851), do seu correligionário Andrade Corvo. Em plena restauração (1856), ajudou a fundar o Partido Progressista Histórico. Para ele a liberdade individual era um bem supremo, como deixou bem claro nas *Cartas a Oliveira Martins* (25 de dezembro de 1872).

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CAPÍTULO III

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E O DEBATE DE IDEIAS
O PAPEL DA IMPRENSA

3.1. A IMPRENSA COMO FONTE HISTORIOGRÁFICA

A Imprensa assume, hoje, uma grande importância para a compreensão das práticas discursivas na área da educação e do ensino, constituindo uma fonte documental valiosa, pois permite perceber as formas de pensar e de atuar ao longo de diferentes gerações. Os periódicos, independentemente da sua datação, de terem sofrido maior ou menor pressão censória, constituem um *corpus documental* imprescindível para a historiografia. A relação entre Jornalismo e História foi tratada, pela primeira vez, por Tobias Peucer. "Na sua tese (1690) pioneira, o nosso primeiro doutor [em jornalismo] deu abundantes conselhos sobre a retórica da escrita da história, fazendo, nomeadamente, recomendações sobre concisão, precisão, factualidade, verdade, clareza, rigor, crítica às fontes e outras. (…) Aliás, para Peucer fazer jornalismo era uma forma de fazer história. Se os *gazeteiros* de então faziam aquilo que ele designava por uma história *desordenada*, a proposta teórica de Peucer era a de que passassem a fazer uma história ordenada, ou seja, num certo sentido, que se transformassem em historiadores."[215]

O estudo da imprensa[216] permitiu recuperar um conjunto de acontecimentos da história nacional. Tem, em si, impressos os discursos e procedimentos do dia-a-dia das personalidades envolvidas na vida do país, em luta aberta pelo poder político e económico da sociedade portuguesa. A leitura desses periódicos permite, pois, dentro da âmbito das novas fontes históricas, compreender as dinâmicas sociais, estudadas através de visões e relatos por vezes divergentes. No âmbito filosófico-epistemológico, a imprensa vintista situava-se num espaço privilegiado na disputa pela hegemonia da sociedade. O conhecimento foi um dos sectores onde se travaram algumas das mais duras disputas pela dominação da formação económica e social, instrumentos essenciais para o controlo do aparelho dirigente (executivo e legislativo) do Estado.

[215] SOUSA, Jorge Pedro (2008), Para uma historiografia portuguesa do jornalismo. Artigo publicado na *Revista de Estudos de Comunicação*, vol. 10, n.º 22, pp. 115-128.
[216] A imprensa assume, aqui, a natural função noticiosa mas, ao mesmo tempo, intervém nas dinâmicas da época como membro da comunidade, de grupos sociais, com todas as contradições da sociedade oitocentista.

Educação e Imprensa, duas ciências aparentemente desligadas, mas que se apresentam como unidades estruturais que nos permitem fazer uma análise dos diferentes grupos representativos das forças que, entre 1820 e 1851, quiseram impor o seu modelo de desenvolvimento. Neste sentido não considero a educação, nem a imprensa, neutras: toda a atitude educativa institucionalizada (mesmo quando se declaram neutrais), ou não, todos os textos dos periódicos deste período, têm uma intencionalidade, e de certa forma respondem direta ou indiretamente à questão: Que tipo de homem pretende formar? Esta uma premissa que todo o historiador não pode esquecer, quando se debruçar sobre a totalidade histórica da implantação e consolidação do liberalismo em Portugal, analisadas através das páginas dos jornais.

3.2. OS PRIMÓRDIOS DA IMPRENSA EM PORTUGAL

> Que jornalismo emergia, então, na primeira metade do século XVII? Era um jornalismo policromático, onde coexistiam publicações impressas e manuscritas, monotemáticas e politemáticas, ocasionais e periódicas. No entanto, todas elas partilhavam uma característica relevante: eram noticiosas, mesmo que por vezes extravasassem essa função para caírem no moralismo, na opinião e até na propaganda.
>
> A notícia começava a ser entendida como uma mercadoria comerciável, capaz de dar lucro a tipógrafos empreendedores, metamorfoseados em editores. Alguns deles, nomeadamente os que começaram a imprimir publicações noticiosas periódicas, não tinham capacidade de resposta individual ao trabalho que estas exigiam, pelo que começaram a contratar pessoas para colherem, traduzirem, processarem e imprimirem notícias. Começava a delinear-se, assim, uma nova profissão: a de "jornalista", ou, mais concretamente, de "gazeteiro". Gazeteiro porquê? Porque gazeteiro era precisamente o funcionário que obtinha, traduzia e escrevia notícias para as gazetas e que colaborava na impressão destas publicações.[217]

Como não poderia deixar de ser, a Imprensa também chegou a Portugal. "O seu primeiro indício foi a publicação ocasional de duas relações pluritemáticas de notícias, em 1626 e 1628, mas só em 1641, graças à necessidade de propagandear a Restauração da Independência, começou a circular no país o primeiro jornal periódico português: a *Gazeta*"– *Gazeta em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641, com todas as licenças necessárias.*[218]

Segundo uma relação de Silva Pereira[219] não encontramos, na primeira metade do século XVIII, nenhum periódico de grande duração, excetuando a *Gazeta de Lisboa*,[220] publicação

[217] SOUSA, Jorge Pedro. *A génese do jornalismo periódico em Portugal: as Relações de Manuel Severim de Faria e a Gazeta "da Restauração", (in www.bocc.ubi.pt).*
[218] Idem. *Uma ideia de jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*, p. 2, *in www.bocc.ubi.pt*. O objetivo da *Gazeta da Restauração*, como também é conhecida, era noticiar os acontecimentos da guerra com Castela, e a aclamação de D. João IV como rei de Portugal, reforçando a consolidação da independência.
[219] PEREIRA, A. Xavier da Silva (1895), *O Jornalismo Portuguez*, pp. 1 – 6.
[220] O primeiro número, datado de sábado, 10 de Agosto, aparece a público com o nome de *Notícias do Estado do Mundo*.

redigida, desde a sua origem (1715), e até 1760, por José Freire de Mascarenhas. Este semanário tornou-se numa fonte incontornável para a história de um século do mundo ocidental, cobrindo acontecimentos militares e políticos, anunciando ainda as principais obras literárias publicadas. A partir de 10 de abril de 1976 chegou ao título atual: *Diário da República*.[221]

A segunda metade do século XVIII arrastou consigo a deterioração e falência do Antigo Regime. O sistema cartesiano e o empirismo inglês, primeiro, a filosofia de Descartes, Bacon, David Hume e Locke depois, numa confluência de influências pré-liberais, acabaram por gerar uma ilustração ao nível teórico que, muito naturalmente, caminhou para uma efetiva revolução liberal. A imprensa tornou-se uma arma para estes homens que tudo fizeram, parafraseando Fernando Pessoa, para *serem do tamanho dos seus sonhos.* Os periódicos ganharam novos leitores, especialmente entre a burguesia do Porto e de Lisboa, muito interessados nas notícias de foro comercial: produção de bens essenciais, preços dos produtos, novas técnicas de produção, forma de combater doenças nas plantas e animais, entradas e saídas dos navios, descobertas científicas, etc. Como exemplos desta imprensa, onde o estilo e a correção gramatical eram muito básicos, podemos apontar: *O Correio Mercantil e Económico de Portugal* (Lisboa, 1790-1810), e o *Palladio Portuguez, que anuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos na agricultura, artes, ciências, etc.* (Lisboa, 1796-1797).

O século XIX trouxe novos periódicos como *A Minerva Lusitana* (Lisboa, 1801-1803), *Espreitador do Mundo Novo* (Lisboa, janeiro a dezembro de 1802), *Barco da carreira dos tolos* (janeiro a dezembro de 1803), *O Hospital do Mundo* (Lisboa, janeiro, 1804-1805), *Jardim das Musas e dos Sábios* (Lisboa, 1805), *Jornal Enciclopédico* (Lisboa, 1806), *Câmara Ótica. Onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas* (Lisboa, 1807-1809). Estes, alguns exemplos de títulos publicados do início do século até às invasões francesas.

Depois, como em Espanha (Cádis, símbolo da resistência anti napoleónica, transformou-se num grande centro de imprensa), e de uma forma geral como em todos os países em luta contra a França napoleónica, a emergência de muitos jornais nacionalistas. Também os invasores (principalmente numa primeira fase) tiveram periódicos *amigos*. Segundo Tengarrinha este é um "domínio que não tem merecido a suficiente atenção dos nossos investigadores",[222] revelando-se de muito interesse. O exemplo citado é a *Gazeta de Lisboa*

[221] Diferentes nomes do jornal: *Gazeta de Lisboa Ocidental* e *Gazeta de Lisboa.* Entre 1762 e 1778 a sua publicação foi proibida pelo futuro Marquês de Pombal. Depois, *Diário da Regência, Diário do Governo, Gazeta de Lisboa, Crónica Constitucional de Lisboa, Crónica de Lisboa, Gazeta Oficial do Governo, Diário do Governo, Diário de Lisboa*, *Diário do Governo* e, finalmente, *Diário da República*.

[222] TENGARRINHA, J. Manuel (2013), *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa, das origens a 1865*, p. 54.

(na primeira invasão) e o *Diário do Porto* - folha oficial do governo francês (na segunda invasão), publicado de 5 a 10 de abril de 1809.

Ultrapassado o período crítico das invasões, o governo de Lisboa, agora controlado pelos ingleses, como já vimos, procurou abafar, de novo, a voz da imprensa. De 1810 a 1820 os jornais livres chegam do estrangeiro, principalmente de Londres e Paris. São deste período o *Correio Braziliense* (Londres, 1808-1822); *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (Londres, 1811-1819), *O Portuguez* (Londres, 1814-1823); *O Observador Lusitano* (Paris, 1815); *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris, 1818-1822); *O Campeão Portuguez* (Londres, 1819-1821); *O Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literári*a (Londres, 1820-1829), entre alguns outros. "São estes (…) os antecedentes do surto revolucionário jornalístico de 1820, o qual imprimirá à nossa imprensa as suas primeiras caraterísticas românticas".[223]

A burguesia em fase evolutiva de implantação, transição do artesanal para o industrial (o mesmo para a indústria gráfica e editorial), e do conexo movimento mercantil, adquire maior importância económica, social, também cultural. A política era, obviamente, o patamar seguinte na sua desejada ascensão ao poder. Os jornais contribuíram, largamente, para isso, insistindo na falta de liberdade (civil e política), de uma Constituição, de leis fundamentais, e de Cortes representativas. Estavam aqui reunidos todos os males que os oprimiam, e não permitiam o seu desenvolvimento enquanto classe com ambição. E recordavam que os primeiros reis haviam garantido a equidade política, pois as antigas Cortes tinham sido o remédio dos males da nação, uma vez que o sistema constitucional sempre havia sido a matriz da nação portuguesa – extinguindo-se progressivamente com o abuso da "autoridade".

Este discurso liberal foi muito veiculado pela imprensa portuguesa editada no estrangeiro, quer antes da revolução vintista, como na segunda vaga emigratória de fuga ao miguelismo. O mensário *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário* (Londres, 1808),[224] sob a responsabilidade de Hipólito José da Costa, referindo-se aos advogados do absolutismo: "(…) o depósito de um poder arbitrário, ainda nas mãos de um homem sábio e virtuoso, é uma tentação que o convida a obrar mal, e nas mãos de um homem mau, é um engenho de tormento para os infelizes que tiverem a desventura de lhe ficarem no capto".[225] Continuando a sua reflexão, o autor considera que o despotismo não era o caminho desejado para o futuro, defendendo uma forma moderada, onde a influência popular ("não obstante os seus inconvenientes, que em tudo os há") servisse de balança à ambição do Ministério. Ilustrativo do que ficou dito, o seguinte gráfico.

[223] Idem, *Ibidem*, p. 66.
[224] Circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, contando 175 números, agrupados em 29 volumes, editados ao longo de catorze anos e sete meses, ininterruptamente.
[225] RIZZINI, Carlos (1957), *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*, pp. 209-218.

GRÁFICO 4. NÚMERO DE PERIÓDICOS EDITADOS ENTRE 1801 E 1819[226]

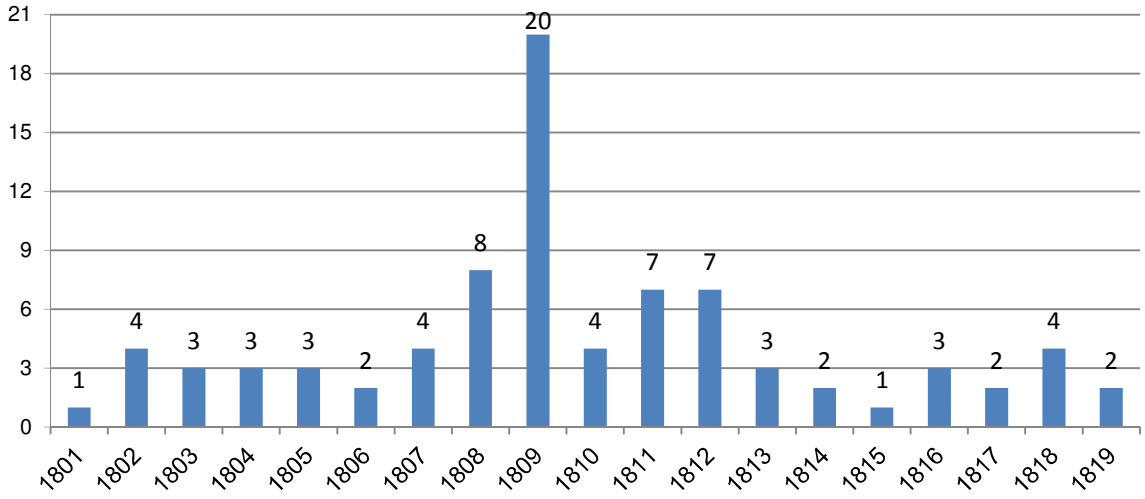
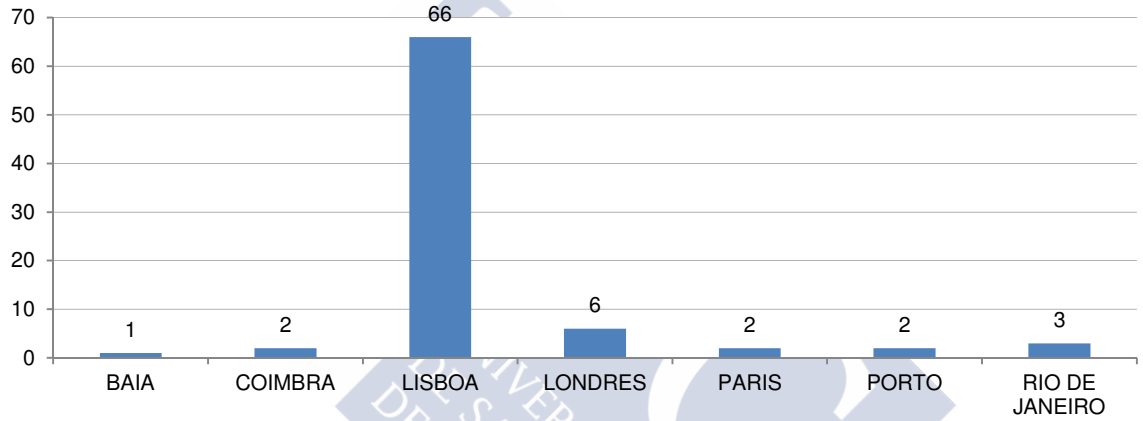
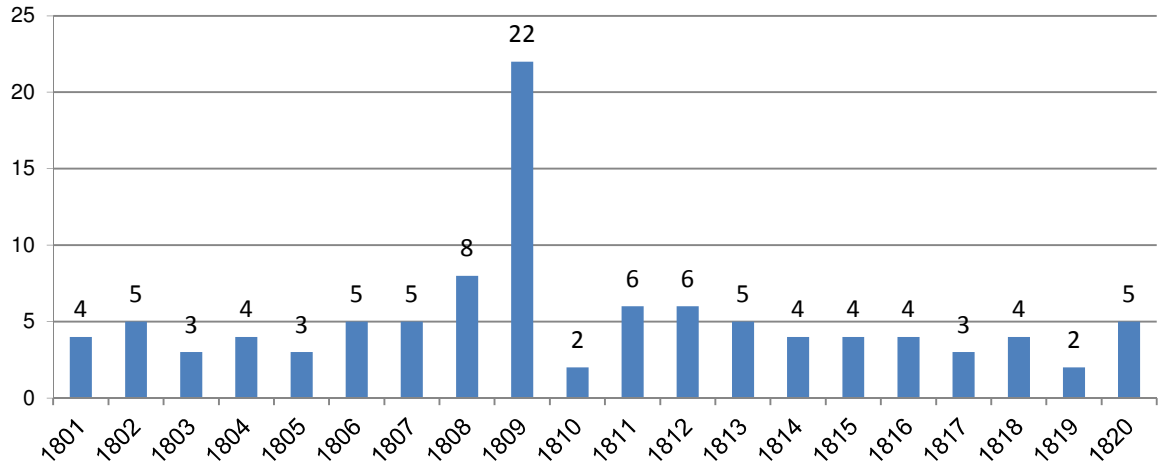


GRÁFICO 5. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES [227]



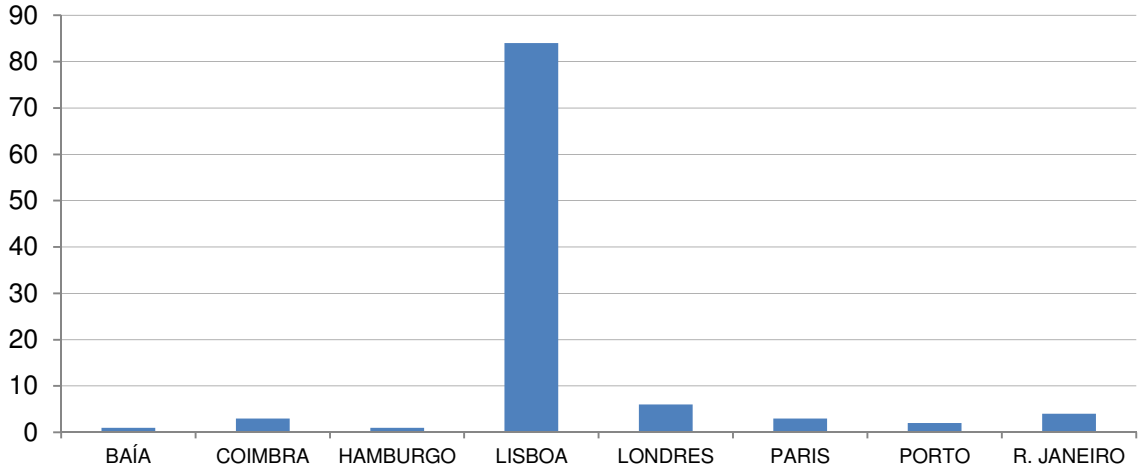
Como nota, referir o atraso das tipografias portuguesas, neste período, em relação a muitos países europeus. E, por que não pensarmos, que o grande desvio de periódicos saídos em Lisboa, em relação ao Porto (por exemplo), se deve a este motivo?

GRÁFICO 6. NÚMERO DE PERIÓDICOS, SEGUNDO SILVA PEREIRA, EDITADOS ENTRE 1801 E 1819



[226] RAFAEL, Gina Guedes *e* Santos, Manuela (2001-2002), *Jornais e Revistas Portuguesas do Séc. XIX*.
[227] Idem, *Ibidem*.

GRÁFICO 7. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES [228]



Como vimos, a Revolução de 24 de Agosto de 1820 pôs fim aos princípios do Antigo Regime, extinguiu a Censura, e abriu as portas à liberdade de ensinar e aprender. Um "enxame de publicações",[229] para todos os gostos e tendências, afirmou definitivamente a imprensa como meio de informação e formação imprescindível à pessoa humana.

3.3. A IMPRENSA SAÍDA DA REVOLUÇÃO DE 1820

Tengarrinha, citando Balbi,[230] diz-nos que no dia 24 de agosto de 1820 apenas se publicavam "em toda a Monarquia Portuguesa, sem contar os almanaques e as efemérides, a *Gazeta de Lisboa* (Lisboa, 1715, então redigida por Joaquim José Pedro Lopes), *Jornal de Coimbra* (Lisboa, 1812, José Feliciano de Castilho e Ângelo Ferreira Dinis), *Jornal Encyclopédico de Lisboa* (Lisboa, 1820, José Agostinho de Macedo), *Gazeta do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1808, que deu origem, em 1823, ao *Diário do Governo do Brasil*) e a *Gazeta da Baía.*" [231] Aqui, Tengarrinha esclarece tratar-se de um lapso de Balbi, *pois não se publicava na Baía qualquer gazeta com esse nome*.

> Mercê das mais favoráveis condições, o movimento jornalístico no nosso país sofre rapidíssimo incremento (…), saindo em Lisboa diariamente os seguintes jornais: *Gazeta de Lisboa*, *Diário do Governo*, *Minerva Constitucional*, *Mnemosine Constitucional, Portuguez Constitucional* e o *Patriota*. Os não diários eram: *Amigo do Povo*, publicado às quartas-feiras; *Amigo do Príncipe*, às terças e sextas*; Templo da Memória*, às terças e quintas;
> *Astro da Lusitânia*, às segundas, quartas e sextas; *O Liberal*, às quartas-feiras; *O Pregoeiro Lusitano*, aos sábados; *Diário dos Cegos*, às terças e sextas; e, finalmente, o *Cidadão Astuto*, às segundas, quartas e sábados. (…) Razões tinham, pois, os partidários do regime absoluto em ver na abundância de periódicos e na influência crescente destes, um dos seus principais inimigos.[232]

[228] RAFAEL, Gina Guedes e SANTOS, Manuela (2002), obra cit.
[229] MARTINS, Rocha (1942), *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, p. 34.
[230] Adriano Balbi (Veneza, 1782 – Pádua, 1848). Geógrafo e estatístico, foi o autor de um estudo muito citado na imprensa sobre a situação socioeconómica de Portugal, no primeiro quartel do século XIX.
[231] TENGARRINHA, José Manuel (1965), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, p. 69.
[232] Idem, *Ibidem*. pp.71 e 72.

Para Luís Reis Torgal, "O estudo da imprensa contrarrevolucionária do período vintista assume, sem dúvida, grande significado entre os temas que merecem a nossa atenção. A sua importância, com efeito, parece-nos fundamental no processo de crise do nosso primeiro ensaio de liberalismo, pois teve o papel de ir criando uma consciência derrotista relativamente às novas instituições e à situação do País, através das suas críticas, das suas insinuações e dos seus boatos".[233]

O ano de 1821 foi muito marcante no periodismo português, com trinta e nove títulos editados. Alguns eram editados no Brasil, três em Coimbra (*O Amigo da Ordem*, *O Despertador Nacional* e a *Sentinela Política*), três no Porto (*Patriota Portuense*, *Borboleta Constitucional* e *Folheta Mercantil*), um no Funchal (*O Patriota Funchalense*, o primeiro que se publicou na Madeira) e os restantes em Lisboa. Alguns eram diários e a maior parte tinha caráter político e feição constitucional. O jornal mais lido era o *Astro da Lusitânia* (…).[234]

O *Astro da Lusitânia* (Lisboa, 1820-1823), um órgão progressista lisboeta, muito citado pela imprensa sua contemporânea, muito em especial a do Porto (a *Borboleta Constitucional* é um exemplo), constitui uma das melhores fontes para a compreensão política deste período, e dos problemas resultantes do conflito entre o *velho* e o *novo* Portugal. Os artigos, geralmente assinados sob pseudónimos, refletem a linha política dos seus autores: *Um Saloio Constitucional*, [235] *O Descobridor das Velhacadas*,[236] *O Açoute dos Corcundas*,[237] etc. Encontramos, aqui, de forma clara a metáfora da luz, uma clara referência ao papel ilustrador qua cabia à imprensa responsável. A primeira batalha dos intelectuais liberais foi o fim da censura. Por isso ter surgido, com naturalidade, no ponto 8) das Bases da Constituição: [238]

> A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o cidadão pode, consequentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade, nos casos e na forma que a lei determinar.

Efetivamente, a 12 de julho de 1821 foi aprovada a primeira lei sobre liberdade de imprensa, embora prevendo mecanismos jurídicos para evitar excessos. A Constituição de 1822 consagrou, finalmente, o direito à "livre comunicação de pensamentos", sem necessidade de censura prévia, ressalvando contudo os abusos passíveis de serem sancionados "nos casos e na forma que a lei determinar". A censura, em matéria religiosa, ficava reservada

[233] TORGAL, Luís Reis (1980), A contrarrevolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação, *Análise Social*, vol. XVI (61-62), pp. 284-285.
[234] TENGARRINHA, J. Manuel (1965), Obra cit. p.81.
[235] *Astro da Lusitânia*, N.º 158, de 27 de agosto de 1822, p. 4.
[236] Idem, N.º 205, de 22 de outubro de 1822, p. 4.
[237] Idem, N.º 229, de20 de novembro de 1822, p. 6.
[238] As Bases da futura Constituição de 23 setembro de 1822, aprovadas a 9 de março de 1821, pretenderam, desde logo, servir como Constituição, mostrando os princípios em que assentaria o novo "pacto social", vencidas as resistências a favor das "velhas leis fundamentais".

ao poder eclesiástico e episcopal, comprometendo-se o Governo a colaborar com os bispos na punição dos prevaricadores.

Esta abertura criou condições para o aparecimento de novos títulos, saídos maioritariamente em Lisboa, mas também no Porto, Coimbra, Guimarães e Funchal. O regresso dos exilados políticos, vindos de Londres e Paris, trouxe uma lufada de ar fresco ideológico, e novas formas de *trabalhar* os periódicos, rompendo com a forma quase artesanal, corrente até aí.

> A liberdade de Imprensa há sido a maior dádiva com que as Cortes Constituintes brindaram os Portugueses: sem esta liberdade a heroica Nação Lusa, nada mais seria, que a presa fácil da arbitrariedade; ela se veria obrigada a sofrer em silêncio todo o peso do poder, e a gemer em as trevas de um silêncio sepulcral, mil vezes pior que a morte.[239]

Não se pense, todavia, que a imprensa deste período era exclusivamente de matiz liberal. Paralelamente, e a partir dos primeiros tempos da revolução, começaram a sair alguns periódicos manifestamente contrarrevolucionários, procurando "despertar a consciência integrista portuguesa que, dando as mãos ao tradicionalismo político, pretendeu fazer crer que as reformas que se desejavam eram conduzidas pelo espírito satânico e maçónico".[240] Destes, é de destacar pela truculência da linguagem, o *Exorcismo contra Periódicos e Outros Malefícios*, *Cordão da Peste ou Medidas contra o Contágio Periodiqueiro*, *Forja dos Periódicos ou Exame do Aprendiz periodiqueiro*, *O Brás Corcunda*, *O Brás já sem Corcunda* e *Já Fui Corcunda ou a zanga dos Periódicos*. Para além destas *folhas*, os absolutistas faziam distribuir, clandestinamente, a *Navalha de Figaró ou a Palmatória do Padre Mestre Inácio Administrada aos Seus Discípulos* (Lisboa, 1821), onde se apelava, abertamente, aos militares para reporem os valores da nação, ou se levantavam boatos pondo em causa a honorabilidade das maiores figuras da revolução, como as de Fernandes Tomás e Borges Carneiro. Também a *Gazeta Universal* (Lisboa, maio de 1821), jornal oficial da oposição absolutista, assumiu um papel importante no combate político, embora procurando passar críticas objetivas, e informação fidedigna, fugindo à linguagem brejeira, que em muitos casos só prejudicava a sua causa.

> Nenhuma coisa se deve temer tanto (…) como a anarquia. Se a não há, felizmente, no Governo, encontra-se de cara descoberta na tipografia. O estado dos papéis públicos é um estado perfeitamente anárquico. Estão divididos entre si e dividem as opiniões. O seu fim devia ser instruir; o seu fim, por encontrados caminhos, é descompor, insultar, indispor. Não só escandalizam os homens honrados, para quem a virtude tem preço, a religião respeito, a Pátria valia, os legisladores poder e os magistrados autoridade, mas expõem à irrisão dos estrangeiros a totalidade da Nação. Onde quer que chegue o conhecimento da língua

[239] *O Azemel Vimaranense*, N.º 1, de 10 de janeiro de 1823, p. 1.
[240] TORGAL, Luís Reis (1980), obra cit. p.287.

> portuguesa, que não está tão pouco estendida como se julga, se dirá que os escritores públicos portugueses são todos filhos das regateiras da ribeira e irmãos uterinos dos gaiatos das caixas de açúcar. Assim parece, porque não há discursos, há insultos; não há respostas, há repostadas.

Estes periódicos conservadores, uns mais *inteligentes* que outros, ganham novos títulos, como *O Patriota Sandoval* (Lisboa, janeiro de 1822), *O Novo Hércules* (Lisboa, setembro de 1822), a *Trombeta Lusitânia* (Lisboa, novembro de 1822). Chegados a 1823, ano da sublevação do conde de Amarante, primeiro, seguindo-se o pronunciamento de D. Miguel, em Vila Franca de Xira, aparece uma *orquestra* completa de folhas ultrarreacionárias: *O Rabecão* (Lisboa, janeiro de 1823), *A Sega-Rega*, (Lisboa, fevereiro de 1823), *A Gaita* (Lisboa, fevereiro, 1823) e o *Serpentão* (Lisboa, 1823).

A linguagem excessiva de muitos destes periódicos (de ambas as tendências) cedo levou os governantes a promulgarem legislação a responsabilizar os editores pelo conteúdo das suas publicações. O próprio patrono da Revolução de 1820, Manuel Fernandes Tomás, na sessão de 16 de maio das Cortes Constituintes, chamou a atenção da Câmara para o perigo da liberdade de imprensa que, segundo ele, poderia servir os inimigos da causa liberal.[241] Todavia, dias depois, o mesmo jornal, relatando a sessão de 21 de maio, referia-se à Constituição da Virgínia para considerar a liberdade de imprensa como um bem essencial.[242]

De referir, ainda, que a revolução liberal despertou nos territórios ultramarinos a imprescindibilidade da imprensa. E, assim, surgiu a *Gazeta de Goa* (1822-1824), na India portuguesa, a *Abelha da China* (1822-1823), em Macau, o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), no Rio de Janeiro, Brasil. Ainda nesta colónia, periódicos como *A Malagueta*,[243] e *O Macaco Brasileiro*,[244] defenderam, abertamente, a causa independentista.

O triunfo encapotado do absolutismo depois do pronunciamento miguelista em Vila Franca de Xira (3 de julho de 1823), ocasionando a queda do regime constitucional, provocou um retrocesso no frágil mundo da edição periódica. Neste período apenas encontramos folhas miguelistas, de caráter persecutório, embora os liberais fizessem entrar clandestinamente em território nacional os jornais que, militantemente, iam editando no estrangeiro. Em 1824 a censura passou para a mão de duas instâncias (a censura inquisitorial foi definitivamente extinta): a censura do Ordinário, e a do Desembargo do Paço. Como se pode verificar no gráficos apresentados, a circulação de periódicos caiu abruptamente neste período. A imprensa favorável ao *antigamente* procurava reverter a situação.

---

[241] *Astro da Lusitânia*, N.º 47, de 17 de maio de 1821.
[242] Idem, N.º 151, de 22 de maio de 1821.
[243] Periódico publicado no Rio de Janeiro, depois do regresso da família real a Lisboa. Publicado de 18 de dezembro de 1821 a 31 de março de 1832, foi seu editor o português Luís Augusto May. Com uma linha editorial marcadamente nacionalista, foi uma das vozes da independência.
[244] Bissemanário, publicado entre junho e agosto de 1822, 16 números. Redatores: Manuel Zuzarte e Pedro da Silva Porto.

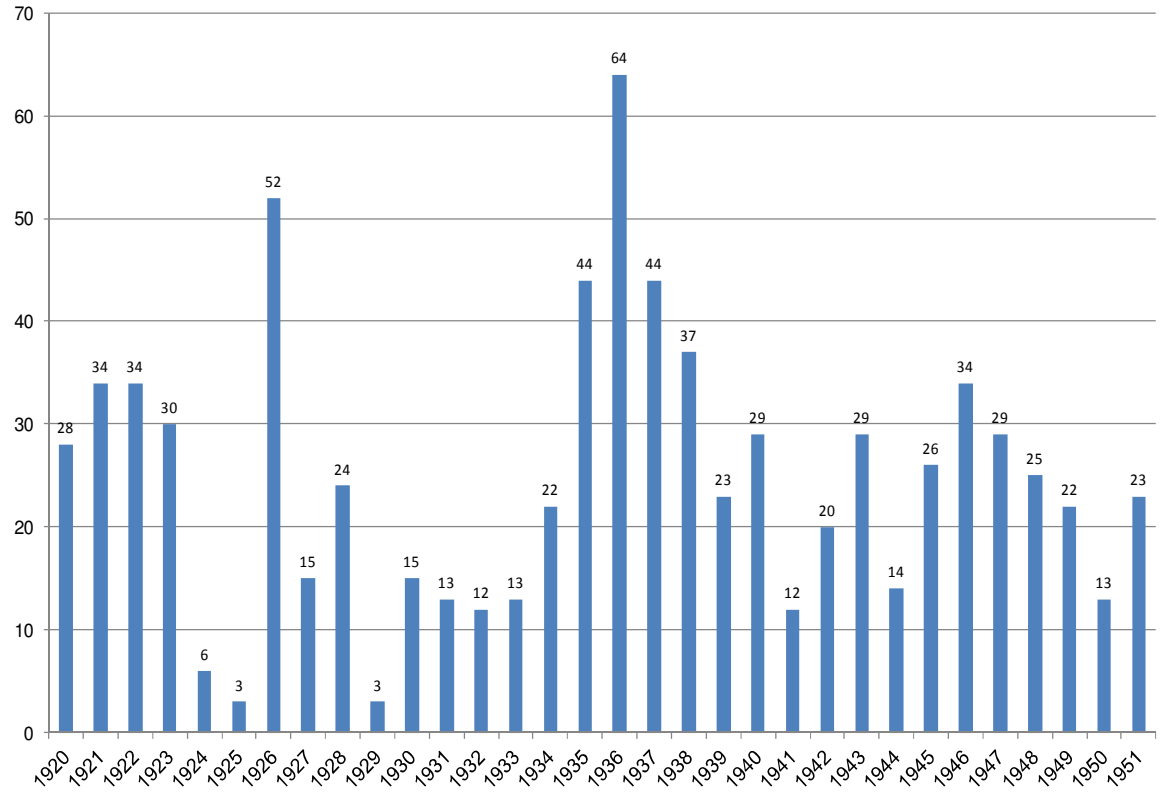


Houve no Céu uma grande batalha: S. Miguel pelejou com o Dragão e com os seus Anjos, e por fim atirou com todos os Diabos aos quintos infernos. Isto foi no Céu (…), o mesmo sucedeu com outro Miguel, que parece e é um anjo cá na Terra; com a diferença, que os Diabos de que o Miguel cá da terra deu cabo, ainda eram piores que os diabos que Miguel do Céu mandou para as profundas. O diabo Lucifer por certo, até pelas pinturas que vemos, não era mais feio que Manuel Fernandes Tomás. Belzebu não era pior que José da Silva Carvalho (…).[245]

Para governar os homens é preciso conhecer como os homens são, e não como em teorias eles podiam ser. Tudo o que não derivar deste princípio, será um erro, que acabará em desgraças. As leis com que por tantos séculos se governaram os Povos foram feitas com a prévia observação até de suas mesmas inerentes imperfeições, a elas se acomodavam, e delas mesmas se prevaleciam para buscarem, e conseguirem a felicidade geral, e particular dos mesmos Povos.[246]

Por uma questão metodológica, os gráficos aparecem a abarcar todo o período estudado, embora apresente, de forma sequencial, os diferentes momentos de afirmação liberal. Também aqui servi-me, como suporte, de *Jornais e Revistas Portuguesas do Séc. XIX*, e da obra de Xavier da Silva Pereira.

GRÁFICO 8. NÚMERO DE PERIÓDICOS EDITADOS ENTRE 1820 e 1851[247]



[245] *A Tripa Virada*, N.º 2, maio de 1823, p. 13. Deste título só foram publicados três números, impressos em Lisboa, na "Oficina da Horrorosa Conspiração", uma provocação de José Agostinho de Macedo, sob licença da Comissão de Censura. A origem do título é-nos dada pelo próprio JAM, numa alusão à revolução de 1820, no Porto, a *cidade das tripas*, e à Vila-Francada, "onde a tripa tinha sido virada".
[246] Idem, N.º 3, maio de 1823, p. 25.
[247] RAFAEL, Gina Guedes *e* Santos, Manuela (2001-2002), obra cit..

GRÁFICO 9. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES [248]

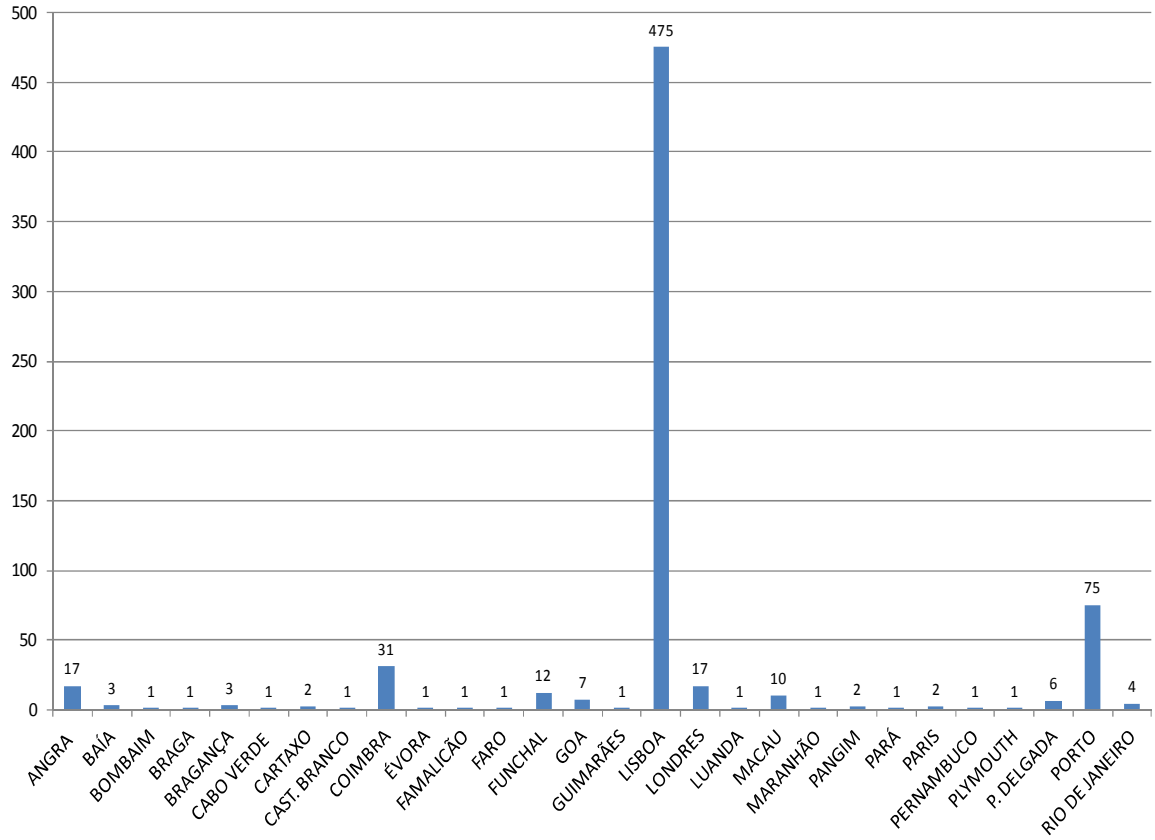
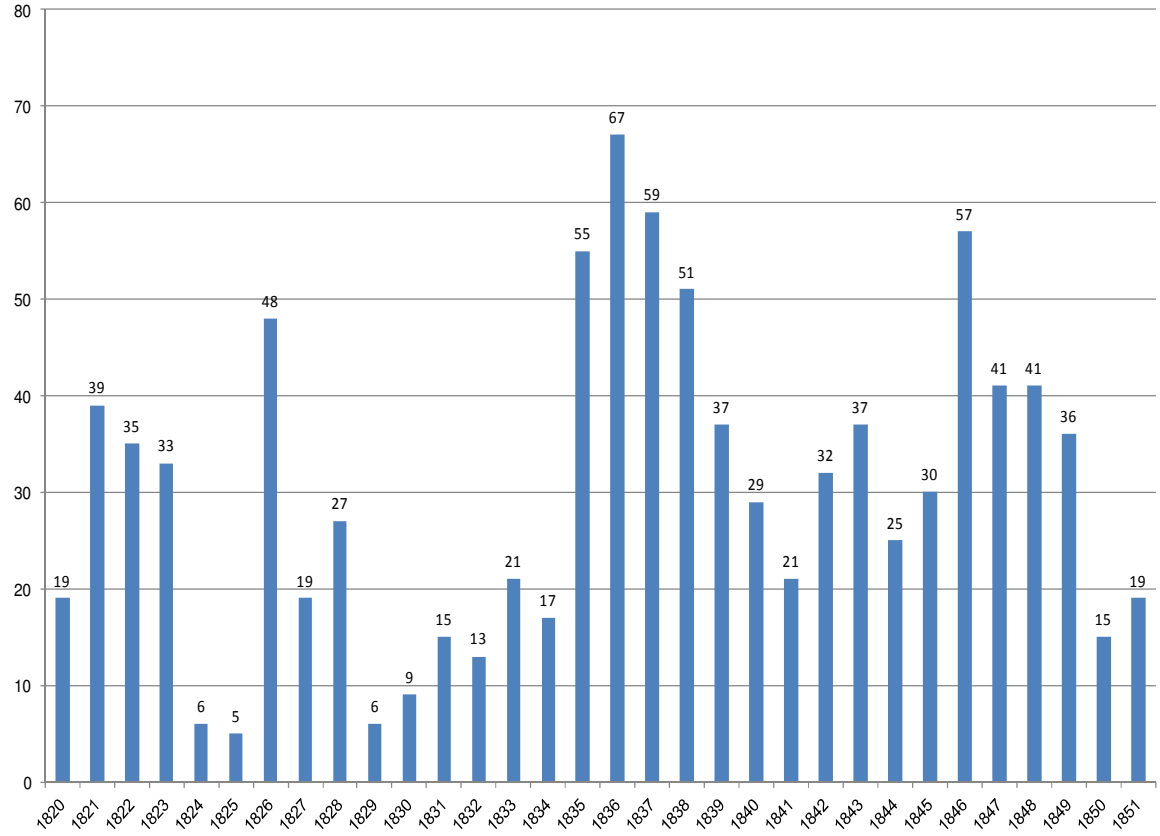
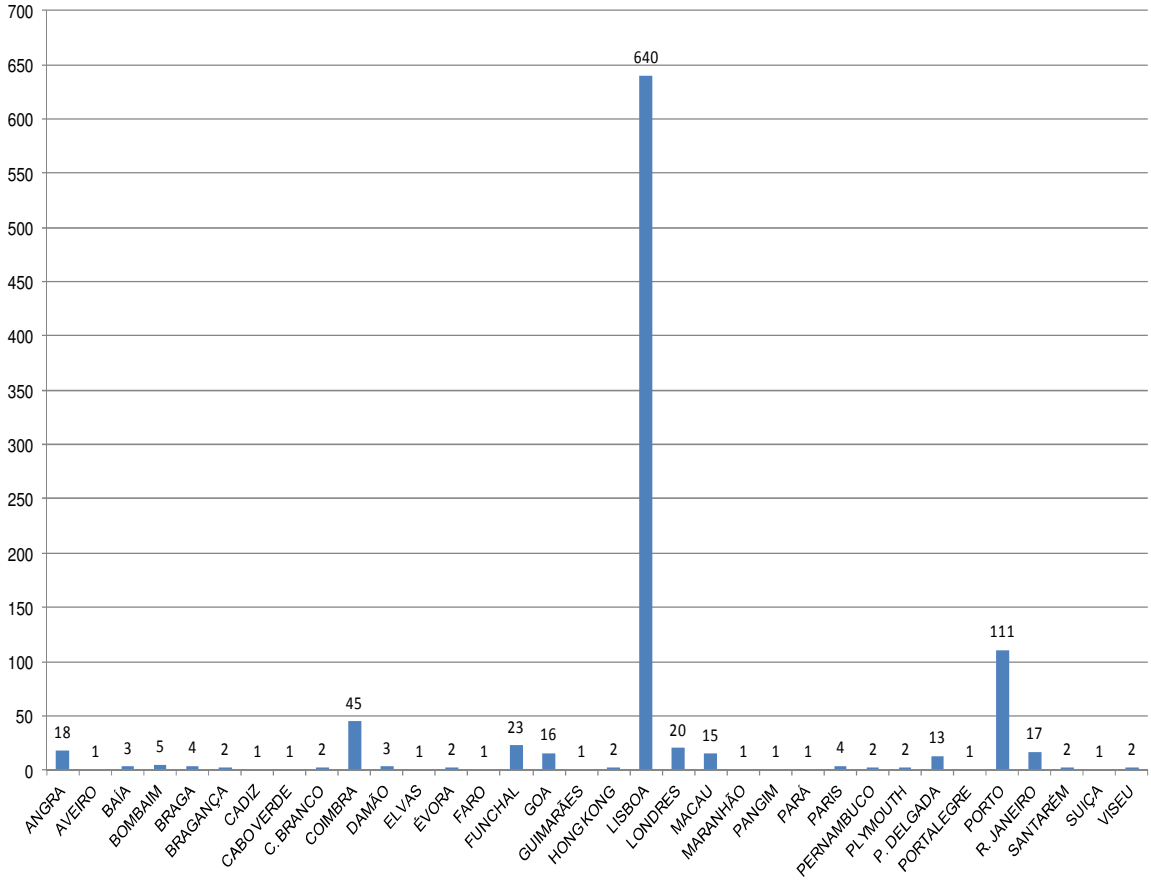


GRÁFICO 10. NÚMERO DE PERIÓDICOS, SEGUNDO XAVIER DA SILVA PEREIRA, EDITADOS ENTRE 1820 e 1851



[248] Idem, *Ibidem*.

GRÁFICO 11. OS MESMOS PERIÓDICOS, POR LOCALIDADES



A morte de D. João VI, como vimos, deu origem a fraturas graves entre a população portuguesa, o que também aconteceu no seio da família real. D. Pedro, imperador do Brasil, ao assumir o poder, e ao outorgar a Carta Constitucional (29 de abril de 1826), criou condições para o aparecimento de novos títulos, embora *emendas* sucessivas na lei da imprensa retirassem muita da liberdade desejada pelos editores, e pela *intelligentsia* portuguesa.

Os periódicos, até esse momento divididos entre liberais e absolutistas, ganharam novos contornos ideológicos: os absolutistas ou legitimistas, que se reviam em D. Miguel; os progressistas, defensores da Constituição de 1822, cujo público-alvo residia na média e pequena burguesia; e os cartistas, indefetíveis de D. Pedro e da sua Carta Constitucional, e aqui encontramos a alta burguesia e faixas significativas da nobreza e das elites militares.

A proclamação de D. Miguel como rei absoluto (1828-1834), e o período de terror subsequente, *apagou* de novo a fogosidade da imprensa liberal (de ambas as sensibilidades), sob o olhar atento da Mesa do Desembargo do Paço. Sucederam-se as perseguições, também aos jornalistas e tipógrafos, o que levou muitos às prisões e ao exílio. Almeida Garrett, na altura editor de *O Portuguez* (Lisboa, outubro de 1826) viu-se obrigado a fugir para Inglaterra. José Sousa Bandeira, editor do *Azemel Vimaranense* (Guimarães, janeiro de 1823)

foi preso e condenado à morte, salvo no último momento pela entrada do exército liberal, do duque da Terceira, em Lisboa - madrugada do dia 24 de julho de 1833.

Durante estes anos de repressão, a única imprensa permitida era dominada pelos vencedores: a fação radical absolutista. E aqui vamos encontrar nomes importantes do jornalismo português como José Agostinho de Macedo, editor entre outros, de *A Besta Esfolada* (Lisboa, julho de 1828) e de *O Desengano* (Lisboa, 1830); o padre Alvito Buela Pereira de Miranda, editor de *O Cacete* (Lisboa, 1831 - O subtítulo dizia ao que vinha: *A Revolução é o monstro mais abominável do Universo*) e da *Defesa de Portugal* (Lisboa, julho de 1831); e de frei Fortunato de São Boaventura, editor do Mastigoforo (Lisboa, 1824) e *A Contra Mina* (Lisboa, dezembro de 1830).

> Revolução! Não há lugar, ou canto do Universo, aonde se tenha escutado esta palavra, que não tenha sido o teatro da desordem, a assolação.[249]
>
> (…) Destes males pois, e de outros semelhantes, que o Cacete físico, e real teria podido evitar, fará escarmentar os Portugueses o *Cacete* político, e metafórico, que boas tosas há-de dar. *Quem não deve não teme*.[250]

Mas a imprensa liberal nunca deixou de circular… Quando em Portugal não se podem discutir ideias, elas irrompem do estrangeiro, conduzidas por espíritos livres e rebeldes, caso de O *Correio Interceptado* (Londres, novembro de 1825 a agosto de 1826), *O Cruzeiro ou Estrela Constitucional dos Portugueses* (Londres, novembro de1826 a fevereiro de1827), e o *Portuguez Emigrado* (Plymouth, outubro 1828 a fevereiro de 1829), que entravam clandestinamente no país, eram esperados e lidos com avidez, e mantinham bem acesa a chama da liberdade.

3.4. A IMPRENSA PORTUGUESA ENTRE 1834 E 1851

Com a derrota definitiva do absolutismo em Portugal, e a emergência de figuras de grande relevância intelectual, tudo parecia prefigurar anos de progresso e de recuperação económica, numa urgente e necessária aproximação a uma Europa em franco desenvolvimento económico e social. Pura ilusão…

Jornalisticamente assiste-se a um novo surto de periódicos, fazendo deste período um dos mais profícuos da história do jornalismo português. Alguns dos títulos publicados aproximavam-se do que de melhor se publicava em Paris e em Londres.

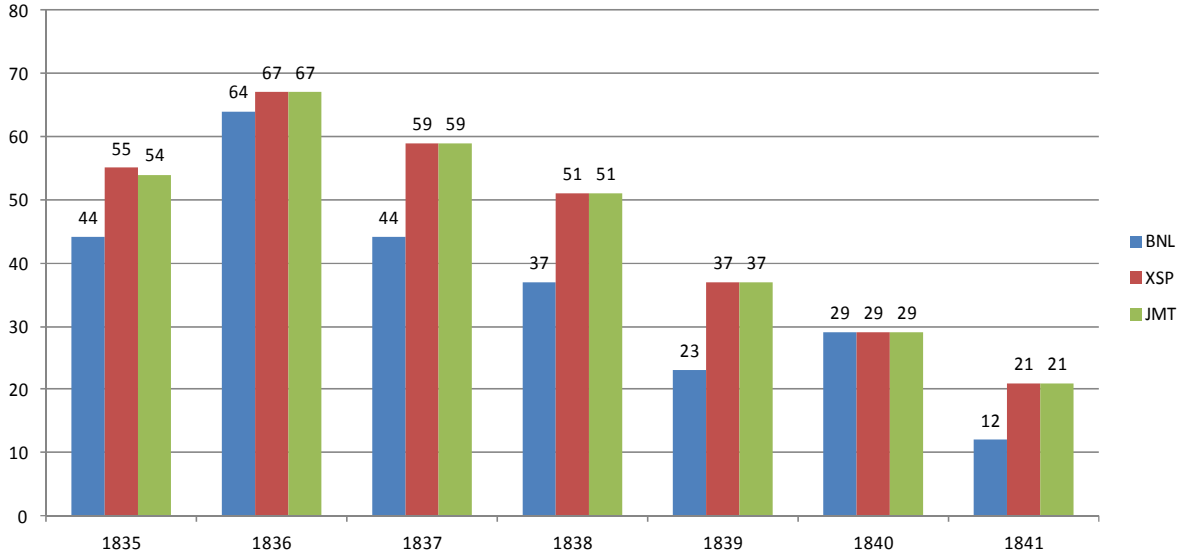
> O desenvolvimento da imprensa no nosso país após a vitória constitucional foi verdadeiramente prodigioso. Em 1834 (embora tenha sido o ano da vitória, a censura só foi abolida em Dezembro), após a Convenção de Évora Monte, apenas foram fundados 7

[249] *O Cacete,* n.º 1. 1831, p 1.
[250] Idem, p. 8.

> periódicos. Logo no ano seguinte, porém, já em consequência da lei, apareceram 54 novas publicações; e em 1836 (ano da revolução de setembro) o número subiu ainda para 67; em 1837 apareceram a público 59 novos periódicos. Depois, é interessante registar como, à medida que entra em progressiva decadência o democrático setembrismo, até à sua completa morte com a restauração da Carta por Costa Cabral, no início de 1842, vai diminuindo o movimento jornalístico no nosso país: em 1838, 51 novas publicações, em 1839, 37; em 1840, 29; e em 1841, 21.[251]

Estes dados permitem fazer um estudo comparativo entre o espólio da Biblioteca Nacional de Lisboa (*BNL*),[252] A. Xavier da Silva Pereira (*XSP*) e José Manuel Tengarrinha (*JMT*).

GRÁFICO 12. GRÁFICO COMPARATIVO DE PERIÓDICOS PORTUGUESES, SEGUNDO OS DA- DOS DA *BNL*, *XSP* E *JMT*, ENTRE 1835 e 1841.



Verifica-se, assim, a inexistência de alguns títulos na Biblioteca Nacional de Lisboa. A coincidência entre os números de A. Xavier da Silva Pereira e José Manuel Tengarrinha leva-me a supor que os trabalhos do primeiro serviram como base de estudo ao segundo investigador, tendo este corrigido o ano de 1835, onde se encontra uma discrepância de um título: 55 de *XSP* para 54 de *JMT*.

De negativo a apontar num período tão pujante do jornalismo português, a falta de leitores: a esmagadora maioria da população continuava analfabeta, o que reduzia, à partida, o mercado desta imprensa. Acontecia (em 1820 já tínhamos assistido a isto) que, em alguns cafés, boticas ou barbearias, um leitor relatava as notícias do periódico para os presentes. Mas isto era manifestamente insuficiente para alargar a base consumidora de jornais. Restava a burguesia e alguma aristocracia, que acompanhara o movimento que saiu vencedor da guerra civil. Tinham cultura bastante para lerem o jornal, e dinheiro para o adquirirem. Refira-se que esta imprensa era cara para as magras bolsas da maioria da população.

[251] TENGARRINHA, José Manuel (1965), obra cit. p. 111.
[252] In *Jornais e Revistas Portuguesas do Séc. XIX* (obra cit.).

Remando contra esta situação surge o *Periódico dos Pobres* (Lisboa, 1826-1848; Porto, 1834-1858),[253] vendido a 20 réis, o que permitia chegar a um público mais alargado. Tengarrinha diz-nos que o de Lisboa atingiu os cinco mil assinantes.[254] Este diário, verdadeiramente popular, encontra-se encadernado em volumes semestrais. Ao folhearmos os seus sucessivos números vamos assistir a um crescendo de publicidade, o que não era habitual na imprensa contemporânea, mas que ajudava a colmatar o seu baixo preço. O noticiário apresenta-se muito focado no cidadão urbano, ou da periferia, de baixa ou média condição social, escrito numa linguagem muito simples. Aparentemente, mostrava um certo afastamento da vida política. Aqui e ali revela um alinhamento pela Carta Constitucional,[255] e assume um grande carinho pela memória de D. Pedro. No texto de apresentação encontramos um retrato da situação do país, "Cada louco com sua teima", num artigo de opinião do editor:

> Há 20 anos justos que nós andamos às cacheiradas uns aos outros, e maldito seja o proveito que disso temos tirado! Se os constitucionais estão de cima, lá vão os realistas para a cadeia! Se os realistas galgam, lá vão para a cadeia os liberais! E como que se esta divisão não fosse suficiente para atirar com o velho Portugal de cangalhas, lá aparece agora o diabinho da Sra. Emigração, semeia a cizânia entre os liberais, subdivide-os, e à maneira dos frades franciscanos, o que se vê são parcialidades! Desunham-se, descompõem-se, atacam-se, e intrigam-se, e estão tão embirradinhos que são capazes de beber o sangue uns aos outros! E querem assim salvar a Pátria?
>
> (…) Mas não para aqui o negócio: estes mesmos liberais até agora divididos em cartistas e setembristas, subdividiram-se agora em cartistas puros e cartistas ordeiros; em setembristas exaltados e em setembristas moderados!!! E tudo isto come, guincha, faz bulha e barulha o negócio de tal maneira que a gente de boa fé não sabe nem o que eles querem nem o que lhes há-de fazer para os ter contentes![256]

Este texto transporta-nos para um período de seis anos, que se prolongou desde os acontecimentos iniciados com a Revolução de 9 de Setembro de 1836, com o retorno do vintismo, nunca aceite pelos cartistas, e o momento que antecede o cabralismo e a reposição da Carta de 1826.

As reformas produzidas a nível económico, social, administrativo, jurídico e educativo, abriram as portas à modernização liberal do país, o que provocou uma grande dinâmica na imprensa, embora um novo período de asfixia se começasse a adivinhar As restrições que foram acontecendo ao longo da década de quarenta dificultavam as edições, pois os títulos tinham de ser avalizados pelos seus editores, o que requeria meios significativos, muitas vezes fora do seu alcance. As perseguições aumentaram, o que se manteve até 1851.

---

[253] Foi esta a folha que maior prestígio conquistou e a que mais influência exerceu nas lutas políticas travados no Porto. Órgão do partido cartista, , foi fundado por Joaquim Torcato Ribeiro (lente da Academia Politécnica). O folhetinista humorístico, autor de críticas desapiedadas aos políticos seus contemporâneos, foi desde 1838 e até 1851, José de Sousa Bandeira – o Braz Tisana.

[254] TENGARRINHA, José Manuel (1965), obra cit. p. 111.

[255] A. Xavier da Silva Pereira (1891), obra cit., p. 22, considera-o *cartista*.

[256] *Periódico dos Pobres do Porto*, N.º 51 (vol. VII), de 1 de março de 1841, pp. 225 e 226.

A revolta popular da Maria da Fonte (1846) e a guerra civil da Patuleia (1846-1847) que se lhe seguiu, serviram de pretexto para a interdição de jornais de combate político conotados com a oposição. Alguns, como o *Espectro* (continuação de o *Eco de Santarém*) e a *Revolução de Setembro* começaram a ser editados clandestinamente, e distribuídos gratuitamente.

> É este jornal [*O Espectro*, de António Rodrigues Sampaio] uma folha perseguida que no nosso país persegue os seus perseguidores. Voz escrita contra o despotismo, de origem e manufatura obrigatoriamente ocultas a quem o poderia calar, a sua manutenção dependeu do génio político e literário, da astúcia inventiva e do trabalho insano que, num prelo de madeira e numa caixa de caractere tipográficos, fizeram a sombra das vítimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores.[257]

A implantação da República em França (1848) contribuiu para aumentar a instabilidade e extremar posições. As eleições portuguesas de 1848, e a recondução de Costa Cabral, confirmaram os piores receios. Alexandre Herculano e Almeida Garrett assumem a causa da liberdade de expressão, o que não impediu que a 3 de agosto de 1850 não fosse publicada uma nova lei, pretensamente para restabelecer a liberdade de imprensa – a Lei das Rolhas, mas que mais não foi um pretexto para impor mais sanções que, na prática, restringiam por completo a atividade jornalística. Isto não foi pacífico, mesmo no seio da corrente cabralista. A sua revogação, em maio de 1851, na sequência do golpe militar do marechal Saldanha[258], repôs e dignidade no campo editorial. Iniciava-se, progressivamente, a pacificação da família portuguesa, numa procura de estabilidade política. O grande objetivo: o crescimento através da industrialização. Foi nesta ambiente do progresso, marcadamente capitalista, que apareceu o primeiro jornal de massas: *O Diário de Notícias* – 29 de dezembro de 1864.

[257] *O Espectro*, N.º 1, de 16 de dezembro de 1846, p. 1.
[258] Regeneração é a designação dada ao período da Monarquia Constitucional portuguesa que se seguiu à insurreição militar de 1 de maio de 1851 que levou à queda de Costa Cabral e dos governos de inspiração *setembrista*. Apesar do ministério que resultou do golpe ser presidido pelo marechal Saldanha, o principal personagem da deste período foi Fontes Pereira de Melo.

CAPÍTULO IV

A IMPRENSA EDUCADORA

4.1. O JORNAL: SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO

Uma das principais características de um jornalista, sustentou Juan Luis Cebrián,[259] é a curiosidade. Um jornalista, acrescento, é tudo isso mais o local onde se coloca para olhar o que o rodeia. Pierre Bourdier[260] defende que há no mundo social estruturas objetivas que, independentes da consciência e vontade [dos professores, também dos jornalistas], constrangem e orientam as suas práticas e representações.

No Portugal de oitocentos despontava uma nova conceção de cidadania, embora associada à existência de *dois Homens no Homem*. "O Homem-Indivíduo, o portador de direitos naturais, e o Homem-Cidadão, o autor das leis que os limitavam".[261] A perceção desta dualidade levou os liberais à procura de uma ideia para o verdadeiro homem. Inocêncio António de Miranda [262] defendeu que todos os portugueses deveriam ser iguais perante a lei, ficando a pátria acima dos interesses individuais. Isto contrariava o espírito da época, onde ser cidadão liberal significava ter mais de vinte e cinco anos, possuir rendimentos que o tornassem autossuficiente, ser fiel à Constituição e estar pronto a defendê-la com coragem *e* prontidão. Por todo o lado, principalmente nos centros urbanos, o "espaço público", na versão de Habermas (1989), "começava a fervilhar com discussões racionais sobre negócios e política, nos clubes de cavalheiros e cafés, em cidades como Londres e Paris. Intelectuais como John Locke defendiam o direito à revolta contra ditadores e tiranos, avançando com a ideia de que governantes e governados deviam estabelecer um contrato em que os segundos consentiam livremente em ser governados pelos primeiros, em favor do bem comum, que devia ser perseguido pelos governantes. (…) Ora, quando mais uma sociedade está sujeita à instabilidade e à mudança, mais as pessoas necessitam da comunicação social para satisfazerem necessidades informativas, compreenderem o mundo e a elas mesmas".[263]

---

[259] Madrid, 1944. Jornalista e escritor espanhol, diretor-fundador de *El País*, que dirigiu de 1976 até Novembro de 1988.
[260] Pierre Bourdieu (1930-2002) dedicou muito da sua vida à educação. Pessimista perante uma escola que, atenuando as desigualdades, não as eliminava - e onde a meritocracia acabava por fazer prevalecer a reprodução cultural e social.
[261] FAFE, J. Fernandes (1999), *Comemoração dos 50 anos da Declaração dos Direitos do Homem*, p.131.
[262] Trata-se do célebre Abade de Medrões (1761-1836). Deputado eleito às Cortes (1821), destacou-se pelas suas posições pouco consentâneas com a ortodoxia católica da época. Autor de *O Cidadão Lusitano*, viu esta sua obra figurar no *Índex* pela Igreja, com proibição da sua leitura, sob pena de excomunhão.
[263] SOUSA, Jorge Pedro (2004), in *Tobias Peucer, Progenitor da Teoria do Jornalismo*, pp. 1 e 2. Consultado15.II.2014.

> A imprensa portuguesa assumiu realmente o seu papel de guarda avançada, ou de sentinela vigilante, no meio das lutas políticas que assinalaram no nosso país, a primeira metade do século XIX. Com raras exceções, afirmou-se uma imprensa digna da sua missão e da grandeza da causa que se debatia.[264]

Assim, ao folhearmos esta imprensa, encontramos maioritariamente jornais de opinião, em paralelo com os que manifestavam preocupações instrutivas – e que podemos chamar de *jornais educadores*. A sua ação foi de extrema importância, num momento em que o processo de escolarização não estava consolidado. Os diplomas oficiais sobre ensino careciam de razoabilidade, e de verbas significativas para a sua implementação – que não existiam. A dimensão física e material quanto à legitimação sociocultural da escola, enquanto instância de ensino e aprendizagem, não estava consolidada. Os pais, preocupados em rentabilizar o trabalho da sua prole familiar, não se preocupavam em cumprir leis que os obrigavam a mandar os filhos para a escola. Dramaticamente, Filomena Mónica encontra a mesma situação em 1974, no artigo *Vale a pena mandar os filhos à escola*? [265] Uma escola que não estava preparada para os receber. Não admira, pois, que a taxa de alfabetização fosse a mais baixa da Europa. Este analfabetismo encontra-se bem plasmado na literatura de emigração, onde podemos acompanhar o declínio do papel preponderante da colónia portuguesa no Brasil. Sucessivas levas de população rural, sem qualquer tipo de preparação profissional, estavam naturalmente condenadas aos trabalhos mais rudes, de natureza braçal, na sociedade brasileira.

4.2. A IMPRENSA EDUCADORA

A imprensa é o mais poderoso instrumento de construção e de defesa da liberdade, se garantir (se a deixarem garantir) a livre expressão de todos os cidadãos, não se inibindo de enfrentar, sempre que isso se justifique, a autocracia dos poderes instituídos. Por isso podermos considerá-la a imagem da sociedade e, mais que isso, um meio de transformação desse mesmo corpo social.

Dentro desta linha democrática, a intelectualidade (de todas as fações) portuguesa, ao longo do século XIX, lutou por uma imprensa rigorosa e inflexível, que promovesse a

[264] BESSA, Alberto (1904), *O Jornalismo, esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*, pp. 164-165.

[265] A revolução [25 de abril] contribuiu para que muitos acreditassem ser a educação o caminho para uma vida melhor. Ao longo dos séculos, a resposta a esta pergunta tem variado, mas uma coisa é certa: os pais só mandam os filhos à escola quando nisso veem um benefício. Nos países protestantes, como a Suécia, os pais desejavam que os filhos soubessem ler, a fim de poderem meditar sobre os ensinamentos da Bíblia, e, nos países com uma forte mobilidade social, como os EUA, os pais ambicionavam que os filhos tivessem um diploma, por pensarem ser essa a via para subir na vida. (…) Pela negativa – e duplamente – Portugal é um casa paradigmático. Aqui, tudo jogou contra a escolarização. Nem os camponeses queriam enviar os filhos à escola, nem, se excetuarmos uns hiatos temporais, estiveram os governos empenhados em ensinar o povo a ler. Em meados do século XX, o país ainda era uma sociedade rural, onde não só a educação estagnara, como as aspirações populares eram reduzidas. O Estado Novo não estava interessado em industrializar o país, muito menos em formar cidadãos esclarecidos. Foi por isso que chegamos a 1974 com mais de metade da população analfabeta.

equidade entre os grupos e os indivíduos. Uma imprensa educadora que alavancasse a ilustração dos leitores, porque o saber é a base de todo o desenvolvimento

António Nóvoa, na linha dos grandes investigadores da educação através dos periódicos, dá a conhecer uma listagem dos jornais, que classifica como «pedagógicos».

QUADRO 1 - JORNAIS PEDAGÓGICOS, 1820-1851, *segundo António Nóvoa*[266]

ANO PRIMEIRO E ÚLTIMO NÚMERO		LOCAL DE EDIÇÃO	NOME DO JORNAL	COTAS B. N. L.	
Jul.1818	Abr.1822	Paris	*Anais das Ciências, das Artes e das Letras*	R.E. 9797 V.	*a)*
Jan.1821	Jun.1821	Coimbra	*Despertador Nacional ou Jornal de Educação (…)*	J. 868 B.	*a)*
Nov.1822	Dez.1822	Lisboa	*Gazeta das Damas*	J. 165//6 B.	*a)*
Jun.1823	1824	Coimbra	*Arquivos da Religião Cristã*	P.P. 22562 V.	*b)*
Jul.1823	Jan.1824	Lisboa	*Periódico das Damas*	J. 1253 B.	*b)*
1825	1825	P. Delg.	*A Mocidade: quinzenário académico*		*b)*
1835	1844	Lisboa	*Biblioteca Familiar e Recreativa of. à Mocid. Portuguesa*	J 6B	*a)*
Out.1835		Lisboa	*Jornal Mensal de Educação*		*a)*
Jan.1835	Dez.1842	Lisboa	*O Recreio: jornal das famílias*	J. 92 B.	*b)*
Jan.1836	Jun.1836	Coimbra	*O Académico*	J. 460//3 M.	*a)*
Nov.1836	Fev.1837	Lisboa	*Jornal Enciclopédico*	J. 1348 B.	*b)*
Mai.1837	1868	Lisboa	*O Panorama: jornal literário e instrutivo da S. P. C. U.*	J. 2544 B.	*b)*
Fev.1838	Dez.1838	Lisboa	*O Recreativo*	J. 379 B.	*b)*
Ago.1838	Abr.1842	Lisboa	*O Beija-Flor: semanário de informação e recreio*	J. 386 B.	*b)*
Jan.1839	1841	Lisboa	*O Mosaico: jornal d´instrução e recreio (…)*	J. 877 B.	*b)*
Mar.1840	Nov.1840	Lisboa	*O Historiador: jornal recreativo e de instrução*	J. 368//7 B.	*b)*
Fev.1840	Jul.1840	Lisboa	*O Jovem Naturalista*	J. 1620 B.	*a)*
Set.1840	Out.1840	Lisboa	*Observador Viajante: jornal de instrução e recreio*	J. 1404 B.	*b)*
Jul.1841	Mai1842	Pangim	*O Enciclopédico: jornal de instrução e recreio*	J. 44 B.	*b)*
Out.1841	Mar.1842	Lisboa	*Revista Universal*		*a)*
Out.1841	1859	Lisboa	*Revista Universal Lisbonense: jornal dos interesses (…)*	P.P. 3123 A.	*a)*
1842	1843	Lisboa	*A Distração Instrutiva*	J. 661//4 B.	*b)*
Mai.1842	Jul.1842	Lisboa	*A Minerva Lusitana: jornal de instrução e recreio*	J. 336//18 P.	*b)*
Set.1842	Fev.1843	Coimbra	*O Prisma: periódico da Acad. Dramática de Coimbra.*	J. 367//10 B.	*b)*
Set.1845	Ago.1846	Bragança	*O Farol Transmontano: periód. mensal de instrução (…)*	P.P. 11120 V.	*a)*
1845	1849	Lisboa	*O Jardim das Damas*	J. 369 B.	*b)*
Mar.1845	Nov.1854	Coimbra	*Revista Académica: jornal literário e científico*	J. 408 B.	*b)*
1846	1846	Lisboa	*Revista Recreativa: periódico literário e industrial*	J. 364//1 B.	*b)*
1847	1847	Lisboa	*A Aurora Recreativa: semanário instrutivo*	j. 364//2 B	*b)*
Mar.1848	1855	Lisboa	*Revista Popular: periódico literário*	J. 348 B.	*b)*
Jul.1848	Mai.1849	Lisboa	*O Baratíssimo ou O Pequeno Civilizador Popular*	J. 371 B.	*b)*
1849	1912	Lisboa	*Almanaque Familiar*		*b)*
Ago.1849	Abr.1851	Lisboa	*A Assembleia Literária – Jornal de Instrução*	J. 388 B.	*a)*
1849	1849	Lisboa	*O Auxiliador Industrial Português ou Arquivo dos (…)*	J. 366//6 B.	*a)*
1849	1850	Lisboa	*O Semanário Curioso: jornal de instrução e recreio*	J. 266//6 B.	*b)*
Jan.1850	Ago.1852	Lisboa	*A Semana - Jornal Literário e Instrutivo*	J. 381 P.	*b)*

Fonte: Elaboração própria, segundo obra de António Nóvoa.

[266] *a)* NÓVOA, António (1993), *A Imprensa da Educação e Ensino – repertório analítico séc. XIX e XX.*
b) Idem (2005), *Evidentemente, Histórias da Educação.*

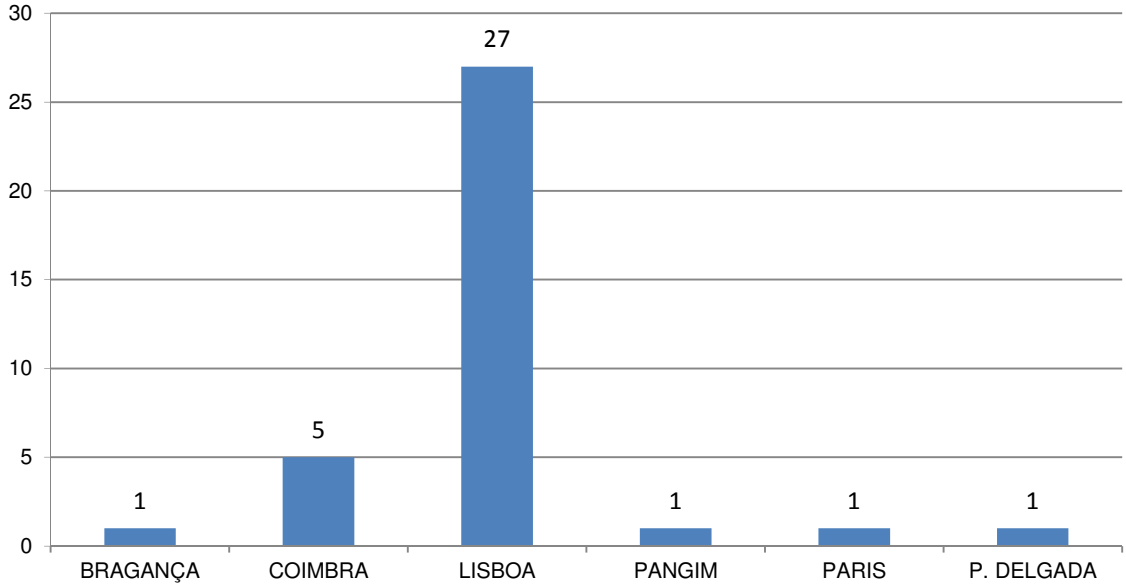
Considero esta imprensa educadora amiga do saber e do conhecimento, preocupada em *instruir*, *formar* e *aconselhar* os leitores - os cidadãos. O seu grande objetivo tinha como princípio o projeto iluminista de veicular valores e ideias, visando educar o público dentro de um projeto civilizacional.

> Os conhecimentos são necessários, úteis, e contribuem para o agrado e o luxo da vida; são eles os que separam a vida selvagem da vida civilizada; só eles estabelecem aquela superioridade real do homem sobre um outro homem; são eles os que formam a mocidade para a prática da virtude, desenvolvendo as suas faculdades intelectuais, e penetrando-os do sentimento das obrigações morais. São conhecimentos necessários, os que têm por objeto o prover ao homem dos alimentos indispensáveis à sua existência. São conhecimentos úteis os que compreendem a agricultura, a construção dos edifícios públicos e particulares, o fabrico das vestimentas, a medicina, a cirurgia, e todas as artes conservadoras dos interesses sociais e protetoras da integridade nacional.[267]

Esta imprensa foi de extrema importância para o desenvolvimento pessoal e profissional de diferentes gerações, constituindo-se como uma verdadeira escola não formal: alfabetização e realização profissional, com verdadeiros programas de ensino comunitário. [268]

Atendendo à origem destes periódicos, encontramos Lisboa como grande centro desta imprensa educadora, seguindo-se-lhe Coimbra.

GRÁFICO 13. ORIGEM DOS JORNAIS PEDAGÓGICOS (1820-1851), segundo *António Nóvoa*



Apresentei algumas conexões entre os impressos periódicos e o conhecimento, na primeira metade do século XIX. Não restam dúvidas quanto à importância dos textos analisados para

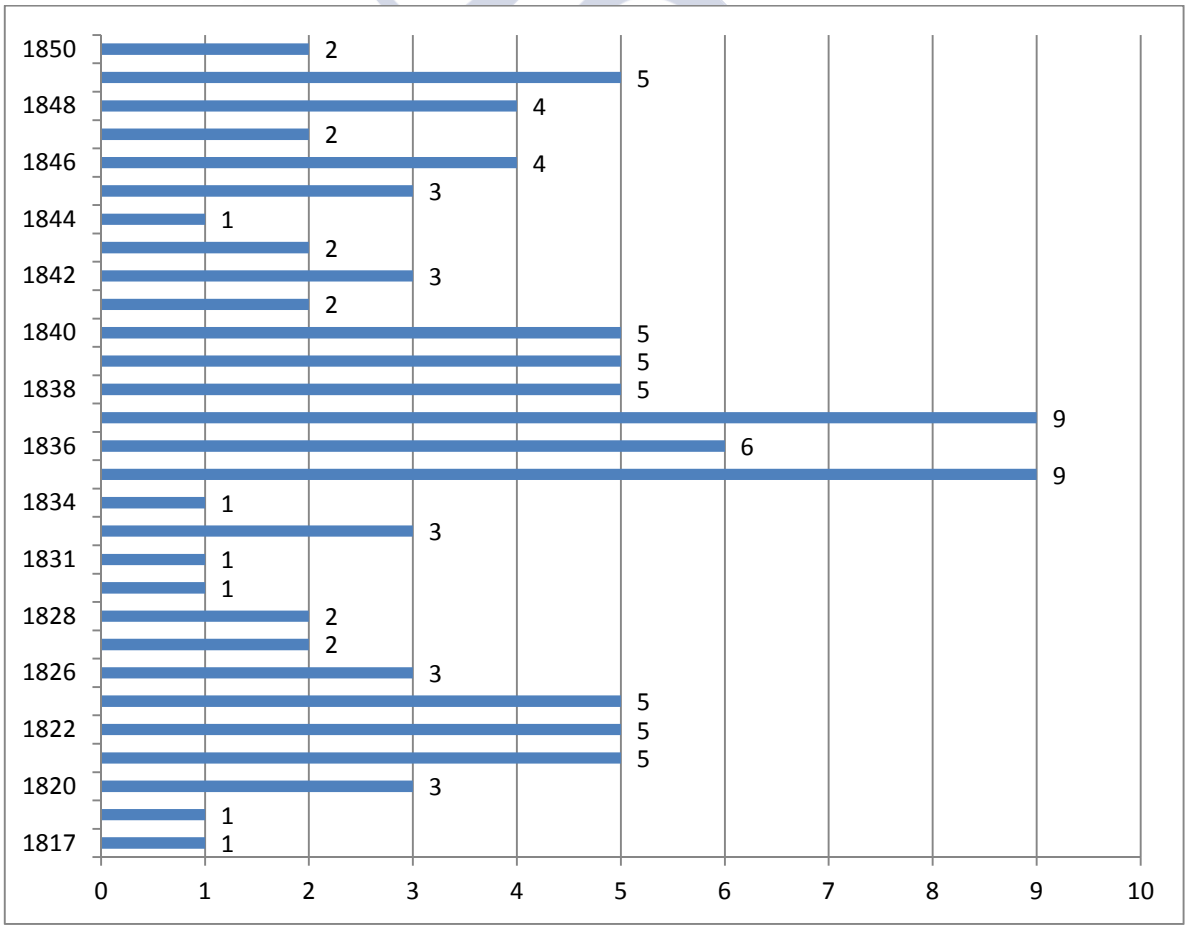
[267] *O Auxiliador Industrial Portuguez*, N.º 1, de 1849. Apresentação aos leitores.
[268] Acreditando que o livro e a imprensa são agentes de mudança de mentalidades, muitos intelectuais *vintistas* empenharam-se, através dos textos publicados em diferentes periódicos, em levar aos leitores o conhecimento dos mecanismos de funcionamento da vida pública portuguesa, na linha do *Manual Político do Cidadão Constitucional* (1820), publicação anónima.

os estudos em história da educação, com especial incidência da imprensa liberal. O jornal como suporte para o desenvolvimento da instrução e da pedagogia (e não só) foi uma via seguida por sujeitos ligados à cultura, mas também à política democrática e ao ensino, numa aliança entre a imprensa e escola, dando-a a conhecer, tornando-a apetecível. Por outro lado assumiam um papel fiscalizador, pois transmitiam as legítimas aspirações das populações mais esquecidas do interior – ainda maioritariamente prisioneira de velhos preconceitos e enfeudamentos ancestrais.

4.3. A AMOSTRA: JORNAIS INVESTIGADOS ENTRE 1820 E 1851

Selecionei 150 títulos para, numa segunda fase, delimitar a investigação a 100 periódicos.[269] Destes, e depois de cuidada consulta, retirei os discursos pedagógicos com interesse para a ***COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVOS***, de forma a ser possível uma análise dentro dos onze eixos temáticos estabelecidos (quadro 2).[270]

GRÁFICO 14. NÚMERO DE PERIÓDICOS CONSTANTES DA *COLETÂNEA* [271]



[269] Listagem in *BIBLIOGRAFIA*, fontes impressas.
[270] Quadro II. Pág. 114.
[271] No gráfico 1., pág. 26, apresento os títulos da *Coletânea*, por localidades. Por se tratar do órgão oficial do Governo incluí nesta listagem a *Gazeta de Lisboa*, o que permitiu apresentar a sua evolução até 1851.

Investiguei todos os artigos que mereciam atenção e estudo? Certamente que não. Como encontrei textos interessantes em títulos pouco explorados, tudo me leva a crer que muitos outros ficaram por recuperar. Entre os especialistas há consenso sobre a ideia que nesta área ainda muito há para fazer. Venham mais estudos, novas panorâmicas, especialmente iniciativas locais, no campo do ensino, olhadas através das páginas da imprensa regional – testemunha próxima do viver e dos anseios da região

4.4. O PENSAMENTO EDUCATIVO NA IMPRENSA PERIÓDICA

Os textos a tratarem a escola e a instrução pública, fosse para criticar, fosse para elogiar a ação governativa, ou para apresentar modelos alternativos, ficaram aquém das espectativas. Mesmo nos períodos das *grandes* reformas do ensino, não encontramos (em qualidade e quantidade) artigos ou discussões que permitam avaliar, o sentir dos fazedores de opinião e, muito menos, o dos leitores.

A ***COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS*** (vol. II) é bem elucidativa deste fenómeno. Isto não lhe retira importância, bem pelo contrário, porque os elementos sobre o ensino e a escola pública recolhidos são valiosos, têm interesse, muito especialmente por ultrapassarem os títulos mais analisados. Se é certo que os sucessivos ministérios lutavam com falta de verbas para as reformas necessárias, também seria razoável assistirmos, na imprensa, ao questionamento desta situação ou, à discussão da redistribuição dos dinheiros públicos pelos diferentes ministérios, o que não acontece.

> A despeito da insistência nessas reclamações urgentes, como Martens Ferrão[272]as classificaria num discurso ao exclamar que "tudo podia esperar, exceto a escola", foram quase sempre diminutas as verbas consagradas pelo Ministério do reino ao ensino primário, por outro lado, vítima de alterações constantes; nunca a legislação que se lhe referia teve consistência para lhe dar as raízes seguras que se pediam. Por isso a escola primária, pela primeira vez apontada na lei fundamental da nação como benefício ao alcance de todos os portugueses, viveria sempre em condições difíceis e precárias, e as taxas de analfabetismo se mantiveram em índices muito elevados.[273]

Como interpretar este silêncio tão *ruidoso*?! Acontece, que a censura nunca facilitou a vida destes primeiros jornalistas. "E a liberdade de imprensa é o grande baluarte da liberdade civil, e a única espada que faz tremer o despotismo".[274] Mas nunca os periodistas desta primeira metade do século XIX, com todas as suas insuficiências e limitações, se intimidaram. Que razão, então, para esta omissão?

---

[272] (1824.1895). Jurisconsulto, político, deputado às Cortes, par do Reino, ministro e Procurador-Geral da Coroa. Apresentou ao parlamento uma reforma administrativa, de vida efémera, que reduzia os municípios e os distritos, com ganhos para o erário público. Já com idade avançada foi nomeado embaixador de Portugal junto da Santa Sé.
[273] ALBUQUERQUE, Luís de (1960). *Notas para a História do Ensino em Portugal*, pp.15 e 16.
[274] *Astro da Lusitânia*, N.º 240, de13 de setembro de 1821, p. 3.

Entre os artigos selecionados na *Coletânea* destacaram-se alguns que, dentro do espírito da época, apelavam à criação de escolas profissionalizantes, no intuito de se promover uma instrução técnica que permitisse a aceleração do desenvolvimento industrial, uma vez que a sociedade portuguesa não dispunha de uma mão-de-obra preparada para atender a esta necessidade. A instrução profissional, além de promover o desenvolvimento específico dos trabalhadores rurais e do operariado, com o previsível aumento da produtividade, permitia-lhe uma vida mais digna, melhorando o seu poder aquisitivo: maior procura, necessidade de diversificar a oferta, mais produção, emprego, salários mais elevados. Este aperfeiçoamento educacional do cidadão esteve na base de diferentes campanhas de alfabetização de adultos, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Depois das leituras efetuadas ao longo da investigação, e da reflexão que cada um dos periódicos exigiu (que, como referi, ultrapassou largamente os constantes da ***COLETÂNEA***, foi percetível verificar os avanço da imprensa ao longo deste período, também da educação, o que confirmou a ideia inicial que a imprensa é, provavelmente, o local de pesquisa que melhor oferece um conhecimento das diferentes realidades educativas - num quadro pintado a diferentes cores. Onde poderia encontrar melhor campo de estudo para entender as relações entre teoria e prática, projetos e realidade, tradição e inovação? Convém não esquecer que, por definição, a Imprensa está onde está o acontecimento.

4.5. TEMAS PREDOMINANTES

Com a ***COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS*** organizada e seriada temporalmente (1820-1851), e depois de repensar os objetivos pretendidos, houve que dar uma grande atenção às hipóteses de partida, que recordo.

1. A transformação das instituições envolve necessariamente um confronto de ideias entre conservadores e reformadores, ou seja, entre o poder tradicional e o poder emergente. É suposto, portanto, que a transformação liberal da instituição escolar implique uma luta ideológica entre liberais e antiliberais em matéria educativa.
2. Na primeira metade do século XIX, a imprensa tornou-se um meio privilegiado de divulgação de ideias e de formação da opinião pública. Conservadores e reformadores tinham, consequentemente, os seus órgãos de comunicação próprios. É possível reconstruir as posições educativas em confronto através desses órgãos?
3. Presume-se existir uma correspondência entre a evolução dos debates educativos e a evolução da política educativa consagrada na lei.

Assim, com o conhecimento dado pela leitura de um conjunto muito alargado de periódicos, selecionados os textos considerados significativos, houve que construir uma grelha com onze temas predominantes (capítulos), o que permitiu refletir e comentar os

artigos de opinião, notícias ou avisos de forma estruturada, capacitando-me a elaborar uma tese para as questões que, à partida, estiveram na base da investigação.

QUADRO 2 – TEMAS PREDOMINANTES DA INVESTIGAÇÃO

Capítulo I	POLÍTICA, IMPRENSA E EDUCAÇÃO
Capítulo II	IMPRENSA, EDUCAÇÃO, MORAL E RELIGIÃO
Capítulo III	PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO
Capítulo IV	INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS
Capítulo V	OS PROFESSORES
Capítulo VI	O ENSINO MÚTUO E A ALFABETIZAÇÃO DO EXÉRCITO
Capítulo VII	METODOLOGIAS DO ENSINO
Capítulo VIII	OS LIVROS ESCOLARES, BIBLIOTECAS E LIVRARIAS
Capítulo IX	A EDUCAÇÃO PARA A DIFERENÇA
Capítulo X	MULHER: MATERNIDADE E EDUCAÇÃO
Capítulo XI	EDUCAÇÃO E AVISOS

Fonte: Elaboração própria.

Noutra vertente, importa referir que, à medida que o século decorria, a predominância de Lisboa tornava-se mais evidente, refletindo o peso crescente da capital na demografia e atividade cultural do país. Notório, ainda, o aperfeiçoamento da língua portuguesa, servindo os jornais de montra desta realidade.

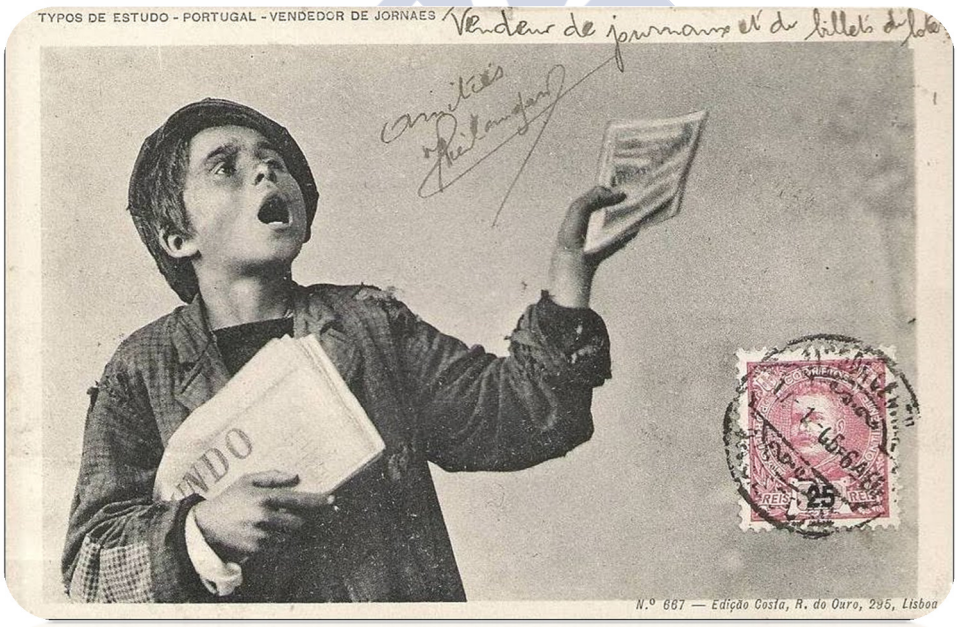
4.6. BREVE REFLEXÃO FINAL

Fazendo uma síntese dos discursos educativos mais importantes, que nos resta? Assim como a liberdade era pensada num sentido restrito, o mesmo se passava na educação, embora com significados diferentes, embora complementares. Essa a resposta para a interrogação anterior – que levou periodistas corajosos a um *silêncio ruidoso* sobre as desigualdades de verbas atribuídas pelos diferentes ministérios? Sendo entendível a necessidade de privilegiar o exército (razões internas e externas), a desproporção por certo deveria ser uma preocupação da inteligência portuguesa, então dividida.

Os defensores da ordem e da hierarquia social, e esta conceção era horizontal a diferentes *partidos*, defendiam uma instrução diferente de acordo com os horizontes do indivíduo: os que se destinavam aos trabalhos da oficina, da fábrica ou do campo, não careciam de ser instruídos como os seus semelhantes que se destinavam à carreira das armas ou ao governo da nação. Um outro discurso estabelecia o contraponto, embora se apresentasse como complementar, pois considerava a imprescindibilidade de medidas de controlo sobre as camadas inferiores da população – saber é poder… Para estes liberais mais abertos à modernidade, embora longe do republicanismo nascente, não havia que recear a instrução dos operários, dos trabalhadores – do povo. Acreditavam que o perigo do extremismo esquerdista estava nos ignorantes, pois o "aperfeiçoamento da razão humana refreava as paixões", evitando-se que políticas demagógicas colocassem em causa o espírito da ordem e da disciplina.

SEGUNDA PARTE

A IMPRENSA PERIÓDICA E OS DISCURSOS EDUCATIVOS



Devagar é que se vai ao longe
– diz o cágado.
Quem espera, desespera
– diz a lebre.
Nem uma coisa nem outra – reflete o poeta –
E aí reside
Toda a angústia
Da nossa era:
Achar o ritmo certo
Para a necessária mudança
Das coisas.

João de Melo
In Fabulema (1985)

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A primeira experiência liberal portuguesa trouxe consigo novos nomes e um discurso político fundamentado nas ideias iluministas e liberais, conducentes à implementação de reformas políticas e institucionais. Mas o inovador discurso liberal e as tímidas reformas desde logo praticadas não chegaram da mesma forma a todo o país. O Portugal profundo, afastado das grandes cidades, feudo de entidades religiosas, famílias tradicionais e autoridades municipais, exorcizou os ventos da mudança. A população submissa, habituada a conviver com os seus senhores, de quem dependia atavicamente, foi facilmente arregimentada para uma luta contra os inimigos do trono e do altar.

Não foi por acaso que o poder saído das revoluções de 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1820 obrigou as autoridades civis a um juramento público das bases da Constituição, acompanhado de cerimónias religiosas (missa, *Te Deum*, procissão) e festa nas praças públicas com luminárias e foguetório. Era importante dar um cunho festivo e popular à mudança de modelo político. Era importante mostrar a pujança do novo regime.

No campo educativo, a implantação do liberalismo trouxe fundadas expectativas, mas também muitas preocupações quanto às finalidades da escola elementar. No caso português, os novos princípios, baseados na herança pedagógica das Luzes, consideravam a educação como um direito de todos os cidadãos, que o Estado tinha de assegurar. Paradigmático é o pensamento de Mouzinho de Albuquerque (in *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública, dedicadas à nação portuguesa, e oferecidas aos seus representantes*, Paris, 1823), ou o de Borges Carneiro (debates parlamentares), muito centrados na cultura europeia, e na necessidade de libertar os portugueses dos preconceitos criados pelo absolutismo, transformando-os no cidadão-eleitor consciente, necessário à consolidação da nova sociedade.

> Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. Michel Foucault (1970).[275]

Apesar deste entusiasmo e empenhamento, o conjunto de resoluções aprovadas nas Cortes Constituintes (janeiro 1821 a outubro de 1822) ficou muito aquém dos projetos ali discutidos como, de resto, de forma clara denunciou D. João VI no discurso da coroa, pronunciado no

[275] FOUCAULT, Michel (1999). *A Ordem do Discurso*, p. 44.

encerramento da Assembleia vintista: "Sinto que a estreiteza de tempo e a afluência de negócios nos não permitiram estabelecer todas as leis orgânicas, judiciárias, fiscais e administrativas de que depende a marcha para a consolidação do sistema constitucional".[276] Efetivamente, a Constituição de 1822,[277] um documento notável para a época, no que ao ensino diz respeito, apresentava-se sem uma ideia de reforma, e distante do que as longas e acaloradas discussões parlamentares faziam antever.

Feita a contextualização histórica da primeira metade do século XIX, através da imprensa, com especial incidência na educação (Vol. I, Parte I), organizada a ***COLETÂNEA DE TEXTOS DE INTERESSE EDUCATIVO*** (Vol. II), importa recuperar de cada um dos periódicos estudados os discursos educativos mais significativos. E isto porque os processos educacionais não podem ser desligados dos aspetos sociais, políticos, económicos e culturais da sociedade. A educação, como disciplina e ciência, sempre foi influenciada pelo contexto histórico de que faz parte, sendo plasmado de acordo com os fluxos e refluxos e as dinâmicas dialéticas das sucessivas mutações da sociedade. Para que isto fosse possível, importa não esquecer os progressos da indústria tipográfica, e a multiplicação de oficinas, dentro da livre concorrência liberal.

A) TEMAS PREDOMINANTES

Os primeiros periódicos publicados em Portugal, no século XIX, apresentavam uma estrutura artesanal, o que não exigia investimentos elevados. Para os padrões da época editar um jornal era barato e podia ser relativamente lucrativo. Não espanta, pois, encontrarmos, ao lê-los, uma linguagem pobre, agressiva e virulenta, indício da impreparação de muitos dos seus periodistas. Quanto aos temas predominantes, há que salientar os políticos – mais precisamente o combate político. Depois, um noticiário centrado nas grandes capitais da Europa onde, efetivamente, ocorriam acontecimentos importantes. A nível interno, as

[276] *Diário de Lisboa,* tomo 2, de 31 de março de 1823, p. 341.

[277] "A Nação Portuguesa é representada em Cortes" - assim começa o primeiro artigo do Título III. "A soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode porém ser exercida senão pelos seus representantes legalmente eleitos", ou seja, pelos deputados das Cortes, a quem cabia exclusivamente fazer a Constituição, sem dependência de sanção do Rei.
As Cortes de 1822 eram formadas por uma só câmara, eleita por um período de dois anos, por sufrágio direto, secreto e sem carácter universal, já que não podiam votar, os menores de 25 anos (com algumas exceções referentes aos militares ou a cidadãos casados com mais de 20 anos), as mulheres, os "vadios, os regulares e os criados de servir". Para se ser eleito deputado era necessário ser-se autossuficiente, através de "renda, procedida de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego". Os três poderes políticos - legislativo, executivo e judicial - eram rigorosamente independentes e o poder legislativo estava atribuído às Cortes em exclusivo, embora sujeito à "sanção Real", instituto semelhante ao da promulgação das leis.
O Rei, assistido pelos Secretários de Estado, detinha o poder executivo. Dispunha, também, de veto suspensivo, podendo devolver às Cortes determinado diploma uma só vez. Bastava uma nova aprovação do texto primitivo, pela mesma maioria parlamentar, para haver obrigatoriedade de promulgação, estando previsto um processo de promulgação tácita para os casos de decurso dos prazos ou de recusa de assinatura. Nas suas relações com o poder legislativo o Rei não tinha o poder de dissolver o Parlamento. A iniciativa de lei pertencia em exclusivo aos deputados, através de projetos de lei, podendo, no entanto, os Secretários de Estado apresentar propostas de lei que, depois de examinadas por uma comissão das Cortes, poderiam ser convertidas em projetos de lei. A sessão legislativa durava três meses consecutivos, prorrogáveis por apenas mais um, a pedido do Rei ou por deliberação de dois terços dos depurados presentes.
In (http://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/AMonarquiaConstitucional.aspx).

movimentações militares, das forças governamentais e dos revoltosos (e isto foi variando), também mereciam grande destaque. O plágio de notícias era frequente, o que levava os jornalistas mais informados e preparados, também os que possuíam um maior número de correspondentes, a lamentarem a utilização abusiva de *peças*, sem citação da fonte. Artigos de fundo relativos ao ensino e à escola são raros, e por isso poderão ser significativos. De modo geral refletiam a urgência em se reinventar um projeto de verdadeira reforma e, a este respeito, muitas vezes evocada foi a ação reformadora de Pombal, no campo educativo.

Para conferir unidade ao trabalho, que abrange um dos períodos mais sensíveis da nossa História, procurei centrar-me no aspeto político (Capítulo I) e religioso (Capítulo II) para, a partir daí, descer aos diferentes eixos temáticos (Capítulos III a XII), e aos textos selecionados em função da relevância dada pelos próprios periódicos e que também podem ser considerados pelo historiador como relevantes. Procurei privilegiar *recortes* menos conhecidos, de títulos pouco pesquisados, abarcando todos os quadrantes políticos, sem esquecer os dois grandes marcos da Imprensa na primeira metade do século XIX: *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*.



I. POLÍTICA, IMPRENSA E EDUCAÇÃO
II. IMPRENSA, EDUCAÇÃO, MORAL E RELIGIÃO
III. PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO
IV. INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS
V. OS PROFESSORES
VI. O ENSINO MÚTUO E A ALFABETIZAÇÃO DO EXÉRCITO
VII: METODOLOGIAS DO ENSINO
VIII. OS LIVROS ESCOLARES, BIBLIOTECAS E LIVRARIAS
IX. A EDUCAÇÃO PARA A DIFERENÇA
X. A MULHER: MATERNIDADE E EDUCAÇÃO
XI. NOTAS E AVISOS (ANÚNCIOS)

B) CICLOS DE PUBLICAÇÃO

Consultando a ficha de cada periódico verifica-se que a esmagadora maioria destas *folhas* teve vida efémera. A agitação social, as guerras civis que abalaram a sociedade portuguesa ao longo destes anos, com muitos braços a abandonarem o amanho das terras para engrossarem as fileiras do exército, uma população esgotada e envelhecida, maioritariamente analfabeta e provinciana, podem ser causas próximas deste fenómeno. Mas não só… Até 1834, os jornais não implicavam uma organização estruturada. Muitos deles apareciam associados às

tipografias, tendo por único redator o seu proprietário.[278] Não espanta, pois, o anonimato jornalístico-literário que encontramos nesta imprensa onde, para muitos, o jornal complementava e equilibrava (quando não alimentava) financeiramente o proprietário da oficina gráfica.

> A atividade jornalística aparecia, assim, como subsidiária da «nobre arte da imprimissão», ao ponto dos jornais, frequentemente, serem concebidos no formato e apresentação gráfica dos livros ou fascículos destes. Três homens bastavam, então, para fazer o jornal: o redator (que muitas vezes era o dono da tipografia e exercia também as funções de revisor), o compositor (usando técnica manual, com o componedor) e o que movia a prensa e também passava o rolo de tinta sobre a composição.[279]

C) A IMPRENSA E A EVOLUÇÃO SOCIAL

O alargamento da participação política da população portuguesa, conferida pelo direito de voto, sendo importante, seria insuficiente sem uma Imprensa livre (na medida do possível), sendo "os jornais os meios que, desde então, estiveram em condições de melhor cumprir essa função. São eles, pois, um dos principais fatores de abertura e dinamização do espaço público politizado, não apenas pela comunicação que estabelecem, como pela subsequente mobilização que provocam".[280] Os liberais percecionaram isto melhor que os absolutistas, e por isso a assimetria de publicações que encontramos.

A Imprensa influenciou decisivamente a evolução da história social, constituindo-se muitas vezes como uma ameaça à estrutura do poder estabelecido, e aqui funcionou como fator de libertação e emancipação, mas podendo tornar-se também ela um perigoso instrumento de dominação – colonizando os leitores, fidelizados a uma marca que os manipulava.

D) INSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Consideramos importante para a investigação enquadrar cada um dos periódicos da ***COLETÂNEA DE TEXTOS DE INTERESSE EDUCATIVO*** num espaço político. Aqui, como já referi anteriormente, socorri-me do *Dicionário de Inocêncio*, de Alberto Bessa, de Xavier da Silva Pereira, de Artur Duarte da Silva Reis, de José Tengarrinha, de António Nóvoa e de Jorge Pedro Sousa, entre outros. Assim, pude dividir politicamente os periódicos analisados em três grandes grupos segundo as suas posições ideológicas: conservadores-absolutistas, liberais-moderados e liberais-radicais. "Num tempo dominado por instantes preocupações

[278] Importante para se conhecer este período, e muitos dos homens que fizeram as primeiras *folhas* liberais, foi José Agostinho de Macedo que, na opinião de Jorge Pedro Sousa (2010), merece ser considerado um dos progenitores portugueses de uma Teoria Crítica do Jornalismo, pois soube identificar alguns dos problemas que levariam o jornalismo panfletário artesanal a ser substituído pelo jornalismo industrial, ainda no decorrer do século XIX.
[279] TENGARRINHA, José (2013). Obra cit., p. 854.
[280] Idem, p. 875.

políticas, escasseava o espaço para a diversão ligeira e fútil."[281] Esta tripartição é, evidentemente, metódica uma vez que o processo real da política era demasiado complexo para permitir classificações rígidas. Por isso, antes de etiquetar cada um dos periódicos analisados importa recordar, embora de forma esquemática, as correntes que disputavam o poder nesta primeira metade do século XIX.

QUADRO 3. DEFINIÇÃO DAS CORRENTES POLÍTICAS EM CONFRONTO (1820-1851)

ABSOLUTISMO	TEORIA POLÍTICA DEFENSORA QUE O MONARCA DEVE TER O PODER ABSOLUTO. EM PORTUGAL SEMPRE VIGOROU UMA MONARQUIA TRADICIONAL, COM O REI A TER UM PODER LIMITADO PELAS CORTES E POR OUTROS ÓRGÃOS DE SOBERANIA. NO SÉCULO XVIII E XIX, A NÃO CONVOCAÇÃO DE CORTES ORIGINOU UM GRANDE DESCON- TENTAMENTO, EXIGINDO-SE O REGRESSO À TRADIÇÃO.
VINTISMO	DESIGNAÇÃO GENÉRICA DADA À SITUAÇÃO POLÍTICA QUE EMERGIU APÓS AS REVOLUÇÕES DE 24 DE AGOSTO E 15 DE SETEMBRO DE 1820, ATÉ 27 DE MAIO DE 1823, CARATERIZADA PELO RADICALISMO DAS SOLUÇÕES LIBERAIS E PELO PREDOMÍNIO DAS CORTES CONSTITUINTES, MUITO INFLUENCIADAS PELA CONSTITUIÇÃO DE CÁDIS (18 DE MARÇO DE 1812).
CARTISMO	TENDÊNCIA CONSERVADORA DO MOVIMENTO LIBERAL, SUSTENTADA PELA FIDELIDADE À CARTA CONSTITUCIONAL OUTORGADA POR D. PEDRO, CONSTITUIÇÃO NÃO VOTADA PELAS CORTES. A SOBERANIA PASSOU A RESIDIR NA NAÇÃO E NO MONARCA, EMBORA ESTE PASSASSE A DETER A SUPREMACIA POLÍTICA, POIS A NOVA LEI CONTEMPLAVA A EXISTÊNCIA DE UMA NOBREZA HEREDITÁRIA, COM TODAS AS REGALIAS E PRIVILÉGIOS.
SETEMBRISMO	NOME DADO À CORRENTE MAIS À ESQUERDA DO MOVIMENTO LIBERAL. ASSUMIU A HERANÇA DO VINTISMO, DEFENDENDO A SUPREMACIA DA SOBERANIA POPULAR. LUTOU PELA SUBSTITUIÇÃO DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826, POR UMA CONSTITUIÇÃO APROVADA POR UM CONGRESSO DEMOCRATICAMENTE ELEITO. COM O EVOLUIR DA SITUAÇÃO DIVIDIU-SE EM DUAS CORRENTES: A MODERADA E A RADICAL.
CABRALISMO	DESIGNAÇÃO QUE CARATERIZA OS ANOS DE 1842 A 1846, PERÍODO EM QUE COSTA CABRAL DOMINOU A POLÍTICA PORTUGUESA. EMBORA SAÍDO DO SETEMBRISMO, COSTA CABRAL E OS SEUS APOIANTES ADOTARAM A DOUTRINA DA CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826, O QUE PERMITIU UM GOVERNO MUSCULADO, APOIADO PELA RAINHA D. MARIA II.

Fonte: Elaboração própria..

O periódico semanal *O Movimento* (Lisboa, novembro de 1835 a agosto de 1836), considerado cartista, por Xavier da Silva Pereira, e dirigido por Sebastião José Carlos, um liberal que combateu na guerra peninsular,[282] oferece-nos um artigo muito esclarecedor sobre

[281] Idem, p. 321.

[282] Viveu emigrado durante o miguelismo, "talvez excêntrico em demasia nas suas ideias políticas, era tido como um homem incorruptível, de trato muito afável, aferrado aos princípios que perfilhara, e tão desinteressado que nunca solicitou, nem pediu ao governo algum favor ou empregos; antes dizem que até os recusara, sempre que lhe foram oferecidos. O seu lugar nas cortes foi sempre nos bancos da oposição, ainda no tempo em que faziam parte do Ministério os seus amigos mais íntimos. Morreu depois de aturado padecimento a 21 de Fevereiro de 1850, em um pequeno e desalinhado quarto (…) à Praça das Flores. In SILVA, Inocêncio Francisco de (1860), Obra cit. p. 154-156.

estas divisões, mais complexas do que se poderá inferir pelo quadro anterior, pelas subdivisões (tendências) existentes nos diferentes grupos políticos.[283]

> Quantos são os partidos políticos: Desde 1820 que os nossos leitores têm ouvido continuamente falar em liberais, constitucionais exaltados, anarquistas, moderados, servis, retrógrados, aristocratas, democratas, democratas-realistas, conservadores, homens de princípios, doutrinários, do terceiro partido, sem falarmos das denominações ridículas e indecentes de corcundas, de brancos e negros, de ultras, de panças, de malhados e de burros, e de tantos outros inspirados pelo ódio, pela vingança e represália que se derivam sempre do conflito das opiniões. Será portanto bem que demos algumas explicações sobre estes nomes, e que desenganemos aqueles que têm tido a boa-fé de acreditar que cada um deles designa um diferente partido político.[284]

Sebastião Carlos classificava, então, como realistas os sectários do poder absoluto, os que trabalhavam para extinguir as Luzes, aniquilar a civilização e fazer retrogradar o mundo para o feudalismo, para a superstição e ignorância dos séculos XII e XIII. Anarquistas, demagogos, exaltados, malhados e negros eram os defensores do liberalismo "a quem os senhores absolutistas puseram essas alcunhas para os fazer odiados ao governo e aos povos". Corcundas, retrógrados, panças e burros foram os nomes com que os vintistas crismaram os defensores do trono e do altar.

A desproporção de títulos liberais de ambas as fações justifica-se, o que não nos deve surpreender, sabendo-se do engajamento da maioria da *intelligentsia* portuguesa nas revoluções de 1820 e nos seus posteriores desenvolvimentos.

E) PÚBLICOS LEITORES E LINHAS EDITORIAIS

E.1.) Independentemente da filiação político-partidária de cada jornal, a verdade é que o público consumidor desta imprensa foi crescendo progressivamente, ao longo de toda a primeira metade do século XIX, o que a condicionou, levando-a a adaptar-se aos gostos e valores dos seus leitores: pequenos estratos da aristocracia culta, da alta burguesia à procura de afirmação na sociedade, das classes médias ilustradas e dos filhos que, frequentando a Universidade, sentiam-se cada vez mais preparados para ocupar os altos cargos do funcionalismo administrativo e judicial. Este é também o momento em que saem a público alguns títulos dedicados à mulher, a exemplo do que já acontecia além-fronteiras. Para dar resposta à heterogeneidade de gostos desta população leitora, os periódicos assumiram linhas editoriais distintas,[285] bem expressas no seu subtítulo:

---

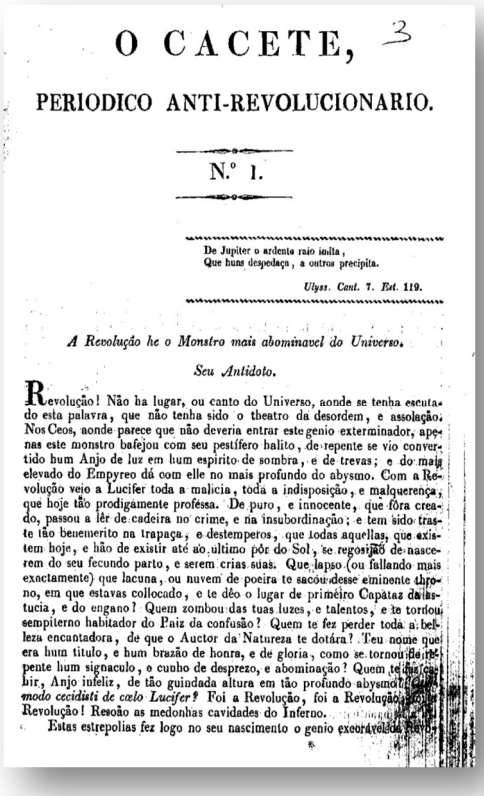
[283] Esta complexidade enunciada por *O Movimento* tornou-se ainda mais pronunciada a partir de 1826, com o fracionamento dos partidos miguelista e liberal em diferentes sensibilidades, que já não passavam pela defesa do rei como senhor absoluto, nem das constituições de 1822 e 1826 – assumindo encontros e desencontros inesperados.

[284] *O Movimento*, N.º 18, de 28 de fevereiro de 1836, pp. 139-142.

[285] O jornal é um espaço físico onde são publicadas as notícias apuradas e confirmadas pelos jornalistas, bem como textos (artigos assinados) abordando todos os problemas que se relacionam com a vida do homem, e que veiculam, evidentemente, o seu autor. O jornal (dirigido a um público heterogéneo), entra regularmente na casa das pessoas, contribui para fazer opinião (opinião publicada - opinião pública) e, por isso considerar o jornalista como o profissional a quem mais devemos exigir o relato da verdade.

-*Despertador Nacional*, ou jornal de educação, agricultura, comércio e artes;

-*O Conciliador Lusitano*, ou amigo da paz, e união;



O CACETE, 3

PERIODICO ANTI-REVOLUCIONARIO.

N.º 1.

De Jupiter o ardente raio insulta,
Que huns despedaça, a outros precipita.

Ulyss. Cant. 7. Est. 119.

A Revolução he o Monstro mais abominavel do Universo.

Seu Antidoto.

Revolução! Não ha lugar, ou canto do Universo, aonde se tenha escutado esta palavra, que não tenha sido o theatro da desordem, e assolação. Nos Ceos, aonde parece que não deveria entrar este genio exterminador, apenas este monstro bafejou com seu pestífero halito, de repente se vio convertido hum Anjo de luz em hum espirito de sombra, e de trevas; e do mais elevado do Empyreo dá com elle no mais profundo do abysmo. Com a Revolução veio a Lucifer toda a malicia, toda a indisposição, e malquerença, que hoje tão prodigamente professa. De puro, e innocente, que fôra creado, passou a ler de cadeira no crime, e na insubordinação; e tem sido trasteo tão benemerito na trapaça, e destemperos, que todas aquellas, que existem hoje, e hão de existir até ao ultimo pôr do Sol, se regosijão de nascerem do seu fecundo parto, e serem crias suas. Que lapso (ou fallando mais exactamente) que lacuna, ou nuvem de poeira te sacou desse eminente throno, em que estavas collocado, e te déo o lugar de primeiro Capataz da Iniquidade, e do engano? Quem zombou das tuas luzes, e talentos, e te tornou sempiterno habitador do Paiz da confusão? Quem te fez perder toda a belleza encantadora, de que o Auctor da Natureza te dotára? Teu nome que era hum titulo, e hum brazão de honra, e de gloria, como se tornou em reptente hum signaculo, e cunho de desprezo, e abominação? Quem te fez cahir, Anjo infeliz, de tão guindada altura em tão profundo abysmo? *Quomodo cecidisti de cælo Lucifer?* Foi a Revolução, foi a Revolução, foi a Revolução! Resoão as medonhas cavidades do Inferno.

Estas estrepolias fez logo no seu nascimento o genio execravel

-*Censor Provinciano*, periódico semanário de filosofia, política e literatura;

-*Periódico para os Pobres*, diário literário, político e comercial;

-*O Cacete*, periódico antirrevolucionário;

-*O Entre-Acto*, jornal dos teatros;

-*O Historiador*, jornal recreativo e de instrução;

-*O Baratíssimo*, ou pequeno civilizador popular, semanário de conhecimentos usuais, e de literatura para as classes laboriosas;

-*O Toucador*, periódico sem política dedicado às senhoras portuguesas;

-*Gazeta das Damas*;

-*O Jardim das Damas*.



O

TOUCADOR,

SENHORAS PORTUGUEZAS

LISBOA.

QUADRO 4. LINHAS EDITORIAIS DOS JORNAIS ANALISADOS

1. Periódicos predominantemente noticiosos
2. Periódicos enciclopédicos e instrutivos
3. Periódicos filosóficos
4. Periódicos literários
5. Periódicos científicos e técnicos
6. Periódicos históricos
7. Periódicos económicos
8. Periódicos recreativos e instrutivos
9. Periódicos dedicados à mulher
10. Periódicos exclusivamente dedicados aos anúncios

Fonte: Elaboração própria.

Como cada texto só pode ser analisado e compreendido dentro do seu tempo, apresento um quadro síntese que nos mostra as convulsões e mudanças políticas verificadas neste período, e que tiveram influência nas estratégias seguidas por cada governo no que à educação diz respeito - que será integrado e desenvolvido numa *Breve Cronologia da História de Portugal* apresentada nas páginas finais deste volume.

QUADRO 5. MUDANÇAS DE REGIME, OU DE GOVERNO, EM PORTUGAL (1820-1851)

CIRCUNSTÂNCIAS	DATA	LOCAL	RESULTADO
Revolução liberal	24AGO.1820	Porto	*TRIUNFOU*
	15SET.1820	Lisboa	*TRIUNFOU*
Vila-Francada: revolta absolutista/miguelista	27MAI.1823	Lisboa	*TRIUNFOU*
Abrilada: revolta absolutista	30ABR.1824	Lisboa	*FRACASSOU*
Pronunciamentos militares em diferentes províncias	31JUL.1826	Porto	*TRIUNFOU*
Revoltas absolutistas – guerra civil	1826-1827	Diversos	*FRACASSARAM*
Restauração absolutista	26ABR.1828	Lisboa	*TRIUNFOU*
Revolta liberal	MAI./JUL.1828	Porto	*FRACASSOU*
Revoltas liberais – guerra civil	1828-1834	Diversos	*TRIUNFOU*
Revolução de Setembro (progressista/vintista)	10SET.1836	Porto/Lisboa	*TRIUNFOU*
Belènzada: pronunciamento cartista	3NOV.1836	Lisboa	*FRACASSOU*
Revolta dos marechais (cartista)	JUL/SET.1837	Diversos	*FRACASSOU*
Revolta progressista	13MAR.1838	Lisboa	*FRACASSOU*
Pronunciamento cartista – Costa Cabral	9FEV.1842	Porto	*TRIUNFOU*
Revolta democrática	4FEV.1844	T. Novas	*FRACASSOU*
Maria da Fonte – levantamentos populares	ABR/MAI.1846	Minho	*TRIUNFARAM*
A Emboscada: golpe palaciano (cartista)	6OUT.1846	Lisboa	*TRIUNFOU*
A Patuleia: revolta progressista – guerra civil	OUT.46/JUN.47	Diversos	*FRACASSOU*
A Regeneração: pronunciamento progressista	1MAI.1851	Porto	*TRIUNFOU*

Fonte: Elaboração própria a partir de SARAIVA, José H. (1975). *Os factos essenciais da História de Portugal.*

Os liberais, que assumiram diferentes sensibilidades ao longo da primeira metade de oitocentos, sempre pugnaram pela liberdade, muito em especial quando confrontados com a tradição. Na génese do movimento colocaram esta filosofia em contraste com o feudalismo e o mercantilismo - e venceram. Porém, confrontados com o radicalismo da Revolução Francesa também se distanciaram dessa via, combatendo-a, assumindo os objetivos e métodos da democracia social. Este liberalismo, antissocialista, haveria de culminar em 1910 com a implantação da República.

O radicalismo francês (jacobinismo) também teve os seus ecos em Portugal, onde o assistencialismo burguês não chegou para minorar ou iludir a questão social de uma política económica assente em longas jornadas de trabalho, baixos salários e péssimas condições de vida dos migrantes dos bairros (ilhas) das periferias, e exploração do trabalho feminino e infantil. Desta forma, enquanto o liberalismo triunfava, diferentes vagas de manifestações sociais, promovidas por variados grupos da sociedade, chegavam a Portugal. E de forma velada ou aberta, escritos de cariz socialista ou anarquista apareciam a combater o capitalismo, defendendo a construção de uma sociedade igualitária estabelecida com base na supressão da propriedade privada dos meios de produção.

Nos jornais tratados vamos encontrar o alvorecer desta luta do proletariado urbano que envolveu a sociedade, a cultura, a economia e a política. Também na educação a radicalização das ideias pedagógicas e educativas se fizeram sentir. O confronto entre classes, ou melhor, entre diferentes setores sociais, tendencialmente teria de resultar em pedagogias diferenciadas, com modelos distintos, de que a seu tempo daremos conta. Analisar a produção literária dos periódicos publicados a pensar na mulher-leitora, eminentemente recreativa, o que não passou em muitos casos de um pretexto para não afastar as "senhoras de bom gosto", pois muitos dos textos apresentados mostram alguma complexidade social e política, inseridos nos importantes debates que percorreram toda a imprensa oitocentistas. Por outro lado, a estética literária não foi descurada, acompanhando as correntes literárias em confronto - classicismo *vs*. romantismo.

E.2.) Jornais dedicados à mulher: Revisitando elementos dos autores referenciados ao longo da investigação, importa analisar um quadro que reflete alguns dos títulos mais conhecidos da imprensa dedicada à mulher e que caraterísticas tinha o seu público leitor. Apresento, ainda, a localização de cada periódico, para possível busca, na Biblioteca Nacional de Lisboa.

QUADRO 6. PRINCIPAIS PERIÓDICOS DEDICADOS À MULHER, ENTRE 1807 E 1851

CORREIO DAS MODAS	Lisboa	1807 - 5 Números	***L. 6609/1 P.***	
O TOUCADOR	Lisboa	22fev.1822 a mar.1822 - 7 Números	***RES. 342 P.***	***X***
GAZETA DAS DAMAS	Lisboa	29nov.1822 a 6dez.1822 – 3 Números	***J. 165/6 B.***	***X***
DIÁLOGO DAS DUAS VELHAS	Lisboa	1823-1823 - 8 Números	***J. 323/5 P.***	
EUGÉNIA	Lisboa	Julho de 1823	***-----***	
PERIÓDICO DAS DAMAS	Lisboa	19jul.1823 a 30jan.1824	***J. 1253 B.***	***X***
COL. DE NOVAS MODINHAS	Lisboa	1836-1836 - 3 Números	***J. 1576 B.***	
CORREIO DAS DAMAS	Lisboa	1jan.1836 a 31dez.1852 – 6 Números	***J. 119 B.***	
L´ABEILLE	Lisboa	abr1836 a 15 mai.1843 – 66 Números	***J. 37 B.***	
SEMANAL DAS MUSAS	Lisboa	1836-1836 – 2 Números	***J. 70/13 B.***	
AS TARDES DE VERÃO	Lisboa	1 de agosto de 1836 – 1 Número	***J. 70/12 B.***	
JORNAL DOS AMORES	Coimbra	fevereiro de 1837 – 1 Número	***J. 70/15 B.***	
SERÕES DE VERÃO	Lisboa	1837	***-----***	
O BEIJA-FLOR	Lisboa	15ago.1838 a 13abr.1842 – 31 Números	***J. 386 B.***	***X***
PAX JULIA	Beja	1839	***-----***	
RECREIO TEATRAL	Lisboa	janeiro de 1839	***-----***	
O ROMANCISTA	Lisboa	8jun.1839 a 28dez.1839 – 16 Números	***J. 28 B.***	
A ROSA OFEREC. ÀS BELAS	Lisboa	1840 - 9 Números	***J. 118/1 B.***	
O TOUCADOR DAS DAMAS	Lisboa	1842	***-----***	
O JARDIM DAS DAMAS	Lisboa	1fev.1845 a dez.1849 – 22 Números	***J. 369 B.***	***X***
A ROSA	Porto	12out1845- 4jan.1846 – 13 Números	***P.P. 5101 P.***	
A ASSEMBLEIA LITERÁRIA	Lisboa	ago.1849 a 15abr.1851 – 17 Números	***J. 388 B.***	***X***
A AÇUCENA	Lisboa	1851	***-----***	

(x) PERIÓDICOS CONSTANTES DA *COLETÂNEA DE TEXTOS POLÍTICOS E EDUCATIVO. Fonte: Elaboração própria.*

Os periódicos investigados buscam, cada um à sua maneira, objetivos diferentes, como diferente é o público-alvo que procuravam atingir. Recuperando do quadro apresentado os títulos mais representativos, importa compreender cada um à luz do tempo em que foram concebidos e analisar a sua linha editorial.

-Quais os géneros literários mais apreciados neste período?

-Que representação de mulher *passava* no discurso masculino? Isto, porque, o primeiro jornal para mulheres, fundado e dirigido por uma mulher, Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883), só foi editado, como vimos, em 1849.

-Que tipo de mulher procurava recriar (ilustrar também?) esta imprensa?

Paradoxalmente (ou não), muitos intelectuais escreveram nestes periódicos sobre as virtualidades da instrução, apontando caminhos dentro da posição relativa de cada um dos sexos, sabendo que a maioria da população (no caso da mulher a situação era, ainda, mais gritante), vivia nas trevas da *santa* ignorância, e por isso impossibilitada de entender a valia do saber ler, escrever e contar.


GAZETA DAS DAMAS

Refira-se, ainda, que as mulheres de outros extratos sociais "só pontual e episodicamente têm sido objeto de estudo. A falta de informação (ou de sistematização) dificulta o conhecimento da participação feminina no mundo do trabalho, dispondo-se apenas de dados estatísticos relativamente seguros (evolução da população ativa feminina, caraterísticas da força de trabalho, etc.) para o período posterior a 1890."[286] Dito de outra forma, a mulher-povo não existia para esta imprensa – também não comprava jornais…

A educação assume grande relevo na linha editorial de todos os jornais analisados (embora com perspetivas diferentes). Efetivamente, estas *folhas* oferecem às suas leitoras textos instrutivos, em torno da missão e do papel da mulher no lar e na sociedade, das suas qualidades e virtudes, dos comportamentos, direitos e lugar na família, em paralelo com anedotas para o seu entretenimento, ou conselhos sobre as

[286] VAQUINHAS, Irene (2002), *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos IX e XX*, p. 212.

últimas modas para o bem vestir, não esquecendo a poesia e narrativas para a educação moral. Não podemos esquecer, como refere Ivone Leal, que a quase totalidade destes artigos foram escritos por homens, com todos os condicionalismos daí resultantes.

Como referi anteriormente, a linha progressista e a linha conservadora de que nos fala Ivone Leal[287] encontram-se associadas a estilos de escrita diferentes, sendo facilmente identificáveis pela construção gramatical da frase. Aos poucos, e à medida que os acontecimentos que fizeram a história do século XIX foram ocorrendo, também o pensamento sobre a mulher se foi transformando, deixando esta de ser considerada como uma leitora de segunda. Sabe-se que muitas mulheres colaboravam nestes e noutros jornais (embora com pseudónimos masculinos), assumindo-se como interlocutoras de corpo inteiro, com capacidade para acompanhar as discussões, desafios e narrativas propostas.

Em meados do século XIX aparece-nos a figura incontornável da Antónia Gertrudes Pusich,[288] acompanhada por alguns nomes femininos que a ajudaram a lançar as suas edições. Ousar publicar no feminino foi um ato de emancipação. As jornalistas do século XIX tiveram grande importância no despertar da consciência das mulheres portuguesas. Mostrando os seus dotes de escritoras, diretoras e proprietárias de jornais, as mulheres iniciaram um movimento que contrariava a visão tradicional de que o mundo das letras era um espaço pertença do homem. Temos assistido, nos últimos anos, a uma recuperação da memória literária destas e de outras mulheres do século XIX português. Embora devamos ter a consciência que a discriminação, então sentida, se prolongou século XX adentro.

Uma das razões que levou a mulher a assumir-se no mundo da imprensa foi a necessidade de impor a sua voz na conquista de direitos próprios, como o direito à educação, o direito à profissão e, já no final do século, o direito ao voto.[289] Porquê o direito à educação? A justificação era sustentada: uma mulher ilustrada podia educar melhor os filhos. Para isso eram precisas mais escolas e professores: "Algumas senhoras temos muito instruídas, mas ou por sua posição social não estão no caso de ser mestras, ou como exceções não podem entrar em regra. Devem pois ser homens que por agora ensinem às meninas a ler, escrever, aritmética, gramática, história, geografia, desenho, etc., e estas a quem eles hoje ensinam sejam as que amanhã os sucedam".[290]

Antónia Pusich sabia que os pais destas alunas não aceitavam que os mestres das filhas fossem do sexo masculino. A isso contrapõe: "Um homem de probidade não abusa jamais da

[287] LEAL, Maria Ivone (2002). *Um século de periódicos femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*.
[288] Fundadora e proprietária de *A Assembleia Literária: Jornal de Instrução* (Lisboa, agosto de 1849 a 15 de abril de 1851 – 17 números. Hoje nome de bairro de Alvalade, em Lisboa. Três casamentos, onze filhos. Segundo Oliveira Marques a Venerável da 1.ª Loja Maçónica portuguesa de Adoção (feminina), a Loja Direito e Razão.
[289] Também encontramos alguns escritos sobre o direito ao divórcio, embora na segunda metade do século XIX.
[290] *A Assembleia Literária*, N.º 4, de 25 de agosto de 1849, p.26.

confiança que nele depositam; ao passo que muitas vezes a ignorância de algumas mulheres causa a perdição de tantas donzelas!"[291]

A fronteira entre a imprensa reacionária (a questão do género ultrapassou as fronteiras políticas) e a imprensa progressista é clara, embora aqui possamos encontrar diferentes patamares. Importante, ainda, destacar que alguma imprensa *liberal* apresentava-se ideologicamente sexista, desde os artigos sobre moda aos mais instrutivos. No imaginário de muitos pensadores não havia necessidade de conferir à mulher um estatuto político. Isto contribuiu para inferiorizar esta imprensa feminina perante a imprensa generalista – que com o passar dos anos ganhava uma consciência própria. Por isso ter destacado as figuras de Gertrudes Pusich e de Maria José Canuto como dos elementos que mais contribuíram para pressionar o poder instituído a favor da igualdade (possível) de género, numa sociedade marcadamente masculina

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[291] Idem, *Ibidem*.

CAPÍTULO I

POLÍTICA, IMPRENSA E EDUCAÇÃO

A revolução de 1820 pode ser entendida como uma extensão da reação europeia levada a cabo no continente contra o absolutismo que marcou e estigmatizou o século XVIII. Ela "reflete o geral estado de espírito da burguesia nacional, desejosa de encontrar, quer nas cortes do Portugal gótico, quer nos exemplos do reinado de D. José, modelos que justificassem a sua posição progressista e regeneradora".[292]

> Portugal acaba de fazer uma revolução que nas idades futuras passará por milagrosa, e servirá ainda de prova de que os seus habitantes conservavam alguns restos de virtude, apesar dos contínuos assaltos do despotismo, que não podendo estender o septo de aço sobre uma nação morigerada, unicamente tratava de fazer-nos perder aquele carácter com que tanto se ilustraram os nossos maiores, nos dourados séculos da Monarquia Lusitana.[293]

A imprensa, maioritariamente engajada ao pensamento liberal, procurou criar correntes de opinião mais ou menos abrangentes, no que muitos veem como o início da chamada *opinião pública*. De acordo com as Luzes, a sociedade civil, para seu bem, devia ser palco de um livre debate de ideias, baseado no emprego esclarecido da razão – a melhor maneira de se organizar a realidade, de forma a torná-la compreensível. Os jornais eram esse espaço…

> A Imprensa, como todos sabem, é o maravilhoso órgão que deu ao Mundo a incomparável vantagem de fazer soar as ideias de qualquer escritor aos habitantes das mais afastadas regiões: podemos-lhe chamar a Máquina, em vão esquadrinhada pelo engenhoso Arquimedes, o qual anelava descobrir um agente capaz de dar impulso a todo o Universo; pelo menos ela tem concorrido muito poderosamente para a indústria e opulência de muitas nações. A facilidade de comunicação forma os bons costumes, promove a agricultura, propaga as ciências e as artes úteis, ilustra o comércio, combate os abusos e, num breve período, mostra ao homem de todos os estados um vasto campo de especulações que o conduzem ao melhor regulamento de seus projetos (…).[294]

A rutura com o Antigo Regime aconteceu em 1820. Poderia ter sido em 1817, com Gomes Freire de Andrade, ou noutra qualquer conspiração. Por isso poder-se-á dizer que a luta pelo

[292] FERREIRA, Alberto (comp.), (1971), *Antologia de Textos Pedagógicos do século XIX*, vol. I, p. 29.
[293] *Astro da Lusitânia*, N.º 1, de 30 de outubro de 1820, p. 1.
[294] *Despertador Nacional*, N.º 1, janeiro de 1821, p.1.

fim do despotismo, onde os periodistas, os militares e os juristas tiveram um papel importante, começou muito antes de 24 de Agosto de 1820.

1.1. OS JORNAIS CLANDESTINOS (1807-1820): ARAUTOS DO VINTISMO

Desde meados do século XVIII, apogeu do Iluminismo, a liberdade de imprensa e a educação passaram a figurar no discurso político da *intelligentsia* portuguesa, como instrumentos indispensáveis para o país recuperar do atraso unanimemente reconhecido em relação às nações do centro da sociedade industrial moderna, também elas em luta contra a ordem estabelecida, procurando uma renovação em nome da liberdade, da democracia política e social, ou ainda da unidade nacional.

Alguns periódicos, como o *Correio Braziliense*,[295] redigidos longe das garras da inquisição e da censura, e introduzidos clandestinamente no país, analisavam a vida pública portuguesa e informavam os leitores sobre o que se ia passando no Brasil (colónia portuguesa) e na Europa. Os jornais clandestinos, com estilos diferentes, propagavam a ideia de que a mudança era urgente e necessária, sugerindo reformas. Os projetos dos *iluminados* duque da Lafões (1719-1806), ou do abade Correia da Serra (1750-1823), numa linha fisiocrática,[296] estavam ultrapassados. Tornava-se necessária uma nova visão de desenvolvimento que, na opinião de muitos, passava pela discussão do regime senhorial e dos vínculos de propriedade, beneficiando a população no seu todo, com um investimento sério na educação do povo. Hipólito José da Costa mostrava-se indignado por ver comparados os *iluminados* com os seus correligionários *pedreiros livres* e, num artigo de 1818, falava das virtudes da associação maçónica e na sua finalidade filantrópica que, em sua opinião, ultrapassava os primeiros na ação social.

> Esta sociedade de P. L. [Pedreiros Livres] tem por fim beneficiar a humanidade desprovida dos socorros temporais. A caridade fraterna é o laço que os une. Cada indivíduo, desta ou daquela particular corporação, que vive virtuoso e honesto, tem nela um recurso infalível à sua indigência e calamidade. Tem igualmente um abrigo à sua desventura, quando esta procede de um erro, ou de sucessos não esperados; mas os criminosos são dela logo excluídos, porque a sociedade nunca patrocinou o crime.[297]

[295] *Correio Braziliense* ou Armazém Literário foi um jornal mensal português, publicado por Hipólito José da Costa, em Londres. Precursor dos chamados "jornais de Londres", é considerado o primeiro jornal brasileiro. Circulou de 1 de junho de 1808 a 1 de dezembro de 1822, contando 175 números, agrupados em 20 volumes, editado durante 14 anos e 7 meses, ininterruptamente. Ao difundir o ideal liberal (em Portugal e no Brasil) procurava *passar* o saber dos refugiados, incentivando o povo a participar mais empenhadamente nas decisões governamentais. Defendia, ainda, tratamento igual para portugueses e brasileiros no Brasil – onde os segundos eram frequentemente discriminados.

[296] Os fisiocratas pregavam a implantação de um capitalismo agrário, baseado no aumento da produção agrícola e no preço dos produtos. A palavra fisiocracia possui origem nas raízes gregas "fisios" (natureza) e kratia (governo), que deram origem à expressão "governo da natureza".

[297] *Correio Braziliense*, 1818, pp. 635-647.

O periódico *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris, julho de 1818 a abril de 1822), num artigo de M. Le Comte Chaptal,[298] evidenciava as desigualdades sociais, criticando abertamente o modelo de desenvolvimento inglês (assente na livre concorrência, na concentração da riqueza e na grande propriedade), em seu entender responsável pela imensa mole de assalariados miseráveis, mostrando-se simpatizante do modelo francês, fruto da Revolução e do regime napoleónico.

> Esta é a consequência da enorme desigualdade de fortunas, que cada dia vai piorando as condições das classes inferiores e média, à custa das quais cresce a opulência e fausto dos ricos. Como as mesmas causas que têm produzido estes efeitos em Inglaterra não só subsistem, mas vão em aumento, não será de estranhar que a Grã-Bretanha ofereça um dia o quadro dos Estados Asiáticos, onde não há mais que duas classes: a opulenta e pouco numerosa, que é a dos senhores, e a outra, que forma o corpo da nação, que se compõe dos miseráveis escravos.[299]

Num texto do ano seguinte, pela pena do mesmo autor, percebe-se a necessidade da divisão da propriedade, de forma a ultrapassar-se o atraso – neste caso na agricultura. Defendia o fim dos morgadios, onde o filho mais velho era o único herdeiro das terras da família, o que perpetuava uma agricultura de subsistência. Por outro lado, considerava que a riqueza de um governo, ou das classes privilegiadas, não indiciavam um país próspero, pois um desvio muito acentuado entre os mais ricos e os mais pobres só podia conduzir à revolução.

A conjugação destas circunstâncias no contexto internacional, nomeadamente espanhol, tornou possível a dissolução do Antigo Regime e a entrada de Portugal na modernidade: Tratou-se de um processo que uniu descontentamentos díspares, por vezes antagónicos, que também aliou personalidades firmemente dispostas a manter Portugal como um reino independente, europeu (capital em Lisboa, e não no Rio de Janeiro), e onde os seus cidadãos se sentissem corresponsáveis pela governação.

De Londres, um outro periódico clandestino *O Portuguez ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (30 de abril de 1814 a 3 de outubro de 1826), dirigido por João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853),[300] já depois da Revolução de 1820, chamava a atenção dos governantes para os perigos de se mudarem apenas as pessoas, deixando tudo o resto como até aí.[301]

---

[298] Jean-Antoine Claude, conde Chaptal de Chanteloup (1756-1832). Estadista, um grande químico, procurou aplicar a indústria à agricultura.

[299] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras,* N.º 5, de 1819, pp. 107-109.

[300] Considerado por Georges Boisvert o "pioneiro do liberalismo em Portugal". In *Un pionnier de la propagande libérale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro*, Paris, 1982, Fundação Calouste Gulbenkian: Centro Cultural Português. Este jornal teve duas fases: 1814-1822 e 1823-1826. Publicado ao longo de 120 meses, a sua coleção é constituída por 89 números – mais de 8000 páginas. Agostinho de Macedo usou-o como protagonista no poema *Os Burros* (1812), mas também a fação moderada do liberalismo não poupou este professor de Gramática Latina, que só depois de 1835 pôde regressar ao país, tendo participada na Revolução de Setembro (1836).

[301] O mesmo aconteceu com os poetas e cantautores de intervenção do período salazarista..

QUADRO 7. CAUSAS DA REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1820 [302]

POLÍTICAS	-Invasões francesas (1807 a 1810); -Ausência de D. João VI no Brasil (1807 a 1821); -Uma Regência sem poder; -Poder que residia no marechal inglês Beresford.
ECONÓMICAS	-Ruína da agricultura, comércio e indústria.
FINANCEIRAS	-Abertura dos portos brasileiros à navegação estrangeira (1810), o que prejudicou os negócios dos grandes comerciantes da Metrópole.
SOCIAIS	-Sobrecarga de impostos sobre as classes populares; -A burguesia arruinada pela concorrência inglesa junto dos mercados tradicionais.
IDEOLÓGICOS	-Influência da revolução americana de 1776; -Influência da revolução francesa de 1789; -Invasões dos exércitos napoleónicos; -Influência dos exilados políticos na Inglaterra e França; -Influência das publicações: livros, jornais e panfletos, que entravam clandestinamente em Portugal.

Fonte: Elaboração própria.

As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa,[303] reconheceram a importância destas *folhas* e colocaram a liberdade de imprensa[304] no centro das suas preocupações maiores. A resposta à questão "como mobilizar os cidadãos para a causa liberal?" era óbvia "e já tinha sido encontrada na Inglaterra seiscentista quando, no contexto da guerra civil, surgiram os primeiros periódicos políticos: através dos jornais. Autores como Jeremy Bentham (1748-1832) ou Alexis de Tocqueville (1805/1859) tinham-no, aliás, teorizado. Bentham, por exemplo, via no debate político por intermédio dos jornais uma extensão à sociedade do debate político parlamentar, através do exercício público da razão político argumentativo. Este último autor pode, aliás, ser considerado um precursor das teses habermasianas sobre as mudanças estruturais na esfera pública. Também Mouzinho da Silveira (1780-1849) numa das sessões das Cortes Constituintes de 1821-1822, aquando do debate sobre os portes de correio e as consequências negativas que daí poderiam advir, defendeu que portes significavam jornais mais caros, menos leitores, impedindo-se assim que a informação (as *Luzes*) saísse dos grandes centros urbanos, promovendo os bons costumes, as ciências, as artes, a agricultura, o comércio, a indústria. "As armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos impressos, nenhuns são tão lidos como os periódicos; impor tributo sobre eles é fazer com que cheguem a menor número de leitores e

[302] Apanhado retirado da imprensa da época.
[303] Também designadas por Soberano Congresso, e conhecidas na historiografia portuguesa como Cortes Constituintes de 1820. Foi o primeiro parlamento português, pensado a partir das antigas Cortes Gerais.
[304] Em 12 de julho de 1821 foi promulgado um decreto onde, pela primeira vez, se estabelecia a abolição da censura prévia, e a regulamentação do exercício da liberdade de imprensa, segundo um projeto do deputado pela Estremadura, Francisco Soares Franco (1771-1844).

tolher que as Luzes se espalhem".[305] Mouzinho e os seus correligionários acreditavam, então, que a imprensa era uma via indispensável para despertar no cidadão comum o amor à liberdade, o amor a uma pátria antiga rica em história, incutindo esperança e a crença que cada um de nós pode ser agente de mudança, rejeitando um sebastianismo[306] que ao longo dos séculos tem atravessado a nossa história com resultados desastrosos.

1.2. IMPRENSA E EDUCAÇÃO COMO MOTORES DO DESENVOLVIMENTO

Estamos no início de oitocentos. Em Portugal, como em muitos países europeus, o movimento liberal apostava na educação como um fator decisivo para o desenvolvimento económico, mas também como um instrumento de formação e consolidação da identidade liberal.

> Quando uma Nação generosa tem chegado ao ponto de conhecer a necessidade de unir todas as opiniões, para o grande fim de estabelecer e consolidar a sua independência, debaixo do império da Razão e da Justiça universal, é então que se faz indispensável a cooperação de todos os seus membros, a fim de que se anime e desperte a Instrução Pública (…).[307]

Esta mensagem foi bem compreendida pela redação[308] de *O Cidadão Literato* (Lisboa, janeiro a abril de 1821) que, num artigo de opinião dizia acreditar que "só no pleno exercício dos nossos direitos, de nossos deveres e de nossos sentimentos, poderemos ser felizes, único termo aonde se encaminham todos os nossos pensamentos".[309] Este foi um dos periódicos que mais criticou a apatia do governo liberal, exigindo mais reformas.

Do outro lado da fronteira, os doceanistas espanhóis tinham conquistado *La Pepa* (18 de março de 1812)[310] que, independentemente dos períodos em que vigorou, constituiu uma referência para os que defendiam a dignidade do homem – de todos os homens. E esta dignidade só seria possível transformando mentalidades arcaicas em ilustradas, com fé no poder da razão humana.

> A verdade não tem classes, géneros e espécies sujeitas às opiniões dos sistemas; ela tem um poder e força que, fisicamente, se não pode fazer curvar. (…) A liberdade individual, que

[305] Estadista, fiscalista, jurisconsulto ilustre - o grande legislador da revolução liberal. Intransigente defensor da Carta Constitucional de 1826, viu-se obrigado a sair do país em 1828, com o *miguelismo*, e em 1836, com o *setembrismo*.
[306] O sebastianismo é um mito messiânico, cuja origem radica no desaparecimento do jovem rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir (1578).
[307] *Despertador Nacional*, N.º 1, janeiro de 1821, p. 1.
[308] Onde encontramos nomes como os de José Pinto Rebelo, Manuel Ferreira de Seabra e António Luís de Seabra – que assim davam seguimento ao periódico *O Patriota*,Lisboa, setembro de 1820 a dezembro de 1821).
[309] *O Cidadão Literato*, N.º 3, março de 1821, p. 103.
[310] Cognome da Constituição de Cádis, por ter sido aprovado no dia de S. José. Esteve em vigor entre 1820-1823, o que incentivou os liberais portugueses aquando da revolução de Agosto de 1820.

> é filha da verdade, tem como sua mãe a inflexibilidade do sistema, e só está sujeita à morte que, unicamente, tem poder de aniquilá-la.[311]

No referente à educação, importa recordar que o primeiro período liberal foi caraterizado pela instabilidade política do regime, perante as crescentes ameaças absolutistas e a fraqueza do Estado, o que haveria de conduzir a uma luta armada que em nada contribuiu para o desenvolvimento do país. A esmagadora maioria dos periódicos (liberais) esteve na barricada dos que se inquietavam com as indefinições governamentais, também no que ao ensino dizia respeito. "Que é que tem feito o governo, há um ano a esta parte, a bem dos miserandos povos?"[312] Interrogava-se o *Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823). O *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821) reconhecia que era chegada a hora da imprensa contribuir para o restabelecimento e consolidação da independência, sob o império da razão e da justiça universal. Para o seu redator importava ir buscar ensinamentos à história da Grécia e, citava Cícero para dizer que tudo devemos à educação já que "ela forma um homem novo".[313] Por isso, quem melhor que a imprensa para pugnar pelo bem comum e felicidade do reino? E, na persecução desse objetivo, a renovação/inovação educacional deveria estar em plano de evidência.

> A educação pública é um dos maiores bens que a sociedade pode receber de um governo bem constituído. A educação dirigindo e formando os sentimentos da natureza a transforma, para assim dizermos, e lhe grava as impressões mais profundas dos princípios que se ensinam.[314]

Esta visão otimista da educação não se impunha, obviamente, sem conflitualidade ideológica e política. Os absolutistas apoiavam-se nos valores intemporais que sempre haviam ordenado a vida local: a religião, a Igreja e as suas práticas, os códigos ancestrais que pautavam a vida familiar e social, a defesa da legitimidade de uma pirâmide, cujo patamar último era o poder do monarca. A linguagem era clara, precisa e acessível. Os liberais, ao colocarem a política numa nova dimensão, dando grande ênfase a palavras do domínio simbólico como liberdade, razão, justiça, cortes, representação nacional, constituição, pátria, num discurso romântico e pouco eficaz, distante e incompreensível para as largas camadas da população por alfabetizar, distanciaram-se da população, principalmente das comunidades rurais,[315] deixando caminho aberto para a persistência de valores contrarrevolucionários. João Nogueira Gandra (1788-1858), da tipografia *do Gandra*, na cidade do Porto, apercebeu-se cedo da situação, como se verifica num artigo de fundo aquando do lançamento da sua

[311] *Borboleta Constitucional*, N.º 83, de 12 de maio de 1821, pp. 1-2.
[312] *Astro da Lusitânia*, N.º 251, de 26 de setembro de 1821, p. 1.
[313] *Despertador Nacional*, N.º 24, de 21 de dezembro de 1821, p. 1.
[314] Idem, *Ibidem.*
[315] TENGARRINHA, José (2008), *E o povo onde está?* pp. 55-56.

Borboleta Constitucional (Porto, maio de 1821 a março de 1828), onde procurava corresponder "à compreensão vulgar" de muitos leitores, com "frases medianas e sem ornatos".[316]

> Damos hoje princípio a uma tarefa literária dirigida a propagar as necessárias ideias constitucionais, cujas interpretações sujeitas ainda à irresolução de alguns velhacos, precisam de ilustrações e comentos. (…)
>
> Como é nossa intenção fazer este Diário somente para instruir a classe do povo, que não tem instrução metódica de qualquer ramo de Literatura ou Belas Artes, adotaremos não só figuras adequadas à compreensão vulgar, mas também frase mediana e chã, bem que pura e sem ornatos.[317]

A ideia de dessacralizar a revolução, tornando-a popular, passava também por elevar o nível instrutivo das classes inferiores e das mulheres, e por isso a aposta num "ensino que recreasse", atrativo e motivador, de forma a criar cidadãos (votantes) responsáveis e amantes da liberdade, como se pode ler num texto de *O Independente* (Lisboa, novembro de 1821 a março de 1822), *folha* de Fernandes Tomás e José Joaquim Ferreira de Moura.

> Instruir recreando é o desempenho mais completo dos esforços do génio do homem que se dedica a servir os seus semelhantes, comunicando-lhes os seus sentimentos. Este desígnio conduz os trabalhos dos escritos periódicos, porque eles têm uma preferência marcada para realizarem aqueles fins. A variedade dos assuntos, a rapidez com que são tratados, os atrativos da novidade, que chamam e prendem a atenção, os encantos mesmo do estilo, se ele corresponde ao assunto, a facilidade de se obterem estes escritos e a brevidade com que se leem, são outros tantos incitamentos que convidam a aproveitar estes meios de espalhar entre os cidadãos as ideias necessárias, úteis e agradáveis, servindo-se ao mesmo tempo a moral, a política, as artes e a civilização, sem custo das pessoas que, buscando muitas vezes somente o que as pode distrair, encontram sólida instrução e as regras de virtuosa conduta.[318]

Duma forma geral, o discurso urbano, com todas as suas peculiaridades, prevalecia nos periódicos vintistas,[319] mesmo quando os autores viviam pelos "cantos dos botequins", à espera "de pilhar uma torrada", sem se saber onde moravam.[320] Esta imprensa, que o partido absolutista assim procurava desacreditar, estava certa que, por melhores que fossem os governos (liberais), e por maior que fosse a sua ação sobre "os costumes", a instrução era a condição única para o homem poder cumprir os seus deveres, mas também para conhecer os seus direitos. Por isso "muitos políticos e filósofos" olharem a instrução "como um perigoso instrumento nas suas mãos".[321] *O Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de

[316] *Borboleta Constitucional*, N.º 1, de 12 de maio de 1821, p. 1.
[317] Idem, *Ibidem*.
[318] *O Independente*, N.º 1, de 22 de novembro de 1821, p. 1.
[319] Neste período os jornais estavam maioritariamente centralizados em Lisboa, Porto e Coimbra, e embora alguns anunciassem correspondentes espalhados pelo país, as notícias de opinião são sempre de carácter nacional.
[320] *Exorcismos contra periódicos e outros malefícios*, número único, fevereiro de 1821, p. 13.
[321] *O Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.

1822)[322] mostrava-se preocupado com a ignorância do povo quanto à Lei: "Que embaraço pode haver em dar-se uma ideia geral da Constituição Política do Estado e das leis do seu país, por cuja observância ele é sem dúvida responsável?" O conhecimento dos direitos e dos deveres deveria fazer parte da educação, como forma de se evitar a "opressão, tanto a seu respeito, como em relação aos outros".[323]

As duas dimensões antagónicas e conflituantes do homem (instruído e inculto) explicam, que "quando em 1822 se dá, formalmente, o primeiro grande embate eleitoral entre liberais e absolutistas, os dois *partidos* tenham sido vulgarmente denominados, respetivamente, *liberal ou da tropa* (de que saíram as *listas da tropa*) e dos *corcundas ou do povo* (de que saíram as *listas do povo*).[324] Daí o facto de se considerar o Antigo Regime mais estruturante do que uma análise superficial pode fazer crer, e por isso não ser de estranhar terem sido precisas algumas décadas, e novas gerações, para se operar uma profunda reforma institucional, sendo certo que o "tradicionalismo monárquico persistiu muito para além da morte do absolutismo, em 1834. Ainda hoje se ouvem ecos dessa ideologia".[325]


CONSTITUIÇÃO POLITICA
DA
MONARCHIA PORTUGUEZA
LISBOA
NA IMPRENSA NACIONAL

Por outro lado, associar todos os elementos da Igreja ao absolutismo e ao obscurantismo é falsear a verdade, pois muitos houve que se destacaram na defesa intransigente dos valores vintistas ou doceanistas, e fizeram parte do estrito grupo dos que nunca consideraram incompatível a reforma do Estado e da Igreja.

> Assim como merecem censura, e a empregamos contra os maus párocos que se esquecem da santidade do seu ministério, convertendo-o em arma direta contra a Pátria, e indireta contra a mesma religião, que creem defender, assim nos enchemos de complacência quando sabemos que há outros dignos do alto posto que ocupam. Neste número contamos a D. Mateus Rasola, cura de Navalmural, província de Toledo, o qual envolto na passada proscrição, se vinga agora generosamente, abrindo em sua casa uma cadeira pública de Constituição, para dá-la a conhecer a todos os que não quiserem ficar cegos. (…) Teve, e tem muito ajuntamento, e a sua doutrina tem produzido os efeitos mais felizes, porque nas

[322] Editado para combater os jornais caluniadores dos princípios liberais.
[323] *O Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.
[324] TENGARRINHA, José (2008), Obra cit. p. 55.
[325] TORGAL, Luís Reis. Tradicionalismo absolutista e contrarrevolução (1820-1910), *in* Costa, Fernando Marques da, Domingos, Francisco Contente e Monteiro, Nuno Gonçalves (org.), (1989), *Do Antigo Regime ao Liberalismo*, 1750-1850, p. 103.

> povoações vizinhas se vai acendendo a curiosidade. Finalmente um bom pároco, um bom juiz, e um bom mestre-escola bastaram para fazer feliz uma terra.[326]

Em Portugal temos casos semelhantes[327] e, por certo apoiado em tais ocorrências *O Independente* defendia que "os mestres e os párocos devem instruir pelo exemplo", sugerindo ainda que os bispos deveriam substituir os párocos "não capazes por ignorância ou corrupção de costumes".[328] O *Conciliador Lusitano*, numa linha próxima da de Fernandes Tomás, mostrava-se crítico para a imprensa que, nada trazendo de novo ao leitor, se afastava pela esquerda, num criticismo ultraliberal que começava a surgir. E fazia a apologia de um jornalismo ético e científico, sem ceder à demagogia fácil, em paralelo com um ensino popular, eficaz e gratuito, onde incluía a vertente religiosa.

> De qualquer modo que se considere a instrução pública, é certo que ela forma um objeto essencial dos cuidados do Governo, o qual é estritamente obrigado a instruir os seus súbditos nos ofícios religiosos e políticos do Estado. Esta instrução popular deve ser gratuita para aqueles cuja situação os torna impossibilitados de a procurarem. É coisa dura e muito desumana aumentar as privações de um pobre povo com a falta dos conhecimentos dos seus deveres. (…) Nós o vemos e o experimentámos. Decretou-se a liberdade da Imprensa para facilitar o progresso das letras e das ciências. Que bom resultado saiu daqui! Um chuveiro de papéis e nenhum deles científicos. Se a Nação estava em trevas, em trevas ficou.[329]

A tendência inovadora, mais ou menos liberal, sentiu todas estas influências e inibições,[330] agravadas por circunstâncias históricas que se prendiam com aspetos internacionais, nomeadamente provenientes da vizinha Espanha. Por isso não podermos estranhar, na Constituição de setembro de 1822, só encontrarmos três artigos, num total de duzentos e quarenta, dedicados estritamente à instrução.[331] Luís Albuquerque também coloca, e bem, a parte económica como travão ao progresso do ensino público, ao considerar que esta aparente falta de ambição "era fruto das condições do momento", onde se procurava obter "sem encargo para o Estado, um grande número de escolas", esperando-se, ingenuamente, que os pais das crianças, em idade escolar, estivessem sensibilizados para "a escolha dos professores que mais convinham à educação de seus filhos".[332]

---

[326] *Borboleta Constitucional*, N.º 25, de 11 de junho de 1821, p. 2.
[327] O Cardeal Saraiva (1766-1845), oitavo patriarca de Lisboa, tendo feito parte do Sinédrio e da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, saída da revolução de 24 de Agosto de 1820, foi um dos muitos exemplos de membros da Igreja que se dedicaram à causa liberal.
[328] *O Independente*, N.º 24, de 21 de dezembro de 1821, p. 1.
[329] *O Conciliador Lusitano*, N.º16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.
[330] Os seguidores da rainha Carlota Joaquina tinham um poder efetivo que ninguém ignorava…
[331] Art.º 237. Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis. Art.º 238. Os atuais estabelecimentos de instrução pública serão novamente regulados e se criarão outros onde convier, para o ensino das ciências e das artes. Art.º 239. É livre a todo o cidadão abrir aulas para o ensino público, contanto que haja que responder pelo abuso desta liberdade, nos casos e pela forma que a lei determinar.
[332] ALBUQUERQUE, Luís (1990), *Universidade (s), história, memória e perspetivas*, p. 79.

Ainda no tempo de D. João VI, num período de grande instabilidade, Mouzinho de Albuquerque publicou em Paris (1823), um projeto de reforma: *Ideias sobre o estabelecimento da Instrução pública dedicadas à nação portuguesa e oferecidas aos seus representantes*. Neste notável documento, já referido anteriormente, o *exilado* Mouzinho de Albuquerque[333] defendia que os povos têm direito à instrução, cabendo ao Estado a sua responsabilidade, e não aos particulares; propõe, ainda, salários dignos para os professores, de forma que não fossem obrigados a buscar outro trabalho para poderem subsistir, de forma a ensinarem " sempre com inteira e plena independência do capricho ou arbítrio de qualquer autoridade".[334]

Rogério Fernandes teve acesso a um livro inédito, existente no Arquivo Histórico da Assembleia da República (Cx. 27, doc. 20), onde encontrou outras sugestões, expostas por cidadãos comuns, enviadas às Cortes Constituintes de 1821 e 1822. Destas, destaca uma *Memória oferecida aos Deputados das Cortes Portuguesas de 1821*,[335] atribuída a José Joaquim Rebelo. "Trata-se de um texto que, no relativo à educação se coloca numa postura antirrousseauniana, visto que o homem, no seu estado natural é classificado como um ser selvaticamente destruidor. Só a educação permitirá canalizar as suas energias num sentido favorável à sociedade humana". [336] Dentro desta linha, José Joaquim Rebelo apresentava um plano destinado a assegurar o caráter público do ensino, que Rogério Fernandes[337] descreve e comenta.

1.3. IMPRENSA E EDUCAÇÃO: ALVOS DO ABSOLUTISMO

Aos poucos a coesão do movimento liberal foi-se esbatendo, agravou-se em setembro de 1822 com a proclamação da independência do Brasil[338] e acabou, aparentemente, por soçobrar quando a Constituição foi suspensa[339] por D. João VI, por ocasião da Vila-Francada. Os vintistas moderados, como Fernandes Tomás, procuravam não se distanciar demasiado da base de apoio ao movimento do Porto, de 24 de Agosto, o que fraturou ainda mais a imprensa

[333] O «exilado» Mouzinho de Albuquerque revelou-se, mais tarde, um conformado reformador político, embora depois de ter sido demitido (6 de outubro de 1846) de um governo cabralista, tenha aderido ao *setembrismo*. Ferido na batalha de Torres Novas (22 e 23 de dezembro de 1846), veio a falecer quatro dias depois.
[334] FERREIRA, Alberto (1971), Obra cit., vol. III, p. 9.
[335] Disponível na Biblioteca Nacional em H.G.21186//2P e S.C.7327//8P.
[336] FERNANDES, Rogério (2004), Ruturas e permanências da educação portuguesa no século XIX, in *Revista da História da Educação*, n.º 15, pp. 15-16.
[337] Rogério Fernandes (1933-2010). Professor catedrático da U. L., jornalista e ensaísta, deixou uma vasta obra no campo da História da Educação. Como político, desde muito jovem militou na oposição ao Estado Novo, integrando, depois de Abril de 1974, o grupo parlamentar do P. C. P. na Assembleia da República. Foi condecorado (2002) com a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública.
[338] A independência do Brasil ocorreu em 7 de setembro de 1822. A partir desta data, este imenso território, com cerca de 8.514.767 km2 deixou de ser uma colónia de Portugal (89.767 km2). A proclamação foi feita por D. Pedro I (do Brasil) nas margens do rio Ipiranga, perto de São Paulo.
[339] Promulgada em 23 de setembro de 1822, foi suspensa em 3 de junho de 1823, com a promessa de D. João VI, não cumprida, de a substituir logo que possível.

liberal, polémica que deu origem a duas *Cartas* que teorizavam as duas fações, e que envolveram o "compadre Fernandes Tomás" e o "compadre Joaquim Maria Alves Sinval", redator do *Astro da Lusitânia*.[340] Encontramos a mesma preocupação moderadora no *Azemel Vimaranense* (Guimarães, janeiro a fevereiro de 1823), um dos jornais que mais sentiu o *cutelo* do poder absolutista. Sendo uma folha de combate liberal, e o seu redator José de Sousa Bandeira (1789-1861)[341] um resistente, vemo-lo em muitos textos demarcar-se da imprensa sua contemporânea, e denunciar a anarquia e a violência verbal de muitas folhas vintistas que na sua opinião só favoreciam os *corcundas*, aproximando-se, aparentemente, da imprensa contrarrevolucionária.[342]

> Quando uma fação desorganizadora lança mão da liberdade de imprensa, e a ajeita a seus fins sinistros e cavilosos, a fim de semear a cizania e a desconfiança entre os governantes e governados, procurando acender o facho exterminador da anarquia, para pôr a Pátria em perigo, é do dever religioso do escritor público parapeitar esta torrente pestífera, denunciar a existência e o lugar desta fação, e evitar que o povo incauto beba o veneno que, diariamente, se oferece em escritos incendiários. Sim, cidadãos patriotas, existe uma fação infame, que não podendo atacar a peito descoberto o edifício constitucional, o procura minar insidiosamente: ela assalaria ao seu serviço as imundas penas de escritores venais e corrompidos que, invocando diária e jesuiticamente em suas escrituras as belas frases – liberdade e direitos do povo – proclamam a licença, espargem a desconfiança e desenrolam o ensanguentado estandarte da anarquia: é por isso que estes escritores, assim vendidos, molham as suas penas no fel da mais nojenta e vaga maledicência, e usando da fraseologia chocarreira e indecente se esforçam por ridicularizar, aos olhos do povo incauto, as autoridades constituídas, tornando-as suspeitosas.[343]

Ao denunciar os textos com "fins sinistros e cavilosos", que derramavam "jesuiticamente a mais nojenta e vaga maledicência", Sousa Bandeira não deixava de mostrar a insatisfação que percorria franjas significativas da sociedade portuguesa, alertando-a para os perigos das elites revolucionárias se distanciarem das suas bases naturais de apoio.[344] A verdade é que este insanável conflito de interesses, na esquerda portuguesa de então, escancarou as portas ao recomposto partido absolutista que, em breve, retomaria o poder.

---

[340] *Carta do Compadre de Belém ao redator do Astro da Lusitânia dada à luz pelo compadre de Lisboa* (1820)*; e Carta do Compadre de Lisboa, em resposta a outra do Compadre de Belém, ou Juízo Crítico sobre a opinião pública, dirigida pelo Astro da Lusitânia* (1821).

[341] José de Sousa Bandeira, natural de Lisboa, era escrivão do judicial na comarca de Guimarães, quando em 1828 foi preso por motivos políticos, e processado pela Alçada do Porto, que o condenou a degredo perpétuo para o presídio de Pungo-Andongo em África. Transferido da cadeia do Porto para a de Lisboa, e remetido depois para a torre de S. Julião da Barra, aí jazeu desde 11 de Agosto de 1830 até obter a liberdade com todos os seus companheiros de infortúnio em 24 de Julho de 1833. É desde alguns anos o decano dos jornalistas portugueses, por ser ele que em 1826 começou a redigir em Guimarães o periódico Azemel. Foi em 1835 redator do *Artilheiro*, passando depois a colaborar no *Periódico dos Pobres do Porto*, no qual escrevia as *Cartas de Braz Tisana*, que serviam de folhetins. *In* TENGARRINHA, José (2013). Obra cit., p.95.

[342] Curioso que, também ele, tenha considerado de "pestífera" alguma imprensa vintista.

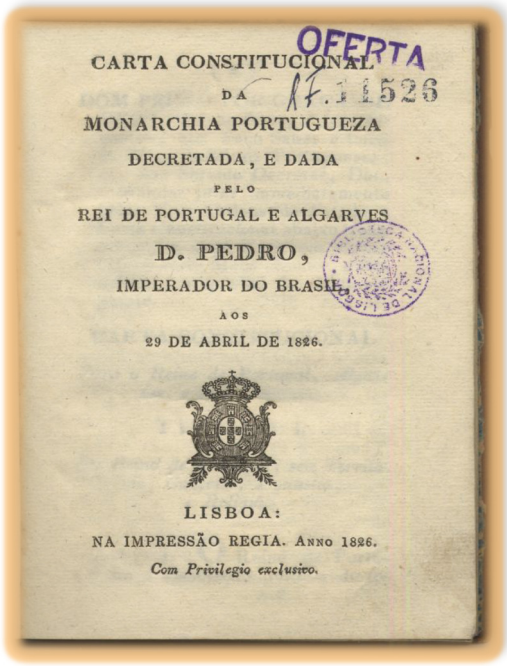
[343] *O Azemel Vimaranense*, N.º 3, de 24 de janeiro de 1823, p. 1.

[344] O mesmo aconteceu em Portugal, durante o processo revolucionário, posterior ao 25 de Abril de 1974, com muitas figuras do chamado "socialismo democrático" a assumirem a liderança do combate ao MFA e às forças que o apoiavam, perante o silêncio expectante dos partidos mais conservadores e de muitas figuras ligadas ao Estado Novo que, legitimamente, se tinham integrado na nova ordem democrática.

Os saudosistas afetos ao Antigo Regime sentiram que era possível, como foi, um regresso ao passado próximo, e as suas críticas assumiram uma virulência que galvanizou o "partido da rainha".[345] A imprensa afeta a esta causa, criada logo a seguir à insurreição do infante D. Miguel, em Vila Franca (27 de maio de 1823), assumiu então uma autêntica cruzada antiliberal e antimaçónica, destacando-se *A Tripa Virada* (Lisboa, 1823), redigida pelo sempre polémico José Agostinho de Macedo.

> Alimpem a mão à parede. Prometeram no Manifesto que a instrução pública seria o primeiro objeto, e o primeiro emprego do regime constitucional, arrancando os povos da crassa ignorância em que os havia sepultado o fanatismo, dando-lhes aquela instrução que fosse conforme às Luzes do século. Ah! Pedreiros, pedreiros! Ah! Patifes, patifes! Quer isto dizer que se procuraria com escandalosa pertinácia arrancar do coração da mocidade aqueles princípios de religiosa moral em que seus pais a haviam educado, e que se lhe substituiria o gérmen de todos os vícios com a semente da incredulidade Este é o pior mal que os malvados nos fizeram, porque tudo pende, ou depende da educação (…).[346]

Agostinho de Macedo, como os liberais, dava a entender que acreditava que tudo dependia da educação. A divergência estava nos princípios, meios e fins a atingir… E, na sua opinião, os *pedreiros livres* (a parte é sempre assumida como um todo) estavam a *arrancar* do coração da juventude os princípios que sempre foram apanágio da sadia sociedade portuguesa. Este discurso é horizontal a todos os escritos antiliberais, variando apenas na violência das palavras. O pantanoso e comatoso final do reinado de D. João VI refletia as análises de carácter que encontramos ao estudar este monarca. A partir daqui surgem-nos diferentes periódicos a incensarem a "figura paternal" de D. Pedro, perante a expectativa (desconfiança ou antagonismo moderado) de outros títulos (certamente os miseráveis sanguessugas de que fala *O Amigo da Carta*, para quem o bicameralismo e o reforçado poder do monarca não defendiam os interesses das "classes inferiores" – a esmagadora maioria da população.


CARTA CONSTITUCIONAL
DA
MONARCHIA PORTUGUEZA
DECRETADA, E DADA
PELO
REI DE PORTUGAL E ALGARVES
D. PEDRO,
IMPERADOR DO BRASIL,
AOS
29 DE ABRIL DE 1826.
LISBOA:
NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1826.
Com Privilegio exclusivo.

Embora perdendo o pendor revolucionário vintista, o novo poder liberal não descurou a educação – no plano teórico. Todos os jornais afetos à Carta são unânimes em defender que um povo sem educação "não tem costumes", assemelhando-se a "um edifício mal construído"

[345] D. Carlota Joaquina de Bourbon e Bourbon (1775-1830), filha de Dom Carlos IV de Espanha, rainha de Portugal pelo casamento com D. João VI, nunca renegou as suas ideias políticas de rejeição ao liberalismo, conspirando abertamente para o derrubar, reunindo à sua volta um grupo de notáveis – o partido da Rainha.
[346] *A Tripa Virada*, N.º 3, julho de 1823, pp. 25-36.

que, perante uma qualquer tempestade, "alue por falta de sólidos alicerces".[347] A verdade é que a Carta, outorgada por D. Pedro em 1826,[348] ao afirmar-se ao longo do século XIX como inspiradora dos políticos vencedores, não passou de um compromisso entre o *velho* e o *novo* Portugal, apadrinhado pelas mais altas figuras militares, e pelos países aliados, numa linha próxima da antiga formulação pombalina, agora matizada com o reformismo de Mouzinho da Silveira, e uma ideia de democracia liberal de Alexandre Herculano - corrente avessa aos aventureirismos revolucionários que percorriam a Europa desse tempo. Não demorou que D. Miguel retornasse a Lisboa, onde foi recebido de forma triunfal.[349] E, aos poucos, instaurou-se uma atmosfera de terror por todo o país, o que obrigou as consciências livres a procurarem refúgio em diferentes capitais europeias.

No ensino sucediam-se as devassas à vida profissional e privada dos professores, sendo conhecida uma lista de 1828, onde figuravam 218 nomes de mestres de primeiras letras e de latim, afastados do serviço. Começava, assim, um dos períodos de maior obscurantismo do país, agora órfão dos mais legítimos defensores de um ensino público acessível a todas as classes. Nestes anos de repressão e de imobilismo total no ensino surgiram duas obras pedagógicas importantes: *Mentor da Mocidade ou Cartas sobre a Educação* (1828),[350] da autoria de Borges Carneiro, e *Da Educação* (1829), escrita no exílio, de Almeida Garrett. Mas, o cidadão consumidor de periódicos, que tinha para ler? Em janeiro de 1828, *A Estrela Lusitana* (Lisboa, janeiro a agosto de 1828), preparava habilmente a população para o que se havia de seguir, com um artigo onde perguntava aos leitores: *Qual é preferível, a educação antiga ou a moderna?* A *peça* conduzia o leitor a uma resposta favorável à *velha ordem*…

> Nenhuma questão é por certo tão merecedora da séria atenção do homem pensador como a presente; por isso que não há assunto algum de que tanto dependa a verdadeira força, estabilidade e grandeza da sociedade humana. Será porventura o ensino, que agora se dá à mocidade, análogo ao desempenho dos seus futuros deveres na ordem social? Acaso os preceitos da educação moderna infundem na alma dos que começam a trilhar a carreira da vida humana aqueles virtuosos sentimentos de que a Pátria espera colher algum dia o sazonado fruto? (…)

[347] Da imprensa da época.
[348] A principal diferença entre uma Constituição e uma Carta Constitucional é que a primeira é elaborada por uma assembleia eleita, enquanto a segunda é concedida por um monarca. Partem, portanto, de princípios políticos diferentes: a Constituição considera que o poder político pertence ao povo e é a ele que compete atribuí-lo; a Carta Constitucional considera que o poder político pertence ao rei que, por benevolência, prescinde de parte desse poder em proveito do povo. A partir da concessão, por D. Pedro, da Carta Constitucional, os liberais dividiram-se em duas correntes opostas entre si: os *vintistas*, defensores da Constituição de 1822, e os *cartistas*, defensores da Carta Constitucional de 1826.
[349] Oliveira Martins (1895), in *Portugal Contemporâneo*, 3.ª ed., tomo I, p. 83, fala do percurso feito do Cais de Belém, onde D. Miguel desembarcou, até ao Palácio da Ajuda: "Foi um triunfo, um trovão de vivas, um desespero de gritos, um dilúvio de flores, bandeiras, colchas, foguetes em girândolas!". E o infante "de 25 anos, garboso na farda enfeitada com penachos e galões, era para o povo o Arcanjo S. Miguel" – um D. Sebastião, salvador de uma pátria decadente e sempre adiada. E logo nesse dia, bandos de populares "armados de cacetes começaram a percorrer as ruas de Lisboa à procura de liberais, errando morras aos malhados e à canalha pedreiral."
[350] Obra escrita na prisão, onde o autor acabaria por morrer, só publicada em 1844.

> Entretanto a diária experiência nos prova que a educação moderna está longe de produzir tão benéficos resultados como a que nos davam nossos avós. [351]

O redator de *A Estrela Lusitana* era dos mais empenhados em pedir o encerramento dos jornais liberais (que procuravam, embora autocensurando-se, manter as suas publicações), sugerindo o Limoeiro[352] para os seus responsáveis. Sobre os professores, geralmente apontados como inimigos, seguidores "de uma educação moderna, que colocava em perigo os virtuosos sentimentos", este periódico defendia que o povo tinha sido ludibriado com campanhas contra as "antigas escolas", pois a duração dos *estudos* não devia ser demasiado longa nem muito exigente. Valorizava a "doméstica disciplina" dos avós, que complementavam o ensino dos colégios, com a sua experiência e sabedoria. Sobre a família, como seria de esperar, a mulher assumia um lugar passivo, cabendo aos pais "vigiarem as nascentes inclinações dos filhos", de forma a apreenderem os "deveres da obediência". Só assim estariam preparados para "ocupar, com dignidade e decoro, o lugar que lhes competia na sociedade".[353]

> Em uma palavra, os filhos entravam no mundo revestidos de todos os títulos que os constituíam merecedores da estima pública, isto é, com a força e com os meios de adequadamente desempenharem os próprios deveres, de serem pais de família exemplares e virtuosos cidadãos.[354]

O Tagarela (Lisboa, julho a agosto de 1828), filho "de pais incógnitos", nascido na Graciosa, Açores,[355] mostra-nos um absolutismo capcioso, diferente de muitos jornais deste período, ao justificar a violência pela necessidade de corrigir os comportamentos desviantes de alguns mais *exaltados*, como o pai que se vê obrigado a castigar o filho rebelde.

> Cego com a minha teima, como o preto com a sua birra, lembrei-me de analisar as asneiras dos outros, para antecipadamente fazer a paz. Tu, amigo leitor, tens alguma culpa; porque se não acolhesses tantas sandices, não ousaria eu ser tão sandio.[356]

Sem contraditório interno, vivia-se já o *Terror* miguelista. Neste e outros jornais afetos ao regime absolutista, embora procurando justificar as políticas em vigor, não deixavam de mostrar algum incómodo motivado, certamente, por críticas que lhes chegavam de diferentes quadrantes. Como exemplo desta má consciência, ou total despudor, *O Defensor dos Jesuítas* (Lisboa, agosto de 1829 a 1833), declarava: "Não preciso para meu governo de que os

[351] *A Estrela Lusitana*, N.º 11, de 28 de janeiro de 1828, p. 41.
[352] O Antigo Paço da Moeda Nova, reestruturado pelo Marquês de Pombal, foi destinado aos serviços de Justiça e a cadeia da Corte. Com instalações consideradas, por todos, como degradantes, ali estiveram diferentes gerações de presos políticos até abril de 1974. Está a ser adaptado a museu, com abertura marcada para 2015 - "um espaço de memória e de evocação da luta pela liberdade e da resistência à ditadura em Portugal".
[353] *Estrela Lusitana,* N.º 11, de 28 de janeiro de 1828, p. 41.
[354] Idem*, ibidem*.
[355] Este jornal foi efetivamente publicado em Lisboa, na "Tipografia de Sales".
[356] *O Tagarela*, n.º 1, de 29 de Julho de 1828, p. 1.

Pedreiros Livres de todas as classes digam, e assoalhem por toda a parte, que eu sou uma formiga, ou ainda menos, em política e em literatura; o caso é que ninguém o sabe melhor do que eu (…).[357] Também o padre Francisco Recreio (1798-1857), procurando aproximar-se do estilo truculento de Agostinho de Macedo, e do também padre Alvito Buela Pereira de Miranda, redator da *Defesa de Portugal* (Lisboa, julho de 1831 a março de 1833), fazia sair da Impressão Régia, *O Cacete, periódico antirrevolucionário* (Lisboa, novembro de 1831 a 1832), onde enfatizava o terror que as ideias liberais e os pedreiros livres inspiravam a estes portugueses mais conservadores, exigindo duras punições, de forma a não conspurcarem mais o solo pátrio. Para eles a revolução era o "monstro mais abominável do Universo."[358] Francisco Recreio (1798-?), um presbítero secular culto, com estudos feitos na Congregação do Oratório, ao cair neste e noutros exageros,[359] deixando-se levar por ódios e ressentimentos pessoais, acabava por prejudicar a sua causa, não sendo credível mesmo para a fação que, tão ferozmente, procurava defender.

> Os revolucionários são os mais perversos de todos os mentecaptos. Merecem toda a execração. (…) Nada porém tão engraçado como quando o saloio, ou chanfaneiro da hortaliça, ao passar resvés de algum empiemático, levanta do zaguncho ou arreata, e desfechando nas ancas ou focinheira oblongada de mal comida, e menos albardada besta, solta conjuntamente o trovão: Arre Malhado! Uma tal e casual conjunção produziram decerto um paroxismo de morte, na alma de quem o não quisera ouvir! [360]

Os exilados em França e Inglaterra organizaram-se e, a partir de 1831, contando com o apoio explícito de D. Pedro, e depois de uma sangrenta guerra civil, conquistaram o poder, repondo a Carta. A *Crónica Constitucional de Lisboa* (Lisboa, julho de 1833 a junho de 1834), folha oficial do "governo do partido constitucional progressista" liderado por D. Maria II, no dia seguinte à entrada do Duque da Terceira na capital,[361] tecia loas a D. Pedro, antevendo um Portugal novo, depois de cinco anos de terror e mentira.[362] O mesmo jornal, quase um ano depois, noticiava um pedido da Sociedade da Instrução Primária a D. Pedro,

---

[357] *O Defensor dos Jesuítas*, N.º 9, 1830, p. 4.

[358] *O Cacete*, N.º 1, de novembro de 1831, p. 1. A *Gazeta de Lisboa*, N.º 140, de 16 de junho de 1830, a fls. 567, refere a execução de uma sentença do Conselho de Guerra, na pessoa do soldado Francisco José da Silva, por enforcamento "decepando-se-lhe a cabeça e mãos, que ficarão pregadas na forca do Cais do Tojo" – local onde os barcos vindos da margem sul descarregavam o mato roçado nas charnecas do Montijo, e que era utilizado nos fornos e fogões das casas de Lisboa.

[359] Como antídoto para a revolução sentenciava: Revolução! Não há lugar, ou canto do Universo, aonde se tenha escutado esta palavra que não tenha sido o teatro da desordem e assolação. Nos céus, aonde parece que não deveria entrar este génio exterminador, apenas este monstro bafejou com seu pestífero hálito, de repente se viu convertido um anjo de luz num espírito de sombra e de trevas, e do mais elevado do Empíreo[359] dá com ele no mais profundo do abismo. Com a Revolução veio o Lucifer com toda a malícia, toda a indisposição e malquerença, que hoje tão prodigamente professa. (…) Sim, foi este pomo podre da discórdia que essa cáfila de onze, ou doze bandoleiros do Porto lançaram entre nós, quem gerou, e tem nutrido essa palhaçada de energúmenos de cara sem vergonha, nem emenda, que há muito estão em dívida com a viúva do Cais do Tojo.

[360] *O Cacete*, dezembro de 1831, p. 1.

[361] Refira-se que em 24 de julho de 1833, o Duque do Cadaval entregou sem luta a cidade de Lisboa ao Duque da Terceira, evitando mais derramamento de sangue, obrigando D. Miguel a partir daí a estabelecer o seu quartel-general em Santarém, antes da derrota final que o obrigaria à capitulação (ou concessão) de Évora Monte.

[362] O tempo haveria de confirmar o delírio deste tipo de informação.

para que esta importante associação fosse instalada sob a proteção de sua filha, a rainha D. Maria II. Defendendo que sem a universal propagação da instrução primária era impossível dar ao povo os conhecimentos morais e religiosos, o amor ao trabalho e à liberdade, João José le Cocq e outros signatários, afirmavam que a sua meritória associação já gozava de regulamentos aprovados a nível régio. Na continuação da notícia anterior, a resposta real a este pedido da Sociedade da Instrução Primária, *concedendo* a honra de a tomar *sob sua proteção*, o que diz bem da cumplicidade da *Crónica Constitucional*, e de João José le Cocq, com o novo poder instituído. D. Pedro reconhecia a necessidade do "derramamento das Luzes", pois o trono que não assentasse "as suas raízes sobre o coração dos súbditos ameaçava a cada instante pronta ruína".[363]

D. Pedro IV tuberculizou durante a sua campanha libertadora, acabando por morrer em 24 de setembro de 1834,[364] pouco tempo depois da Convenção de Évora-Monte. Feliciano de Castilho (1800-1875), ao avaliar a importância do *Libertador* na vida nacional, comentava que ele tinha dado "um grande exemplo aos tiranos futuros"[365] mas receava que, depois de vencido o absolutismo, se iniciasse uma outra guerra, agora entre os partidos liberais.

Procurando responder ao descontentamento crescente, e fazendo parte de um Gabinete cartista, presidido pelo marechal Saldanha, Rodrigo da Fonseca, que assumira entretanto o Ministério do Reino, delineou uma proposta de reforma educativa (11 de agosto de 1835) onde a prioridade ia para o ensino das primeiras letras. Em anexo foi publicado um "Diretório das Escolas Primárias", contendo os princípios orientadores deste ensino, com indicações específicas para a prática pedagógica. D. António da Costa (1824-1892), referindo-se anos mais tarde a este decreto,[366] disse que "a reforma de 35 foi um meteoro que deixou um grande rasto luminoso".[367] Efetivamente, Rodrigo da Fonseca tinha a noção que um país com uma taxa de analfabetismo como o nosso não poderia progredir na indústria, como no comércio ou em qualquer outra atividade dependente de competências técnicas. A oposição da Universidade de Coimbra adiou a sua publicação.

Num artigo denominado "Educação Política", *A Biblioteca Familiar e Recreativa: Oferecida à Mocidade Portu*guesa (Lisboa, 1835 a 1846), refletia sobre o ensino e a cultura, tão necessários ao bem-estar dos povos, partindo da premissa que da "qualidade dos governantes" dependia a "qualidade dos governados".

---

[363] Idem*, Ibidem*.
[364] Em 2012, na Faculdade de Medicina da USP, sob sigilo, foram exumados os seus restos mortais. Descobriu-se, então, que apresentava quatro costelas fraturadas (lado esquerdo), o que provocou a incapacitação do pulmão – lesão que, possivelmente, esteve na origem da tuberculose que o vitimou.
[365] *A Águia do Ocidente*, N.º 91, de 28 de outubro de 1834, p. 551.
[366] *Instrução popular desde a fundação da monarquia até aos nossos dias*, 1871.
[367] COSTA, D. António da (1900), *História da Instrução Popular em Portugal*, 2.ª ed., p. 161.

> A educação é a cultura dos costumes do homem na infância da vida. A cultura dos costumes nacionais é reservada aos governos; ela abraça todas as idades; das qualidades dos governantes nascem as qualidades dos governados. A força ou a fraqueza, as prosperidades ou as desgraças de cada estado nascem das virtudes ou dos vícios, dos talentos ou capacidades dos soberanos. Vigiar sobre a instrução da mocidade, para formar bons súbditos ao Estado, é um dos principais deveres dos bons príncipes.[368]

Seguiu-se-lhe Mouzinho de Albuquerque[369] que, como primeira medida do seu governo, suspendeu esta reforma, que ainda não tinha entrado em vigor. Em Lisboa, o povo imporia em breve um novo rumo para o país - a Revolução de Setembro de 1826. Com a abolição da Carta Constitucional e a reposição provisória da Constituição de 1822, Passos Manuel, fundamentando-se nas medidas nunca aplicadas de Rodrigo da Fonseca e mesclando-as com novas propostas, procedeu a uma profunda reforma do ensino (15 de novembro de 1836). De registar nada referir sobre a sua obrigatoriedade e gratuidade, o mesmo acontecendo em relação ao salário dos professores. Na opinião de Rómulo de Carvalho verifica-se que "as reformas de Passos Manuel denotam a preocupação ansiosa de renovar, através da escola, a sociedade portuguesa (…), embora um tanto apressadamente e sem estruturas básicas capazes de ampararem e de acompanharem a transformação".[370] A exceção foi o ensino secundário.[371]

1.4. A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO NO DISCURSO SETEMBRISTA

Estava-se em 1836. Os legitimistas-miguelistas, vencidos em 26 de maio de 1834, procuravam organizar-se, sem contudo constituírem uma séria ameaça aos vencedores, legitimados pela Convenção de Évora-Monte. Estes, agora divididos,[372] pelejavam ideologicamente entre si, constituindo-se em *partidos* distintos. O redator do semanário *O Movimento*, José Vitorino Barreto Feio (1782-1850),[373] já referido anteriormente, traz-nos para a atualidade modos de pensar e agir que se reproduzem, embora com outros pressupostos temporais - os jogos de poder que os jornais, agora também as televisões, nos oferecem

[368] *Biblioteca Familiar*, N.º 2, 1836, p. 40.
[369] Já o encontramos em Paris, como redator dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, já nos referimos à sua morte, na Patuleia, faltando dizer que ao suspender a reforma de Rodrigo da Fonseca se colocou ao lado dos poderes tradicionais, como os da Universidade de Coimbra.
[370] CARVALHO, Rómulo (1996), Obra cit., p.566.
[371] Atendendo a que a Instrução Secundária é de todas as partes da Instrução Pública aquela que mais carece de reforma, por quanto o sistema atual consta na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências (…). Atendendo a que não pode haver ilustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades; hei por bem aprovar e decretar (…). Preâmbulo do decreto da Instrução Secundária, 17 de novembro de 1836.
[372] A profecia do velho soldado, companheiro de momento de António Feliciano de Castilho, cumpria-se. A escalada de violência entre *vintistas* (defensores da Constituição de 1822) e *cartistas* (defensores da Carta de 1826) era uma indesmentível realidade.
[373] "Capitão do Exército quando foi nomeado deputado, pelo Alentejo, às Cortes Constituintes de 1821", onde se distinguiu pelas suas ideias "eminentemente liberais e propensas à democracia". Viveu no estrangeiro "entre 1823-1826 e 1828-1834". Tido como incorruptível, "esteve sempre na oposição, mesmo quando no governo estavam os seus amigos mais íntimos". Por isso ter morrido pobre, "num pequeno e desalinhado quarto, na Travessa da Vitória, à Praça das Flores (Lisboa) ". In SILVA, Inocêncio Francisco de (1858-1873), *Dicionário Bibliográfico Português*, Tomo V, p. 154.

diariamente. Por isso é de grande atualidade a análise política deste jornalista que nos conduz, premonitoriamente, de 1835 a 1926, e de 1974 a 2014. Procurando contraditar os *servis*, o jornal refutava que os reis recebessem o poder de Deus, não tendo "os povos o direito de inquirir por que modos são governados, nem devem ter outro algum movimento, além do necessário para servir e pagar tributos". E, continuando a desfiar nomes de partidos e tendências, procurava colocar a opinião pública perante a necessidade de uma intervenção popular - que iria acontecer meses depois, a 9 de setembro. Premonição ou informação privilegiada? Finalmente, o articulista, perante a confusão existente entre *liberal* e *servil*, e depois de considerar que alguns servis tinham vestido à pressa a capa de liberais, afirmava haver necessidade de distinguir "o trigo do joio" pelas suas práticas de vida - socorrendo-se do texto de um "publicista espanhol" (que não identifica).

> (…) Recapitulando estas indicações, e restringindo-as aos pontos principais, resulta que o servilismo, propriamente dito, consiste em defender contra os princípios geralmente recebidos a autoridade arbitrária, a confusão dos poderes políticos, as distinções que se não fundam no merecimento pessoal, os privilégios, as restrições de todas as classes, a amortização civil e eclesiástica, a absoluta independência do clero a respeito do poder civil relativamente ao número, distribuição e dotação dos ministros de culto e outros pontos de mera polícia, e disciplina externa, e daqui se colige que o liberalismo ilustrado e útil consiste em sustentar as doutrinas contrárias a esta, império da lei, independência e separação dos poderes, nenhuma desigualdade entre os cidadãos afora a que necessariamente estabelecem entre eles as suas diversas circunstâncias pessoais, liberdade da imprensa e indústria, segurança pessoal.[374]

Barreto Feio, num número anterior, já tinha tido a frontalidade de diagnosticar as causas do desastre da indústria e das artes no país, não culpabilizando apenas os governos despóticos, mas também a índole do povo português, propensa a "trabalhar o menos possível e a lucrar o mais possível". E apontava o Brasil como um destino que havia retirado muitos braços à economia portuguesa, enfraquecendo-a.

> Não temos indústria, nem artes. E bem que isto se deva, em grande parte, à imbecilidade e ignorância dos governos despóticos que nos têm regido, pede a verdade que se confesse que a índole dos portugueses não tem cooperado pouco para se verem na miséria em que gemem (…). Todo o sistema económico e mercantil dos portugueses reduz-se a dois princípios: trabalhar o menos possível e lucrar o mais possível. Os meios são todos bons para eles, contanto que correspondam a estas ideias, e o futuro nunca entrou nos cálculos da sua prudência.[375]

O Artilheiro (Porto, agosto de 1835 a julho de 1837), cartista independente, contra "ministeriais e não ministeriais", "corcundas e miguelistas", mas sempre disposto a

[374] *O Movimento*, N.º 6, de dezembro de 1835, pp. 44-45..
[375] Idem, N.º 11, janeiro de 1836, pp. 84.

desembainhar a sua espada de velho combatente no Cerco do Porto contra os setembristas (antes e depois de 9 de setembro de 1836), viveu o movimento popular que culminou com o desembarque dos deputados eleitos pelo Norte, e que a população da capital recebeu apoteoticamente com "morras à Carta e ao Governo" e "vivas à rainha e à Constituição de 1822".[376] Meses antes, escrevia sobre a educação nacional – uma educação bem ao gosto das classes preponderantes. Por isso defender que não se devia "atacar as ordens sociais", ficando a igualdade na "obrigação de serem bons e úteis uns aos outros" – caridadezinha burguesa que o Estado Novo haveria de recuperar. Numa linha editorial muito própria *O Artilheiro* defendia que a educação nacional devia combater, sem atacar, as diferentes ordens sociais, as vaidades, embora reconhecesse que os homens não são todos iguais "porque os empregos os fazem diferir muito uns dos outros".[377] Importa retermo-nos neste artigo, que poderia ter sido escrito por Alexandre Herculano ou outro liberal moderado. Liberdade e Democracia, no século XIX, não eram as *parceiras* que hoje conhecemos. Liberdade opunha-se a absolutismo, a monarquia absoluta; Democracia significava igualdade entre os indivíduos, o que contraditava a ideia que a liberdade conduzia a diferentes patamares sociais fruto do mérito, do profissionalismo, do empenho… Esteve aqui a génese do movimento socialista, numa ideia de impedir os mais *fortes* de oprimir os mais *fracos*. Para os liberais moderados, Deus permitia a existência do mais forte, para que este pudesse ajudar o mais fraco, embora sem o oprimir nem menosprezar.

O Mercúrio Lisbonense (Lisboa, novembro a dezembro de 1836) mostrava-se surpreendido com "o estado da imprensa periódica em Portugal". Depois de elencar os títulos em publicação, recapitulava: Folhas Políticas 17; Comerciais, 2; de Arte, 1; de Recreio, 7. Um total de 27. E rematava: "À vista deste quadro ninguém deixará de sentir que no Algarve, Elvas, e muito mais em Coimbra, não hajam folhas periódicas para ilustração dos povos. Isto bem demonstra o nosso atraso no ramo civilizacional".[378]

O jornal satírico, *O Barbeiro, periódico caturra e do centro* (Lisboa, 10 de janeiro de 1837 a 8 fevereiro de 1846), e perante a falta de resultados dos governos setembristas, começou a caricaturar o regime, tornando-se o seu redator, André Mamede, um eficaz construtor da ideia que o setembrismo mais não era que um absolutismo imposto por governos ditos liberais. [379] Era a constatação do fracasso económico do setembrismo, devido à conjugação de fatores como a instabilidade política, o não ter abolido as taxas gravosas sobre os pequenos agricultores, procurando uma maior equidade com os grandes proprietários, ou ainda uma

[376] A chegada dos deputados da oposição a Lisboa "levantou" parte da população da capital, bem como os batalhões da Guarda Nacional, que exigiram à rainha a demissão do Governo e a proclamação da Constituição de 1822.
[377] *O Artilheiro*, N.º 55, de 10 de março de 1836, p. 31.
[378] *O Mercúrio Lisbonense*, N.º 16, de 22 de dezembro de 1836.
[379] *O Barbeiro*, N.º 1, de 10 de janeiro de 1837, pp. 1-2.

muito sentida falta de vias de comunicação. Numa posição diferente, o periódico *O Verdadeiro Patriota* (Lisboa, 1 a 6 de maio de 1837) acreditava que, quebradas as grilhetas com que o despotismo tinha paralisado a vida dos cidadãos, era chegado o momento da reconstrução nacional. Para este jornal setembrista o governo cartista apenas tinha defendido a alta burguesia.

> Depois de uma época de desgraças, de injustiças e de crimes, vem raiar sobre a Nação (…) o dia verdadeiramente grande em que o Povo, quebrando para sempre essas cadeias, que lhe havia forjado o despotismo, e que não tinham caído de todo de seus pulsos, desde esse momento fatal em que o crime ditou a lei, fazendo cair a razão e os direitos de uma nação livre e independente, se levantou do vergonhoso abatimento em que a havia lançado a cabala e a intriga.[380]

O Panorama (Lisboa, maio de 1837 a 1868), logo na sua apresentação no *Diário do Governo* (21 de fevereiro de 1837) propunha-se ensinar o Povo, para que ele fosse "menos acelerado ou menos violento em suas opiniões – e oferecer-lhe a instrução por modo que ela possa chegar ao seu entendimento". Num artigo sobre economia política e educação, recuperando um texto de J. B. Say, defendia que as escolas e quintas pedagógicas podiam evitar as prisões e os hospitais, dinamizar a economia, e dar ferramentas que permitissem combater interesses espúrios.

> A economia, em vez de fundar a prosperidade pública no exercício da força bruta, estabelece-a no bem entendido interesse dos homens, que ilustrados por esta ciência desistem de procurar a ventura onde não existe, mas vão buscá-la aonde têm a certeza de a encontrar.
>
> A instrução é o que só nos falta, e principalmente a instrução sobre a arte de viver na sociedade.
>
> Todos os dias somos vítimas das preocupações dos tempos passados… Quanto mais estudamos, mais nos convencemos de que os nossos conhecimentos não contam senão um dia de antiguidade, e de que talvez seja maior o número daqueles que amanhã terão começo.
>
> Vale mais formar boas escolas, e quintas para experiências de agricultura, do que edificar sumptuosas prisões; atalhar o infortúnio e a miséria, do que construir e manter luzidios hospitais.[381]

Num artigo de 1838, Alexandre Herculano dizia muito claramente que nunca tinha havido em Portugal "uma só providência governativa a bem da verdadeira instrução".[382]

> A verdade desta proposição se encontra em todas as reformas da instrução pública, feita no nosso país, desde o tempo do Marquês de Pombal. Não remontamos mais longe, porque escusado fora esperá-lo antes da época desse homem, tão grande quanto tirânico e imoral. Ainda hoje, se excetuarmos as escolas de ensino primário, instituídas não pelo governo, mas por uma sociedade, que se tem feito a bem da instrução popular? Nada, absolutamente nada. Dali provêm que a mudança de instituições políticas, e as reformas legislativas são vãs e

[380] *O Verdadeiro Patriota*, N.º 1, de 1 de Maio de 1837, pp. 3-4.
[381] *O Panorama*, N.º 9, de 1 de junho de 1837, p. 70.
[382] Idem, N.º 75, de 6 de outubro de 1838, p. 315.

> inúteis; e as empresas comerciais, fabris, e de todo o género de progresso industrial desbaratam-se e morrem: dali provém que o povo nada tem melhorado com o gozo da liberdade; porque esta, para produzir fruto, carece de bons costumes, e os bons costumes só nascem da instrução geralmente derramada.[383]

Herculano e muitos homens do pensamento seus contemporâneos, não tinham uma teoria política para contraditar os avanços e recuos de governos mal preparados. Também nunca o pretenderam fazer. Isto não significa que os escritos de Alexandre Herculano, bem como a sua intervenção política e cívica "fossem destituídos de princípios. Só que tais princípios nem sempre se hão de procurar do lado da Ciência Política ou da Filosofia. Não obstante, Herculano teve ideias razoavelmente firmes sobre o edifício constitucional que queria para Portugal, sobre alguns problemas económicos e sociais com que se debatia a sociedade liberal portuguesa saída das reformas de Mouzinho da Silveira – a única revolução social autêntica que Portugal conheceu (…)"[384]

O padre João Cândido de Carvalho (1803-1857),[385] no trissemanário *O Democrata, Jornal do Povo* (Lisboa, 12 de junho de 1839 a 11 de agosto de 1840), falava também da frustração de um povo que pretendia a paz mas só pressentia desordem no seu futuro. Enquanto Alexandre Herculano apelava para reformas educativas por ser a falta de instrução uma das principais causas do atraso industrial do país, o referido padre atribuía a essa mesma falta de instrução os fracassos da política. Visivelmente, desagradava-lhe o período conturbado que então se vivia e, por esse facto, a instabilidade do regime setembrista. Para o futuro só antevia desilusões e desordem. "Os povos estão cansados com tantas e tão frustradas eleições: este sistema nem sequer tem uma prova da sua perfectibilidade".[386]

Na sua edição de maio de 1840, no mesmo jornal insistia em dizer que o povo não tem assaz instrução para conhecer o que lhe convém e, dessa falta de instrução se aproveitam os seus inimigos".[387] Nota-se amargura no autor, pois sente que a razão está na sua voz que, todavia, não era escutada – na maioria dos casos por falta de conhecimentos úteis", observava ele. Confortava-o, porém, a ideia de ter avisado o povo dos perigos que se avizinhavam: "a nós não nos ficará o escrúpulo de não o termos avisado dos perigos que o ameaçavam".[388]

Cândido de Carvalho, o padre Rabecão, como era conhecido, antecipou um pensamento do escritor e diplomata granadino Angel Ganivet (1865-1898): Um povo culto é um povo livre; um povo selvagem é um povo escravo; e um povo superficialmente instruído é um povo

---

[383] Idem, *Ibidem*.
[384] MORUJÃO, Carlos (2006). *O Trono e a Tripeça: Republicanismo, Democracia e questão social em Alexandre Herculano*, pp. 668-669.
[385] Colaborou em diversos jornais políticos, que lhe valeram "querelas judiciais e até desforços particulares exercidos sobre a sua pessoa": *O Cortador*, *O Azorrague*, *O Democrata*, *O Rabecão.*
[386] *O Democrata*, N.º 23, de 7 de agosto de 1839, p. 89.
[387] Idem, N.º 188, de 29 de Maio de 1840, p. 751.
[388] Idem, *Ibidem*.

ingovernável. E, como vimos no artigo anterior, percecionou a apatia e o amolecimento do povo, condição necessária para fazer prevalecer um poder sobre os outros poderes.

A *Revolução de Setembro* (Lisboa, 22 de junho de 1840 a 20 janeiro de 1901),[389] um jornal muito centrado na atualidade política de Lisboa, funcionava como órgão oficioso dos setembristas radicais. A sua linha editorial pugnava por uma constituição popular, por uma realeza sem arbitrariedade, e por uma boa administração que favorecesse o desenvolvimento industrial, assegurando a liberdade e a justiça.[390]

> Tudo isto nos deu a revolução de Setembro: tudo conquistamos com armas e com leis: e é essa conquista que defendemos. O fim é justo, os meios são legais, e o país há-de ouvir-nos, e Deus ajudar-nos.[391]

A realidade, porém, ia agora noutro sentido. E os redatores da *Revolução de Setembro* acabaram por juntar a sua apreensão ao pessimismo destilado pelo padre Rabecão. A situação política esboroava-se. Pairava no ar de Lisboa, também no Porto, uma sensação que alguma coisa iria acontecer em breve. Costa Cabral e a Maçonaria contavam as espingardas e aguardavam, pacientemente, que o poder lhes chegasse às mãos…

> O governo vive, mas não governa. Os ministros ocupam as cadeiras do poder, mas não podem nada. A ordem pública é obra do instinto do país, e da discrição dos partidos.[392]

Perante a progressiva paralisação do país, e a radicalização das lutas políticas, alimentadas pelos artigos incendiários da imprensa partidária, Costa Cabral, um *exaltado* vindo do setembrismo, repõe a Carta Constitucional[393] mas, rapidamente, subverte a sua essência política, rodeando-se de uma oligarquia que tinha por missão regenerar o país, passando o governo a ser o centro do poder, poder que tinha uma missão nacional a cumprir: modernizar Portugal. E tal missão, como se sabe, não poderia ser cumprida sem uma modernização do ensino. Só que, também como sabemos, nenhuma intenção de reforma educativa iria além disso mesmo, isto é, jamais passaria a prática nas condições adversas da instabilidade política que então se vivia

---

[389] José Estêvão (1809-1862), grande jornalista e orador parlamentar, tornou-se entre 1836 e 1862 a figura dominante da oposição de esquerda na Câmara dos Deputados. Em 1841 fundou a *Revolução de Setembro*, para dar voz aos seus anseios políticos, tendo algumas vezes de sair do país para evitar a prisão. Participou na Patuleia, integrando os corpos revoltosos que operavam no Alentejo. Cedo cooptou para o seu jornal António Rodrigo Sampaio, o "Sampaio da Revolução", que haveria de catapultar este periódico para o prestígio que hoje todos lhe reconhecem.

[390] *A Revolução de Setembro*, N.º 1, de 22 de junho de 1840, p. 1.

[391] Idem, *Ibidem*.

[392] Idem, N.º 307, de 23 de novembro de 1841, p. 2.

[393] O cartismo foi para todos os seus defensores "bem mais do que uma fação política nacional; tratava-se, na verdade, como particulariza António José Saraiva, de todo um sistema de direito político, com base filosófica no espiritualismo, vertido numa postura efetiva que se posicionava entre o direito divino dos reis e a plena soberania dos povos, e que por isso era crítico tanto do puro tradicionalismo como do radicalismo mais intransigente e revolucionário. In, SARDICA, José Miguel (2012). A Carta Constitucional Portuguesa de 1826, História Constitucional, N.º 13, UCP.

No consolado de Costa Cabral, a Maçonaria estendeu o seu poder a todos os setores da vida pública, escudando o novo chefe do governo, permitindo-lhe aparecer junto da opinião pública como um estadista independente da própria coroa.[394] Os excessos rapidamente deram origem a tumultos sucessivos, que alastraram a todo o país. A oposição anti cabralista reunindo tendências políticas diversas e mesmo antagónicas, encontrou finalmente uma plataforma de entendimento. Aqui confluíram os setembristas, os legitimistas fiéis a D. Miguel e ainda significativas franjas cartistas, todos descontentes com o rumo imposto à vida política do país. Algumas leis necessárias, mas mal executadas e pior explicadas à Nação, e o agravamento dos impostos, colocou de novo o país a ferro e fogo.

Mau grado a insatisfação generalizada, o cabralismo ia reformando o país, não sendo o ensino uma exceção. Sem tempo para poder avaliar a reforma de Passos Manuel, legislou-se de novo sobre ensino em 20 de setembro de 1844. É certo que, bem vistas as coisas, não era pelas ideias sobre a reforma do ensino que os partidos liberais (e até, em alguns casos, antiliberais) se dividiam. Todos expressavam a consciência de que o país não conseguia vencer os atrasos e ganhar o reconhecimento internacional sem um sistema de ensino que promovesse a alfabetização da população. Os historiadores da educação dão-se conta disso. Assim, Henrique Carneiro, por exemplo, comentando a reforma de Costa Cabral, lamenta que "os princípios contidos nesta e nas duas últimas [reformas] não se tenham fundido numa só, visto haver aspetos positivos em todas elas".[395] A questão, porém, não se colocava ao nível dos princípios. Os obstáculos surgiam na prática, na ausência de continuidade política e na absoluta escassez de meios. D. António da Costa, referindo-se a esta reforma de 1844, considerou-a "medrosa", dizendo que "correu a escala dos sons, mas como uma criança principiante, incerta e temerosa", concluindo que o grande escolho da reforma de 44 foi a questão financeira.[396]

A situação política continuou confusa, com a irrupção de um movimento popular (Revolução da Maria da Fonte, 1846), de um golpe palaciano (a Emboscada, 1846) e de uma guerra civil (a Patuleia, 1846-1847), que só terminou com a intervenção de forças estrangeiras ao abrigo da Quádrupla Aliança. Todo este imbróglio histórico terminou com mais uma insurreição militar, em maio de 1851, desta feita chefiada pelo marechal Saldanha que, curiosamente, a planeou em casa do historiador Alexandre Herculano. Foi o fim dos governos de inspiração setembrista e o princípio da regeneração, um período de maior pacificação social e política, condição fundamental para levar a cabo uma reforma consequente do ensino e assim dar ao país um impulso maior para a modernidade.

---

[394] Também aqui *A Revolução de Setembro* tinha-se antecipado aos acontecimentos.
[395] CARNEIRO, a. Henriques (2003), *Evolução e controlo do ensino em Portugal*, p. 380.
[396] COSTA, D. António da (1900) Obra cit., p.170-171.

1.5. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO I

A imprensa do período histórico em estudo, embora de pensamento pouco sistemático em matéria de educação, deixa claro que só o liberalismo aposta na instrução popular, considerando-a uma condição essencial do seu próprio sucesso económico e político. Predomina, visivelmente, uma conceção utilitarista da educação. Se os absolutistas instrumentalizavam a ignorância do povo, os liberais, por seu lado, instrumentalizavam a alfabetização. Aqui deve assinalar-se uma diferença entre os articulistas que esperavam da instrução popular a formação de trabalhadores com competências escolares ajustadas à necessidade do desenvolvimento industrial ("Seria coisa de pasmo o cálculo das perdas que sofrem diariamente todos os géneros de indústria só porque os artífices e trabalhadores carecem de toda a instrução", observava Alexandre Herculano) e aqueles outros que viam na "difusão das luzes" nas classes inferiores a condição da adesão destas ao regime liberal.

Há, no entanto, que vencer a tendência para estabelecer uma descontinuidade radical entre o absolutismo e o liberalismo em matéria política educativa, acolhendo precipitadamente a velha metáfora das *trevas* e das *luzes*. Basta recordar a reforma pombalina no quadro do despotismo iluminado, reforma muitas vezes evocada positivamente nas próprias folhas liberais. Neste sentido, importa também referir que foi em 1815 (Portaria de 10 de setembro), em pleno absolutismo, que as escolas regimentais ganharam prestígio, destinadas em primeira instância a combater o analfabetismo no Exército, mas que alargaram a sua ação educativa à população civil residente nas localidade onde estavam sediadas as unidades militares. Por outro lado, como temos observado e continuaremos a observar, as sucessivas reformas liberais nunca foram na prática tão longe como prometiam.

Embora nas Cortes Constituintes de 1821-1822 manifestassem uma clara intenção de implantar um sistema de educação e instrução para todos os cidadãos (Cortes de 3 de fevereiro de 1821), a verdade é que o diploma final (23 de setembro de 1822) não contemplou a obrigatoriedade escolar nem o direito ao ensino. E se essa obrigatoriedade veio mais tarde a ser objeto de legislação ordinária, não é menos verdade que nenhum dos inconstantes governos constitucionais conseguiu tornar efetiva a realização virtual dos textos legais. Rousseau estava, definitivamente, distante… A revolução cultural por fazer. Os teóricos e os políticos buscavam fórmulas para repartir os poderes ao mesmo tempo que procuravam construir um ideal de humanidade: a maior felicidade possível para o maior número de homens possível. Estava assim aberta a porta aos pensadores sociais do século XIX na demanda de um novo Evangelho, de um novo rumo: o socialismo.

CAPÍTULO II

IMPRENSA, EDUCAÇÃO, MORAL E RELIGIÃO

> A experiência vintista, introdutora da revolução e do liberalismo em Portugal, deve ser entendida como o primeiro capítulo da longa evolução das relações entre o civil e o religioso que condicionou a história recente portuguesa, umas vezes através da negociação e da cumplicidade, outras, ao invés, revelando tensão e conflito. Não é portanto exagerado dizer-se que no momento em que Portugal despontou a *aurora da liberdade*, de imediato se instalaram as subliminares interrogações presentes na mente de todos os estadistas desde 1820 até à atualidade: que fazer com a religião, e que fazer com a Igreja?[397]

Da revolução liberal de 1820,[398] restauração das antigas liberdades usurpadas pelo despotismo ministerial e pelas ocupações e protetorado de franceses e ingleses saíram, como vimos, duas correntes liberais de tendências opostas: uma, revolucionária e radical, que evoluiu do vintismo para o setembrismo e ressurgiu na guerra da Patuleia;[399]outra (que haveria de prevalecer) conservadora, tradicionalista, representada pelo cartismo. Estes dois *partidos* cujos programas eram, respetivamente, a Constituição de 1820 e a Carta Constitucional de 1826, enfrentaram-se, como também já vimos anteriormente, ao longo de trinta e dois longos anos no parlamento, nos campos de batalha, bem como na imprensa – onde cada um dispunha de periódicos que permitiam difundir as suas ideias para Portugal, e atacar as práticas políticas ou os comportamentos morais dos opositores. Esta disputa doutrinária esbateu-se com a Regeneração de 1851, quando o pragmatismo económico prevaleceu sobre a política.

Pelo caminho tinham ficado os nostálgicos do Trono e do Altar, cujas bandeiras haviam sido a rainha Carlota Joaquina, D. Miguel de Bourbon e os altos resignatários da Igreja, como o cardeal-patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha e Meneses (1759-1825),[400] D. Fr. Fortunato

---

[397] SARDICA, José Miguel (2002), O vintismo perante a Igreja e o Catolicismo, in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, N.º 27, p. 127.

[398] A revolução portuguesa de 1820, embora integrada na "era das revoluções", como lhe chamou Eric Hobsbawn, situada temporalmente entre a Revolução Francesa de 1789 e a Primavera dos Povos de 1848, apresenta caraterísticas próprias. E, se muitos se sentiram ameaçados, como aconteceu com largos setores da Igreja, não foi pelo medo da reedição do radicalismo de 1789-1799.

[399] Guerra entre *cartistas*, apoiados pela rainha D. Maria II, e *setembristas* coligados com *miguelistas*, na sequência da revolução da Maria da Fonte. Teve origem num golpe palaciano (a Emboscada), que colocou no poder um governo dirigido pelo duque de Saldanha, defensor da Carta. Esta guerra civil durou cerca de oito meses, e terminou com a vitória *cartista* (30 de junho de 1847), depois da intervenção das forças militares da Quádrupla Aliança, com assinatura da Convenção de Gramido.

[400] Membro da Regência, nomeado por D. João VI durante a sua permanência no Brasil, clérigo conservador, recusou jurar a Constituição de 1822, secundando a rainha D. Carlota Joaquina; apoiou D. Miguel nas intentonas de 1823 e 1824.

de S. Boaventura,[401] D. Fr. Joaquim da Nossa Senhora da Nazaré ou D. Alexandre Lobo. Atrás de si, um rasto de irracional ferocidade, principalmente entre 1828 e 1834. Eminentes figuras legitimistas, anos mais tarde, reconheceram que "desgraçadamente se cavou um abismo entre duas parcialidades [miguelistas e setembristas] que parecem feitas para se amarem" reconhecendo, ainda, que o "absolutismo pereceu para não mais ressuscitar", sendo a liberdade "um princípio e um facto, e o que querem os homens virtuosos de todas as crenças é gozar a liberdade, fechando a porta das revoluções".[402] O próprio D. Miguel, em 1847, numa conversa em Londres com Mendes Leite (1809-1887),[403] e falando da situação de Portugal, confessou "haver perdido a esperança de reaver o trono porque, para que tal se pudesse dar, seria preciso que a política geral, na Europa, seguisse um rumo diverso daquele que nesse momento levava; mas que, entretanto, uma coisa lhe podia afirmar: e era que, se por acaso tornasse a ser rei, havia de ser um soberano muito mais liberal do que sua sobrinha, a Senhora D. Maria II".[404]

2.1. A IGREJA E A REVOLUÇÃO VINTISTA

> Como escrevia o cardeal Consalvi em 1815,[405] Noé ao sair da arca depois do dilúvio, não encontrou o mundo mais transformado do que um homem do século XVIII lançado para o novo século que se inaugurava em 1800. Acabara uma fase da história, uma civilização, que durante séculos tinha servido de suporte ao edifício religioso da Igreja. Surgia agora uma sociedade nova das ruínas deixadas pelo passado. Uma primeira pergunta que se pode legitimamente pôr é esta: qual o lugar que a Igreja de Cristo passaria a ocupar nesse novo espaço?[406]

E no caso português? Que ecos nos transmitem os periódicos das reações positivas e negativas de quem, saindo da "arca do dilúvio" encontrou um país diferente, de pendor utilitarista, mais vocacionado para o lucro do que para a ascese cristã - uma sociedade burguesa, com uma visão materialista e crítica do mundo, onde os príncipes da Igreja, habituados a um sistema aristocrático, não se podiam sentir de forma alguma confortáveis. O correspondente em Abrantes de o *Diário do Governo* (Lisboa, setembro de 1820 a junho de 1823), em abril de 1822, informava os leitores da adesão da igreja local à nova ordem – o que

[401] D. Frei Fortunato de S. Boaventura, em Roma, depois de ter abandonado Portugal, escreveu uma pastoral (junho de 1835), contra o cisma português, no que foi acompanhado por outros bispos que publicaram pastorais de apoio a D. Miguel.
[402] MAGALHÃES, Luís de (1927), Tradicionalismo e Constitucionalismo. Obra reeditada por LÓIA, Luís (2008), *Liberalismo Constitucional, 1826-1926. O pensamento político de Luís de Magalhães*, p. 289. Refira-se, ainda, que Luís de Magalhães foi filho de José Estevão Coelho de Guimarães, notável jornalista, político e orador parlamentar português, sendo durante o período de 1836 a 1862 a figura dominante da oposição de esquerda na Câmara dos Deputados.
[403] Notável jornalista, político e jurista ligado ao *setembrismo*. Foi um dos fundadores do periódico *A Revolução de Setembro*.
[404] MAGALHÃES, Luís de (1927), Obra cit., p. 291.
[405] Ercole Consalvi (1757-1824). Cardeal, representante papal no Congresso de Viena, com "Cartas" publicadas no *Investigador Português de Inglaterra* e na *Gazeta de Lisboa*.
[406] RODRIGUES, Manuel Augusto (1980), Problemática religiosa em Portugal no século XIX, no contexto europeu, *Revista Análise Social*, vol. XVI, pp. 407.

significa que alguns setores da Igreja aderiram à revolução vintista. Uns, de forma livre e espontânea; outros ainda, porém ardilosamente, aguardavam o momento de se revelarem; outros, porém, de forma coerente e sustentada em princípios muito próprios, nunca a aceitaram.

Os jornais[407] refletiam estas tendências, bem como a visão dos vencedores e vencidos perante os consensos e reformas que era necessário fazer. O liberal *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821) mostrava-se preocupado com a educação, também com a educação cristã das novas gerações, e lembrava que cumpria às mães o dever de levar ao interior da família o calor do amor e dos bons costumes.

> Não se pode dizer que há pais, mães, filhos, irmãos e irmãs, quando estes se tratam simplesmente como conhecidos e sem verdadeira amizade. Cada qual cuida unicamente de si e, desta sorte, vai medrando o detestável egoísmo. E como a casa em tais circunstâncias parece um deserto, fogem todos, e cada um vai procurar fora os meios de se distrair e de passar o tempo.[408]

Na continuação do artigo, o jornal considerava que, à partida, todos nasciam com uma capacidade inata de aprendizagem. Assim como o "homem consta de Alma e Corpo", assim a educação deveria preocupar-se com estas duas vertentes, a exigirem "cuidados diferentes" desde o berço. Importante, é fazerem interiorizar a existência de um ente supremo, Deus, "autor e criador do Universo". [409] Continuando a dissertar sobre a importância de se saber "amar a infância", o autor introduzia a necessidade das crianças serem obedientes, virtude que devia ser "exercida pontualmente em tudo quanto lhe ordenamos ou proibimos", até porque "quando queremos conceder-lhe alguma coisa, nós lha concedemos à primeira palavra, e com prazer, sem que se faça preciso que ele nos rogue".[410]

> É deste modo que ele aprenderá a ser sofredor, resignado, igual mesmo sem conseguir o que deseja; pois é natural ao homem aprender a submeter-se com paciência à necessidade, e somente lhe é penoso ser forçado a sujeitar-se às más vontades e injustiça dos outros. Em nós lhe dizendo que não há, ou que não pode ser, ele se resignará, menos que não pressinta mentira: o que não sofreríamos que ele supusesse impunemente.[411]

O redator do *Despertador Nacional* considerava, ainda, que a educação doméstica não podia formar capazmente o homem para a família, nem dar-lhe noções exatas sobre a sociedade. Por isso defender que, a partir dos sete anos, o jovem devia ser instruído "com os princípios da religião de Jesus Cristo", principiando a partir daí a escutar as "explicações dos

[407] Quanto à distribuição geográfica nesse primeiro triénio liberal, é fortemente dominante a posição de Lisboa, com 80 novos jornais, ao passo que em Coimbra foram criados apenas 14 e, no Porto, 13. *In* TENGARRINHA, José (2013). Obra cit. p. 322.
[408] *Despertador Nacional*, N.º III, março de 1821, p. 119.
[409] Idem, N.º IV, abril de 1821, p. 191.
[410] Idem, N.º V, maio de 1821, p. 255.
[411] Idem, *Ibidem*.

Ministros do Evangelho" relativamente à Fé.[412] Este texto mostra muito claramente não haver antagonismo (pelo menos evidente para nós, como observadores) entre a imprensa liberal e a Igreja portuguesa. É certo que a ilustração herdou um conjunto de críticas, fruto do mundo ter perdido os absolutos religiosos, desviando o centro da gravidade do pensamento para a razão em detrimento da autoridade da igreja – da igreja católica. Todavia, o desenrolar do processo revolucionário entre 1820 e 1823 mostrou como a amplidão ideológica do vintismo escondia, na realidade e na prática, uma *coalizão* de descontentamentos generalizados e de cores políticas várias, potencialmente geradoras de indefinições e divisões. Acresce que, muitas vezes, para além da própria tensão interna entre *esquerda* e *direita* liberais, os vintistas se deram conta de que o país que queriam libertar – e para o qual legislavam – era ainda em muitos aspetos a nação do Antigo Regime, obrigando-os a uma permanente conciliação entre o velho e o novo. A *Borboleta Constitucional* (Porto, maio de 1821 a março de 1828) mostrava-se mais subtil ao abordar a questão religiosa.

> O liberalismo mandou ao raciocínio que obtivesse todos os direitos que naturalmente lhe competiam, sem consentimento de preocupações ou subtilezas; ao mesmo tempo que lhe mostrou a liberdade civil individual formada na obediência à Lei, como a liberdade geral espiritual na docilidade à Razão. As suas divisões são muito singelas e dignas de emparelhar com as que distinguem a pureza da religião por excelência. A verdade é o único bem que deve buscar-se; a sujeição à lei sancionada é um bem que sempre deve manter-se. Estas máximas formando as duas colunas do respaldo do edifício social lhe prometem, sempiterna duração, engrandecimento e propagação.[413]

Inaugurava-se, com textos como este, a idade da crítica: nem a religião pela sua santidade, nem a política pela sua majestade estavam acima da Razão, como sentenciava Kant[414] e o espírito do tempo. Mas nem por isso se desvanecia por inteiro o peso da religião. A razão, afinal, também sabia ser oportunista. Referindo-se ao "projeto de Constituição", o mesmo periódico associava o estabelecimento de escolas "em todas as cidades e vilas" ao ensino do ler, escrever e contar, valorizando, igualmente, as "obrigações religiosas e civis".[415] A crise entre o Estado e a Igreja não era nova, nem surgiu repentinamente em 1820. Os periodistas liberais não desconheciam as reformas do Marquês de Pombal, com a expulsão dos jesuítas, as relações difíceis com a Santa Sé, as nomeações de vigários capitulares pelo governo, à revelia dos bispos, a momentânea rutura com Roma (1760 a 1769), bem como as incompreensões em torno da concordata (julho de 1778). Mas a prudência política impunha que se respeitasse a religiosidade popular.

[412] Idem, N.º VI, junho de 1821, p. 319.
[413] *Borboleta Constitucional*, N.º1, de 12 de maio de 1821, p. 1.
[414] KANT, Immmmanuel (2010), *Crítica da Razão Pura*, 7.ª ed.
[415] *Borboleta Constitucional*, N.º 71, de 4 de agosto de 1821, pp. 1-2.

Para *O Independente* (Lisboa, novembro de 1821 a março de 1822), de Fernandes Tomás e José Joaquim Ferreira de Moura, importava combater a contrarrevolução com as suas próprias armas: a defesa da religião. E, num artigo não assinado sobre "Os párocos" o autor interrogava-se por que não aproveitar o seu "ministério pastoral", um dos mais poderosos meios de formar bons cida- dãos.[416] Mais adiante, considerava a religião cristã "invencível", pese embora os violentos ataques que estava a sofrer – e alertava para a necessidade destes "pastores" operarem em conformidade com as leis… Uma forma arguta e politicamente correta do Estado assumir o edifício da educação, permitindo à Igreja continuar a exercer o seu poder pastoral, se possível aliado à instrução dos povos – uma estratégia económica de combater o analfabetismo.



Fernandes Tomás a discursar nas Cortes Constituintes (1821-1822).

> Por mais que princípios degenerados tenham procurado radicar o ateísmo, o materialismo ou o indiferentismo, é e será sempre invencível o poder constituído pelo império da religião cristã; desta religião, que tem o cunho da divindade pela sabedoria da sua doutrina, pela suavidade de seus preceitos, pela doçura dos seus conselhos, e por sua conformidade com as leis sociais, estabelecendo a subordinação aos poderes constituídos, a obediência às leis, a caridade, o amor-dos-homens, e todos os preceitos que formam a felicidade, a paz e a consolação na vida, assim como a perfeição de que é suscetível o homem. (…)
>
> Os pastores, quando possuem as qualidades que os devem ornar, têm um préstimo que mal se tem querido avaliar: eles contraem com os povos graus de amizade acima dos vínculos de parentesco; a direção das consciências, e acesso diário de comunicação com os seus fregueses, ministram-lhes enchentes de luzes para conhecerem as inclinações, as paixões, os vícios, as virtudes, que os dominam; abrem-lhes as portas da influência ganhando os corações, sondando-os e instruindo-os a tirar o partido proveitoso que pode buscar-se em cada homem.[417]

Este texto, escrito ou revisto e aprovado pelo símbolo maior da revolução liberal portuguesa, diz bem do cuidado do grande político em não hostilizar o Portugal profundo, religioso por tradição, o que lhe valeu duras críticas da fação liberal mais *exaltada*. Fernandes Tomás não pretendia que a Igreja se sentisse ameaçada. Preferia-a colaborante…

Cerca de vinte anos depois (1841), *O Panorama* (Lisboa, maio de 1837 a 1868), num artigo sobre os "Deveres civis do pároco" aproxima-se desta ideia, aprofundando-a. O pároco é descrito como alguém que não tem família própria, é familiar de todas as famílias. Ele "é

[416] Esta ideia vai aparecer, recorrentemente, noutros periódicos.
[417] *O Independente*, N.º 66, de 22 de março de 1822, p. 1.

chamado como testemunha, como conselheiro ou como agente em todos os atos mais solenes da vida civil. Segue os paroquianos do nascimento até à morte. É o *pai* – o padre – de toda a comunidade. Ouve a confissão de toda a gente, e nada mais do que ser confidente de vícios e pecados para exercer, naturalmente, um poder incontestável sobre todos. Ninguém deixava de escutá-lo: "É um homem, enfim, que deve saber muito, que tem jus para dizer tudo e cuja palavra se entranha nos corações e inteligências".[418]

Se Fernandes Tomás pudesse ter lido Herculano e *O Panorama*, repetiria: Os pastores, quando possuem as qualidades que os devem ornar, têm um préstimo que mal se tem querido avaliar. Quem melhor do que eles para ajudar a ilustração da população, mormente a rural? Se soubermos aproveitar estes *pastores* das almas temos mais professores, professores mais bem preparados e… quem sabe? Talvez ainda mais comprometidos com as necessidades do povo e, por isso mesmo, mais equidistantes da política. O que era, ao tempo, importantíssimo para o liberalismo vintista, e para a consolidação da Constituição acabada de ser votada e jurada por D. João VI. Analisando a Constituição de 1822, que encontramos? Um documento inspirado num radicalismo utópico, bebido na Constituição espanhola de 1812,[419] mas profundamente respeitador dos "Senhores Reis" e da "Santa Religião".

> Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade: As Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, intimamente convencidas de que as desgraças públicas, que tanto a têm oprimido e ainda oprimem, tiveram a sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da Monarquia, e havendo outrossim considerado que somente pelo restabelecimento dessas leis, ampliadas e reformadas, pode conseguir-se a prosperidade da mesma Nação, e precaver-se que ela não torne a cair no abismo, de que a salvou a heroica virtude de seus filhos; decretam a seguinte Constituição Política, a fim de assegurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os Portugueses.[420]

Esta Constituição, saída da revolução de 1820, desde logo valorizava as "leis fundamentais da Monarquia", que o absolutismo tinha esquecido, ao deixar de convocar os Estados Gerais.[421] Sobre a questão religiosa, o Art.º 19.º era claro: "Todo o Português deve ser justo. Os seus primeiros deveres são venerar a religião; amar a Pátria; defendê-la (…)". No Art.º 8.º mantinha a censura prévia em matéria religiosa: "As Cortes nomearão um Tribunal Especial para proteger a liberdade de imprensa, e coibir os delitos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos Art.º 177.º e 189.º. Quanto, porém, ao abuso que se podia fazer desta liberdade em matéria religiosa, restringia aos bispos a censura dos escritos publicados sobre dogma

[418] *O Panorama*, N.º 223, de 7 de agosto de 1841, p. 254.
[419] Também em Cádis (18 de março de 1812), a aprovação da Constituição começou com uma procissão cívica, missa, e uma exortação aos deputados proferida pelo presidente da regência, o bispo de Ourense.
[420] Prólogo da Constituição Portuguesa de 1822.
[421] As últimas Cortes Gerais dos Três Estados, antes da implantação do regime liberal, foram convocadas por D. Pedro II, em 1698.

moral, garantindo o governo auxiliá-los, de forma que os culpados fossem punidos. Ainda pelo Art. 25.º, que estatuía a religião do Estado, a submissão à Igreja Católica confirmava-se numa disposição pouco tolerante, ao não reconhecer aos portugueses o direito de praticarem outro culto: "A Religião da Nação Portuguesa é a Católica Romana". Permitia-se, contudo, aos estrangeiros, o exercício particular das suas respetivas liturgias. No campo educativo, e na sessão de 29 de março de 1822, e na discussão do Art.º 215º, havia ficado consignado que "Em todos os lugares do Reino Unido e Ilhas, aonde convier, se estabelecerão escolas, em que se ensine à mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o Catecismo das obrigações religiosas e civis".[422] Confirmando esta *bênção* constitucional à Igreja, vemo-la reconhecida pelo arcebispo da Baía, os bispos de Beja, Castelo Branco e Pará, e ainda pelo oratoriano António Pereira.

O Conciliador Lusitano - amigo da paz e união (Lisboa, junho a dezembro de 1822), depois de falar da vida difícil dos professores, com "ordenados de miséria" sugeria, na linha do já referido *O Independente*, o aproveitamento dos párocos como elementos a recuperar para a instrução popular, pois conheciam como ninguém os paroquianos. O articulista vai mais longe, sugerindo mesmo uma subordinação do professor ao pároco. Aparentemente, isto poderia fazer sentido nos casos em que os mestres-escola pouco mais sabiam que os seus melhores alunos. Mas também é verdade que encontramos relatos de sacerdotes em iguais condições intelectuais…

> Um outro meio de coadjuvar com proveito a instrução popular é meter em jogo o Ministério Pastoral. O pároco deve ser encarregado de meter a última mão na instrução das suas ovelhas. Ele como mais conhecedor dos costumes dos seus fregueses está em outras proporções para bem governar, e instrui-las: e se o mesmo mestre for subordinado ao seu Pastor, maiores serão os frutos e os resultados. Exigindo-se dos mestres que, de tempos em tempos deem conta ao seu Pastor não só dos progressos, mas também sobre os costumes, os discípulos receberão uma educação melhor do que ao presente não recebem.[423]

Inexplicavelmente, os sectores mais retrógrados do Portugal "velho" (alto clero e alta nobreza) nunca aceitaram esta suave brisa de modernidade, que conciliava o velho com o antigo e, em 1823, a monarquia absoluta era reimplantada por D. João VI, ao assumir-se como árbitro de uma contenda que colocou frente a frente os vintistas e o partido da rainha, aqui liderado pelo jovem príncipe D. Miguel - golpe da Vila-Francada (28 de maio de 1823). Chegou, assim, ao fim o primeiro ensaio tendente a instituir um regime liberal em Portugal.[424]

---

[422] *Correio do Porto*, N.º 13, de 15 de janeiro de 1822, pp. 1-2.
[423] *O Conciliador Lusitano*, N.º 17, de 30 de setembro de 1822, p. 259.
[424] A contrarrevolução ao movimento político português de 1820 começa, por assim dizer, no próprio momento em que se dá o levantamento do Porto de 24 de Agosto, vai crescendo no decorrer do processo revolucionário e tem o seu momento vitorioso no golpe da Vila-Francada (…). *In* TORGAL, Luís Reis (1980), Obra cit., p. 279.

Paralelamente, a imprensa contrarrevolucionária[425] procurava esclarecer a população sobre os perigos de um liberalismo "satânico e maçónico", maldizendo as novas instituições através do boato e da ironia, fugindo a um discurso político objetivo. Uma caraterística comum a um segmento destes periódicos, é o facto de se confessarem de tendência liberalizante, expediente que dificulta uma classificação rigorosa desta imprensa. No campo oposto, principalmente a partir de 1822, o radicalismo endureceu as críticas da imprensa ultraliberal que, atacando o governo, se confundia em muitos aspetos com a imprensa contrarrevolucionária, onde *A Gazeta Universal* (Lisboa, 1821 a 1823) assumia frontalmente a sua oposição ao regime, tornando-se a "voz do movimento antimaçónico". Apresentava como redatores principais, Joaquim José Pedro Lopes e José Agostinho de Macedo. Também o periódico semanal *A Tripa Virada* (Lisboa, maio a junho de 1823), num artigo de Agostinho de Macedo, revelava bem a cruzada antiliberal e antimaçónica do seu redator, num período posterior à Vila-Francada, quando já se adivinhava a falência do vintismo e a abolição da Constituição de 1822.[426] Considerava que os governos deviam ter em conta os homens como são e não como filosoficamente se pretende que sejam. Os homens idealizados pela filosofia, os homens na conceção do liberalismo, são iguais entre si (todos nascem livres e iguais em direitos). Obviamente, o padre contesta, considerando que se trata de um erro "que acabará em desgraças". Recorre à metáfora do corpo composto por cabeça e membros. Assim devia ser a sociedade, distinguindo-se nela os governantes dos governados. "Este conhecimento prático tiveram todos os legisladores do Mundo, exceto os Pedreiros Livres e a sua infernal reforma, os Carbonários".[427]

Todavia, a contradizer opiniões como as de José Agostinho de Macedo, todos os periódicos consultados evidenciavam que os revolucionários de 1820 sempre se mostraram veneradores da religião católica. Conhecendo a biografia da maioria dos principais intervenientes deste processo, não posso deixar de levantar algumas questões: O que significava, de facto, para os líderes vintistas, a religião católica? Havia sinceridade nesta propalada adesão? Ou procuravam, de forma demagógica, aproximar-se da esmagadora maioria da população, profundamente religiosa? Que papel tinha para a Igreja?

Acredito que possa ter acontecido um pouco de tudo isto. A leitura dos jornais permite dizer que o vintismo nunca procurou a descristianização jacobina do país. Mas também é

[425] Um jornal clandestino, indicando Londres como lugar de edição, o que parece não corresponder à verdade, assume-se como paladino da contrarrevolução: *Navalha de Figaró ou a Palmatória do Padre mestre Inácio Administrada aos seus Discípulos* (Lisboa, 1821, 3 números), onde se apela abertamente aos militares para restabelecerem a velha ordem: Todos falam sem saber / O que é Constituição / É, eu já vos vou dizer / Um logro para a Nação. (…) Por entre a tropa valente, / Não há quem mostre valor; / Desligando a pobre gente / Das cadeiras do rigor. In *A Navalha de Figaró*, N.º 2, pp. 89-90.

[426] A 2 de junho de 1823 reuniram-se, pela última vez as Cortes vintistas, aprovando uma Declaração contra "qualquer alteração ou modificação que se faça na Constituição". D. João VI, dias depois, assinava a Carta que defendia a necessidade de reformar a Constituição.

[427] *A Tripa Virada*, N.º 3, julho de 1823, pp. 25-26.

notório que se verificou um aproveitamento da palavra de Deus para impor uma ideia de cidadania, de justiça e coesão social e nacional. *O Amigo do Povo* (Coimbra, maio de 1823), periódico redigido por Passos Manuel e José da Silva Passos, no número de 10 de maio, afirmava "que a Constituição não é senão a religião posta em prática".[428] José Miguel Sardica traça-nos um retrato fiel dos políticos que ajudaram a construir o edifício constitucional português. "Mesmo que vanguardistas, os homens de 1820 eram filhos da transição do século XVIII para o século XIX, e não do século XIX para o século XX. Significa isto que, apesar de defenderem uma orientação secularizadora da política e da vida, jamais conceberam, e menos ainda tiveram como objetivo, uma estratégia de laicização, ou seja, de abolição pura e simples do fenómeno religioso da vida portuguesa".[429]

2.2. A CARTA: UMA CONSTITUIÇÃO TRADICIONALISTA

Jurada a Carta e declarada regente a Infanta D. Isabel Maria (1819-1853),[430] filha de D. Pedro, tudo parecia indicar a consolidação do sistema representativo em Portugal, extirpadas as disposições mais liberalizantes. Quanto à religião, lê-se no Art. 6.º da Carta: "A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Reino. Todas as outras religiões serão permitidas aos estrangeiros em seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo". No Art. 75.º "O Rei é o chefe do poder executivo que o exercita pelos seus ministros de Estado. São suas principais atribuições. (…) § 2.º Nomear Bispos e prover os benefícios eclesiásticos. (…) § 14.º Conceder ou negar o beneplácito aos decretos dos Concílios e Letras Apostólicas e outras Constituições eclesiásticas que se não opuserem à Constituição, e precedendo aprovação das Cortes, se contiverem disposição geral".

O Amigo da Carta (Lisboa, agosto a novembro de 1826), ao falar de educação e religião, continuava a mostrar-se fiel depositante da tradição cristã do povo português, ao considerar que o "plano de uma boa educação passava por duas vertentes indissociáveis: os deveres políticos e os deveres religiosos", embora admitisse, e aqui introduzia um elemento novo, que alguma Igreja (desse período) talvez tivesse dificuldade em aceitar que "o culto interior depende da convicção íntima e da sublimidade da religião anunciada ao Mundo pelo seu divino fundador Jesus Cristo, religião que em todas as épocas foi olhada como a verdadeira e a quem tributo a mais cega e ilimitada adoração".[431] Por seu lado, o *Pavilhão Lusitano*

[428] Este título mostra uma inspiração jacobina, ao copiar o título francês *L´Ami du Peuple*, de Marat.
[429] SARDICA, José Manuel (2002), Obra cit., p. 133.
[430] Rainha de Portugal entre 1834 e 1853, filha de D. Pedro e da arquiduquesa D. Leopoldina de Áustria.
[431] *O Amigo da Carta*, N.º 25, de 19 de Outubro de 1826, pp. 1-3.

(Lisboa, outubro de 1826)[432] colocava a ênfase na "boa moral" como base das "virtudes sociais", combatendo o fanatismo, a superstição e o egoísmo, no que pode ser entendido como um ataque a alguns membros da Igreja que conspiravam abertamente, favorecendo as guerrilhas que *varriam* o norte do país, com grande apoio dos párocos locais, alguns setores militares, magistrados, grandes lavradores do Douro e muito povo "crédulo, supersticioso, bárbaro e fanático" habilmente instrumentalizado a favor da causa absolutista.[433]


Caricatura representando D. Pedro e D. Miguel a disputar a coroa portuguesa, por Honoré Daumier (1833).

Os opositores de D. Pedro clamaram de imediato contra estes artigos, considerando-os ofensivos à Igreja, pois nem o rei, nem a Constituição, podiam estabelecer "uma religião do reino". O Rei e a Constituição não tinham que fixar religiões, nem intervir sequer nesse assunto - que devia ser "superior a eles". A imprensa cartista contra-argumentava que nãoera a *letra* da Carta que incomodava os absolutistas e seus correligionários, mas toda uma ideia de "monarquia constitucional" e a consequente perda de antigos privilégios. E, como muitos tinham previsto, D. Miguel assumiu-se como rei absoluto, perante o ulular agressivo de muito povo de Lisboa, perseguindo personalidades como Palmela, Saldanha, Vila Flor, Fronteira e o próprio Vila Real, por entre o vozear de versos brejeiros: *Venha cá senhor malhado / Sente-se nesta cadeira / Grite: Viva D. Miguel! / Senão parto-lhe a caveira.*[434]

O Defensor dos Jesuítas (Lisboa, agosto de 1829 a 1833), continuação de *O Mastigoforo* (Lisboa, fevereiro de 1824 a julho de 1829),[435] dirigido por Frei Fortunato de S. Boaventura, monge de Alcobaça, recuperava a participação dos Jesuítas na "educação da mocidade", justificando-a com a competência dos seus mestres e o seu desinteressado empenho em formar as novas gerações, na "pureza dos costumes" e na "igualdade cristã, bem diferente da filosófica ou revolucionária".[436]

[432] Suspendeu a publicação ao décimo terceiro número por divergências do redator com a Comissão de Censura.
[433] *Pavilhão Lusitano*, N.º 2, de 4 de outubro de 1826, p. 1.
[434] Segundo Oliveira Martins, o panorama de repressão miguelista em 1828 era o seguinte: Nas prisões do reino (26 270); Deportados para África (1600); Execuções (37); Julgamentos por contumácia (5000); Emigrados (13 700).
[435] *O Mastigoforo* esteve suspenso entre abril de 1824 e janeiro de 1829, devido ao exílio de D. Miguel e consequente falta de respaldo político.
[436] *O Defensor dos Jesuítas*, N.º 9, de 1830, pp. 4-19.

Semanas antes do marechal duque de Saldanha entrar em Lisboa, sem oposição dos exércitos fiéis a D. Miguel, o *Procurador dos Povos* (Lisboa, março a julho de 1833), um periódico absolutista dirigido pelo padre Alvito Ruela Pereira de Miranda, no prospeto publicitário a anunciar o jornal defendia a necessidade de se abandonar a filosofia moderna, responsável por ter *corrompido e efeminado* muitos *valorosos e virtuosos* portugueses, vítimas de *doutrinas e ideias viciadas* pela Maçonaria, que tudo aproveitava para *amolecer* os povos.[437]

Ao vermos como a Carta Constitucional de 1826 sobreviveu, embora com intermitências, e olhada com desconfiança pelos setores mais radicais da *intelligentsia* portuguesa, a verdade é que se assumiu sempre como charneira entre o Antigo Regime e a revolução republicana, defendida por todos os que, querendo viver à sombra de monarcas constitucionais, rejeitavam o despotismo, embora procurassem garantir os privilégios alcançados.

2.3. ENTRE O LIBERALISMO DOUTRINÁRIO[438] E A REVOLUÇÃO POPULAR

Ainda nos Açores, o Governo de D. Pedro organizou uma série de reformas (muitas nunca foram implementadas), da autoria de Mouzinho da Silveira. Seja qual for o ponto de vista é inquestionável que as leis de 16 de maio, de 30 de julho e de 13 de agosto de 1832 são um "grande monumento", para muitos periodistas o ponto de viragem para um Portugal moderno. Já em Lisboa, a abolição das ordens religiosas foi aplicada de imediato,[439] justificando a medida por razões políticas, sociais e financeiras. Para D. Pedro e seus governantes, a Igreja tinha-se aliado a D. Miguel, traindo a Carta, que todos tinham jurado respeitar. [440] Eles sabiam que muitos prelados tinham abandonado as suas dioceses para se juntarem ao exército miguelista.[441] Com a derrota deste seguiram-no para o exílio.[442] O clero regular sustentou a mesma causa, tendo o clero secular mostrado alguma expectativa em relação ao constitucionalismo liberal. Estas duas visões da Igreja portuguesa originaram uma situação de hostilidade, acentuada quando D. Pedro iniciou um processo de nomeação de vigários

[437] *Procurador dos Povos*, Prospeto, março de 1833.
[438] Caraterizámo-lo como uma atitude de abertura e tolerância, onde o interesse geral requer o respeito pela liberdade cívica, económica e da consciência dos cidadãos.
[439] A Convenção de Évora-Monte (27 de maio de 1834); Decreto a suprimir as congregações religiosas (28 de maio); Decreto sobre a venda de bens nacionais (18 de junho); Eleições (13 de julho).
[440]Joaquim António de Aguiar (1792-1884),[440] por decreto de 28 de maio de 1834 aboliu todas as ordens religiosas masculinas. Todavia, as religiosas puderam continuar a viver nos seus conventos enquanto vivessem. Esta revolução anticlerical, envolvendo grandes propriedades, originou autênticas pilhagens, impossibilitando uma equitativa redistribuição "pelas classes inferiores", como havia sido sugerido. Assim, todas as terras dos extintos conventos passaram para as mãos de personalidades influentes, que as «arrematataram», ou que as tomaram como paga de empréstimos feitos a D. Pedro durante a guerra (1828-1834) - tema de muitos textos na imprensa mais contestatária.
[441] Uma das raras exceções, nas altas esferas eclesiásticas, foi o Bispo de Elvas.
[442] Frei Fortunato de São Boaventura, Arcebispo de Évora e personalidade política contrarrevolucionária, foi viver para Roma; o Bispo de Viseu, D. Francisco Alexandre Lobo, exilou-se em Paris – ambos continuaram a colaborar, diplomaticamente, com o absolutismo, denegrindo a imagem do novo regime político junto da Santa Sé.

capitulares regularizando, assim, as dioceses desassistidas.[443] As novas autoridades eclesiásticas nomeadas politicamente, começaram a ter alçada administrativa e religiosa para esses lugares vacantes, embora sem licitude canónica, considerando que não tinham o devido reconhecimento do Vaticano.


ALEXANDRE HERCULANO

O corte de relações entre a Santa Sé e Portugal aparece naturalmente numa conjuntura de crise institucional, e na sequência de pressões, por parte de personalidades afetas a D. Miguel, junto da Santa Sé. Iniciava-se, assim, um período de confrontação entre o estado português (que se socorria "das prerrogativas da coroa" para justificar a reorganização eclesiástica do país) e Gregório XVI (1831-1846), um Papa reconhecidamente conservador. A Carta Constitucional, como vimos, salvaguardava o lugar privilegiado que a religião católica sempre teve como "religião do Reino" (Art.6.º). Todavia, os governos liberais nunca deixaram de se afirmar críticos quanto às alianças espúrias da Igreja com as forças mais conservadoras do país que, no seu entender, se opunham ao genuíno espírito evangélico do liberalismo cartista, secundados pelo reflorescimento dos periódicos devido à promulgação de uma nova Lei de Liberdade de Imprensa (1834). As ordens religiosas, ao oporem-se a D. Pedro, mais não fizeram que defender a sua situação de privilégio – nunca estando a causa de Deus em questão. Alguns liberais moderados, como Alexandre Herculano, servindo-se da palavra do seu Deus, opuseram-se às normais perseguições aos vencidos, pregando a concórdia e uma união nacional regeneradora.[444]

> As ideias do século, recalcadas por uma compressão violenta, a que, força é confessá-lo, a maioria do sacerdócio se havia associado, tinham reagido violentamente e assentavam-se triunfantes sobre as ruínas do passado quando eu entrei no campo da imprensa, no campo das batalhas do espírito. De roda de mim jaziam os fragmentos da sociedade que fora, e no meio deles o clero, disperso, empobrecido, coberto de afrontas, experimentava as consequências do predomínio de um partido adverso e irritado. A situação da Igreja portuguesa nessa época, e sobretudo a situação dos regulares, sabemos todos qual era (…).
>
> Na imprensa liberal, revolucionária, ímpia, como quiserem chamar-lhe, eu, só eu, tive por muito tempo palavras de afeição e de consolo para a desgraça, só eu tive ânimo para acusar os homens do meu partido de espoliadores insensatos; para tentar revocá-los à poesia do Cristianismo, do eterno aliado da liberdade.[445]

[443] Cismo do Porto – Decreto de 5 de agosto de 1833. Declarava vagos os lugares eclesiásticos nomeados por D. Miguel.
[444] Quando muitos defendiam que aos vencidos deviam ser confiscados os bens, a favor dos heróis da resistência liberal, Passos Manuel, secundado por Rodrigo da Fonseca e outros, opôs-se energicamente a esta medida, afirmando mesmo que se "o partido constitucional se tornasse um partido perseguidor, subiria ao cadafalso com as suas vítimas". In MAGALHÃES, Luís de (1927), Obra cit., p. 292.
[445] HERCULANO, Alexandre (2010), *Opúsculos*, vol. III, (reimp.), pp. 29-30.

Assim se colocava Alexandre Herculano perante o problema religioso português entre 1834 e 1851.[446] Entre 1837 e 1839 podemos ler em *O Panorama* diferentes artigos, onde divergia da filosofia iluminista, no que ao cristianismo dizia respeito. Elucidativa a Pastoral de D. Joaquim da Nazaré, de 16 de março de 1834, sobre a Carta Constitucional: "(…) que licença as paixões dos homens… Leis que aniquilam as Ordens Religiosas… Declarações públicas e autênticas, que reprovam os Sagrados Cânones, e as Leis sapientíssimas da Igreja, negando a devida obediência ao Romano Pontífice…".[447]

O March! March! (Lisboa, 1835), um periódico progressista, recordando "os cárceres da tirania" e as suas vítimas, via agora "os vencedores, respirando raiva, mas anunciando, como base da sua religião, a paz e o perdão". Esta leitura da situação, aproximando-se de Alexandre Herculano, não deixava de lembrar quem foram os vencidos e os vencedores.

> Foi-me então fácil concluir quais eram os opressores e quais os oprimidos.
>
> A Junta Apostólica achava-se em campo; e os padres armados de impostura combatiam a liberdade: muro que se opunha ao Supremo Domínio a que eles aspiravam. (…)
>
> A justiça enervada apenas exercia os seus direitos sobre os verdadeiros amantes da liberdade; porque, segundo a frase das autoridades, era preciso fundir o povo para que a anarquia não devastasse o país.
>
> Linguagem esta bem própria para proteger o crime! Linguagem bem própria de quem receia pouco justas arguições e de quem tem um coração de pedra, alheio ao remorso![448]

Também o periódico *Biblioteca Familiar e Recreativa* (Lisboa, 1835 a 1846), num artigo sobre "Educação, Civilidade ou Polidez" procurava refletir no sentido destas palavras e, colocando-se num nível suprapartidário, admitia que as ruturas se apresentavam como inevitáveis num século onde a hegemonia da ciência contribuía, fortemente, para uma progressiva desagregação dos valores.

> Não é de admirar que num século de incredulidade e de indiferença religiosa, a moral dos povos se perverta, e as gerações se corrompam. Os pais, indiferentes ou ímpios, só transmitem aos seus descendentes a sua própria irreligião, com todos os seus vícios. Os filhos desgraçados encheram de amargura os últimos anos e os cabelos brancos dos autores de seus dias, e educaram filhos mais depravados ainda do que eles mesmos….[449]

Para este periódico, um dos maiores cuidados de um governo constitucional deveria ser mostrar-se solidário com o homem trabalhador que caísse na miséria, até porque os solavancos da indústria estavam a originar crises sociais profundas. Como sugestão, destaco a

---

[446] Em 1835*,* em *O Pároco da Aldeia,* faz a apologia da tradição religiosa, com as suas solenidades e rituais, valorizando o "Evangelho no coração dos homens, ignorando as altas hierarquias da Igreja", que associava aos interesses do Antigo Regime. Em 1836, em *A Voz do Profeta*, mostra algum desencanto com a forma como "a religião dos nossos pais" estava a ser desprezada e perseguida. Esta crítica acentuou-se em 1838, com a publicação da *Harpa do Crente*.

[447] RODRIGUES, Manuel Augusto (1981), *Obra cit*, p. 243.

[448] *O Marsh! Marsh!*, N.º 1, 1835, pp. 1-15.

[449] Idem*, Ibidem*.

criação em cada província de uma "caixa de caridade e de beneficência", que permitisse socorrer "as pessoas inferiores e os obreiros", fundo suportado por todos os trabalhadores no ativo. "Qual seria o trabalhador, o artista, o agricultor, que não contribuísse para esta caixa, com o fruto de alguma economia, lembrando-se que poderia ser objeto dos caritativos socorros desta mesma caixa?"

Aparece-nos, assim, uma embrionária ideia de *segurança social*, que só nos finais do século passaria a realidade, apesar de algumas correntes liberais não verem, com bons olhos, o Estado envolver-se nessa responsabilidade,[450] destinando-a à Igreja. Recordo que nos finais do século XVIII, e no século XIX, surgiu em Portugal uma assistência promovida pelo Estado: a Casa Pia, os asilos para a infância desvalida e, também, as chamadas "Casas de Correção" onde, mais do que recuperar crianças e jovens pobres ou problemáticos, a finalidade era proteger a sociedade burguesa da pequena criminalidade daí decorrente. Só no século XX, com a República, a assistência pública haveria de ser oficialmente consagrada – Constituição de 1910.

O Movimento (Lisboa, novembro de 1835 a agosto de 1836), um semanário de Sebastião José Carlos (editor) e de José Vitorino Barreto Feio (redator), um "cartista muito íntegro"[451] também colocava a religião como suporte da vida social, embora advogasse uma maior seleção dos seus ministros, e algum bom-senso nos gastos.

> Na moral a instituição mais poderosa é a religião, sobre a qual, quando a Nação já tem adotado uma, toda a ação do Governo se limita a protegê-la, e a pôr a sua disciplina e polícia exterior em harmonia com o interesse geral; número de ministros proporcionado aos habitantes, e que não sejam tão ignorantes como a maior parte dos nossos; fundos competentes para a sua dotação, porém sem exorbitâncias, porque a experiência mostra que padres e prelados ricos são de ordinário díscolos, absolutos e revoltosos; fundos para os gastos e despesas do culto, precauções oportunas para que as doutrinas religiosas e as disputas e querelas a que podem dar lugar não perturbem a ordem, eis aqui em suma quanto é permitido ao Governo quanto às relações dos cidadãos com o Ente Supremo; mas isto mesmo quantos direitos e autoridade lhe confere![452]

O Académico (Coimbra, janeiro a junho de 1836), um jornal independente, dava a conhecer o projeto da reforma (Passos Manuel) que haveria de ser publicada em 17 de novembro de 1836. Também aqui a religião continua a ser privilegiada: "Objeto do Ensino Primário: Artigo 1. A Instrução Primária compreende: §. 1. As artes de ler, de escrever, e de contar. §. 2. A Civilidade, a Moral, e a Doutrina Cristã."[453] Um outro jornal cartista, *O Raio:*

---

[450] A segurança, como um ideal, teve a sua origem na ordem pública (interna e externa). A partir do terceiro quartel do século XIX, com a Revolução Industrial, esta "segurança" foi alargada ao campo social: subsídio de desemprego, assistência na doença, reforma na velhice, cuidados médicos e medicamentosos.
[451] SILVA, Inocêncio Francisco da (1860). Obra cit. pp. 154-156.
[452] *O Movimento*, N.º 30, de 31 de julho de 1836, p. 334.
[453] *O Académico*, N.º 35, de 10 de maio de 1836, p. 2.

Folha Moral (Lisboa, março a setembro de 1836), atacava os excessos da imprensa, e pretendia colocar a moral (do título) como luzeiro dos escritos do seu redator.

> E na palavra moral se compreende, evidentemente, toda essa ladainha de adjetivos com que soem ser acompanhados os títulos de periódicos.
>
> A liberdade de imprensa em Portugal há muito que perdeu este nome, e adquiriu outro mais airoso: licença sem freio. É ditado muito vulgar que a mordedura do cão se cura com o pelo do mesmo cão; por isso, tencionando nós empregar este remédio para aquela doença (…).[454]

No dia 1 de junho de 1838 apareceu uma notícia sobre incidentes num cemitério de Avintes, Vila Nova de Gaia. *O Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, janeiro de 1834 a março de 1858), um jornal cartista próximo de Costa Cabral, culpava a oposição miguelista de instigar as revoltas que se sucediam um pouco por todo o Minho. Quanto à Junta Provisória [455] sediada no Porto, considerava-a responsável pela "anarquia e tirania da canalha".[456]

> No dia 23 do corrente, na paróquia de S. Pedro de Avintes, que fica a uma légua desta cidade por o Douro acima, e na margem esquerda do mesmo, houve o que lhe vou referir.
>
> Tinha-se juntado o povo naquela igreja para assistir às Ladainhas; e, acabadas elas, tratou-se dum enterro; porém, quando se havia de levar o defunto para fora, as mulheres apareceram com enxadas, que tinham levado escondidas, encurralaram os padres na sacristia e fizeram enterrar o defunto na Igreja.[457]

Abolidas as ordens religiosas, surgem anúncios de eclesiásticos a oferecer os seus serviços.

> Certo eclesiástico que pertenceu a uma das extintas corporações religiosas propõe-se a dar lições, tanto na sua habitação, como por casas particulares, de Latim, Grego e de todos os mais preparatórios; as pessoas que quiserem utilizar-se do seu préstimo podem dirigir-se ao escritório desta Imprensa, na Rua Chã n.º 67, que ali se lhe dirá a rua, e número da casa do sobredito eclesiástico.[458]

A Carta de 1826 foi reposta, como vimos, após a guerra civil que afastou do trono D. Miguel (Agosto de 1834), mas a chamada Revolução de Setembro (10 de setembro de 1836) repôs, transitoriamente, a Constituição de 1822, deixando claro que uma nova lei do país seria elaborada, o que veio a acontecer em 4 de abril de 1838.[459] A *Miscelânea Política, pelo autor*

---

[454] *O Raio: Folha Moral*, N.º 1, de 30 de março de 1836, p. 1.

[455] Em 25 de janeiro de 1839 a câmara dos deputados é dissolvida, sendo renovados metade dos senadores, de acordo com a nova Constituição. Em 18 de abril é nomeado para o Governo o barão da Ribeira de Sabrosa, Rodrigo Pinto Pizarro – último ministério claramente setembrista. Depois, a oposição…

[456] Em 1850 este jornal aproxima-se da oposição para contestar a "Lei das Rolhas", apesar da sua simpatia pelo governo em exercício.

[457] *O Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 128, de 1 de junho de 1838, Tomo V, p. 521.

[458] Idem, N.º 260, de 7 de dezembro de 1838, p. 1167.

[459] Apresenta uma forma tripartida de poderes, o bicameralismo das Cortes, o veto absoluto do rei e a descentralização administrativa. Reafirma, ainda, a soberania nacional, e restabelece o sufrágio universal direto, eliminando o poder moderador. Em 10 de fevereiro de 1842, Costa Cabral, através de um golpe de Estado, restaurou a Carta Constitucional de 1826.

da Câmara Ótica (Lisboa, junho a dezembro de 1838), mostrava-se surpreendida com a aparente acalmia do momento, sabendo-se das diferentes conspirações em curso.

> Que santo missionário operaria este milagre, reduzindo a amar o seu próximo até àqueles mesmos que ainda há tão pouco tempo desejavam,
>
> «Trincar-lhe o coração, beber-lhe o sangue?!
>
> Parece que estamos em quinta-feira de Endoenças. Para todos os lados que a gente se volte, não se ouve falar senão em = Fusão = União = Conciliação = Transação = (…) Parecem-nos isto sonhos matutinos saídos pela porta ebúrnea (…).[460]

A partir das eleições do verão de 1838 verifica-se uma aproximação de setores moderados da nova ordem setembrista aos cartistas, gerando uma terceira via, ordeira, bem apoiada no parlamento, e com algumas ideias novas trazidas por personalidades como Alexandre Herculano, Oliveira Marreca e Rodrigo da Fonseca. O próprio Silva Carvalho propõe que os cartistas jurem a Constituição de 1838, por conter intacto o princípio do governo representativo, bem como os mais notados princípios da Carta, base de todas as querelas anteriores. Sendo uma Constituição de meio-termo, aparentemente condenada ao sucesso, verifica-se que esta virtualidade constituiu a sua maior fragilidade, não agradando aos democratas nem aos aristocratas. Apenas uma burguesia endinheirada se sentiu protegida com o seu hibridismo, mas ainda sem força para a impor, nesta primeira metade de oitocentos.

Os violentos confrontos que se seguiram entre as diferentes sensibilidades políticas, onde a imprensa participou ativamente, estiveram na origem do aparecimento de periódicos independentes procurando, assim, ultrapassar a saturação que o público consumidor de jornais começava a sentir. O setembrismo, ao assumir posições conservadoras e pouco liderantes, havia gerado um clima de intranquilidade e contestação, semelhante ao período de 1834-1836, invertendo-se agora as posições dos partidos. *O Democrata* (Lisboa, junho de 1839 a agosto de 1840), um periódico da extrema-esquerda liberal (tendência republicana), pela pena do já citado padre Rabecão, retomou um tema caro a esta imprensa: o escândalo dos gastos que tinham depauperado as finanças da nação, só possível devido à falta de instrução e ingenuidade do povo.

> Que ao povo português falta a suficiente instrução; porque num país onde os mestres de instrução primária e secundária são abandonados à fome e à miséria, com dois anos de atrasos em seus ordenados, não pode ela ser muita (…). Este Estado produziu uma revolução, da qual nasceu a <constituição de 1838, que é hoje a Lei fundamental do Estado; os homens, que então subiram ao poder fizeram espantosas economias, elas aí estão, nas colunas dos diários deste tempo, e se apesar destas condutas ainda não estamos felizes, como

[460] *Miscelânea Política*, N.º 22, de 10 de novembro de 1838, p. 85.

estaríamos nós se se não economizassem esses dois mil contos anuais, se continuassem os desperdícios dos cartistas?![461]

2.4. O CONSULADO DE COSTA CABRAL E A SANTA SÉ

Depois de um golpe cuidadosamente preparado, Costa Cabral[462] assumiu-se no Porto (27 de janeiro 1842) como chefe político do pronunciamento militar, organizou uma Junta de Governo e preparou-se para marchar sobre Lisboa. Diferentes movimentações contribuíram para a restauração da Carta Constitucional (10 de fevereiro) e, no dia 19 desse mês, desembarcou em Lisboa onde foi recebido de forma apoteótica. A 24 de fevereiro iniciou a governação num ministério presidido pelo duque da Terceira. Estava instalado o cabralismo, que se haveria de prolongar até maio de 1846. Em 24 de abril de 1842, um alto dignatário da Santa Sé, em nome de Gregório XVI, fez entrega da Rosa de Ouro a D. Maria II, na capela do Palácio das Necessidades, pondo assim fim ao corte de relações acontecido em 1834.[463] Com o reatamento das relações com o Vaticano, o padroado passou a ocupar o primeiro lugar das preocupações governamentais e eclesiásticas, vindo a ser estabelecidas as concordatas de 1848, 1851 e 1857 para regular a situação do país nas suas relações com Roma.[464] Contexto que, obviamente, reforça a linha de continuidade entre a religião e a instrução, entre a tradição e a modernidade.

A Revista Universal Lisbonense (outubro de 1841 a 1859), publicou um artigo de António Feliciano de Castilho, onde este pugnava pelo ensino da leitura como forma do homem se emancipar, contribuindo ainda para a prosperidade do país. E lembrava o nível cultural da população da Toscânia, onde a Igreja e a nobreza contribuíram decisivamente para eliminar o analfabetismo.

> Assim como não consiste a prosperidade dos estados nos grandes montes de fazenda e oiro, senão numa honesta abastança pública e geral, assim na pública e geral ciência, moda e gosto da leitura, muito mais do que em altissonantes Universidades, Academias e Liceus está a verdadeira ciência e sapiência de um povo. (…)[465]

Castilho concluía com o exemplo inglês onde os párocos, através de leituras religiosas, conseguiram educar a população.

---

[461] *O Democrata*, N.º 117, de 28 de fevereiro de 1840, p. 467.
[462] 5 de abril de 1841 . Com a morte do grão-mestre do Grande oriente Lusitano, Manuel Gonçalves de Miranda, abre-se uma disputa entre Rodrigo da Fonseca Magalhães e Costa Cabral, sendo este o escolhido.
[463] Anteriormente, em 10 de maio de 1841, Gregório XVI tinha-se congratulado com a cedência do governo português em relação aos padres *miguelistas* (guerra civil), aceitando a Santa Sé a nomeação dos bispos feita por D. Pedro. Verificou-se, assim, o reconhecimento do Vaticano da rainha portuguesa, D. Maria II, reatando-se as relações entre os dois estados.
[464] As relações entre Portugal e a Santa Sé remontam à fundação do Reino de Portugal, destacando-se desde logo a Bula *Manifestis Probatum*, enviada pelo Papa Alexandre III a D. Afonso Henriques, em 23 de Maio de 1179, confirmando-lhe o título de Rei e atribuindo esse título também aos seus sucessores. Concedia assim ao monarca português o domínio dos territórios conquistados e a conquistar aos mouros.
[465] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 9, de 25 de novembro de 1841, p. 106.

> Em algumas partes da Inglaterra sabido é como os párocos e algumas sociedades de amigos da humanidade (pelo menos e indubitavelmente da humanidade inglesa), têm conseguido por via dos livros, e em particular dos livros piedosos, domesticar a nativa ferocidade do povo agreste.[466]

A *Revista Académica* (Coimbra, março de 1845 a novembro de 1854) revelava como eram selecionados os professores de primeiras letras, e o cuidado com a "sua capacidade moral", a ser comprovada pelo pároco através de atestado.

> Para prova da capacidade moral exigia-se-lhes folha corrida e atestado do respetivo pároco sobre o seu bom comportamento: mas além disso o comissário, ou provedor, perante quem corria o concurso, devia fazer por si todas as averiguações necessárias a fim de se inteirar da moralidade dos pretendentes, e informar o tribunal com exatidão; e quando neste aparecia alguma queixa em contrário, era escrupulosamente examinada até se esclarecer a verdade.[467]

Apesar dos cuidados com a seleção dos professores, obedecendo ao crivo do pároco da localidade, continuava a verificar-se uma grande aversão a alguns sectores do clero, o que levou Alexandre Herculano a insurgir-se, ilustrando com *O Pároco de Aldeia*,[468] folhetim publicado em *O Panorama* (1844), a figura de um padre bondoso, protetor dos fracos e amado pelas crianças. A razão económica era bastante persuasora, pois os professores clericais "não venciam senão dois terços do ordenado legal da cadeira, e esta devia ser colocada no convento do professor, quando estivesse em situação conveniente".[469]

Ilustrando sem pruridos este pragmatismo, a *Revista Universal Lisbonense*, na continuação de outros artigos de sentido semelhante, insere um pequeno texto de Aires de Sá Nogueira, onde se defende a colocação de párocos para a instrução primária.

> Pareceu-me que não seria fora de propósito lembrar que uma das muitas economias que se podem fazer nas despesas públicas, e ainda com vantagem do ensino, é no ramo da instrução primária, ordenando-se que os párocos servissem de professores régios, cada um em sua respetiva freguesia, abonando-se-lhes mais cinquenta mil réis anuais a cada um deles, pagos do mesmo modo porque hoje o são os atuais professores primários. Daqui resultaria:
>
> 1.º Grande economia para o tesouro público;
>
> 2.º Maior proveito para os discípulos, e vantagem no ensino moral e religioso;
>
> 3.º Mais auxílio a uma classe respeitável da sociedade, e maior autoridade no seu ministério.[470]

A *Revista Popular* (Lisboa, março de 1848 a dezembro de 1855), um semanário de "literatura e indústria", fundado por Francisco Pereira e Sousa e José Maria Batista Coelho,

---

[466] Idem, *Ibidem*.
[467] *Revista Académica*, N.º 21, de 15 de janeiro de 1846, p. 323.
[468] Esta obra foi publicada em livro em 1851, abrindo as portas a um estilo campesino, muito marcado por rituais religiosos, como o toque do sino, que Júlio Dinis haveria de continuar.
[469] Idem, *Ibidem*.
[470] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 12, de 13 de agosto de 1846, p. 136.

lembrava ter sido a Igreja que educara os povos peninsulares, impedindo a consolidação das civilizações bárbaras. Mais uma vez a redescoberta da história, a *branquear* o passado próximo de uma igreja portuguesa que, desde 1820, se manteve fiel ao absolutismo.[471]

Assiste-se a algo curioso: os jornais absolutistas sustentavam a sua causa política junto do seu público-alvo com imagens tenebrosas do presumido materialismo e ateísmo dos liberais; em contrapartida, o que se lê nos periódicos liberais, em geral, mesmo nos mais radicais, é a reiterada profissão de fé na religião católica e o constante apelo ao recrutamento de padres para o ensino das primeiras letras. Ninguém duvida de que este apelo era de móbil utilitarista, como é próprio da mentalidade da burguesia ascendente. Alexandre Herculano, no início dos anos cinquenta, analisando o estado de decadência da instrução popular, que mau grado todas as medidas tomadas até então, continuava na cauda da Europa, propunha como "meio de elevação" do nível intelectual da população "padres virtuosos que propagassem princípios suaves e eminentemente liberais da verdadeira religião". Para ele, as escolas primárias e a instrução do povo estavam esquecidas, perseguidas até pelos "tartufos políticos". Olhando à sua volta, Herculano via muitos alferes, tenentes, generais, capacetes com penachos brancos na cavalaria, mas não encontrava "perceptores" capazes de ensinar "os filhos do povo" a ler e a conhecer as "primeiras noções morais". Aqui, apontava a falta de padres virtuosos que pudessem propagar as "primeiras noções morais" e os "princípios suaves e eminentemente liberais da verdadeira religião". O autor da *Harpa do Crente* não entendia as posições extremadas do liberalismo e do catolicismo, quando ambas tinham tanto em comum… E não será por acaso que, a partir daqui, aparece progressivamente na Igreja portuguesa uma ideia de catolicismo social, muito dirigido ao operariado industrial e aos trabalhadores rurais. Também *A Assembleia Literária* (Lisboa, agosto de 1849 a abril de 1851), pela pena insuspeita de Antónia Pusich falava da "Necessidade de uma religião Divina", acrescentando que " O mundo sem uma religião Divina seria um caos cheio de cenas horrorosas. A força seria sem freio, sem razão, e sem conselho; os homens sem leis justas; o vício sem castigo; e a virtude sem prémio, ou ambos postos no mesmo equilíbrio. Mas à vista de uma religião Divina, toda esta terrível pintura desaparece, e tudo ordena".[472] Mas, todo este fervor religioso era acompanhado por um igual amor à liberdade de pensamento.

> A liberdade de pensamento tem sido e será sempre, o alvo da perseguição dos tiranos!
>
> O que impera, ou governa, não segundo a sua convicção, mas segundo a sua conveniência, ou quando muito, segundo as conveniências do seu partido – não pode a sangue frio suportar, que livre o pensamento de seus subordinados, lhe sejam lançados em rosto clara e francamente todas as suas iniquidades; não pode suportar a sangue frio, que as

[471] *Revista Popular*, N.º 20, de 1 de julho de 1848, p. 154.
[472] *A Assembleia Literária*, N.º 23, de 19 de janeiro de 1850, p. 178.

> suas arbitrariedades sejam patentes a todas as inteligências, qualquer que seja o país a que pertençam. Formulam, portanto, leis que dizendo-se sustentáculo da ordem, encobrem sofisticamente as molas dos seus interesses individuais. (…)
>
> A verdadeira e sábia lei nunca pode opor-se ao progresso da ilustração.[473]

2.5. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO II

Como aconteceu por toda a Europa, a questão das relações entre o Estado e a Igreja foi um acontecimento marcante, agudizando-se a partir de meados do século XVIII até à atualidade, entre controvérsias ideológicas e conflitos institucionais.[474] "Em muitas questões, e naturalmente também na das relações entre a política e a sociedade liberal, de um lado, a Igreja e o catolicismo do outro, as esperanças reformadoras do vintismo chocaram com as necessidades prosaicas do compromisso, da cooptação, do equilíbrio, neste caso em relação a um poder paralelo, cuja autoridade lhe advinha não só de um peso institucional e do seu tendencial alinhamento contrarrevolucionário, mas também, e porventura sobretudo, em virtude da sua influência ideológico-simbólica no imaginário coletivo das populações."[475]

A transição do Antigo Regime para o liberalismo assumiu posições dúbias, muitas vezes contraditórias e conflituantes, muito especialmente na convivência da política com o sagrado. A emergência da ideia de estado-nação (a partir da Revolução Francesa firmou-se o conceito de poder político e jurídico de Estado emanado da vontade geral da Nação) teria de encontrar uma forte oposição vinda das forças sociais e políticas centradas numa estrutura social fortemente hierarquizada – onde setores significativos da igreja de Roma ocupavam lugares de grande relevo na pirâmide social.

A imprensa da primeira metade de oitocentos dá-nos uma panorâmica da situação, vendo-se a igreja dividida em dois blocos (embora com peso e importância diferentes). A ausência de unidade explica-se, em parte, pelas posições evangélicas assumidas por franjas do clero mais evoluído e mais sensível aos problemas do povo, de que é exemplo um número considerável de padres que fizeram parte das Cortes Constituintes de 1821-1822, alguns dos quais com posições radicais a favor da nova ordem. Mas a evolução para a modernidade que a revolução de 1820 pretendia iniciar não era fácil.

O papel da Igreja e do Estado, consagrado na Constituição, escondia uma questão central que ambos procuravam resolver a seu contento: Que papel atribuir a cada um? No campo educativo a situação apresentava-se mais complexa. Como deve estar a religião presente nos

---

[473] Idem, N.º 31, de 2 de maio de 1850, p. 31.
[474] Evidentemente que devíamos recuar mais no tempo e caraterizar pormenorizadamente a mutação cultural e política que se vinha processando a partir do século XVI, em que os ideais do humanismo e as inovações trazidas pela Reforma e Contra-Reforma se afirmaram de forma marcadamente antagónica com as conceções e horizontes culturais dos tempos precedentes. *in,* RODRIGUES, Manuel Augusto (1981), Obra cit, p. 237.
[475] SARDICA, José Miguel (2002), Obra cit., p. 137.

currículos? Ou ainda, onde pôr a tónica educativa: na fé, na razão, na moral, na ciência? O poder político desconfiava do religioso e este, por sua vez, desconfiava daquele. A instrução era um meio de modernização fundamental, mas era também um meio de modelagem das mentalidades. Para se referir a esta função de modelagem, Althusser criou o conceito de aparelho ideológico de Estado escolar. Os hierarcas da Igeja, bem mais cedo que os políticos, compreenderam e aprenderam a manejarem esse aparelho. A apropriação de tal aparelho fez parte das lutas liberais do século XIX.

Como se posicionou a imprensa perante este conflito? Ao consultarmos os diferentes títulos, advém-nos uma primeira noção: os argumentos vão perdendo sentido, à medida que se torna menos excessiva a presença do clero nas áreas de influência do Estado.

> A força da imprensa levou as diversas classes e doutrinas a apoiarem-se nos prelos. Recorreram a eles a ciência, a crítica, os artistas, a agricultura, a religião, que até aquela data não precisara de defesa, visto ser mais do que respeitada, venerada e temida.[476]

Exemplo paradigmático do que acabei de referir, encontro-o no *Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823), muito atacado pelo seu ultraliberalismo. Todavia, nunca vemos nas suas páginas textos a colocarem em causa a Religião Católica, nem os homens dignos da Igreja. O mesmo não acontece quando se trata de moralizar e educar a sociedade a todos os níveis, não enjeitando, então, atacar a ignorância e a superstição, o clero conservador e os cidadãos reacionários ou corruptos.

A produção romântica de uma plêiade notável de escritores, e a colaboração que prestaram à imprensa da época, principalmente a partir de 1834, constituiu um ato pedagógico da maior importância, verificável em periódicos como *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. O contributo destes e de outros títulos, atrás referidos, tiveram uma influência significativa no avanço civilizacional e no surgimento de uma mundividência laicizante. Os políticos, mais não fizerem do que dar seguimento ao modelo apontado pela *intelligentsia* portuguesa, reduzindo o poder político da igreja católica, sem nunca deixarem de buscar o compromisso entre o temporal e o espiritual,[477] no que pode ser visto como um retorno à filosofia pombalina. Nunca colocando em causa que a Religião Católica Apostólica Romana continuasse a ser a religião oficial do Reino,[478] as diferentes gerações liberais procuraram, consciente ou inconscientemente, seguir o pensamento do padre liberal João Maria Soares

[476] MARTINS, Rocha (1942), Obra cit., p. 46.
[477] Eu não quero ser judio/E nem turco arrenegado,/ Porque trago no meu peito/Jesus crucificado. Garrett, Romanceiro, in *Cego*.
[478] Garrett, no *Tratado da Educação*, sintetizou esta ideia: "Fizeram os antigos um deus de cada virtude; nós temos um Deus com todas as virtudes, e todos adoramos n´Ele."

Castelo Branco (1767-1831),[479] numa das suas intervenções nas cortes vintistas, enquanto deputado pela Estremadura: "Nós somos legisladores políticos e, entretanto, somos legisladores de uma nação que professa e tem jurado a religião católica". Isto ganha importância se tivermos em conta que este clérigo, conforme observa Isabel Nobre Vargues, era "um dos chefes de fila da ala liberal-radical e um dos mais brilhantes oradores no Parlamento vintista onde se distinguiu pela fecúndia dos seus discursos e pela energia com que advogou e defendeu as doutrinas liberais".[480] Não admira, por isso, que a imprensa liberal, ao longo de todo o período em estudo, fizesse campanha para que os sacerdotes espalhados pelo país assumissem o combate ao analfabetismo, sugerindo que estes deveriam superintender os professores régios em alguns lugares do Reino. Torna-se, pois, claro que também aqui encontramos um casamento entre a tradição e a modernidade que o pouco desenvolvimento do país, até aos nossos dias, manteve imune ao divórcio – um país sempre adiado, onde os velhos não têm presente, e os jovens não descortinam os caminhos do futuro.[481]

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

[479] Na linha de Inocêncio António de Miranda (1761-1836), mais conhecido por Abade de Medrões (autor da obra *O Cidadão Lusitano*), igualmente deputado às Cortes (1821), destacando-se pelas suas posições pouco consentâneas com a ortodoxia católica da época.
[480] VARGUES, Isabel Nobre (1981), Vintismo e Radicalismo Liberal – João Maria Soares de Castelo Branco, in *Revista das Histórias e das Ideias*, vol. 3, pp. 186-187.
[481] Expressão adaptada de Sá Carneiro, na segunda metade de década de 70 (século XX).

CAPÍTULO III

PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO

Depois das medidas implementadas pela reforma pombalina de 1772, com a multiplicação das escolas menores pelo país,[482] medida suportada pela criação do subsídio literário (uma iniciativa inédita a nível europeu), não se esperava um retrocesso como o consentido pela *viradeira*, no reinado de D. Maria I. O ensino foi de novo entregue aos religiosos, sendo o elementar e o médio ministrado nos conventos. Inovador foi a criação do ensino feminino, embora só concretizado em 1815, com D. João VI. A análise aos periódicos estudados permite dizer que as reformas (concretizadas ou não) do sistema educativo português surgiram sempre incorporadas nas diferentes conjunturas políticas, sociais e económicas. E o triunfo político da burguesia gerou, sem dúvida, condições para recuperar o processo imposto pelo fanatismo religioso da viradeira. A educação passou a ser entendida como a principal via de acesso a uma sociedade mais justa e igualitária. Relevante é verificarmos a eficiência das novas medidas: o que se projetou (legislou) e o que foi efetivamente concretizado. Percebe-se que os avanços ideológicos procuraram acompanhar os referenciais filosóficos do tempo, a partir do movimento ilustrado, mas sem pretender, convictamente, modificar muitas das formas tradicionais de dominação e exploração do Antigo Regime.

3.1. O RETORNO A UMA IDEIA POMBALINA DE EDUCAÇÃO

A Constituição saída da revolução liberal de 1820, embora defendesse uma ampla instrução da população,[483] pouco contribuiu para concretizar as grandes discussões sobre o ensino, dentro dos pressupostos ideológicos que sustentavam os ideais dos políticos vintistas. A imprensa, de uma forma geral, também não se mostrava muito ambiciosa… O *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821), uma folha liberal, declarando-se protetor de "todos os desgraçados", defendia que "não é de riquezas que há precisão, mas do nosso

[482] Já vimos que esta medida não foi extensiva a toda a população, visto que "aqueles que se destinassem, como assalariados, à agricultura ou às artes fabris limitar-se-iam a aprender a instrução religiosa, oralmente difundida pelos párocos", *in* FERNANDES, Rogério (1989), Notas sobre a situação educativa em Portugal no século XVIII, *Revista O Professor*, p. 64.
[483] O tema da alfabetização ganhou uma substantiva importância no discurso político, e nas representações mentais da *intelligentsia* portuguesa, sendo os periódicos tribunas privilegiadas destas discussões.

tempo, cuidados e boa vontade". E interrogava-se: "Quantos enfermos e desgraçados carecem mais de consolações, que de esmolas?" Raciocínio semelhante dedicava ao ensino, onde o exemplo (os bons exemplos) seria a base de uma educação virtuosa.

> Amemos a simplicidade; em todas as nossas maneiras e frases sejamos circunspectos, não esquecendo a discrição e reserva que devemos ter perante os meninos. Antes faltemos à instrução, se lha havemos de dar má. Para que fim pretender dar à inocência todo o conhecimento do bem e do mal? Não será isto fazer o papel da antiga Serpente, que tentou nossos pais no Paraíso? Se nós vemos que a infância imita o exemplo que lhe damos, cuidemos unicamente em lhe fazer notar aquele, que lhe pode interessar.[484]

Esta forma de ver a educação teria forçosamente de condicionar os homens que pensavam e discutiam as reformas do ensino. Na sessão das Cortes de 29 de março de 1822, e na ata da Ordem do Dia, pode ler-se a redação do Art.º 237, onde se declarava que "em todos os lugares do Reino, onde convier, se estabelecerão e dotarão suficientemente escolas em que se ensine à mocidade portuguesa, de ambos os sexos a ler, a escrever e a contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis".[485] Na mesma ata (Art.º 239) regulavam-se, ainda, os estabelecimentos de Instrução Pública, permitindo-se a cada cidadão a possibilidade de abrir *aulas* para o ensino público, desde que respondesse pelos "abusos desta liberdade", de acordo com a lei.[486] O alcance deste Art.º 239 ganha ainda maior importância ao apercebermo-nos de que o Art.º 237 era irrealizável: abrir escolas em todos os lugares do Reino, onde isso se justificasse, implicava haver professores e escolas (que não existiam), e verbas que permitissem custear as despesas.

O semanário liberal *Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de 1822) era das vozes que mais responsabilizava o Governo pela educação obrigatória e gratuita do povo. Para o articulista a liberdade de imprensa, muito defendida neste período, pouco significado teria se a instrução (popular e gratuita) não permitisse que todos os cidadãos pudessem ter acesso aos jornais – e isso só seria possível com o domínio da leitura: a informação (que se pretendia responsável e instrutiva) seria como uma vacinação para a emancipação e autonomia do povo, no exercício de uma progressiva cidadania.

> De qualquer modo que se considere a instrução pública, ela forma um objeto essencial dos cuidados do Governo, que é estritamente obrigado a instruir os seus súbditos nos ofícios religiosos e políticos do Estado. Esta instrução popular deve ser gratuita para aqueles cuja situação os torna impossibilitados de a procurar. Decretou-se a liberdade da Imprensa para facilitar o progresso das letras e das ciências. Que bom resultado saiu daqui! Um chuveiro de papéis, e nenhum deles científicos. Se a Nação estava em trevas, em trevas ficou.[487]

---

[484] *Despertador Nacional*, N.º VI, junho de 1821, p. 319.
[485] *Borboleta Constitucional*, N.º 83, de 11 de abril de 1822, p. 1.
[486] Idem, *Ibidem*.
[487] *O Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.

Esta crítica abarcava, evidentemente, muitos títulos liberais – porta-vozes da revolução vintista, muito politizados e pouco pedagógicos, considerando as necessidades de uma população que sempre tinha vivido sujeita ao obscurantismo e a pressões ideológicas que haveriam de marcar, indelevelmente, toda a sua geração e as seguintes.

Em 1822, o diário *Correio do Porto* (Porto, setembro de 1820 a maio de 1834), dirigido pelo absolutista Joaquim Rodrigues de Andrade, comentava um Projeto de Lei para o estabelecimento de três Academias nas cidades de Lisboa, Porto e Évora, onde se deveria privilegiar, entre outras artes, a agricultura, com cursos técnicos de três anos, muito centrados na realidade do país. Os debates nas Cortes tinham trazido para a praça pública a necessidade inevitável de se instruir os agricultores "no conhecimento dos terrenos, na escolha e preparação dos estrumes, conforme as diferentes sementeiras, na feitura dos instrumentos aratórios, destilatórios e de muitos outros" condição essencial para se inverter a conjuntura agrária do país. Também as fábricas "de louça, de vidros, de lanifícios, de tinturaria" seriam beneficiadas pelo ensino técnico, pois o progresso indicava que as máquinas poupavam "o trabalho dos homens tão necessário para outros destinos".[488] A evolução do ensino em Portugal, muito influenciado pelas transformações sociais e políticas observadas em França, também aqui não deixou de ignorar a lei de 27 de setembro de 1794 que decretou, em Paris, a criação de uma escola destinada ao ensino técnico. Por isso não podermos estranhar que esta tendência se tenha convictamente afirmado no nosso país muito antes da revolução de 1820.

No ano seguinte, refletindo sobre as leis até aí promulgadas, o *Censor Provinciano* (Coimbra, dezembro de 1822 a fevereiro de 1823), um jornal "unionista de filosofia e literatura",[489] pela pena do redator José Pinto Rebelo de Carvalho, interrogava-se sobre o trabalho e o fruto das muitas discussões travadas nas Cortes Constituintes. Efetivamente, estranhava-se a pouca produção legislativa dos homens eleitos pela Nação para dar um novo rumo ao país. No nosso parlamento assistia-se a uma sucessão de "requerimentos fúteis" e medidas vazias, que qualquer funcionário ministerial competente "despacharia sem delongas". A crítica ao "negócio dos títulos" também estava presente, uma vez que foi considerado obrigatório os professores apresentarem um diploma, que tinham de pagar (nutrindo o tesouro nacional), condição imposta para poderem exercer a sua profissão.

> Dois anos e mais há que se proclamou a liberdade; muitos e muitos meses duraram as nossas Cortes Constituintes: houve nelas uma Comissão de Instrução pública, composta de graves doutores, e não sei que dali saísse mais do que o célebre escusado requerimento que pedia coisas muito fúteis e cuja concessão reclamavam as luzes do século (…).[490]

[488] *Correio do Porto*, N.º 13, de 15 de janeiro de 1822, pp. 1-2.
[489] PEREIRA, A. Xavier da Silva (1891). *O Jornalismo Português*, p. 17.
[490] *Censor Provinciano*, N.º 6, de 11 de janeiro de 1823, pp. 81-88.

Sintomática, uma observação do articulista, citando "o nosso ilustre regenerador M. F. Tomás (agora falecido): *Uma Nação que não pode com certas despesas deixa de ser Nação*". Por isso se defendia que poupar com a educação era a negação dos princípios que sempre nortearam os espíritos liberais. Num número posterior o mesmo articulista lamentava não ter ainda sido pensado "um plano sábio" para as escolas de primeiras letras, de forma a torná-las apelativas a todas as classes.

> É deste público ensino que a Nação deve tratar de um modo digno dela. Se as escolas de Primeiras Letras tivessem sido dirigidas debaixo de um plano sábio, ocupadas por homens instruídos, que instruíssem os seus discípulos; se a ir a elas fossem obrigados todos os indivíduos sem distinção de classe… (…) Mas é sabido que nenhum, ainda dos mais pecos aristocratas de nossas aldeias, ali envia os seus filhos, não para dar-lhes mestres mais dignos, mas para não confundi-los com os filhos dos cidadãos, que eles chamam povo…[491]

O conceito de obrigatoriedade escolar surgiu com a Carta Constitucional: "A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Reino, pela maneira seguinte: (…) § 30.º A Instrução Primária é gratuita a todos os cidadãos (Art.º 145) ".

A *Gazeta de Lisboa*, em 1826, já sob o espírito da Carta, publicou dezenas de anúncios, da responsabilidade de Junta da Diretoria Geral dos Estudos, para concurso de "cadeiras de primeiras letras", de forma a preencher vagas existentes em todas as provedorias do Reino. Como a recorrência de alguns destes anúncios deixa perceber, a alegada rede de 1000 escolas (25 femininas) não correspondia à realidade. Falta de professores para ocupar as vagas? Isto não é de supor, pois nos mesmos números deste jornal (e de outros) encontramos *avisos* de mestres a oferecerem os seus serviços. Numa perspetiva mais funcionalista, o diário cartista *Periódico para os Pobres* (Lisboa, setembro de 1826 a março de 1848), relevava a importância de termos artistas qualificados que pudessem ombrear com os melhores em áreas muito específicas. E exemplificava com os lapidadores de diamantes. Se soubéssemos tirar proveito desta, como de outras técnicas singulares, os operários ajudariam a suprir algumas carências naturais do país – embora isso implicasse um ensino técnico ajustado às circunstâncias.

> Daqui nasce a primeira máxima geral de regular solidamente o ensino dos ofícios, a subordinação dos discípulos ou aprendizes aos seus mestres, o estudo do debuxo para fazer as obras proporcionadas e corretas, o rigor e justificação dos exames, os prémios e os auxílios necessários aos artistas, dando-lhes a estimação que merecem (com justo título); uns cidadãos industriosos são tão proveitosos e necessários num Estado.[492]

[491] Idem, N.º 8, de 25 de janeiro de 1823, pp. 113-121.
[492] *Periódico para os Pobres*, N.º 905, de 2 de maio de 1828, pp. 906-907.

Os primeiros objetivos do ensino primário (quase) sempre foram fazer com que os alunos obtivessem a literacia e a numeracia básicas, bem como conhecimentos elementares de outras disciplinas que interferem com o dia-a-dia da criança. Como articular estes princípios gerais com as preocupações das gerações de 20 a 40 do século XIX, onde "progresso significava essencialmente a promoção da industrialização (…), das qualificações dos agentes económicos, das competências técnicas e educativas de empresários, quadros médios, agricultores e operários?"[493] Esta aposta num ensino especializado tem atravessado a nossa história, surgindo com maior ênfase em momentos de crise económica: mão-de-obra qualificada atrai investimento seletivo, estimula o consumo interno e impede a saída dos trabalhadores mais bem preparados.

3.2. ESTADO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DEPOIS DE 1834

Depois de 1834 o governo liberal saído da guerra civil nomeou uma comissão preparatória para repensar a educação. Os resultados desta avaliação nunca foram publicados porque, em 1835 o Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Guimarães (coadjuvado por António Luís Seabra) criou, para a dirigir, um Conselho Supremo de Instrução Pública (agosto de 1835).[494] Em 7 de setembro foram promulgados dois outros diplomas que marcaram o pensamento dominante: o Regulamento Geral da Instrução Primária, e um articulado que criava o Conselho de Instrução Pública, com sede em Lisboa. Deu-se, então, início à construção dos primeiros currículos formais, com ênfase na aquisição das competências de ler, escrever e contar. A rede de escolas públicas só voltou a crescer depois desta data. No Relatório que acompanhava o Regulamento de 7 de setembro de 1835,[495] apresentavam-se alguns números sobre o panorama da Instrução Pública: "seiscentos mil indivíduos de ambos os sexos, entre os seis e os dezasseis anos, não recebem instrução alguma no momento atual, ou recebem de tal modo miserável, que se pode considerar nula". Consubstanciava-se, assim, a primeira grande reforma no ensino do regime constitucional. O semanário progressista *March! March!* (Lisboa, 1835), embora muitas vezes crítico em relação ao "Senhor Rodrigo da Fonseca" elogiava o decreto, "um dos melhores do atual ministério". Importa reter o sentimento anticlerical do artigo, responsabilizando os padres por se terem aproveitado da ignorância do povo para lhes vedar o "acesso à civilização" pela leitura.[496] Esta linha editorial do *March! March!* não é rigorosa, nem intelectualmente honesta, sabendo-se que muitos religiosos, do altar à imprensa, assumiram posições abertamente revolucionárias.

[493] SILVA, Augusto Santos (1997), *Palavras para um país: Estudos incompletos sobre o século XIX português*, pp. 3-42.
[494] *Revista Académica*, N.º 22, de 1 de fevereiro de 1846, p. 339.
[495] Este Regulamento estipulava que o ensino primário deveria ser gratuito para todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se responsabilizavam os pais e as entidades locais, nomeadamente as câmaras e paróquias, pelo cumprimento da obrigatoriedade da frequência escolar a partir dos sete anos de idade.
[496] *March! March*, N.º 11, de 1835, pp. 129-130.

Também *O Liberal* (Angra do Heroísmo, março de 1835, a março de 1836), um semanário afeto ao Partido Reformista,[497] elogiava a reestruturação da instrução primária efetuada pelo decreto de 7 de setembro, afirmando tratar-se de "uma das mais importantes medidas que têm saído do Ministério", até porque privilegiava o "ensino da massa do povo", em detrimento da formação de "sábios ou artistas distintos". [498] Contrariando esta tendência e mostrando algumas reticências, o semanário editado por Sebastião Carlos, *O Movimento* (Lisboa, novembro de 1835 a agosto de 1836), colocava em dúvida a aplicabilidade da reforma, ajuizando que os ministros só trabalham "para o seu particular interesse", considerando, que a aplicabilidade das leis ficaria muito aquém do anunciado. Efetivamente, nunca saíram do papel… Para *O Movimento* falar de um produto pela sua aparência externa era insuficiente, pois quando se avalia a sua eficácia no terreno, vemos que tudo não passou de palavras vazias de sentido, demagógicas, uma rede para os incautos.[499] O periódico também discordava na limitação do ensino ao método lancasteriano, independentemente da localidade ter muitos ou poucos habitantes. Assim, o Ministério arrastava as populações do interior e das povoações pequenas para a ignorância. Por razões conhecidas esta reforma foi suspensa por Mouzinho de Albuquerque. A premonição de *O Movimento* cumpria-se. *O Raio: Folha Moral* (Lisboa, março a setembro de 1836), outro periódico cartista, tecia duras críticas a este estadista, reconduzido ao poder por José Jorge Loureiro (1791-1860), então nomeado Presidente do Conselho de Ministros (25 de novembro de 1835 a 20 de abril de 1836). [500] Ainda no mesmo mês, o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (Lisboa, abril a agosto de 1836),[501] referia-se "aos trabalhos da Comissão da Instrução Pública, criada por decreto de 13 de maio de 1834", e à incomodidade de nada se ver concretizado. O artigo vinha assinado por Guilherme J. A. D. Pegado (1803-1885).[502] Em maio de 1836, o mesmo jornal, desta feita num artigo de A. H. C. Araújo, vinha lembrar um projeto de reforma de instrução pública da lavra do Sr. A. F. de Figueiredo e Almeida, acabado de publicar em livro, e onde o autor, entre outros pontos, defendia a criação de uma Universidade em Lisboa, o que só haveria de acontecer em 19 de abril de 1911 (com a República). Coimbra mandava…

> Esta obra oferece aos amigos da civilização uma ideia que produzirá vantajosos resultados. Consiste ela em estabelecer uma Universidade na Capital do Reino, por meio de

[497] PEREIRA, A. Xavier da Silva (1895), Obra cit., p. 31.
[498] *O Liberal*, N.º 1, de 1 de novembro de 1835, p. 2.
[499] *O Movimento*, N.º 3, de 15 de novembro de 1835, pp. 23-24.
[500] *O Raio: Folha Moral*, N.º 21, de 21 de maio de 1836, p. 88.
[501] O *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* contava, entre os seus colaboradores, os irmãos Castilho, Herculano, Oliveira Marreca e muitos outros nomes que fizeram história na literatura e jornalismo portugueses.
[502] Autor entre outras obras de *Carta aos eleitores de deputados* (1834), e *Projeto de Lei da Organização Geral da Universidade de Portugal* (1835).

> uma Sociedade que a isso meta ombros, protegida pelo Governo. Ideia fecunda é esta em nosso entender, e do livro do Sr. Figueiredo se colhe a possibilidade da sua execução.[503]

3.3. A INSTRUÇÃO: DO SETEMBRISMO A COSTA CABRAL

O Académico (Coimbra, janeiro a junho de 1836), um jornal independente "entre vintistas e cartistas"[504] transcreve, em diferentes números, os diplomas que pretenderam reformar as escolas e o ensino em Portugal.[505] Trata-se de uma série de artigos muito esclarecedores sobre a evolução do pensamento pedagógico do país. Entretanto, Passos Manuel acabado de chegar ao poder, cedo procurou um novo fôlego para a instrução pública, nos seus três níveis: primário, secundário e superior - reforma decretadas entre 15 de novembro e 5 de dezembro de 1836. O mais marcante desta reestruturação teve a ver com a criação dos liceus, uma vez que Passos Manuel acreditava que a instrução secundária era a que mais carecia de revisão, importando ultrapassar o ensino especulativo, "porquanto o sistema atual consta, na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e os progressos da civilização material do país (…)".[506]

Encontramos nas reformas apresentadas por Passos Manuel uma leitura precisa das necessidades do território, da sua urgência, mas também alguma ligeireza ao tratar assuntos tão complexos. Muita desta legislação veio ao encontro da propostas apresentadas por Almeida Garrett e Alexandre Herculano, convictos de que o ensino liceal deveria dar ao cidadão uma ampla cultura geral, preparando-o para patamares superiores de conhecimento.[507] Aqui encontramos a distinção entre, por um lado, uma "educação nobre", aprendizagem das disciplinas clássicas como a gramática, retórica, oratória, filosofia (racional) e outras cadeiras semelhantes e, por outro, uma educação "para a vida prática", então muito associada a uma crítica ao ensino livresco tradicional. Alexandre Herculano defendeu esta dupla via em Instrução Pública, composições Várias (1838), não se coibindo de afirmar que muitos estudantes saíam do ensino secundário como cidadãos improdutivos, incapazes de aprender uma profissão não parasitária. A Constituição de 1838,[508] um compromisso entre as teses liberais da Constituição de 1822 e as teses mais conservadoras da Carta Constitucional de 1826, e perante o não cumprimento de muita da legislação

[503] *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, N.º 2, maio de 1836, p. 63.
[504] António Nóvoa (1993) carateriza o jornal dizendo-nos "que o texto que ilustra o objetivo deste jornal elucida razoavelmente o seu conteúdo, que enferma de um certo tom corporativo e regionalista".
[505] *O Académico*, n.ºs 34 e 35 de maio de 1836.
[506] CARVALHO, Rómulo (1996), Obra cit., pp. 562-564.
[507] Pretendia-se que o liceu desse aos alunos uma educação própria de *cavalheiros*, preparando-os moral e intelectualmente para a vida ativa, através de uma cultura adaptada à nova sociedade industrial e científica. Por outro lado buscava-se uma preparação para a frequência do ensino superior.
[508] *Diário do Governo,* N.º 98, de 24 de abril de 1838.

anteriormente aprovada, expressava de novo a gratuitidade do ensino (Art.º 28), bem como a sua classificação de "público e livre a todos os cidadãos, contanto que respondam em conformidade com a lei, pelo abuso deste direito" (Art.º 29).

Em março de 1840, num momento político difícil, *O Mosaico* (Lisboa, janeiro de 1838 a 1841), num artigo de "exortação ao estudo das ciências naturais", apontava algumas das carências do ensino, e avançava com propostas, acreditando não ser "difícil construir sobre estes princípios um sistema de educação literária que, se não fosse o mais perfeito, podia oferecer todavia um grande número de vantagens".[509]

> Temos distinguido três espécies de estudos, que todos têm por objeto a verdade, pois sem ela não há estudos que não conduzam ao erro. Verdades que nos dão a conhecer o mundo físico, verdades que nos manifestam as belezas do mundo ideal, e verdades que nos ensinam as combinações no mundo moral. As primeiras pertencem quase exclusivamente ao entendimento, as segundas se dirigem com preferência à fantasia, as terceiras à vontade. Esta é a classificação talvez menos inexata, porque se não deve esperar poder distinguir inteiramente uns dos outros conhecimentos.[510]

Também *O Jovem Naturalista* (Lisboa, fevereiro a julho de 1840), um "periódico instrutivo" de João Daniel de Sines, apresentava alguns artigos sobre "planos de ensino" que iam "do curioso ao útil", tratando tudo com "métodos originais".[511] *A Revolução de Setembro* (Lisboa, junho de 1840 a janeiro de 1901), em julho de 1840 falava de um projeto relativo ao ensino, onde surgiam nomes como os de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, fazendo parte de uma Comissão de Instrução Pública.[512] Esta comissão nunca teve a importância que o jornal lhe atribuiu. Assinalava-se a abertura de escolas normais: Lisboa e Coimbra; Vila Real, Viseu e Castelo Branco; Beja e Évora.

3.4. A CONTRA-REFORMA DE 1844

A reforma de 20 de setembro de 1844, coordenada por Costa Cabral, assumiu a pretensão de difundir e aperfeiçoar a instrução pública, refundando-a, ao mesmo tempo que *apagava* quase todos os regulamentos produzidos pela revolução de 1836. Muito criticada por ser um *código grande e pomposo*, esta reforma apresentou-se perante a opinião pública como inviável pelos recursos que requeria. O importante, neste diploma, foi considerar o aspeto cognitivo em paralelo com a vertente física, aliando-os aos bons costumes. Ressalvava, ainda, que cada regime político requeria um sistema particular de ensino público, devidamente acomodado à sociedade e "às diversas fases da sua civilização e às variadas previsões da sua

[509] *O Mosaico*, N.º 56, de 30 de março de 1840, p. 101.
[510] Idem, *Ibidem.* Curiosamente, parecem estar aqui subentendidas as três modalidades da Razão kantiana: teórica, prática e estética. O que prova a presença da cultura iluminista.
[511] *O Jovem Naturalista*, N.º 1, de 7 de março de 1840, p. 1.
[512] *A Revolução de Setembro*, N.ºs 15 e 20, de julho de 1840.

indústria". Inovador foi o facto de ter dividido a Instrução Primária em dois graus, com passagem e não passagem mediante exame, responsabilizando os mestres pelo insucesso dos alunos.

> Entre as escolas do 1.º e as do 2.º grau não há outra diferença, senão que nas primeiras ensina-se unicamente o que é indispensável saber a todo o cidadão: ler, escrever, contar, doutrina, civilidade e alguns rudimentos da história do país; são as escolas rurais e dos pobres. Nas segundas, além destas disciplinas, ensinam-se outros conhecimentos apropriados para os meninos das famílias abastadas, que lhes querem dar uma educação mais desenvolvida, sem os passarem ao ensino secundário: a gramática, a geografia, a história.[513]

Para superintender o ensino primário conservou-se a Junta da Diretoria com as mesmas atribuições de que antes gozava, mas com o nome de Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário, o qual tinha por delegados para o cumprimento das suas ordens os Administradores Gerais, chamados depois Governadores Civis dos Distritos, e os Reitores dos Liceus que então foram juntamente decretados. Para promover o adiantamento das escolas, vigiá-las e dirigi-las pelas Províncias, em lugar dos antigos Comissários, este Decreto recorreu ao zelo e devoção dos cidadãos, mandando criar em cada concelho uma Comissão Inspetora para este fim. Chegaram efetivamente a ser nomeadas algumas, que pouco ou nada fizeram, porque em geral entre nós ao serviço gratuito do bem público, quando não está ligado com a religião e formado por antigos hábitos, poucas pessoas, e podemos dizer, ninguém se presta somente por zelo.[514]

O Académico informava, ainda, que para ocorrer à falta de pretendentes às cadeiras, o diploma baixava a idade até então requerida, dos 25 para os 21 anos. E, para sensibilizar os mais resistentes, acrescentava-se uma gratificação de 20 000$ réis ao ordenado. Foi ainda legislado que as jubilações e aposentações fossem premiadas com uma parte do salário, em proporção dos anos de serviço do professor – medida há muito reclamada pela imprensa liberal. Sobre a metodologia a seguir, o jornal referia a de Lancaster, ou de ensino mútuo, com escolas segundo este sistema em todas as capitais de distrito, recebendo os respetivos professores um ordenado de 200$000 réis, tendo ainda direito a um ajudante, embora permitisse ao professor adotar o que mais conviesse aos seus alunos.

> Efetivamente, abriram-se estas escolas nas cabeças dos distritos do continente, à exceção de Aveiro, Guarda e Leiria; ou seja pela novidade, ou pela excelência do método, todas têm prosperado sensivelmente. Em 1844 apesar de não serem estas exatamente assistidas com os subsídios do tesouro, 15 escolas por este método foram frequentadas por 2235 alunos.[515]

[513] *Revista Académica*, n.º 22, de 1 de fevereiro de 1846, p. 339.
[514] *Revista Académica*, N.º 22, de 1 de fevereiro de 1846, p. 339.
[515] Idem*, Ibidem.*

Outro ponto forte desta reforma foi a criação de escolas normais, partindo do pressuposto que o "ministério dos professores de ensino primário é um sacerdócio que precisa de uma iniciação prática", ideia defendida por Rodrigo da Fonseca. No decreto de 15 de novembro de 1836 tinha-se apenas dado um sinal a este respeito, declarando-se normais todas as escolas de ensino mútuo. *A Revolução de Setembro*, em maio de 1843, publicava o discurso de Mouzinho de Albuquerque no Parlamento, sobre o projeto de instrução, ainda em debate. Depois de recordar as suas funções de professor e governante, também as suas ideias para uma reforma da educação, a que agora juntava a experiência corrigida com os erros da vida, apontava ao legislador alguns pontos que lhe mereciam reparo. À partida, a falta de meios que impediam a sua concretização, como entravaram todas as reformas anteriores. E, sem eles, tudo continuaria na mesma por mais leis que se aprovassem nesse sentido. Depois, Mouzinho dizia não compreender duas coisas que reputava indivisíveis: a instrução e a educação. Quanto à seleção de professores para o primeiro grau do ensino primário, o exigido era absurdo, por não ser possível encontrar "na nossa terra homens que possuam tais conhecimentos, e que reúnam a eles a moralidade e demais condições", oferecendo-lhes um salário insignificante. Ainda sobre o edifício legal desta reforma, Mouzinho sugeria:

> Sr. Presidente, (…) em vez de fazermos uma lei nova, procuraria eu inserir no orçamento uma soma especial, aplicável aos melhoramentos da instrução pública, e apesar de não ser eu partidista dos votos de confiança, poria esta soma à disposição do Governo para que, aconselhado por uma corporação, ou corporações, que seria fácil designar, fosse dando gradualmente à execução e melhoramento sucessivamente, e generalizando sobretudo pelo Reino os meios de ensino. O Governo viria, no fim de cada ano, dar conta desenvolvida do que houvesse feito, das vantagens que houvesse obtido, dos inconvenientes que tivesse eliminado; votaria novas somas no ano seguinte, e assim por diante. Desses elementos, assim realizados, destes elementos assim estabelecidos, sucessiva e analiticamente, nasceria afinal um sistema real prático, existente e frutífero, e não iria eu criar um sistema belo talvez em escrito, mas nulo quanto a mim, na prática.[516]

Mouzinho de Albuquerque, com toda a experiência acumulada desde os seus tempos de Paris, vaticinava que o sistema criado era vazio de conteúdo e sem possibilidade de ser concretizado. Esta longa e pormenorizada exposição, depois de abordar diferentes deficiências da lei em estudo e debate terminava, fazendo um apelo para que o ensino passasse a ter uma componente marcadamente funcional, direcionada para a industrialização do país, o que requeria, na opinião do autor, uma interação entre a escola e o mundo do trabalho.

> Sr. Presidente, os cursos de aplicação às artes professados da cadeira não têm utilidade alguma prática; não ilustram nem como ciência, nem como arte. O que não é artista ouve o

[516] *Revolução de Setembro,* N.º 750, de 2 de junho de 1843, p. 3.

> professor sem o entender; o artista ri, as mais das vezes, da falta de conhecimentos especiais do eloquente professor. As artes, Sr. Presidente, aprendem-se, torno a repetir, nas oficinas.[517]

Com esta reforma o ensino primário foi considerado obrigatório,[518] sujeitando-se os pais que não mandassem os filhos às escolas a pesadas multas. Todavia, o mesmo diploma previa que, por razões económicas (caso da esmagadora maioria da população), se poderia justificar o não cumprimento da lei. Esta indefinição persistiu ao longo do século.[519]

Para a inspeção da instrução primária e secundária foram criados comissários em todos os distritos. Alguns periódicos manifestavam o receio "que a tenuidade do ordenado, e o serviço de reitores dos Liceus, a que são chamados os comissários, obste ao bom serviço que deles se espera",[520] dúvidas manifestadas anteriormente por Mouzinho de Albuquerque.

3.5 OBRIGATORIEDADE ESCOLAR E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO

Recuperando a ideia do jornal *O Movimento*, e da importância da obra feita por comparação com as medidas enunciadas e nunca cumpridas, julguei oportuno comparar a obrigatoriedade escolar (associada às medidas que temos vindo a tratar) e as taxas de escolarização. Os dados são referentes ao início da segunda metade do século XIX, e por isso esclarecedores no referente às políticas educativas até aí seguidas: em 1858 das três mil paróquias do país, cerca de duas mil não tinham professores de primeiras letras, e naquelas onde os havia, ou eram insuficientes ou a situação era deficiente. Dez anos depois, um atento observador escrevia que das 750 mil crianças com idades entre os 7 e os 15 anos, apenas cerca de 100 mil frequentavam as escolas.

Elucidativo o quadro onde vemos a data da introdução da escolaridade obrigatória, e as respetivas taxas de escolarização.

QUADRO 8. DATAS DA INTRODUÇÃO DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA EM DIFERENTES PAÍSES DA EUROPA, E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM 1870.

PAÍSES	INTROD. DA ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	TAXAS DE ESCOLARIEDADE EM 1870
Prússia	1763	67%
Dinamarca	1814	58%
Grécia	**1834**	**20%**
Espanha	**1838**	**42%**
Suécia	1842	71%
Portugal	**1844**	**13%**
Noruega	1848	61%
Áustria	1864	40%

[517] Idem, *Ibidem*.
[518] Este decreto conservou no mesmo pé as escolas pelo método de ensino mútuo (em perda acelerada de importância), ainda que por ele se não ache no decreto nem uma só palavra de predileção.
[519] A República (5 de outubro de 1910) extinguiu as ordens religiosas, onde se destacava a Companhia de Jesus, obrigando-as a deixar o país, ao mesmo tempo que abolia a doutrina cristã das escolas primárias. Perante as elevadas taxas de analfabetismo, a rondar os 70% da população, implementaram diferentes reformas, como a do ensino primário (1911), abarcando o ensino infantil e o ensino normal primário. João de Barros e João de Deus ajudaram a credibilizar a mudança.
[520] *Revista Académica*, n.º 22, de 1 de fevereiro de 1846, p. 339.

Suíça	1874	74%
Itália	1877	29%
França	1882	75%
Irlanda	1892	38%
Holanda	1900	59%
Luxemburgo	1912	-----
Bélgica	1914	62%
E. U. A.	------	72%

Fonte: Soysal & Strang, 1989, p. 278[521]

Quadros como este mostram que a obrigatoriedade do ensino (promulgada por Costa Cabral, em 1844) foi uma medida puramente retórica, sem nenhuma correspondência na alfabetização das populações, como ineficazes foram todas as tentativas de reforma anteriores. Como se pode verificar os estados que mais cedo declararam a obrigatoriedade escolar (casos da Grécia, Espanha e Portugal) foram aqueles que mais tardaram a implementar o sistema – no caso português houve que esperar cerca de 120 anos para que a Lei fosse minimamente cumprida!

O Instrutor Portuense (Porto, janeiro de 1844 a abril de 1845), um periódico mensal de educação dirigido por José Fernandes Ribeiro, procurou mostrar o estado comparativo da educação entre as várias nações da Europa, fazendo algumas observações sobre a natureza da instrução que, com maior eficácia, podia contribuir para o real benefício da geração nascente. Este texto enquadra-se no estudo comparativo de Soysal & Strang, o que evidencia que muitos jornalistas desta época tinham uma perceção muito clara da irrealidade em que se vivia – embora alinhassem com a ideia da obrigatoriedade do ensino, por via legislativa. Mas não ignoravam que a persuasão da opinião pública, através de campanhas bem pensadas, era de fundamental importância para o sucesso da medida, não podendo a obrigatoriedade da frequência escolar ser deixada ao cuidado das "exortações pastorais", nem das ordens dos ministros ou magistrados.

> Em nenhum país tem existido, até agora, um sistema compulsório de educação, exceto na Prússia, e em algum dos estados da Alemanha, posto que a necessidade de uma educação popular tenha chegado a ser princípio tão evidente que não haverá por aí pessoa alguma tão preocupada que se atreva, pela sua cegueira, a contrariá-lo.[522]

A *Revista Académica* (Coimbra, março de 1845 a novembro de 1854), um jornal literário e científico, mostrava-se preocupada com o Conselho Superior de Instrução Pública,[523] agora em Coimbra (Lei de 28 de setembro de 1844), para coordenar toda a instrução, presidido pelo reitor da Universidade, na ausência do Ministro do Reino. O artigo abordava a sua

[521] CANDEIAS, António (1993), *A Situação educativa portuguesa: Raízes do passado e dúvidas do presente*, p. 595.
[522] *O Instrutor Portuense*, N.º 15, 2.º ano, março de 1845, p. 33.
[523] O Conselho Superior de Instrução Pública foi um órgão criado pelo Decreto de 7 de setembro de 1835, assinado por Rodrigo da Fonseca Guimarães, como departamento governamental responsável pelas políticas de educação e cultura. Este Conselho Superior existiu até 1936 (Lei n.º 1941, de 11 de abril), com a criação do Ministério da Educação Nacional.

constituição e funcionamento, bem como os objetivos que pretendia alcançar e os meios para o fazer.[524] Um dos pontos mais aprofundados pela *Revista* de Coimbra foi o das multas pecuniárias, uma novidade no país, a castigar os pais dos alunos faltosos. Defendia-se uma aclaração do diploma, de forma a evitar ocorrências desagradáveis, que muito iriam prejudicar o "gosto de propagar a instrução". A legislação, a ser cumprida, implicava que só alunos de muletas seriam dispensados da frequência escolar![525] Em novembro do mesmo ano, a mesma revista publicava o tão esperado Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública, onde se dava a conhecer "o estado da instrução primária", bem como um regulamento geral para as escolas normais (Porto e Lisboa) e um projeto de seleta literária – tema de muita discussão na imprensa, por certo dinamizada por António Feliciano de Castilho.

> O [Regulamento] das escolas normais vai em breve ser aplicado à primeira instituição deste género, logo que terminem os trabalhos materiais que, para esse efeito, o Governo tem disposto na Casa Pia de Lisboa. Este primeiro ensaio, e porventura algum outro de género diferente farão decidir, pelos resultados práticos, qual dos sistemas hoje adotados no mundo civilizado para formar mestres deva ser preferido entre nós.
>
> O regulamento geral da administração das escolas primárias aguarda, ainda, o resultado de instruções provisórias que o Conselho tem transmitido às mesmas escolas por via de seus delegados.[526]

A partir de janeiro de 1846, a *Revista Académica* começou a publicar, tipo folhetim, um estudo sobre a história da instrução primária em Portugal. Por se tratar de um documento único, embora reporte à perspetiva do autor, importa recuperá-lo sempre que isso se justifique, pois fornece uma síntese de dados que ilustram os avanços e recuos do ensino no nosso país desde o Marquês de Pombal.

Considerando a situação, *O Jardim das Damas* (Lisboa, fevereiro de 1845 a 1849) apresenta uma série de artigos sobre a necessidade de uma nova reestruturação da Instrução Pública. Na terceira e última peça, o redator justifica a linha que gostaria de ver seguida. Estamos em 1849, cinco anos passados da reforma de Costa Cabral. Recuperando a ideia dos dois graus em vigor, sugere que se iguale em lugares o ensino masculino e feminino, continuando a frequência do 2.º grau para uma elite (feminina), que obtivesse *distinção* no exame do 1.º grau. Como impedimento da concretização deste projeto, a falta de manuais escolares adequados, para os dois ciclos programados, mestras habilitadas para dirigirem estas escolas, e verbas que permitissem custear as necessárias despesas. Também a *Revista Académica* segue a mesma linha editorial, adiantando soluções.

---

[524] *Revista Académica*, N.º 2, de 1 de abril de 1845, p. 17.
[525] Idem, *Ibidem*.
[526] Idem, N.º 16, de 1 de novembro de 1845, p. 241.

> Indicámos, em primeiro lugar, a necessidade absoluta de uma reforma ampla e completa de toda a instrução e, em segundo lugar, a de se criarem para o sexo feminino escolas de 1.º e 2.º grau, equiparando aquelas em número quanto fosse possível, com as que existem de semelhante espécie para o sexo masculino; ou pelo menos empregar os mais enérgicos esforços para que desapareça a vergonhosa desproporção que existe atualmente.[527]

3.6. O ENSINO BÁSICO E O MUNDO DO TRABALHO

A *Revista Académica*, em abril de 1845, publicava um artigo assinado por *J. A. S.* sobre "A agricultura e a instrução popular em Portugal", onde o autor defendia, na linha de muitos outros, a ilustração dos trabalhadores dos campos, única forma de não se condenar o lavrador a ser um "mero autómato", escravo de "uma servil e cega imitação" que o impedirá de progredir socialmente.[528] E, para vencer a apatia, *J. A. S.* acreditava que isso só seria possível entre nós quando o estudo das ciências fosse facultado a todas as classes da sociedade, libertando o trabalhador de ser o eterno escravo, vivendo de forma "miserável e obscura". Cada um deveria possuir noções científicas percetíveis, embora elementares, de forma a poder guiar-se pelos "princípios sistemáticos da teoria, pelos luminosos conselhos da experiência", fugindo à condição de autómato, numa "cega imitação que jamais melhorará a sua condição social".[529] Também em 1846, a *Revista Recreativa* (Lisboa, abril a dezembro de 1846), num texto "traduzido do espanhol G. de C.", apresentava um plano para as Escolas Agrícolas – uma aprendizagem específica, direcionada para o mundo do trabalho, que muito poderia contribuir para combater o absentismo escolar.

> A instrução agrícola deve ser proporcionada aos indivíduos que a este ramo forem destinados, desde os seus mais verdes anos; e com a maior atenção das pessoas que devem aplicá-la, umas praticando mesmo os trabalhos agrícolas, outros praticando-os e dirigindo-os, outros simplesmente dirigindo-os. Os primeiros elementos de agricultura necessários a todos os habitantes de qualquer povoação podiam facilmente ser ensinados nas escolas de instrução primária (...).[530]

Para os ensinamentos básicos, aconselháveis aos alunos de uma qualquer povoação rural, o local a privilegiar seria a escola de instrução primária. Tais estabelecimentos seriam da maior utilidade nas províncias, propagando as boas práticas, não só na cultura em geral, como também em horticultura e arboricultura aplicáveis a diferentes províncias, para tornar mais extensivas as regras mais necessárias e apropriadas a cada uma delas.[531] Para isso ser possível havia que habilitar os mestres nesta disciplina, o que implicava serem obrigados a completar um curso de agricultura elementar.

---

[527] *Revista Académica*, N.º 23, de 15 de fevereiro de 1846, p. 355.
[528] Idem, N.º 3, de 15 de abril de 1845, p. 43.
[529] Idem, *Ibidem*.
[530] *Revista Recreativa*, N.º 20, sem data, pp. 159-160.
[531] Idem, n.º 21, sem data, p. 168.

A *Revista Popular* (Lisboa, março de 1848 a 1855), num artigo intitulado Instrução Popular, vem dizer que há melhoramentos na indústria a que todos dão pouca atenção, mas que produzem acréscimo considerável de riqueza. O artigo levava o leitor a considerar a autonomia no trabalho como uma virtualidade, geradora de riqueza. Acontece que esta autonomia chocava com o ensino hierarquizado, centralizado no mestre, defendido pelo ensino mútuo.

> Suponhamos que uma certa operação industrial pode fazer-se em três minutos, e que o operário mais instruído descobre um processo, uma simples modificação, de que resulta a economia de um minuto. Desta economia rir-se-á muita gente, e realmente ela é insignificante, se a considerarmos isolada. Mas suponhamos que o operário tem de repetir o seu processo muitas vezes, durante o dia – suponhamos que não tem outra coisa a fazer, e que em dez horas de trabalho, repete a mesma operação. A economia de um minuto, multiplicada pelo número de vezes que ele tem de repetir o processo, produzirá três horas e vinte minutos.[532]

No número seguinte, a mesma revista transcrevia um artigo extraído do jornal, "*O Constitucionuel*", onde se continuava a defender o ensino técnico como forma de enriquecer o país, para se melhorar a vida dos seus habitantes. A partir deste raciocínio defendia que numa nação onde o povo vive com dificuldade, os artistas e os operários especializados em "objetos de luxo" não têm que fazer. Como corolário desta situação viver-se genericamente pior, porque "não há palácios, mobílias de luxo, baixelas ricas, adereços magníficos, trens brilhantes, rendas, caxemiras, bordados, veludos, nem mesmo bibliotecas". E concluía:

> Tudo isto de menos, o que é, no fim de contas, senão um mundo inteiro de trabalhadores lançado à margem sem pão e sem recursos? Não esqueçamos a numerosa criadagem entregue à fome, e obrigada a mendigar o sustento, lançando-se nas outras carreiras industriais, já tão cheias de estômagos esfaimados. A nação cujos cidadãos estão todos em más circunstâncias contenta-se com os objetos indispensáveis para a vida, para o vestuário, para a habitação, reduzidos às formas mais simples. É a morte da indústria aperfeiçoada. A nação, inteiramente pobre veste burel, calça tamancos, sustenta-se com parcimónia das substâncias mais ordinárias. Aqui não são só as artes e a indústria que ficam suprimidas.[533]

O curioso neste artigo é a defesa, perfeitamente atual, de uma indústria centrada em produtos de valor acrescentado, [534] o que implicava um ensino técnico específico e uma aposta na inovação, com melhores salários - com os inerentes reflexos na economia do país.[535]

O semanário *O Baratíssimo*, ou "pequeno civilizador popular (Lisboa, julho de 1848 a maio de 1849), apresentava o "programa das primeiras questões da utilidade geral, que hão-de

[532] *Revista Popular*, N.º 11, de 13 de maio de 1848, p. 82.
[533] Idem, *Ibidem*.
[534] Um produto pode ser apetecível para o comprador por diferentes razões: pelas suas especificidades, pelo preço ou, sendo mais caro que o da concorrência, por possuir um conjunto de caraterísticas que o valorizam. Isto implica um ensino direcionado para a inovação, gerador de mão-de-obra qualificada, melhor onerada, capaz de reproduzir riqueza.
[535] *I*dem, *Ibidem*.

ser discutidas na pequena Academia de Massarelos".[536] De notar como o autor articulava a organização escolar com outras necessidades urgentes, como as vias e meios de comunicação, num programa muito próximo do que haveria de defender Fontes Pereira de Melo (1819-1887) na segunda metade do século XIX.[537] *O Baratíssimo* apresentava, como originalidade do seu programa, a colocação de militares ao serviço das populações. E interrogava-se: Quais são, no momento presente, no nosso Portugal, as necessidades públicas mais urgentes e que não podem já ser diferidas por mais tempo? As respostas eram simples e objetivas: em destaque, a organização da instrução popular e do ensino primário.[538]

O semanário setembrista *O Auxiliador Industrial Português, ou arquivo dos progressos industriais* (Lisboa, 1849), sobre a "instrução necessárias para as classes artísticas", apontava o modelo francês em contraponto com outros onde os "discípulos são abandonados à sua própria direção", sem estímulos nem orientação. Como resultado, salvo raras exceções, os alunos saírem mal preparados, "sem habilidade alguma na arte que seguiram". E adiantava:

> Grande é a diferença entre as predisposições de espírito de um mancebo que a fortuna conduz ao colégio, e a do operário a quem a precisão de se preparar a aprender uma profissão conduz a uma escola industrial; não seria certamente que as capacidades nativas fossem maiores em um do que no outro; mas as diferenças na educação doméstica, e nas respetivas esferas de ideias que aí se reúnem, as estabelecem muito grandes, na preparação dos espíritos que se trata de interessar e de conduzir a compreender.
>
> O que desejaríamos, seria uma instrução primária abundantemente espalhada; seria isto o Primeiro Grau que, para o povo corresponderia à educação doméstica das pessoas abastadas (…).[539]

A Assembleia Literária (Lisboa, agosto de 1849 a abril de 1851), num artigo de J. R. de Figueiredo, também defendia o ensino industrial, apelando ao povo português para dar preferência aos produtos nacionais – tão bons como os melhores.

> A experiência tem demonstrado que a indústria é uma das principais fontes da riqueza de qualquer estado. No nosso Portugal a indústria, se tivesse a proteção de que necessita, podia rivalizar com a dos outros países, pois neste país não faltam homens hábeis em todos os ramos de indústria.[540]

O semanário *O Ateneu* (Lisboa, janeiro 1850 a março de 1851), de Serpa Pimentel, também defendia a instrução profissional, embora se impusesse definir que doutrinas deviam suportar este ensino, apontando a França e a Alemanha como exemplos.[541] Ainda pela pena de

[536] Esta "Academia" é uma figura literária para o redator do periódico explanar todos os seus projetos de reformas – fórum onde se apresentam e discutem ideias.
[537] Fontismo: Nome dado à política de fomento de vias de comunicação e transportes, levada a cabo num período de acalmia política e crescimento (1868-1889), num ambicioso programa financiado com recurso a empréstimos externos.
[538] *O Baratíssimo*, N.º 2, de 7 de agosto de 1848, p. 14.
[539] *O Auxiliador Industrial Português*, N.º 6, sem data, 1849, pp. 41-43.
[540] *A Assembleia Literária*, N.º 17, de 1 de dezembro de 1849, pp. 130.
[541] *O Ateneu*, N.º 8, de 24 de fevereiro de 1850, p. 60.

A. J. de Figueiredo, da *Assembleia Literária*, a continuação do artigo sobre a necessidade de se criar entre nós o ensino técnico, onde abordava as especificidades do país, e por isso defender uma política diversificada, onde a indústria, o comércio interno e a agricultura deveriam ser igualmente acarinhados e protegidos.

> Todos os dias se ouve dizer que Portugal é um país essencialmente agrícola e, daí concluem alguns que deva ser exclusivamente agrícola. Ainda que esta segunda proposição pouco tenha como o objeto especial, que nos propomos tratar, julgamos contudo dever declarar, antes de passarmos mais adiante, que a rejeitamos formalmente; entendemos, até, que os que proclamam tal doutrina fazem talvez, sem o saber, grande mal à nossa agricultura.[542]

O semanário *A Semana* (Lisboa, janeiro de 1850 a agosto de 1852), de João de Lemos Seixas Castelo Branco, num artigo de António Feliciano de Castilho, privilegiava a reforma do Conselho Superior, por este ter a seu cargo a superintendência de toda a instrução pública do Reino, sendo no entanto incapaz de apresentar programas devidamente estruturados, aprovando livros inadequados, relegando para um imerecido lugar um método que prometia ensinar a ler e escrever em poucas lições, podendo ser aplicado nas escolas ou em ambiente doméstico. A verdade é que a vulgarização cultural nunca aconteceu, mantendo Portugal desníveis de alfabetização em relação à Europa, e mesmo dentro das suas fronteiras: litoral/interior, homens/mulheres, ricos/pobres. Isso levou muitos jornalistas, escritores e pedagogos a interrogar-se: Que se passava com o sistema público de ensino, obrigatório e gratuito, desde 1835? A verdade é que esta surpresa histórica, muito comentada e discutida, nunca foi compreendida em todas as suas dimensões. E, de certa forma, ainda hoje nos deparamos com resultados desanimadores apesar do investimento feito nas últimas dezenas de anos.

QUADRO 9. ALFABETISMO EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS (1850)

	PORTUGAL	ESPANHA	FRANÇA	BÉLGICA	ITÁLIA	IRLANDA
1850	**+75%**	**+75%**	**40-50%**	**40-50%**	**+75%**	**45%**

Fonte: FONTES, Carlos. *Navegando na educação*. Artigo disponibilizado em educar.no.sapo.pt/.

Na Europa ocidental, entre os séculos XIV e XV, só uma minoria da população sabia ler e escrever. Refiro-me, particularmente, aos clérigos e nobres. A universalização do ensino começou na Europa germânica e escandinava (séculos XVI e XVII), embora só nos finais do século XVIII e início do século XIX encontramos escolas públicas (gratuitas) destinadas ao ensino do ler, escrever e contar, prática que gradualmente se tornou obrigatória, de acordo com as possibilidades económicas de cada país – tornando-se uma forma de poder e prestígio. No caso português, as taxas de alfabetização da população variam de norte para sul, do litoral

[542] Idem, N.º 11, de 17 de março de 1850, p. 85.

para o interior, numa sociedade profundamente dividida. Nas cidades, embora os desvios fossem menores, o fenómeno tornava-se mais dramático: Sentir-se analfabeto, dentro de uma sociedade letrada, constituía uma violência, embora simbólica, que cerceava a cidadania e impedia o sujeito de se afirmar pela positiva, levando-o naturalmente a aceitar a discriminação e, mais grave ainda, fazendo com que ele próprio se excluísse – isto numa sociedade burguesa, capitalista, onde a procura do lucro fácil fazia esquecer os princípios filosóficos ou religiosos que todos diziam defender.

A exploração dos trabalhadores, homens e mulheres iletrados (muitos em idade escolar), não se verificava apenas no salário. As condições de trabalho, os horários, a sonegação dos mais elementares direitos individuais e sociais acentuaram-se de acordo com as taxas de iliteracia de cada país – onde o Estado (sob o manto de uma vaga proteção social) nunca soube fiscalizar os empreendedores, cada vez mais ricos, tão úteis para as finanças públicas.

3.7. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO III

A alusão nos documentos constitucionais ao ensino das primeiras letras passa, predominantemente, pela sua conexão aos direitos e deveres dos cidadãos, ao reconhecimento que eles constituem um direito civil e político, e à inevitabilidade de reunir os esforços públicos e privados para uma efetiva democratização no acesso ao ensino. Garantir essa regalia era o princípio básico para votar e ser eleito. O Art.º 33 da Constituição de 1822, era claro: "Na eleição dos deputados têm voto os portugueses (…). Da presente disposição excetuam-se: (…); VI. Os que, para o futuro, em chegando à idade de vinte e cinco anos completos, não souberem ler e escrever". Todavia, os quadros 17 e 18 permitem dizer que o analfabetismo, apesar das boas-vontades e reformas decretadas, venceu todas as medidas pensadas para o combater, tornando-se numa das caraterísticas mais marcantes da nossa identidade nacional, apesar de todos os diplomas constitucionais oitocentistas consagrarem um espaço privilegiado à educação – associada ao exercício da cidadania e ao reconhecimento que se tratava de um direito civil e político de todos.

A antinomia entre atraso e progresso, cujo diferencial foi colocado na instrução proposta pela *intelligentsia* liberal e pela censura absolutista, foi tema recorrente numa imprensa com aspirações educadoras e construtoras do saber científico, recorrendo muitas vezes a traduções estrangeiras para justificar e validar propostas inovadoras, geradoras de progresso e bem-estar, combatendo as desigualdades, procurando ingenuamente extirpar a violência da sociedade: *Abrir escolas é fechar penitenciárias* – Ferreira-Deusdado em 1886.[543]

[543] Manuel António Ferreira Deusdado (1858-1918) foi um pedagogo, filósofo e escritor que se notabilizou pela publicação da Revista de Educação e Ensino, onde defendeu uma verdadeira reforma no ensino.

Finalmente, considerando todos os *recortes* apresentados, deve dizer-se que houve ao longo da primeira metade do século XIX uma evolução do pensamento científico-pedagógico no que diz respeito à construção dos saberes que importava transmitir aos alunos e alunas, num palco onde os diferentes atores lutaram para fazer prevalecer sistemas e métodos, servindo-se dos periódicos para amplificarem a sua voz. O ensino praticado nas escolas públicas refletia um imaginário de sociedade com modelos perfeitamente definidos, sem que as reformas então idealizadas e implementadas permitis- sem esbater significativamente as fronteiras entre grupos sociais e respetivas relações de poder.

Importante, na visão de muitos articulistas, uma definição clara do que era preciso saber para se ensinar, o que e como ensinar, e os destinatários desse ensino. Nestes pressupostos residia a diferença de discursos entre conservadores e reformadores. Num momento onde todos falavam da educação/instrução como uma alavanca do progresso da nação, os planos de ensino deveriam expressar as necessidades reais do país, sendo à partida a componente técnica um requisito essencial para a desejada recuperação económica, independentemente dos estudos clássicos continuarem a permitir o acesso à Universidade.

Esta regeneração deveria servir o homem ou a economia? Por isso encontrarmos, frequentemente, a ideia de que a concretização histórica do currículo passa por disputas de legitimação (ou deslegitimação) de diferentes campos do saber, bem como da importância social que determinados grupos atribuem a áreas que ganharam ou perderam influência conforme a ideologia reinante.[544] Independentemente dos desvios, na primeira metade de oitocentos o ensino tornar-se-ia, progressivamente, mais especializado e complexo – exigência da modernidade. Só assim se poderiam formar os diferentes quadros necessários ao funcionamento da indústria: desde os administradores, técnicos especializados, à mão de obra qualificada.



Caricatura do Zé Povinho "burro de carga, besta de nora, aguentando pauladas, sacos de vergonhas, feixes de misérias, sem uma rebelião, um mostrar de dentes, a energia de um coice, pois que nem já com as orelhas é capaz de sacudir as moscas" de que falava Guerra Junqueiro, no final do século XIX.

Paralelamente a esta inovação pelo conhecimento, patenteava-se uma ideia de reforma social. Assim, eram notórias duas orientações pedagógicas com grande impacto

[544] Em Portugal, o pioneiro da reflexão histórica e sociológica sobre o desenvolvimento curricular foi, nos anos 80 (século XX), Luís Reis Torgal, um autor incontornável para quem pretender aprofundar este tema.

potencial no desenvolvimento da sociedade: o saber fazer, e para isso a leitura, a escrita e alguns conhecimentos elementares de matemática apresentavam-se como fundamentais; o saber ser, já que se pretendia formar cidadãos conscientes (o liberalismo incluía este objetivo no seu discurso legitimador). Por outro lado, assiste-se, a propósito do ensino, a um discurso político-social onde, como numa grande arena, se confrontavam os ideais do passado, do presente e de um futuro que já era presente na Europa mais evoluída. Importa dizer que uma parte considerável dos jornais e revistas consultadas evidenciava uma preocupação séria acima das lutas partidárias na divulgação científica e cultural, sem esquecer o entretenimento. No entanto, o que merece destaque, do meu ponto de vista, é que por muitas publicações politicamente mais empenhadas, perpassa um sentido crítico de feição progressista que se traduzia nas constantes denúncias dos impasses e contradições dos governos liberais. Os autores que aí escreviam, em sintonia com as mudanças que iam ocorrendo fora fronteiras, lançavam as sementes programáticas (o terreno favorecia) de um novo modelo de sociedade, a que se opunham, naturalmente, as folhas mais conservadoras. Infelizmente, não havia um projeto coerente. Nem isso era possível no contexto de conturbação política em que decorria o processo de afirmação de um sistema económico ainda tão incipiente como era, na altura, o capitalismo português.

USC UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

CAPÍTULO IV

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

Nas nossas memórias ficou para sempre a recordação, boa ou má, da escola onde aprendemos a ler e a escrever. Trata-se de uma apropriação natural: *a minha escola*… Todavia, esta escola, perdida no nevoeiro da distância, não é mais que um edifício pensado como resposta a necessidades pedagógicas mutáveis, variando de acordo com diferentes conceitos de arquitetura ou novos métodos de construção. Em Portugal o cuidado com o espaço escolar ocorreu na década de sessenta, do século XIX, quando estas *casas de escola* chegaram às pranchetas dos arquitetos.[545] Mas a escola é muito mais que um edifício. Com efeito trata-se de uma organização complexa, dotada de estrutura própria, com o objetivo de educar, instruir e intervir no meio, que pode ser abordada de diferentes formas - desde a globalidade do sistema à sala de aula.

Os textos que selecionamos para este capítulo, embora publicados entre 1820 e 1851, deixam transparecer um sistema escolar distante da clarividência pedagógica e social defendida, muitos anos antes, por Luís António Verney (1713-1792),[546] vulto maior do Iluminismo português e um dos mais famosos estrangeirados, defensor de uma escola gratuita para todos (inclusiva), o que lhe valeu a incompreensão da Corte de D. José. Os legisladores liberais, na linha do "despotismo esclarecido" do Marquês de Pombal, como temos vindo a ver, nunca tiveram vontade política de universalizar a escola. O preâmbulo da Carta de Lei, de

[545] Principais fases da construção escolar no século XIX:
-Testamento do Conde de Ferreira, março de 1866.
-Publicação, na folha oficial, das "Condições que devem ser observadas na construção das casas de escola", julho de 1866.
-Primeiro projeto-tipo de uma escola primária (em Portugal), 1866.
-Construção de 120 edifícios "Conde Ferreira" até finais de 1880.
-Jardim de Infância do Passeio da Estrela (em Lisboa), primeiro jardim infantil, no âmbito das comemorações do centenário de Froebel, projeto do arquiteto José Luís Monteiro, 1882.
-Liceu da Cerca do Convento de Jesus (Passos Manuel).primeiro edifício expressamente destinado a liceu, projeto do arquiteto José Luís Monteiro, década de 1890.
-Escola "Adães Bermudes"
-Aprovação de um "Programa para elaboração de projetos de edifícios destinados a escolas de instrução primária", janeiro de 1898.
-Projeto do arquiteto Arnaldo Redondo Adães Bermudes para três tipos de edifícios de escolas primárias, março a setembro de 1898.
-Atribuição da Medalha de Ouro, da Exposição Universal de Paris, aos projetos para escolas primárias de Adães Bermudes, 1900.
-Construção dos edifícios "Adães Bermudes", de 1900 a 1912.

[546] Filósofo, professor, padre, teólogo e escritor português. *O Verdadeiro Método de Estudar,* criticando os métodos tradicionais, excessivamente teóricos, defendia que o ensino devia basear-se nas realidades concretas e na experiência, ser ministrado a todas as classes e a ambos os sexos (nível básico), custeado pelo Estado.

6 de novembro de 1772, tornava claro que as *aulas* então criadas não eram destinadas aos que "necessariamente empregados nos serviços rústicos e nas artes fabris, que ministram o sustento dos povos e constituem os braços e mãos do corpo político" pois, para as "pessoas desses grémios" bastariam "as instruções dos párocos", ou seja, o catecismo – uma ideia de educação já defendida pelo enciclopedista Ribeiro Sanches (1699-1783), nas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760).

O periódico liberal e recreativo *O Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de 1822), uma folha de combate aos "jornais caluniadores"[547] (absolutistas), dois anos passados sobre a revolução de Agosto escrevia, dentro da linha do preâmbulo da referida Carta de Lei de 1772.

> Não diremos que o comum do povo receba conhecimento, e o mesmo género de instrução, que convém a pessoas destinadas a trabalhos mais superiores; porque as ciências, que merecem propriamente este nome, as artes liberais, e todos aqueles exercícios que formam uma bela educação, não são próprias do povo, antes lhe serão inúteis e fastidiosas (…).[548]

Opiniões como as do *Conciliador Lusitano* deixam perceber que a Revolução Liberal, no campo educativo, nunca assumiu uma linha revolucionária e popular, optando por uma dinâmica reformista evolutiva, isto é, caraterizadamente burguesa. Isto explica a razão dos legisladores vintistas nunca plasmarem na Constituição uma verdadeira reforma educativa como seria de presumir, atendendo ao valor dos constituintes. Assiste-se, tão só, à substituição do centralismo pombalino (Real Mesa Censória) pela Junta da Diretoria Geral dos Estudos e Escolas do Reino, dependente da Universidade de Coimbra. Os diferentes governos liberais nunca ousaram quebrar esta hegemonia, pesem algumas medidas centralizadoras de alguns governantes – caso de Rodrigo da Fonseca Guimarães. E, talvez por isso, a sua reforma não ter saído do papel…

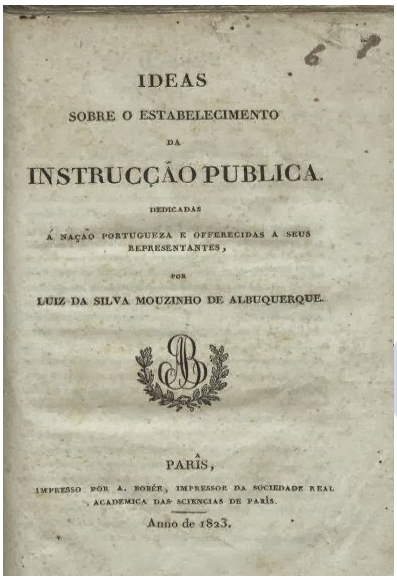
Não espanta, pois, ler-se no periódico *Mnemosine Constitucional* (Lisboa, setembro de 1820 a junho de 1821) denotando o desconforto e a preocupação de Pedro Alexandre Cavroé (1776-?) pelo impasse em que a Revolução parecia atravessar: "Que indolência e timidez é a vossa, Portugueses?"[549] Apesar das incongruências, mais ou menos evidentes, todos os projetos para reestruturar o ensino público (estatal ou particular) estiveram dependentes de conjunturas político-ideológicas, económicas e culturais, que foram variando conforme a

[547] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit., p. 342.
[548] *O Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.
[549] *Mnemosine Constitucional*, N.º 1, de 25 de setembro de 1820, p. 3 - um jornal cultural e patriótico, cujo fim "era divulgar as coisas gloriosas de Portugal". Embora muito lido, e com muitos assinantes (listas publicadas nos números XIII, pp. 216-220 e XXVI, pp. 416-420), o autor foi obrigado a emigrar para o Rio de Janeiro devido às suas convicções liberais onde, segundo *Inocêncio* (tomo VI, p.381), "foi muito bem acolhido por D. Pedro I".

sensibilidade dos ministérios. A partir de 1815 começamos a encontrar, em alguns periódicos de pendor liberal, textos com as expressões educação e instrução pública.

> A educação e a instrução proporcionada aos deveres de cada classe no estado social é o melhor meio que o homem tem de ser feliz na sociedade, e o mais sólido, por não dizer único, que os governos possuem, para promover a felicidade das famílias, e assegurar a tranquilidade dos estados.[550]

No período de tempo investigado (1820-1851), e como pilares fundamentais da educação, anotamos o ambicioso e inovador projeto (já referido), de Mouzinho de Albuquerque (1823), a intervenção pública de Almeida Garrett aquando da vitória liberal (1834), as medidas legislativas de Rodrigo da Fonseca (1835), tão elogiadas por Alexandre Herculano, as reformas gerais de Passos Manuel (1836), que estiveram na origem da criação do ensino secundário, e de Costa Cabral (1844). Todas estas ideias de mudança nunca obtiveram sucesso, quer por falta de meios, quer pela impaciência na obtenção de resultados que se queriam imediatos, quer ainda pela instabilidade política que caraterizou a monarquia constitucional portuguesa até à Restauração de 1851.[551] Um outro aspeto inibidor para um setor liberal mais conservador, foi a perceção que a escola alargada a toda a população poderia assumir, potencialmente, um papel transformador da sociedade.


IDEAS
SOBRE O ESTABELECIMENTO
DA
INSTRUCÇÃO PUBLICA.
DEDICADAS
Á NAÇÃO PORTUGUEZA E OFFERECIDAS Á SEUS REPRESENTANTES,
POR
LUIZ DA SILVA MOUZINHO DE ALBUQUERQUE.
PARIS,
IMPRESSO POR A. BOBÉE, IMPRESSOR DA SOCIEDADE REAL ACADEMICA DAS SCIENCIAS DE PARIS.
Anno de 1823.

4.1. CONTINUIDADES, RETROCESSOS E MUDANÇAS ENTRE 1820 E 1834

No primeiro período liberal, os debates parlamentares dos deputados constituintes procuraram encontrar soluções que recuperassem o ensino do imobilismo de décadas anteriores. Paralelamente, dentro e fora de fronteiras, muitos cidadãos sentiram-se na obrigação de colaborar com a revolução, elaborando pareceres técnico-filosóficos que ajudassem o país a construir uma estrutura escolar eficiente. A imprensa foi uma das tribunas privilegiadas para a apresentação destas propostas, destinadas mais aos constituintes vintistas do que ao público leitor. Acredita-se que muitos destes contributos se tenham perdido sendo comum citar, como exemplo destes documentos, as *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública, dedicadas á nação portuguesa, e oferecidas a seus representantes*, de

[550] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, tomo II, outubro de 1818, pp. 1-40.
[551] Os liberais radicais foram os que mais defenderam a educação das populações, certos que a escola poderia assumir, potencialmente, um papel transformador da sociedade.

Mouzinho de Albuquerque - obra editada em Paris (1823),[552] e aqui já referida, onde defendia a criação de uma rede paroquial de escolas primárias para os dois sexos (método mútuo), e uma rede concelhia de escolas secundárias, plano que apenas se concretizaria mais de um século depois! Também o *Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823), redigido por Joaquim Alves Sinval "numa posição ultraliberal e o mais popular jornal desse período",[553] defendia um ensino para todos, obrigatório e suportado pelo erário público.

> Para os povos serem instruídos necessitam de saber ler, escrever e contar: para isto deveria tratar-se nas Cortes, de lei para haver nas cidades, vilas e aldeias, mestres examinados, pagos pela nação, sendo todos obrigados a mandar às escolas os seus filhos.[554]

Sinval, por vezes de forma panfletária, colocando estas necessidades como prioritárias nunca escreveu, na linha da maioria dos seus contemporâneos, sobre a inexistência de "casas de escola" próprias, admitindo que as aulas de "ler, escrever e contar" poderiam ser dadas em casa do professor, devendo contudo "ter hora certa a entrada (…) tendo tido tempo [o aluno] de servir o Pai ou o Amo".[555] Pressupõe, por certo, o autor do artigo, que antes da escola, o aluno poderia ajudar os familiares, ou outros, com trabalhos braçais – impedindo que as aulas fossem obstáculo à realização dessas tarefas. O *Astro da Lusitânia* e os periódicos liberais contemporâneos viviam em clima de exaltação à liberdade, denunciando os abusos e os privilégios, acreditando que os normativos constitucionais que estavam a ser discutidos nas Cortes iriam moralizar definitivamente o país. Reconhece-se uma preocupação com o *ensina*r e o *instruir*, descurando-se a sala de aula como espaço físico.

O *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821), depois de valorizar a importância de se conhecer bem a índole própria de cada aluno, interrogava-se: onde poremos nós os educandos, para que eles estejam resguardados do pernicioso espetáculo dos vícios? Como prevenir que eles vejam os excessos das paixões? Sugerindo que "para educar os meninos seria a muitos respeitos preferível um lugar desviado da cidade; nesta, os maus exemplos estragam tudo. No campo o educador poderia regular melhor os objetos que lhe conviesse mostrar aos meninos. A sua reputação, discursos e benefícios, teriam mais brilho e influência do que no meio do tumulto das cidades".[556] Esta preocupação moral com e educação esteve muito presente nos discursos educativos da imprensa vintista, deixando

[552] O autor, neste período, vivia em Paris onde colaborava nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (julho de 1818 a abril de1822), jornal de seu sogro José Diogo Mascarenhas Neto. Ao editar, estas "*Ideias para o estabelecimento da instrução pública* (…)" Mouzinho garantiu a preservação desta obra de índole progressista, permitindo um estudo comparativo com a sua prática, anos mais tarde, como governante, numa linha conservadora.
[553] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 336. Inocêncio (tomo IV, p. 131), referindo-se a este jornal: "O Astro, que durou até à suspensão das garantias, que precedeu a queda da Constituição em junho de 1823 (…) era um dos periódicos mais lidos e acreditados daquela época, distinguindo-se pela oposição que fazia aos atos do ministério no sentido ultraliberal".
[554] *Astro da Lusitânia*, N.º 109, de 31 de março de 1821, p. 1.
[555] Idem*, Ibidem*.
[556] *Despertador Nacional*, n.º VI, de junho de 1821, p. 319.

transparecer uma ideia de recato em tudo semelhante à das antigas escolas conventuais. Na mesma linha, o periódico liberal *O Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de 1822), sai a terreiro a defender o ensino particular, num momento de grande ofensiva da imprensa absolutista, perante a passividade do governo.

> Os estabelecimentos particulares, conhecidos pelo nome de casas de educação, oferecem menos desgosto, ainda que tenham menor extensão e celebridade que os outros. Eles correspondem bem às vistas de um bom pai de família que tomou o partido de separar seus filhos, tanto para os livrar dos perigos da educação doméstica, como para lhes procurar os socorros que ela não pode oferecer. Conhecem-se muitos destes estabelecimentos que têm merecido a aprovação geral pela maneira com que são dirigidos (…).[557]

Neste período são muitos os *Avisos* a anunciarem a aberturas de aulas no ensino privado, em casas particulares e colégios – onde os alunos, mediante um pagamento, ficavam sob regime de pensionato durante o ano letivo.[558] Surgia o conceito de utilizador pagador, garantindo um ensino em conformidade com as possibilidades de cada família, ao mesmo tempo que salvaguardava, legalmente, uma instrução mínima aos filhos das classes inferiores. Acredito tratar-se de uma solução que feria a consciência de muitos dos homens da Revolução, mas que garantia um apoio moderado de largas franjas burguesas e aristocráticas (independentes) à causa liberal.

Entretanto, das Cortes Constituintes iam saindo diplomas, alguns muito encorajadores, no que à educação dizia respeito, embora pouco comentados pelos jornais: "Às câmaras pertence cuidar de tudo o que é concernente ao governo administrativo das cidades e vilas, e conseguintemente, cuidar das escolas de primeiras letras, e outros estabelecimentos de educação que forem pagos pelo rendimento públicos; e bem assim dos hospitais, casas de expostos, e outros estabelecimentos de beneficência conforme as regras que se hão de prescrever.[559] O mesmo jornal do Porto dirigido pelo tipógrafo João Nogueira Gandra (1788-1859), um grande combatente liberal, agradecia ao sistema constitucional o interesse pela "educação pública de meninas".

> Fora da mestra de meninas gratuita que existe na Irmandade de N. Senhora do Terço e Caridade, não consta que houvesse no Porto onde se ensinasse às meninas pobres a ler, escrever e contar (…).Agora, porém, graças ao Sistema Constitucional, já temos no Porto onde a gente pobre possa mandar educar suas filhas, não só a ler, a escrever e a contar, mas a todos os trabalhos necessários para uma educação decente.
>
> Duas aulas régias para meninas estão decretadas para a cidade do Porto, com 90$000 réis de ordenado anual, e com a condição de um exame regular de capacidade literária (…).[560]

[557] *O Conciliador Lusitano*, N.º 18, de 7 de outubro de 1822, p. 275.
[558] *Borboleta Constitucional*, N.º 110, de 20 de setembro de 1821, p. 4.
[559] Idem, N.º 70, de 3 de Agosto de 1821, pp. 1-2. O recorte reporta a um diploma *Das Câmaras, ou do Governo Administrativo das Cidades e Vilas,* Capítulo II
[560] Idem, N.º 14, de 16 de janeiro de 1822, p. 4.

Ainda no *jornal do Gandra*, e nas notícias das Cortes (sessão de 29 de março de 1822), quando se caminhava para a promulgação da Constituição – 23 de setembro de 1822, jurada por D. João VI em 1 de outubro seguinte, podemos ler: "O Art.º 215 passou assim: Em todos os lugares do reino onde convier se estabelecerão e dotarão suficientemente, escolas, em que se ensine à mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar." [561] O semanário de Coimbra *Censor Provinciano* (dezembro de 1822 a fevereiro de 1823), referindo-se ao Projeto de Lei anterior (lido nas Cortes pelo deputado Doutor José de Sá Ferreira Santos do Vale (sessão de 4 de dezembro de 1822), adiantava premonitoriamente:

> Antes de decretar estabelecimentos de instrução, dizia Fabre de Eglantine, é necessário determinar o que se deve ensinar, fazer novos mestre, etc. Reconhecida a justiça desta sentença deve ter-se em muito particular atenção o seu conteúdo – determinar o que se deve ensinar; e fazer novos mestres.[562]

Defraudando todas as espectativas, a Constituição de 1822 dedicou, como historiamos, pouco espaço à educação, embora estabelecesse a gratuitidade da instrução primária para todos os cidadãos. Segundo Joaquim de Carvalho,[563] o mais antigo texto constitucional português é tecnicamente um dos mais bem elaborados, e embora não tenha dado origem a uma verdadeira prática constitucional, exerceu uma influência profunda nas instituições e no direito político, iniciando em Portugal a organização jurídica da democracia. Ainda no *Censor Provinciano,* pela pena do seu redator principal José Pinto Rebelo de Carvalho (1792-?),[564] Doutor da Faculdade de Coimbra, vemo-lo a partilhar do entusiasmo e da esperança popular, acreditando que dias melhores estavam para chegar, embora considerasse insuficiente a criação de escolas sem uma forte aposta na formação de professores.

> A Constituição determina (artigo 237) que "em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis". Mas por escolas, que preencham devidamente aqueles fins, não se podem entender as escolas atuais. Para elas serem verdadeiramente úteis, importa, é mesmo muito necessário, que o Governo as olhe debaixo de todas as referidas considerações. Não basta colocar as escolas (primárias) em todos os lugares, onde convier, nem dotá-las suficientemente. É preciso escolher os indivíduos a quem se confia o primeiro e mais importante passo na educação da mocidade. Não basta que qualquer mestre ensine a ler algumas frases de um livro ao seu discípulo, e formar algumas letras...[565]

---

[561] Idem, N.º 83, de 11 de abril de 1822, p. 1.
[562] Idem, N.º4, de 28 de dezembro de 1822, p. 49-50.
[563] In *História das Instituições Políticas e Pensamento Político (1820-1880)*.
[564] Vamos encontrá-lo em 1828 em Londres, exilado, à frente do quinzenário *O Padre Malagrida ou A Tesoura,* um periódico político e literário. Esta imprensa tinha dois objetivos: divulgar as notícias da causa liberal em Portugal e convencer os governos estrangeiros da justeza da sua luta, abrindo caminho a canais diplomáticos próprios. Segundo *Inocêncio* "Morreu na maior desgraça, na cidade de Campos, Rio de Janeiro".
[565] *Censor Provinciano*, N.º 8, de 25 de janeiro de 1823, p. 113. O *Dicionário de Inocêncio* refere toda a sua extensa obra nos tomos V, p. 104, IX, p. 70 e XIII, p. 171.

Profundas convulsões políticas e sociais atravessaram o país, com a suspensão da Constituição, a esperança depositada em D. Pedro e na Carta Constitucional de 1826. Perante o fracionamento do campo liberal, com o apoio ativo da rainha Carlota Joaquina e do Infante D. Miguel (e passivo de D. João VI), a causa absolutista foi ganhando protagonismo e poder, com os jornais afetos ao Antigo Regime a clamarem e conspirarem abertamente contra os governantes vintistas – caso da *Tripa Virada* (Lisboa, maio a junho de 1823), redigido por José Agostinho de Macedo, e contra os seus modelos para a educação.

> Alimpem a mão à parede. Prometeram no Manifesto que a instrução pública seria o primeiro objeto, e o primeiro emprego do regime constitucional, arrancando os povos da crassa ignorância em que os havia sepultado o fanatismo, dando-lhes aquela instrução que fosse conforme às Luzes do século. Ah! Pedreiros, pedreiros! Ah! Patifes, patifes![566]

Ainda no mesmo ano, noutro título de Agostinho de Macedo – *Tripa por uma vez* (Lisboa, 1823), podia ler-se: Os rapazes andam anos e anos na escola moendo o dinheiro dos pais sem adiantarem nada; assim os deputados estão anos e anos nas Cortes sem fazerem coisa nenhuma, moendo e comendo o dinheiro da Nação.[567] Desde o levantamento de Vila Franca (27 de maio de 1823) à morte de D. João VI (10 de março de 1826) o país viveu num confronto silencioso entre duas fações antagónicas, protagonizadas pelos apoiantes de dois príncipes, desde sempre com estilos de vida e pensamento diferentes, o que impediu qualquer tipo de reformas. Com a subida ao trono do D. Pedro (26 de abril de 1826), ainda imperador do Brasil, o país não estabilizou, até porque a Carta Constitucional por si outorgada à Nação (29 de abril de 1826) feriu a suscetibilidade dos liberais mais radicais e, naturalmente, dos absolutistas.[568] D. Pedro, apesar de algumas deficiências intelectuais tinha um apurado sentido para os verdadeiros problemas do país, e uma grande preocupação com a instrução. Não admira, pois, que tenha extinguido a tributação sobre livros importados, abolido a censura prévia, e trazido algumas ideias novas para o ensino.

A Carta Constitucional trouxe o conceito de obrigatoriedade escolar. Dava-se, assim, início à construção dos primeiros programas explícitos, centrados nas competências de "ler, escrever e contar". De forma a consolidar estas disposições, alguns jornais pediam que se regulamentassem as reformas, avisados pela inoperância pós-constitucional de 1822. O *Pavilhão Lusitano* (Lisboa, outubro a novembro de 1826) era um desses exemplos, e pela

[566] *A Tripa Virada*, N.º 3, julho de 1823, p. 3.
[567] *Tripa por uma vez*, N.º 4, sem data, 1823, p. 27.
[568] Quais as diferenças entre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826? De forma sucinta, posso adiantar os seguintes pontos: A primeira foi elaborada e aprovada pelos deputados eleitos para as Cortes Constituintes; a Carta de 1826 foi elaborada por personalidades próximas de D. Pedro, que a "concedeu" ao reino. A Constituição de 1822 previa o poder tripartido (legislativo, executivo e judicial); a Carta introduzia um quarto poder, o moderador, da competência do rei. Assim, o monarca passava a deter mais poder, coartando a possibilidade de profundas alterações na sociedade previstas com a legislação de 1822.

pena I. B. de Castro recomendava ao *sábio Governo* que se dignasse adotar, quanto antes, as mais eficazes e enérgicas medidas a fim de se estabelecerem em todo o Reino e seus domínios escolas regulares onde o cidadão, sem dispêndio, pudesse ir colher toda aquela Instrução que o constituísse útil e proveitoso, a si e à sua Pátria.[569] Também *O Amigo da Carta* (Lisboa, agosto a novembro de 1826), num artigo assinado por M.J.M.T, elogiando D. Pedro pela implementação do ensino primário gratuito, não deixava de reclamar por mais e melhores escolas, com *planos* adaptados às necessidades do país.

> O Senhor D. PEDRO IV., monarca superior a todos os elogios, outorgou-nos uma Carta Constitucional e este divino Código (art.º 145 § 30) garante da instrução primária gratuita a todos os cidadãos: por consequência é de esperar que as próximas Cortes tratem, com a possível primazia das leis regulamentares que devem estar em relação com a doutrina daquele artigo; porque qualquer reforma que pretenda fazer-se em Portugal, se não principiar por animar e ativar este importantíssimo objeto, é da maior necessidade declarar-se que é impossível a sua perfeita consolidação.[570]

O texto prosseguia com as prioridades de M.J.M.T., destacando-se um maior número de escolas nacionais, sob a direção de uma Comissão de Sábios, e onde os homens fossem ensinados a pensar desde a mocidade, de forma a valorizarem a liberdade, distinguindo a religião do fanatismo.[571] No campo absolutista, *A Estrela Lusitana* (Lisboa, janeiro a agosto de 1828), chamava a atenção para a deficiente educação das propostas liberais que, na opinião do autor estava a tornar os jovens preguiçosos e ignorantes.

> O que vemos hoje em dia? Apenas entram os mancebos nos colégios, logo desejam sair deles. Ainda se lhes ensina a gramática, um pouco do idioma latino, e Retórica; - porém tudo isto se lhes ensina, e tudo isto aprende de um modo tão superficial que, decerto pouco ou nada admira que de tais estudos recebam tão puco proveito.[572]

O articulista também se insurgia contra a educação familiar. A credulidade dos pais levava-os a aceitar, e até a louvar, que os filhos "em qualquer sociedade, a torto e a direito", entrassem na discussão de qualquer matéria, por mais complexa que fosse, "quer de natureza política, quer científica", sem atentarem que não tinam "cabal e profundo conhecimento" das matérias. Este azedume contra as opiniões da mocidade, vindo de um jornal conservador, faz supor que as gerações mais novas, e tão criticadas, seguissem uma linha de pensamento mais progressista.

> Tal é, em suma, o triste fruto que em muitos se observa da mesquinha educação que receberam: de seus minguados estudos nenhum resultado lhes resta senão os intempestivos

[569] *Pavilhão Lusitano*, Nº 2, de 4 de outubro de 1826, p. 1.
[570] *O Amigo da Carta*, N.º 25, de 19 de outubro de 1826, pp. 1-3.
[571] Idem*, Ibidem.*
[572] *A Estrela Lusitana*, N.º 11, de 28 de janeiro de 1828, pp. 41-42.

> elogios dos seus aduladores, e a funesta arrogância que os vai precipitar na carreira do erro e da enfatuação.[573]

A partir de 1828, com o regresso de D. Miguel e a sua aclamação pelo povo, com a dissolução das Câmaras e a convocação das Cortes tradicionais que o aclamaram rei absoluto, a decadência no ensino acentuou-se. O encerramento de muitas escolas e a prisão e fuga de professores só aumentou o vazio existente. Na prática, entre 1828 e 1834, verificou-se um retrocesso a 23 de agosto de 1820, tentando apagar-se as incipientes medidas educativas aplicadas à escola pública pelos governos vintistas. Dos Açores, espaço atlântico tornado refúgio dos liberais, na folha oficial do Governo no exílio, a *Crónica Constitucional* (Angra, Julho de 1833 a junho de 1834) trazia alguma esperança aos que sufocavam com o miguelismo.[574] Outro jornal de Angra (do Heroísmo), a Crónica dos Açores (janeiro a dezembro de 1833), num artigo sobre a Instrução Pública do padre liberal Alvito Ruela Pereira de Miranda falava do êxito que foram os exames de Latinidade, classe sob a orientação do Padre Narciso António da Fonseca.[575] O autor, ainda no mesmo número, apresentava um mapa dos estudantes que tinham frequentado essa Aula de Latinidade, onde constavam sete nomes, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, sendo cinco naturais de Angra do Heroísmo, um da Praia da Vitória e um de Lisboa.

4.2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MUDANÇA

Acabada a "Guerra dos Dois Irmãos" com a capitulação de Évora Monte (26 de maio de 1834), muitos pensaram que se poderiam reiniciar as reformas de Fernandes Tomás (Relatório acerca do Estado Público em Portugal, 1821), que nunca foram postas em prática, e que muitos acreditaram poder servir de base para a regeneração do país. Também Mouzinho da Silveira (1832), ainda nos Açores, havia tomado medidas saneadoras importantes, numa linha próxima da defendida pela Carta Constitucional de 1826. Dava-se início a uma longa discussão sobre a reforma administrativa, que foi variando entre a centralização e a descentralização. O reino foi dividido em províncias (sob a autoridade de um prefeito), em comarcas administrativas (sob a supervisão de um subprefeito), e em concelhos, geridos por um provedor e uma câmara, cujas deliberações eram submetidas à apreciação do prefeito. Mouzinho da Silveira procurava, desta forma, derrubar os esteios do Antigo Regime, coisa que os revolucionários de 1820 nunca conseguiram.

Na educação, os teorizadores da reforma educativa voltaram a pugnar pela necessidade de uma profunda reformulação do ensino, numa aproximação aos ideários revolucionários

[573] Idem, *Ibidem.*
[574] *Crónica Constitucional*, N.º 1, de 25 de julho de 1833, p. 1.
[575] *Crónica doa Açores*, N.º 32, de 18 de agosto de 1833, pp. 1-2.

franceses, destacando-se Agostinho José Freire (1780-1836), Guilherme Dias Pegado (1803-1885)[576], e Rodrigo da Fonseca Guimarães (1835), sempre ultrapassados pela influência da Universidade de Coimbra. A *Biblioteca Familiar e Recreativa* (Lisboa, 1835-1846), entrava na discussão sobre a instrução.

> Uma das principais vantagens do estudo é libertar o espírito dos prejuízos que perturbam a vida. Quantos tormentos não têm causado aqueles que os confundem com as ideias religiosas! Depois destas grandes calamidades que fizeram perder os vestígios das ciências e das artes, os homens acreditavam ver génios mal fadejos voar sobre as nuvens, enquanto outros erravam nos profundos bosques.[577]

Só em 1835, através do decreto de 7 de setembro, se estipulou que o ensino primário deveria ser gratuito para todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se responsabilizavam os pais e as entidades locais, nomeadamente câmaras e paróquias, no cumprimento da obrigatoriedade da frequência escolar a partir dos sete anos de idade. *O Liberal* recordava que a ignorância é "coisa proveitosa aos déspotas", considerando-a "mãe do fanatismo e dos preconceitos" que ajudam a perpetuar o poder despótico e "a escravidão dos homens". Todavia, advertia para a necessidade de todos os cidadãos tomarem "interesse pela causa da sua pátria", sendo igualmente atribuição do Governo "dar às letras toda a expansão possível" derramando-as pela população, "até às últimas classes da sociedade".[578]

> A instrução primária é a base de toda a ilustração; é por ela que se chega às ciências; e é dos erros e vícios bebidos nessa fonte que resulta a imperfeição de ulteriores estudos; ainda mais a educação literária deve andar a par da moral, da civil e mesmo da física, que por todas devem dar-se nas idades tenras, quando há flexibilidade bastante de que o bom mentor deve servir-se para corrigir as índoles más, e plantar no coração de seus discípulos os germes dos costumes, da ilustração, e das virtudes cívicas.[579]

O mesmo periódico, no mês de outubro seguinte, saía na defesa da reforma da instrução primária efetuada pelo decreto de 7 de setembro, considerando-a como "uma das mais importantes medidas que têm saído do Ministério", consolidando o amor à liberdade política, combatendo o ódio e a anarquia, e incentivando os jovens ao trabalho.[580] Outro jornal cartista, embora descomprometido "contra ministeriais e não ministeriais, corcundas e miguelistas", *O Artilheiro* (Porto, agosto de 1835 a julho de 1837), mostra-nos como continuavam a funcionar as escolas particulares, bem como os custos que isso acarretava para as famílias. Curiosa a indicação que os preços se mantinham os mesmos "que eram antes da usurpação" – numa clara referência ao período miguelista. Também encontramos, coisa muito rara neste período,

[576] Datas não confirmadas.
[577] *Biblioteca Familiar e Recreativa*, N.º 2, de 1835, pp. 40-46.
[578] O Liberal, N.º 23, de 30 de agosto de 1835, p. 1.
[579] Idem, *Ibidem.*
[580] Idem, N.º 30 de outubro de 1835, p. 1.

indicação a uma casa construída de raiz para servir de escola, bem como referência a um logradouro "para desafogo dos educandos nas horas de recreio". Trata-se de um novo colégio, dirigido por um professor de grande nomeada.[581] Ainda no mesmo jornal, um dos mais influentes na luta contra e esquerda radical (antes e depois da Revolução de Setembro), um artigo a reclamar uma reforma geral do ensino, contrariando a ideia da Comissão de Instrução Pública que se inclinava para reformas pontuais. "A nossa instrução pública necessita de uma reforma geral, e não especial, como pareceu indicar a Comissão de Instrução Pública, sobre a moção do Sr. Pina Cabral. (…) Dê-se quanto antes à mocidade portuguesa uma instrução regular e gratuita para os que aprendem, e breve as profundas feridas que Portugal recebeu com o sanguinário e atroz jugo de D. Miguel começarão a sanar-se."[582] De seguida, uma notícia-aviso, onde o diretor da Escola Normal, António Carlos Melo e Silva, prevenindo do dia do início das aulas de um novo curso: "No dia 16 do corrente mês de Março terá lugar pelas nove horas da manhã a abertura da escola normal desta Cidade, na conformidade das Ordens ultimamente recebidas. – O que se faz público para conhecimento dos matriculados e das pessoas que se quiserem ainda matricular. Porto, 8 de Março de 1836.[583]

O semanário cartista *O Movime*nto (nov.1835 a agosto de 1836), contestava o facto de a lei estabelecer que, para haver uma escola numa povoação, ela tenha um mínimo de quatrocentos fogos. "E quem há que conheça o reino de Portugal que não veja que esta determinação ou estúpida, ou atraiçoada, vai deixar sem escola de primeiras letras não só todas as aldeias, mas grande número de vilas, e até algumas cidades?" [584]

> Se até agora, que havia (digamo-lo assim) uma escola em cada aldeia, ficava tanta gente sem saber ler; se os pais tinham repugnância em mandar seus filhos á escola, que lhes ficava ao pé da porta, porque julgavam que lhes era mais útil irem cavar a terra, ou guardar o gado, que farão agora sendo preciso que vão a quatro, cinco, e seis léguas de distância?[585]

No campo oposto, *O Azorrague* (Lisboa, agosto de 1838 a junho de 1839), um bissemanário da esquerda radical, dirigido pelo padre João Cândido Carvalho, mostra-se apreensivo com o atraso da instrução em Portugal, censurando violentamente a ignorância a que os sucessivos governos têm condenado a população, antecipando que quem "no século XX souber ler uma carta" forçosamente terá de ser considerado "um literato".[586] Crítica reatada por *O Mensageiro* (Lisboa, dezembro de 1838 a abril de 1839), que imputava aos sucessivos governos pela total indiferença para com os "estabelecimentos de utilidade

[581] *O Artilheiro*, N.º 9, de 22 de agosto de 1835, p. 29.
[582] Idem, N.º 55, de 10 de março de 1836, p. 31.
[583] Idem*, Ibidem.*
[584] *O Movimento*, N.º 3, de 15 de novembro de 1835, pp. 23-24.
[585] Idem*, Ibidem.*
[586] *O Azorrague*, N.º 16, de 10 de junho de 1839, pp. 61-62.

pública", ultrapassando, assim, as fronteiras da escola. Este trissemanário, desde o primeiro número, veiculava "não abraçar nenhum dos credos dos diferentes bandos em que a Nação se tem subdividido", e que "não trajando pois nenhuma das librés políticas dos diferentes partidos hoje existentes", servia de porta-voz de uma população desiludida com o setembrismo, e com as clivagens partidárias, que não regeneravam o país como haviam prometido, perdendo-se em lutas intestinas pelo poder.

> Se correrrmos o nosso Portugal em vão procuraremos por todo ele indícios de uma administração justa e sábia. O aspeto de miséria, a geral ignorância do povo, a falta de segurança, contrastam singularmente com a riqueza, civilização, indústria e polícia de que gozam, não dizemos já as nações livres, se não os mesmos países onde reina o absolutismo, e estão acusando os nossos governos, e os diferentes corpos legislativos, a nação toda, de indiferença param com os estabelecimentos de utilidade pública.[587]

Finalmente, e entre um clamor de críticas à inoperância dos governos face ao calamitoso estado da educação, *A Imprensa* (Lisboa, agosto de 1838), transcrevia um documento oficial da secretaria do reino com boas notícias sobre a abertura de escolas, uma medida avulsa e inconsequente na opinião de outros periódicos: "Artigo único. Fica autorizado o Governo para mandar estabelecer as escolas de primeiras letras, tanto quanto for possível, nos edifícios concedidos às Câmaras Municipais das cidades e vilas do reino." [588] A linha editorial do jornal de feição republicana *O Democrata* (Lisboa, junho de 1839 a agosto de 1840),[589] assume uma maior causticidade que *O Azorrague* (de que era continuador) e onde o *padre Rabecão* não se coibia de afirmar que a instrução pública estava num completo abandono e recordava, mais uma vez, a ação de Pombal que, no meio de "desastres", conseguiu "promover em todos os ramos a felicidade da Nação".[590]

A *Revolução de Setembro* (Lisboa, junho de 1840 a janeiro de 1901), dá notícia de uma Escola Normal em Bragança, como resposta a um velho anseio das populações da região. Percebemos aqui um salto qualitativo importante, pois a notícia deixa transparecer o cuidado com a sala de ensino, "a qual deverá ter a forma e dimensões convenientes", a mobília e os "utensílios e objetos", comprovando a intencionalidade em dotar esta Escola Normal com as condições mínimas para uma mas capaz formação de professores.[591] O mesmo jornal, em junho de 1843, e quando se preparava a reforma do ensino de Costa Cabral, anunciava um

[587] *O Mensageiro*, N.º1, de 17 de dezembro de 1838, p. 1.
[588] *A Imprensa*, N.º 1, de 8 de agosto de 1839, p. 1.
[589] TENGARRINHA, José (2013), *O*bra cit., p. 524: "Pela primeira vez na imprensa portuguesa a designação de *democrata* era aplicada a um periódico. Tal significava uma viragem no significado do termo relativamente ao tempo imediatamente seguinte ao fim da guerra civil. Então, na linguagem política, os termos democrata e democrático tinham um sentido depreciativo, mesmo pejorativo, muitos escritores liberais os aplicando para designar as classes inferiores e servis que, fanatizadas pelo miguelismo, os haviam combatido na guerra civil, opinando que a igualdade democrática considerada como uma igualdade assente no poder da turba conduziria inevitavelmente ao despotismo."
[590] *O Democrata*, N.º 30, de 26 de agosto de 1839, p. 122.
[591] *A Revolução de Setembro*, N.º 168, de 7 de junho de 1841, p. 1.

texto de Mouzinho de Albuquerque (que abraçara a causa setembrista), de crítica cerrada ao novo projeto.[592] O também setembrista *O Tribuno* (Lisboa, julho de 1843 a julho de 1844), sob a direção J. A. Sousa, considerava que o Povo tinha chegado "ao auge da miséria e indigência", perante o "descaramento do governo", pelo que apelava ao Povo para colocar fim a esse "estado de afrontas".[593]

Da responsabilidade de António Bernardo da Costa Cabral [594] foi publicado o Decreto de 20 de Setembro de 1844 (Diário do Governo N,º 220), que estabelecia uma nova configuração para o ensino, dividindo a instrução elementar primária em dois graus, como vimos anteriormente. Estes dois patamares desenrolar-se-iam em escolas distintas, encarregando-se o Governo de criar novas *salas* (de ambos os graus), de acordo com as necessidades. Entretanto, todas as escolas primárias existentes passariam a ser qualificadas como do primeiro grau. Quanto ao "ensino das meninas", o mesmo diploma, no Capítulo VI determinava a continuidade das cadeiras de mestras existentes em todos os distritos administrativos do país, podendo o seu número aumentar, como no caso masculino, sempre que se justificasse, e onde as autoridades considerassem "mais útil". Finalmente, num parágrafo único, esclarecia que havendo falta de instalações próprias, as aulas para o ensino feminino poderiam funcionar nas escolas masculinas, de acordo com condicionalismos a estabelecer no "Regulamento dos Professores". Ainda no Decreto de 20 de Setembro de 1844, e no Capítulo III, normalizava-se a preparação dos docentes e seu provimento, criando-se para o efeito Escolas Normais para habilitação do Magistério Primário. Este curso teria a duração de um ou dois anos, certificando os professores primários para lecionarem o primeiro e o segundo grau da instrução primária, respetivamente.

Longe da capital, o mensário *Farol Transmontano* (Bragança, 1845 a agosto de 1846), sob a direção do médico e cirurgião Macedo Pinto (M.P.), esforçava-se por levar aos seus conterrâneos informação científica e literária atualizada, e por isso não ser de estranhar encontrarmos textos sobre a importância da imprensa na educação. E defendia a urgência que se fazia sentir, principalmente no interior, na difusão das luzes pelas "classes mais baixas, que não são as menos numerosas da sociedade", de forma a ver-se melhorada a condição moral e material do homem.[595] Também A *Revista Académica* (Coimbra, março de 1845 a novembro de 1854), um bissemanário literário e científico,[596] acreditava que o seu jornal era mais "uma pedra no edifício tão necessário da instrução pública", assegurando que um "jornal é um livro

[592] Idem, N.º 750, de 2 de junho de 1843, p. 3.
[593] *O Tribuno*, N.º 71, de 25 de setembro de 1843, p. 1.
[594] Um político saído do setembrismo, que aderiu à Carta (10 de agosto de 1842), num discurso na Câmara dos Deputados - dando então início a um período político conhecido por *cabralismo*.
[595] *Farol Transmontano*, Programa de Apresentação, agosto de 1845.
[596] Com João de Lemos como redator principal,

do povo".[597] No número dezasseis, de 16 de novembro do mesmo ano, dava a conhecer o *Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública* sobre "o estado da instrução primária e dos trabalhos respetivos preparados por este Conselho", que já se encontrava entregue ao "Governo de Sua Majestade", juntamente com o "regulamento interno do Conselho" – regulamento este que contemplava as escolas normais de Lisboa e Porto. Também na posse do Governo, um documento sobre a administração das escolas primárias, um projeto de seleta clássica (livro escolar), de acordo com o legislado na procura da uniformização do ensino no "Continente e nas ilhas adjacentes". Lembrava a urgência da nomeação de Comissários de Estudos em todos os distritos, com a missão de inspecionarem as escolas, organizarem a sua estatística, velando pela padronização do sistema.[598] Embora sem indicar a fonte, a *Revista Académica* apresentava números sobre as escolas primárias existentes:

> O número das escolas públicas no continente, sustentadas pelo Estado, não excede ainda a 1:116; algumas têm sido transferidas para locais mais convenientes; e tem-se provido outras que de há muito estavam vagas. São 1:075 do sexo masculino, e 41 do feminino; 1:058 do método simultâneo, e 17 do de ensino mútuo, havendo 16 destas em exercício, e frequentadas por 2:756 discípulos. Nas Ilhas há 73 escolas primárias como a que há pouco se criou na Ilha do Corvo; 5 de ensino mútuo, 68 de ensino simultâneo; 3 destas, e uma de ensino mútuo, são escolas de meninas. [599]

Quanto às cadeiras distribuídas pelos diferentes distritos administrativos, a *Revista Académica* apontava no Continente: Aveiro (68); Beja (43); Braga (76); Bragança (56); Castelo Branco (49); Coimbra (70); Évora (28); Faro (29); Guarda (92); Leiria (41); Lisboa (144); Portalegre (41); Porto (84); Santarém (52); Viana (45); Vila Real (69); Viseu (129), o que dá um total de 1 116 cadeiras. Nas Ilhas: Funchal (14); Angra (30); horta (9); Ponta delgada (20), o que dá um total de 73 cadeiras.[600] Quanto às escolas particulares, indicava 1084, custeadas na sua maioria pelos alunos; as restantes eram sustentadas por legados ou pela beneficência particular. Sobre o número de alunos existentes nas escolas públicas, a Revista Académica apontava o de 45 500 (1641 femininos) pelo aumento "de concorrência experimentado principalmente nos distritos de Beja e castelo Branco, devido aos efeitos da persuasão dos Governos Civis". Para as escolas particulares indicava uma frequência 18 776 alunos, de ambos os sexos. Prosseguindo a análise, estimava em 3 412 500 habitantes a população portuguesa do Continente. Sendo de 64 276 o número total de alunos a frequentarem a instrução primária, verifica-se uma proporção de alunos em relação à população de 1 para 53. Isto significava, para o autor do artigo, uma melhoria significativa

[597] *Revista Académica*, N.º 1, 15 de março de 1845, p. 1.
[598] Idem, N.º 16, de 1 de novembro de 1845, p. 241
[599] Idem, *Ibidem.*
[600] Idem, *Ibidem*.

pois "há poucos anos a proporção pelos cálculos estatísticos estrangeiros era de 1 para 88, e no ano findo o nosso cálculo era de 1 para 55".[601] Individualizando província a província:

Traz os Montes	*1 para 43*	Além-Tejo	*1 para 75*
Beira	*1para 50*	Algarve	*1 para 92*
Minho	*1 para 43*	Extremadura	*1 para 83*

Mais à frente o artigo comparava o número de alunos com o de indivíduos de 7 a 15 anos, em idade e condições de frequentar as escolas, para notar que tinha desaparecido a desproporção, embora reconhecesse que o sexo feminino estava muito desfavorecido. Como exemplo, referia a Póvoa de Varzim com "3000 meninas de 5 a 12 anos, e destas apenas 110 aplicadas à instrução elementar". Segundo o autor, Trás-os-Montes, Beira e Minho eram as províncias "onde a instrução é mais frequentada", e que têm professores "mais hábeis". Nas províncias da Estremadura, Algarve e Alentejo verificavam-se dificuldades na colocação de professores.

> O número de professores de instrução primária é igual ao das escolas; se excetuarmos as de ensino mútuo, em que há demais um Ajudante para cada escola, e alguns substitutos criados por impedimento dos proprietários. Nem o nosso sistema de instrução admite a congregação de avultado número de alunos, que exige em geral mais de um Professor por escola; nem a frequência atual o consente nas escolas de ensino simultâneo.
>
> A despesa total da instrução primária no Continente, paga pelos cofres do Estado, anda por 103:943$324 réis. Nas Ilhas a despesa pública não excede a 5:851$996 réis, sendo uma parte da despesa paga pelas Confrarias em numerário, ou géneros cereais.[602]

A despesa da instrução primária, com cada aluno rondava, pois, os 2$285 réis anuais, muito superior à de outros países. E aqui o autor citava a Holanda, Áustria e França. Segundo ele, o problema residia na frequência escolar, muito inferior à indicada nos números oficiais, motivo pelo qual o Conselho não propunha a criação de mais escolas, admitindo contudo que se todos as frequentassem o seu número teria de quadruplicar. Mas todos sabiam, que o Tesouro, mesmo estribado num modelo de ensino relativamente barato, não suportaria a abertura de mais escolas. Num número seguinte, e prosseguindo a análise anterior, o articulista lembrava que, pela lei de 31 de julho de 1839, tinham sido criadas mais cem escolas do Governo, de forma que no ano letivo de 1844/45 o seu número total no continente fosse "de 1116, frequentadas por 45 723 alunos", sendo as escolas particulares conhecidas "1044, frequentadas por 18 776" alunos, o que dava um total de 64 499 estudantes.

> Ora sendo a população de 3:412:500 almas, vem os alunos das escolas a estar na proporção de 1 para 52. Em muitos países da Europa que passam por cultos, esta proporção

[601] Idem, *Ibidem*.
[602] Idem, *Ibidem*.

> não é maior; entretanto estamos bem longe de acreditar, que o nosso povo seja instruído, e a observação no-lo atesta. Qual é então o motivo? É porque grande parte dos alunos das nossas escolas somente figura na cifra da matricula, mas nada aproveita na instrução.
>
> As principais causas desta falta de aproveitamento são: 1.ª a incúria e desmazelo dos pais, que não promovem a assiduidade e adiantamento dos filhos. Esta falta só com o tempo, e desenvolvimento progressivo da indústria se pode desvanecer.[603]

Sobre as "escolas de meninas", da responsabilidade do Governo, o autor referia haver um total abandono. Em 1801 estavam criadas em Lisboa 18 escolas, uma em cada freguesia. Em 1821 foram criadas no Porto 6, e em 1823 uma em Lagos. Posteriormente, pelo decreto de 15 de novembro de 1836 havia sido atribuído um lugar a cada capital de distrito.[604]

O semanário *Revista Popular* (Lisboa, março de 1848 a dezembro de1855),[605] querendo "proporcionar às classes menos abastadas, que são as mais numerosas da sociedade, por preços a que todos chegam [20 réis], um honesto recreio e um meio de instrução variada e agradável", defendia o ensino profissionalizante muito mais atrativo para algumas classes, possibilitando trabalho e gerando riqueza.

> Cumpre portanto aos governos animar por todos os meios o progresso da indústria – criar escolas industriais e agrícolas e facilitar a instrução de todas as classes, sem que possa servir-lhes de desculpa a economia, porque, como disse um homem ilustre, cuja perda lamentamos, deixar de estabelecer o que é absolutamente necessário, o que é indispensável para a prosperidade futura do país, não é economia, mas erro mesquinho e sórdido, cujo resultado é a continuação da miséria, do abatimento e da indigência.[606]

No número seguinte, a mesma Revista, sempre muito preocupada com um ensino dirigido para a indústria e para a agricultura, reclamava por "um sistema largo de instrução, que chegasse a todas as classes, que esclarecesse todas as inteligências, mesmo as dos operários encarregados dos trabalhos mais simples". Para o autor, a falta deste ensino causava prejuízos incalculáveis para os cidadãos e para o país.

> O operário rude cansa-se, consome muito tempo e muito trabalho na execução de uma obra que poderia levar ao fim sem fadiga, se a sua experiencia fosse auxiliada por alguns princípios teórico. Quando se estabeleceu em França o ensino popular da geometria e dos elementos de mecânica industrial, notou-se que os artistas aplicavam, cada um ao seu ramo, os princípios que se lhes ensinavam nas aulas; daqui resultou o aperfeiçoamento de muitos processos, que até então eram imperfeitos e difíceis, porque os únicos homens capazes de os melhorar não tinham os conhecimentos para isso necessário.[607]

---

[603] Idem, N.º 23, de 15 de fevereiro de 1846, p. 355.
[604] Idem, *Ibidem*.
[605] Fundada por Francisco de Almeida Pereira de Sousa e José Maria Batista Coelho, transitando posteriormente a propriedade e redação, para Joaquim Henriques Fradesso da Silveira e José Maria Latino Coelho.
[606] *Revista Popular*, N.º 9, de 29 de abril de 1848, p. 66.
[607] Idem, N.º 10, de 6 de maio de 1848, p. 74.

No mês de agosto seguinte, a *Revista Popular*, citando o exemplo dos Estados Unidos, prosseguia na defender da excelência de uma educação popular utilitarista, e "não como muita gente a entende por aí", por ser a única que se pode considerar "como pedra de toque da intelectualidade de um povo".[608] Em março do ano seguinte, insiste que se torna importante espalhar as convicções dos homens de ciência, de forma a impô-las na sociedade, sendo para isso fundamental o contributo dos jornais e dos livros populares, e mesmo do clero, sempre influente, de forma a enriquecermos o plano de estudos nacional com a experiência de outros países mais adiantados.[609]

O semanário *O Baratíssimo* (Lisboa, julho de 1848 a maio de 1849), justificando o subtítulo de "Pequeno Civilizador Popular: semanário de conhecimentos usuais e de literatura para as classes laboriosas, dedicava grande atenção ao ensino popular. Recorde-se que, no campo da luta política, assistia-se a uma aproximação tática entre miguelistas e setembristas (vinda da guerra da Patuleia)[610] - agora aliados contra os cartistas, na sequência da Revolução da Maria da Fonte. Este jornal evidencia uma linha literária de boa qualidade, onde encontramos alguns dos grandes escritores do século XIX, "sendo bastante popular e devotado propugnador dos interesses morais e materiais das classes laboriosas e do desenvolvimento moral das massas populares".[611] Numa rubrica cheia de humor corrosivo, mas de inegável interesse literário e social, titulada "Conhecimentos Usuais. Pequena Academia de Massarelos" o autor, pela voz de uma das personagens (o *Dr. Pessol*), defendia a criação de Escolas Normais em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, "onde os mestres futuros e os atuais fossem aprender o que deveriam ensinar nas escolas públicas", ficando todos os obrigados a obter uma *carta de exame* passada por uma das Escolas Normais indicadas. E avançava com uma ideia inovadora:

> Junto às ditas Escolas Normais deveria estabelecer-se um colégio de alunos mestres, cujas pensões até um certo número fossem pagas pelo Estado, e outras pelos particulares, ou pelos Estabelecimentos Pios.
>
> Estes alunos internos, à semelhança dos do Colégio Militar, frequentariam por dois anos as aulas do curso, e nos últimos meses do 2.º ano seriam obrigados a reger as escolas de ensino mútuo, ou simultâneo, anexas aos ditos colégios, para que, depois de providos nas suas cadeiras, tivessem já a prática do Magistério, exercendo-o por toda a parte com uniformidade e aproveitamento.[612]

[608] Idem, N.º 23, de 5 de agosto de 1848, p. 178.
[609] Idem, N.º 2, de 17 de março de 1849, pp. 10-11.
[610] A guerra civil teve uma duração de oito meses, opondo cartistas (apoiados por D. Maria II) e uma coligação que juntava setembristas e miguelistas. A guerra saldou-se pela vitória cartista (30 de junho de 1847), com a assinatura da Convenção do Gramido, nas margens do rio douro, próximo da cidade do Porto, após a intervenção de forças militares estrangeiras ao abrigo da Quádrupla Aliança.
[611] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 696.
[612] *O Baratíssimo*, N.º18, de 27 de novembro de 1848, p. 137.

Para o *Dr. Pessol* bastaria o Estado subsidiar 12 ou 15 alunos em cada colégio (saídos da Casa Pia, ou filhos de militares), a que se juntariam os restantes, para que estas Escolas Normais "fornecessem cada ano 100 alunos-mestres em todo o reino". Isto significava que, ano após ano, se poderiam fundar cem escolas de instrução primária novas.

> Os alunos-mestres para entrarem nos Colégios deveriam ter completado a idade de 16 anos, deveriam passar por um exame rigoroso de leitura de impressos e manuscritos, de caligrafia aperfeiçoada, das 4 operações de aritmética e de Doutrina Cristã. Deveriam alem disso obrigar-se por eles, ou por seus parentes e fiadores, a servir na Instituição Primária, ao menos por 10 anos depois de providos em qualquer cadeira, com a pena de restituírem ao Estado o valor da pensão que tivessem consumido no Colégio, se faltassem a esta estipulação rigorosa.[613]

Seguindo a lógica do *Dr. Pessol* as Escolas existentes ficariam reduzidas às duas seguintes classes:

1. Escolas Populares reformadas;
2. Escolas Populares antigas.

As primeiras dividir-se-iam em Populares Primárias, Populares Superiores, e Populares Normais. Os mestres de qualquer destas escolas (reformadas) gozariam do título de professores, com o epíteto correspondente ao magistério popular que exercessem. As "escolas antigas", cujos mestres fossem considerados preparados para o "ensino moderno" seriam classificadas como "escolas reformadas", e os mestres gozariam de todas as distinções e vantagens correspondentes. O Estado e as Câmaras Municipais, onde isso pudesse ter lugar, deveriam nomear os professores primários, com preferência a qualquer outro individuo, para os empregos de escrivão de Juiz de Paz, escrivão de Câmara, ou qualquer outro que fosse compatível com o exercício desta profissão. Deveria, além disto, dar-se-lhe residência na localidade da escola, como se pratica com os párocos das freguesias.

> Além do rendimento do emprego e da moradia, o Estado ministraria aos professores primários uma ajuda de custo anual, que nunca seria inferior a 30 mil réis, nem superior a 60, segundo o valor do dito rendimento, e a localidade da escola; advertindo-se porém que nesta graduação deviam merecer preferência as escolas rurais.[614]

No número seguinte, *O Baratíssimo* adiantava que este seu plano não poderia ficar limitado "ao pequeníssimo número de escolas que hoje temos", que segundo os cálculos do autor "não excedem a 1100 para ambos os sexos", o que significava 820 fogos, ou ainda 3300 habitantes por cada escola.[615]

---

[613] Idem, *Ibidem*.
[614] Idem, *Ibidem*.
[615] Idem, N.º19, de 4 de dezembro de 1848, p. 153.

Continuando esta série de artigos, *O Baratíssimo*, num diálogo entre o *Mestre Gil* e o *Dr. Pessol*, o primeiro conclui que se seguíssemos o modelo francês deveríamos ter mais de 7300 escolas, mais sete vezes as que existiam. Continuando nas suas reflexões, o *Dr. Pessol* admitia que o importante para se sair do "miserável estado de embrutecimento" era precisamente a abertura de novas escolas, sem esquecer a despesa anual que isso comportaria, condição indispensável para a sua concretização. Mesmo assim, e sem entrar em utopias irrealizáveis, o autor julgava importante definir metas, considerando tempos futuros.

> Não pareça portanto supérfluos o entrar desde já na discussão de uma cifra que talvez não possamos ver realizada em Portugal no século em que vivemos, mas grande fortuna seria a nossa se desde o ano em que nos achamos pudéssemos ir contribuindo com uma certa proporção para esse futuro; se assim procedêssemos era sinal evidente de que tínhamos compreendido a questão, e que marchávamos no verdadeiro caminho do progresso, o qual não consiste em fazer tudo de repente, e de um primeiro jacto, mas sim em não parar, em não aberrar da estrada da civilização, pagando em cada ano com o nosso presente a quota do progresso, que devemos ao futuro da humanidade, e que já recebemos acumulada das gerações, que nos precederam!...[616]

Na continuação do seu raciocínio, o *Dr. Pessol* defende que só para o sexo masculino deveriam existir cerca de 4154 escolas, pois havendo mais de 4000 freguesias, este número corresponderia a 208 fogos, ou 800 habitantes para cada uma. Partindo do princípio que esta era uma realidade possível, estas 4154 escolas seriam distribuídas da seguinte maneira:

> (…) 100 de ensino primário elementar para Lisboa e Porto e cidades mais consideráveis; 4000 para o resto do reino, na razão pouco mais ou menos de 1 por freguesia, 50 ditas de ensino popular superior, estabelecendo 20 destas últimas nas terras cuja população excedesse os 15 mil habitantes, e 30 nas terras cuja população fosse maior do que 4:000. E, finalmente, 4 escolas Normais em Lisboa, Porto, Coimbra e Évora.[617]

Resumindo todas as conversas anteriores, *O Baratíssimo*, pela voz do bem informado *Dr. Pessol*, considerava que se fosse possível realizar as suas propostas, a proporção população/escolas estaria equilibrada "dentro do que se espera para povos que se desejam minimamente ilustrados". Para o ensino feminino o articulista não defendia medidas tão ambiciosas, contentando-se com um número equivalente a dois terços das masculinas, distribuídas da seguinte forma:

> (…) 70 para as terras mais consideráveis do reino e 2670 para as vilas e aldeias; 30 para as de instrução popular superior nas terras onde houvesse escolas deste género para homem, e 2 Normais, uma em Lisboa, outra no Porto para a educação das alunas-mestras, a cujo ensino se aplicaria o mesmo que dissemos acerca das Normais para o sexo masculino.

[616] Idem, *Ibidem*.
[617] Idem, N.º20, de 11 de dezembro de 1848, p. 153.

> Desta maneira teríamos 2772 escolas femininas, e 4154 das masculinas; o que elevaria o n.º total das escolas de ensino popular para os dois sexos a pouco menos de umas 7:000 escolas em números redondos.[618]

Considerando estes números era de crer que com 7000 escolas primárias, mais de metade das freguesias do país "teriam duas aulas, pelo menos uma", quando o rácio do tempo era (segundo o autor) de uma escola para 3 freguesias.

> Parece-nos portanto que temos demonstrado evidentemente, que com o diminutíssimo n.º de escolas que possuímos, é não só moral, porém também fisicamente impossível que a instrução popular progrida entre nós; e se não dermos remédio pronto a tão grande mal, em vez de progredirmos, iremos retrogradando em cada ano, porque são óbvias as causas que debaixo de um tal regímen hão-de produzir forçosamente àquele resultado.[619]

Dando continuação à sua proposta de reforma, *O Baratíssimo*, em Dezembro de 1948, considerava que "a classe do magistério primário não era nem menos nobre, nem menos útil e indispensável do que as classes militar, eclesiástica ou judicial". Depois, recordando os gastos com estas três instituições (seis milhões, dois milhões, dois milhões), interrogava-se: "Então que muito era que se gastasse com a instrução do povo dois milhões de cruzados, ou oito vezes mais do que gastamos hoje, nesta verba? Pois gastemos oito vezes menos noutras." [620]

O Baratíssimo, possivelmente esclarecendo a sua posição perante críticas recebidas, vem admitir que a reforma proposta não implicava, no imediato, a abertura das 7000 escolas sugeridas, o que seria inviável. O caminho traçado visava o curto e o médio prazo, sabendo-se que," sem se começar uma obra, nunca se vai a lado nenhum".

> Para entrarmos desde já nessa grande estrada, bastaria que todos os anos fossemos fundando 100 escolas da nova reforma, e partindo das 1100 proximamente, que temos hoje, e que se iriam reformando sucessivamente; no intervalo de 62 a 64 anos chegaríamos finalmente a essa cifra das 7000 que não pode ser hoje para nós mais do que um desiderato. E já se vê que este algarismo, qualquer que seja a sua determinação, nada tem de absoluto e definitivo; serve só na nossa argumentação como termo prático de comparação para a questão de que nos temos ocupado.
>
> Ora a verba da instrução primária figura já no nosso orçamento anual em 97 contos de réis para as ruins escolas, que temos hoje; se no sistema que acima propusemos criássemos 100 escolas reformadas por ano, aumentaria essa despesa para cada uma delas em mais de 12 a 20 contos de réis para o pessoal e despesas do material; e se supuséssemos que a despesa dos edifícios para as cem novas escolas poderiam regular, termo médio, por 300 a 600 mil réis para cada uma, teríamos que a despesa anual com ensino primário reformado, segundo o nosso plano, poderá orçar por 150 a 170 contos de réis.[621]

---

618 *O Baratíssimo*, N.º21, de 18 de dezembro de 1848, p. 161.
619 Idem, *Ibidem*.
620 Idem, N.º22, de 28 de dezembro de 1848, p. 161.
621 Idem, N.º23, de 1 de janeiro de 1849, p. 177.

Com a Convenção de Gramido,[622] e reposta a ordem constitucional sob o poder de D. Maria II, Costa Cabral reassumiu o poder (junho de 1849), afastando definitivamente toda a oposição do partido miguelista à fação esquerdista do setembrismo. Esta medida não apazigou as restantes forças vivas do país, o que tornou este segundo governo de Costa Cabral tão impopular como o primeiro, graças a escândalos administrativos que a oposição procurou explorar a seu favor. Perante a desagregação política que se estava a verificar, as fações cartista e setembrista uniram-se, sob a chefia do marechal-duque de Saldanha, acontecendo a rutura na primavera de 1851 com o golpe militar "regenerador".

Nos anos dois anos que antecederam a tão esperada *regeneração*, o semanário *O Jardim das Damas*, dava a conhecer, em fevereiro de 1849, uma verdade que sentia ser ignorada pela população: a existência "somente de 46 escolas de meninas num país que conta hoje, só no continente, três milhões e meio de habitantes". E interrogava-se:

> Mas ainda nessas mesmas pouquíssimas e insuficientes escolas que ensino se proporciona ao sexo feminino?
>
> Quereis saber: Ler, muito mal; escrever, pior; contar, horrivelmente; catecismo, pela cartilha de mestre Inácio, ou outra quejanda. E mais nada! É possível que haja alguma exceção honrosa; mas ela não destrói o facto. Eis-nos aqui toda a mesquinha instrução que o Estado proporciona ao sexo feminino. Isto é miserável, e ridículo![623]

Por isso o articulista de *O Jardim das Damas* (Lisboa, 1845-1849) pedir a criação de escolas "onde se ensinem os primeiros elementares das ciências, as línguas vivas, o desenho, a música, a dança", bem como todos os conhecimentos necessários ao bem-estar das populações. E isto para homens e mulheres, pois se não houvesse uma efetiva igualdade, porque é que a natureza teria dotado ambos os géneros de "igual inteligência"?[624]

Com o final da década de 1840 assistiu-se a um exponencial aumento das folhas republicanas, de pendor socializante, fazendo com que "uma parte da imprensa sobreponha ao pragmatismo a afirmação ideológica e o pendor doutrinal, embora mais como aspiração do que como proposta sistémica".[625] Entre estes jornais encontramos *A Semana* (Lisboa, janeiro de 1850 a agosto de 1852), redigido por João de Lemos Seixas Castelo Branco (1819- ?)

> O estado de quase absoluto abandono em que se acha a instrução pública, o pouco desvelo, a incúria mesmo com que as autoridades olham para este importantíssimo ramo de

[622] Acordo assinado a 29 de junho de 1847, na Casa Branca, em Gramido (Gondomar), com o objetivo de pôr fim à insurreição da Patuleia. Intervenientes: os comandantes das forças militares espanholas e britânicas que tinham entrado em Portugal ao abrigo da Quádrupla Aliança e os representantes da Junta do Porto. Esta Convenção selou a derrota dos *setembristas* e *miguelistas* perante os *cartistas* na guerra civil (1846-1847).
[623] *O Jardim das Damas*, N.º 13, tomo V, de 1849, p. 193.
[624] Idem*, Ibidem.*
[625] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 674.

> administração é necessário que acabe, ou aliás teremos de em breve sentir – já sentimos em grande parte – os seus funestíssimos resultados.[626]

Em janeiro de 1851, nas vésperas do golpe militar do marechal Saldanha, o mesmo periódico noticiava o convite a António Feliciano de Castilho (1800-1875) para a direção de Escola Normal de Lisboa. Esta notícia, perfeitamente natural, considerando a capacidade pedagógica do ilustre pedagogo, torna-se surpreendente ao sabermos que o mesmo lugar já tinha sido oferecido ao padre Roquete, de Paris, "mas que ninguém ainda o aceitou pela insignificância do ordenado que a lei lhe estabeleceu". O jornal acreditava que Castilho aceitaria o lugar pois, como já recebia uma "pensão do tesouro", e dando-lhe "o vencimento como gratificação" levaria este "estabelecimento a poder finalmente ser instaurado por um homem dado hoje, com tanto fervor, á composição e aplicação de métodos rápidos e fáceis para a instrução popular".[627] Finalmente, segundo *A Semana*, a Câmara dos Deputados preparava-se para reformar o ensino público, que o periódico esperava poder acompanhar e criticar, através de uma seção própria. [628]

4.3. A IMPRENSA. MODALIDADE INFORMAL DE EDUCAÇÃO

Limitar a educação e a transmissão cultural às instituições formais[629] sempre foi uma forma redutora de analisar os problemas, pois muitas outras instituições tiveram um papel relevante: a Imprensa (também os romances, o teatro, a pintura, …) sempre soube arrogar-se como o mais popular e influente instrumento do projeto iluminista, difusor de novas ideias, transformando mentalidades arcaicas em ilustradas, um poderoso agente de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. O Portugal moderno deve-lhe esse contributo. Por isso termos assumido, desde o início deste trabalho, uma noção alargada de instituições educativas – onde jornais e jornalistas souberam assumir um papel civilizacional na construção, por vezes utópica, de um Portugal finalmente europeu, saído do nevoeiro das glórias passadas.

4.4. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO IV

Ontem como hoje não há ensino de qualidade, nem reforma educativa possível, sem que os professores se sintam valorizados e qualificados para exercer a sua profissão com sucesso – com todas as implicações que isto possa ter junto da comunidade escolar.

---

[626] *A Semana*, N.º 38, setembro de 1850, p 299-300.
[627] Idem, vol. II, N.º 4, janeiro de 1851, p 51.
[628] Idem, vol. II, N.º 5, fevereiro de 1851, pp 53-55
[629] É inevitável o reconhecimento que a Pedagogia está associada à transmissão-apropriação de conhecimentos, mas é preciso dar a essa expressão um sentido mais amplo.

Este capítulo procurou refletir, servindo-se das páginas dos jornais, sobre as instituições educativas, num momento em que a Europa (do norte) concretizava reformas que a colocava num patamar inimaginável para países como Portugal, Espanha, Itália ou Grécia. Que obstáculos concorreram para este atraso? À partida, sermos um país periférico, que viveu mergulhado em guerras sucessivas, sem indústria nem agricultura, e onde o esmolar junto das potências amigas foi tornando possível a sua sobrevivência enquanto nação. Depois, um analfabetismo ancestral, onde a culpabilização da religião não desresponsabiliza os diferentes ministérios que tutelaram a educação. Desde as Constituições de 1822 e 1826, e até à implantação da República, os diferentes governos, com breves interrupções, mantiveram como princípio fundamental do Estado e da sociedade a sua ligação à Igreja de Roma. Também o quotidiano escolar foi pontuado pelos rituais do catolicismo, com o início e final das aulas a serem momentos de oração. Também os professores, enquanto classe, não souberam ou não puderam lidar com os desafios de uma sociedade em revolução, exigindo uma autorregulação permanente, de forma a terem capacidade para reagir como aprendentes, numa sociedade em transformação - o que implicava aceitar viver em mutação permanente, tornando-se conscientemente parte de uma «construção» de ecologias cognitivas.[630] Excetuando franjas já com algum significado, esta apatia mantém-se, graças a políticas míopes onde tudo se procurou adiar em nome da falta de recursos, com modelos de organização discutíveis, e excesso de missões atribuídas ao professor - o que não favoreceu o reconhecimento profissional da classe.

Noutra dimensão, o quotidiano de pobreza dos habitantes dos campos, não reconhecia à escola o mérito de instruir os filhos, e por isso verem-na como uma entidade *inimiga* que *roubava* braços ao cultivo da terra, sinónimo de menos pão, vinho e queijo às frugais refeições desta gente mal vestida e mal calçada,[631] que tinham na feira e na romaria anuais os únicos momentos de descanso e lazer.

Muitos anos mais tarde, restaurado o país, num momento de crescimento económico e obras públicas "como nunca se tinha visto", e aquando da inspeção extraordinária às escolas primárias (1863-1864), constatou-se que metade dos professores do ensino público dava aula na sua habitação. E que o ordenado abonado a estes professores mais não permitia que o ensinar a ler, escrever e contar, e por isso dedicarem a ela uma parcela da sua atividade diária, um complemento acessório à mensalidade que lhes permitia manter o agregado familiar. A formação continuava muito rudimentar, apesar de no início do século XIX terem surgido

[630] Ecologia cognitiva entendida como as relações, interações e diálogos estabelecidos entre diferentes atores, possibilitando assim a construção de novos conhecimentos.
[631] Os camponeses, ao longo do século XIX e parte do século XX, não usavam sapatos, andando descalços ou de socos; o vestuário, grosseiro e rudimentar, variava ao longo do ano e da região, segundo o clima.

algumas tentativas, como vimos, de implantação do ensino normal primário. Isto reforça a ideia transmitida pelo quadro 11, de Soysal & Strang (1989), onde a uma escolaridade obrigatória imposta em 1844, correspondia uma taxa de escolarização, em 1870, de 13%. Em contraponto, países como a Bélgica, que tornaram o ensino obrigatório em 1914, apresentava em 1870 uma escolarização de 62%.

Sobre as reformas educativas, sempre presentes e adiadas, Herculano, no artigo *A Educação e o Estado* (*O Panorama*) não pode ser mais claro.

> Quereis regeneração social? – Preparai para ela corações tenros com uma educação análoga a seus destinos. Este deve ser o grande pensamento de quem trabalha pelo bem da sua pátria. À roda dele, e a ele subordinados estejam todos os outros; esteja, até, o curar do presente, porque este altera-se, modifica-se, melhora-se, mas só o futuro verá o complemento da renovação política, se educardes para ela a mocidade.
>
> Fieis a este pensamento, e persuadidos que este é o primeiro objeto a que devem prestar atenção os corpos colegislativos, requeremos-lhes, em nome da felicidade nacional, que provejam quanto antes na organização e manutenção do ensino público, tão desprezado ainda no nosso país.
>
> Para isso não basta legislar sobre a forma, mas também legislar sobre os meios; só assim a educação se transformará num facto, e deste facto nascerão a paz e a prosperidade públicas.[632]

Outa lacuna muito sentida em diferentes periódicos, foi a falta de escolas para o sexo feminino. A sociedade oitocentista, ao colocar a mulher como a primeira educadora da família, contraditava esta filosofia ao não permitir o acesso à educação da generalidade das cidadãs. O próprio Conselho Superior, em diferentes momentos, reconheceu esta insuficiência, considerando que o seu número deveria ser aumentado de forma a igualizar, no mínimo, as escolas masculinas. Salvo algumas exceções, e como noutras áreas, é notório que a defesa da mulher é feita pela pena do homem – com todas as limitações que isto encerra.

Todos os *recortes* selecionados, que apoiaram ou contestaram as políticas seguidas por diferentes ministérios, mais não fizeram que analisar, criticamente, mesmo não o referindo explicitamente, os diferentes diplomas que formataram o ensino em Portugal ao longo desta primeira parte do século XIX.

[632] *O Panorama*, N.º 96, de 2 de março de 1839, p. 66.

CAPÍTULO V

OS PROFESSORES

> O modo como a função docente se separou do conjunto das outras funções desempenhadas pelas famílias e pelas comunidades, tendo sido confiada a um grupo de indivíduos que passaram a ter responsabilidade de ensinar às crianças um certo número de conhecimentos, de técnicas e de comportamentos (e de transmitir através deles os elementos e os valores de uma dada cultura), é um dos capítulos mais apaixonantes da História da Educação. Trata-se, no fundo, de compreender de que forma nasceu, se organizou e se desenvolveu um dos mais importantes grupos profissionais das sociedades contemporâneas: os professores.[633]

Este capítulo pretende introduzir na investigação a abordagem da imprensa ao papel do professor, na primeira metade de oitocentos, permitindo-nos ter uma perspetiva das suas vivências enquanto pessoa, profissional do ensino e pedagogo, num momento da vida do país onde a sua importância (estatuto social e económico) era (supostamente) cada vez mais reconhecida.

A revolução de 1820 encontrou a organização escolar tal como a política de Pombal a havia concebido e realizado. A sucessora de D. José, fazendo jus ao seu cognome: a *viradeira*, contrapôs ao ensaio de estatização do ensino das primeiras letras a sua "conventualização", ou seja, a devolução do ensino às ordens religiosas.[634]

O liberalismo, por sua vez, procurou fazer da educação o instrumento de afirmação do novo regime político e económico, procurando ideologicamente não estar ao serviço de nenhuma classe, privilegiando o mérito de cada indivíduo. Para isso exigia-se um professor mais profissionalizado, mais qualificado, quer no aspeto científico quer no plano cultural e pedagógico. A dificuldade de recrutamento desde cedo evidenciou que a exiguidade do vencimento, a que acrescia a incerteza de um atempado pagamento,[635] não permitia cumprir este desiderato da doutrina vintista.

---

[633]NÓVOA, António (1987), Do Mestre-escola ao professor do ensino primário – subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX), *Análise Psicológica*, ISPA, n.º 3, p. 415.

[634] FERNANDES, Rogério (1994), Obra cit., p. 78.

[635]D. Maria I, ao entregar o *subsídio literário* ao Tesouro, desviando-o da sua função inicial de suportar o ensino público, originou atrasos de pagamento de salários aos professores, que podiam atingir os dois anos, segundo notícias da imprensa. Anos antes, o Marquês de Pombal, ao determinar a expulsão dos jesuítas, viu-se obrigado a criar novas práticas pedagógicas. Estabeleceu um novo sistema de ensino, com a oficialização do magistério. A partir desta data os professores passaram a pertencer aos quadros do funcionalismo público, contratados através de concurso.

5.1. DE MESTRE DE LER A PROFESSOR[636]

Até meados do século XVII os estudos escolares das crianças portuguesas eram negociados entre os familiares e os mestres de ler (e escrever), sob custódia da Igreja. Quem eram estes docentes? O campo de recrutamento era vasto e variado, passando de artesãos (barbeiros, sapateiros, etc.) a pessoas com deficiência motora ou debilidade física. Encontramos, ainda, mormente nas cidades, um ensino particular mais qualificado, onde homens letrados ofereciam os seus préstimos (por vezes a troco de alojamento e alimentação), deslocando-se a casa dos alunos. Geralmente estes serviços eram solicitados pela nobreza ou pela alta burguesia. António Nóvoa, perante esta realidade, refere que "apesar da heterogeneidade dos mestres-escola é possível delinear alguns traços comuns, três dos quais merecem referência":

> 1. Apesar do exercício docente estar sujeito ao controlo da Igreja, quase todos os mestres-escola pertencem ao estado laico, contrariamente aos professores do «secundário».
> 2. A profissão de mestre-escola é bastante desvalorizada do ponto de vista social (…).
> 3. Normalmente, o ensino não constitui a ocupação principal dos mestres-escola, o que impede o desenvolvimento do processo de profissionalização da atividade docente. [637]

Fácil é perceber-se que estes mestres-escola não estavam minimamente preparados para a função docente, nem o seu prestígio social face à comunidade lhes permitia afirmarem-se como modelos educativos. A mudança ocorreu em 1772. Também aqui a invulgar perceção do Marquês de Pombal alterou as práticas até então seguidas, procurando uniformizar o ensino, controlando-o, transferindo-o da esfera da Igreja para a supervisão do Estado. Esta centralização, dignificando a escola pública, nobilitou os professores que ensinavam a escrever, ler e contar, numa rede de *aulas* espalhada pelo país, passando estes professores a ser abonados pelo Tesouro público. Considerando as dificuldades económicas do momento, foi criado o *subsídio literário* (Alvará de 10 de Novembro de 1772) como garantia de recursos para a reforma, corresponsabilizando as populações pela defesa deste ensino nas suas regiões – o que aconteceu, com muitas petições a chegarem ao Governo a solicitar a nomeação de professores de primeiras letras para as respetivas freguesias. A mesma reforma obrigava "todos os mestres, públicos e privados, a possuírem uma *habilitação legal para o ensino*, a qual é concedida após um exame público (…)" garantindo um "salário anual entre 40$000 e 90$000 réis, consoante a localização da classe".[638] Esta remuneração, segundo todos os analistas, era manifestamente baixa, miserável, ao nível do auferido por um pedreiro, carpinteiro, ou qualquer outro trabalhador braçal. Marcante foi a aplicação de uma resolução régia de 1790 ao nomear "as três primeiras mestras régias de ler, escrever e contar: Margarida

[636]Professor das primeiras letras ou Mestre de primeiras letras.
[637]NÓVOA, António (1987), Obra cit., p. 418.
[638]Idem, p. 420.

Jesus, Maria Procópia e Teresa Rosa de Jesus (…), as primeiras professoras do ensino primário de que há memória em Portugal".[639] A referida Resolução surgiu a contraciclo, porque o ensino elementar era, na altura e durante muito tempo, uma profissão predominantemente de homens. Será por isso abusivo dizer que terá começado aí a feminização do ensino primário característica do século XX.

Lentamente, apesar de mal pagos, os professores iam conquistando reconhecimento público, surgindo alguma imprensa a validar a sua ação educadora, como é o caso do semanário *O Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de 1822).

> Seria muito interessante que a sua inspeção não se limitasse às paredes das escolas. Eles [os mestres] deveriam ter certa autoridade, ou inspeção sobre a educação doméstica dos discípulos, e até mesmo autorizá-los para aconselharem os pais de família sobre a educação dos seus filhos, e repreender aqueles, que por maus exemplos, ou por negligência fizessem perder aos filhos o fruto da Instrução Pública.[640]

Este e outros textos ajudaram a posicionar o professor como agente de transformação da sociedade. Visivelmente, pelos periódicos mais abertos à modernidade perpassa uma crescente atenção à formação dos professores ao longo da primeira metade do século XIX.

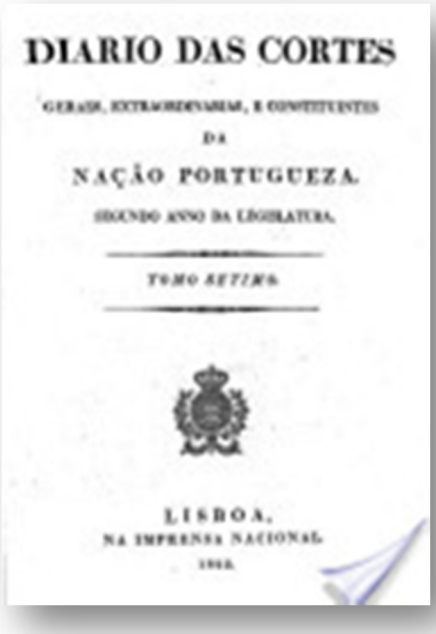
5.2. APRENDER A SER PROFESSOR: AS ESCOLAS NORMAIS

As *escolas normais* surgiram na Europa em finais do século XVIII, ganhando progressivo prestígio ao longo do século XIX. Procurava-se, com estes centros de ensino, instituir uma cultura profissional normalizada, obedecendo a modelos programáticos definidos, de forma a que os alunos das *aulas* elementares tivessem, dentro do possível, um ensino similar em todas as escolas. Para isso elaboraram-se quadros, impressos e livros próprios, que ajudaram na formação dos alunos-mestres e, mais tarde, no seu trabalho diário de professores de primeiras letras.

Foi no reinado de D. Luís, em 1862, que abriu a Escola Normal Primária, em Marvila, Lisboa.[641] Todavia, muitos anos antes, também na capital (Calçada da Ajuda, a Belém - 1 de março de 1816) havia entrado em funcionamento a primeira escola normal para os candidatos a mestres, e seus ajudantes, das Escolas do Exército. O método era o do ensino mútuo.[642] Em 1823 ressurgiu a necessidade da formação de professores do ensino primário, como uma das prioridades do Estado liberal, sendo entregue a João José le Coq a sua organização – também segundo o método mútuo – destinada apenas ao sexo masculino (Portaria de 10 de dezembro

[639]Idem, p. 422.
[640]*O Conciliador Lusitano*, N.º 17, de 30 de setembro de 1822, p. 262.
[641]Encerrada em 1930, no decurso de uma reforma do ensino levada a cabo pelo Governo da Ditadura, instituindo as "escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil".
[642]Ver capítulo VI, *O ensino mútuo e a ilustração do exército*.

de 1822). Em 1835, vencido definitivamente o absolutismo, le Coq foi de novo incumbido da reabertura da escola normal (8 de janeiro de 1835). Rodrigo da Fonseca (decreto de 11 de agosto de 1835) determinou a abertura de dois institutos de ensino (masculinos), com o mesmo objetivo, um em Lisboa e outro no Porto, sendo obrigatória a sua frequência a todos os professores públicos das duas cidades. No futuro ninguém poderia aceder à profissão sem atestar a frequência de uma destas escolas. Anunciava-se, também, a criação de escolas normais femininas, embora se adiasse a sua instalação para tempo oportuno. O teor da portaria permite perceber que nada tinha sido feito até esse momento. Esta medida foi alargada, no governo de Passos Manuel (15 de novembro de 1836), sendo considerado importante criar, em cada distrito, uma escola primária de ensino mútuo, servindo também de normal, embora continuasse sem estabelecer pensões que atraíssem os candidatos às vagas anunciadas. Finalmente, a reforma de Costa Cabral recuperou o plano de Rodrigo da Fonseca para as escolas normais de Lisboa e Porto (Decreto de 20 de setembro de 1844).


DIARIO DAS CORTES

GERAES, EXTRAORDINARIAS, E CONSTITUINTES

DA

NAÇÃO PORTUGUEZA.

SEGUNDO ANNO DA LEGISLATURA.

TOMO SETIMO.

LISBOA,

NA IMPRENSA NACIONAL.

1822.

Como se pode verificar houve um fundado empenhamento dos diferentes ministérios liberais na organização de um modelo de escola para a formação de professores, o que não se verificou com os governos absolutistas formados durante os refluxos episódicos do liberalismo. Mas também é factual dizer-se que estas reformas nunca foram minimamente cumpridas, ficando pelas intenções louváveis, dos seus mentores. Mas enquanto nas cidades havia rebeldia e uma imprensa contestatária a delatar a inoperância da governação liberal, no país das pessoas invisíveis já ninguém se questionava, entregues a Deus e ao seu destino. Os professores das primeiras letras eram, regra geral, o reflexo deste estado de alma.

5.3. OS PROFESSORES E O CONGRESSO CONSTITUINTE DE 1821-1822

A revolução de 1820, embora parcimoniosa na materialização de reformas educativas, delineou algumas melhorias imediatas no setor do ensino primário, com o objetivo de dignificar a função docente, alargar a rede escolar e, por via destas medidas, favorecer e abrir o ensino primário a faixas mais alargadas da população.

A principal tarefa do Congresso Constituinte de 1821-1822 foi a de organizar um conjunto

de leis, normas e regras que regulassem e organizassem o estado liberal, balizando os direitos e os deveres dos cidadãos, ao mesmo tempo que definia (limitando-o) o poder do monarca. Isto implicava uma reestruturação total do ensino, ideia acarinhada por muitos constituintes como Borges Carneiro,[643] que se manteve intransigente na ideia de que em todos os lugares do reino se deveriam estabelecer escolas onde se ensinasse a mocidade de ambos os sexos a ler, escrever, e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis,[644] o que acabaria por ser vertido em lei (Art.º 237, do Capítulo IV, da Constituição). Preparar o povo para a sociedade liberal era o maior garante da defesa do regime, até porque a contrarrevolução absolutista era evidente, gozando de apoios vindos do Paço – uns mais explícitos que outros. O plenário entregou a arquitetura desta reforma do ensino a Trigoso de Aragão Morato (1777-1838)[645] que não deu a importância que muitos esperavam (incluindo as autoridades municipais) ao ensino elementar. Este foi um momento de desencontro entre os intelectuais vindos do exílio, entre os quais alguns professores, com maior visão estratégica, e os que haviam permanecido no país, mais adaptados e conformistas, muitos recém-convertidos ao ideário liberal. Em 1822, Balbi[646] contabilizava 873 o número de aulas de primeiras letras.

Ao folhearmos o *Diário das Cortes* encontramos inúmeros requerimentos de câmaras e de professores, vindos de diferentes regiões, reivindicando a criação de escolas de primeiras letras, melhores seletas, revisão de salários, ou ainda critérios para a sua aposentação – coisa que não existia. O papel do professor, em Portugal, desde sempre foi muito ambíguo e cheio de contradições. Em junho de 1821, *O Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823), publicava a seguinte carta dirigida ao diretor, assinada por um *Adversário da Corcundagem*. Recorde-se que este jornal se destinava a uma classe média, constitucionalista, que lia igualmente o *British Monitor* e o *Diário de Paris*.

> Rogo-lhe me faça o favor de pesar na sua infalível balança os ordenados de cónegos com os ordenados de professores de primeiras letras; e pesar igualmente à utilidade destes, e daqueles resulta ao público.
>
> Perdoe V. M. a minha curiosidade, filha unicamente de uma dúvida que me envolve em escrúpulos de consciência, e que só um raio de luz do seu Astro me pode decidir.[647]

O momento era dos políticos e dos legisladores. Também dos militares que, progressivamente, se afastavam de uma ideia vintista para o país. Neste primeiro período

[643]Borges Carneiro, magistrado, membro do Sinédrio, desempenhou um papel importante nas Cortes de 1821-22. Retomou a vida parlamentar em 1826-28, período onde se destacou como um dos maiores teorizadores do estado liberal. Em 1828, com o regresso de D. Miguel, foi encarcerado, vindo a morrer na prisão, depois de cinco anos de cativeiro.
[644]Documento de 23 de setembro de 1822 e publicado no *Diário das Cortes*, Vol. I, p. 61.
[645]O político Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, um dos representantes da ala conservadora do movimento liberal vintista, deputado às Cortes Constituintes, presidiu ao Governo entre 1 de agosto a 6 de dezembro de 1826.
[646]Adriano Balbi (1782-1848). Geógrafo e estatístico, autor de valiosos estudos geográficos, incluindo uma obra sobre a situação socioeconómica de Portugal no primeiro quartel do século XIX.
[647]*Astro da Lusitânia*, N.º 162, de 5 de Junho de 1821, p. 4.

liberal, os periódicos falam-nos em instrução, nas Luzes, mas esquecem-se muitas vezes da figura do professor como parceiro, da sua importância para uma nova sociedade que todos diziam defender. Efetivamente, com os reflexos sociais previsíveis, a profissão não conferia a estes agentes de ensino a remuneração que outras carreiras académicas similares garantiam aos seus titulares. A *Borboleta Constitucional* (Porto, maio de 1821 a dezembro de 1822, pela pena de João Nogueira Gandra noticiava o deferimento do pedido de aumento salarial de um professor, (extrato da sessão de 11 de setembro de 1821).

> O Sr. Trigoso como relator da Comissão de Instrução Pública leu o parecer da mesma sobre o requerimento de Agostinho Peixoto, em que pedia aumento de ordenado: a Comissão tendo em atenção o aumento do trabalho, era de parecer se lhe aumentasse o ordenado; depois de ligeira discussão, foi aprovado.[648]

Fruto das muitas petições chegadas às Cortes, dos artigos publicados nos jornais, e da ação de proeminentes vultos do liberalismo (que nunca aceitaram o adiamento de reformas para o ensino básico), o *Diário das Cortes* em agosto já havia publicado um diploma a uniformizar os vencimentos, pelo que prevalece a dúvida se o aumento do professor Agostinho Peixoto, em setembro, acrescia ou não ao vencimento então uniformizado: "As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa ordenam que a resolução tomada em Cortes em 24 de abril de 1821, pela qual se estabelece interinamente o ordenado de 90$ ao professor de primeiras letras de Torres Novas e o de 200$ ao professor de latim da mesma vila, fique provisionalmente ampliado a todos os professores de primeiras letras e língua latina do Reino (…)".[649] Como se pode verificar por esta discrepância salarial (90$000 para 200$000 réis), os professores primários não poderiam sentir-se agradados, e a própria Assembleia Constituinte, no seguimento de duras críticas da imprensa, a que alguns deputados atribuíram grande significado, reconhecia que a revisão salarial era necessária e urgente. Enquanto pugnava por vencimentos mais dignos para estes professores, a imprensa não deixava de lhes dirigir recomendações de carácter pedagógico.[650] Nesta linha, O *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821), e logo no seu número da apresentação, refletia que, ao lado do saber, o educador deveria preocupar-se também com a compleição física, o temperamento, as inclinações e gostos da criança.[651] Este periódico de Coimbra antecipou, desta forma, a importância de se trabalhar o desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspetos cognitivos, afetivos e motores.

A necessidade de "derramar as luzes por todos os cidadãos" deu prestígio aos professores,

[648] *Borboleta Constitucional*, N.º 108, de 18 de setembro de 1821, p. 1.
[649] *Diário das Cortes*, Ano I, agosto de 1821, p. 670.
[650] A competência só é legitimada mediante a aprendizagem dos alunos, *a posteriori*.
[651] *Despertador Nacional*, Nº 1, janeiro de 1821, p. 5.

que começaram a beneficiar (aparentemente) de algumas regalias.[652] A *Borboleta Constitucional* anunciava uma medida sobre a "jubilação dos mestres de primeiras letras e gramática". A abrir, o documento referia que os professores (ambos os sexos) de primeiras letras, gramática latina e grega, retórica e filosofia, que por espaço de trinta anos consecutivos, ou interpolados, tivessem *regido* (com aproveitamento e sem repreensões) teriam acesso a uma reforma (Sessão de 25 de setembro de 1821).

> O Sr. Freire leu o Decreto redigido pela Comissão de Instrução Pública para confirmar a jubilação dos Mestres de primeiras letras, Gramática etc. Depois de alguns debates em cada um dos artigos foi aprovado com pequenas alterações, menos o último artigo, pois se decidiu que ficariam jubilados com meio ordenado aqueles que tivessem os 60 anos de idade, e ao menos 30 de exercício.[653]

Como já tivemos a oportunidade de observar, a revolução de 1820 não se declarou irreligiosa e foi bastante prudente na sua relação com os membros do clero. Podíamos mesmo dizer que, nesse domínio, ela foi surpreendentemente menos hostil do que o despotismo pombalino. Grande parte da propaganda anti vintista tinha, indubitavelmente, a assinatura de membros da classe sacerdotal, mas a verdade é que, apesar disso, a burguesia liberal não encontrava fora da igreja melhor fonte de recrutamento para levar a efeito o seu programa de combate ao analfabetismo da população. Ainda em novembro de 1821, *O Independente* (Lisboa, novembro de 1821 a março de 1822), um jornal de referência do liberalismo vintista, apelava aos mestres de primeiras letras e párocos para se complementarem, assumindo métodos inovadores de comunicação com as crianças das paróquias, abolindo as extensas orações que se repetiam sem sentido.

> Os Mestres e os Párocos devem sobretudo instruir com o exemplo, marcando modelos de doçura, de afabilidade, de sacrifício, de amor da pátria, e de caridade mútua.[654]

De um modo geral, os textos da imprensa liberal refletem esta ligação da Igreja ao ensino,[655] nunca atacando a doutrina oficial, antes identificando a religião e a moral cristãs como matérias importantes do currículo escolar. Também nunca encontrei notícias objetivas sobre o não cumprimento deste programa, mesmo nos professores acusados de perfilharem ideias revolucionárias, o mesmo acontecendo nos periódicos mais conservadores.

652"A preocupação dos Estados liberais com os *socorros* e o ensino públicos projetou, numérica e socialmente, os corpos profissionais com eles relacionados. O médico e o professor, especialmente o último, são parte importante na construção da sociedade burguesa e integram o grupo mais ampliado e influente dos intelectuais". *In* SERRÃO, Joel & Marques, A. H. de Oliveira (2002). *Nova História de Portugal*, vol. IX, p. 164.

653*Borboleta Constitucional*, N.º 120, de 2 de Outubro de 1821, p.1.

654 *O Independente*, N.º 24, de 21 de dezembro de 1821, p. 1.

655 É claro que também exista algum fundamentalismo anticlerical, como é o caso do redator de O Censor Provinciano (Coimbra, dezembro de 1822 a fevereiro de 1823), que se regozijava com algumas tentativas feitas por deputados no sentido de interditar os regulares de exercerem as funções do Magistério Nacional, sem que primeiro passassem para o estado secular. Esta medida estava na linha do defendido pelo setor mais radical que, por vezes, conseguia fazer passar algumas das suas pretensões.

Em janeiro de 1822, a *Borboleta Constitucional* noticiava a abertura de duas *aulas* para meninas, na cidade do Porto, sendo de 90$000 réis o ordenado anual do professor (com Pombal o desvio ia de 40$ a 90$000, em 1772), exigindo-se para o cargo "uma pessoa com mais de 40 anos e menos de 50". Informava, ainda, que uma das cadeiras já tinha sido "provida pela nossa patrícia D. Rita Correia de Paiva", que o jornal afiançava pertencer a uma família muito respeitada na cidade. Lamentava-se, todavia, que uma irmã da nomeada tivesse ficado excluída do concurso por apenas ter 38 anos, embora evidenciasse mais conhecimentos que a nomeada.[656] No mês de setembro, o mesmo periódico participava a abertura de mais uma *aula* para o mês seguinte.

> D. Margarida Sabina de Sá Ferreira e Pinho faz saber ao público desta cidade que tendo obtido, conforme a lei, o emprego de Professora Régia de Primeiras Letras, para meninas, tenciona abrir a sua Aula no 1.º de Outubro seguinte, na Rua da Torrinha N.º 13.[657]

O *Conciliador Lusitano* (Lisboa, junho a dezembro de 1822) reclamava a necessidade de "pessoas hábeis" para o ensino, fazendo alguma teoria moralista sobre as qualidades indispensáveis à profissão docente:

> É certo que a escolha dos Mestres que devem ensinar a mocidade merece a maior atenção dos que governam. Sem exigir aquilo a que se chama talentos distintos e superiores, há certas qualidades impreteríveis que se não podem dispensar. Um senso direito, um juízo são, um espírito firme com séria aplicação e zelo dos bons costumes, eis-aqui o que se deve procurar nos Mestres. (…) Entre nós já existe mais alguma circunspeção na escolha destes Mestres: já se examina o seu caracter; já se procuram qualidades, mas ainda não há a perfeição e melhoramento que pode haver.[658]

Em paralelo com a competência exigida a quem ensina, o articulista introduzia a questão salarial: "os ordenados que os professores de primeiras letras recebem não os põem a coberto da miséria e da indigência". Eles tinham, por isso, necessidade de procurarem outros trabalhos, de forma a complementarem os ordenados, resultando daqui menor cuidado com a instrução dos alunos. De seguida, o periodista lembrava que "já não existe a simplicidade dos tempos em que a pobreza não era qualidade desprezível entre os homens". Isto para dizer que os professores, ao não auferirem uma retribuição adequada, careciam de autoridade e respeito junto da comunidade, com reflexos imediatos no aproveitamento dos alunos, servindo ainda de desculpa para a impreparação, incompetência, ou falta de sentido profissional.

> Quando dizemos que o Mestre da escola deve ser pago de maneira que o ponha ao abrigo da miséria e da abjeção é para se exigir dele uma continuada atenção, que o torne digno do seu ministério. Poucas horas de escola não são bastantes para satisfazer este dever.

[656] *Borboleta Constitucional*, N.º 14, de 16 de janeiro de 1822, p. 4.
[657] Idem, N.º 202, de 10 de setembro de 1822, p. 4
[658] Idem, N.º 17, de 30 de setembro de 1822, p. 259.

> Não queremos que ele fosse um Mestre, queríamos que ele fosse como um Magistrado deste pequeno Povo confiado aos seus cuidados, e que exercesse as suas funções com dignidade e exação. Quem não aprovará que o Mestre vigie e presida à conduta doméstica dos seus discípulos? Que ele assista aos seus jogos e recreações; que seja juiz das suas pequenas acusações; que reprima com discrição os defeitos que podem degenerar em vícios com a idade; que faça encorajar as virtudes nascentes, e que ponha todo o cuidado em fortificar as boas disposições do seu pequeno rebanho (…).[659]

O *Conciliador Lusitano* termina a série de artigos dedicada ao ensino esclarecendo que sempre que falou em "instrução nacional" a ideia era mesmo "abraçar a totalidade do povo", sem qualquer tipo de distinção.[660] Também a *Gazeta das Damas* (Lisboa, novembro a dezembro de 1822) se inquietava com a qualidade do ensino destinado ao género feminino, apelando às suas leitoras para carrearem informação que permitisse ao jornal servi-las melhor – uma diferenciação de género incomum neste período.

> As Mestras públicas e particulares encarregadas da educação do Belo-Sexo fixaram as nossas vistas, para examinarmos a bondade ou maldade de seus sistemas. É sobre este importantíssimo objeto que rogamos a todos os nossos concidadãos, ao Belo-Sexo e ás mesmas Mestras nos queiram transmitir todo o esclarecimento possível. Nada há que esteja em maior atraso![661]

O jornal de Rebelo de Carvalho, no seu número de janeiro de 1823, refletia sobre a efetiva capacidade dos professores para dar seguimento à anunciada reforma. As suas palavras são muito duras.

> Mas que direi eu destes professores? A maior parte não sabe escrever certo o seu nome: atrapalhadamente leem, e atrapalhadamente ensinam a ler os rapazes ordinariamente por informes papeladas de processos bárbaros, torpemente escritos, cuja maneira de escrever torpemente adquirem, sem que lhes resulte, nem ao público, proveito algum. (…) .[662]

O articulista, mais uma vez, apelava para que o Estado cuidasse da formação dos professores e, para além disso, lhes assegurasse um vencimento condigno. "E poderá a Nação com tantas despesas? Direi então como disse há bem pouco tempo o nosso ilustre regenerador M. F. Tomás (agora falecido), que a Nação, que não pode com certas despesas, deixa de ser Nação".[663]

Durante um longo período o tema do ensino desaparece das páginas dos jornais, agora muito ocupados com as movimentações militares, lutas partidárias, intrigas palacianas, sucessão de D. João VI. A Carta Constitucional recolocou, a partir de abril de 1826, a instrução na agenda do Governo e dos jornais. Mas depressa o silêncio cobriu as poucas vozes que reclamavam um ensino melhor e uma carreira dignificada para os professores. O

[659]Idem, *Ibidem*.
[660]Idem, n.º 18, de 7 de outubro de 1822, p. 275.
[661]*Gazeta das Damas*, N.º 6, de 11 de janeiro de 1823, pp. 81-88.
[662]*Censor Provinciano*, N.º 4, de 28 de dezembro de 1822, p. 44.
[663] Idem, *Ibidem*.

Periódico para os Pobres (Lisboa, setembro de 1826 a março de 1848), defendendo o ideário cartista (meses antes da aclamação de D. Miguel como rei absoluto), sublinhava a importância das artes e dos ofícios na aprendizagem, mas também o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo. Na opinião do autor do artigo, a falta de formação escolar neste domínio tinha conduzido à ruína muitas fábricas (manufaturas e artefactos) do país. Este texto revela como largos setores liberais pretendiam introduzir nos *planos de ensino* conhecimentos práticos, "tão necessários para o progresso da agricultura e para o desenvolvimento de todas as artes e ofícios"[664] – o que haveria de ser implementado na segunda metade do século, por Fontes Pereira de Melo (1819-1887), já fora do nosso período de estudo.

5.4. ANOS DE CHUMBO E DE ESPERANÇA

Apesar do cartismo beneficiar da simpatia da burguesia mercantil e de alguns dos grandes nomes do reino, a verdade é que a pequena burguesia e o clero, ferozmente antimaçónico, nunca tinham deixado de conspirar sob a direção do grupo apostólico da rainha Carlota Joaquina. O povo, aparentemente desinteressado da política, sentia uma forte simpatia por D. Miguel. Depois de uma inflamada intervenção de José Acúrsio das Neves (1766-1834),[665] os Três Estados, reunidos para o efeito (23 de junho de 1828), aclamaram D. Miguel como monarca absoluto, reconhecido nos dias imediatos em todo o território e por muitos países estrangeiros, incluindo o Vaticano. A imprensa conservadora rejubilava.

> Não é agora ocasião de fixar o verdadeiro significado de Educação e Instrução, nem advertir que se esta diz um especial respeito à doutrina, é particularmente do exemplo que hão de estar dependentes os frutos e proveitos daquela. Não escrevo para certos pais todos embebidos em suster e melhorar o físico de seus filhos, e ainda menos para outros que seguem por norma em assuntos de educação as teorias de Rousseau, e que dirigidos por tão eloquente pedagogo tremerão de que lhes fale em Deus, ou em coisas divinas a seus filhos. Escrevo somente para desengano da maioria dos pais, que é justo abram os olhos por uma vez, para conhecerem que os Jesuítas são uma espécie de tropas auxiliares que o Céu lhes manda (…)".[666]

Depois de clarificar a sua ideia de educação, *O Defensor dos Jesuítas* (Lisboa, agosto de 1829 a 1833), editado pelo cisterciense frei Fortunato de S. Boaventura (1777-1844),[667] criticava os professores, pondo-os em comparação com os Jesuítas: "(…) o que levanta os jesuítas muito acima de todos os mestres que lhes foram substituídos neste reino de Portugal,

[664] *Periódico para os Pobres*, N.º 905, de 2 de maio de 1828, pp. 906-907.
[665] Precursor do industrialismo, em contraponto com as velhas teorias agrárias que pretendiam reduzir o país a uma economia agrícola e mercantilista. Foi magistrado, político do partido *miguelista*, ensaísta, historiador, e pioneiro dos estudos sobre a economia portuguesa.
[666] *O Defensor dos Jesuítas*, N.º 9, 1830, p. 4.
[667] Académico brilhante, historiador, bispo de Évora. Acérrimo defenso do absolutismo, exilou-se a partir de1834 em Roma, onde faleceu.

é o heroico desinteresse com que eles preenchiam as mais árduas e penosas funções do Magistério, que se contam nestas duas palavras: ensinar meninos". E, depois de muitos elogios à ação da Igreja, o artigo termina com propaganda dirigida aos pais, tecendo encómios às qualidades pedagógicas e morais dos padres da Companhia de Jesus:

> Desvelados noite e dia para que vossos filhos aprendam ao mesmo passo as Letras, as Ciências e as virtudes Cristãs, não vos querem dinheiro ou salário algum pelo seu trabalho, que eles preenchem (…) não só gostosamente, mas com uma espécie de ambição por verem as coroas que se lhes preparam na eternidade, por abrirem e desempecerem o caminho do Céu a tantas almas inocentes, que por certo naufragariam nos procelosos mares do século, se lhes não assistissem os melhores pilotos com as suas oportunas direções e santos conselhos? Que Mestres vos agradam mais? [668]

Com campanhas como esta, a laicização dos *estudos menores* regride a níveis do início do século, para o que contribuiu o edital de 27 de julho de 1829, que admitia presbíteros seculares ao magistério de primeiras letras e latim. "Mas foram a diminuição progressiva da rede escolar e a perseguição a professores desafetos à ordem absolutista os fatores que mais ditaram o agravamento geral das condições do ensino".[669]

Para evitarem que os ensinamentos de Rousseau e de outros "agentes do mal" se expandissem pelo país, a partir de 1828, as perseguições a todas as figuras associadas ao liberalismo recrudesceram, o que originou a prisão e o exílio de muitos professores. Um inquérito à vida de Severino Marques de Gouveia (13 de outubro de 1832), professor régio da vila de Ervedal, permite ver a perfídia que os adeptos do miguelismo usavam para afastar possíveis inimigos do trono:

> (…) o sobredito professor não cumpre com exatidão as instruções que tem da Junta da Diretoria Geral dos Estudos; porque o tempo e as horas não são as marcadas nas instruções; pois o mais que dura [a classe] é uma hora; e agora no inverno toca ao meio dia, e à uma hora tem acabada a escola da tarde, não sendo ele as mais das vezes que lhes dá escola da tarde, mas sim um irmão que anda igualmente a aprender, e outras vezes o pai do dito professor. E este trata de se divertir à caça (…). Sobre a sua conduta religiosa posso dizer que ele se mostra muito zeloso do serviço da Igreja, e sendo capelão desta vila é exato em fazer oração, ensinando doutrina aos meninos (…); porém estou convencido que tudo são exterioridades, e com fins muito diferentes e sinistros.
>
> Pelo que pertence à sua conduta política estou intimamente convencido de que é um formidável Malhado; porque sempre tratou com muita frequência com aqueles desta vila que hoje se acham presos em Almeida (…).[670]

Deste e de inquéritos semelhantes, muito vulgares neste período, conclui-se a demissão dos visados e amiúde a sua prisão. Outro caso muito referido na imprensa é a falta de

[668]Idem, *Ibidem.*
[669]SERRÃO, Joel *e* Marques, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 355.
[670] ALBUQUERQUE, Luís (1991), Obra cit., pp. 259-260.

pagamento atempado. Sintomático o requerimento (1 de junho de1833) de um professor a solicitar dispensa de ir todos os dias à escola, por não ter possibilidades para o fazer:
"Perseguido pela fome e pela miséria, sem ter meios alguns de subsistência, nem com que me possa alimentar, por ter passado um ano e doze dias sem ter recebido pagamento algum, e deverem-me trinta e dois meses, adquiri moléstia que me priva de poder continuar no exercício da frequência e residência na aula, exercício ainda que honroso, também rigoroso e muito penoso (principalmente não havendo discípulos), prestando-me porém aos exames para que possa ser avisado".[671]

Assim perseguidos e mal pagos, muitos professores viram-se obrigados a emigrar. Dispersos por algumas capitais europeias conspiraram no sentido de fazer regressar D. Pedro a Portugal, afastando o usurpador e recolocando no trono a filha Maria da Glória. Em 26 de maio de 1834, D. Miguel viu-se obrigado à rendição, deixando definitivamente o país. A partir deste momento, e apesar de toda a instabilidade verificada, nunca mais o liberalismo constitucional foi colocado em causa, perdurando até ao final do sistema monárquico (5 de Outubro de 1910).

5.5. LIBERALISMO: FILOSOFIA DA MODERNIDADE?

Em agosto de 1835, o semanário *O Liberal* (Angra, 29 de março de 1835 a 9 de março de 1836), uma voz vinda da *Ilha da Liberdade*, reproduzia um texto de *O Nacional* (Lisboa, novembro de 1834 a dezembro de 1842), onde A. C. Dias se interrogava sobre a qualidade dos professores – um tema, como temos visto, recorrente na imprensa liberal de diferentes épocas.

A. C. Dias prossegue na linha da maioria dos analistas de então: para se ter bons mestres é necessário pagar-lhes condignamente. Depois, introduz um elemento novo: não havendo verbas suficientes para custear um sistema educativo alargado, por que não reduzir-se o número de professores? Mas àqueles a quem se confiasse a educação primária da mocidade deveria abonar-se um salário compatível com a exigência pedida, distante "dos mesquinhos 90 000 réis, ou das prestações dos egressos, que ou se não pagam, ou se dão depois de considerável atraso". [672] O articulista continua a não colocar em causa a religião, embora exija que os professores não veiculem o fanatismo nem a superstição. De resto, é uma constante: o liberalismo, de forma sincera ou por simples oportunismo político – uma distinção difícil de verificar – nunca excluiu o ensino religioso da escola elementar. Neste domínio observa-se grande tolerância por parte dos liberais, mesmo por parte da fação politicamente mais radical.

[671] Idem, p.264.
[672] *O Liberal*, N.º 23, de 30 de agosto de 1835, p. 1.

A intolerância ficava reservada para a ordem político-partidária, onde o revanchismo dos liberais chegava a rivalizar com o dos absolutistas. Nesse sentido, o retorno ao constitucionalismo não eliminou as rotinas de controlo ideológico sobre o professorado. "Pelo contrário, se é certo que se reintegrou com retroativos os elementos expulsos pelo miguelismo, não deixou de, por sua vez, afastar do magistério (embora com perdão) os docentes que aderiram ao governo reacionário. Além disso, instituiu-se o estado de fidelidade à causa constitucional como documento indispensável à provisão na regência de cadeiras. O único passo positivo foi dado por Passos Manuel, que em 1836 instituiu o processo judiciário como instância de demissão dos docentes".[673] Entretanto, os problemas estatutários da classe docente, nomeadamente o remuneratório, continuavam sem solução. Não admira, pois, que *O Azorrague* (Lisboa, agosto de 1838 a junho de 1839), bissemanal dirigido pelo padre João Cândido de Carvalho, se manifestasse indignado com os "mesquinhos ordenados praticados" impeditivos de haver uma seleção pela competência. Os "noventa mil réis cada ano, treze vinténs e meio cada dia" não são atrativos. "Qual é o pobre cavador, roçador, ou servente de pedreiro, que não faz mais ordenado?"[674] Esta situação era de todo incompatível com a profissionalização do ensino. Assim, só os inaptos estavam disponíveis para este serviço, restando alguns bons professores (muito raros), que por possuírem outros rendimentos conseguiam sobreviver sem "verem a cor do dinheiro" que lhes era devido.

> Eis aqui um dos motivos porque é raro encontrar por essas terras das Províncias um mestre que tenha somente esse modo de vida; de ordinário um mestre de primeiras letras é barbeiro, o outro é sapateiro, o outro é escrivão, e se algum tempo lhes resta das obrigações que lhe rendem algum vintém, lá o entretém ensinando às crianças o A, B, C, rançosamente.[675]

Aos professores não restavam grandes meios para fazerem valer os seus direitos. A solidariedade profissional ainda não existia. As reações, se as havia, eram de índole individual e, por isso, de efeito ténue ou nulo. As narrativas da imprensa apenas nos permitem deduzir a existência de atitudes individuais que na linguagem de hoje diríamos pertencerem à categoria das greves de zelo. A verdade é que os professores de 1840 souberam afirmar o seu descontentamento, quebrando a ligação institucional à hierarquia que os tutelava: muitos pela desorganização do sistema, mas outros pela insatisfação de quem não via reconhecido o seu trabalho – as cartas a pedir aumento de ordenado são um prenúncio evidente. Este alheamento, mesmo sem caráter orgânico de luta, foi importante para a evolução da profissão e para a afirmação do seu futuro estatuto.

---

[673]SERRÃO, Joel *e* Marques, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 355
[674] *O Azorrague*, N.º 16, de 10 de outubro de 1838, pp. 61-62.
[675]Idem, *Ibidem.*

Chegando ao conhecimento de Sua Majestade a Rainha, que alguns professores públicos deixaram de remeter ao Conselho Geral Diretor do Ensino Primário e Secundário as certidões de posse das suas respetivas Cadeiras, e bem assim os mapas dos discípulos que frequentam as Aulas a seu cargo; e cumprindo obviar a estas faltas de que resultam graves inconvenientes contra a regularidade do serviço, há a mesma Augusta Senhora por bem ordenar o seguinte:

1.º - Os Professores de Ensino Primário e Secundário farão constar na Secretaria do Conselho Geral Diretor, dentro de sessenta dias, desde a data do diploma, por certidão dos Administradores de Concelho, ou das respetivas Câmaras Municipais, estarem de posse, e na regência de suas Cadeiras. [676]


Rodrigo da Fonseca Magalhães

O diploma de 26 de fevereiro de 1840 era assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães![677] Em julho do mesmo ano, o diário *A Revolução de Setembro* (Lisboa, junho de 1840 a janeiro de 1901), jornal de referência da esquerda liberal, noticiava a entrada na Comissão de Instrução Pública do "projeto N.º 4", assinado por Alexandre Herculano e Almeida Garrett, entre outros, que pretendia assegurar que os professores, depois de jubilados ou aposentados, pudessem acumular a respetiva *reforma* com os ordenados de qualquer outro emprego. Era, sem dúvida, uma medida que tornava mais atrativa a profissão, embora também deixasse perceber a insuficiência do valor da pensão.[678]

5.6. O ENIGMA COSTA CABRAL E OS PROFESSORES

Em março de 1842, num momento de viragem política (a Carta tinha sido restaurada a 10 de fevereiro) a situação agravou-se pelo que se depreende de uma notícia da *Revolução de Setembro*. Costa Cabral, tentando sanear as finanças públicas e ultrapassar o atraso no pagamento aos professores primários, propunha um acordo que deixa bem à evidência o pauperismo da situação.

A Câmara Municipal de Lisboa deliberou, em conferência de 28 de fevereiro último, que aos professores de instrução primária se pagassem dois meses em cada mês, da prestação que por lei é obrigada a dar-lhes, sendo um dos atrasados, e outro do corrente, contanto que desistam, previamente, de toda e qualquer ação que tiverem intentado contra ela.[679]

[676] *O Democrata*, N.º 119, de 29 de fevereiro de 1840, p. 473.
[677] Idem, *Ibidem.*
[678] *A Revolução de Setembro*, N.º 15, de 15 de julho de 1840, p. 4.
[679] Idem, N.º 385, de, 3 de março de 1842, p.2.

Nos meses seguintes é noticiada a abertura de cadeiras em diferentes pontos do país, mesmo em locais muito afastados dos centros urbanos. Com a abertura destas escolas Costa Cabral procurava preparar o país para a industrialização. A contrariar, porém, essa meritória intenção, o cabralismo reintroduziu, através do decreto de 1 de agosto de 1844, a prática de controlo e punição de atividades que divergissem das orientações oficiais. E pode dizer-se que as coisas não melhoraram até à Regeneração. A literatura periódica repete até à saciedade os relatos sobre a indigência da vida dos agentes de ensino, o descuido governamental com a formação dos professores, a carência de escolas e os riscos políticos do exercício da profissão. Já na véspera do movimento que implantou a Regeneração, António Feliciano de Castilho parece querer brindar-nos, em *A Semana* (Lisboa, janeiro de 1850 a agosto de 1852), com um resumo que descreve a situação dos docentes do ensino elementar ao longo de todo o período que é objeto do nosso estudo. Responde, assim, a uma pergunta que ele próprio formula e que assinala algo de fatídico na história nacional:

"Como se pode educar a mocidade num país adiado?".

> A imperfeição da nossa legislação sobre instrução pública, imperfeição que ninguém de boa-fé poderá de modo algum contestar, temos que acrescentar a insuficiência literária e, desgraçadamente, em muitos casos, a incapacidade moral dos professores de instrução elementar. E como não há-de ser assim se se lhes não paga, se se lhes não satisfazem, por muitos meses, os insignificantes estipêndios que lhes estão marcados?
>
> Sem uma escola em que possam convenientemente habilitar-se, como se pode exigir, nos que se propõem e ensinar a mocidade, ainda mesmo uma regular instrução, quanto mais os variados conhecimentos que o quadro dos estudos exige?[680]

5.7. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO V

A origem e a expansão do modelo escolar consistem numa longa caminhada doutrinária, fruto de inter-relações e alterações sociais profundas. A partir de finais do século XVIII, mas principalmente ao longo do século XIX, a imagem do professor foi sendo progressivamente trabalhada, embora associando-se o exercício do magistério "ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência devidas a funcionários públicos".[681] Os professores eram mais ou menos controlados pelo Estado, prevendo-se em alguns períodos a sua exoneração discricionária por delito de opinião. Construir uma sociedade harmónica e hierarquizada, centralizada e ordeira era o grande objetivo político da classe dirigente, sendo expoente máximo desta filosofia o governo de Costa Cabral. Paralelamente apareceu, muito valorizado por alguns jornais, a ideia de um ensino direcionado para as necessidades do país, carente de técnicos. O que ensinar e como fazê-lo ocupam muitas páginas de jornais que manifestam o

[680] *A Semana*, N.º 37, setembro de 1850, p. 290.
[681] NÓVOA, António (coord.), (1992). *Os professores e a sua formação*, p.14.

conhecimento de teorias pedagógicas, nomeadamente as de Rousseau e Pestalozzi. Começava a raiar, num horizonte todavia ainda carregado de nuvens, alguma réstia de luz *nos caminhos do ABC*, com numerosos registos na imprensa de preocupações sobre as condições de vida, de formação e de trabalho dos professores.

Emergem as escolas normais, com a finalidade de instituir uma cultura profissional mediante noções de Pedagogia, ao mesmo tempo que se procurava um modelo de uniformização do ensino, por meio de materiais escolares que ali eram facultados. O acesso à docência passava pela frequência destes institutos, ou apresentação de prova de habilitações equivalentes ou superiores, ou pela realização de um exame público. No entanto, a ineficiência governamental e a dramática falta de recursos faziam com que as reformas nunca saíssem do papel e fossem sucessivamente adiadas.

No recorte temporal contemplado pela investigação encontrei referência a obras elaboradas por professores, bem como artigos, cartas e petições, o que mostra um escol inconformista e culto. Mas é forçoso reconhecer que se trata da exceção e não da regra. Na verdade, para sermos fieis à leitura da imprensa, o que aí vemos é um retrato sombrio da situação do ensino e do professorado. A denúncia da má preparação dos professores é uma constante e não só no domínio pedagógico: muitos deles roçarão o analfabetismo. Isso significa que as escolas normais eram insuficientes ou não funcionavam adequadamente. O estado de guerra permanente do país não deixava folgas financeiras para dar sustentabilidade ao ensino. As despesas militares sufocavam os orçamentos e a instabilidade política destruía qualquer tentativa de organização. Pelo que se publicava, artigos, notícias e anúncios, facilmente se chega à conclusão de que os responsáveis políticos se sentiam obrigados a abdicar do rigor na aplicação das normas no que se refere às habilitações dos candidatos a mestres das primeiras letras. Não havia dinheiro para grandes exigências. Como se escrevia em *O Baratíssimo* (Novembro de 1848), o professorado é uma "classe de verdadeiros mendigos".[682] Se havia exigências, ela andava quase sempre à volta das questões ideológicas. Se a repressão era maior durante o período miguelista, ela não desaparecia de todo nos sucessivos governos liberais, embora naturalmente com critérios de sentido contrário. A história ainda havia de avançar muito no tempo para que os professores assumissem uma consciência coletiva dos seus interesses profissionais e adquirissem força e prestígio suficientes para tornarem a sua profissão moral, social e economicamente gratificante.

[682] *O Baratíssimo*, N.º 11, de 9 de outubro de 1848, p. 85.

CAPÍTULO VI

O ENSINO MÚTUO
E A ALFABETIZAÇÃO DO EXÉRCITO

O início do século XIX foi muito traumatizante para o exército português. Primeiro, subjugado aos invasores napoleónicos, ou combatendo a seu lado, nas trincheiras europeias; depois, dependente dos interesses dos ocupantes ingleses que sentiram necessidade de o desenvolver e modernizar. Isto implicou alargar as incorporações a largas faixas da população, manter estes mancebos seis anos em atividade, com prejuízo do cultivo das terras, longe da família, mas dando-lhes conhecimentos que, doutra forma, nunca alcançariam.

> Éramos o instrumento, o servo, a mula de carga da Inglaterra, desde que ela nos arrebatara das mãos do francês. Beresford, nomeado general do nosso exército, foi de facto um procônsul, um rei (…) o pensamento do inglês não era defender Portugal, mas sim destruir Napoleão com os soldados portugueses.
>
> (…) Quando Napoleão caiu e voltou a paz, deu-se o balanço à fortuna portuguesa. Era um sudário de miséria e solidão.[683]

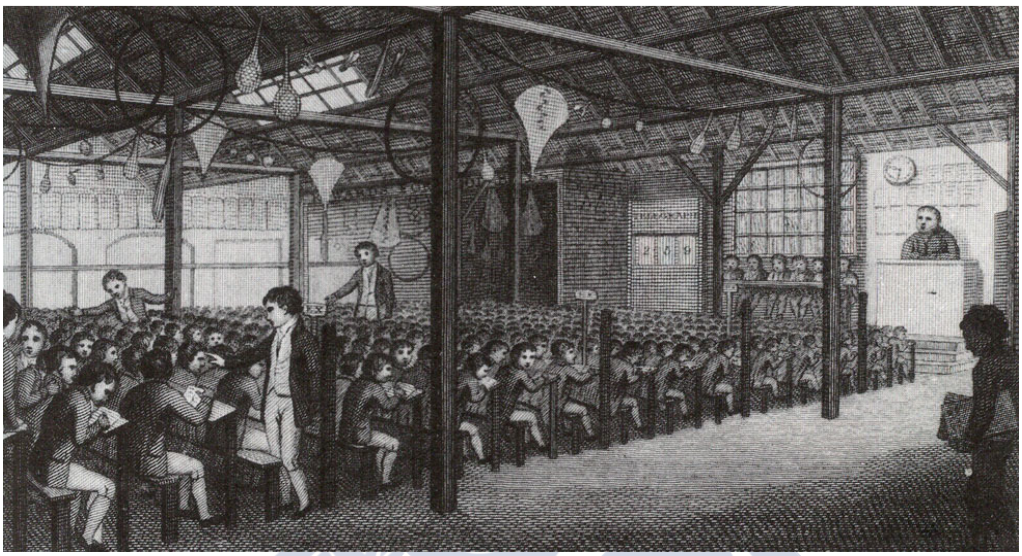
Neste capítulo aborda-se, através da imprensa, o projeto de alfabetização levado a cabo pelo exército português, desde a sua conceção legal (1815/1816), passando pela avaliação de resultados (Relatório de Couto e Melo em 1821),[684] e posteriores desenvolvimentos. O ensino mútuo constituiu-se num método adequado para um país que necessitava de vencer rapidamente o analfabetismo cultural e ancestral e que, ao mesmo tempo, não dispunha de meios financeiros para sustentar uma organização escolar dispendiosa, nomeadamente onerosa no que se refere ao pagamento dos professores. Por outro lado, por causa das guerras com o exterior e das guerras internas, o país estava militarizado. Se as escassas atividades industriais careciam de mão-de-obra alfabetizada, as forças militares não careciam menos de soldados com um mínimo de competências de leitura e escrita.

6.1. AS ESCOLAS MILITARES DE PRIMEIRAS LETRAS

Em Portugal (10 de outubro de 1815), por desígnio dos Governadores do Reino, e confirmado por portaria régia, foram criadas as escolas regimentais de primeiras letras para

[683] MARTINS, Oliveira (1928), *História de Portugal Contemporâneo*, pp. 246-250.
[684] João Crisóstomo de Couto e Melo (1775-1838) - Diretor das Escolas Militares de Primeiras Letras.

dotar os corpos militares profissionalizados, das diferentes armas, de quadros subalternos alfabetizados, o que constituiu uma medida de grande significado na evolução da educação, muito especialmente da educação popular.[685] Estas aulas de *ler, escrever e contar* foram abertas, igualmente, aos filhos destes militares,[686] bem como aos habitantes das terras onde estavam sediados os aquartelamentos. Foi adotado o ensino mútuo que consistia na comunicação recíproca da instrução, cabendo aos discípulos mais bem preparados dar a lição aos que sabiam menos, sob a direção e inspeção do mestre que, do alto da sua mesa (colocada sobre um estrado), como um *maestro*, regulava a *marcha* da aprendizagem.



A gravura exemplifica bem o método: o professor, do alto da sua mesa monitoriza o grande grupo, enquanto os alunos-ajudantes acompanham os companheiros mais novos ou menos preparados.

O mestre tinha militarmente o posto de 1.º sargento agregado; era coadjuvado nas suas funções docentes por um ajudante com o posto de 2.º sargento agregado e, nas faltas deste, por um aspirante a ajudante com o posto de cabo agregado.

> O ensino mútuo não é outra coisa mais do que o método simultâneo modificado. Observou-se que as crianças, grandes imitadoras, imitarão mais facilmente os seus companheiros do que as pessoas de mais idade, e é sobre este princípio que se fundou o ensino de umas crianças às outras, isto é, o ensino mútuo. Um único professor basta para uma escola inteira, por maior que seja o número de alunos, mas à frente de cada classe ou turma há um discípulo denominado monitor ou decurião, que faz as vezes do mestre, e transmite aos outros as lições que ele próprio recebeu em uma classe superior.[687]

Por certo muitos portugueses se interrogaram sobre o verdadeiro desígnio do Regente, embora o analfabetismo só por si o justificasse plenamente. Porém, para mais próximos dos

[685] Segundo Francisco Alberto Fortunato de Queirós (F.L.U.P.): "O ano de 1815 marca uma nova fase da História da Europa, a tal ponto que, para muitos historiadores, é ele e não 1789 o limite inicial da Idade Contemporânea", in *Estudos sobre os Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (2.ª Parte), p. 225.
[686] Denominados "tropa de primeira linha". De referir que a "tropa de segunda linha" (Ordenanças e Milícias) não era abrangida por esta disposição.
[687] MONTEVERDE, Emílio Aquiles (1803-1881), autor do *Método facílimo para aprender a ler, tanto a letra redonda como a manuscrita, no mais curto espaço de tempo possível* (1836).

corredores do poder, isto é, do generalíssimo do exército português, William Beresford, os motivos eram claros: o exército precisava de instrução para se tornar mais disciplinado, organizado e funcional, deficiência sentida pelos oficiais ingleses durante as invasões francesas. Conhecedor do ensino mútuo, Beresford intercedeu junto de D. João, ainda no Rio de Janeiro, para a sua rápida implementação.[688]

Pensado para fazer face a um número elevado de alunos, sem grande dispêndio com professores, o novo método rapidamente conquistou adeptos, primeiro em Inglaterra e País de Gales, espalhando-se de seguida pela Europa: França, Espanha, Portugal.[689] Até então, os professores de primeiras letras adotavam o ensino individual e/ou simultâneo, sem recurso a monitores (decuriões), como nas escolas dos jesuítas.

> Este novo ensino, aparecido pouco depois da Revolução Francesa, consubstanciava os ideais iluministas emergentes na época, e foi acolhido por diferentes governos e comunidades intelectuais com grande entusiasmo, sobretudo por razões economicistas e de celeridade na aprendizagem.[690]

Coube a João Crisóstomo de Couto e Melo a adaptação deste método "uniforme e regular" de ensino, ao sistema escolar português. Assim, concebeu um conjunto de regras, manuais e outro material para utilização nestas escolas. Procurando ter os alunos sempre ocupados, em grande grupo, onde os mais aptos assumiam o papel de monitores dos menos sabedores, a formação era rigidamente programada, fazendo-se por repetição coletiva, tantas vezes quantas as necessárias para a sua memorização. Ao Mestre cabia planear as lições, instruir os mais capacitados, e inspecionar os trabalhos diários. Mas nem todos os articulistas olharam para este sistema com o mesmo entusiasmo. Exemplificativo, é um texto do semanário *O Conciliador Lusitano, ou O Amigo da Paz e União* (Lisboa, 10 de junho a 23 de dezembro de 1822), onde se discordava do "decorar por repetição" sem haver a preocupação de compreender o que se estudava.

> De que serve decorar sem compreender?
>
> Um mancebo, um menino, ou um rapaz que dá uma resposta sem a compreender, é como um papagaio que profere certas palavras sem perceber o sentido delas. Melhor seria que o menino fizesse a pergunta, e o mestre desse a resposta. Porque sendo natural aos meninos perguntar muito, e perguntar sempre, parece mais próprio daquela idade o perguntar, do que o responder. E a experiência tem mostrado, e ainda mostra, que as respostas dadas aos discípulos ficam mais impressas do que as perguntas.[691]

---

[688] Refira-se que Beresford se deslocou ao Brasil entre agosto de 1815 e setembro de 1816, sendo a criação das escolas regimentais criada por Portaria de 10 de outubro de 1815 - tese defendida por Rogério Fernandes (1994), obra cit., p. 370.
[689] Aplicado pela primeira vez na Ilha da Madeira, por iniciativa do inglês Phelps, em 1817. In GOMES, Joaquim Ferreira (1980), obra cit., p. 10.
[690] CONDE, Maria Teresa Barros (2005), O Modo de Ensino Mútuo na Formação dos Mestres de Primeiras Letras. Uma Experiência Pedagógica no Portugal Oitocentista, *Revista Lusófona de Educação*, N.º 6, p.118.
[691] *O Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.

A curiosidade deste artigo não está, apenas, em opor (e sobrepor) a compreensão à memorização, mas no facto de, contra o tradicional método do *magíster dixit*, preconizar o método interrogativo, de inspiração socrática: a criança aprende melhor o que vai ao encontro da sua curiosidade.

6.2. A ESCOLA GERAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A primeira Escola Geral, destinada ao ensino mútuo, foi criada na Calçada da Ajuda, no Quartel da Guarda do Corpo (Lisboa, 1 de março de 1816), reservada à preparação de "mestres, seus ajudantes e aspirantes", sendo a base de recrutamento os sargentos e cabos julgados capacitados para tal e, na falta destes, os *paisanos* que reunissem as condições de admissão. Esta escola, a primeira em Portugal destinada à formação de professores,[692] assume-se como inovadora, mesmo a nível europeu, como verificamos pelo discurso de Couto e Melo em 1821, perante D. João VI.

> Primeiro que se estabelecessem Escolas Militares pelo ensino mútuo em França, na Áustria e Rússia, já Vossa Majestade havia fundado em Lisboa uma Escola Normal para habilitação dos professores das escolas dos Corpos do seu valoroso Exército. Foi pela primeira vez entre nós, e pode ser em toda a Europa, se viu formar professores (…).[693]

A formação destes professores especializados no novo método, apesar dos esforços despendidos, continuou a ser muito rudimentar, com grandes condicionamentos de ordem material e financeira e muito controlo ideológico. De facto, as instituições educativas das unidades militares não dispunham de oportunidades para introduzirem inovações desviantes das normas estabelecidas. Já a frequência destas escolas, por civis, foi desde cedo acarinhada pelas autoridades militares, como se comprova pelo mapa demonstrativo do crédito das Escolas Particulares do Exército, e pela afluência dos alunos paisanos desde 1 de agosto de 1817 até 31 de agosto de 1818. [694] Não surpreende, pois, lermos nos jornais que muitas destas escolas ganharam prestígio, ficando as civis quase sem frequência. Havia desaparecido a antipatia que existia entre militares e *paisanos*, como resultado das invasões e da ocupação inglesa, e observava-se que as escolas públicas das povoações, onde estavam aquartelados os corpos do exército, ficavam quase desertas.[695] Perante este sucesso das escolas militares, alguns estabelecimentos privados aderiram ao *novo* sistema, procurando acompanhar as aulas regimentais. O método de Lancaster era, então, encarado como uma *espécie de panaceia*

[692] CARVALHO, Rómulo (1996), Obra cit., p. 531.
[693] Relatório dos Progressos das Escolas do Ensino Mútuo, apresentado ao rei D. João VI, em sessão solene, no dia 15 de Outubro de 1821, referido em diversos periódicos.
[694] FERNANDES, Rogério (1994), Obra cit., p. 397.
[695] RIBEIRO, José Silvestre (1871-1889), Obra cit., Tomo XVII. Refira-se, ainda, que o autor foi aluno civil da Escola do Regimento de Cavalaria 11, em Castelo Branco. A mesma informação em *Gazeta de Lisboa*, N.º 309, de 31 de Dezembro de 1819.

contra o analfabetismo,[696] levando a educação a todas as classes sociais. "O sistema dos decuriões, convenientemente organizado, constitui um método de ensino mútuo mui próprio quanto a nós para o ensino breve e económico das línguas portuguesa e latina, que são o objeto da primeira escolha nos livros adaptados ao ensino das duas línguas".[697]

Embora a população das povoações ou bairros, onde estavam instaladas estas unidades militares, tivesse acesso a estas escolas, convém não esquecer que estamos perante um ensino alternativo ao oficial, da responsabilidade do Exército, implementado a pensar nas necessidades específicas dos corpos militares. Mas também se sabe, através do documento de Couto e Melo (p. IX), que a produtividade destas instituições não foi elevada (a nível da formação militar os números apresentados são desastrosos), o que acontecia também nas escolas civis, defraudando espectativas de quem esperava resultados mais encorajadores.

6.3. PLANO PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS MILITARES

A conceção normativa destas escolas militares foi divulgada através das "Instruções para Professores das Escolas de Primeiras Letras dos Corpos de Linha do Exército" (29 de outubro de 1816),[698] onde se determinava que o professor, logo que tivesse matriculado os alunos, devia verificar os seus conhecimentos e, em função disso, distribui-los por seis classes de leitura e três de escrita,[699] cada uma com o nome das matérias a privilegiar: alfabeto,[700] silabário,[701] vocabulário, leitura de frases e períodos, etimologia e sintaxe e, finalmente, ortografia e pontuação. As três classes de escrita distinguiam-se pelo "escrever sobre areia", "sobre pedra de ardósia" e "sobre papel".[702] Dentro de cada uma destas classes ainda encontramos seis níveis de aprendizagem: "letras minúsculas, letras maiúsculas, alfabeto minúsculo, alfabeto maiúsculo, escrita corrente em letra bastarda, e escrita corrente em letra cursiva".[703] Quanto ao cálculo, os alunos das três primeiras classes de leitura aprendiam Princípios Gerais de Numeração, dedicando-se as três restantes ao estudo do "Cálculo Aritmético".

Os manuais eram os mesmos que tinham servido aos professores – na escola da Calçada da Ajuda.[704] Uma originalidade deste método, como refere Rogério Fernandes, constituía a sua

[696] ALBUQUERQUR, Luís (1991), Obra cit., p. 104.
[697] FERREIRA, Alberto (1975), Obra cit., p. 16, transcrevendo ideias de Mouzinho de Albuquerque em 1823.
[698] Em 10 de outubro de 1815 tinham sido tornadas públicas as Instruções para o estabelecimento, e direção das Escolas de ler, escrever e contar, mandadas criar nos Corpos do Exército. Este diploma previa a rede escolar, a mobilização de recursos humanos e financeiros, incluindo a avaliação de professores – estrutura (administrativa e pedagógica) que ficava a cargo da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.
[699] Baseados numa avaliação prévia de conhecimentos, onde a idade não era fator de seleção.
[700] Aprendizagem das primeiras letras.
[701] Alunos que tinham ultrapassado a primeira fase da aprendizagem.
[702] Alvará de 21 de fevereiro de 1816, publicado pela Imprensa Régia. Regulamenta a organização do Exército.
[703] Idem, *Ibidem*.
[704] Idem, *Ibidem*.

fraqueza: adotava a "ortografia fonética" em prejuízo da etimológica, o que contribuía para a confusão ortográfica num país sem normativos gramaticais definidos.

O horário escolar "era de 6 horas diárias de abril a setembro e de 5 horas e meia de outubro a março. Durante o inverno, a hora de entrada era às 7 horas da manhã, com saída às 9, regressando-se ao trabalho desde as 13 horas até às 16 horas e 30 minutos. De abril a setembro a hora de entrada era às 10 da manhã, com saída às 13, voltando as aulas a funcionar desde as 15 às 18 horas".[705]

Os professores destas escolas regimentais estavam subordinados aos comandantes dos aquartelamentos, cabendo a estes zelarem pelo fornecimento de papel, penas de escrever e de lápis, tinta e areia necessárias ao cumprimento da sua função. A criação destas escolas com caráter generalizado "foi certamente precedida de uma experiência limitada", pelo que se infere de um documento emanado do desembargador-síndico do senado de Lisboa que, ao informar em 1815 "sobre as representações do juiz do povo Simões de Carvalho, aludia à prática de um novo método de ensino no Depósito de Cavalaria de Évora".[706]

6.4. A IMPRENSA PORTUGUESA NO ESTRANGEIRO E O ENSINO MÚTUO

Dois periódicos editados em Londres e Paris por exilados políticos portugueses, dão-nos um importante contributo para o desenvolvimento deste tema, descrevendo as virtualidades deste ensino iniciado em 1789, no Asilo Militar de Egmore, em Madrás, India, por Andrew Bell (1753-1832), e divulgado na Grã-Bretanha por Joseph Lancaster (1778-1838). Foram eles o *Investigador Português em Ing*laterra (Londres, julho de 1811 a fevereiro de 1819), [707] e os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris, julho de 1818 a abril de 1822). O primeiro destes títulos foi um jornal patrocinado pela coroa portuguesa, ainda no Rio de Janeiro, para reduzir a influência do *Correio Braziliense, ou Armazém Literário* (junho de 1808 a dezembro de 1822),[708] precursor da corrente jornalística conhecida como "os jornais de Londres". O segundo foi obra de intelectuais refugiados em Paris, e simboliza, de alguma forma, o elo de ligação mais significativo, na cadeia cultural, entre os perseguidos do regime e o seu país.

O exílio, fruto da intolerância dos regimes ditatoriais, associado a uma ideia de punição, não deixou de se mostrar incómodo para o absolutismo. É que estes expatriados, geralmente

[705] FERNANDES, Rogério (1994), Obra cit., p. 375.
[706] Idem, p. 369.
[707] *O Investigador Português* (Londres, 1811-1819) publicou um texto em defesa do *monotorial system*, o ensino por si mesmo (self-tuition), segundo Andrew Bell (1797). Sobre a posição de D. João VI perante o *Correio Braziliense*: "Manda El Rei Nosso Senhor excitar a exata observância da Sua Real Ordem de 17 de setembro de 1811 (…) que proibiu nestes reinos a entrada e publicação do periódico intitulado *Correio Braziliense*, e de todos os escritos do seu furioso e malévolo autor (…)". N.º LXXIV, agosto de 1817, p. 245.
[708] Dirigido por Hipólito José da Costa.

cidadãos cultos, sonhadores, com grande visibilidade na vida social de Lisboa e Porto, depressa se organizaram, direcionando o seu trabalho político para jornais que, impressos em Londres ou Paris, faziam entrar clandestinamente em Portugal. Os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras, por uma sociedade de portugueses residentes em Paris*, periódico trimestral com direção de José Diogo Mascarenhas Neto, pontificando na redação Francisco Solano Constâncio, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e José Cândido Xavier, logo no tomo II, louva efusivamente a forma como os países europeus estavam a comportar-se na educação, "franquiando reciprocamente o conhecimento das instituições úteis", transmitindo a sadia ideia de serem todos "membros da mesma família", colocando à disposição "dos seus filhos um sistema de educação que, estendendo-se até às últimas classes da sociedade, e dirigindo com segurança os hábitos e as opiniões, que tamanha influência têm sobre o homem, prepara a regeneração dos costumes, forma o caráter individual, e estabelece sobre bases sólidas a felicidade pública".[709]

Ainda no mesmo artigo, Cândido Xavier relata as visitas de sábios e príncipes a diferentes escolas, como as de Pestalozzi (1746-1827) e Fellenberg (1771-1844), onde se começava a pensar a educação das classes populares, e onde *O Canto do Cisne* (1826) mais não foi que um hino à pedagogia moderna, antecipando o movimento de uma escola diferente…



Cândido Xavier. Segundo Inocêncio, um homem com uma instrução invulgar, que despertava sentimentos contraditórios com quem privava: amado ou odiado.

> (…) e assim, quase todas as Nações da Europa foram com louvável deslevo [desvelo?] buscar na Grã-Bretanha o princípio feliz que ensina as primeiras idades a instruírem-se reciprocamente, por meio de uma disciplina própria para formar os hábitos virtuosos, e de um método que abrevia o tempo, diminui a despesa, aplaina as dificuldades, e faz de um objeto naturalmente árido e escabroso uma ocupação suave e agradável para os mestres, interessante e divertida para os discípulos. Tal é o ensino mútuo chamado de Lancaster.[710]

Esta associação do ensino mútuo aos dois pedagogos, parece-nos hoje estranha, sabendo-se que Pestalozzi condenava o ensino verbalista, e defendia um ensino individualizado, de acordo com as aptidões dos alunos, aproximando-se das escolas ativas tal como as conceberam os educadores modernos. Talvez a abolição dos castigos corporais, o procurar levar a luz do *a*, *b*, *c*, às camadas inferiores da população, e uma aposta

[709] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Tomo II, outubro de 1818, pp. 1-40.
[710] Idem*, Ibidem.*

na cultura física e nos preceitos de higiene, onde ambos os modelos coincidiam, tenha induzido Cândido Xavier a escrever sobre algo que estava muito à frente do seu tempo.

Feita a apresentação do método, Cândido Xavier acrescentava que este modo de ensinar não era mais que um «desenvolvimento feliz» do que sempre foi feito nas nossas escolas «desde tempos muito antigos». E fala-nos da adoção do modelo na França, Rússia, Suécia, Polónia, Espanha, Itália e Grécia, concluindo que, para além da sua aplicação na aprendizagem da leitura, da escrita e das contas, poderia ser aplicado «às obras de agulha para meninas», como já o aplicavam «no ensino da ginástica, do desenho, da música, da gramática latina, da geografia, e de diferentes línguas». Para ele, o método tinha por objetivo principal «comunicar a instrução aos discípulos que sabem menos, por meio daqueles que sabem mais». E deixava alguns dados sobre a organização das classes: número de alunos até mil; grupos homogéneos; coexistência de instrutores particulares, gerais e (um) mestre; ordem e regularidade nos detalhes: «um lugar para cada coisa e cada coisa no seu lugar»; unidade de estudo; variedade nos trabalhos propostos; adoção de castigos não corporais.

Cândido Xavier estabelece para o método dois caminhos simultâneos: a educação e a instrução. Em ambos aponta objetivos, onde procura valorizar o modelo, em paralelo com o ensino "individual ou simultâneo", não esquecendo a economia de meios, tão importante neste período. Conhecendo as críticas feitas a este modelo, contra-argumenta:

> As vantagens do ensino mútuo não admitem contradição (…), a educação e a instrução proporcionada aos deveres de cada classe no estado social é o melhor meio que o homem tem de ser feliz na sociedade, e o mais sólido, para não dizer o único, que os Governos possuem para promover a felicidade das famílias, e assegurar a tranquilidade dos estados.[711]

O artigo termina fazendo um apelo ao sentido patriótico dos governantes para «naturalizar, no país, tão importante método».[712] Num outro texto, Cândido Xavier relata os progressos entretanto feitos por este ensino, valorizando a significativa redução das despesas.[713] Refere, ainda, o elevado número de estados que aderiram ao ensino mútuo, fazendo um apanhado da situação em Portugal.

Perante o silêncio do *Relatório da Sociedade de Educação de Paris*, ao não reportar os progressos do ensino mútuo em Portugal, os redatores dos *Anais* protestam a sua indignação, recordando que "desde 1 de março de 1816 existia naquela cidade [Lisboa] uma Escola Normal, na qual até 31 de agosto de 1818 se tinham habilitado 81 mestres; que desde o mês de junho de 1817 se acham em atividade as escolas nos regimentos". E elenca as escolas estabelecidas no princípio de outubro de 1818.

---

[711] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Tomo II, outubro de 1818, pp. 1-40.
[712] Idem, p. 38.
[713] No caso português, de 650 para 120 réis por mês e aluno. *Idem*, pp. 55-57.

> (…) 18 destas novas escolas em Lisboa e Província da Estremadura; 10 na Beira; 5 em Trás-os-Montes; 9 no Porto e Província do Minho; 10 na do Além Tejo e 3 no Algarve.[714]

Sobre a frequência informava terem-se matriculado 1891 militares e 1952 paisanos, num total de 3843 discípulos, "dos quais 367 se achavam já habilitados e, destes, 60 militares tinham por essa causa sido promovidos a oficiais inferiores.

Um ano depois, sob o título "*Ensino Mútuo em 1819"*, Cândido Xavier discorre sobre os relatórios fornecidos por M. Jonard à *Sociedade de Educação de Paris*, onde já se incluem os progressos realizados em Portugal na aplicação do método. Ficou, assim, corrigido o Relatório do ano anterior - que tanta indignação causara no autor. E, em reconhecimento do trabalho de Couto e Melo, a *Sociedade de Educação de Paris* «houve por bem, na sua sessão de 16 de Agosto do corrente ano, nomeá-lo membro correspondente da Sociedade».[715] Cândido Xavier soube como ninguém defender esta causa, permanecendo os seus escritos como um dos documentos mais bem fundamentado sobre o ensino mútuo em Portugal.[716]

6.5. O ENSINO MÚTUO ENTRE A REVOLUÇÃO E A CONTRARREVOLUÇÃO

A revolução de 1820 continuou a acarinhar o ensino mútuo, o que se afigura natural perante a sua defesa na imprensa liberal no exílio. Em maio de 1822 vemos as Cortes a autorizar o Governo a atribuir entre 800 e 900 000 réis para a promoção da arte litográfica e do ensino mútuo, dispensando parte desta verba para financiar John Corfield para fundar em Lisboa uma escola para 500 crianças do sexo masculino, de seis anos de idade.[717] Em dezembro, o governo convidou o professor João José Le Coq (1798-1879) a deslocar-se a Paris para se familiarizar com o método (de ensino mútuo), de forma a poder dirigir, em Lisboa, uma Escola Normal destinada a formar diretores para as futuras escolas que se pretendiam criar no país.[718] A importância do saber ler, do saber *riscar o nome*, do saber acompanhar por livro os ofícios religiosos, ou aprender a melhorar a agricultura, foram valores que a imprensa liberal acarinhou muito compreensivelmente.

> Sabendo os povos ler, escrever e contar, devem os lavradores ser mais ricos, pois lendo as obras de agricultura (…), tirarão grandes vantagens: o que não acontece no presente, pois sendo os lavradores em geral ignorantes de ler, escrever e contar, não podem calcular as despesas que gastam com os interesses que a lavoura lhes deixa, e por isso o maior número de lavradores se perdem…[719]

---

[714] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras, Tomo VI, outubro de 1819, pp.* 67-68.
[715] *A Borboleta Constitucional*, Tomo X, outubro de 1820, pp. 96-97.
[716] Muito importante, o livro de Rogério Fernandes, aqui citado, *Os Caminhos do ABC*, com o capítulo II dedicado ao "desafio das escolas militares", pp. 369-401.
[717] CARVALHO, Rómulo (1996), Obra cit., pp. 534-535.
[718] Portaria de 10 de dezembro de 1822, assinada por Filipe Ferreira de Araújo e Castro.
[719] *Astro da Lusitânia*, N.º 116, de 9 de abril de 1821, p. 1.

Independentemente dos resultados, a frequência destas escolas, por adultos, diminuiu gradualmente, na ordem inversa da entrada de crianças, encontrando-se aqui uma das razões que levaram ao seu encerramento (1823) pois, além de "onerarem demasiado o orçamento do Ministério da Guerra", eram mal vistas pelos militares, que não se sentiam cómodos em "aprender junto com crianças". A extinção da Escola Geral, e das restantes escolas regimentais, foi proposta e votada na sessão das Cortes, de 4 de fevereiro de 1823. Talvez, porém, a razão fosse mais ideológica do que económica. Na realidade, as escolas regimentais foram herdadas do Antigo Regime, pelo que os liberais alimentavam alguma desconfiança em relação aos valores tradicionalistas que elas poderiam difundir. O certo é que a animosidade do novo poder não durou muito tempo. Aliás, pouco tempo também duravam na época os governos. E o facto é que, tendo demitido a igreja institucional da sua tradicional missão de ensinar, e sendo difícil implementar um sistema de ensino público e laico, o novo regime não poderia prescindir do exército para colmatar as grandes lacunas resultantes daquela demissão. E, por seu lado, os absolutistas, regressados por algum tempo ao poder, viviam bem com as remanescências tradicionalistas do exército. Seja como for, a total reabilitação das escolas regimentais por parte dos liberais foi feita no âmbito das reformas de sá da Bandeira, pelo Decreto de 4 de janeiro de 1837, que estipulou o seguinte:

> Em cada um dos Corpos do Exército haverá uma escola de primeiras letras a qual será obrigatória para as praças do Corpo que precisem de ensino, sendo pública e gratuita para os jovens que dela se quiserem aproveitar.

O ensino mútuo tornou-se, assim, uma poderosa arma cultural que a instituição militar soube utilizar para difundir o conhecimento das primeiras letras, compensando em grande parte as limitações da rede escolar civil. Em maio de 1845, *A Revista Universal Lisbonense* publicou uma carta de Sá da Bandeira,[720] de grande interesse histórico, sobre a "instrução de soldados e marinheiros". Nela o autor incluía em anexo uma relação de *escolas de primeiras letras* criadas no âmbito do Exército a que acrescentava a quantificação dos alunos que as frequentaram no ano anterior. Ele fazia a apologia dessas escolas, sublinhando o papel multiplicador que elas representavam na batalha da alfabetização.

> Havendo uma boa lei de recrutamento, e sendo o tempo do serviço do soldado limitado a cinco ou seis anos, é claro que em cada ano hão-de entrar e sair do Exército uns poucos de milhares de indivíduos, e que podendo todos estes últimos ter recebido o ensino primário, teremos por este modo instruída no fim de um dado número de anos uma boa parte da população do país.[721]

[720] Datada de Lisboa, 16 de maio de 1845.
[721] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 45, vol. IV, de 29 de maio de 1845, pp. 535-536.

No mês seguinte, o mesmo periódico, ainda sobre as escolas regimentais, insere um artigo de João Batista da Silva Lopes (1781-1850),[722] onde este recorda as "escolas militares na Corte", em 1732,[723] como uma inovação do governo português, para enaltecer a sua importância ao longo dos anos, não só para os militares, mas também para toda a sociedade em geral. O artigo mostra quão negativo havia sido, para a ilustração do exército e do povo português a ocorrência das invasões francesas, bem como o regime saído da Vila-Francada. Infelizmente, segundo Silva Lopes, a situação continuava precária, apesar da legislação apontar em contrário. Lembrava ele que todos os anos saíam das fileiras do exército três a quatro mil homens e, em sintonia com Sá da Bandeira, dizia que não seria difícil adivinhar a importância que isto poderia ter nas comunidades locais, caso todos soubessem ler, escrever e contar.[724]

Pela imprensa perpassam também preocupações que vão além da necessidade de iniciar os soldados na tríade ler, escrever e contar. A *Assembleia Literária* (Lisboa, 1849 a 1851), de Antónia Gertrudes Pusich, um jornal "redigido pelo espírito feminil", num artigo sobre educação dos adolescentes, exorta o Governo a ilustrar os homens, sem contudo esquecer a sua formação moral, acrescentando que "moral sem religião é zero". Isto para tecer uma crítica à suspensão do ensino religioso do Colégio Militar.

> Sentimos, portanto, que se houvesse retirado do Colégio Militar, por exemplo, o Catecismo, o Velho e o Novo Testamento, etc., que nos primeiros estudos ensinavam os meninos a conhecer e amar a Religião que professam, e que em sua bandeira juram, e devem defender; e os livros de religião não se reformam; devem ser os mesmos de sempre.[725]

O mesmo jornal, num curioso artigo, defende que os militares, "mesmo os mais distintos", deveriam aprender um ofício "com perfeição", de forma a "não ficarem expostos a perecer de indigência", sobrecarregando a sociedade, ao finalizarem a carreira das armas.[726]

Por seu turno, *A Revolução de Setembro*, lamentava as verbas do erário público gastas com o Colégio Militar, a funcionar em Mafra nesse momento – um local, pelo que diz o autor, nada apropriado aos objetivos de uma escola de formação militar.

> O aproveitamento dos alunos do Colégio Militar, neste ano letivo, foi o que havíamos profetizado – quase nulo. A nação perdeu em grande parte os 17 contos de réis que gasta

[722] Advogado, político e escritor. Perseguido aquando da Vila-Francada (1823) por ser "constitucionalista e mação". Em 1828, por ordem do Governo *miguelista*, foi preso no forte de S. Julião da Barra, de onde foi libertado aquando da entrada do exército liberal em Lisboa. Sócio da Academia Real das Ciências, deputado pelo Algarve, um intelectual de grande prestígio.
[723] Talvez fosse o Governo português o primeiro que estabeleceu escolas militares para nelas se ensinarem diversas matérias, pois já em 1732 criou, por decreto de 24 de dezembro, academias militares na Corte, e nas praças de Valença, Almeida e Elvas; depois se estabeleceram aulas de matemática nos regimentos de artilharia, e ainda nos de infantaria de Tavira e Lagos, no Algarve, a cujos alunos foi permitido, por decreto de 13 de agosto de 1790, fazer exame na Academia da Marinha, como se dela fossem filhos.
[724] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 1, vol. V, de 26 de Junho de 1845, pp. 4-5.
[725] *A Assembleia Literária*, N.º 3, de 18 de agosto de 1849, p. 19.
[726] Idem, N.º 7, de 15 de setembro de 1849, p. 50.

> anualmente com aquele estabelecimento. Que importa? Se o capricho real ou ministerial foi cumprido?[727]

O método do ensino mútuo foi abandonado a partir de 1850, com o aparecimento do método Castilho. Por outro lado, à medida que o ensino oficial foi ganhando dimensão, designadamente a partir do impulso modernizador da Regeneração, o papel das escolas regimentais perdeu a relevância sobretudo para a população civil.

6.6. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO VI

A necessidade de se educar o homem para ser um cidadão obediente e cumpridor dos seus deveres para com o Estado, a Igreja e a Família foi uma matriz imposta pelo Antigo Regime, fundada sobre um sistema social e político aristocrático, numa sociedade de ordens – onde as pessoas estavam distribuídas por categorias que se distinguiam pelo nome, pela forma de tratamento, pelo traje e até pelas penas a que estavam sujeitas. O Marquês de Pombal ajustou esta sociedade aos princípios do despotismo esclarecido, imbuído das ideias iluministas seguidas em muitas capitais europeias, que o ex-embaixador de Portugal em Viena conhecia e perfilhava. A expulsão dos jesuítas e o Processo dos Távoras marcou este novo modelo que pretendia transformar o país numa metrópole capitalista, num virar de página do mercantilismo para a sociedade industrial. Como nação, Portugal continuava um país pobre, quase despovoado, com uma agricultura decadente e uma nobreza arruinada, vivendo do nome e de pouco mais, concomitantemente com uma burguesia rica, embora sem força política, apenas preocupada com os negócios e uma vida de luxo e ostentação.

A *viradeira* de D. Maria I inverteu esta aposta na modernização, muito agravada pela saída da Corte para o Rio de Janeiro. Vencidos os franceses, num período de crescente influência inglesa, Beresford, conhecedor das virtualidades do ensino mútuo, impôs este sistema de ensino, por certo informado da deficiente preparação dos oficiais inferiores portugueses, devido ao seu elevado grau de analfabetismo, quando foi necessário enfrentar as divisões napoleónicas. Ferreira Gomes, Rómulo de Carvalho e Rogério Fernandes encontram, aqui, o fundamento da aposta do procônsul inglês nesta inovação pedagógica.

O alargamento deste ensino à população civil da área dos aquartelamentos militares, uma medida notável, mais não procurava que estender os benefícios da instrução (da obediência também, ao mesmo tempo que se inibia a preguiça e a ociosidade…) a algumas camadas da população, num momento em que muitas manufaturas e oficinas progressivamente se transformavam em pequenas unidades fabris. Ao olharmos para uma *aula* de ensino mútuo vemos perfeitamente reproduzida uma fábrica: um supervisor, mestre ou capataz, alguns

[727] *A Revolução de Setembro*, N.º 2261, de 29 de setembro de 1849, p. 3.

monitores, encarregados ou chefes de serviço, muitos alunos ou operários, num ambiente de disciplina férrea, numa hierarquia extremamente organizada (a administração científica, o taylorismo, haveria de surgir décadas depois), onde se procurava uma produção em massa: do saber, nuns casos, de artigos diferenciados noutro. Afinal, o novo paradigma facilitador da aprendizagem mais não era que a resposta do setor militar e industrial às necessidades imediatas do exército e da burguesia capitalista – o que justifica o velho *clichê* da Escola ser o reflexo da sociedade onde está inserida. E não foi por acaso que encontramos na *Gazeta de Lisboa* (abril de 1817) a notícia da colocação à venda de uma obra de Couto e Melo sobre os (bons) métodos que eram seguidos nas escolas militares, o que também acontecia, segundo ele, em muitas escolas particulares. Esta aparente concertação de interesses não escondia duas realidades nem sempre concorrentes: a cultura militar e a cultura da escola. Para os militares a disciplina e a obediência absoluta são, sempre foram, valores fundamentais, procurando aliar a coragem, a lealdade e a honra. A burguesia capitalista, cada vez com maior influência, procurava quadros preparados para os desafios que previam estar próximos, o que se confirmou nas décadas seguintes. A *intelligentsia* portuguesa lutava pelo conhecimento como meio de instruir, personalizar e socializar a pessoa humana, na procura de uma sociedade mais igualitária. A instituição militar e a burguesia ao preparar quadros médios e inferiores,[728] revelava a urgente necessidade de incorporar conhecimentos modernos e, por isso, a sua aproximação a uma pretensa cultura europeia de escola.

Por isso se vê os discursos parlamentares e os textos dos periódicos (absolutistas e liberais) procurarem informar a população das virtualidades de um *milagre* chamado ensino mútuo, cuja conceção foi sendo progressivamente aperfeiçoada com o fornecimento de materiais complementares. Conservadores, reformistas e radicais utilizaram este modelo de atuação para mobilizar os cidadãos num ideal de cultura democratizante, embora com metas e realidades escolares diferentes: combater o analfabetismo pela necessidade de formar bons militares e bons operários (e aqui a aprendizagem era específica e dirigida ao fim a atingir), dentro da disciplina hierarquizada das escolas de ensino mútuo, e o ideal de uma escolarização capaz de atender plenamente toda a população para a capacitar nas "diferentes dimensões do homem: trabalho, sociedade e sujeito".[729] E aqui a sociedade conservadora e liberal (com dissidências de ambas as partes) seguiam a mesma linha programática, embora apelando a filosofias diferenciadas. Olhando para os periódicos estudados, apenas o semanário cartista de Sebastião José Carlos *O Movimento* (Lisboa, 1 de novembro de 1835 a

[728] Para a oficialidade, desde muito cedo que existiram diferentes escolas, como a "Aula da Ribeira das Naus", que daria origem à Escola do Exército. Consultar o Arquivo Histórico Militar – Direção de Cultura e Historia Militar já citado.
[729] PINTO, Cabral (1996), Obra cit., p. 529.

28 de agosto de 1836), e cujo redator, José Vitorino Barreto Feio, [730] se mostrou claramente hostil ao ensino mútuo nos centros populacionais de menor dimensão. Para ele, "abolir todas as cadeiras de primeiras letras do Reino para as substituir por escolas Lancastrianas nas capitais do distrito", só podia ter como resultado reduzir a maioria da população à "desgraça de não saber ler". Outra dúvida de Barreto Feio prendia-se com a homogeneização do grupo, travando-se o progresso dos que tinham maior facilidade em aprender, considerando que a *lição* era igual para todos. "Quando contemplamos um Curso de ensino mútuo parece-nos ver um comboio em que os navios mais veleiros são obrigados a não soltar todo o pano, a fim de não afastar-se da conserva daqueles que são mais ronceiros e pesados".[731] Isto não impediu que o Diretório das Escolas Primárias (1835), saído na reforma de Rodrigo da Fonseca Guimarães, reintroduzisse o sistema de ensino mútuo nas escolas de primeiras letras. Passos Manuel foi mais longe, determinando que as escolas de ensino simultâneo se deviam converter em escolas de ensino mútuo, sempre que isso fosse possível. Num sentido aparentemente mais equilibrado, a reforma de Costa Cabral (1844) permitia aos professores escolherem o método que julgassem mais aconselhável perante a realidade. Começava, assim, a queda do ensino mútuo. Na verdade, e pelos documentos consultados, nunca teve a aceitação e implantação que muitos jornais lhe atribuíram. Simultaneamente surge um novo método para o ensino da leitura, da autoria do poeta António Feliciano de Castilho – o método de leitura repentina. Este método, embora com defeitos e imperfeições, apresentava sugestões inovadoras em benefício da criança, com um alcance formativo e humano indiscutível.

Em conclusão, devo dizer que aquilo que merece ser ressaltado de tudo quanto foi lido é, sem dúvida, o inestimável papel desempenhado pelas escolas regimentais na alfabetização dos soldados e na sua extensão à população civil. Insuficiente, como, de resto, insuficiente foi todo o sistema de ensino ao longo do século.

[730] Natural de Oliveira de Azeméis, padre de Alcobaça, capitão na Guerra Peninsular depois de abandonar o hábito, deputada às Cortes Constituintes de 1821, onde se distinguiu pelas suas opiniões liberais e propensas à democracia. Obrigado a emigrar por motivos políticos, era considerado incorruptível, de trato muito afável. Nas Cortes esteve sempre no banco da oposição. Morreu a 21 de fevereiro de 1850, num pequeno e desalinhado quarto à Praça das Flores, em Lisboa. In SILVA, Inocêncio Francisco da (1860). Obra cit. tomo , pp. 154-156.

[731] *O Movimento*, N.º 3, de 15 de novembro de 18356, pp. 23-24.

CAPÍTULO VII

METODOLOGIAS
PARA O ENSINO DA LEITURA

> Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto, a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar buscar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação.[732]
>
> Paulo Freire

Todos sabemos da importância da leitura na vida do ser humano. Trata-se de um portal que nos permite entrar no mundo do conhecimento e da cultura. Também da liberdade. Ao dominarmos a competência da leitura, somos capazes de esquecer que há tiranos e prisões, e *ignorando* as leis do universo, até podemos imaginar um céu arco-íris coberto de flores, com nuvens feitas de algodão doce, ou um mar sem armas e poluição. Informação é poder, e só armado deste poder um povo pode ousar recriar-se, desenvolver-se, emancipar-se, ser tolerante – uma realidade que os vintistas portugueses cedo compreenderam, sem contudo cumprirem os seus objetivos.

7.1. OLHAR O PASSADO PARA COMPREENDER O PRESENTE

Nos séculos XVI e XVII verificaram-se importantes transformações sociais, culturais e económicas que influenciaram o ensino que se tornou, progressivamente, uma exigência da atividade comercial e industrial, associado à expansão marítima e colonial.[733] E encontramos as primeiras *cartinhas* que, posteriormente foram denominadas de *Cartilhas* (1534), com enunciados pedagógicos sobre a aprendizagem da leitura (método sintético).[734] Estas

[732] FREIRE, Paulo (1997). *Professora sim, tia não - cartas a quem ousa ensinar*, 10ª ed., p. 27-38). Nesta obra, escrita em 1993, o escritor brasileiro dialoga sobre questões da construção de uma escola democrática e popular.

[733] À medida que a crise do comércio do Oriente se agravava, os portugueses *redescobriram* o Brasil e São Tomé. Esta viragem atlântica originou um novo período de prosperidade.

[734] O método sintético é o mais antigo que conhecemos: parte da parte para o todo - é o método do bê-á-bá. Na escrita, é o método que se inicia com o traçado isolado de cada letra, por vezes de parte dela, sem se saber o seu significado, muitas vezes desenhada num espaço limitado, e nas proporções e inclinações consideradas corretas. Exemplificando: na escola ensinava-se os nomes e o traçado de todas as letras do abecedário, isoladas umas das outras, sem o aluno saber o que era e para que serviam aqueles "símbolos". Depois de ser capaz de desenhar e identificar todas as letras, juntava-as, soletrando-as: *pê* e um *a* daria *pa*, *tê* e um *o* daria *to* e, juntando as duas sílabas daria *pato*.

Cartilhas de alfabetização, destinadas às crianças, continham silabários[735] e abecedários,[736] complementadas por textos religiosos e morais, encontrando-se francamente difundidas por Portugal. Com estes *livrinhos* os professores ministravam, individualmente, as matérias *programáticas* às crianças que, uma após outra, recebiam a *lição* de ler, escrever e contar – ensino individualizado associado, então, à instrução familiar. Era assim que a aristocracia e a alta burguesia preparavam os seus filhos. Desta forma a leitura deu um salto qualitativo no que respeita à sua funcionalidade prática, passando a ser entendida como uma necessidade para o progresso da sociedade, associando-se a práticas profissionais ou religiosas, mas também ao conhecimento como fonte de lazer, divertimento e acesso à cultura. Nos finais do século XVIII,[737] e nos primeiros anos do século XIX, começamos a encontrar textos na imprensa a considerar este sistema desajustado à realidade, pois era urgente alargar o ensino a outras classes. A reformulação do Estado pela burguesia criou condições ao aparecimento de uma meritocracia entre as *classes menores*, de forma a recuperar quadros capazes que, pelo seu merecimento, complementassem o novo estádio organizacional da máquina produtiva do país. Por isso encontrarmos alguns artigos na imprensa portuguesa de Londres e Paris (como vimos no capítulo anterior) a defender, explicitando-o, o ensino mútuo, então em franca divulgação na Europa mais desenvolvida. Os pedagogos do método individual de pronto saíram a terreiro a contestar as práticas pedagógicas do novo "ensino de massas", utilizando nesta cruzada os periódicos mais conservadores, conotados com a igreja e com o Antigo Regime.

Ao mesmo tempo que lutavam, dentro e fora de fronteiras, pelos ideais liberais, os homens da Revolução tiveram desde cedo a certeza que a língua não podia ser apenas um veículo de transmissão de informação – era sobretudo um instrumento de poder. Elas sabiam não ter sido por acaso que a Igreja, ao longo dos séculos, tinha reservado para si a guarda do saber ocidental, ao fazer do Latim uma língua de incontestado poder. Já em outubro de 1818, Cândido Xavier, uma vez mais nas páginas dos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (Paris, julho de 1818 a abril de 1822), lembrava que tinha chegado o momento de se estabelecerem regras ortográficas muito claras nas escolas portuguesas, pois a língua tinha sido sempre um elemento preponderante na identificação dos povos com a sua memória

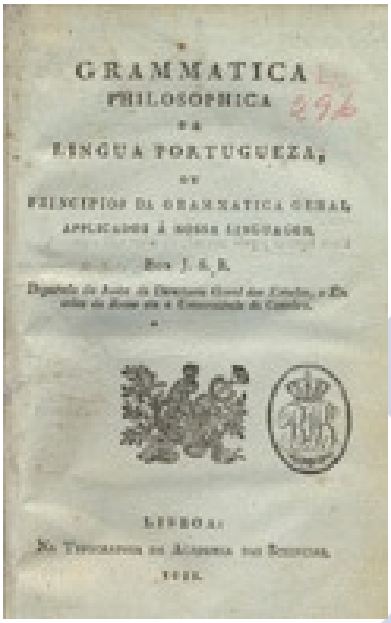
[735] Pequenos livros onde as crianças aprendiam a lerem. Cartilhas. Parte da cartilha, em que as sílabas estão mais *ou* menos metodicamente dispostas.

[736] Sendo o português um língua de escrita alfabética, o isolamento do fonema é imprescindível. Acontece que as diferentes metodologias o colocam no ponto de partida ou de chegada…

[737] No século XVIII, como se viu, os Jesuítas perderam preponderância, como sucedeu em Portugal, onde Luís António Verney e o seu *Verdadeiro Método de Estudar* ganharam "escola": a "educação de acordo com a natureza". Isto é, o indivíduo passa por várias fases na vida e o ensino deve adequar-se a cada uma delas, potenciando o melhor que elas tiverem e respeitando a natureza de quem aprende. Ideias iluministas estas, desenvolvidas e teorizadas por Rousseau. Os seus princípios foram seguidos durante boa parte do século XIX e mesmo hoje não foram ainda esquecidos. A criança, por exemplo, ganhou com este novo ideário uma importância inédita, com os pedagogos a procurarem agir e ensinar de acordo com a natureza de cada criança.

histórica, contribuindo para a unificação das regiões sob a mesma bandeira, formatando um escol intelectual que sempre soube contribuir, com os seus textos, de forma a contrariar as diferentes ameaças à coesão nacional[738] – convirá não esquecer que, anos antes, Napoleão tinha pensado dividir o país em três reinos…[739]

Cândido Xavier mostrava conhecer a *Gramática Filosófica* de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), publicada em 1822, onde este discorria com alguma profundidade sobre a ortografia e a sua integração na gramática. Soares Barbosa defendia a aprendizagem da gramática latina a partir da língua materna. "Os iluministas portugueses eram conscientes de que a metodologia para o ensino das línguas latina e vulgar precisava de reformas em profundidade. É por isso que se tentava substituir a bicentenária gramática latina de Manuel Álvares (1572), método clássico do ensino jesuítico, por outros manuais mais em conformidade com os novos tempos e ideias, como os de Verney." [740] Cândido Xavier, também admirador de Pestalozzi (1746-1827) e Fellemberg (1771-1844), acreditava que o hábito da leitura ajudava a criar familiaridade com o mundo da escrita. Utilizando expressões diversas, a imprensa também procurava passar a ideia das diferentes dimensões da leitura: prazer, estudo e informação. Esta campanha haveria de frutificar, pois nas décadas seguintes assistimos ao acesso gradual de algumas classes sociais então consideradas inferiores (tema acarinhado por Cândido Xavier)[741] à cultura escrita que, por diferentes formas, se procurava implantar no país. As necessidades de alargar os conhecimentos da população, em geral, como atrás referi, eram superiores aos receios do que poderia advir dessa iniciativa.


GRAMMATICA
PHILOSOPHICA
DA
LINGUA PORTUGUEZA,
OU
PRINCIPIOS DA GRAMMATICA GERAL
APPLICADOS Á NOSSA LINGUAGEM.
LISBOA:

Mesmo antes das revoluções de agosto e setembro de 1820 exigia-se que a escola fosse o centro de receção dos indivíduos analfabetos, de forma a capacitá-los a ler, escrever e contar. Sabendo-se que as carências do país não permitiam expandir a rede escolar, nem havia mestres preparados para isso, o governo absolutista recorreu a estratégias de ensino que respondessem, de forma eficaz, à situação. Impunha-se *derramar* a instrução básica a um

[738] *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Tomo VI, outubro de 1819, pp. 53-79.
[739] Lusitânia Setentrional, a ser governado pela filha de Carlos IV, Maria Luísa; Algarves, a ser governado por Manuel de Godoy (com o título de rei); e o restante território, a ser administrado diretamente pela França Imperial.
[740] COUTO, Manuel Amor (2004), Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa, *Revista Galega de Filoloxía*, ISSN, p. 11-31.
[741] " (…) e lembrem-se finalmente de que a Sociedade do *bem público* de Holanda, propondo-se a generosa empresa de acudir ao desleixo da educação do seu país em 1784, dentro em cinco anos estendia a sua influência benéfica até ao Cabo da Boa Esperança, e contava já 7000 membros, 4451 escolas, e 190 000 discípulos, sobre uma população de 1 900 000 habitantes." *In* FEEREIRA, Alberto (1971), Obra cit., p. 106.

público o mais alargado possível, com custos reduzidos, deixando uma escolarização mais estruturada às elites destinadas aos cargos dirigentes.

As bases tinham sido lançadas por D. João VI em 1815:[742] A criação da escola do Quartel do Corpo da Guarda, na Calçada da Ajuda, em Lisboa, ao escolarizar (pela primeira vez) os professores de primeiras letras numa *Escola Normal*, uniformizando os conteúdos a ensinar, mais não pretendia que alargar e dignificar o ensino de *militares e paisanos*, acreditando, como Cândido Xavier, que abrir escolas contribuía para fechar prisões, pois para muitos a criminalidade e o analfabetismo estavam associados. Conjugando esta meritória iniciativa do governo autocrático (1816), com os artigos de Cândido Xavier (1819), poder-se-á dizer que importava abrir mais escolas, onde estes professores preparados pelo método de ensino mútuo pudessem cumprir o propósito traçado: alargar a escolarização do país, levando-a a localidades do interior onde existissem estabelecimentos militares. E aqui confluíam, no essencial, os interesses dos absolutistas reformistas (1815-1820) e dos governos vintistas, a partir de setembro de 1820. Tudo o que ia além destas medidas variava ao sabor das possibilidades e do empenho dos encarregados de educação.

O Censor Provinciano, ao reclamar melhor formação para os professores e métodos de ensino mais modernos, dotando as escolas com "compêndios elementares bem ordenados" e verdadeiramente úteis, de forma a eliminarem-se as "instituições góticas" que serviram de sustentáculo ao obscurantismo e ao despotismo, apresentava nas suas páginas um verdadeiro programa.

> Digo somente por agora, que dar mais consideração aos professores de primeiras letras, empregar homens capazes, adotar o método moderno de ensino, pôr nas mãos dos mestres e dos discípulos compêndios elementares bem ordenados e fáceis de doutrinas verdadeiramente morais, concordantes com os princípios constitucionais, será o primeiro passo para a reforma da instrução pública, tão necessária e apetecida por todos os que detestam instituições góticas, patronas da ignorância e da impostura.[743]

Este programa (a que o autor chamou *memória*) foi oferecido às Cortes pelo redator de *O Censor Provinciano*, José Pinto Rebelo de Carvalho, em Setembro de 1821, dirigido ao deputado Queiroga[744] - "sofrendo só agora alguma pequena mudança na redação".[745]

No campo oposto, *A Tripa Virada* (Lisboa, maio a junho de 1823), apresentava-se como defensora dos métodos tradicionais, rejeitava a tradução de uma Cartilha feita por um

[742] Em 1 de janeiro de 1817 começaram a funcionar as aulas nos quartéis, já com militares e os filhos dos civis que viviam nas proximidades.
[743] Idem, *Ibidem*.
[744] João Alexandrino de Sousa Queiroga (1787-1863). Bacharel em medicina pela Universidade de Coimbra, deputado às Cortes Constituintes em 1821. Autor de diversas poesias, publicadas no Jornal de Coimbra (Lisboa, janeiro de 1812 a 1820). Redator: José Feliciano de Castilho.
[745] *Censor Provinciano*, N.º 6, de 11 de janeiro de 1823, pp. 81-88.

religioso que, segundo este periódico, tinha sido "escovado" pela Maçonaria, numa linha editorial comum a toda a imprensa absolutista sua contemporânea.

> Os caixeiros que deviam aprender a mentir e a somar, começaram a tasquinhar pelo primeiro volume do Compadre Mateus, traduzido e já impresso por um religioso, dizem que bem escovado pelo irmão terrível na coluna da Caverna. Daqui nasceram as lições que se davam no Liceu Constitucional, com que se profanou, e ainda profana, o domicílio do Patriarca. Vejam, vejam por onde a iluminada comissão da… mandava aprender a ler os rapazes e as raparigas. (…) Eis aqui o fruto: os pais roubados e os filhos tolos; se de lá saíssem unicamente tolos, não era de todo mau, porém ímpios, corrompidos e perfeitamente desmoralizados. Tal é a instrução pública, o primeiro dos cuidados dos pais da Pátria![746]

Este artigo de José Agostinho de Macedo, como todos os textos que escreveu, mostra uma visão deformada da realidade, pois ao contrário do que apregoava, o sistema de ensino liberal nunca deixou de manter uma componente formativa e religiosa do currículo. O que este periodista conservador não podia admitir é que à educação religiosa católica, associada à educação moral (embora mentir no ramo comercial não fosse pecado…), aparecesse a educação política, apoiada nos preceitos constitucionais e nos direitos e deveres dos cidadãos.[747]

7.2. O MÉTODO CATEQUÉTICO

Como escora às novas preocupações cívicas surgiram em França e Espanha uns "catecismos políticos ou constitucionais", em tudo semelhantes aos religiosos (católicos), adotando o método catequético, então usado. Estas obras, apresentadas à base de perguntas e respostas, facilitavam a memorização dos conhecimentos que se pretendiam transmitir. Midosi assumiu a opção, justificando-a. "Adaptámos o método de perguntas e respostas, por o julgarmos o mais fácil e apropriado para se decorar".[748] Quanto aos conteúdos, os catecismos constitucionais faziam eco das ideias predominantes em 1821-1822 ou 1826: uma liberdade com limites, segurança pessoal, onde se podia incluir o direito de propriedade, a igualdade perante a lei, os direitos e deveres do cidadão, a soberania nacional (1822), bem como temas relacionado com a divisão de poderes, suas funções e organização, impostos, etc. De salientar

---

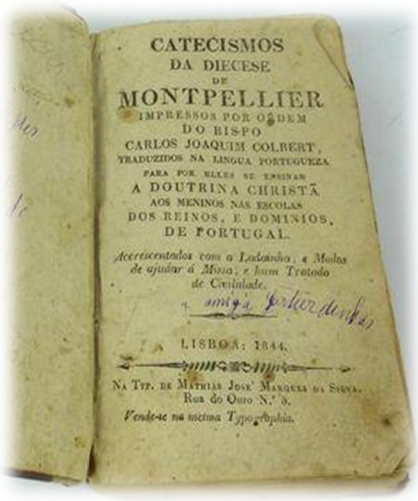
[746] *A Tripa Virada*, N.º 3, julho de 1823, pp. 25-36.

[747] O *Censor Provinciano* (Coimbra, dezembro de 1822 a fevereiro de 1823), um semanário com preocupações filosóficas, políticas e literárias, teve a noção muito clara do confronto que se avizinhava: a educação moderna *vs.* educação antiga. Por certo os seus redatores conheciam bem a história da Grécia onde, pela primeira vez, a educação foi assumida como problema. Primeiro os sofistas, depois Sócrates, Platão, Isócrates e Aristóteles, todos entenderam a educação (paideia) num sentido lato: formar o homem, sim, mas sem esquecer o cidadão, de forma permanente e ao longo da vida. No campo oposto, Aristófanes insurgia-se contra as propostas pedagógicas e princípios morais dos sofistas, denunciando as fatais consequências desta educação moderna: imoral, sem ética, ateia.
Na sua obra mais marcante, *As Nuvens*, assenta o modelo filosófico onde José Agostinho de Macedo se haveria de inspirar, filosoficamente, para os seus escritos e campanhas antiliberais. Para este notável periodista importava inovar, mas não renegando a essência espiritual do período medieval, onde o ensino competia à Igreja, e as escolas funcionavam adjacentes aos mosteiros e colegiadas, destinando-se basicamente à formação de indivíduos que seguiriam a vida religiosa.

[748] MIDOSI, Luís Francisco (1860), *Catecismo Constitucional para instrução da Mocidade*, p.6.

que estes catecismos nunca se assumiram como manuais escolares, nem estavam sujeitos a aprovação.

A euforia revolucionária foi esbatendo-se, os seus mentores divididos em tendências, alguns retiraram-se desgostosos com o rumo da revolução e, na barricada oposta as forças reagruparam-se em torno da rainha Carlota Joaquina e no príncipe D. Miguel. Este ressurgimento dos ideais absolutistas são muito percetíveis nas páginas dos jornais. *A Estrela Lusitana* (Lisboa, janeiro a agosto de 1828), um periódico afeto ao partido absolutista, defendeu ao longo dos seus 78 números, sempre que falava em instrução, os métodos da *educação antiga*, mais adequada a futuros pais de família e cidadãos exemplares. Também *O Defensor dos Jesuítas* (Lisboa, agosto de 1829 a 1833), outro jornal absolutista, numa linha semelhante ao periódico anterior, insistia na importância da religião cristã, sem nunca referir que esta sempre esteve associada aos programas liberais, com as aulas a começar e a acabar por orações contidas no "catecismo pequeno de Montpellier",[749] adotado a partir da reforma pombalina.[750] Defendendo o espírito de igualdade cristã (no entender do periodista bem diferente da filosófica ou revolucionária), pugnava por um ensino jesuítico tão solícito para "o grande como para o pequeno", de forma a garantir que um fidalgo não recebia melhor educação que o plebeu – o que efetivamente acontecia. [751] É de anotar como uma imprensa francamente conservadora e elitista, aparece a defender um estranho igualitarismo.


CATECISMOS
DA DIECESE
DE
MONTPELLIER
IMPRESSOS POR ORDEM
DO BISPO
CARLOS JOAQUIM COLBERT,
TRADUZIDOS NA LINGUA PORTUGUEZA
PARA POR ELLES SE ENSINAR
A DOUTRINA CHRISTÃ
AOS MENINOS NAS ESCOLAS
DOS REINOS, E DOMINIOS,
DE PORTUGAL.
Accrescentados com a Ladainha, e Modos
de ajudar á Missa, e hum Tratado
de Civilidade.
LISBOA: 1844.
Na Typ. de Matheus José Marques da Silva,
Rua do Ouro N.° 9.
Vende-se na mesma Typographia.

Os pensadores liberais, nas suas trincheiras, não desistiram de informar e educar o povo com verdade. Um bom exemplo pode ser encontrado na *Cartilha do Cidadão Constitucional*, de José Ferreira Borges (Londres, 1832) que, depois de reconhecer que a utilidade da sua obra era socializar o povo, elucidando-o sobre os seus direitos e deveres - no seguimento da Constituição (1822) que explicitava a necessidade de se ensinar a mocidade portuguesa de ambos os sexos sobre as suas obrigações religiosas e civis.[752] Anos mais tarde, o positivista

[749] Este Catecismo procurava chegar às *ovelhas* e aos *pastores*, para os seculares e para os eclesiásticos, enfim, para todos…A primeira parte desta obra dá uma ideia sobre a existência de Deus, da sua natureza e dos seus atributos. A segunda parte trata das virtudes e dos vícios e explica os mandamentos de Deus e os preceitos da Igreja. A terceira parte trata da Graça, dos Sacramentos, da Oração, das cerimónias da Missa, e conclui com dois Catecismos abreviados para "uso dos meninos".

[750] No reinado de D. José foi adotado em Portugal o *Catecismo de Montpellier* (de Carlos Joaquim Colbert, bispo de Montpellier) apagando-se assim a influência *da Cartilha de Mestre Inácio* – obra dos Jesuítas. O arcebispo de Évora, D. João Cosme da Cunha promoveu a sua tradução em língua portuguesa para uso dos fiéis do seu arcebispado, generalizando-se posteriormente.

[751] *O Defensor dos Jesuítas*, N.º 9, 1830, pp. 4-19.

[752] Ao falar em direitos constitucionais refiro-me à primeira vaga dos direitos fundamentais preconizados pelo estado de direito liberal, atinentes à proteção e às garantias do indivíduo, face ao poder do Estado.

Teófilo Braga (1843-1924) haveria de defender um ensino oficial e uma religião do estado, condenando reprovar-se um aluno que tivesse dado no exame provas de suficiência científica, mas que não respondesse, automaticamente, às perguntas da *Cartilha do Mestre Inácio* remodelada pelo *Catecismo de Montpellier*.

A educação continuava a figurar como um exercício de cidadania, um direito civil e político e uma muito inconclusiva democratização no acesso ao ensino. De forma redutora, *O Historiador* (Lisboa, março a novembro de 1840), um semanário recreativo e de instrução, sustentava toda a aprendizagem na imitação e na disciplina.

> A grande arte da educação encerra-se nestas duas palavras, imitação e obediência. Oferecei à infância unicamente bons exemplos, e sabei fazer-vos obedecer; e vereis em prémio dos vossos trabalhos resplandecerem em vossos filhos todas as virtudes sociais; e em qual estado ou categoria em que estejam colocados na sociedade eles mostrarão sempre, e em todas as ocasiões, os efeitos de seus bons princípios; e farão com que todos que reconhecem os seus sentimentos honrados os atribuam á boa educação que receberam de seus Pais.[753]

Esta forma de ver o ensino estava já desadequada, como se pode verificar pelo texto de Rogério Fernandes, ao recordar um período pós pombalino de grande pragmatismo no campo educativo. "O espírito de um ensino ativo, firmado no primado da compreensão sobre a memorização, que já impregnava os estatutos da Universidade de Coimbra, manifesta-se também no Plano de Francisco Manuel de Torres, professor de Retórica em Coimbra (BN, Reservados, Ms. 1, f. 138), apresentado ao Dr. António Ribeiro dos Santos."[754]

O Panorama defendia que o domínio da leitura, sendo importante, era insuficiente, valorizando a compreensão dos textos. "Para se tirar um bom proveito da lição, não basta só ler – é preciso meditar", pois um "montão de ideias depositadas no tesouro da memória" são de pouca utilidade prática.

> De duas coisas carece o homem de génio para bem desenvolver o entendimento: a primeira é prestar grande atenção ao que lê; a segunda examinar imparcialmente os factos, tirando dele razoáveis induções. O homem que em desprezo destas regras ler sem meditar, pouco ou nada adiantará na escala dos conhecimentos, em qualquer ramo científico a que se aplique.[755]

7.3. ONDE SE FALA DE OUTROS "MÉTODOS FÁCEIS E EFICAZES"…

Também os anúncios falam das boas práticas empregues no ensino das primeiras letras. No caso presente, o diretor do Colégio aos Poiais de S. Bento publicita um método "assaz fácil e

[753] *O Historiador*, N.º 18, de 4 de julho de 1840, pp. 139-141.
[754] FERNANDES, Rogério (2004). *Roturas e permanências da educação portuguesa no século XIX*, p. 12.
[755] *O Panorama*, N.º 211, Vol. V, de 15 de maio de 1841, p. 158.

não vulgar", privilegiando a educação "moral e religiosa, base da felicidade do homem e o bem da pátria".

> No colégio aos Poiais de S. Bento, n.º 27 A, aceitam-se pensionistas internos e externos, ensinando-lhes as primeiras letras, gramática portuguesa, latim, francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria, geografia, desenho e música, por preços muito módicos.
>
> O diretor deste colégio é incansável nos seus trabalhos, o método que emprega no ensino de seus alunos é assaz fácil e não vulgar; os pensionistas são bem tratados, com abundância, asseio e afabilidade (…).

Um outro anúncio do Liceu Parisiense, em Lisboa, mostrava já uma ideia de Programa Educativo de Escola, dando grande importância ao tratamento dos alunos, colocando "aias e governantas diligentes" a fazerem o acompanhamento da classe dos alunos dos 5 aos 10 anos, de forma que fossem tratados "com toda aquela doçura, carinho e asseio tão necessários a esta idade". Todavia, a língua "oficial" do colégio era a francesa, fazendo jus ao nome da escola, embora não descurasse a língua portuguesa e inglesa.

> O diretor do Liceu Parisiense (Campo de Sta. Ana, n.º 25) sempre desvelado em conciliar o aperfeiçoamento do seu estabelecimento com a comodidade e vantagens do público, tem destinado, além das antigas classes dos alunos internos em que tem distribuído o seu colégio, já indicadas no programa, instituir uma nova classe que compreenderá todos os alunos que tiverem de 5 até 10 anos.
>
> Esta classe fará um corpo separado de todos os outros alunos, tendo dormitório e quartos distintos. Estes alunos serão tratados por aias e governantas diligentes e de reconhecida sisudeza.[756]

Finalmente, um anúncio do Liceu Anglo-Lusitano, à Rua dos Capelistas, n.º 42, também em Lisboa. O texto, supostamente da redação da *Revolução de Setembro*, para além de elogiar o "plano literário" desta escola, colocava-o como o mais adequado aos "progressos das ciências e às necessidades da sociedade". Importante encontrarmos o nome de Silvestre Pinheiro [757] associado ao *plano* a desenvolver, bem como na escolha dos mestres.

> Temos à vista o plano literário deste liceu, o qual muito nos agradou, e podemos afirmar sem ofensa de nenhum outro, que dos muitos que temos visto é este o que mais está em harmonia com os progressos das ciências e as necessidades da sociedade; nem menos era de esperar do homem respeitável por seu saber e virtude, que os probos diretores consultaram antes de organizar este plano – consta-nos que o Sr. Silvestre Pinheiro não só concorreu com os seus valiosos conselhos para a organização do liceu, mas a escolha dos mestres é sua.

[756] Idem, N.º 337, de 30 de dezembro de 1841, p. 4.

[757]Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846)[757] foi um dos grandes nomes do liberalismo vintista, embora muito atacado pelo *Astro da Lusitânia*, que não entendia o seu posicionamento moderado, a que não era estranha a sua admiração pela doutrina política de Benjamin Constant (1767-1830), que defendia a existência de dois poderes: a força (ilegítimo) e a vontade geral (legítimo). Como conceber esta última? Para ele, "O reconhecimento abstrato da soberania do povo não aumenta em nada a soma de liberdade dos indivíduos, e se lhe for atribuída uma abrangência indevida, pode-se perder a liberdade apesar e contra esse mesmo princípio." E aqui residia a incompreensão do redator do *Astro da Lusitânia*, que queria que a soberania no povo se afirmasse de forma inequívoca, não dando espaço e tempo à reorganização do partido absolutista.

> Esperamos que os nossos compatriotas se aproveitem deste liceu tão bem protegido e agourado.[758]

A importância atribuída ao método utilizado, no Programa de cada uma destas escolas, diz bem das preocupações dos pais pelo ensino dos filhos, como deixa perceber que os textos da imprensa oitocentista, defendendo novas formas de ensino mais ajustadas ao entendimento de cada idade, tinham reflexos junto da opinião pública. A *Revista Académica* (Coimbra, março de 1845 a novembro de 1854), defendia um ensino utilitarista, embora "inspirado nas máximas morais e nos sentimentos da religião". Admitia qua a Junta da Diretoria desde a "sua instalação" tinha trabalhado para fazer progredir o ensino primário, exigindo conhecimentos mínimos aos professores.[759]

No número seguinte, a *Revista Académica* abordava a reforma do ensino de Costa Cabral (1844), estranhando que se tivesse querido apagar todas as medidas setembristas, embora a nova legislação tivesse recuperado muitas das ideias anteriores, a que acrescentou algumas novas, o que na opinião do autor tornava a Lei confusa, pois afigurava-se-lhe difícil conciliar medidas com diferentes filosofias programáticas. Em matéria de instrução bastariam algumas emendas, em poucos artigos; porém quis-se publicar um código grande e pomposo, o que se efetuou no decreto de 20 de setembro de 1844, confirmado depois por lei das Cortes de 29 de novembro do mesmo ano. Nesta reforma lançaram-se muitas disposições da anterior legislação, sem outra diferença senão de redação; confirmaram-se outras por meio de simples remissões, e misturam-se outras novas de uma maneira confusa e difícil. O executor não pôde prescindir de consultar continuadamente as anteriores, e teve além disso o trabalho de as combinar e pôr em acordo e harmonia, o que nem sempre se afigurava fácil.[760]

A Revista Popular (Lisboa, março de 1848 a 1855), também defendia que um bom método era fundamental no ensino. No caso presente, no ensino das línguas.

> O método do ensino não é coisa indiferente. O que se aprende com dificuldade em anos, pode talvez aprender-se, facilmente, em meses. Convém, pois, estudar os métodos, compará-los e escolher o melhor deles para o ensino nas escolas.
>
> Ao método que tenho imaginado poderia dar largo desenvolvimento. Julguei mais conveniente apresentá-lo em poucas palavras, e submetê-lo assim ao exame dos que sabem mais. Tenho fé no sistema, e creio que poderei, na prática, realizar as vantagens que imagino.[761]

Num artigo escrito para a *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, outubro de 1841 a 1859), sob o título "Estado da instrução primária no concelho de Alpedrinha no ano letivo de 1848-

[758] Idem, N.º 783, de 17 de julho de 1843, p. 3.
[759] *Revista Académica*, N.º 22, de 1 de fevereiro de 1846, p. 339.
[760] Idem, N.º 23, de 15 de fevereiro de 1846, p. 355.
[761] *Revista Popular*, N.º 2, de 17 de março de 1849, pp. 10-11.

49", F. A. Rodrigues de Gusmão lamentava a ausência de manuais específicos para o professor, ajudando-o na preparação das aulas. Referindo-se ao estado da instrução em muitos concelhos do país, Rodrigues de Gusmão não poupava os professores nem o Estado.[762]



A Semana (Lisboa, janeiro de 1850 a agosto de 1852), um semanário literário e instrutivo, avisava os leitores que, no Colégio do Pórtico, rua do Machadinho, à Esperança, António Feliciano de Castilho ia iniciar um curso de língua latina apoiado no "método de Lemare, combinado com o hamiltoneano",[763] o que segundo o jornal permitia aprender em paralelo a língua latina e a portuguesa.

> Temos sido testemunhas da portentosa eficácia dos métodos adotados pelo Sr. Castilho, e da sua impagável assiduidade e paciência para adiantar os alunos, ao contrário do que fazem quase todos os mestres. [764]

7.4. CASTILHO E O MÉTODO DE LEITURA REPENTINA

No mesmo número, *A Semana* informava que António Feliciano de Castilho tinha sido convidado para assumir a direção da Escola Normal de Lisboa, lugar que já fora oferecido ao padre p0rtuguês José Roquete, emigrado em Paris,[765] mas que ainda ninguém tinha assumido o cargo pela "insignificância do ordenado que a lei lhe estabeleceu".

> Entretanto, como o Sr. Castilho tem já uma pensão do tesouro, dando-se-lhe o vencimento como gratificação, este novo e muito necessário estabelecimento pode finalmente ser instaurado por um homem dado hoje, com tanto fervor, à composição e aplicação de métodos rápidos e fáceis para a instrução popular.[766]

No número seguinte, o mesmo jornal, num artigo assinado por Feliciano de Castilho dava a conhecer uma carta que lhe havia sido enviada pela Academia Real das Ciências, em resposta a uma exposição sua a pedir a adoção do método a nível nacional.

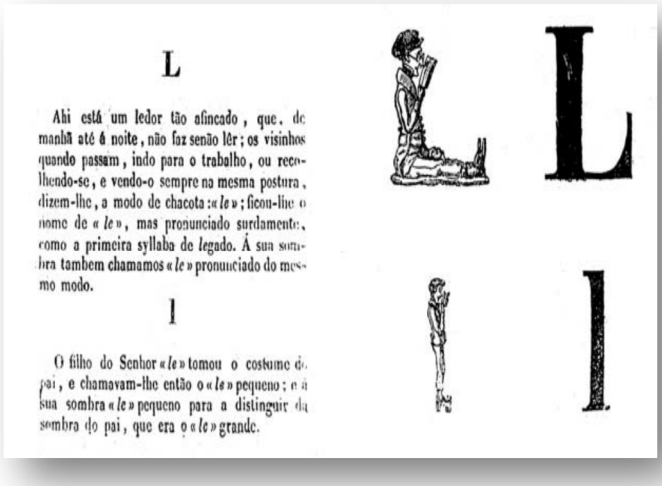
> Que sendo o método de V. S. adotado e aperfeiçoado para ensinar a ler, o de Mr. Lemare, e não sendo geralmente seguido em França, este método, que é ignorado fora de França, como V. S.ª confessa, isto induz a persuadir que não desempenha cabalmente o que se

[762] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 41, de 18 de julho de 1850, p. 490.
[763] Willian Rowan Hamilton (1805-1865), matemático e astrónomo, autor do artigo apresentado à Academia Real Irlandesa "uma teoria do sistema de raios", tornando-se num dos mais eminentes matemáticos de língua inglesa.
[764] *A Semana*, Vol. II, N.º 4, janeiro de 1851, p. 51.
[765] Padre José Ignacio Roquette, natural de Alcabideche, Cascais. Simpatizante de D. Miguel, emigrou para Paris depois da queda do seu governo absolutista.
[766] *A Semana*, Vol. II, N.º 4, janeiro de 1851, p. 51.

> inculca, aliás ter-se-ia vulgarizado por toda a Europa, como acontece em qualquer invenção ou inovação científica de reconhecida e geral utilidade.[767]

Em palavras pouco simpáticas para o pedagogo, a Comissão reconhecia que as figuras, designando objetos cujo nome principiava por cada uma das letras do alfabeto, e acompanhando os sinais que as representavam, tinham sido usadas em Portugal há séculos, desde que se imprimiram as cartilhas de João de Barros e do *mestre Ignacio*, e omitiram-se, em todas essas cartilhas, por se ter considerado que era mais fácil ensinar, fixando a atenção dos meninos num sinal simples, como é cada uma das letras do alfabeto, do que distraindo-os com objetos "estranhos como são as figuras".[768] Consideravam os membros da Comissão que nas primeiras idades, quanto menos se "carregasse a memória com regras", mais prontamente se aprendia. Finalmente, que muito "estimariam enganar-se neste juízo, e que agora o método proposto produzisse todos os efeitos que Castilho pretendia, resultando assim muito crédito para o seu autor, e muito aproveitamento para o ensino público".[769]

Neste período da vida do país todos reconheciam que o povo necessitava de receber formação, para poder dar o seu contributo na reorganização económica, sustentáculo de todas as reformas. Castilho, ao apresentar um método muito simples procurou contribuir para ultrapassar o analfabetismo sentido em largas camadas populacionais. A ideia surgiu-lhe nos Açores, na década de 1840, ao aperceber-se que esse mesmo analfabetismo impedia o desenvolvimento agrícola da região. Por isso ter-se apoiado no método Lemare, valorizando a acentuação fónica das palavras, o ritmo, acompanhado de cantigas muito simples e do batimento de palmas. Ensaiado com sucesso em S. Miguel, procurou impô-lo a todas as escolas, o que não foi aceite pelo Conselho Superior de Instrução Pública que, homologando o método, não o tornou obrigatório como pretendia o seu autor. A resposta à Academia de Ciências de Lisboa foi pronta e violenta:



L

Ahi está um ledor tão afincado, que, de manhã até á noite, não faz senão lêr; os visinhos quando passam, indo para o trabalho, ou recolhendo-se, e vendo-o sempre na mesma postura, dizem-lhe, a modo de chacota: «*le*»; ficou-lhe o nome de «*le*», mas pronunciado surdamente, como a primeira syllaba de legado. Á sua sombra tambem chamamos «*le*» pronunciado do mesmo modo.

I

O filho do Senhor «*le*» tomou o costume de pai, e chamavam-lhe então o «*le*» pequeno; e á sua sombra «*le*» pequeno para a distinguir da sombra do pai, que era o «*le*» grande.

[767] Idem, N.º 5, fevereiro de 1851, pp. 53-55.
[768] De referir, ainda, que a utilização de desenhos para representar letras não era inédito entre nós. Luís de Albuquerque diz mesmo que "associar desenhos a letras já o faziam a *Cartilha do Mestre Inácio* e o *Novo método de ensinar a ler* de Araújo Tavares, que Castilho citou e conhecia".
[769] *A Semana*, N.º 5, fevereiro de 1851, pp. 53-55.

> (…) O método de Lemare, segundo eu mesmo confessei no prólogo, não é ainda hoje seguido geralmente em França; e fora de França podemos dizer que é ignorado. O meu método nasceu do de Lemare, por conseguinte, posto seja muito melhorado, e muito diverso do seu, é como o seu ineficaz; a ser bom aquele método ter-se-ia já universalizado, como acontece em qualquer invenção ou inovação científica de reconhecida e geral utilidade. Eis como se raciocina no Sancta Sanctorum da Academia; avalia-se uma teoria unicamente pelos resulta- dos: é confessar que se não sabe apreciá-la pela rasão.

A seguir interrogava-se, interrogando o Conselho Superior de Instrução, onde se viam as "invenções úteis" vulgarizarem-se repentinamente? E lembrava Copérnico e Galileu. Centrando-se no *seu* método, referia que as "figuras designando objetos", cujo nome principiava por cada uma das letras do alfabeto, sempre tinham sido usadas no nosso país – casos das cartilhas de João de Barros e do mestre Ignacio. Todavia, entre o sistema do mestre Ignacio e o seu, as diferenças eram profundas: enquanto este juntava a cada letra uma figura sem sentido, na sua metodologia as gravuras, ao motivarem os alunos, ajudavam-no a memorizar com "a maior exação de cada letra, a ponto de cada uma ficar sendo como uma sombra da figura".[770]

Num número posterior, Castilho voltou a debruçar-se sobre o seu método, apresentando-o em vinte lições, partindo das letras do alfabeto (maiúsculas e minúsculas) apresentadas em quadros cartonados, ilustrados com uma imagem sugestiva. Recomendava que, anteriormente, o professor deveria apresentar a letra manuscrita. Também associado ao grafismo de cada letra e respetiva imagem, Castilho idealizou uma história facilmente apreensível ao desenvolvimento infantil. Depois, cabia aos alunos desenhar (caligraficamente) cada letra. Mas importa continuarmos a acompanhar a lógica da defesa de António Feliciano de Castilho junto do Conselho Superior, por um ensino mais racional.

> (…) O método de Leitura Repentina contém, inquestionavelmente, um grande gérmen de instrução, como a instrução contém outro de felicidade; mas para vir a ser aceite, amado, defendido, geral e permanente, carecia de passar primeiro pelo crisol da oposição.
>
> (…) «Nas primeiras idades, dizem os censores, quanto menos se carrega a memória com regras, mais prontamente se aprende e, por isso, as regras em verso, que se liam noutro tempo, até nas artes da língua grega, foram banidas do ensino». Contestar a utilidade das regras em tese é uma barbárie; contestar a utilidade das regras em verso duas. As regras têm no ensino a sua razão própria: Os antigos faziam-nas preceder sempre aos exemplos; uma escola moderna, muito filosófica e seguida, fá-las nascer dos exemplos: mas num e noutro caso se reputam elas indispensáveis.[771]

E explicitava que os números em cima das letras, para facilitar a soletração das palavras, na opinião do Conselho Superior de Instrução, em lugar de facilitar o "ajuntamento das letras, formando sílabas", apenas a tornavam mais complexa. Procurando clarificar a sua proposta,

[770] Idem, *Ibidem*.
[771] Idem, N.º 7, fevereiro de 1851, pp. 77-79.

Castilho exemplificava com as suas lições quinta, sexta e sétima onde, efetivamente, apareciam algarismos por cima das letras. Mas, ao contrário do que Academia pensava, "os números não estavam sobre cada palavra, seguidos, porém salteados", encontrando-se "letras e sílabas sem eles", até "vocábulos inteiros". E rematava:

> Recapitulemos. Primeiro, o método é mau, porque ainda se não universalizou. Segundo, o método é mau porque já se não usa a cartilha do mestre Ignacio. Terceiro, o método é mau, porque tem regras, e em verso. Quarto, o método é mau, porque tem letras de conta por cima de algumas palavras. As quatro rezões são todas da espécie e variedade dos porquês do jogo da berlinda; o que é pouco decente é que uma Academia adotando tais razões queira passar aos olhos do mundo por divertir-se com semelhante jogo, e brinque de um modo tão sem-sabor em matéria de tanta sisudeza como é a instrução primária.[772]

7.5. A "CARTILHA NACIONAL" DE CALDAS AULETE

Ainda em 1850 Latino Coelho[773] e Júlio Caldas Aulete[774] escreveram uma *Enciclopédia das Escolas*.[775] O Relatório de Inspeção, dirigido às escolas públicas, durante o ano de 1866-1867 procurou saber quais os professores que adotavam o método legográfico [776]– sendo a sua *Cartilha Nacional* o único manual a adotar este sistema de ensino da leitura e escrita – o que nos revela a sua difusão e importância.[777]


CARTILHA NACIONAL

METHODO LEGOGRAPHICO

PARA APRENDER SIMULTANEAMENTE

A LER, ESCREVER, ORTHOGRAPHIAR E DESENHAR

POR

JULIO CALDAS AULETE

3.ª Edicção

LISBOA

LALLEMANT FRÈRES, TYPOGRAPHOS

5, Rua do Thesouro Velho, 6.

1870

Já em 12 de junho de 1850, Caldas Aulete tinha dirigido um ofício ao secretário do Conselho Superior de Instrução Pública (José António Amorim) a defender a valia da sua obra didática, solicitando a respetiva aprovação. Tratava-se do "Livro da infância ou método fácil e racional para ensinar a ler", primeiro volume de uma coleção intitulava "Biblioteca das Escolas Primárias". Esta primeira cartilha destinava-se à iniciação da leitura "por um método fácil e porventura racional, proscrevendo como pernicioso o sistema até aqui seguido em todos os livros que para a primeira instrução de infância se tem adotado em Portugal".

Caldas Aulete sustentava que o seu método suprimia a soletração, dando algumas modificações sonoras às vogais através de uma acentuação variada, defendendo ainda a

[772] Idem, *Ibidem.*
[773] José Maria Latino Coelho (1825-1891). Militar, escritor, jornalista e político, coordenou a "Enciclopédia das escolas de instrução primária dividida em três partes (Lisboa, 1857).
[774] Francisco Júlio de Caldas Aulete (1826-1878). Professor e político, autor de livros didáticos e iniciador do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Organizou, ainda, uma Gramática Nacional, aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Pública. Foi um dos criticados por Antero de Quental no seu opúsculo *Bom Senso e Bom Gosto*.
[775] Digitalizado, Biblioteca Nacional de Portugal.
[776] Legografia ou método legográfico corresponde ao sistema de aprendizagem paralela da leitura e da escrita.
[777] O Relatório de Inspeção dirigido às escolas do Estado continha uma alínea onde os professores deveriam indicar o método e modos de ensino seguidos. No quesito relativo ao método de ensinar a primeira leitura, indicavam-se as seguintes hipóteses: soletração antiga; soletração moderna; silabação fónica; método português; método legográfico.

aprendizagem simultânea da leitura e da escrita.[778] Indo ao encontro a muitas críticas da imprensa, Caldas Aulete dedicou uma "Introdução" aos professores, sugerindo como trabalhar com o manual, de forma a potenciar "cabalmente o mecanismo do método sem soletração", lembrando que o sucesso do seu método partia da premissa que o professor incentivasse a fala dos alunos. "Conversai com as crianças para as exercitar a falar, já que as famílias descuram este importante ensino, que é uma das causas dos alunos fazerem tão pouco progresso nas escolas públicas… a propósito de tudo, explicai tudo. Fazei com que as crianças na escola respirem a moral e a ciência, com a mesma facilidade com que respiram e absorvem o ar e a luz. No desenvolvimento intelectual das crianças, não deis preferência a nenhuma faculdade, todas vos devem merecer igual cuidado… Empregai sempre para com as crianças uma linguagem fácil, clara e amena.[779]

E terminava a sua introdução criticando as "formas austeras", o estilo demasiado "científico e dogmático", apelando para que fossem definitivamente banidos das escolas elementares portuguesas, defendendo que a sala de aula fosse um lugar "atraente, alegre e de prazer". Depois, apresentava um silabário, onde "dava às vogais as diversas modificações de sons de que são susceptíveis, procurando acostumar as crianças a pronunciarem aquelas diversas modificações logo desde os primeiros rudimentos da leitura, ao contrário do que se pratica geralmente, fazendo ler sempre o "a" que tem duas modificações distintas de som, de uma maneira uniforme; o "e" que é capaz de três modificações sempre com um som invariável e o mesmo a respeito do "o". De seguida, Caldas Aulete considerava acertado "substituir entre nós o uso da leitura sem soletração, ao método velho e vicioso que só poderia invocar para a continuação da sua tirania nas escolas, a autoridade de uma rotina longamente seguida". Depois de explicar o modo de ler as consoantes duplicadas e as compostas, Aulete refere-se ao valor acidental que podem ter algumas consoantes quando se encontram em determinadas combinações com outras consoantes ou vogais. Na segunda parte, denominada *Leitura Corrente*, encontramos algumas sentenças morais extraídas da "Santa Escritura, nas quais os alunos poderão achar escrita para ler – como se diz vulgarmente – por cima, ou sem soletrar". O título significa isto mesmo: uma leitura corrente, sem soletração.[780]

A carta de apresentação da obra ao Conselho Superior de Instrução Pública ajuda-nos a entender melhor as suas opções teóricas e metodológicas: "(…) Para tornar a leitura mais

[778] Antecede João de Deus (1830-1896) e a sua *Cartilha Maternal* (1876). Sensível aos problemas sociais do seu tempo, e a convite do senhor Rover, gerente da editora Rolland, em Lisboa, aceitou o convite para criar um inovador Método de Leitura. Embora esta editora tenha fechado portas, a *Cartilha Maternal* foi publicada pela Livraria Universal de Magalhães & Moniz (1876). Aprovado por Carolina Michaelis de Vasconcelos que, de forma entusiástica, escreveu que "com a cartilha do senhor João de Deus entramos num mundo novo; tudo mudou de aspeto, tudo se tornou simples, lúdico, transparente".

[779] AULETE, Caldas (1850), *Livro de Infância ou método fácil e racional para ensinar a ler*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (MR Mç. 3527), ofício dirigido ao secretário do Conselho Superior.

[780] Idem*, Ibidem.*

fácil, entendi que as letras dobradas se deviam sempre considerar como reunidas numa só sílaba e não divididas uma da outra. Assim, a palavra *attento* ensinei a fazer a decomposição deste modo – *a-tten-to* – e não *at-ten-to* como pediam as razões etimológicas da língua. E julgo que é este método tanto mais de aceitar quanto é sabido que em todas as línguas vivas se decompõe as palavras por este modo. Assim o praticam os franceses, assim os ingleses e os alemães como se convence do seu livro de leitura…".[781]

Ao longo desta obra nota-se a preocupação de aliar conhecimentos e hábitos de leitura: para as crianças e para os pais, de forma que a aprendizagem escolar pudesse prosseguir no ambiente familiar de cada aluno, beneficiando todo o agregado. No último parágrafo, a *Cartilha Nacional* recomendava: "Os pais devem auxiliar os esforços do professor, fazendo com que seus filhos copiem em casa a lição que deram na escola, interrogando-os depois sobre a significação de algumas palavras ou frases dessa mesma lição ou sobre qualquer outro assunto que lhes seja mui familiar para os exercitar a falar".[782]

Caldas Aulete foi ainda autor de uma *Gramática Nacional* (Curso Elementar. 1864), a qual por recomendação, entre outros, de Feliciano de Castilho, foi aprovada pelo Conselho Geral de Instrução Pública (27 de dezembro de 1864), como de uso obrigatório nas escolas públicas do ensino primário, por um período de três anos, disposição que foi prorrogada em 20 de outubro de 1868.

7.6. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO VII

Ontem como hoje saber ler e escrever tornou-se uma das ferramentas essenciais à vida do homem em sociedade. E não pode ser entendido como uma simples descodificação de símbolos, mas sobretudo um processo cognitivo de interpretação e compreensão. Esta competência, ao invés de outras áreas do desenvolvimento humano, não se adquire espontaneamente: exige um ensino direto que começa pela correspondência grafema-fonema, apela a diferentes sentidos, e prolonga-se vida fora. Isto para dizer que só em finais da década de quarenta, do século XIX, António Feliciano de Castilho se aproximou de uma ideia de ensino da leitura adequado à criança, com o seu projeto de *leitura repentina*, valorizando a acentuação do valor fónico das palavras, ao compasso de cantos e palmas. Até aí, apesar de considerarem a leitura importante, os professores (a esmagadora maioria) desconheciam as estratégias para lidar de forma articulada com o seu ensino.[783]

[781] Idem, *Ibidem.*
[782] Idem, *Ibidem.*
[783] Anos mais tarde, João de Deus referindo-se ao seu método, valorizava o estudo da fala. E, ao contrário de outros existentes (e aqui referia-se a Feliciano de Castilho), fundamentava-se "na língua viva", apresentando apenas um abecedário do tipo mais frequente, e não todo, mas por partes, "indo logo combinando esses elementos conhecidos em palavras que se digam, que se ouçam, que se entendam, que se expliquem; de modo que em vez do principiante apurar a paciência numa repetição néscia, se familiariza com as letras e os seus valores na leitura de palavras inteligíveis" (C. M. p. 79).

Todos os periódicos da pesquisa deixam perceber que a leitura é a base para o desenvolvimento e integração do indivíduo na sociedade e na vida, porque viver não se restringe ao respirar ou ao existir por existir – acreditando em Descartes, é preciso mais: pensar. Pensando, podemos mudar a nossa rua, a nossa comunidade, o nosso país, podemos mesmo ajudar a mudar o mundo. Mas, para que o nosso pensamento não nos atraiçoe temos de ler, temos de ler muito e bem. Como adquirir esta competência foi um debate que ocupou os nossos jornais oitocentistas. E foi neste debate que a imprensa absolutista e reformista se distanciou da imprensa mais comprometida com um liberalismo acentuadamente democrático.

Recuando aos primeiros anos do século XIX, encontramos um país com graves carências escolares, com um ensino direcionado para as classes superiores, onde os pedagogos defendiam o ensino individualizado, dirigido pelo mestre a cada aprendente.[784] A necessidade de alargar a instrução, democratizando-a, um compromisso da sociedade liberal, resultou na valorização do ensino mútuo,[785] e cuja adequação ao país partiu de um governo absolutista em 1815.

Com o aproximar da década de 50, as críticas ao ensino mútuo tornaram-se frequentes, surgindo uma ideia de "leitura repentina", ferozmente defendida por António Feliciano de Castilho. Não fosse a vontade de impor este método de Lemaire (por si adaptado à nossa realidade), enfrentando de forma virulenta todos os poderes, querendo transformá-lo em oficial e único, por certo teria maior aceitação junto dos professores. Trata-se de um projeto muito bem pensado, de mérito indiscutível, que ultrapassa o ensino da leitura, apresentando sugestões de âmbito pedagógico que iam do ensino à escola, passando pelo espírito que devia guiar a docência. Também Caldas Aulete, ao defender a supressão da soletração no seu método de ensinar a ler e a escrever, desde a primeira lição, estimulando a ter um papel ativo na descoberta da posição de cada uma das letras na palavra, o que determina o seu valor sonoro, parecia anunciar a revolução metodológica de João de Deus. Assim, a partir de 1850, as questões relacionadas com a didática e a metodologia do ensino passaram para os discursos educativos que a imprensa divulgava. A Pedagogia assumia-se como ciência.

[784] Este ensino individual consistia no professor fazer ler, escrever, contar e calcular cada aluno, um após outro, enquanto a restante classe trabalhava em silêncio (conseguido através de métodos coercivos), e sem qualquer apoio do mestre – que, desta forma, não podia dedicar muito tempo a cada aluno.

[785] Ensino mútuo defendido por Beresford, junto de D. João VI, e implantado no nosso país muito antes do *vintismo*, o que evidencia a necessidade que os governantes sentiam em terem quadros intermédios preparados (principalmente no Exército), de forma a poderem dar resposta a uma sociedade em rápido desenvolvimento técnico.

CAPÍTULO VIII

OS LIVROS ESCOLARES, BIBLIOTECAS E LIVRARIAS

Quando, há já alguns anos, assisti na Sociedade Nacional de Belas-Artes, em Lisboa, a alguns eventos ligados às comemorações do *Dia Internacional do Livro para a Infância e Juventude* fiquei impressionado com a mensagem que, a propósito desta efeméride, a secção austríaca do *International board on books for young people* divulgou.[786] Escrevi, então, que "por detrás de cada livro está o seu autor. E que um autor de manuais escolares é um homem que pensa, que tem emoções e paixões, que reúne textos (mesmo em democracia a censura pode continuar a existir), seleciona escritos e escritores. (…) O produto manual escolar é consumido pelos jovens, ainda pouco críticos, maleáveis a uma possível manipulação ideológica. Estes jovens serão os homens e as mulheres de um amanhã que queremos novo e bem diferente do que hoje vivemos".[787]

Em meados do século XVIII a qualidade do livro escolar estava à guarda da Real Mesa Censória,[788] regia-se por critérios alargados, mais tolerantes do que os praticados pelos antigos censores da Inquisição. [789] A partir da década de oitenta, D. Maria I e as autoridades religiosas passaram a ter um maior escrutínio sobre estes pequenos livros para o ensino. A verdade é que as cartilhas, os manuais e compêndios escolares, eram produzidos no interior de corporações ou de estruturas conservadoras (Corte, Universidade de Coimbra, ordens

[786] Esta mensagem, que se tem atravessado diversas vezes no meu caminho, dizia: Muito pouco no mundo é como devia ser. A maior parte das coisas está errada. A vida é boa só para alguns. Para a maioria, a vida é má. E onde os adultos são normalmente maus, as crianças são ainda piores. Há mais necessidade do que nunca de gritar alto, de lutar e de nos unirmos uns aos outros para mudar as coisas, do que travar conhecimento com o livro e lê-lo. Mas com a intenção de mudar o mundo, deves saber tudo a seu respeito. Deves estar apto a denunciar o certo do errado e a não aceitar as mentiras. As pessoas mentem com palavras e com frases. Quando as palavras e as frases estão escritas é mais fácil verificar se é certo ou errado, do que somente quando se ouvem. Não é certamente verdade – como muita gente diz – que a televisão nos torna estúpidos e que os livros nos tornam inteligentes. Mas na maior parte dos países a televisão pertence a pessoas que estão no poder, e estas pessoas desejam que o mundo fique como está. Muitos livros desejam também o mesmo. Mas há também livros que vos contam o que realmente está acontecendo no mundo e porque está acontecendo. Certos livros podem ajudar-vos a encontrar o motivo por que devemos lutar, assim como com quem devemos reunir, e por onde se deve começar a mudar as coisas. Eles devem ajudar-vos de uma maneira melhor que ninguém.

[787] MONTEIRO, António (1998), *Do Livro Único, Instrumento Ideológico do Estado, ao Pluralismo Democrático*, p. 7.

[788] A Real Mesa Censória foi criada por Alvará de 5 de abril de 1758, com o objetivo de transferir, na totalidade, para o Estado a fiscalização das obras que se pretendessem publicar ou divulgar no Reino, o que até então estava a cargo do Tribunal do Santo Ofício, do Desembargo do Paço e do Ordinário.

[789] Os primeiros títulos conhecidos a serem censurado em Portugal foram obras de John Wycliffe e Jan Hus, mandadas para a fogueira por Alvará de 18 de agosto de 1451 (D. Afonso V). Posteriormente, há notícias de uma forte repressão a textos luteranos (reinado D. Manuel), o que levou o papa Leão X a agradecer-lhe oficialmente – 20 de agosto de 1521.

religiosas ou monásticas), que exerciam um efetivo controlo sobre a produção, aprovação e circulação dos livros escolares, procurando perpetuar ideologias e valores.

Com a abertura liberal, e sob a supervisão do Conselho Superior de Instrução Pública, verificou-se um grande incentivo à adaptação de obras de reconhecido mérito internacional que, depois de aprovadas, eram colocadas no mercado, sofrendo uma posterior seleção pelos professores. Em 1844, com a reforma de Costa Cabral, assistiu-se mesmo à criação de uma bolsa destinada aos autores que apresentassem trabalhos inovadores. Surgiu, então, um manual de tipo enciclopédico, mais denso e ajustado às diferentes metodologias, com os materiais destinados à iniciação da leitura e escrita a merecerem grande cuidado, como vimos no capítulo VII. Também a Imprensa, como então deixei perceber, dedicou muitas páginas à polémica entre António Feliciano de Castilho e a Academia Real das Ciências, o que acabou por despertar a curiosidade dos leitores mais alheios a esta problemática.

Abordamos, ainda, neste bloco, as Bibliotecas Públicas, que têm a sua origem no século XIX, contribuindo para a generalização do hábito da leitura, o que concorreu para o aparecimento de algumas livrarias.

8.1. MANUAL ESCOLAR: CONSTRUÇÃO DO SABER E CURRÍCULO OCULTO

Os períodos pós-revolucionários são sempre críticos, com os vencedores a imporem as suas *verdades*. A Constituição de 1822 é o maior exemplo da euforia liberal, perante o medo dos que tinham acabado de perder o poder, e as muitas indecisões de faixas que não se revendo no absolutismo, temiam o radicalismo militante de setores intelectuais bem preparados, com evidente influência junto dos militares de baixa e média patente.

Os manuais escolares não poderiam fugir ao momento. Os seus textos sempre tinham sido aceites a bem de uma moral, ou de uma ideologia, que variava em conformidade com os interesses partidários ou religiosos, que ninguém tinha ousado discutir ou pôr em causa, sendo o professor o seu primeiro legitimador ao seguir, passo a passo, os conteúdos propostos.[790] O percurso do manual escolar corresponde, nos seus traços gerais, ao processo de escolarização da sociedade portuguesa, passando de objeto raro e de difícil manuseamento a um objeto corrente, de acesso fácil e de utilização individual.

O *Despertador Nacional,* (Coimbra, janeiro a junho de 1821), mostrou-se sensível a esta realidade, compreendeu-a, embora revertendo-a a favor do liberalismo nascente: "A experiência tem mostrado que o homem é naturalmente imitador, e que pensa e obra em conformidade do que observa naqueles que o rodeiam: assim temos nós um belo agente, de

[790] Há quem afirme que "o comportamento profissional dos professores está mais ligado com os efeitos ocultos das práticas e das instituições em que se formaram, do que com os conteúdos explícitos do currículo com que se pretendeu prepará-los" (Sacristan e Gomez, 1985:18).

que nos aproveitemos, para a direção de suas ideias e ações".[791] Esta capacidade inata para a imitação (uma construção pessoal) acontece através da habilidade das crianças e jovens para se comportarem como os adultos que os rodeiam, numa permanente interação com o ambiente. Enquanto ser ativo, a criança experimenta através do seu corpo, construindo conhecimento: aprende fazendo, coordenando os sentidos, as ações e os sentimentos. Por isso a importância que muitos periódicos liberais atribuíam à instrução básica, e aos livros que a suportavam, num momento em que era importante *apagar* das memórias a velha ordem feudal, valorizando o indivíduo, ao mesmo tempo que se impunha recontar a história pátria e se procurava aperfeiçoar e uniformizar a língua portuguesa. "A identificação da pronúncia culta de Lisboa como pronúncia padrão acentuou-se, mesmo contra a vontade de filólogos, refletindo o peso crescente da capital na demografia e na atividade cultural do País".[792] E, na opinião de muitos, surgia um maior cuidado nos valores a transmitir.

> Por melhores que sejam as leis e os governos, e por maior que seja o seu influxo sobre os costumes, é necessário o socorro da instrução seja para os fazer conhecer, seja para os fazer respeitar e imprimir nos corações dos povos.
>
> O homem nunca saberá cumprir os seus deveres se não tiver conhecimento deles; e o povo ilustrado e instruído, naturalmente deve ter melhores costumes do que o outro, que o não é. Muitos políticos, e não poucos filósofos, não são desta opinião a respeito do baixo povo. Eles olham a instrução como um perigoso instrumento nas suas mãos (…).
>
> Que absurdo! (…) A maior parte dos livros elementares, que servem nas escolas, são certos Catecismos ordenados em forma de diálogo, em perguntas e respostas, que não têm mais efeito do que fatigarem a memória, deixando vazio o coração.[793]

Uma obra literária para crianças ou jovens mede-se, não só pela relevante função que desempenha na criação de hábitos de leitura, mas também na interiorização de conceitos, na capacidade que possa ter de libertar mentalidades. Importante valorizar este comentário do *Conciliador Lusitano* quando refere, que muitos dos livros usados nas escolas, apenas serviam para fatigar a memória. É uma crítica dura, objetiva, muito pouco habitual na imprensa oitocentista. Precisamente o que nos diz Justino de Magalhães ao considerar que "o manual contém uma informação e uma interpretação da cultura e do imaginário, suas dimensões escolarizáveis e processo de escolarização, bem como das metas e das práticas educativas culturais (…) e constitui uma pista fundamental de investigação para conhecer globalmente uma época, para caraterizar políticas e modelos educativos.[794]

---

[791] *Despertador Nacional*, N.º 1, de 21 de janeiro de 1821, p. 5.
[792] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 411.
[793] *Conciliador Lusitano*, N.º 16, de 23 de setembro de 1822, p. 243.
[794] MAGALHÃES, Justino, Um apontamento para a história do manual escolar: entre a produção e a representação, *in* Castro, Rui Vieira de (1999), *Manuais escolares: estatuto, funções, história, I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares*, p. 282.

8.2. NA PROCURA DE UMA DEFINIÇÃO DE MANUAL

Segundo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*,[795] manual vem do latim tardio *manuale*, que traduzia o grego *enkeiridion* (livro pequeno, portátil, manual). A definição clássica entende o livro escolar como um instrumento impresso, intencionalmente estruturado para se inscrever num processo de aprendizagem, com o fim de lhe melhorar a eficácia. Já o Artigo 120.º do Decreto n.º 18/2007/A, de 19-07-2007, Diário da República n.º 138, série I, de 19-07-2007, considera o manual escolar como "um recurso didático-pedagógico relevante, ainda que não exclusivo, do processo de ensino aprendizagem, concebido por ano ou ciclo, de apoio ao trabalho autónomo do aluno que visa contribuir para o desenvolvimento das competências e das aprendizagens definidas no currículo nacional e no currículo regional para o ensino básico e para o ensino secundário, apresentando informação correspondente aos conteúdos nucleares dos programas em vigor, bem como propostas de atividades didáticas e de avaliação das aprendizagens, podendo incluir orientações de trabalho para o professor".

Nesta perspetiva podemos considerar que as funções do manual são diferentes em conformidade com o destinatário: aluno, professor, aluno/professor. E, por certo, foi a pensar nestas variáveis que a imprensa oitocentista lamentava a falta de orientação pedagógica (para os mestres) nos livros adotados, sabendo-se da sua falta de preparação.

Alguns dos artigos analisados debruçam-se sobre a virtualidade de diferentes manuais em uso. E, embora de forma rudimentar e pouco estruturada, não deixaram de os ajuizar segundo três vetores – hoje comuns na avaliação de qualquer obra pedagógica para crianças e jovens.

> a) Eixo sociocultural e ideológico, onde se consideram os valores, estereótipos ligados ao sexo, à classe social, à localização geográfica…
> b) Eixo científico, onde se faz a análise da quantidade e qualidade de informação, da construção metodológica dessa informação, das imagens de ciência subjacentes, do cumprimento do programa,
> c) Eixo pedagógico, onde se tem em consideração a organização global, a forma de apresentar os conceitos, a clareza das mensagens, o nível conceptual exigido, os índices de envolvimento do aluno.

Em Portugal o estudo da evolução do manual escolar tem ganho adeptos, gerado congressos e diferentes trabalhos científicos. A sua história tem sido elaborada a partir de catálogos e inventários, havendo a noção que muito está para fazer, como no caso das Gramáticas[796] e livros de texto. Este capítulo, ao trazer através das folhas amarelecidas pelo tempo, a problemática de como conceber e avaliar manuais, e os artigos a que deram origem,

[795] MACHADO, José Pedro (1997), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. IV, 3.ª ed., p. 54.
[796] A primeira Gramática portuguesa escrita (*Grammatica da lingoagem portuguesa*), de que há notícia, data do século XVI, publicada em Lisboa, em 1536, pela pena do presbítero Fernão de Oliveira, que antecedeu a de João de Barros (1540). Anteriormente, o espanhol Elio de Nebrija (1444-1522) publicou a *Gramática de la lengua Castellana* (1492), primeira gramática de uma língua vernácula.

pretende deixar algumas pistas que, aprofundadas, ajudarão a construir novos instrumentos de trabalho sobre a influência destas obras na sociedade portuguesa.

8.3. A IMPORTÂNCIA DAS INDÚSTRIAS DO PAPEL E TIPOGRÁFICAS

Coincidindo, temporalmente, com a revolução liberal verificou-se no país um progressivo aumento da produção do papel que melhorou de qualidade, permitindo abastecer o mercado interno.[797] Os periódicos falavam amiudadamente nesta evolução, o mesmo acontecendo com as tintas de impressão e com as inovações do parque gráfico. Entre muitos recortes retirei, pelo seu interesse, da *Revista Universal* (Lisboa, outubro de 1841 a 1859), a seguinte notícia sobre o "novo fabrico de papel".

> Consta-se que o Sr. Gitton se propõe fazer excelente papel de estrume de cavalo: consiste, segundo parece, o seu processo, em extrair de entre as substâncias heterogéneas os resíduos da palha, que aí se contém, e dos quais, depois de certas preparações, se fabrica a massa. Este papel, alvo e liso, pode servir assim para escrita como para impressão. O Sr. Gitton requereu, e espera obter, do nosso Governo, o privilégio, não de inventor, mas de introdutor deste útil invento.[798]

Quanto às tipografias, poucas e deficientemente apetrechadas, foram-se equipando e expandindo. As notícias chegadas do estrangeiro, descrevendo os "compositores mecânicos", estimulavam os mais afoitos. Mas investir era uma impossibilidade num período de grande volatilidade política, num mercado acanhado e de parcos recursos…

> Joung e Delambre, de Londres inventaram agora um engenho que, na tipografia, supre as vezes do compositor. Faz e justifica uma página de 12 000 letras, em duas horas, isto é, seis horas menos que o oficial mais desembaraçado. Diligenciamos em obter a descrição e desenho desta máquina para os publicarmos. R. L.[799]

A indústria tipográfica[800] era mesmo um sonho, tão atrasados estávamos. A descrição e o desenho era o melhor que se podia conseguir, mais a esperança que a situação haveria de se modificar com o avanço das políticas liberais.

> Em 1814 não havia mais de quinze [tipografias] em todo o país, sendo treze em Lisboa, uma em Coimbra e uma no Porto. E três não pertenciam a particulares: a Tipografia Régia, a

[797] As fábricas de papel no século XVIII estenderam-se um pouco por todo o país, embora se deva destacar as de Braga, Feira (S. Paio de Oleiros), Coimbra (Lousã) e Tomar. Ao longo da primeira metade do século XIX esta indústria progrediu de tal forma que, em meados do século, era a indústria de maior implantação no distrito de Aveiro. Para mais completa informação, consultar *Rota do Papel do Vale do Ceira e Serra da Lousã*, dissertação de mestrado de Luís Filipe Correia Martins, (2010), Universidade de Coimbra.

[798] *Revista Universal*, N.º 1, de 1 de outubro de 1841, p. 3. Refira-se que este jornal só assumiu o nome de *Revista Universal Lisbonense* a partir do seu segundo número (7 de outubro de 1841).

[799] Idem*, Ibidem*, p. 4.

[800] Tem sido destacada a importância da Imprensa para a difusão da cultura e dos valores; temo-nos esquecido do papel da tipografia como instrumento de comunicação. O primeiro livro impresso em Portugal saiu do prelo de Samuel Gacon, editor judeu, operador da primeira oficina tipográfica (Faro).

> Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa e a Real Tipografia da Universidade de Coimbra.[801]

O *vintismo* esteve na origem de um pequeno crescimento desta indústria, com o aparecimento de muitos jornais e outras publicações, mas depressa a instabilidade regressou ao país, com o miguelismo a bloquear o esperado crescimento! Considerando a falta de registos é impossível sabermos as vendas destes jornais (muito menos os seus leitores), embora, maioritariamente, os possamos situar entre a burguesia, classe que procurava adquirir conhecimentos e acompanhar as discussões de problemas que a afetavam. E onde melhor que nos periódicos para buscar esta informação simples, compatível com os seus conhecimentos. Tengarrinha e outros historiadores apontam Lisboa como o centro desta indústria, atingindo os jornais de referência uma tiragem média de mil a dois mil exemplares.

O ano de 1834 trouxe a consolidação do regime liberal, a abolição da censura e uma maior dinâmica na imprensa, com resultados imediatos nas gráficas,

Neste período as tipografias e os seus proprietários tinham uma grande importância no confronto entre absolutistas e liberais, e entre estes. Só em Lisboa existiam "70 tipografias, que produziram 61,5% dos periódicos desta época; no Porto o número de tipografias foi de 18, cuja produção se cifrou em 23,3% de jornais neste período; em Coimbra 8 tipografias publicaram 7,7% de jornais; em Braga, 2 tipografias publicaram 2% de títulos; em Angra do heroísmo existiram 4 tipografias responsáveis por 2,3 % de periódicos; no Funchal 3 tipografias publicaram 1,3%; em Évora 1 tipografia publicou 0,7%; em Faro 1 tipografia publicou 0,3%; em Guimarães 1 tipografia publicou 0,3% e em Ponta Delgada 1 tipografia fez também publicar 0,3% dos jornais nacionais no período supracitado [1820-1850]"[802].

> Na década de 1840 o surto tipográfico prosseguiu, mas muito devagar. Ao começar a década seguinte, continuavam desprovidas de tipografias a maioria das capitais de distrito e não as havia, senão esporadicamente, em outros povoados.[803]

8. 4. LIVROS PARA A INFÂNCIA: EVOLUÇÃO E EXPANSÃO

Como vimos anteriormente, no período medieval o ensino competia à Igreja. As transformações sociais, culturais e económicas, associadas às necessidades emergentes do comércio e da indústria abriram uma nova página na história da alfabetização portuguesa. O aparecimento da imprensa e a vernaculização da língua contribuíram para o aparecimento das primeiras *Cartilhas*, destinadas à aprendizagem da leitura. Um silabário ou abecedário,

[801] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 414.
[802] VILHENA, João Carlos *e* Mesquita, César (1997). A Ilustração nas Publicações Periódicas Portuguesas (1820-1850), p. 45.
[803] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002). Obra cit..

suportado por textos religiosos, servia de apoio aos professores. "Em 1539 várias cartilhas ilustradas encontravam-se francamente difundidas em Portugal".[804]

A instituição da Inquisição (1536) acompanhou a instalação do Ensino dos Jesuítas (1542), em cujos colégios havia uma classe inicial de leitura e escrita, compreendendo uma forte ação doutrinária católica. Deve-se a esta congregação religiosa a normalização pedagógica da escola, apoiada por normas e regras que ainda perduram como a distribuição dos alunos por classes, horários rígidos, ou a disciplina na sala de aula traduzida por punições e recompensas.[805] Os textos das *Cartilhas*, muito anteriores a este período, foram originalmente destinados a adultos, por isso incompreensíveis para os mais jovens. A imprensa consultada repete esta crítica com frequência, pugnando pela sua simplificação.

> *Cartilha para ensinar a ler*, com as doutrinas de prudência e regra de viver em paz. Novamente imprimida em Lisboa, por German Galhardo.
>
> Cenáculo faz menção desta edição (anónima) nas suas Mem. Hist. dos Progr. e Rest. das Letras, pág. 65. E diz que supõe ser anterior ao ano de 1540. Colige-se que a viu quando menos, e que o exemplar não trazia data, ou porque nunca a tivesse, ou porque andasse já mutilada. Pela minha parte declaro que ainda a não encontrei.[806]

As críticas dos periódicos falavam de textos inadequados. Outros pediam traduções *interessantes*. Outros, ainda, lamentavam o alheamento dos grandes escritores portugueses. Mas a literatura infantil existia, caso de Charles Perrault[807] o primeiro autor a escrever especificamente para crianças, transformando contos do folclore popular em histórias infantis. Em 1697 publicou *Contos da mãe Gança*, acrescentando a cada história uma lição moral, histórias que se perpetuaram pelas gerações seguintes na nossa memória e nos nossos corações. Em Portugal o "livro infanto-juvenil apenas surgiu, de forma visível e consistente, na década de setenta, do século XIX, constituindo-se como um fenómeno de grande importância junto das gerações mais jovens, pelos conteúdos didáticos e moralizantes, pelas tradições e memórias comuns e pelos elementos identitários e históricos (…), o que não passou despercebido a nenhum dos regimes políticos que Portugal conheceu a partir de 1870".[808] Isto para dizer que todos os textos dos livros escolares que conheço, no período em apreço, não apresentam *histórias* que pudessem estimular a curiosidade infanto-juvenil, atraindo-a para o mundo maravilhoso do faz-de-conta.

---

[804] Idem, *Ibidem*, p. 107.
[805] Idem, *Ibidem,* p. 114.
[806] SILVA, Inocêncio Francisco da (1859), Obra cit., tomo II, p. 51.
[807] Charles Perrault (1628-1703) escritor e poeta francês, considerado o pai da literatura infantil, obreiro de um novo género literário: o conto de fadas. Quem não conhece o *Chapeuzinho Vermelho*, *A Bela adormecida*, *O Gato das Botas*, *O Pequeno Polegar* e muitos outros títulos que fizeram as delícias de muitas gerações?
[808] PATRIARCA, Raquel (2012), *O Livro Infanto-juvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – uma Perspetival Histórica*. Tese de Doutoramento

8.5. A IMPRENSA E O LIVRO DIDÁTICO

Uma obra muito divulgada na Europa, a *Nova Arte de Ensinar*,[809] com diferentes adaptações, serviu de apoio a muitas gerações de professores, que ali iam buscar ensinamentos para melhor cumprirem a sua função de mestres de primeiras letras.

O autor desta obra, Wolfgang Ratke (1571-1639), afasta-se de Comenius (1592-1670), ao discordar que os manuais deviam ter todas as orientações para as aulas, mas servir apenas de fio condutor, sem retirar ao professor a liberdade de conduzir o processo de ensino. Ratke dividiu o seu método, para a primeira classe (iniciação), em dez fases, sendo a primeira a aprendizagem da língua (alemã): leitura e escrita. Para isso, o preceptor desenhava no quadro as letras em vermelho, impressas, minúsculas e maiúsculas, pronunciando vagarosamente e de forma muito clara cada uma delas. Ao mesmo tempo, sobrepunha o giz sobre a letra, reescrevendo-a, de forma a tornar percetível o seu grafismo. De vez em quando percorria os bancos dos alunos, um a um, mostrando-lhes no livro impresso como se desenhava cada uma das letras. Só depois de garantido este conhecimento se passava à leitura, utilizando-se o *livro de Moisés* – décima fase. Mas também aqui imperava o ler devagar e bem, de forma a não separar as sílabas, respeitando os sinais de pontuação.

O diário cartista *Periódico dos Pobres no Porto* (janeiro de 1834 a março de 1858), divulgou em Portugal as obras de Mad. Wakefield, e a "influência das luzes" na moral dos povos, sugerindo a sua tradução. O autor do artigo acreditava que os tempos de dominar os povos pelo terror tinham acabado definitivamente. O importante para os *novos* governantes era serem compreendidos e respeitados pelos súbditos. Por isso ser fundamental "espalhar as luzes e os bons princípios desde a infância, e ir assim formando bons cidadãos".[810] Nesta perspetiva, a leitura de bons textos facilitaria essa tarefa, importando ainda não descurar a parte lúdica – única forma de captar novos leitores. O articulista recomendava a obra de Mad. Wakefield, por acreditar que não eram muitos os autores com tal merecimento. E enunciava alguns títulos que, em sua opinião, deviam ser apontados como modelos.

> A que primeiro deu á luz, em 1795, tem o título de *Juvencle Anedoctes (…)*, «Anedotas da Juventude, ou Coleção de factos para diversão de meninos». Esta merece, tanto como as outras suas produções ser traduzidas. Daremos de todas uma ideia abreviada por sua ordem.
>
> Publicou, depois, a intitulada *Mental Improvements*, «Cultura do espírito, ou belezas e maravilhas da natureza e da arte». Foi escrita em forma de Diálogos, ou de conversações familiares, e já dela se tem feito doze edições. Seguiu-se *Leisurs hours*, «Momentos de Ócio, ou Diálogos interessantes entre duas pessoas dotadas de virtude e magnanimidade». Contam-se dela dez edições. E, em 1796, deu à luz *Introduction to botany*, «Introdução à botânica,

[809] A *Nova Arte de Ensinar* pretendia uniformizar a escola alemã, atendendo às necessidades sociais e educacionais dos jovens. Para ele a didática é o principal instrumento da arte de ensinar. Subjacente a esta obra, encontramos um pensamento burguês direcionado para a eliminação do pensamento feudal – ideia de um indivíduo livre, multifacetado e poliglota.
[810] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 40, de 24 de agosto de 1827, pp. 198-199.

> numa série de Cartas familiares». Este opúsculo elementar foi seguido da publicação duma «Introdução à História Natural», e à classificação dos insetos, e cujas duas obras estão embelezadas com boas gravuras.[811]

Ainda no mesmo periódico, embora alguns anos mais tarde, encontramos referência ao *Manual Enciclopédico* (Lisboa, 1837), para uso das escolas de instrução primária. Trata-se de um livro escolar muito conhecido, citado por diferentes jornais, da autoria de Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881), unanimemente considerado rigoroso, uma autêntica enciclopédia de bolso, de fácil transporte e consulta, e que atravessou diferentes gerações, considerando as notícias da imprensa sobre as suas muitas tiragens.

> Se o escrever obras para ministrar a primeira instrução à mocidade não demanda conhecimentos profundos, também não é empenho fácil; muitas estão publicadas neste género, mas destas quanto custa a encontrar uma que reúna clareza e precisão.[812]

Trata-se, efetivamente, de um volume pensado para caber nas mãos de uma criança, mas extenso em páginas. Ao longo das suas 700 páginas podemos encontrar desde operações aritméticas aos números decimais e frações, desde a gramática às regras básicas de ortografia e de sintaxe, sem esquecer temas importantes da História de Portugal, Geografia, Ciências físicas e naturais. Paralelamente, noções básicas da civilidade, de comportamento público e de urbanidade. "O Manual Enciclopédico (…) evidenciava, em meados do século XIX, a sacralidade pela qual socialmente se pretendia revestir a missão de nossos primeiros mestres e mestras, missão para a qual o reconhecimento será necessariamente precedido pelos deveres da meninice. Monteverde foi o autor das mais importantes obras escolares em Portugal de todo o século XIX."[813]

O Periódico dos Pobres reconhecia ser mais difícil do que parecia adotar um estilo adequado a "inteligências tão tenras" e "decompor cada verdade em suas partes mais simples", de forma rigorosa. Embora colocasse algumas reticências ao manual de Aquiles Monteverde, aprovava-o na generalidade.

> Não dizemos que o *Manual Enciclopédico* preencha perfeitamente todas estas condições; em alguns lugares poderíamos notar que talvez carecessem de ser retocados; mas é um livro recomendável para as escolas, pelas muitas noções que apresenta aos alunos, e por habilitar o que por ele estudar a não tropeçar a cada momento em palavras que muitas vezes terá de ler ou ouvir pronunciar, ficando também desde os primeiros anos com tintura da nossa história; este livro não dispensa um catecismo, em que os preceitos da Religião e da Moral sejam

[811] Idem, *Ibidem.*
[812] Idem, *Ibidem*, N.º 260, de 3 de novembro de 1838, p. 1053.
[813] BOTO, Carlota (2003), *O professor primário português como intelectual: eu ensino, logo existo*, p. 9.

> expostos com maior extensão; satisfaz, melhor que muitos dos que temos, os fins da instrução primária.[814]

O *Dicionário Bibliográfico Português*, desta feita no tomo IX (1870), continuava a fornecer números de novas edições (pág. 169), o mesmo acontecendo para o *Método Facílimo* (tomo 53). Reportando-se à reforma de Passos Manuel, o bissemanário de Coimbra, *O Académico* (janeiro a junho de 1836), transcrevia o Projeto de Lei, que no artigo 34, § 3.º, tratava da "escolha de métodos e de compêndios", o que prenunciava a intenção do Governo em adotar uma política de seleção de manuais que, embora nunca se tenha concretizado, não deixou de apontar caminhos futuros.

> Artigo 34. As atribuições deste Conselho são:
> §. 3. A escolha de Métodos, de Compêndios, e a distribuição das matérias.[815]

Procurava-se unificar o Estado, adaptando a escola pública às realidades locais, valorizando o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos, ao mesmo tempo que se procurava uma resposta para a crítica que considerava os "livros empregados no ensino" não apresentavam "uniformidade nem escolha". Já o semanário *O Mosaico* (Lisboa, janeiro de 1839 a 1841), num artigo assinado por *P. C.* fazia um apelo para que fossem introduzidas aulas de Ciências Naturais, em paralelo com a educação literária, com a certeza que os "livros e as doutrinas governam o mundo". Por isso cada governo, segundo os princípios doutrinários que o regem, adotar práticas distintas: o poder absoluto procura "circundar de trevas a inteligência humana", enquanto o poder liberal tudo faz para combater a "ignorância que nos separa da sabedoria". E continuava:

> O que até aqui temos enumerado é próprio para cultivar o entendimento, e embelezar a imaginação; mas a educação literária seria incompleta, se a mocidade se não se instruísse naquelas ciências que, desenvolvendo as ideias de justiça, dirigem a vontade. Tais são a moral, a história, a legislação, e por apêndice a economia política, a qual (e não sem razão) tem sido colocada pelo maior ideologista dos nossos dias entre os ramos da filosofia racional.[816]

O Jovem Naturalista (Lisboa, fevereiro a julho de 1840), trimensário dirigido por João Daniel de Sines, [817] anunciava o propósito de contribuir para a educação e instrução dos leitores através de métodos originais, consultando para o efeito "bons autores franceses,

[814] Idem, *Ibidem*. O periódico prossegue, informando que a segunda edição apareceu melhorada, e com diversas vinhetas. Os 2100 exemplares da 1.ª edição esgotaram em 13 meses, sendo adotado nas escolas do Ultramar, por ordem governamental, o mesmo acontecendo no Brasil e em muitas escolas de Lisboa e da província.
[815] *O Académico*, N.º 35 de 10 de maio de 1836, pp.2-3.
[816] *O Mosaico*, N.º 56, de 30 de março de 1840, p. 101.
[817] João Daniel de Sines, nascido na vila do seu apelido, pelos anos de 1821 (*in* SILVA, Inocêncio Francisco da (1859). Obra cit., tomo III, p.360), tendo-se desligado da vida militar, assumiu em Lisboa a direção de um colégio de instrução primária, ao mesmo tempo que se dedicava a estudar as teorias médicas de Raspail (defensor da medicina natural, como alternativa à medicina química), muito em voga, e a "oferecer lições" de pedagogia aos leitores do jornal que dirigia.

latinos e italianos". Só lamentava não poder editar mais de três números por mês, confessando que as assinaturas apenas davam para o pagamento do papel, embora confiasse que em breve o público iria reconhecer e compensar o seu esforço. Entre outras notas, Daniel de Sines citava a Geometria de Vilela,[818] um manual escolar deste período, que mereceu especial atenção ao jornalista. Um autor brasileiro, Wagner Rodrigues Valente fala-nos deste Professor e da sua obra.

> Lembra-nos Castro (1992, p. 20), a propósito das atividades didáticas de brasileiros em Portugal no início do século XIX, que Francisco Vilela Barbosa (1769-1846), futuro *Marquês de Paranaguá*, nascido na cidade do Rio de Janeiro, entra para a Academia Real da Marinha de Lisboa, em 1801, como *lente* substituto de matemática. Vilela Barbosa foi promovido mais tarde a *lente catedrático* e permaneceu em Portugal até 1822, voltando ao Brasil por ocasião da Independência, sendo nomeado coronel graduado do real Corpo dos Engenheiros.
>
> Continua Castro, comentando a trajetória de Vilela Barbosa, que este escreveu "em 1815 os seus Elementos de Geometria cujas três primeiras edições foram feitas por determinação e à custa da Academia Real das Ciências de Lisboa, da qual era sócio. E, 1838, a Sociedade Literária do Rio de Janeiro mandou imprimir à sua custa uma nova edição dessa obra". Posteriormente, teve a geometria do Marquês de Paranaguá sucessivas edições, tanto no Brasil como em Portugal, pois em ambos os países adquiriu grande popularidade.[819]

Em abril de 1842, *A Revolução de Setembro* anunciava a publicação de uma "gramática portuguesa", da autoria de Luís Francisco Midosi, para "uso da mocidade" nas escolas.[820] Avisos semelhantes haveriam de se suceder noutros periódicos e ao longo dos anos.

> Compêndio de gramática portuguesa para instrução da mocidade e uso das escolas, por Luiz Francisco Midosi. À venda na loja de António Marques da Silva, rua Augusta n.º 2, e nas mais do costume, preço 120 rs. em brochura, e 180 rs. encadernado.[821]

Os estudos até agora dedicados à questão gramaticográfica histórica portuguesa permitem algumas conclusões, embora preliminares, sobre o enquadramento de algumas das obras estudadas dentro da tradição portuguesa e mesmo europeia. "Se é verdade (como demonstraram Schäfer-Prie*B*, 2000, e Santos, 2010) que as gramáticas mais inovadoras sobretudo da primeira metade do século XIX foram beber à fonte de autores franceses, representantes de várias correntes da *grammaire générale*, julgamos que as gramáticas latino-portuguesas – e entre elas especialmente as que têm o português como metalinguagem – poderão fornecer respostas à pergunta sobre as origens ideológicas das gramáticas

[818] *O Jovem Naturalista*, N.º 1, de 7 de março de 1840, p. 1.
[819] VALENTE, Wagner Rodrigues (2002), *Uma história da matemática escolar no Brasil, 1730-1930*, 2.ª edição, p. 97.
[820] Compêndio de Gramática portuguesa para instrução da mocidade e uso das escolas (3.ª ed.), Lisboa, Imprensa Nacional, disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa (fundo geral de monografias), L 271//2V.
[821] *A Revolução de Setembro*, N.º 410, de 7 de abril de 1842, p. 4.

supostamente mais tradicionais.[822] Muitos destes livros apenas serviam de guião ao professor. *A Revista Universal Lisbonense* mostra-nos um anúncio exemplificativo.

> Acham-se impressas 13 folhas da obra clássica que tem por título: *Diretório Fundamental da Instrução Primária* – única organização deste género que servirá de guia aos Educadores, com firme progresso dos educandos, e de muito particular utilidade para todos os comerciantes, caixeiros e pessoas adidas ao trato mercantil. J. de Alcalá.[823]

A Revista Académica (Coimbra, março de 1845 a novembro de 1854) informava que alguns livros tinham "sido sujeitos a exame prévio", embora a título provisório, enquanto não fossem aprovados outros com carácter definitivo.

> Alguns livros elementares de instrução primária têm sido submetidos por seus Autores ao juízo do Conselho. Escolhendo alguns destes, e outros que no mesmo género se achavam publicados, espera o Conselho poder formar uma coleção compreensiva de todos os ramos da instrução popular para interinamente se usarem nas escolas, enquanto não aparecem obras mais perfeitas, como é de esperar do génio português, e da vigorosa impulsão dada aos estudos pela reforma literária.[824]

O Baratíssimo ou O Pequeno Civilizador Popular (Lisboa, julho de 1838 a maio de 1849), num artigo exaltado de amor às letras pátrias, e dirigido "à mocidade estudiosa do nosso país", reclamava que o ensino devia acompanhar uma geração de jornalistas e escritores que, na sua opinião, "têm colocado bem alto as letras pátrias".

> A Mocidade estudiosa, a Mocidade científica portuguesa, tem uma grande missão a cumprir nesta metade do século, que sobre nós avança. Quase nada possuiu a nossa língua que sirva para a educação e instrução, sólida e artística das numerosas classes trabalhadoras, que constituem o núcleo e a força de todas as nações.[825]

Para o articulista, a literatura ao absorver "os nossos melhores engenhos" contribuiu para que se descurassem as obras científicas, tão necessárias aos estudantes e "às classes laboriosas". O ensino, definitivamente, não acompanhava o grande impulso que se sentia nas letras pátrias.

> As Classes Laboriosas reclamam um alimento intelectual mais sólido e substancial; é necessário que todos leiam, que todos estudem as teorias e os processos dos seus misteres e profissões, e como nada disto se encontra escrito na nossa língua, é forçoso que a mocidade estudiosa do nosso país, desprezando primeiro que tudo a férula desses ditadores literários improvisados, forme entre si uma grande coalizão de especialidades nos diferentes ramos científicos, para a vulgarização de pequenos tratados populares, acomodados à inteligência das diferentes classes do nosso povo, ou efetuando traduções correntes dos melhores

[822] KEMMLER, Roff (2013*),* Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX, VEREDAS, p. 146.
[823] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 11, de 9 de Dezembro de 1841, p. 133.
[824] *Revista Académica*, N.º 16, de 1 de novembro de 1845, p. 241.
[825] *O Baratíssimo*, N.º 1, de 31 de julho de 1848, p. 2.

> manuais franceses de Roret, ou resumindo o que eles contiverem de mais útil e interessante; e adicionando-lhes o que for imediatamente aplicável ao nosso país. Esta empresa é digna da ilustração da nossa mocidade progressista, qualquer que seja o matiz da sua cor política; e nós desde já lhe oferecemos as colunas do nosso Jornal, e o nosso fraco contingente, para discutir os meios de a levar a efeito.[826]

Finalmente, o autor lamentava que, apesar das boas intenções, geralmente nada se fazia e ficava tudo em "meras indicações e bons desejos". E apontava o caminho dos "nossos vizinhos da fronteira" que já possuíam muitos dos manuais atrás referidos.[827] Já o *Semanário Curios*o (Lisboa, 1849 a 1850), referindo-se à ténue evolução da leitura, afirmava que isso só tinha sido possível graças ao esforço da imprensa popular

> Que o gosto da leitura está hoje mais generalizado entre nós do que o estava há quinze anos, é uma verdade que ninguém ousará contestar. Aos jornais de instrução popular se deve em grande parte este desenvolvimento. Derramando em seus variados e recreativos artigos, doutrinas acomodadas a todas as inteligências, conseguiram excitar a curiosidade do povo, aproveitaram seus esforços, e chegaram a obter tão profícuo resultado.[828]

Também o semanário *A Semana, jornal literário e instrutivo* (Lisboa, janeiro de 1850 a agosto de 1852), falava da "necessidade de uma seleta portuguesa para uso das escolas primárias", num longo artigo assinado por B. J. Sena Freitas.[829]

> Se outrora éramos mais previdentes, e cuidadosos na educação moral e literária da mocidade, mandando-se adotar nas escolas aqueles livros elementares que juízes competentes julgavam mais úteis para ilustrar, e mais úteis para moralizar, atualmente se manifesta de dia a dia, e recresce de ano a ano, a necessidade de providenciarmos sobre este transcendentíssimo assunto, e havemos mister de pôr todos os nossos desvelos no discreto encaminhamento do ensino da juventude, desde a puerícia até à virilidade; e quer valorizemos este objeto simplesmente pelo lado social, quer o consideremos muito apenas pelo lado intelectual.[830]

Sena Freitas reclamava livros escolares adequados à mocidade, por isso de grande simplicidade, não só para a apreensão de bons conceitos morais, mas também conhecimentos da história pátria e uniformização da língua portuguesa.

> É pois evidente a conveniência de que nas escolas seja adotado um livro de leitura seleta, no qual os meninos encontrem escolhidos excertos das obras dos nossos clássicos; devendo haver nesta seleção não só o cuidado de matizá-lo de assuntos eloquentemente tratados, instrutivos e amenos, mas igualmente de exemplos morais, religiosos, e patrióticos.[831]

---

[826] Idem, *Ibidem*.
[827] Idem, *Ibidem*.
[828] *Semanário Curioso*, N.º 1, de 1849, p. 1.
[829] Bernardino José de Sena Freitas. O *Dicionário Bibliográfico Português* nos tomos I, p. 365 e VIII, p. 385, dá-nos a conhecer as suas obras, bem como a sua colaboração na *Revista Universal Lisbonense*, "onde há muitos artigos seus", e no periódico *A Semana*, tomo I, de 1850. Não refere nenhuma publicação sobre educação.
[830] *A Semana*, N.º 30, julho de 1850, pp. 234-236.
[831] Idem, *Ibidem*.

O artigo prosseguia citando Silvestre Pinheiro Ferreira,[832] "juiz competente nestes assuntos", para defender o fim da anarquia no ensino, fruto de reformas inconclusivas e sempre adiadas, resultando daí "estudos superficiais" e "costumes mais devassos". E admitia que se era verdade que em muitas escolas do continente e dos Açores era adotado o *Manual Enciclopédico* de Monteverde, também ninguém desconhecia que em muitas escolas os estudantes "levam para a sua lição de leitura qualquer livro, e até algumas traduções içadas de galicismos e de inglesismos" em temas que não respeitam a identidade do país. Por isso o autor defender a uniformização do ensino e um manual *sábio*, verdadeiramente português. Sempre na defesa destes princípios Sena Freitas prosseguia:

> Preceptores da juventude portuguesa, quereis aconselhar vossos discípulos sobre a afabilidade com que lhes cumpre tratar os seus mestres? A Seleta Portuguesa vos poderá oferecer alguns exemplos para o nobre e para o plebeu, para o rico e para o pobre. (…)
>
> Pedagogos a quem está incumbida a educação dos filhos de áulicos, quereis doutrinar-lhes? A Seleta Portuguesa vos poderá fornecer enérgicos argumentos, e não despidos de cortesania. Ouvi sobre este ponto o nosso Martinho de Mendonça de Pina e Proença[833] nos – *Apontamentos para educação de um menino* nobre.[834]

O artigo continuava a abordar a necessidade de uma seleta portuguesa, citando personalidades históricas que, no seu entender, souberam educar com lucidez os seus descendentes, podendo assim servir de modelo num futuro manual para as escolas – um livro que impressionasse "os ânimos dos alunos", mas onde os pais encontrariam "salutares conselhos". E aqui recordava o *doutíssimo* Manuel Bernardes *in* "Os Último Fins do Homem".[835]

> Dirão por ventura alguns pais: e como podemos nós saber, se nossos filhos têm más companhias, não podendo estar sempre debaixo de nossos olhos, e não havendo olhos, que penetrem os íntimos do coração, senão Deus? Respondo: que de muitos modos se pode averiguar esta verdade, e atalhar ou remediar este dano. Primeiro, informem-se por terceira via, de quais são as pessoas, com quem seus filhos acompanham; e procurem saber que paragens frequentam, e em que matérias falam: observem se tardam muito em recolher-se para casa; e se aplicam às tarefas quotidianas, e distribuição das horas costumadas. Se são pessoas de maior suposição, dêem-lhe aio fiel que os acompanhe, sindique e repreenda. Mandem-nos frequentemente a visitar, e falar com algum varão pio e prudente; e para se conhecer que lhe importa esta boa conversação, repare-se como reparou Séneca, que até as feras mais cruéis se acostumando à companhia do homem, se amansam, e tomam alguns

[832] Ministro e secretário de estado honorário, deputado às Cortes eleito em 1827, 1836 e 1842, sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa (…), onde nasceu, a 31 de dezembro de 1769. Perseguido por o considerarem jacobino (…) viu-se obrigado a deixar a pátria, embarcando clandestinamente para França, passando por Londres. Infatigável nas tarefas intelectuais (…) escreveu numerosos artigos sobre diversos assuntos, publicados em quase todos os periódicos literários e políticos daquele tempo. Morreu a 2 de julho de 1846. Seguem-se 12 páginas com a sua obra. In Dicionário Bibliográfico Português, vol. VII, pp. 259-273.

[833] Fidalgo da Casa Real, Guarda-mor da Torre do Tombo, Bibliotecário de el-Rei D. João V, Académico da Academia Real de História, etc., nasceu na cidade da Guarda e morreu a 12 de Março de 1743. Foi Martinho de Mendonça distinto e acreditado filólogo, segundo se colige do testemunho de escritores contemporâneos.

[834] *A Semana*, N.º 30, julho de 1850, pp. 234-236.

[835] *Os últimos fins do homem, salvação e condenação eterna*, Lisboa Ocidental, na oficina de José António da Silva, 1728.

> vestígios de racionabilidade. Nomeiem-lhe determinadamente um ou dois amigos da sua idade e parelha, com que andem; e sejam sujeitos, que já conheçam por de bons costumes, e com estes façam por armar ocasiões, de que resulte travar-se mais amizade.[836]

Este artigo deve ter causado um grande impacto junto do público leitor, dada a importância que *A Semana* lhe atribuiu, ocupando páginas sucessivas, coisa rara na época. Curiosamente, na biografia de Sena de Freitas, fornecida pelo *Dicionário Bibliográfico Português*, não aparecem mais trabalhos sobre educação. Dado por concluído este artigo, que se prolongou por diferentes números, os editores de *A Semana* regressaram ao tema "Instrução Pública – Livros elementares", a partir do N.º 37, desta feita com textos não assinados, identificados por ⁂.[837]

> O estado de quase absoluto abandono em que se acha a instrução pública, o pouco desvelo, a incúria mesmo, com que as autoridades olham para este importantíssimo ramo de administração, é necessário que acabe, ou aliás teremos de em breve sentir – já sentimos em grande parte – os seus funestíssimos resultados.[838]

⁂ [Castilho ?] prossegue a defesa de uma verdadeira reforma no ensino primário, com os professores a serem compensados com uma "retribuição honesta", mas professores devidamente habilitados, e severas penas para as autoridades "menos zelosas". Apela à imprensa para o ajudar nesta campanha moralizadora, estendendo a sua luta aos manuais, de forma a "serem compreensíveis à inteligência pouco desenvolvida" dos seus utilizadores. Sobre o anunciado concurso para livros de texto, deixava o seu avisado entendimento.

> Nós não reprovamos que se façam semelhantes concursos, uma vez que deles possam resultar livros bem redigidos, e adequados ao fim que se pretende obter, ainda que eles não possam imediatamente servir, como estes, decerto, não podem, para uso das atuais escolas. Mas entendemos que seria mais conveniente, que seria mais útil, que o Conselho Superior de Instrução Pública promovesse e celebrasse uma espécie de congresso científico, de que fizessem parte as maiores capacidades do país, apresentando à discussão e deliberação o grandioso problema - a reforma da instrução pública.

Castilho acreditava que enquanto não estivessem concluídos os trabalhos de "um grande congresso nacional", o governo deveria dedicar-se a promover o "aperfeiçoamento das escolas existentes", exortando as autoridades administrativas locais a cumprirem as suas obrigações. Sobre os manuais no mercado, considerava que poucas obras verdadeiramente úteis haviam saído dos prelos nacionais", mas que as mais valiosas tinham merecido uma "extração considerável". E destacava:

---

[836] *A Semana*, N.º 32, agosto de 1850, pp. 250-252.
[837] Deduzo que tenham sido escritos por António Feliciano de Castilho, isto porque, em números seguintes, o autor da *Chave do Enigma* aparece com colaboração assinada neste jornal, numa linha próxima dos textos sinalizados por *.
[838] Idem*, Ibidem,* N.º 38, setembro de 1850, pp.299-300.

Os *Contos Juvenis*, de Cesar Cantú, já têm segunda edição; um outro livrinho, também consagrado á educação da mocidade, publicado por J. M. S., livrinho aliás muito inferior, a todos os respeitos, à obrinha de Cesar Cantú acha, contudo, um sofrível consumo.

As *Conversações d´Aldeia*, excelente obra do espirituoso Cormenin (Timon), já conta três edições copiosas. *O Mestre Escola*, extractos das *Conversações d´Aldeia* – publicado pelo mesmo consciencioso tradutor, o Sr. J. M. Nogueira, já conta duas edições.

Dos livros elementares do Sr. Midosi, *O Expositor Português*, a *História de Portugal*, têm-se vendido milhares de exemplares.

Os *Opúsculos* para uso das escolas, redigidos pelo professor Coutinho, apesar da sua imperfeição, tem tido sucessivas reimpressões.

Mas sobre todos avultam as obras do Sr. Monteverde (…). O valor destas diferentes edições, calculado pelo preço da venda de cada exemplar (480 rs.) é réis 21 504$000!

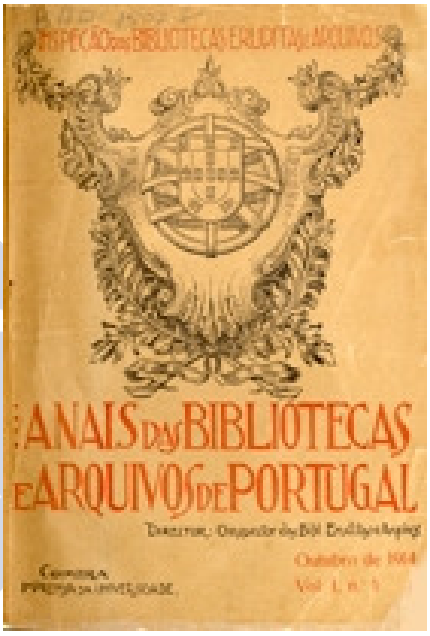
Ao *Método Facílimo*, obra do mesmo senhor, aplicaremos o mesmo processo: tem-se publicado deste livro quatro edições, e está no prelo a quinta (…). O valor destas cinco edições pelo preço de venda (100 rs.) é de 13 435$000!! (…)

Em presença destes factos poder-se-á dizer, com verdade, que não aparecem livros elementares mais perfeitamente redigidos e adequados aos fins propostos do que são por ventura os do Sr. Midosi e Monteverde, porque o consumo não corresponde ao trabalho?

Não garantiria este consumo, provado por factos, cuja autenticidade afiançámos, uma retribuição razoável, avantajada mesmo, a alguns desses esperançosos mancebos, que andam consumindo nas lutas violentas, e tantas vezes estéreis, da imprensa política as forças que poderiam mais utilmente aproveitar em benefício imediato do país?

Não cremos que a resposta possa ser negativa.

Oxalá que estas breves reflexões despertem do profundo letargo em que jazem tantas inteligências que por aí andam desaproveitadas.[839]



Mais uma vez encontramos a ideia que a *intelligentsia* portuguesa muito vocacionada para a política e literatura deveria, como ele próprio, dedicar-se à pedagogia – pois só preparando futuros leitores se alargaria a divulgação (e venda) das obras publicadas.

8.6. A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS PARA A PROMOÇÃO DE HÁBITOS DA LEITURA

O livro tem aproximadamente seis mil anos de história, já que o homem utilizou os mais diferentes tipos de materiais para registar as suas experiências e conhecimentos. Desde os sumérios, que guardavam as suas informações em placas de barro, o homem sempre procurou deixar um legado escrito com as suas memórias. Na Idade Moderna, no Ocidente, Gutenberg (1398-1468) inventou a Imprensa (1455), com tipos móveis reutilizáveis. A tipografia foi o

[839] Idem, *Ibidem*, N.º 38, setembro de 1850, pp. 299-300.

passo seguinte, com a edição de livros cada vez mais leves, portáteis e de fácil consulta, permitindo a massificação das folhas impressas e facilitando, assim, a generalização das ideias, e o intercâmbio científico e cultural. Estas obras, outrora olhadas como tesouros guardados nos conventos e mosteiros, exemplares únicos fruto do trabalho minucioso de monges copistas, foram progressivamente disponibilizadas a faixas mais alargadas da população, deixando de ser um luxo acessível ao alto clero e às famílias mais poderosas.

> Segundo um jornal Inglês, há presentemente em Londres 800 livreiros, sem contar os vendedores ambulantes, que excedem os 1600. Há 50 anos antes havia talvez a quinta parte, de maneira que se pode concluir que hoje se lê cinco vezes mais do que se lia há meio século. Ao desejo de instrução, e leitura em todas as classes, deve sem dúvida a Inglaterra a prosperidade em que se acha; oxalá que nós pudéssemos dizer outro tanto de Portugal.[840]

Mas, para muitos dos livros das bibliotecas portuguesas terem chegado até nós, há que admirar e louvar alguns responsáveis por mosteiros e conventos, por terem resistido à sua destruição, geralmente pelo fogo, desobedecendo às ordens dimanadas dos seus superiores, com todos os perigos que isso lhes poderia ter causado, prestando um serviço inestimável à ciência. Mas a prática de destruir livros *perigosos* é muito antiga, e foi partilhada por diferentes civilizações e culturas.

Em Portugal, foi o Alvará régio de 29 de fevereiro de 1796 que fundou a Real Biblioteca Pública da Corte, ou Livraria Real,[841] que recebeu a Biblioteca da Real Mesa Censória (1768) situando-se, então, num dos torreões do Terreiro do Paço, com mais de 80 000 livros, abrindo ao público às segundas, quartas e quintas-feiras, de manhã, e às terças e sextas-feiras, de tarde.[842] Além da dotação orçamental, foi recebendo doações privadas, e títulos que ali deram entrada ao abrigo da lei de depósito legal (1805), que tornou extensivo às tipografias a entrega de um exemplar de todas as obras impressas. Todavia, "a biblioteca enfermava das deficiências habituais das bibliotecas portuguesas: a falta de quase todos os livros modernos, científicos e literários, ultimamente publicados pelos ingleses, franceses, alemães e italianos".[843] Ao deixar Lisboa, rumo ao Brasil, a família real portuguesa levou consigo a Real Biblioteca da Ajuda e a da Casa do Infantado, uma perda nunca reposta.[844]

Com a vitória do liberalismo e a extinção das ordens religiosas (1834), foi possível reunir as obras existentes, constituindo-se a Biblioteca Nacional de Lisboa, que recebeu os acervos das livrarias e bibliotecas de muitos mosteiros e conventos, o que obrigou a instituição a

---

[840] *O Mos*aico, N.º 56, de 30 de março de 1840, p. 101.
[841] As bibliotecas (do grego bibliotheke – depósito de livros) surgem com o domínio da escrita pelo homem. Primeiro em tábuas de argila, depois em papiro ou pergaminho. Com o advento do papel, invenção árabe, aparecem-nos as bibliotecas com papéis manuscritos, depois com livros - trabalhados pela arte dos monges copistas.
[842] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 414.
[843] Idem*, Ibidem*.
[844] Tendo por base este acervo bibliográfico, a Biblioteca Nacional do Brasil é hoje uma das dez maiores do mundo.

procurar um espaço maior fixando-se, por cerca de 130 anos, no Convento de S. Francisco (ao Chiado).[845]

> Sendo necessário conciliar, em todos os ramos da pública administração, a conveniência do serviço com as regras da estrita economia: julgo por bem ordenar o seguinte:
> Artigo 1. O depósito das livrarias dos extintos conventos, organizado no mosteiro de são Francisco da cidade, é incorporado na biblioteca nacional de Lisboa. (…)[846]

O liberalismo, com a sua política de liberdade e igualdade entre todos os cidadãos, ao abrir estes espaços à população criou a biblioteca pública, por oposição ao modelo de biblioteca privada que vigorava no Antigo Regime. Esta abertura foi mais um passo para a democratização da educação.[847] Nos meados do século XIX, e para lá dos manuscritos, "o total das espécies [da Biblioteca Nacional] elevava-se a 132 000 volumes catalogados, além de uma massa caótica de livros ainda não classificados, provenientes dos antigos conventos".[848]

Ainda deste período, importa destacar a biblioteca *vintista* de Marino Miguel Franzini (1779-1861), um cientista, político e militar de ascendência italiana, colecionador de livros (onde predominavam textos franceses da segunda metade do século XVIII), e organizador de um *Catálogo* (dividido em áreas temáticas)[849] que nos permite interpretar melhor a história das ideias iluministas no nosso país. Os *apontamentos* de Miguel Franzini fornecem elementos sobre a vida portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX, abarcando desde a história política, à história das ciências e das ideias, sem esquecer a relação do leitor com o livro, introduzindo-nos na vida cultural de Lisboa e do país.[850]

A história da leitura acompanha, efetivamente, a evolução histórica das bibliotecas e, nesta trajetória, vemo-las para além da sua função informativa e recreativa, como instrumentos de apoio pedagógico, disponibilizadas às classes populares e à escola, transformando-se no que alguns autores chamam de bibliotecas populares e escolares.[851] "A biblioteca pública é uma porta de entrada para o conhecimento, e proporciona as condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais." - Manifesto da Unesco, 1994.

---

[845] Em abril de 1969 verificou-se a transferência para o moderno edifício do Campo Grande, um projeto do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro.
[846] *A Revolução de Setembro*, Nº 237, de 31 de agosto de 1841, p. 1.
[847] Libório Manuel Silva, ao publicar *Bibliotecas – Maravilhas de Portugal*, deu a conhecer um registo surpreendente das 21 das mais belas bibliotecas históricas portuguesas, numa edição prefaciada por Eduardo Lourenço – um deleite para todos os apaixonados por livros, nas palavras do autor.
[848] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 425.
[849] Onde consta a sua correspondência com livreiros venezianos e parisienses de grande interesse histórico.
[850] Na pesquisa efetuado deparei com um trabalho (ainda não consultado) de Maria de Fátima Nunes, datado de 1986, intitulado "O liberalismo português: ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini, INIG/CHC-UNL).
[851] A. H. de Oliveira Marques (2002), *in* vol. IX apresenta uma listagem das bibliotecas existentes neste período, pp. 425-431.

Silva Leal J.or, num artigo de março de 1841 faz a história dos diferentes livros que a humanidade utilizou, e apela aos leitores que façam chegar a *O Mosaico, jornal de instrução e recreio* (Lisboa, janeiro de 1839 a 1841), as suas produções literárias, de forma a melhor "recrear e instruir" os seus leitores.

> Vimos já como o povo necessitado de ler, leu sempre, primeiro nos monumentos, depois nos escritos disseminados por Gutenberg; como a religião, primeiro móvel desses escritos, dominou e declinou na imprensa com que tanto se ligou, que fora quase impossível tratar uma sem a outra (…).
>
> Repetimo-lo. Nas colunas do *MOSAICO* achará entrada quanto possa recrear e instruir, desde os namorados suspiros de Bernardim Ribeiro e a amenidade suavíssima de Nuno de Montemor, até aos sons alterosos da tuba heroica do nosso 1.º Épico, de Francisco Sá de Menezes, de Jerónimo Corte-Real, de Francisco de Andrade (…).[852]

Silva Leal J.or fala-nos da "revolução da leitura", da passagem do legado cultural que até aí se fazia por via oral para a escrita, com o conhecimento a tornar-se cada vez mais "lido" e menos "ouvido". Isto definia um modo de estar na vida, um intimismo muito "burguês". Os leitores e leitoras passaram a privilegiar a leitura silenciosa, no recato de suas casas, às leituras coletivas - os saraus, tão do agrado da antiga nobreza. O "folhetim" acompanha esta evolução, vem de encontro ao público consumidor, folhetins que, depois de se tornarem êxitos jornalísticos, passam a livro (os romances), geralmente informativos e formativos, a maioria de cariz histórico, mas sempre educativos. A *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, saiu pela primeira vez na *Revista Universal Lisbonense*, ao longo do ano de 1842, sob o título de *Cartas sobre a História de Portugal*.[853] Quanto à criança, sai definitivamente da penumbra, considerada como um pequeno adulto, tornando-se o centro da vida familiar. E, muito naturalmente, objeto de uma nova pedagogia. Um dos exemplos mais marcantes desta literatura educadora, saída do folhetim, foi criado pela pena de Charles Dickens (1812-1870). A atividade jornalística para Dickens era vista como uma militância em prol da educação, apontando os males sociais da era vitoriana. Em 1845 Engels (1820-1895) publicava *A situação da classe operária em Inglaterra*. Ao idealismo passivo e amargurado de um, opunha-se o pragmatismo revolucionário do segundo. Quem não conhece *Oliver Twist* (1837-1839), *Um Conto de Natal* (1843), *David Copperfield* (1849)? Já escritor consagrado Dickens fundou, em 1850, a revista *Housebold Words*, onde misturava educação popular, informação, campanhas contra os abusos sociais, ficção e humor. Todavia, as suas personagens, embora denunciassem as desigualdades da sociedade, nunca se empenharam na luta de classes por um mundo mais justo. O mesmo se passou com os grandes escritores portugueses deste tempo.

---

[852] *O Mosaico*, N.º 87, de 3 de março de 1841, pp. 1-5.

[853] Trata-se da primeira obra portuguesa escrita com preocupação pelo rigor científico, inspirada nas *Lettres sur l´histoire de France*, de Augustin Thierry, também publicadas no mesmo ano.

A euforia jornalística levava muitos articulistas a preverem que os livros estariam condenados a um plano secundário, perante a dinâmica da imprensa. Exemplo desta corrente, o artigo do diário setembrista, *A Revolução de Setembro* (Lisboa, junho de 1840 a janeiro de 1901) que, ao enaltecer o papel dos jornais, mais próximos do povo, até pelo preço, considerava que a era dos livros "tinha chegado ao fim". Afinal, um tema ainda hoje recorrente…

> Este século, tão destruidor como criador, matou a livraria, e pôs em seu lugar o jornalismo. Assim devia ser, porque este século é popular.
>
> Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos. O que os livros monopolizavam, os jornais o derramam como podem; é a subdivisão e generalização da propriedade aplicada por toda a parte àss luzes.
>
> As vantagens deste novo sistema sobrelevam indubitavelmente os seus inconvenientes. Mas ainda que assim não fora, este novo sistema é um facto positivo; como tal pede o bom juízo que se aceite: e – aceite – se procure sacar dele o maior aproveitamento.[854]

8.7. AS LIVRARIAS

As notícias dão-nos conta de um número limitado de livrarias, espaços de venda de livros, mas também de jornais, revistas e opúsculos.[855] Os anúncios, geralmente na última página do jornal, informavam dos novos títulos colocados à disposição dos leitores, preço e demais elementos. Como o número destas lojas era reduzido, e muito localizado, estes anúncios indicavam como encomendar a obra, efetuar o pagamento, e como receber a "mercadoria" – geralmente através dos Correios.

> Ao findar o Antigo Regime havia livrarias especializadas somente em três cidades: Lisboa, Porto e Coimbra, estas duas últimas a grande distância da capital, em número de lojas, e em número e qualidade de obras à venda. (…)
>
> O período difícil que se seguiu a 1820, com a instabilidade política e, depois, a guerra civil, não favoreceu a expansão do comércio livreiro. As vendas baixaram consideravelmente. O público leitor contraiu-se. As importações tornaram-se difíceis. Muitos comerciantes de livros, nomeadamente os liberais, foram obrigados a encerrar as suas lojas e alguns a expatriar-se. Ao terminar a guerra, o número de livrarias em Lisboa, Porto e Coimbra era sensivelmente o mesmo de 1815. Tinha havido, isso sim, alguma renovação de firmas, e o peso dos livreiros franceses diminuíra a favor dos nacionais.[856]

Uma das vítimas deste período foi João Nogueira Gandra (1778-1858), proprietário de uma empresa tipográfica, Gandra e Filhos, bem como do periódico *Borboleta Constitucional* (Porto, maio de 1821 a março de 1828), e de outros títulos. Perseguido, nunca deixou de combater pela liberdade, usando o jornal como arma.

---

[854] *A Revolução de Setembro*, N.º 237, de 31 de agosto de 1841, p. 1.
[855] A *Borboleta Constitucional*, N.º 121, de 3 de outubro de 1821 (jornal do Porto), anunciava vender os "seguintes folhetos: *Trombeta Constitucional*, *Liberal a Liberal*, *Uso e Abuso do Poder da Companhia*, *Desengano Proveitoso*, *Memórias para as Cortes Lusitanas*, e *Refutação destas Memórias"*.
[856] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 423.

> Na cidade do Porto, se acha estabelecido, desde 15 de Abril corrente, uma nova Imprensa Tipográfica, debaixo da direção do seu Proprietário João Nogueira Gandra, que afiança aos seus Compatriotas o possível desempenho de nitidez, correção e beleza de edições, por preços mais baratos do que até agora se tem levado na mesma Cidade.[857]

O triunfo definitivo dos liberais, em 1834, a extinção da censura, algumas reformas no ensino, o aparecimento de mais jornais literários, e a afirmação de uma geração de grandes nomes na literatura, contribuiu para o desenvolvimento do comércio livreiro. Surgiram novos títulos de autores portugueses, traduções, também a importação de obras. E a abertura de livrarias, em diferentes cidades, foi acontecendo com naturalidade.

> Na capital, o número de livrarias existentes em 1850 superava a vintena, com fundos maiores do que anteriormente, e uma disseminação pela cidade mais vasta.
>
> Porto e Coimbra equiparavam-se em termos do número de livrarias e o seu papel na distribuição e venda de livros no Norte passou a sofrer a concorrência de numerosos representantes e agentes, espalhados por todo o País (…).[858]

Procuravam-se os romances e poemas, de autores portugueses ou estrangeiros. Vivia-se o romantismo,[859] tão do agrado da burguesia. O romantismo português foi um reflexo da grande transformação do gosto literário, operado a partir dos finais do século XVIII, início do século XIX. Afirmação de uma expressão artística nova, motivada pelo desenvolvimento da crítica filosófica, herança da Revolução Francesa, mas também pelo esgotamento da estética clássica.

Almeida Garrett, Alexandre Herculano e tantos outros, associaram a escrita à política, sob o manto do romantismo, com a apologia do passado remoto, numa atitude de aspiração a um futuro reformador, contanto que esse passado e esse futuro se apresentassem poeticamente desfigurados pelo inconformismo. Mas esta arte do sonho e da fantasia, tão do agrado da burguesia instalada, retirou capacidade contestatária às camadas populares urbanas que, em Portugal, viviam ainda numa fase de sociedade pré-industrial.

Apesar do prestígio e popularidade dos autores, as tiragens de livros e periódicos eram, regra geral, diminutas. Os preços também não permitiam que estes bens culturais chegassem aos bolsos menos endinheirados.

> Tiragens entre 500 e 1000 exemplares constituíam, talvez, a maioria em qualquer género considerado. No campo da Literatura, a 4.ª edição do Catão, de Garrett, de 1845, não excedeu as 1000 cópias, mau grado o prestígio do autor e a fama da obra.[860]

---

[857] *Diário da Regência*, N.º 79, 2 de abril de 1821.
[858] Idem*, Ibidem*.
[859] Corrente artística, política e filosófica contrária ao racionalismo e iluminismo, fortemente marcada pelo nacionalismo, aliado à saudade, ao sonho e à fantasia.
[860] AMORIM, Francisco Gomes de (1884), Garrett, Memórias Biográficas, vol. 3, p. 124.

Os Lusíadas, de Luís de Camões, editado pelo Morgado de Mateus, não ultrapassou as 210 cópias.[861] Sucesso editorial teve a *História de Portugal*, de Alexandre Herculano, com 2800 exemplares só até 1853, data de nova edição,[862] e a *História do Cerco do Porto*, de Luz Soriano, com 1500, "que se venderam ao preço de 2.640 réis, e acha-se de todo exausta há anos, sendo difícil encontrar algum no mercado".[863] A propósito desta obra, um autor anónimo da *Revista Universal Lisbonense* escreveu.

> O estilo é belo e corrente; adicionou muita coisa ao que já sobre a matéria se havia escrito, distinguindo-se principalmente por uma melhor crítica que a dos seus antecessores. Contudo, o autor não conseguiu elevar-se acima dos afetos de homem e de contemporâneo. Fazendo para isso esforço, só conseguiu mostrar que não era para a sua organização comportar alma tão vigorosa, qual as circunstâncias requeriam para depurar a verdade.[864]

Os temas religiosos, segundo Oliveira Marques, vendiam mais, indo até aos 3000 exemplares, embora os "sermões e orações evangélicas já não fossem estimadas como antes".

> Já nas Ciências, o mercado mostrava-se pouco compensador. O que se vendia mais, no entanto, eram manuais escolares, objeto de sucessivas e compensadoras edições, ao lado de almanaques e folhinhas de porta.[865]

Nos livros escolares, em nota de rodapé, o historiador, citando Inocêncio, refere uma *Gramática Francesa* (10.150), um *Método Facílimo para aprender a ler* (134.350), um *Manual Enciclopédico para uso das escolas de instrução primária* (44.000), [866] e um *Resumo da História de Portugal* (10.300 exemplares), obras de Emílio Aquiles Monteverde (1803-1881). Já nos jornais, um "diário bem cotado raramente excedia os 5000 exemplares de tiragem, sendo normais 1000 a 2000 exemplares".[867] *O Panorama*, uma das mais prestigiadas revistas da época, segundo Tengarrinha, não vendia mais que 308 cópias,[868] e A *Revolução de Setembro*, no seu primeiro período, não ultrapassou os 1000 assinantes.[869]

[861] SILVA, Inocêncio Francisco da (1860), Obra cit., vol. V, p. 262. Refere, ainda, que o "benemérito editor despendeu nesta obra monumental quase 10.000$000 réis".
[862] Idem (1858), vol. I, p. 36. "Para dar ideia da aceitação com que foi recebida esta obra, convém notar, que tendo-se tirado a princípio 1800 exemplares do vol. I, e conhecendo-se logo que tal número seria insuficiente para a extração que se esperava, foi mister ainda antes de concluída a impressão do volume, fazer nova composição, de que se tiraram mais 1000 exemplares, isto é, 2800 ao todo. A edição exauriu-se completamente e em 1853 se repetiu a impressão de 1200 exemplares".
[863] Idem (1862), vol. VII, p. 279.
[864] *Revista Universal Lisbonense, Tomo,* I da 2.ª série, p. 105.
[865] MARQUES, A. H. de Oliveira (2002), Obra cit., vol. IX, p. 416.
[866] SILVA, Inocêncio Francisco da (1859). Obra cit., vol. II, p. 226. Refere "que está em ser a última edição de 1855, de que se tiraram 30.000 exemplares".
[867] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 150.
[868] Idem, *Ibidem*, p. 187.
[869] Idem, *Ibidem*, p. 153.

8.8. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO VIII

Neste como noutros capítulos, um dos desafios que permanentemente enfrentei, enquanto historiador, foi o saber distinguir entre o legislado e a realidade do quotidiano – o país real, onde o futuro chegou sempre demasiado atrasado. Conhecendo as ideias e os princípios que nortearam as prolongadas discussões parlamentares sobre educação, ao longo dos anos, como foi possível à data da implantação da República, em 1910, encontrarmos três quartos da população sem saber ler nem escrever? A evidência histórica permite percorrer diferentes tempos, diferentes eixos temáticos, mas não nos capacita para avaliar em toda a sua extensão as razões deste *destino*.

A verdade é que a tradição de ler nunca esteve enraizada no nosso povo. Como resolver esta situação que a todos envergonhava? Este era o grande problema que os diferentes periódicos propunham resolver, apresentando soluções e intercedendo junto dos poderes instituídos para se dignificar a função docente e para a adequação (ou tradução) de livros aos ideais constitucionais e pedagógicos, imprescindíveis para o tão esperado e necessário combate ao analfabetismo.

Em Portugal a mudança de paradigma deu-se, como em toda a Europa, a partir da Revolução Francesa, ainda com monarcas absolutistas. O ensaio para uma abertura da escola a novos públicos, ainda que longe da massificação pedida por algumas figuras maiores do pensamento português, implicou a evolução das cartilhas até aí utilizadas, pois uma sala de aula com um número elevado de alunos implicava obras didáticas mais acessíveis à compreensão geral, uma vez que o mestre não podia dedicar um tempo específico a cada aluno.

Os discursos político-educativos da imprensa oitocentista tornaram-se numa primeira resposta: importava alfabetizar mais e como maior qualidade. Aqui o papel do professor assumia primordial importância (um professor habilitado, também melhor pago), com os jornais a valorizarem de igual forma o livro e os seus conteúdos, que se pretendiam adequados aos alunos e à modernidade que atravessava paulatinamente a fronteira. Formar público leitor significava formar opinião pública, isto é, organizar grupos de cidadãos conscientes da sua força e capazes de construir teias socias representativas.

A pertinência desta batalha da *intelligentsia* portuguesa levou-me a estudar as obras literárias e didáticas[870] e, através delas, perceber melhor como os seus autores olhavam para a sociedade, para os valores, para as normas de conduta, para os processos de ordenação social. Mas, como eram utilizados estes materiais de ensino? Qual a sua divulgação? Apenas o

[870] Alguma guardo-as carinhosamente na minha biblioteca, vindas de um familiar que foi padre e professor régio, em meados do século XIX, numa pequena aldeia a sessenta quilómetros da cidade do Porto.

número de edições de cada obra permite perceber a sua importância, pois a imprensa embora sempre atenta ao fenómeno educativo, nunca dedicou muito espaço em compreender o funcionamento pedagógico das escolas de *aprender a ler, escrever e contar*, bem como as metodologias seguidas.

Importante foi anotarmos como os periodistas e escritores procuraram *vulgarizar* a cultura e a instrução, indo de encontro a diferentes expectativas: aos que queriam sair de um estado de ignorância para poderem aceder a um nível social ou profissional superior; e os que apenas procuravam a recreação (onde o folhetim teve um papel de extraordinária importância), pois o leitor, sem quebrar o seu repouso e sem ter de percorrer grandes distâncias, tinha acesso ao mundo passado e presente, através de personagens e ambientes criados para o fascinar. Sabendo-se (contrariamente a outras áreas do desenvolvimento humano) que a capacidade leitora não se adquire espontaneamente, o ato de ler, ler diariamente, possibilitou a aquisição de competências de leitura a gerações de portugueses.

Por arrastamento chegou a Biblioteca. E é no fervilhar das mudanças comportamentais e sociais, aliados a um gradual aumento do poder de compra (mais sentido nas cidades) que as coleções de livros ganham importância a nível individual ou solicitadas, por óbvias razões políticas, pelos municípios junto dos governantes. Em Portugal este fenómeno foi contemporâneo da confiscação de bens ao clero (1834), sendo propósito dos governos instituírem uma biblioteca em cada capital de distrito. Também as livrarias se democratizaram enquanto lojas de vendas de livros, revistas e periódicos, também locais de tertúlia e conjura. Os anúncios dizem-nos que muitas destas casas funcionavam nas próprias redações dos jornais, ou nas tipografias onde eram impressos. Depois…

Ler ou não ler tornou-se, uma vez mais, a questão.

Por isso as bibliotecas, principalmente as públicas, terem-se constituído como tesouros culturais, sociais, políticos e económicos que, atravessando diferentes gerações, derramaram o saber das suas obras, contribuindo para o que hoje somos e para o que queremos do nosso amanhã.

CAPÍTULO IX

A EDUCAÇÃO PARA A DIFERENÇA

> Milagre da cura de um cego de nascença, narrada por João, 9.2.
> Ao verem um cego, os discípulos perguntaram a Jesus:
> -Mestre, quem pecou, este ou os seus pais para que nascesse cego?

O preconceito é a pior de todas as deficiências.
Autor desconhecido

O caminho da exclusão à inclusão das crianças com necessidades educativas especiais foi feito de avanços e recuos, e não podemos considerar que esteja totalmente cumprido. As crianças portadoras de deficiência receberam, ao longo da história do mundo, dois tipos distintos de atenção: a rejeição/eliminação e a proteção assistencialista e piedosa.

Este percurso tem sido muito influenciado pelas caraterísticas económicas, sociais e culturais de cada época. Enquanto os egípcios[871] divinizavam a diferença, já os gregos[872] e romanos[873] promoviam o seu abandono ou, pior ainda, eliminavam as crianças recém-nascidas com indícios de deficiência. Com o advento do Cristianismo assiste-se à inversão desta situação, a partir de uma doutrina muito voltada para a caridade e amor ao próximo, o que permitiu a fundação de hospitais para os pobres e marginalizados. Com a Idade Média, e como a religião e a superstição andassem então lado a lado, a deficiência passou a ser considerada obra de forças demoníacas, um castigo de Deus,[874] o que levava os seus portadores a serem vítimas de perseguições e, até, de julgamentos sumários e execuções.[875] A própria Igreja católica adota um comportamento discriminatório, substituindo a caridade pela rejeição.

---

[871] Existem passagens históricos a fazerem referência aos "cegos do Egito" e ao seu trabalho em atividades artesanais.
[872] Em Atenas, ao contrário de Esparta, sob a influência de Aristóteles, os deficientes eram protegidos pela sociedade.
[873] Na Roma Antiga tanto aos nobres como aos plebeus era-lhes dado o direito de sacrificar os filhos que nasciam portadores de deficiência.
[874] Temos de associar esta rejeição às epidemias que assolaram, ao longo dos séculos, os habitantes das cidades medievais.
[875] Convém não esquecermos que, em pleno século XX, Hitler considerou que os tempos de guerra eram os "melhores momentos para se eliminar os doentes incuráveis". Para ele os deficientes físicos e mentais eram considerados "inúteis à sociedade, uma ameaça à pureza genética ariana" e, portanto, indignos de viver.

Quem não se angustiou e enterneceu com Quasímodo,[876] o Corcunda de Notre Dame, isolado nas profundezas do campanário da Catedral de Paris? A dicotomia entre corpo diferente/alma, reforçava a ideia de uma alma percebida como tempo de Deus, e o corpo visto como "oficina do diabo". Das duas partes, "a alma é a parte digna, é a que merece atenção e cuidado. O corpo, bem, alguma consideração mereceu quando foi elevado à condição de templo da alma. No mais das vezes foi agraciado com o desprezo, o que ajuda a entender a ascese, o jejum, a abstinência, a autoflagelação e, principalmente, a fogueira da Inquisição".[877]

9.1. O DEFICIENTE NA PERSPETIVA ASSISTENCIAL

No século XVII e XVIII a mendicidade era prática comum nas grandes cidades da Europa. "Só em Paris, durante a Guerra dos Trinta Anos, havia mais de 100 000 mendigos. Como forma de atrair a caridade, compravam-se nos asilos crianças deficientes de tenra idade, que eram barbaramente mutiladas e abandonadas à sua sorte quando, com o avançar da idade, deixavam de ter utilidade".[878] No sentido inverso, Napoleão determinou aos seus generais que reabilitassem os soldados feridos ou mutilados, mantendo-os no serviço militar, embora em áreas de apoio e manutenção.[879]

Partindo do exemplo do lavrador em relação às colheitas mais apropriadas a determinado terreno, e por isso mais rentáveis, o mensário *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821) oferecia aos leitores um texto de diferentes sentidos, mas a merecer profunda reflexão. No ensino poder-se-á apostar apenas nos alunos que oferecem "boas colheitas"? Claro que não. Mas o periodista acreditava que, muitos professores, ao "deitarem a semente à terra" terão tido a tendência de se "voltarem" para uns, "largando mão" dos restantes. Por isso, nos anúncios, os professores particulares passarem a ideia de um ensino cuidado, atencioso, metódico. Aqui, por muito má que fosse a terra ou as sementes, haveria sempre o empenho em facilitar o desenvolvimento integral da criança. Esta denúncia revela o humanismo do autor, enquadrado no espírito de uma revolução que dizia querer fazer diferente, integrando faixas marginais da sociedade.

---

[876] *Notre-Dame de Paris*, também conhecido como *O Corcunda de Notre-Dame*, obra de Victor Hugo, publicada em 1831. Quasímodo é um corcunda de nascença, banido da sociedade, que vive na torre da Catedral, temido pelos habitantes das redondezas…

[877] BIANCHETTI, Lucídio *e* Freire, Ida Mara (2006), *Um olhar sobre a diferença*, 7.ª ed., p. 30.

[878] SILVA, Maria Odete Emygdio da (2009), Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas, in *Revista Lusófona de Educação*, Vol. 13, N.º 13, pp.135-153.

[879] Napoleão Bonaparte determinava, expressamente, aos seus generais que reabilitassem os soldados feridos e mutilados para continuarem a servir o exército em outros ofícios: selaria, manutenção dos equipamentos de guerra, armazenamento dos alimentos e limpeza dos animais. Nasce com ele a idéia de que os ex-soldados eram ainda úteis e poderiam ser reabilitados. Napoleão Bonaparte está sepultado no "Hôtel National des Invalides", em Paris, mandado construir por Luís XIV (1670) para dar abrigo aos inválidos do seu exército, obra assistencial muito acarinhada por Bonaparte que a continuou e expandiu.

> Verdade é, que a Natureza parece mostrar-se mais liberal com alguns, dando uma organização mais perfeita e disposições mais aptas a estes, do que àqueles; mas isto mesmo é ainda o que nós observamos nos diversos terrenos, destinados à agricultura. E como se comporta então o lavrador? Tendo experimentado, que de todas as sementeiras não resulta aquela colheita, que os seus suores podiam prometer-lhe abundantemente, e vindo no conhecimento de que o terreno, por exemplo, é mais próprio para trigo do que para legumes, inteiramente se volta para a cultura daquele, e larga da mão estes.[880]

A *folha* de Domingos Maria Gonçalves e de alguns estudantes da Universidade[881] posicionava-se, como Coménio (1592-1670), na defesa de "ensinar tudo e a todos",[882] ou colocava uma questão puramente filosófica, situada no campo de uma intencionalidade *bebida* nos ideais da Revolução Francesa? A visão pedagógica de Jean Piaget (1896-1980) estava, ainda, longínqua…

9.2. PERCURSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTUGAL

Em Portugal, as primeiras tentativas de ensinar crianças diferentes surge, possivelmente, no século XVI, "pois parece ter havido em Vila Real uma *mestra de moucos* que se dedicava cumulativamente à medicina",[883] o que não deve ter sido caso único. Mas sempre afastada do sistema regular de ensino, através de iniciativas privadas, de carater assistencial. As novas instituições assumiam duas posições diferentes, mas não opostas: para umas a assistência não passava de manter "os desgraçados" em depósitos, totalmente segregados, e por isso o discurso da inserção social ser meramente retórico; outras, procuravam oferecer uma vertente com alguns contornos educativos mas, por certo, só seriam acessíveis a famílias com fartos recursos. A verdade é que a educação da criança deficiente só começou a ser encarada como uma possibilidade a partir de 1822.

> Em Portugal, correspondendo a esta fase de institucionalização, foi criada em 1822 o Instituto de Surdos, Mudos e Cegos, a que se seguiram dois asilos para cegos, dois institutos para cegos e dois institutos para surdos. Só posteriormente, em 1916, surgirá o Instituto Médico-Pedagógico da Casa Pia de Lisboa, que funcionou como Dispensário de Higiene Mental, e mais tarde como centro orientador, e de propaganda técnica, dos problemas de saúde mental e infantil de todo o país.[884]

Assim, em 1822, José António Freitas Rego intercedeu junto de D. João VI para que as crianças surdas-mudas pudessem, de alguma forma, beneficiar das *luzes* da instrução

---

[880] *Despertador Nacional*, N.º 1, janeiro de 1821, p. 1.
[881] José Corsino Garcês de Lima, Júlio Maia e Luís Francisco Lopes, entre outros.
[882] Educado na escola clássica e escolástica, o autor da *Didática Magna* (1627) defendeu o acesso de todos à educação, contestou o rigor punitivo dos mestres, e uma visão de criança como um pequeno adulto. Numa passagem da tradução de Joaquim Ferreira Gomes (1976), Coménio entende a Didática "como a arte de ensinar".
[883] FERNANDES, Rogério (1988), Nas origens do Ensino Especial: o Primeiro Instituto Português de Surdos-Mudos e Cegos, in *Separata da Revista da Biblioteca Nacional*, 1 (2), pp. 67-82.
[884] SILVA, Maria Odete Emygdio da (2009), Obra e p. cit.

> As Cortes Gerais (…) ordenam que as cadeiras de instrução de surdos-mudos sejam providas por concurso, no qual se deve prestar a devida atenção, não só aos conhecimentos que tem neste ramo o antigo Professor de Latim em Arganil, José António de Freitas Rego, mas também às diligências que tem feito para promover, segundo alega nas representações inclusas.[885]

Como se verifica, o pedido de Freitas Rego foi atendido mas, como não existissem "estruturas pedagógicas", o *rei Clemente* ordenou a contratação de Pär Aron Borg, professor sueco, incumbindo-o de organizar um "Instituto de Surdos-Mudos e Cegos" [886], instalando-o no palácio do Conde de Mesquitela, em Lisboa. *O Correio do Porto* (1820-1834), um periódico absolutista, noticiava o facto, por certo à espera de uma resposta semelhante das entidades nortenhas, onde o problema era muito sentido.

> Em Lisboa abriu-se uma aula gratuita para ensinar surdos-mudos, pobres e ricos. O Mestre e primeiro instituidor, que se acha aprovado pela Junta da Diretoria Geral dos Estudos fez público que os Pais de Família, tendo filhos em tais circunstâncias, querendo aproveitar-se do seu ensino, se dirigissem a falar-lhe: ele pretende fazer conhecer aos surdos-mudos as primeiras letras, e depois explicar-lhes os princípios da Geografia, História e o conhecimento dos idiomas de algumas nações da Europa. Promete empregar todos os seus esforços para conseguir a que falem alguns destes desgraçados, como diz se tem praticado em outros países.[887]

O Correio do Porto não procurava, por certo, recuperar para os seus leitores o ideário da Revolução Francesa. Esta era, também, nesta época, a visão da Igreja. A existência de crianças deficientes, os "desgraçados" de que nos fala o texto, eram instrumentos de Deus[888] para alertar os homens para as suas obrigações caritativas. Esta ideia de compaixão salvífica esteve na origem das Santas Casas de Misericórdia.[889]



A abertura do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa destinada a surdos, mudos e cegos aconteceu em março de 1824 (Portaria de 18 de fevereiro do mesmo ano), tendo prioridade na sua frequência as crianças provenientes da Casa Pia (4 do sexo masculino e 8 do feminino, com idades entre os seis e os catorze anos), todos surdos-mudos, com exceção de

[885] *Coleção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais* (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1822.
[886] Enquanto os asilos tinham fins assistenciais, os institutos estavam vocacionados para a educação.
[887] *Correio do Porto*, N.º 13, de 15 de janeiro de 1822, pp. 1-2.
[888] Nem ele pecou, nem seus pais; mas foi assim para que se manifestem nele as obras de Deus (João, 9:3).
[889] As Misericórdias nasceram do preceito cristão da caridade, expresso nas 14 obras de bem-fazer, sete espirituais e sete corporais. O espírito de misericórdia converte-se em ação organizada, à maneira das instituições medievais, pela primeira vez em Florença, no ano da graça de 1244, por iniciativa de S. Pedro Mártir. A ideia, chegada a Lisboa nos tempos de D. João II, como um benéfico efeito colateral das relações comerciais entre as duas cidades, inspirou à rainha D. Leonor a fundação de uma Casa da Misericórdia, a primeira do reino de Portugal.

um menino cego. Também o *Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823) falava da abertura de uma escola para alunos com problemas de surdez. A notícia, ao mostrar os resultados obtidos, mesmo que isso implicasse algum exagero de Alves Sinval, fruto do entusiasmo sentido, não deixava de evidenciar a existências e importância das "escolas especiais", o que implicava professores preparados para trabalhar com estas crianças.

> Defronte do Correio Geral, n.º. 2, primeiro andar, na aula gratuita de surdos-mudos se continuam a aceitar alunos. Nesta aula, não obstante ter dado princípio há pouco tempo, já se observa que alguns dos seus alunos pronunciam as vogais e quase todas as consoantes, e igualmente soletram algumas sílabas, e pronunciam também algumas palavras; escrevem em caracteres numéricos o valor das moedas correntes, de prata ou cobre, que se lhe mostram. Igualmente escrevem os nomes das partes do corpo humano, e outros objetos; do mesmo modo dão a conhecer aos expectadores de que entendem muitas palavras e nomes que qualquer pessoa haja de escrever.[890]

Será esta a "aula" referida pelo *Correio do Porto*, em janeiro de 1822?

9.3. A MEDICINA E AS CAMPANHAS DE INTEGRAÇÃO

Com o advento da Idade Moderna e com a maior valorização do ser humano (contributo das filosofias humanistas), iniciaram-se investigações sobre a pessoa humana. E surgiram os estudos e experiências sobre a problemática das diferentes deficiências, entendidas à luz da hereditariedade, aspetos orgânicos e outros, onde se destacou o médico francês Jean Marc Itard (1774-1838), que procurou pela primeira vez educar uma criança de doze anos (Vítor, conhecido como o Selvagem de Aveyron),[891] através de métodos sistematizados para o ensino de deficientes. Itard acreditava que a inteligência destas crianças era passível de ser trabalhada. Influenciado pelo trabalho de Itard, Edward Seguin (1812-1880) procurou, através de um método fisiológico de treinamento estimular o cérebro por meio de atividades físicas e sensoriais, tendo fundado em 1837 uma "escola para idiotas",[892] colaborando ainda numa associação que ainda hoje tem existência - a Associação Americana sobre Retardamento Mental.



[890] *Astro da Lusitânia*, N.º 4, de 2 de abril de 1822, p. 4.

[891] Em setembro de 1799 foi encontrado um menino a rondar os doze anos de idade, perto da floresta de Aveyron (sul de França). Estava sozinho, sem roupa, locomovia-se como os animais e não pronunciava uma palavra. Aparentemente fora abandonado pelos pais e crescera com os animais da floresta. O menino, a quem deram o nome de Vítor, foi levado para Paris, onde ficou entregue aos cuidados do médico Jean-Marc-Gaspar Itard. Durante cinco anos este investigador dedicou-se a ensinar Vítor a falar, a ler, e a comportar-se como um ser humano. Os seus esforços foram em vão. Vítor nunca falou e apenas aprendeu a ler uma palavra – leite. Perdeu muita da aparência do selvagem primitivo, mas nunca se tornou verdadeiramente num menino normal.

[892] Para Seguin o idiota padrão é o indivíduo que nada sabe, nada pode e nada quer. Os seus estudos são dos primeiros documentos representativos da busca de uma teoria de avaliação e de uma didática para portadores de deficiência mental.

Alguns periódicos, perante a ofensiva absolutista do partido da rainha, desencadeiam algumas campanhas de afirmação do espírito liberal, fazendo mais uma vez da educação uma bandeira.

> Quando falamos da Instrução Nacional, falamos daquela instrução que abraça a totalidade de um povo, e da qual ele se pode aproveitar. Esta instrução é como as fontes públicas, cuja água é nem muito pura, nem muito abundante, deve ser comum a todos sem distinção, porque em fim é da primeira necessidade, à qual nenhum Governo se pode recusar. Nós nos temos limitado a esta instrução considerada debaixo deste respeito; e se alguém julga que demos preferência à instrução do comum do povo, é porque ela nos parece importante, e a mais interessante para formar os bons costumes, para aumentar a civilização, e para progredir a causa pública do Estado. Como ela é ao mesmo tempo esquecida, e desprezada, ou pelo menos é tratada com menos cuidado, do que devia ser, julgamos conveniente tratar este negócio de uma maneira mais refletida e conveniente.[893]

O Conciliador Lusitano (Lisboa, junho a dezembro de 1822), ao falar na urgência de uma Instrução Nacional que "abraçasse a totalidade do povo", estaria a incluir estas crianças? O artigo fala "de todas elas sem distinção"… Mas não podemos deixar de pensar que, neste período, nem as mulheres tinham pleno direito à educação.

9.4. A CASA PIA DE LISBOA E O ENSINO DE "SURDOS-MUDOS"

Pär Aron Borg implementou o ensino de "surdos-mudos" através de um alfabeto manual, a que associou a língua gestual (modelo sueco, proveniente do Instituto de Estocolmo). A comunicação entre o professor e o aluno baseava-se no método gestual e na dactilologia,[894] com o objetivo de autonomizar o mais possível a criança ou o jovem, e dar-lhe possibilidade de integração na sociedade.

Entretanto, e em pleno miguelismo populista, a *Gazeta de Lisboa* noticiava um "exame no Real Instituto de Surdos-Mudos", na presença das mais ilustres personalidades, para "solenizar o faustíssimo aniversário do muito amado rei, o senhor D. Miguel I".



[893] *O Conciliador Lusitano*, N.º 18, de 7 de outubro de 1822, p. 275.
[894] A dactilologia (datilogia ou alfabeto manual) é um sistema de representação, quer simbólica, quer icónica, das letras dos alfabetos das línguas orais escritas, por meio das mãos. O alfabeto manual (ou alfabeto gestual, ou dactilologia) só é utilizado, ocasionalmente, quando há a necessidade de dizer um nome próprio de alguém ou o nome de uma localidade ou uma palavra que não se conhece. Regra geral, na comunicação, os surdos não sentem grande necessidade de recorrer ao alfabeto manual, uma vez que os conceitos têm todos gestos correspondentes.

> (…) houve no dia 26 do mês de outubro um exame dos alunos e alunas deste estabelecimento, na presença de seus parentes (…), que tiveram ocasião de admirar os felizes progressos destes meninos na laboriosa carreira da sua educação (…). O diretor e primeiro professor João Hermano Borg, depois de uma sucinta exposição dos princípios desta importante arte de instruir os surdos-mudos, fez conhecer a instrução das meninas numa multidão de palavras, que elas perfeitamente escreveram, mostrando saber já as declinações dos nomes e as conjugações dos verbos, o uso dos adjetivos e pronomes e, entrando já na inteligência das palavras abstratas. Também executaram as quatro operações de aritmética, distinguindo-se particularmente (…)..[895]

A *Gazeta de Lisboa* falava, ainda, num segundo professor, José Crispim da Cunha, que então operacionalizou, perante todos, os conhecimentos dos alunos quer na matemática, na gramática ou nos conhecimentos religiosos e morais. Vamos encontrá-lo, já como "primeiro professor de surdos", num artigo de Catarina Martins, onde inclui três fragmentos escritos por este professor, bem reveladores da "vontade de controlar e assimilar o Outro, a partir de um princípio de salvação".[896]

> [O] espírito de insubordinação corrompia a moral dos (…) alunos, cujo defeito físico os constitui os entes mais altivos e indóceis da espécie humana. (…) Não é ocasião agora de fazer conhecer ao público o trabalho que tive em descobrir no intrincado labirinto da gramática portuguesa uma vereda filosófica, segura e fácil, para ensinar a nossa língua a estes infelizes, a paciência que para isso é necessária, e os cuidados que nos deu a educação desta deplorável gente, a mais estúpida, ingrata e indomável da sociedade. (…) Direi somente neste lugar que não há ouro em todo o mundo que pague os desvelos que requer tão árduo ministério, e que nenhum homem poderá desempenhar tão difícil tarefa, se a paixão dominante do seu coração não for o amor da humanidade (…).[897]

O artigo da *Gazeta de Lisboa*, num período de afirmação miguelista no ensino (as notícias de abertura de lugares para professores primários são muitas e com direito a abertura do jornal[898]), não se coibia em falar dos "maravilhosos progressos de instrução dos meninos surdos-mudos e cegos em Portugal, e em tão poucos anos", o que fazia deste Instituto, no dizer do autor do texto, um dos melhores da Europa e, por isso merecedor do "patrocínio dos soberanos e das bênçãos da humanidade". Depois de mostrar a evolução de diferentes alunos, destacava a instrução dada ao menino cego que, "com o lápis escreve sobre papel todas as palavras, e por meio de carateres de relevo resolve todos os cálculos de Aritmética".[899]

Em 1834, José António de Aguiar integra este Instituto na Casa Pia de Lisboa, criando-se a seção de surdos-mudos que, em degradação, haveria de encerrar em 1860, dando origem em

---

[895] *Gazeta de Lisboa*, N.º 266, de 10 de novembro de 1830, pp. 1079-1080.
[896] MARTINS, Catarina (2010), A casa Pia de Lisboa como instituição total e o governo do aluno surdo, in *Educação, Sociedade e Culturas*, N.º 30, p. 104.
[897] CUNHA, José C. (1835), *História do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa desde a sua fundação até à incorporação na Casa Pia*, Lisboa, pp. 12-18.
[898] *Gazeta de Lisboa*, Nºs 169, 176, 183 (…), de 1830.
[899] Idem*, Ibidem*.

1922 ao Instituto Jacob Rodrigues Pereira.[900] Mas, um pouco por todo o país, *novos* deficientes, fruto das guerras entre D. Miguel e D. Pedro, reclamavam atenção.[901] Embora esta deficiência fuja ao tema em estudo, não deixou de constituir um problema muito sério, pois muitos deles foram homens que combateram ao lado de D. Pedro e que agora pediam esmola às portas das igrejas!

Entretanto, diferentes reformas na educação tornavam a instrução primária gratuita sendo, como vimos anteriormente, "obrigação dos pais de família enviar os filhos às escolas públicas, logo que passem dos 7 anos".[902] Aconteceu que a população, muito especialmente a rural, nunca cumpriu esta determinação, pois tornava-se mais rentável o trabalho dos filhos nos campos. De registar que a legislação não previa a escolaridade de crianças portadoras de "impedimento físico ou moral", indicando-se mesmo que deveriam ser "afastadas".[903]

O ensino obrigatório, instituído com a reforma do Ensino Primário de Costa Cabral,[904] procurou responsabilizar os pais, sujeitos a penalizações que iam da advertência a multas pecuniárias, mas também estendeu essa obrigatoriedade às crianças portadores de deficiência. Ao reportar-se ao Relatório de Instrução Pública do ano letivo de 1848-1849, Joaquim Ferreira Gomes refere que a ineficácia do ensino se devia a aspetos como a falta de escolas públicas e de professores e, ainda, "pelo estado de ignorância em que ainda jaz grande porção da família portuguesa",[905] barreiras que os administradores concelhios não tinham meios para ultrapassar. Por aqui poderemos tentar perceber as incompreensões e resistências que o ensino para crianças deficientes terá encontrado.

Em meados do século *O Jardim das Damas* (Lisboa, 1845-1849), o "jornal feminino de maior audiência",[906] abordava a instrução dos surdos-mudos, referindo-se à estranheza de muitos perante a possibilidade da sua escolaridade. E tenta defendê-la pelo método do abade

[900] O Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira é, de entre os CED da Casa Pia de Lisboa, aquele que se encontra vocacionado para a educação e ensino de crianças e jovens surdos, integrando a Instituição desde 1834. Nesta área é a maior instituição portuguesa, pautando a sua atuação, na última década, pela inovação pedagógica, sedimentada numa investigação profunda (Linguística e pedagógica), que permite aos surdos que acolhe o acesso pleno à educação, ensino e formação, com vista ao exercício pleno da cidadania.

[901] A Guerra Civil entre D. Miguel e D. Pedro contribuiu para que as portas das igrejas estivessem pejadas de excluídos, que embora olhados com repulsa e desprezo, desfrutavam de tolerância social. O editor de *O Artilheiro* (Lisboa, agosto de 1835 a julho de 1837), um periódico cartista, foi um ex-combatente, ferido e incapacitado em combate ao lado de D. Pedro, que em diferentes artigos usou o seu caso pessoal como caminho a seguir, embora aqui e ali tenha caído na tentação de usar a sua incapacidade como desculpa. "Eu sou pobre; quem é pobre não tem que comer, e quem não come, morre. Para dizer isto não é mister ter grande talentaço! Eu estive na Serra do Pilar, e dei fogo como um danado; uma bala que hoje está amnistiada me fez o obséquio de rapar a perna esquerda. Já se vê que não tenho senão a direita e, portanto, não me ataquem, que é parvoíce atacar com balda certa. Depois que se acabou a comédia mágica de Évora-Monte olhei para mim, que até ali confesso que não tive tempo, e me vi despernado, arranjei uma de pau e pude andar." in *O Artilheiro*, N.º 1, de 22 de agosto de 1835, p. 1.

[902] Decreto de 7 de Setembro de 1835 – reforma do Ensino Primário de Rodrigo da Fonseca.

[903] A verdade é que mesmo depois da implantação da República, e da escolaridade obrigatória, as crianças deficientes eram excluídas por apresentarem um ritmo lento de aprendizagem! Foi o pedagogo e provedor da Casa Pia Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922) que, em 1913, organizou o primeiro curso de especialização para professores.

[904] Decreto de 20 de Setembro de 1844, publicado no *Diário do Governo* N.º 220, de 28 de Setembro de 1844.

[905] GOMES, Joaquim Ferreira (1985). *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública (1848-1849)*, INIC, Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra, p. 281.

[906] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 609.

Sicard,[907] "descoberto há uma vintena de anos e explicado no N.º 6 do Quarterly Journal of Educacion",[908] um jornal londrino de 1831.[909]

> Apresentam-se ao educando diferentes objetos familiares; e desenha-se cada um deles sobre a pedra, diante dele. Depois ensina-se-lhe a indicar o objeto, quando alguém aponta para a pintura. Então ele começa a fazer diligência de representar, também na pedra, o mesmo objeto, e fica satisfeito quando conhece que o entenderam.
>
> Quando a relação entre o objeto atual e o seu desenho está bem estabelecida, escrevem-se as letras do alfabeto num canto da pedra, e procura-se que o pupilo faça atenção nelas. Depois escreve-se o nome do objeto à roda do seu respetivo desenho. Isto é um grande mistério para o pupilo, e a sua admiração aumenta quando o instrutor apaga o desenho e deixa só as letras.
>
> Enquanto dura a admiração do pupilo, o instrutor mostra as letras a uma terceira pessoa, que imediatamente vai escolher entre os diferentes objetos aquele que elas designam. Repete-se este processo muitas vezes, até que o educando se resolva a escrever as letras na pedra, e conheça que logo que as mostra ao instrutor, este lhe apresenta o objeto que elas designam.[910]

Este método de ensino permitia que a criança aprendesse a copiar um grande número de nomes. E se o professor trocasse algumas letras? O aluno facilmente concluía que a palavra deixava de ter ligação com os objetos conhecidos, o que de certa forma o baralhava… Mas, ao passarem para novos desenhos (associados aos respetivos nomes) a ideia de erro começava a surgir (embora devidamente explicitada). Importante lembrar que estas crianças não tinham a mínima noção do som. Cada palavra mais não era que um sinal que representava um objeto. O método contemplava uma segunda fase: como ensinar as qualidades (adjetivos) dos objetos conhecidos.

9.5. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO IX

A pedagogia humanista de Platão (racionalista) e de Tomás de Aquino (cristã), partindo da essência imutável do homem, abriu as portas da sociedade para os postergados. Na história da humanidade (com raras exceções) o deficiente sempre foi vítima da segregação, pois a ênfase sempre foi colocada na sua incapacidade ou anormalidade. Em relação a estas diferenças, nas suas múltiplas dimensões, a sensibilidade integradora da sociedade liberal alterou o discurso de rejeição, e passou a dar progressiva atenção aos cientistas que procuravam explicar que as incapacidades tinham causas naturais, muitas vezes de origem hereditária, provocadas por disfuncionalidades do corpo humano.

[907] A obra do Abade de L'Epée viria a ser difundida pela Europa e pelo mundo através do seu sucessor, o Abade Sicard e dos seus dois alunos Jean Massieu e Laurent Clerc que viriam a tornar-se os primeiros professores surdos em todo o mundo
[908] *O Jardim das Damas*, Vol. IV, N.º 1, de 10 de junho de 1848, pp. 11-12.
[909] Publicado pela Sociedade para a difusão do conhecimento útil da Grã-Bretanha, obra digitalizada pelo *Google*.
[910] Idem, *Ibidem*.

Desde os inícios do século XIX, sob a influência das ideias humanistas da Revolução Francesa, diferentes médicos e pedagogos dedicaram-se à deficiência, pois acreditaram que o problema não passava por hospitais ou instituições bem piores… Cada deficiência passou a ser encarada como um caso clínico, e a recuperação uma aposta, difundindo-se então os orfanatos, asilos e lares que, não sendo a via desejável, foi a possível. Em Portugal o recolhimento em internatos-oficina aconteceu na Casa Pia de Lisboa, sob direção do sueco Aron Borg. Faltaram a estas instituições uma componente escolar programada, embora tivéssemos acompanhado uma visita a uma prova de avaliação, onde "todos tiveram ocasião de admirar os felizes progressos destes meninos", como noticiava a *Gazeta de Lisboa*, em 1830 – um dia de festa nacional, aniversário de D. Miguel - rei absoluto de Portugal.

Resgatar das folhas dos jornais notícias das conquistas alcançadas ao longo do período, pelas crianças que apresentavam necessidades educativas especiais, não se mostrou tarefa fácil. A discussão quase não existe, muito menos encontrámos diferentes perspetivas de abordagem ao problema. A imprensa deste período ainda não estava suficientemente amadurecida para se sensibilizar com questões inerentes à pessoa diferente, e à sua inclusão social – muito especialmente a sua escolaridade programada tendo em vista uma possível recuperação.

Após rever os *recortes* que permitiram sinalizar as principais linhas de caraterização e evolução da educação de crianças portadoras de deficiência (surdos-mudos e cegos), não posso deixar de sentir um enorme vazio – principalmente por não ter encontrado artigos ou trabalhos didáticos de António Feliciano de Castilho, também ele um invisual. O seu método de leitura repentina não aborda a questão dos deficientes. Ressaltam sim, algumas vozes, aparentemente isoladas, que defendiam ser a educação um direito para todos e, por isso ter de ser garantida de forma igualitária e justa. E, contrariando os modelos-padrão da sociedade burguesa, tentavam passar a mensagem que o objetivo último não era formar gerações para o mercado de trabalho, nem tratar de forma igual pessoas diferentes. O foco central, e aqui considero as crianças com grau de incapacidade elevada, deveriam ser os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos.

> *A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora, pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar.*
>
> Autor desconhecido

CAPÍTULO X

A MULHER:
MATERNIDADE E EDUCAÇÃO

Se descermos aos primórdios da história do homem, encontramos a maternidade como manifestação divina: o poder criador de novas vidas atribuía à mulher um caráter sagrado. Não é por acaso que um dos mais antigos artefactos conhecidos é uma pequena estatueta, de mulher, com contornos faciais indefinidos, mas com formas arredondadas do abdómen e seios – a figura de uma mãe.[911]

Entretanto, na sua marcha pelos séculos, o homem deixou de viver da caça e da coleta: tornou-se agricultor. Isto originou uma revolução nas relações de poder e as *grandes deusas* perderam o *altar* em favor de semideuses fortes e guerreiros, possuidores de poderes especiais: força, velocidade e inteligência. O patriarcado sucedia ao matriarcado.[912] E o ser feminino, mais frágil e incapaz de se impor na chefia do grupo familiar, foi sendo progressivamente secundarizado.

Essa a razão que levou a dedicar um capítulo a este tema valorizando, assim, a "importância que a história de mulheres já adquiriu no plano da investigação histórica feita no nosso país. É certo que não conduziu a uma renovação fundamental da história de Portugal, mas avançou em termo de problemáticas, da leitura e da compreensão dos fenómenos históricos".[913]

10.1. GÉNERO E MEMÓRIA

Platão (428/427-348/347 a.C.) ainda considerava a natureza da mulher inferior à do homem, na "capacidade para a virtude", o que a levava a ser vista como um ser sem raciocínio próprio, comparável ao escravo, retirando-lhe o poder de decidir. As suas obrigações passavam por venerar o *seu senhor*, educar e criar os filhos, cuidar da casa, e manter-se "submissa aos desejos do homem". Mas não é preciso ir mais longe: em pleno iluminismo, a

[911] Este curioso objeto, datado de 25 mil anos atrás, recebeu o nome da localidade onde foi encontrado - Vénus de Willendorf.
[912] Na mitologia babilónica, a morte de Tiamat, pelo deus Marduk, é considerado como o momento em que ocorreu a mudança de poder entre mulher e homem. Tiamat, deusa dragão do Caos e das Trevas foi vencida por Marduk, deus da Justiça e da Luz. Na mitologia grega Apolo mata Píton…
[913] LEAL, Maria Ivone (1992), Obra cit. p. 202.

figura superior que era Kant também igualava a mulher à criança, denegando-lhe por isso o direito de voto: "A única qualidade que para tal se exige, além da qualidade natural (de não ser criança nem mulher) é ser o seu próprio senhor…".[914] Em alguns dos jornais consultados manifesta-se perplexidade pelo facto de, em pleno século XIX, ainda subsistir esse preconceito.

> Tem havido moralistas que, por extravagância ou misantropia, têm sustentado ser a ignorância conforme a lei da natureza – ser uma virtude e perfeição. Para apoiar a sua doutrina, dizem eles, que o estado de ignorância é aquele em que, nascendo, saímos das mãos da natureza: fazem depois a longa enumeração dos abusos dos conhecimentos humanos, e aterrados do quadro de seus desvarios, cerram os olhos à luz, e não duvidam sancionar por melhor o estado de ignorância e cegueira.
>
> A resposta a semelhante doutrina deve ser categórica. Se observarmos o estado em que nascemos, achamos também que a nudez, a fraqueza e a infância o caracteriza, e disse já alguém, porventura, que não devíamos sair desse estado? Se observarmos os abusos da humanidade, achamos que ela tem abusado, e abusa de tudo; por exemplo da palavra, e disse-se já porventura, que se devia abolir o uso de falar? Que se devia cortar a língua? Abusa-se principalmente da força, deve-se-nos acaso ligar os braços ou amputá-los? – Que delírio se tal se afirmasse! (…) [915]

A sociedade evoluiu. Uma filosofia inspirada na ideia de liberdade conquistou os corações e, naturalmente, chegou a Portugal, onde foi recebida com entusiasmo. E não foi apenas a burguesia que se deixou contagiar, mas também algumas faixas da nobreza e, no polo oposto, o cidadão comum, mais informado, intelectual ou não. A liberdade e igualdade, defendidas pelos filósofos e burgueses do século XVIII, iam ao encontro das necessidades do povo oprimido, vítima da exclusão, da fome, da humilhação, e que ansiava pela dignidade de ser pessoa, com as naturais exigências da condição humana. Mas muitos houve que ficaram para trás, perdidos no tempo do *antigamente*…

Os filósofos liberais, ao trazerem a ideia da igualdade original da espécie humana (mesmo que parcimoniosos na questão da igualdade de género), também abriram uma nova perspetiva na forma de encarar a mulher – muito embora o ordenamento jurídico liberal oitocentista pouco se tenha modificado, deixando quase intactas as situações de desigualdade herdadas do Antigo Regime. Esta ideia de igualdade subentendia uma mulher que já não sendo serva, devia ser contudo uma companheira submissa ao marido, o que era entendido por "decoro" e "dignidade". Também a Igreja, embora com maior abertura, defendia a "abnegação e o sacrifício" na relação, se necessário, pois a salvação só podia ser encontrada na devoção à família e no dever materno – expiação que lhe permitia ascender ao lugar de Maria. Relegada, assim, para a esfera doméstica, a mulher liberal teve de lutar contra a reclusão monástica, a

[914] KANT, Immanuel (2013), *A paz perpétua e outros opúsculos*, p. 80 (sublinhados e parêntesis de Kant).
[915] *Gazeta das Damas*, N.º 2, de 3 de novembro de 1822, p. 1.

dependência do pai, do marido, enfim: do homem. Isto a nível psicológico, mas também material e cívico.[916]

Chegados aqui, não posso deixar de referir a Marquesa de Alorna,[917] uma grande poetisa, conhecida na Arcádia[918] por Alcipe. Alexandre Herculano, no seu elogio fúnebre, considerou-a a "madame de Staël portuguesa".[919] O seu exemplo, só muitos anos passados haveria de frutificar através de Antónia Pusich (1805-1883),[920] Adelaide Cabete (1867-1935), Maria Veleda (1871-1955), Domitila Carvalho (1871-1966), e Ana de Castro Osório (1872-1935), entre outras. As figuras femininas aqui referidas, passaram para o imaginário popular das gerações seguintes, transformando-se em arquétipos que influenciaram emocionalmente sucessivas gerações. A sua ação, resultante de diferentes processos emancipadores, depressa se transformou numa cadeia solidária e militante, e acabou por determinar a igualdade de género hoje reconhecida – o feminismo alterou as perspetivas predominantes em diversas áreas da sociedade ocidental que vão da medicina ao direito, da cultura à política.



Este capítulo centra-se nos temas afins de mulher, maternidade e primeira infância, que sustentaram as políticas editoriais dos periódicos portugueses entre 1820 e 1851.

> Nascemos fracos, precisamos de forças; nascemos desprovidos de tudo, temos precisão de juízo. Tudo o que não temos, quando nascemos e de havemos mister, sendo adultos, nos é dado pela educação. (…)A educação da infância é a mais importante, e esta primeira educação pertence, incontestavelmente, às mulheres. Se o autor da natureza quisesse que pertencesse aos homens, lhes teria dado o leite para criar seus filhos.[921]

O período em análise iniciou-se com a implantação do liberalismo no nosso país, a génese da primeira Constituição, e a natural afirmação da burguesia. O lento mas progressivo processo da industrialização, acompanhado de movimentações da população para zonas urbanas e suburbanas, implicou um salto qualitativo no quotidiano das pessoas, e a procura de melhores condições de vida, com grande valorização da maternidade e da educação. Para trás

---

[916] Idem, *Ibidem*.
[917] Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre (1750-1839), autora de *Obras Poéticas*, 6 volumes – um dos nomes maiores da poesia portuguesa oitocentista.
[918] A *Arcádia Lusitana*, fundada em 1756, foi a mais importante das Academias literárias, sendo posteriormente reorganizada sob a designação de Nova Arcádia. Procurava, como referiam os seus estatutos, reformar o gosto deteriorado e reacender o interesse das novas gerações pelas artes literárias.
[919] Anne-Louise Necker (1766-1817). Romancista e ensaísta francesa. Viveu intensamente o espírito do iluminismo. Contemporânea da marquesa de Alorna.
[920] Antónia Gertrudes Pusich foi a primeira mulher no nosso país que, como jornalista e editora de periódicos, deixou que o seu nome figurasse no cabeçalho do jornal, quando até aí as mulheres escreviam sob pseudónimo masculino. *A Assembleia Literária* (1849-1851), *A Beneficência* (novembro de 1852 a dezembro de 1855) e *A Cruzada* (novembro a dezembro de 1858), são três títulos assumidos por esta monárquica, profundamente religiosa, mas grande defensora da mulher.
[921] *Gazeta das Damas*, N.º 2, de 3 de novembro de 1822, p. 1.

ficava o incompreendido Intendente Geral da Polícia (1780-1805) Pina Manique,[922] visionário e idealista que, sem o conseguir, procurou cumprir o sonho de transformar o *seu* Portugal num país próspero, saudável, educado, trabalhador, adverso ao vício e à imoralidade, onde os mais ricos teriam de ser solidários com o povo, um povo ordeiro, obediente e agradecido. Curiosamente, como veremos adiante, vamos encontrar discursos semelhantes, em jornais marcadamente liberais.

A imprensa, com diferentes intencionalidades, contribuiu para esta regeneração, não só pugnando por leis mais justas, como instruindo e recreando, devolvendo assim a dignidade necessária à mulher para se afirmar, definitivamente, na sociedade. Mas, quais os limites? Foi com redobrado cuidado que folheei estes jornais dedicados ao *belo sexo*, termo muito comum nesta imprensa, procurando saber que género de periódicos estava a estudar. Isto porque os ”conhecimentos, as ideias, as crenças, os hábitos e as tradições” enfim, as mensagens subliminares dos jornais tinham um destinatário: a mulher da classe dominante, culta e com alguma abertura à modernidade. A burguesia, que com o Marquês de Pombal ganhara alguma importância, que triunfara depois 1820, afirmando-se definitivamente em 1834, ocupava agora os lugares de maior relevo em todas as áreas, também na imprensa, criando uma figura de mulher de acordo com as suas necessidades morais, intelectuais e grupais. E, como refere Simone de Beauvoir, as caraterísticas femininas (ontem como hoje) são adquiridas mediante um processo individual e coletivo, no qual a representação da média contribui fortemente, sendo um dos lugares sociais e políticos de construção de identidades.

10.2. É PRECISO EDUCAR AS MÃES!

Perante esta incapacidade dos sucessivos governos em legislar a bem da população, mormente da feminina, os jornais partiam em busca do progresso e modernidade num caminho para o desenvolvimento individual, social e económico. No referente à mulher, à maternidade e à educação de infância impunha-se uma preocupação:

«É preciso educar as mães!» - Uma conceção *(slogan)* que pode, ainda hoje, ser encontrada numa qualquer publicação que trate o problema da família. Esta ideia de valorização da mulher, mãe e primeira educadora, é muito cara aos periodistas saídos da revolução liberal, o mesmo acontecendo com os nossos primeiros constituintes. Na sessão de 29 de março (1821), “o Sr. Gouveia Durão pediu que se declarasse que se estabeleciam escolas para um e outro sexo, pois que sendo o feminino de onde saem as mães de família, são aquelas que primeiro

[922] Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805). Homem de confiança do Marquês de Pombal, embora só tivesse sido nomeado Intendente-Geral da Polícia depois do seu afastamento do Governo. Em 1781, fundou a Casa Pia, que começou por funcionar no Castelo de S. Jorge (Lisboa), destinada a receber mendigos e órfãos.

concorrem para a educação, e que imprimem os primeiros sentimentos, que tanto influem na propagação de bons costumes".[923] Na continuação do debate, onde intervieram "os Srs. Freire, Borges de Barros, Vilela, Caldeira e outros, e julgando-se suficientemente discutido [o assunto], foi rejeitada a ideia proposta", passando o artigo a ter a seguinte redação:

> Em todos os lugares do Reino Unido e Ilhas, aonde convier, se estabelecerão escolas, em que se ensine à mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o Catecismo das obrigações religiosas e civis.[924]

A ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar de uma crescente valorização da mulher-mãe, dotada de poder e respeitabilidade, desde que não transcendesse o domínio doméstico.

> Nós começamos a ser instruídos, desde que entramos para este Mundo; assim, a nossa educação principia com a vida; e o mestre, que primeiro nos conduz é nossa mãe, ou ama. Esta primeira educação é a mais importante, e compete incontestavelmente à mãe, a quem o Autor da Natureza destinou já para este fim, que por isso lhe dá o leite, primeiro alimento da infância.[925]

A mulher era, pois, a rainha-fada-do-lar… Por isso as mais pobres, obrigadas a sair de casa para trabalhar, eram vistas como mães *incompletas*. E as mulheres estéreis, como doentes. Mas a figura-tipo de mulher retratada nesta imprensa é a burguesa, dona de uma educação algo *descuidada*, por vezes frívola, mal formada por leituras ultrarromânticas de efeitos deletérios. E se, mais tarde, Eça acusava a sociedade pelas suas insuficiências e limitações, já o redator do *Despertador Nacional* (Coimbra, janeiro a junho de 1821), responsabilizava o elemento masculino, embora reconhecesse que "os homens têm outros destinos"…

> Declara-se geralmente, que a maior parte das mães é quem deita a perder os filhos; que são elas mesmas quem primeiramente os estraga: se isto se provar, elas serão culpadas; menos porém, certamente, do que os homens, que as têm corrompido e depravado. A mãe naturalmente quer que seu filho seja feliz (…). A ambição dos pais, a sua avareza, a sua tirania, os seus errados cálculos, o seu repreensível desmazelo, a sua insensibilidade brutal, são milhares de vezes mais funestas e prejudiciais à educação, e arrumação dos filhos, do que a cega ternura e condescendência das mães. [926]

A conclusão do jornalista conduzia o leitor para a responsabilização das mães, e por isso serem elas o principal destinatário dos discursos sobre a educação da primeira infância. Os homens, esses, tinham destinos diferentes. Outra razão esgrimida neste artigo, passa por uma possível situação de viuvez: a educação através de bons exemplos levaria os filhos a reconhecer os seus sacrifícios, recompensando-as na velhice. Assim, a mulher-mãe não é desculpada quando negligenciava o acompanha-

[923] *Correio do Porto*, N.º 13, de 15 de janeiro de 1822, p. 2.
[924] Idem, *Ibidem.*
[925] *Despertador Nacional*, N.º II, fevereiro de 1821, p. 63.
[926] Idem, *Ibidem.*

mento atento, carinhoso e permanente dos seus *rebentos*, sendo acusada pela "decrescente natalidade na Europa". E ainda responsabilizada por algumas *modernices* que "corrompem os costumes", como as amas para ajudarem a tratar dos filhos, princípio severamente criticado:

> O que porém mais escandaliza é ver, que muitas mães até consideram como uma baixeza, o fazerem elas mesmas a criação de seus filhos! Mas o facto não é inexplicável. Desde que o estado de mãe se torna pesado, aparecem facilmente meios para se eximirem: e a desgraça é que alguns são de tal qualidade, que até o pejo proíbe que se publiquem! Mas a corrupção dos costumes tem sabido voltar em prejuízo da espécie o atrativo, que dado para a multiplicar. Este abuso criminoso, acrescentado a outras causas destruidoras da população, parece indicar uma conspiração tenebrosa para fazer da Europa um deserto.[927]

Em 1839, *O Panorama* (Lisboa, maio de 1837 a 1868), assumindo a sua função instrutiva, haveria de dar uma explicação científica para as virtualidades do leite materno, sem se debruçar em juízos de valor sobre a mulher.

> Por via de regra o leite das mães, quando são bem constituídas, basta às crianças nos três ou quatro primeiros meses; e raríssimas vezes é necessário dar-lhes outro alimento. Antes de findar este período, o estômago não está em circunstâncias de digerir outra coisa, que não seja o leite, destinado pela natureza para ser o sustento dos recém-nascidos.[928]

O artigo aduzia mesmo a possibilidade do recém-nascido ser amamentado por uma ama, pois o leite da mulher é um alimento adequado à fragilidade dos órgãos digestivos das crianças, "ao grau da ação que a digestão deve excitar em todo o sistema", e próprio para dar a porção de sucos alimentícios necessários ao seu saudável crescimento nos primeiros meses.

> Bem pouco é preciso para isto nos primeiros meses; e as mães e amas pecam, ordinariamente, nestes pontos; imaginando que a criancinha tem fome todas as vezes que grita, dão-lhe o peito dez ou doze vezes por dia. Este erro é um dos mais perigosos, porque as crianças não gritam, senão quando se doem, ou quando alguma coisa as incomoda. A fome, quando principia, não produz dor; e quando qualquer criança tem necessidade de mamar, a manifesta com bem claros sinais, antes de começar a chorar.[929]

Esta imprensa norteava-se por uma linha editorial direcionada para o ensino popular, concebida para "derramar uma instrução variada" destinada a todas as classes. "Tratava-se, portanto, de levar à prática um jornalismo interveniente, na medida em que se propunha alterar a realidade onde estava inserido ou contribuir para isso."[930] Dentro desta perspetiva, o pensamento liberal não deixava ao acaso os comportamentos maternais, procurando informar e habilitar as mães, também os pais (em perspetiva diferente), de forma a capacitá-los para uma conceção de parentalidade responsável.

---

[927] Idem, N.º III, março de 1821, p. 119.
[928] *O Panorama*, N.º 112, de 22 de junho de 1839, pp. 194-196.
[929] Idem, *Ibidem*.
[930] CORREIA, Rita (2012), *O Panorama,. jornal literário e instrutivo da sociedade propagadora dos conhecimentos úteis*, p. 4.

> A educação pública deve formar cidadãos, preparados pela educação doméstica nos graus da infância, em que aquela não pode empregar-se. A educação traz os costumes; e estes a perfeição social pela prestação dos deveres públicos, e particulares, pela reciprocidade de ofícios; pela submissão às leis, e à ordem; e pelo fiel desempenho de virtudes morais e sociais. Ninguém desconhece estas verdades.[931]

Os textos a exaltar a mais bela missão que a mulher pode desempenhar defendem, igualmente, a presença da mãe junto da criança durante os primeiros anos de vida, o que não acontecendo podia originar graves prejuízos comportamentais. Esta importância dada à mulher e à criança traz consigo a necessidade (utópica) do homem novo, liberal, educado e gerador de riqueza. A mãe, ao lapidar a criança, contribuía para esta poder integrar, capazmente, a estrutura produtiva da nação. No campo oposto, *A Estrela Lusitana* (Lisboa, janeiro a agosto de 1828), um periódico absolutista, numa conceção espartana de educação, acreditava que em breve cairia o "véu da ilusão" sobre a educação, defendida pelos jornais liberais. Então ficar-se-ia a conhecer os "vícios da absurda e pueril educação". Um outro jornal "antirrevolucionário", *O Cacete* (Lisboa, novembro de 1831 a 1832), denotava uma grande preocupação porque em "algumas belas se lhe meteu o Judeo revolucionário no corpo, e de pacíficas e até lesmas que eram, de repente se transformaram em abelhas-mestras de partido, e Anas Bolenas da desordem!" E, dirigindo-se a algumas *viúvas*, certamente empenhadas na emancipação da mulher, aconselhava-as a exercerem os "devotos exercícios da devoção e piedade". Este texto indicia que a Marquesa de Alorna tinha seguidoras, por certo entre a alta sociedade de Lisboa, o que inquietava os setores mais conservadores.

10.3. ASILOS DE PRIMEIRA INFÂNCIA

Outro problema que preocupou a imprensa deste período foi o das crianças *enjeitadas*,[932] realidade comum no "mundo da desordem" e recorrente em toda a Europa, com maior incidência a sul. A Casa Real portuguesa conhecia o problema, e acompanhava este fenómeno, condenando a prática observada por alguns párocos de levar emolumentos pelo batismo dessas crianças.

> Manda El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que o Provedor da Comarca de Aveiro não abone aos párocos das freguesias da sua jurisdição, emolumento algum pelo batismo dos expostos, porque essa prática, por alguns observada, é abusiva e contrária ao espírito da igreja e caridade cristã, e como tal já reprovada por Ordens dos Prelados Diocesanos, em virtude das que S. Majestade tem mandado expedir em diversas épocas.[933]

[931] *O Independente*, N.º 24, de 21 de dezembro de 1821, p. 2.
[932] Diz-se do filho que foi abandonado pelos pais, exposto.
[933] *Correio do Porto*, N.º 1, de 1 de janeiro de 1822, p. 3.

Mas, quem são estes *expostos* para merecerem a atenção real? O exposto é uma criança – uma criança geralmente recém-nascida, que teve como destino ser deixada na *Roda*, ou na porta de uma casa particular. Duas razões levavam as mães a este supremo sacrifício. Uma era a fome! Muitas mães não tinham a mínima possibilidade de alimentar o recém-nascido.

> Nem pão, nem trabalho! Infeliz mãe!... Seus olhos já enfraquecidos pela miséria se volvem de contínuo para os céus. Choras, e essas lágrimas se tornaram em gritos de desespero, quando teus filhos te disserem: "Pão, minha mãe! Temos fome!..." Ah! Quão dolorosas são estas palavras para uma mãe carinhosa! Deus não pode ser surdo aos gritos daquele que o implora! Vem, segue-me; vês ao longe aquele edifício? Pois é aí que um anjo consolador vai mitigar teus acerbos males. Oh! Caridade, dom precioso foi sem dúvida uma terna mãe quem suscitou tão feliz lembrança![934]



Mas nem só a fome obrigava uma mãe a abandonar o filho. A moral reinante não tolerava que mulheres solteiras, separadas ou viúvas fossem mães. Assim, o caminho tinha via única, embora muito doloroso, para se livrarem do *embaraço* da situação.

Numa perspetiva mais economicista, e reportando-nos à Europa católica (tese de Isabel dos Guimarães Sá), os hospitais de expostos "serviam como forma de demonstrar a benevolência do poder e aproveitamento de um capital de mão-de-obra que não se podia desperdiçar".[935] Aos sete anos o exposto deixava de estar a cargo da *Roda*, e passava para a esfera administrativa do Juiz dos Órfãos, sendo então obrigado a aprender um ofício – geralmente o trabalho era pago pelo *comer e dormir*, obviamente deficiente. Ao atingir a maioridade, estes jovens eram declarados livres e cidadãos. A lei de maio de 1783, que havia instituído a fundação de asilos de expostos nas sedes dos concelhos admitia que, em muitas regiões do país, as casas estavam "fechadas e sem gente", apontando como causa os "reiterados infanticídios", prática que se tinha generalizado às terras onde não havia rodas de enjeitados.

Nas grandes cidades, alguns orfanatos recebiam crianças que educavam, asilos pouco apoiados a nível governamental, sobrevivendo à custa de almas caridosas, geralmente mulheres, preocupadas com a miséria física e moral que grassava um pouco por todo o lado.

---

[934] *O Mosaico*, N.º 2, de 21 de janeiro de 1839, pp. 1-2.
[935] SÁ, Isabel dos Guimarães (1998), *Abandono de crianças, identidades e lotaria: reflexões em torno de um inventário*, p. IX-XXXII

> Em diferentes bairros da capital vereis letreiros que dizem – Asilo de Primeira Infância. Mas quem vos parece que mandou pintar essas tábuas, pregoeiras de caridade? Serão os poderosos? Não - que esses, nas mesas de seus banquetes, nos saraus do luxo e dos prazeres, vivendo só no presente, que lhes importa que uma raça corrompida ou virtuosa passe depois deles na terra? Serão os políticos? Não - que a esses, mal lhe chega o tempo para se guerrearem e detestarem cordialmente uns aos outros. Serão os filósofos? Não - que a esses, basta-lhes escarnecer de quanto é santo, venerando e secular, em discursos ou escritos de *rebombo-franco-anglo-algaravio*; basta-lhes crerem-se ilustrados, porque chegaram à filosofia do século passado, e lá ficaram. Mas, direis vós, se não foram nem poderosos, nem políticos, nem filósofos, foram necessariamente homens; que decerto anjos não desceram ao mundo para vigiar pela infância desvalida. (…) Pois sabei que foram mulheres que estenderam os braços para os filhinhos do pobre. Foram elas que disseram, como Jesus Cristo: Deixai os pequeninos e não os tolhais que venham a mim. Foram elas as únicas que ouviram o clamor do futuro, e compreenderam as necessidades do século.[936]

Importa, pois, recuperar a origem da *Roda* que, de meio de recebimento de géneros e outros objetos de primeira necessidade nos conventos, onde as irmãs viviam em clausura, passou a ser usada como recetáculo de recém-nascidos não desejados. Em Portugal, as rodas tornaram-se comuns a partir de 1498 com o surgimento das irmandades da Misericórdia, financiadas pelas Câmaras Municipais. O *Mercúrio de Lisboa*[937] informava que no "ano de 1743 entraram no Hospital Real de Todos os Santos, desta cidade, pela roda e pela porta da casa dela, 1038 crianças expostas, a saber, 545 meninos e 493 meninas, com 1717 que no princípio se estavam criando, faz o número de 2755. Faleceram das mesmas crianças, na casa da roda, e das que se tinham dado a criar, 778; e ficou a Mesa dos Santos Inocentes atualmente correndo com a criação de 1977 crianças".[938]

Apesar de ter surgido muito antes, como vimos, a *Roda* só foi institucionalizada "como lugar oficial de receção dos expostos" em 10 de maio de 1783, por instâncias de D. Maria I e Diogo Inácio de Pina Manique. A sua extinção oficial ocorreu em 1867, embora continuasse a ser prática corrente a sua utilização. Como vimos, a monarquia procurou acompanhar este inquietante fenómeno social. Numa linha de política social próxima do despotismo esclarecido praticado no espaço europeu, foi criada a Roda dos Expostos ou dos Enjeitados, em todas as cabeças de comarca do país (alvará de 24 de maio de 1783), como forma de evitar os infanticídios, ou a venda de recém-nascidos em zonas fronteiriças, onde pessoas do país vizinho vinham comprar crianças. Estas *Rodas* estenderam-se a todas as localidades do país (embora de forma insuficiente), só perdendo importância ao longo da primeira metade do século XIX, quando os grandes hospitais dos centros urbanos absorveram esta prática.

---

[936] *O Panorama*, N.º 62, de 7 de julho de 1838, pp. 210-213.
[937] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p.34: "Informa o prefaciador do *Folheto de Lisboa*, Arnaldo Faria de Ataíde e Melo, que, paralelamente à *Gazeta de Lisboa*, se escreveu um jornal que ficou manuscrito e que teve sucessivamente os títulos *Diário*, *Diário de Lisboa Ocidental* e *Mercúrio de Lisboa*, o qual de 1741 em diante teria sido redigido por Rodrigo Xavier Pereira de Faria
[938] *Mercúrio de Lisboa* (jornal manuscrito), de 4 de janeiro 1744.

Verificado o elevado índice de mortalidade, o Duque de Bragança, regente em nome de sua filha menor, nomeou uma Comissão Administrativa de forma a minorar a situação, prescindindo da colaboração dos Irmãos da Confraria da Misericórdia de Lisboa. E o recolhimento dos órfãos foi transferido para o Convento de S. Pedro de Alcântara, doado então à Misericórdia, (1833). O ensino foi melhorado, estabelecendo-se aulas de escrita, música e outras matérias, pelo método do ensino mútuo, objeto do capítulo VI.

Em maio de 1844, ano da reforma do ensino de Costa Cabral, *O Panorama* fazia um ponto da situação sobre os asilos para os "alunos da infância desvalida" de dois a sete anos. Depois de localizar a origem destas instituições em Inglaterra, França, Alemanha e Suíça, referia que se estabeleceram também em Lisboa, graças a uma sociedade filantrópica, criada para esse fim, financiada "por suas Majestades e muitas das mais respeitáveis pessoas da Corte", logo secundadas por beneméritos de diferentes classes e corporações.

> Em 31 de dezembro de 1842 existiam matriculadas 559 crianças, meninos e meninas, nas sete casas estabelecidas em diversos e convenientes sítios da cidade, onde não só recebem os alunos a educação religiosa e moral, mas também os rudimentos das primeiras letras. (…)
>
> Que satisfação causa ver aquelas plantas mimosas, cultivadas pela beneficência, crescer debaixo da influência de hábitos de boa ordem e asseio, dos cuidados higiénicos, da regular direção do entendimento, e do ensino das verdades religiosas! [939]

10.4. O LONGO CAMINHO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

A imprensa do século XIX conta-nos como a industrialização favoreceu setores importantes da burguesia, permitindo que os rendimentos masculinos suportassem as responsabilidades familiares. Isto tornou possível que a mulher se pudesse dedicar em exclusividade à casa e à educação dos filhos – função maternal. Nasceu, assim, uma ideia de divisão de trabalho: espaço privado e espaço público, palcos distintos para personagens diferenciadas – a mulher e o homem. Acontece que as atividades destes *anjos do lar* não eram vistas, socialmente, como atividades produtivas, mas sim reprodutoras. Esta associação da mulher à casa é enganosa, pois esta domesticidade apenas abrangia um grupo muito restrito, já que a esmagadora maioria das mulheres tinha de trabalhar no comércio, na indústria, nos serviços ou nos setores agrários, como forma de poderem contribuir para o sustento da família. E estes trabalhos, muitas vezes, ultrapassavam a esfera do feminino, pois como mão-de-obra desqualificada, o preço dos seus braços era significativamente inferior ao do género oposto, apesar de implicarem destreza, força e resistência.

Na educação também verificamos este fenómeno, bem elucidativo num texto da *Revista Universal Lisbonense*, onde podemos acompanhar a preocupação das classes superiores com

[939] *O Panorama*, N.º 124, de 11 de maio de 1844, pp. 148-149.

as *meninas*, em paralelo com o analfabetismo e extrema pobreza da esmagadora maioria das *raparigas* do povo. Mas também é neste século que assistimos à renovação de mentalidades, para o que contribuíram a escola pública e o ensino obrigatório e gratuito. E, depois de 1836, o Estado passou e ver na adolescente uma aluna e uma cidadã, e não alguém destinado à santidade do lar. Todavia, ser mulher, mulher independente, continuou a ser uma miragem num mundo predominantemente masculino. Por isso não podermos estranhar a diatribe de *O Cacete* sobre as "Anas Bolenas da desordem", o que por contraste, torna ainda mais relevante o papel da "proprietária e redatora" *de A Assembleia Literária – Jornal de Instrução*, (Lisboa, 1849 a 1851) e o facto de no cabeçalho, e pela primeira vez na história do jornalismo em Portugal, aparecer o nome de D. A. G. Pusich – uma mulher! Uma mulher que se negou a fazer parte do grupo apartado pelos homens que fazem a história.

Também os grupos maçónicos de Lisboa, Porto e Coimbra partilhavam leituras (a *Enciclopédia*[940] era uma referência), libertos de entraves religiosos. E de género? Herculano, o respeitado teórico do liberalismo português, encarava a instrução como "uma verdade de consciência", a "filha mais velha do Evangelho".[941] Ora, cabendo à família (sendo a mulher o esteio central deste processo) a responsabilidade da "primeira educação" (transmissora de *habitus*), ao governo competia assumir a responsabilidade de escolarizar, numa segunda fase, também a futura mãe. E esta escolarização devia ser o mais alargada possível, procurando ordenar o "mundo da desordem", o *caos* em que vivia a esmagadora maioria da população.

Desta forma, a burguesia garantia a instrução universal, por isso ser gratuita, preservando as hierarquias sociais. Isto é, mantendo os seus privilégios e conquistando, de forma controlada, faixas da marginalidade para o *reino* da *boa* ordem burguesa. Mas a prática efetiva deste programa de regeneração social, arrastar-se-ia ao longo do século, e do século seguinte. Ainda em 1837, num artigo sobre "Educação Materna", *O Panorama* interrogava-se: "O que é a mulher? O que é este ente a quem devemos o existir, que guia os nossos primeiros passos ao sair do berço, e que, assemelhando-se a um anjo consolador, vela por nós até descermos à sepultura?". Alexandre Herculano recordava, então, que até os "rudes Francos" consideravam a mulher uma espécie privilegiada pelo céu…

> Brevemente deserdada dos seus direitos sagrados, e limitada em âmbito da veneração religiosa que lhe coubera, unicamente aos cotejos de ridículo e culpado galanteio, a mulher foi constrangida a abandonar a sua missão benfeitora. Contudo, sem embargo da nossa injusta e desassisada usurpação, ainda podemos certificar-nos de que com isso nos privamos nós mesmos de grandes vantagens.

[940] *A Encyclopédie* (28 volumes), editada por d´Alambert e Diderot em 1772, tendo como colaboradores, entre muitos outros ensaístas, Rousseau, Voltaire e Montesquieu.
[941] Pestalozzi, Frebel e Herbart participavam ativamente numa nova ideia de educação, criando as bases de uma *escola nova*.

> Com efeito, saindo-lhes das mãos, para cair nas do homem, as crianças degeneraram logo; a nossa aspereza lhes mancha as graças; o espírito se lhe torna inflexível e brigoso; esmorece-lhe a esperteza e perspicuidade e muitas vezes somem-se ambas para darem lugar à torpe ignorância, ou às tristes consequências de uma educação viciosa.[942]

O Recreativo (Lisboa, fevereiro a dezembro de 1838), periódico literário, sobre a "educação das mulheres" dizia que, sendo menos robustas fisicamente que os homens, por certo a Natureza não as destinou às mesmas tarefas. Isto, na opinião do articulista, já não se aplicava "às faculdades da sua alma". Por isso defendia que todo o homem que desse "uma má educação à mulher" não se poderia lamentar destas ser "desassisadas e ineptas". A não ser que os homens as pretendessem manter ignorantes para as poderem continuar a dominar.

> Se as mulheres pela brandura da sua conversação, pelas graças do seu espírito, e pelos encantos da sua natural modéstia governam e vivem unidas aos homens, por isso mesmo era de muito interesse para eles serem governados e viverem unidos a pessoas judiciosas e sábias. Privar pois o belo sexo da educação literária é uma barbaridade, e se as mulheres só pelo seu espírito indicam um discernimento delicado e conceituoso, que nos arrebata e nos cativa, quanto não se aumentariam os seus merecimentos pessoais em proveito da humanidade se fossem ilustradas por meio dos estudos úteis das ciências e das artes.[943]

A Revista Universal Lisbonense, num texto de novembro de 1847, intitulado "Educação Feminil – Colégio de Santa Maria estabelecido na Rua Augusta, N.º 174" afirmava, de forma categórica, que ainda não se tinha dado à mulher toda a importância que esta merecia

> Se é pois um dever grande dos pais e mães de família cuidar do ensino dos filhos, é um dever mais e mais sagrado esmerar-se na boa educação das filhas.[944]

A Fonte (Lisboa, 1849), um semanário de recreio popular, num artigo sobre "As Mulheres", assinado por *Blair*, admitia que elas eram as principais molas que faziam andar a "máquina da sociedade". A imprensa deste período ao valorizar, como temos vindo a comprovar, o papel da mulher na família e na sociedade, tornava irreversível a sua afirmação na vida ativa, muito especialmente no ensino, particularmente no das primeiras letras.

10.5. EDUCAÇÃO E SAÚDE

Um outro problema deste período: a mortalidade nas primeiras idades. E, todavia, não a senti presente pela pena dos periodistas de então. Alguns jornais ofereciam quadros com nascimentos e óbitos, nunca fazendo considerações sobre as suas causas.[945] Os investigadores têm procurado ultrapassar este silêncio através dos registos paroquiais, o que exige algum

[942] *O Panorama*, N.º 8, de 24 de julho de 1837, p. 62.
[943] *O Recreativo*, N.º 41, de 9 de novembro de 1838, p. 328.
[944] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 46, de 18 de novembro de 1847, p. 545.
[945] Mortalidade em Lisboa. Em 5 de abril de 1842. Cemitério dos Prazeres. Cadáveres enterrados: maiores, 3; menores, 6. Cemitério do Alto de S. João: menores 3. Total: 12.

cuidado, quando se trata do estudo da mortalidade infantil e juvenil. Uma certeza: o número era anormalmente elevado. "Se excetuarmos a freguesia de Cedofeita (Porto), com uma taxa de 170% (período de 1821-1830), na freguesia de Ramalde (Porto), a taxa era de 283% (período de 1860-1863); em Leça da Palmeira (Matosinhos), de 281% (período de 1864-1900); em Paranhos (Porto) era de 324% (período de 1851 a 1860). Nestes índices está englobada a mortalidade infantil e juvenil".[946] O mesmo autor refere que, em contraponto com as indicações das causas do falecimento, que eram raras, a idade em que aconteciam eram mais frequentes, o que permite dizer que é entre os dois e os três anos que os óbitos são mais numerosos. A título de exemplo, embora localizando-nos na cidade do Porto, importa confrontarmo-nos com os números.

QUADRO 10. MORTALIDADE INFANTIL - PORTO. SANTO ILDEFONSO (1824-1830)

IDADE / ANOS	RECÉM-NASCIDOS	ATÉ 1 MÊS	1 MÊS 1 ANO	1-3 ANOS	3-5 ANOS	5-7 ANOS	7-9 ANOS	9-11 ANOS	11-13 ANOS	N/ EX-PRESSA
1824		4	26	51	26	18	2	5	----	4
1825		6	28	36	4	3	4	5	2	1
1826		6	32	39	7	6	5	8	2	2
1827	1	7	33	41	16	5	3	3	3	----
TOTAL	**1**	**23**	**119**	**157**	**53**	**32**	**15**	**21**	**7**	**7**

Fonte: SANTOS, Cândido (1982). *Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX*, p. 57.

Como se verifica as idades mais críticas são as de 1 aos 3 anos, logo seguida da faixa de 1 mês a 1 ano, aparecendo muito distantes destes números as idades dos 3 a 5 anos, até 1 mês, e de 9 a 11 anos. As razões não são facilmente percetíveis, embora a linearidade existente possa ser explicada pela alimentação materna (ou das amas) nos primeiros tempos, havendo um *choque* alimentar nas crianças de um mês aos três anos. No que diz respeito a Portugal, estas crianças eram dizimadas pelas enterocolites – após o período de aleitação, já que a alimentação era feita à base de "carnes gordas, toucinho, carnes defumadas, papas de farinha não fermentada, caldo de hortaliça e outros alimentos vegetais grosseiros"[947] – e, muito especialmente, pela varíola, as terríveis bexigas que nalguns anos grassavam com uma intensidade brutal.[948] Será de supor que, nas periferias, este número fosse significativamente mais elevado, disparando no interior do país, onde a medicina era ainda praticada por curandeiros e feiticeiros. Os remédios eram feitos à base de ervas e raízes. As causas das mortes, designadas por *moléstias*, ocorriam devido a diferentes febres (maligna, catarral, vermelha, tísica, podre) e diarreias, algumas vezes qualificadas de disenterias.[949] Diversos medicamentos apareciam anunciados nos jornais, muitos deles "obedecendo a fórmulas

[946] SANTOS, Cândido (1982), Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX, in *Humanidades*, p. 49.
[947] SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1979), *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, p. 287.
[948] A vacina contra a varíola foi introduzida em Portugal em 1799, o que originou os primeiros estudos em língua portuguesa, nos anos de 1801. Há notícia que esta vacina foi rejeitada, nas primeiras décadas, pelas camadas mais baixas da população.
[949] SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1979), *Obra cit*. p. 52.

secretas", negócio apropriado por pessoas menos honestas que, assim, procuravam tirar proveito da situação de calamidade pública existente. Os banhos públicos também eram muito anunciados: "Na rua do Príncipe n.º 32 há banhos simples, de caldas e de vapor. Estes últimos são o melhor remédio contra o reumatismo, obstruções de fígado, falta de menstruação e várias outras moléstias. Os banhos de chuva: muito aconselhados em moléstias nervosas".[950]

QUADRO 11. MORTALIDADE INFANTIL - PORTO. BONFIM (1842-1846)

IDADES / ANOS	RECÉM-NASCIDOS	ATÉ 1 MÊS	1 MÊS A - ANO	1-3 ANOS	3-5 ANOS	5-7 ANOS	7-9 ANOS	9-11 ANOS	11-13 ANOS	N/ EX-PRESSA
1842	1	4	26	34	9	4	6	3	----	---
1843	1	5	18	41	12	4	1	2	---	3
1844	1	11	27	30	12	5	7	2	---	3
1845	---	14	25	30	8	5	3	---	---	7
1846	2	4	24	21	9	8	1	5	2	2
TOTAL	**5**	**38**	**120**	**156**	**50**	**26**	**18**	**12**	**2**	**15**

Fonte: SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1979). Idem.

Na freguesia do Bonfim, cidade do Porto, mantém-se a tendência encontrada em Santo Ildefonso. Isto não é de estranhar pois são freguesias vizinhas, com caraterísticas semelhantes, à época numa periferia muito próxima do centro da cidade.

QUADRO 12. ÓBITOS DE MENORES E ADULTOS - PORTO, BONFIM, (1842-1846). [951]

ANOS	MENORES			ADULTOS		
	MENINOS	**MENINAS**	**TOTAL**	**HOMENS**	**MULHERES**	**TOTAL**
1842	42	46	88 (87)*	25	27	52
1843	58	31	89 (87)*	45	47	92
1844	52	50	102 (98)*	28	38	66
1845	44	48	92 (92)*	29	26	55
1846	45	35	80 (78)*	27	21	48

(*) Valores retirados do quadro 11 não coincidentes com os agora apresentados.

Ao colocarmos em paralelo os óbitos dos *inocentes,* nome atribuído aos recém-nascidos, e das crianças até aos 13 ou 14 anos, com o dos adultos (acima dos 14 anos), os números são assustadores. E reportam a uma freguesia da cidade do Porto,[952] o que indicia um enquadramento médico-sanitário muito satisfatório, se comparado com o do Portugal profundo: serviços de higiene pública e condições habitacionais mínimos, fornecimento de água potável, limpeza das ruas…

QUADRO 13. ÓBITOS CRIANÇAS E ADULTOS (1842-1847)

1842		**1843**		**1844**		**1845**		**1846**	
C)	***A)***	***C)***	***A)***	***C)***	***A)***	***C)***	***A)***	***C)***	***A)***
88	**52**	**89**	**92**	**102**	**66**	**92**	**55**	**80**	**48**

Legenda: *C)* Crianças *A)* Adultos Fonte: SOUSA, Fernando Alberto Pereira de (1979), p. 73

[950] *A Revolução de Setembro*, N.º 2265, de 4 de outubro de 1849, p. 4.
[951] Idem, p. 75, com alteração (*).
[952] O Bomfim era então um local periférico da cidade do Porto, com bairros operários devido a algumas fábricas e manufaturas. Alguns palacetes, casas de industriais e comerciante, revestidas a azulejos, davam contemporaneidade à paisagem.

Assim, são plenamente justificados todos os artigos de puericultura encontrados em alguns jornais e revistas liberais. Contrariamente ao esperado, textos de opinião sobre este fenómeno, não são comuns, o que leva a supor que isto fosse visto com alguma naturalidade, ou uma inevitabilidade que só a ilustração do povo ajudaria a debelar. Por isso os cuidados, tão insistentemente exigidos às mães, com a finalidade de combater este flagelo. A verdade é que a mortalidade infantil atingia valores muito acima dos conhecidos na Europa Ocidental. Outro indicador contribuía para este elevado número de óbitos, e aqui não distingo as crianças dos adultos, as mulheres dos homens. Muitos enfermos sentiam-se muito relutantes em seguir as prescrições dos poucos médicos existentes (e falamos de classes médias e superiores), recusando-se a sujeitar-se a tratamentos mais agressivos para a época, como as sangrias ou as intervenções cirúrgicas, realizadas em condições insalubres e sem anestesia. Compreende-se, assim, que o progresso das mentalidades associado à medicina e à higiene, verificado ao longo da segunda metade do século tenha contribuído, decisivamente, para uma explosão demográfica.

10.6. REFLEXÃO SÍNTESE DO CAPÍTULO X

A importância atribuída à mulher e à mãe, nos séculos XVIII e início do século XIX, reduzida ao palco da vida privada, aparece muito associada ao combate à mortalidade infantil. Nesta linha, muitos dos textos analisados falam dos cuidados a ter com os recém-nascidos. Depois, com as vantagens do leite materno, a higiene e, coisa nova, a importância dos afetos - considerando alguns autores a ternura da mulher diferente da do homem. Importante, ainda, era o dever de acompanhar os filhos nos cuidados físicos, morais e intelectuais. "Como poderão moralizar-se os povos sem instrução?! Que se poderá esperar de tantos rapazes que vão crescendo como os abrolhos em campo inculto, abandonado?!".[953] Esta é a visão da burguesia em ascensão, classe cada vez mais autónoma, informada e culta. A mulher operária, como vimos, era vista como *incompleta* por não poder cumprir esta missão, então considerada sagrada. Curiosamente, a mulher aristocrata e a operária tinham comportamentos semelhantes: ambas entregavam os filhos a ama-de-leite. As primeiras por comodismo, *chiquismo* diziam alguns, as segundas por absoluta indisponibilidade. Neste ponto a imprensa absolutista é cáustica - não aceita que a mulher fuja a cumprir, por inteiro, os seus deveres maternais.

É preciso educar as mães! Este grito da imprensa liberal oitocentista (a conservadora via nesta cruzada a mão de satanás para as perverter) revela a importância que esta sociedade atribuía à mulher como educadora da prole familiar, em contexto doméstico, associando-a à

[953] *A Assembleia Literária*, N.º 28, de 23 de fevereiro de 1850.

maternidade e pós-maternidade - imagem de uma mulher humana, sensível, compassiva e solidária. O homem, participante na esfera pública, assumia uma função instrumental – o sustento económico da família. Esta ideia generaliza-se, progressivamente, a faixas mais alargadas da população. A mulher deixa de ser escrava; passa a ser vista como companheira, dentro de uma hierarquia onde o homem, apesar de tudo, continuava a ocupar o topo da pirâmide. A idade do casamento mantinha-se tardia (entre os 25 e os 30 anos), e aqui não se notava diferença entre homens e mulheres, considerando a taxa de mortalidade que, mesmo diminuindo ao longo do período, era de 26,61 em 1821.[954] Verifica-se, ainda, um número elevado de solteiros, de ambos os sexos, o que pode ser justificado por debilidade económica.
A prostituição continuou a funcionar como uma poderosa válvula social, por isso mesmo aceite e tolerada. Em 1841, foi publicado o famoso livro *Da prostituição na Cidade de Lisboa*, do médico Francisco Inácio dos Santos Cruz, obra marcante a todos os níveis. Este autor referiu a existência nessa data, de 360 casas de prostituição e de 762 prostitutas na capital portuguesa.[955]

A mulher citadina ao adquirir maior autonomia impõe alterações na vida familiar, quer na higiene pessoal como na da casa. Exemplo desta nova dimensão de dona de casa são os diferentes anúncios qua começam a aparecer na imprensa, noticiando os benefícios da lavagem a vapor da roupa, bem como a eliminação de nódoas difíceis (tinta, óleo, cera, pez e breu) através de uma essência saponácea, também adequada para tecidos mais delicados ou mesmo para o rosto.[956] Também no vestuário a harmonia romântica vai inspirar uma nova forma de vestir, onde o exagero e alguma excentricidade são as notas dominantes. As crianças vestiam como os adultos.

Os debates educativos travados na imprensa contribuíram para desocultar a posição subalterna da mulher na sociedade, inspiraram um novo discurso filosófico sobre a discriminação de género (o direito de voto só seria atingido no início do século XX), e ajudaram a transformar a velha sociedade patriarcal, num palco onde a conceção prevalecente passou para um modelo feminino meritocrático. Mas a forma paternalista como os periodistas se referiam à mulher e à sua função de educadora natural deixa facilmente adivinhar que a questão do género seria um assunto para durar. Daí poder dizer-se que a grande revolução deste século XX não foi o marxismo, foi o feminismo.[957] Com todas as suas limitações teóricas, é justo reconhecer que as páginas dos periódicos do século XIX deram um primeiro impulso no sentido dessa revolução.

---

[954] SERRÃO, Joel & M. A. H. de Oliveira (2002), *Nova História de Portugal*, p. 41.
[955] Idem, p. 524.
[956] *O Grátis*, N.º 32, de 25 de fevereiro de 1837.
[957] Perry Anderson (1938) Historiador e sociólogo marxista. Autor, entre outras obras, de *Crise da Crise do Marxismo*, *Linhagens do Estado Absolutista*, e *Origens da Pós-Modernidade*.

CAPÍTULO XI

NOTAS E AVISOS (ANÚNCIOS)

A publicidade, como a comédia clássica, visa o verosímil, em vez da verdade.

Louis Quesnel[958]

Com este capítulo procuro dar visibilidade a um tema pouco explorado: os *avisos* ou *anúncios* nos periódicos do século XIX, textos riquíssimos para o estudo da sociedade nas suas diferentes vertentes, a merecerem um trabalho de maior fôlego. Estas *notícias* mais não eram que *peças* pagas, com o objetivo de divulgar produtos, acontecimentos e ideias - a publicidade.[959] As técnicas foram evoluindo de acordo com as diferentes civilizações, o engenho aguçado pela necessidade de comunicação junto das massas de forma a estimular o consumo.

A palavra publicidade, na origem, designava o ato de divulgar, de tornar público, do latim *publicus*, estando na origem do termo francês *publicité* (que começou por aparecer no dicionário da Academia Francesa com sentido jurídico: divulgação de leis, éditos, ordenações e julgamentos).

Em Portugal o século XIX foi o século da burguesia. Também de um novo operariado mal pago e obrigado a trabalhar de sol-a-sol. As cidades cresceram e modernizaram-se, enquanto os hábitos de consumo se iam modificando progressivamente. A dimensão discursiva dos periódicos procurou corresponder, em cada um dos períodos analisados, embora de forma incipiente, a esta nova dimensão da sociedade.

11.1. HISTÓRIA E PUBLICIDADE

Quando nasceu a publicidade? Como evoluiu?

É comum dizer-se que tudo começou em Pompeia, na Antiguidade Clássica, para informar a população dos combates entre gladiadores. Tratava-se de uma publicidade oral, feita por

[958] Para Louis Quesnel a publicidade manipula os valores da sociedade. "Com inteligência, tecnicidade e criatividade, a publicidade aproveita-se da crise cultural, da confusão das morais e da ignorância do direito, da irreligião e do apolitismo, para afirmar: eis o que é bom e agradável, desejável e conforme, conciliando o princípio da realidade na imagem de marca, no ícone do produto. A imagem da marca torna-se, no final, numa imagem de si e vice-versa. Pelo seu arrazoado, a publicidade manifesta o que há na nossa sociedade, apesar da diversidade de gostos e das divergências de opinião, um consenso, um acordo sobre alguns valores comuns: a saúde, a beleza, o conforto, a segurança, a felicidade, a rapidez, a novidade, o prestígio… - e que a excelência de uma civilização se julga pela quantidade de objetos dotados dessas qualidades (1974, p. 80).

[959] José Tengarrinha, na *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865* (2013), dedica ao assunto duas páginas, elencando os títulos que mais se destacaram, associando-os à produção e comercialização de mercadorias.

pregoeiros que percorriam a cidade, anunciando o local e os combatentes, o mesmo acontecendo para a venda de escravos, gado e outros produtos. No século XVII, com Théophrast Renaudot,[960] que encontramos na origem da *Gazette de France* (1631), surge uma secção de *pequenos anúncios* - como os que elogiavam as "águas de Forges" (4 de julho de 1631). Estava encontrada uma nova fonte de financiamento do jornal, pois até aí o editor vivia da venda de assinaturas, como pudemos verificar na imprensa tratada. Estas pequenas notícias pagas limitavam-se, apenas, a dar a conhecer o produto, a divulgá-lo, pois ainda não havia a perceção de como a mensagem podia influenciar (sugestionar e capturar) o leitor. Aceita-se que foi Benjamin Franklin (1706-1790)[961] o pai da publicidade moderna, ao aperceber-se do fenómeno pelo lado do consumidor, o que lhe permitiu potenciar os produtos, contribuindo para transformar os periódicos em empresas de venda de informação intencional.

Este aproveitamento propagandístico da imprensa evoluiu de forma inesperadamente lenta. Os iluministas franceses mostraram-se muito críticos para as vulgaridades (*récits de bagatelles,* no dizer de Voltaire) com que se enchiam as folhas dos jornais, ocupando um espaço precioso para os textos dos grandes escritores produtores de cultura que, então, faziam opinião política - preconceito só ultrapassado na segunda metade de oitocentos com a afirmação do estado capitalista burguês. Já os editores e periodistas da Grã-Bretanha, desde muito cedo, souberam tirar partido deste negócio e, em 1745 apareceu um jornal inteiramente dedicado aos anúncios e ao ócio, precursor do bissemanário *O Grátis: jornal dos anúncios* (Lisboa, novembro de 1836 a dezembro de 1857), saído cerca de cem anos depois…

Em Portugal, no século XVIII, o jornalismo encontrava-se muito atrasado em relação aos demais países da Europa do Norte e do Centro, responsabilidade do absolutismo régio e da Igreja Católica, que impediam a liberdade de imprensa e a livre circulação de ideias. Por isso não termos acompanhado as gazetas e revistas estrangeiras na publicitação de mensagens destinadas a sensibilizar o leitor para determinados «produtos culturais». Encontramos, sim, *Avisos* de compra e venda de propriedades e animais, até de batatas no Cais do Sodré [Lisboa], penhoras, movimento da barra, a lotaria da Casa Pia, ou informação médica:

> O Doutor Félix da Gama, formado em Medicina, e morador no bairro da Lapa, rua do Quelhas, N.º 40, participa a todas as pessoas que se quiserem utilizar do seu préstimo, que

[960] Théophraste Renaudot (1586 - 1653) foi um jornalista, médico e filantropo francês. Foi o fundador da publicidade e da imprensa francesas. Renaudot foi o criador do *Bureau d'adresse* (1630) e da *La Gazette*, jornal hebdomadário (30 de maio de 1631), onde publicava a atualidade noticiosa com os anúncios recebidos no escritório.

[961] Jornalista, editor, cientista, diplomata, um dos líderes da Revolução Americana, destacando-se como um enérgico abolicionista. Este sábio, grande representante do iluminismo, abandonou a escola aos dez anos, começando a trabalhar aos doze como aprendiz do irmão James, impressor no jornal *New England Courant*, onde chegaria a editor. Em 1732 começou a publicar o famoso *Poor Richard´s Almanac*, onde inseria provérbios ainda hoje atuais como: *Não deixes para amanhã o que podes fazer hoje…*

> todas as segundas e quintas-feiras desde as nove horas até ao meio dia, em sua casa, vacina e dá consultas para todas as moléstias, e gratuitamente aos pobres.[962]

Neste período são raros os anúncios sobre livros ou professores. Em relação aos primeiros, a censura só permitia alguns clássicos, vulgaridades ou literatura religiosa. Sobre os segundos, normalmente pedidos ou ofertas de mestres para o ensino doméstico, ou monitores para colégios dirigidos por religiosos.

> No Colégio de S. João Evangelista, à Conceição Nova, precisa-se de um Mestre para estar com os estudantes nas horas vagas, e acompanhá-los ao passeio; deve ser abonado e saber falar francês ou inglês.[963]

Este bloqueio à informação e ao comentário, feito através de um exame prévio e posterior classificação, moldava os textos dos poucos jornais existentes, pois uma opinião divergente poderia ser considerada crime, pecado, heresia, subversão e, por isso, suscetível de punição de acordo com a sua gravidade. Até "O mais importante centro de formação da *intelligentsia* tradicional portuguesa, a Universidade de Coimbra, preocupada em eliminar os focos de subversão que nela mesma descobria, manifestava, naturalmente, a sua hostilidade para com a Academia, onde via essa subversão institucionalizar-se, numa ameaça aos privilégios dos seus membros e à unidade e hegemonia do saber que difundia".[964]

11.2. PUBLICIDADE, CONSUMISMO E EDUCAÇÃO

Só depois da Revolução de 1820, com a liberdade de Imprensa, os jornais passaram a publicitar livros e jornais, agora com total abertura, bem como a realização de espetáculos (de teatro e ópera, por exemplo), preços de cereais, o movimento da barra, com todas as embarcações saídas e entradas, ou o aconselhamento de produtos de higiene, limpeza e saúde. E até havia quem se dispusesse a emprestar dinheiro mediante garantias pré-definidas! Vivia-se uma incipiente Revolução Industrial e, como resposta às alterações na estrutura social, económica e política, a publicidade (com e sem sinal de pago) assumia um papel crescente na sociedade, disseminando ideias, hábitos e cultura - impunha produtos emergentes, aumentando a sua procura, ao mesmo tempo que os preços caíam graças à concorrência. O progressivo acesso de algumas classes trabalhadoras a um consumismo moderado ampliou o volume do negócio, obrigando os lojistas (e toda a cadeia de produção) a adaptarem-se aos novos clientes e a novos gostos. Também aqui, alguma imprensa, ao trazer para as suas páginas a moda de Paris, por exemplo, refinava a procura e o bom gosto.

---

[962] *Gazeta de Lisboa*, N,º 149, de 26 de junho de 1819.
[963] Idem, N.º 1, de 1 de janeiro de 1819, p. 4.
[964] SANTOS, M. de Lourdes Lima dos (1979), Sobre os intelectuais portugueses no século XIX – do Vintismo à Regeneração, *Análise Social*, Vol. XV (57), p. 70.

Os líderes políticos, sempre muito atentos aos fenómenos de massas, cedo se aperceberam do poder dos jornais, e de como através deles poderiam influenciar a população. E aqui encontramos justificação para o aparecimento em Portugal de muitos títulos, a maioria deles afetos a fações e a partidos políticos. Isto mesmo é referido pelo periódico *Revolução de Setembro* (Lisboa, junho de 1840 a janeiro de 1901),[965] num artigo sobre "publicações literárias".

> Este século, tão destruidor como criador, matou a livraria e pôs em seu lugar o jornalismo. Assim devia ser, porque este veículo é popular.
>
> Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos. O que os livros monopolizavam, os jornais o derramam como podem; é a subdivisão e generalização da propriedade aplicada por toda a parte às luzes. (…)
>
> Todos os partidos, semipartidos, e variações de partidos, têm jornais para derramar as doutrinas de suas diversas políticas.[966]

11.3. A COMUNICAÇÃO: UM PROCESSO GLOBAL

À medida que a população adquiria a competência da leitura, com o aparecimento de mais e melhores escolas, o que coincidiu com a afirmação da burguesia e da sociedade capitalista, com a expansão das cidades para a periferia, e com a chegada de sucessivas vagas de trabalhadores para a indústria, comércio ou agricultura, assim o papel da Imprensa e da publicidade sobre a população se tornou mais agressiva, acabando por ela própria se tornar num negócio lucrativo. A propaganda e a publicidade atravessaram fronteiras, passaram a conviver com o dia-a-dia das pessoas, com o intuito de divulgar os mais diversos produtos e serviços, servindo-se da persuasão e do convencimento. Todos os jornais apresentam traduções de folhas congéneres estrangeiras, bem como obras em voga na Europa, como as de Walter Scott. Portugal só atingiu plenamente esta fase em 1864, com a publicação do *Diário de Notícias*,[967] o jornal de Lisboa que todos conhecemos. Tratou-se de uma *folha* popular, com um peso significativo de anúncios, o que contribuía para o tornar mais barato e, por isso, acessível às bolsas dos trabalhadores que procuravam na leitura um autodidatismo que lhes permitisse aceder a patamares profissionais e sociais superiores.

O *Mnemosine Constitucional* (Lisboa, setembro de 1820 a junho de 1821),[968] um jornal patriótico que defendia os princípios liberais, apresentava na última página[969] a sua primeira notícia paga, dando a conhecer uma obra de Adriano Balbi, (1782-1848), um geógrafo e

[965] O título do jornal aponta muito claramente a sua linha política.
[966] *Revolução de Setembro*, N.º 239, de 2 de setembro de 1841, p. 4.
[967] Jornal fundado pelo jornalista e escritor Eduardo Coelho e pelo industrial tipográfico Tomás Quintino Antunes. Este jornalismo industrial e generalista foi pensado para informar, mas de forma a capturar emocionalmente o leitor, fidelizando-o com rubricas que iam da economia às artes, da política nacional à internacional, do desporto ao crime, do trabalho infantil à corrupção. A linha editorial afirmava-se apartidária, ao serviço do público leitor e do bem-comum. A realidade desmentia este enunciado de intenções…
[968] Um jornal panfletário dirigido por Pedro Alexandre Cavroé.
[969] Neste período os anúncios apareciam no final do jornal.

estatístico que em 1820 tinha visitado demoradamente o país, onde recolheu informação que lhe permitiu organizar uma obra sobre a situação sociopolítica da Europa, no primeiro quartel do século XIX.

> Saiu á luz o "Tableau Politico-Statistique de L´Europe" por Adrien Balbi. Este interessante quadro estatístico-político da Europa foi publicado em francês, para mais generalidade e inteligência do que o seria se fosse publicado na língua italiana do seu autor. Balbi, antigo Professor de Geografia, Física e Matemáticas, Membro Correspondente do Ateneu de Treviso, e um dos colaboradores dos novos "Anais das Viagens". Neste "Tableau" se mostra a superfície, população, rendas, dívida pública, soberanos reinantes, religião, exércitos e armadas, línguas, ordens de cavalaria e seus instituidores, etc., de todas as nações da Europa. Para isto consultou as mais belas obras deste género, e os sábios das diferentes nações, com particularidade em Portugal, fazendo assim desmentir o que muitos tinham dito de nós, ajuizando-nos sem nos conhecer (…).[970]

O ultraliberal *Astro da Lusitânia* (Lisboa, outubro de 1820 a abril de 1823), dirigido por Joaquim Maria Alves Sinval, em julho de 1821 publicava o seguinte *Aviso* sobre "Educação Pública".

> Na Rua dos Cardeais de Jesus, N.º 8, vai abrir-se uma casa de educação moral e científica, debaixo do título Liceu Constitucional. O seu Diretor, que tem visto os principais estabelecimentos literários da Europa, e meditado nos melhores métodos de ensino, propôs-se formar um plano de educação adequado às luzes do presente século, e digno dos novos destinos da Nação Portuguesa.[971]

Começava a haver mercado para um ensino "adequado às luzes", obedecendo a critérios metodológicos inovadores. As classes mais informadas (também as mais abastadas), viram-se confrontadas com a decadência do país, ganhando consciência de quanto distantes estávamos da Europa da Revolução Industrial. Para isso muito contribuíram as sucessivas levas de refugiados políticos que, ao estabelecerem-se em diferentes capitais europeias, puderam perceber que nenhum povo podia viver fechado em si mesmo e na sua história, por mais gloriosa que ela se apresentasse. Ainda no mesmo jornal, um outro anúncio, onde se percebe a urgência em modernizar os "programas" das escolas, uma preocupação dos revolucionários de 1820, mas também da burguesia instalada, sempre presente na agenda da tribuna política portuguesa, por se intuir que a formação de recursos humanos era uma condição indispensável para o progresso económico.

> Na Casa de Educação, ao cimo da rua da Bica de Duarte Belo, N.º 55, se principiam as lições noturnas que constarão de Ciências de Ler, Escrever, Contar, Gramática Latina e

[970] *Mnemosine Constitucional*, n.º 83, de 30 de dezembro de 1820, p. 4.
[971] *Astro da Lusitânia*, N.º 196, de 19 de julho de 1821, p. 4.

> Portuguesa e Língua Francesa, e que tudo será ensinado na perfeição e constitucionalmente.[972]

De apreciar, neste anúncio, a referência a "aulas noturnas", por certo pensadas para pessoas fora da idade escolar. A partir de 1820, e ao longo de toda a primeira metade do século XIX, a aposta constitucional passava pela generalização da instrução primária e elementar. Também a instrução secundária era vista por muitos como uma inevitabilidade num país maioritariamente agrícola, que precisava de se modernizar, ao mesmo tempo que era imperioso lançar bases sustentáveis para as artes e os ofícios, num mundo onde as máquinas começavam a pedir competências técnicas cada vez mais complexas. Por isso assistirmos a uma procura de formação complementar, que o Art.º 33 da Constituição tornou ainda mais premente, ao explicitar que "Na eleição dos Deputados têm voto os Portugueses (…). Da presente disposição excetuam-se: (…) os que, para o futuro, em chegando à idade de vinte e cinco anos completos, não souberem ler e escrever".

A *Borboleta Constitucional* (Porto, maio de 1821 a março de 1828), em novembro de 1821 publicava um anúncio (entre muitos) que nos mostra como muitos pais de família privilegiavam o ensino privado em desfavor do público, numa educação que se pretendia de muito rigor e qualidade, já que a pessoa pedida visava completar um quadro de professores domésticos especializados. O oferecimento de "cama e mesa" deixa perceber a situação a que tinham chegado muitos destes mestres de primeiras letras.

> Qualquer eclesiástico ou secular, solteiro ou viúvo, que passando da meia-idade e tendo educação regular e boa vida e costumes, quiser ser pedagogo de dois filhos de certa família desta cidade, onde terá cama e mesa e razoável ordenado para os dirigir no estudo de suas lições, ou nas horas de seu recreio e passeio, pois que ambos têm mestres de diversas ciências e artes, pode falar na loja deste periódico, onde obterá mais circunstanciadas informações.[973]

A referência explícita a um "pedagogo" por certo não foi inocente. Trata-se, pois, de um pedido a solicitar um educador profissional, capaz de acompanhar o aluno em diferentes matérias e fases de desenvolvimento.[974] O cuidado com a idoneidade moral dos professores continuava a sentir-se num outro anúncio do *jornal do Gandra*, onde a carta de recomendação do pároco se apresentava como a melhor prova de competência profissional…

> Acha-se vago o emprego de Mestre de Meninas na Venerável Irmandade de N. Senhora do Terço e Caridade. Quem tiver os necessários requisitos para o exercer, queira apresentar o seu requerimento em Mesa com certidão de idade, atestação do próprio Pároco sobre vida e costumes, e com declaração do seu estado, rua, n.º da casa da sua habitação, para depois ser

[972] Idem, N.º 278, de 27 de outubro de 1821, p. 4.
[973] *Borboleta Constitucional*, N.º 163, de 22 de novembro de 1821, p. 4.
[974] O termo chegou até nós vindo da Grécia Clássica, onde significava preceptor, mestre, guia, aquele que conduz (a criança).

> preferida aquela que for mais conceituosa, e a Mesa atual assentar que é mais capaz de preencher os deveres de semelhante emprego.[975]

Um outro *Aviso* no periódico *O Defensor da Liberdade* (Funchal, junho de 1827 a março de 1828), faz supor a existência de uma colónia inglesa ali instalada, com necessidade de aprender a língua portuguesa: "Qualquer Inglês que pretenda tomar lições de português, dirija-se à Casa da Imprensa." [976] Paulo Rodrigues, na obra *A Madeira entre 1820 e 1842. Relações de poder e influência britânica*,[977] valida esta tese, descrevendo a importância dos estrangeiros no desenvolvimento da ilha atlântica, com grande incidência na cidade do Funchal.

A partir da derrota miguelista de 1834 encontramos diferentes anúncios de religiosos a oferecer os seus serviços como professores, uma consequência de um decreto de Joaquim António de Aguiar, publicado em 30 de maio de 1834, onde se declaravam extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional. Veja-se o jornal cartista *O Periódico dos Pobres no Porto* (Porto, janeiro de 1834 a março de 1858).[978]

> Certo eclesiástico que pertenceu a uma das extintas corporações religiosas propõe-se a dar lições, tanto na sua habitação, como por casas particulares, de Latim, Grego e de todos os mais preparatórios; as pessoas que quiserem utilizar-se do seu préstimo podem dirigir-se ao escritório desta Imprensa, na Rua Chã n.º 67, que ali se lhe dirá a rua, e número da casa do sobredito eclesiástico.[979]

O país atravessou, entre 1834-1836, momentos de agitação social invulgares, que culminaram com a revolta popular de 9 de Setembro. Ainda em 1834 foi promulgada uma nova Lei de Liberdade de Imprensa bastante permissiva, que contribuiu para o aparecimento de novos títulos (políticos e politico-noticiosos) de diferentes tendências. As fissuras entre a família liberal apresentavam-se insanáveis, respondendo a imprensa de ambas as fações com um jornalismo muito agressivo, procurando mobilizar a opinião pública letrada, já que o estado de analfabetismo geral não permitia que a discussão se alargasse a todas as faixas da população. A cultura e o ensino passaram para segundo plano. Foi o momento em que uma *elite* de intelectuais, muitos acabados de sair da Universidade, se afirmou, manipulando a opinião pública com artigos políticos. Exemplo desta imprensa, muitos textos de Almeida

[975] *Borboleta Constitucional*, N.º 179, de 12 de dezembro de 1821, p. 4.
[976] *O Defensor da Liberdade*, N.º 16, de 25 de julho de 1827, p. 4.
[977] RODRIGUES, Paulo Miguel (2008), *A Madeira entre 1820 e 1842. Relações de poder e influência britânica.*
[978] Do jornalismo portuense de outros tempos foi esta folha a que mais importância logrou conquistar e a que mais influência exerceu nas lutas políticas travadas no Porto. Alberto Bessa *in O Tripeiro,* 4º Série, Abril de 1931.
[979] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 260, de 7 de dezembro de 1838, p. 1167.

Garrett, que já em 1830 publicara *Portugal na Balança da Europa*,[980] onde retratou o "conflito entre a anarquia e a esperança, o despotismo e a liberdade, entre a monarquia «gótica» e a monarquia constitucional, entre o povo e a oligarquia, entre a civilização e o obscurantismo", assumindo-se como um indefetível combatente cartista, rejeitando o jacobinismo e a "ficção da soberania popular" setembrista, defendendo em diferentes palcos, também na imprensa, a tese da soberania nacional, com a figura tutelar do monarca como o seu mais alto representante.

Esta virulência política afastou muitos leitores, abrindo espaço a novos títulos que se afirmaram vocacionados para recrear e instruir a população, autodefinindo-se como "sem partido". Trata-se de um jornalismo pobre, de curta duração, mas demonstrativo do cansaço que a população sentia por discussões que consideravam (injustamente) estéreis e com pouco sentido. Anos mais tarde, num período semelhante, *O Oficial do Brás-Tisana* (Lisboa, 1846), pela pena irreverente do jornalista José de Sousa Bandeira,[981] assumia com naturalidade (por certo fruto de alguma inconsciência), que "Praza aos céus livrar-me do naufrágio e guiar-me a porto e salvamento ao desejado termo da minha rota que é lucrar alguns patacos, para ir entretendo a frágil humanidade, que é o meu fim".

11.4. A PUBLICIDADE E A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O ano de 1836 foi um ano de profunda recessão económica. A crise inglesa da superprodução, fruto de um capitalismo industrial desregulado, fazia-se sentir em Portugal. A forte pressão dos produtos estrangeiros, a preços inferiores aos nacionais, foi muito percecionada pela débil indústria artesanal portuguesa, agitando uma classe média que não parava de reclamar medidas protecionistas que a libertasse da asfixia. Maus anos agrícolas ajudaram a piorar a situação, fazendo antever graves conflitos sociais. Onde não há pão…

O influente *Periódico dos Pobres no Porto*, cartista moderado, também erguia a sua voz contra a igualdade social entre classes e indivíduos (o que conflituava com o título de Joaquina Torcato Ribeiro), declarando guerra ao governo setembrista.

> A miserável e estouvada Revolução de Setembro acha-se desgraçadamente em um estado que mete dó; mete compaixão, e não há remédio a quem tem um coração sensível senão dizer-lhe: "Irmãzinha, sentimos muito a sua infelicidade, mas tenha paciência; contente-se com as alterações do Céu, que são o arco-da-velha".
>
> Mas que tem, dizemos nós, a Revolução? Que lhe dói? Que padece ela?[982]

[980] *Portugal na balança da Europa: do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*, Londres: S. W. Sustenance, obra digitalizada em: *http://purl.pt/3*.
[981] Já o conhecemos de *O Azemel Vimaranense*.
[982] *Periódico dos Pobres no Porto*, N.º 260, de 7 de dezembro de 1838, p. 1167.

Como já foi referido, com a Revolução de Setembro surgiram os primeiros jornais gratuitos. Alguns dos que mais se destacaram foram o bissemanário *O Grátis, jornal de anúncios* (Lisboa, 9 de novembro de 1836 a 31 de dezembro de 1857), com 9086 números publicados ao longo de 21 anos; *O Publicador Teatral, jornal de anúncios* (Lisboa, 1838); e *O Pregoeiro, jornal de anúncios* (Lisboa, 1838 – 24 números). Apesar da agitação social, muitos acreditavam que o país, finalmente, poderia crescer em paz, esperando-se que as "transações mobiliárias e imobiliárias "incrementassem a produção artesanal e industrial", carecidas de mais intensa promoção,[983] de forma a catapultar toda a economia e, por arrastamento, a vida dos cidadãos. O aumento de anunciantes originou o aparecimento de novos jornais e uma grande concorrência entre eles, levando-os a auto publicitarem-se, insinuando-se junto de determinados estratos sociais ou fações políticas, como é o caso do jornal setembrista *O Verdadeiro Patriota* (Lisboa, maio de 1837).


PRAÇA DO CAMPO DE SANT'ANNA
14 DE JULHO DE 1838
CORRIDA DE TOUROS
EXECUTADA PELOS SEGUINTES CURIOSOS
Cavalleiros
Andarilhos
Bandarilheiros
Moços de forcados
Abegão
Moços do curro
Cerceas
Guarda portão

Anúncio de uma corrida de touros, no Campo de Santana, em Lisboa, 1838.

> *O Verdadeiro Patriota* tem por timbre a liberdade, por fim a independência nacional, e por partido a Revolução [1836] que o povo fez. Não teremos o saber e os fundos precisos para dar ao público um jornal perfeito, mas temos o patriotismo, independência e coragem para defender a Lei de invasões, e o povo de traições e injustiças, até ao ponto de perder a nossa existência debaixo das ruínas das fortes (mas acessíveis) muralhas dos inimigos do povo e da liberdade, seja qual for o manto com que nos apareçam cobertos. (…)A empresa é árdua, mas nós presumimos que a levaremos ao cabo (…) satisfazendo fielmente os princípios que estabelecemos: a Constituição de 1822, com modificações, e a Senhora dona Maria II.[984]

Como nota, registe-se que toda a imprensa, independentemente da fação a que estava umbilicalmente ligada, respeitava a figura da rainha, embora reconhecesse que, mal aconselhada, conspirava ativamente contra as forças do progresso. *O Verdadeiro Patriota*, e muitos outros jornais, ao incutirem novas formas de pensar e novos hábitos na vida dos homens, assumiam-se como fonte de ilustração e instrução. Assim, o jornalista confundia-se com o educador, ajudando a debelar a falta de escolas, de professores e de livros. O jornal

[983] TENGARRINHA, José (2013), Obra cit. p. 539.
[984] *O Verdadeiro Patriota*, N.º 1, de 1 de maio de 1837, p. 3.

contribuía para a educação das pessoas que estavam excluídas da instituição escolar, uma vez que chegava a suas casas ou oficinas.

Um título que não inseria publicidade significativa nas suas páginas era *O Beija Flor* (Lisboa, agosto de 1838 a abril de 1842), um jornal ilustrado dedicado à mulher, o que contrariava de alguma forma a tendência de procurar neste sexo um nicho de mercado com um grande potencial de crescimento. Curiosamente, já o Toucador (Lisboa, 1822), um outro periódico feminino dirigido por Almeida Garrett não inseriu, nos sete números da sua publicação, qualquer tipo de anúncios.

Mas cada vez mais encontramos o "belo sexo" como destinatário de certas mensagens publicitárias. O permanecer em casa, cuidando da economia doméstica e dos filhos, fazia crer aos editores que a mulher burguesa procurava produtos do seu universo em jornais e revistas, dando assim resposta a um mundo de fantasia e de falsas realidades criadas pelo capitalismo. Um dos raros anúncios publicados no *Beija Flor* reportava à tradução do "poema *As Quatro Idades da Mulher*,[985] "uma obra muito engenhosa e interessante, que se vende na loja da Viúva Henriques, rua Augusta N.º 1 [Lisboa], por 300 réis".[986] As novidades literárias apareciam, regra geral, em todos os jornais. Sob o aspeto político, a partir de 1838 acentua-se a decadência do setembrismo. Em 1840, já pouco restava da revolução de 9 de Setembro, o que se fez sentir na imprensa qu, em breve, se reposicionaria para novas lutas. E, cada vez mais, a *publicidade/propaganda* política era uma realidade.

Os anúncios, ao divulgarem os progressos nas artes gráficas ajudam-nos a compreender o *boom* desta indústria, e os seus progressos. "Confirma-se a notícia que havíamos dado. Das prensas do Sr. Manuel Luís da Costa acaba de sair perfeitamente executado o retrato em folio de José Agostinho de Macedo, pelo Sr. Aragão, da Academia de Belas Artes de Lisboa, e artista de grande préstimo. O novo processo é, na realidade, excelente: torna os desenhos mais brilhantes nos claros e escuros, e firmes as meias tintas".[987] A ilustração, mais tarde a fotografia, começava a conquistar o seu espaço.

Outros jornais de anúncios gratuitos: *O Grátis* (Porto, 1842-1847); *O Corretor Lisbonense* (Lisboa, 1842-1843); *Novo Grátis: jornal de anúncios* (Lisboa, 1843-1845); *O Gratuito* (Porto, 1845); *O Avisador Lisbonense e Grátis* (Lisboa, 1845); *O Aviso: jornal de anúncios* (Lisboa, 1846), que dedicou muitas das suas páginas à "festa brava". Não gratuitos: *O Publicador* (Lisboa, 1842-1843); *O Anunciador* (Coimbra, 1843); *Folha de Anúncios* (Lisboa, 1844); *A Fama* (Lisboa, 1844); *O Informador Portuense* (Porto, 1844-1846); *O Telégrafo* (Lisboa, 1846); *O Agente Comercial*: jornal de anúncios dedicado aos artistas e comerciantes

[985] Não consegui identificar o autor desta obra.
[986] *O Beija Flor*, N.º 15, de 21 de novembro de 1838, p. 120.
[987] *Revista Universal Lisbonense*, N.º 3, de 14 de outubro de 1841, p. 30.

de Lisboa (Lisboa, 1845-1851); *O Curioso: jornal comercial, anúncios e curiosidades* (Porto, 1846); *O Agente Comercial, jornal de anúncios dedicado aos artistas e comerciantes de Lisboa* (Lisboa, 1845).

É neste período conturbado do *cabralismo* (1842-1846) que se começa a verificar alguma alteração no conteúdo dos anúncios e nos anunciantes. Em paralelo com a publicidade tradicional, aparecem-nos descrições de máquinas industriais e agrícolas, ferramentas e produtos (e suas potencialidades), bem como bens relacionados com a habitação e uso doméstico, no seguimento da relativa melhoria das condições de vida de algumas camadas da população. O governo, com um programa ambicioso de obras públicas, e ao criar parcerias público-privadas, com reformas em diferentes ministérios, fazia *mexer* o país.

A *Revista Universal Lisbonense* (Lisboa, outubro de 1841 a 1859), um semanário generalista de grande prestígio, citado como exemplo pela maioria das redações suas contemporâneas, procurou reunir os cidadãos em torno de um projeto aglutinador de desenvolvimento. Os seus três diretores, António Feliciano de Castilho (1841-1845), José Maria da Silva Leal (1846-1847) e Sebastião José Ribeiro de Sá (1848-1853) souberam manter-se fiéis ao programa inicial e imunes a pressões. É neste periódico que vemos sair a público, sob a forma de folhetim, muitas das obras maiores da literatura romântica portuguesa, com nomes como os de Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Mendes Leal Júnior ou Andrade Corvo.

Também a *Revolução de Setembro* apresentou muitos anúncios ao longo do período estudado, publicitando escolas e liceus, como o "da Rua do Príncipe, Nº 34", ou o "Colégio da Rua dos Fanqueiros N.º 107". Neste último caso tratava-se de uma aula gratuita, a ministrar à noite a alunos trabalhadores. Todavia, e aqui reside o interesse do anúncio, é que a direção apelava às "pessoas filantrópicas" para contribuírem para as despesas decorrentes "desta benemérita iniciativa", pois estava provado que a educação gerava a prosperidade dos Estados, sendo os "crimes horrorosos que todos assombravam" o fruto da ignorância. Nesta perspetiva, o Colégio da Rua do Príncipe, ao oferecer um ensino diário e gratuito, apresentava-se como exemplo de benemerência social, embora esperasse a colaboração da sociedade civil, financiando-o.

> Como porém isto, além do meu trabalho, exige despesas, a que eu só não posso satisfazer, recorro em nome dos desvalidos a todas as pessoas filantrópicas para que escrevam os seus nomes no livro que estará patente no Colégio acima indicado, ou em outro que lhe será apresentado, tendo o Programa com o nome do diretor reconhecido para evitar qualquer fraude.[988]

[988] *Revolução de Setembro*, N.º 327, de 17 de dezembro de 1841, p. 4.

A *Revista Universal Lisbonense* anunciava, em abril de 1842, uma série de *Cartas*, da autoria de Alexandre Herculano, sobre alguns *Estudos da História Portuguesa*. Publicadas posteriormente em livro, o sucesso foi enorme, atingindo as vendas valores fora do comum.

> Temos em nosso poder a preciosa série de *Cartas*, cuja primeira publicamos hoje. Nelas descobre o nosso infatigável e eloquentíssimo Antiquário, o Sr. Alexandre Herculano, um grande número de importantes verdades, acerca dos princípios de Portugal, da constituição e natureza e relações mútuas das classes, nesses tempos tão obscuros e tão pouco averiguados.[989]



Anúncio de artigos para o Entrudo, 1843.

A redação da *Revista Universal* sabia que os escritos que iria apresentar, tipo folhetim, mais não eram que o prelúdio de uma obra muito vasta, organizada por Alexandre Herculano.

O Tribuno, Jornal do Povo (Lisboa, julho de 1843 a julho de 1844), inseria uma notícia, tudo levando a crer que se tratava de um anúncio, mas onde o texto se confundia com um artigo normal da responsabilidade do redator - neste caso de J. A. Sousa. Falava de um novo colégio, na Rua Nova do Carvalho, n.º 19, 3.º andar, tendo como responsável o Sr. João António Dias, uma pessoa bem conhecida, cujas aptidões muito poderiam valer aos alunos que o frequentassem.

> Confessamos, pois, com toda a franqueza que o método pelo qual o Sr. Dias vai educar os seus alunos é tanto na língua portuguesa como na francesa o mais proveitoso, não só para a mocidade, mas para os chefes de família; por isso mesmo que o referido método admite mais pronto resultado.[990]

Na atualidade os anúncios sem sinal de pago são muito vulgares, em tudo iguais à notícia comum, por isso mais caros, e encontram-se diluídos na mancha gráfica do jornal. Ao ler alguns textos deste período sou levado a acreditar que algo de parecido se passava, havendo retribuição monetária ou favor. A mudança de modelo que se avizinhava começava a fazer-se sentir, a exemplo do que se passava já em muitos países com quem mantínhamos estreitas relações. O semanário *Revista Recreativa* (Lisboa, abril a dezembro de 1846) noticiava uma reunião entre redatores de alguns jornais para melhorarem o seu produto.

> MELHORAMENTOS DA IMPRENSA. Têm-se reunido os redatores de alguns jornais políticos e literários a fim de tratarem de melhorar a imprensa em geral. O Sr. José Estevão Coelho de

[989] *Revista Universal Lisbonense*, 3.ª série, n.º 27, de 7 de abril de 1842, p. 4.
[990] *O Tribuno*, N.º 190, de 10 de junho de 1844, p. 3.

> Magalhães apresentou um memorando; foi eleita uma comissão composta do apresentante, e dos Srs. Rodrigo da Fonseca Magalhães e Luís Augusto Rebelo da Silva, a qual num bem escrito e delineado relatório sustentou as propostas de seu autor, convindo a mesma em sete bases, que por falta de espaço nos não é possível publicar.[991]

O Rabecão (Lisboa, outubro de 1847 a 1848), é um bom exemplo da propaganda política a partir de um jornal. O padre João Cândido de Carvalho, um setembrista radical (este partido apresentava, agora, uma ala moderada), publicava em novembro de 1847 um hino à mulher revolucionária, de que a Maria da Fonte seria um exemplo a seguir:

> Sou mulher, nasci no Minho / De pais nobres, recatada, / Tão robusta, que a gadanho / Fiz fugir a Cabralada.
>
> Tive fama, ganhei glória / Achei logo pretendentes; / Em Coimbra fui namorada / De conspícuos e de Lentes. (…)[992]

O jornal procurava exacerbar velhas tensões sociais, instigando os leitores com a figura muito popular de Maria, a camponesa de saia vermelha de Fontarcada. A publicidade ao serviço da política… Não é de estranhar que as hostes setembristas, derrotadas na Patuleia, procurassem recolocar-se, reafirmando com maior visibilidade uma ideia de república, destacando-se doutrinadores como António Rodrigues Sampaio, o militar e tribuno José Estevão de Magalhães, e o publicista António de Oliveira Marreca, os três ligados ao periódico Revolução de Setembro. Os panfletos inundam as principais cidades, a que não será estranho o papel da Carbonária. Outros títulos desta corrente: A Alvorada; É Tarde; O Regenerador; O Republicano; A Fraternidade; A República – todos do ano de 1848.

> Os povos podiam na sua infância precisar de tutores; mas hoje tocaram já a maioridade; estão emancipados; podem gerir por si mesmos os seus interesses, dispor dos seus destinos, assegurar o seu futuro.[993]

Como estavam longe da realidade os idealistas republicanos… Um outro poder bem mais castrante que o que julgavam em vias de ser vencido se levantava já, através das páginas dos jornais. Por certo, anos mais tarde, muitos destes autores puderam descobrir os vasos comunicantes e as teias de perversão que tudo condicionam: não é o leitor que procura a notícia – é o inverso!

Encontrei, ainda, diferentes tipos de anúncios a falarem de métodos utilizados no ensino (alguns apresentados no capítulo VII), bem como chamadas de atenção para seletas e gramáticas como a de Luís Francisco Midosi (referidas no capítulo VIII). Revisitando a questão do método de Castilho, também ele merece referência pelas muitas *pequenas notícias* que o elegem como incontornável para o ensino.

---

[991] *Revista Recreativa*, N.º 13, julho de 1846.
[992] *O Rabecão*, N.º 3, de 11 de novembro de 1847, p. 54.
[993] *A Alvorada*, N.º 1, abril de 1848, p. 3.

> Leitura Repentina – Método experimentado e eficacíssimo para em poucas lições, e com muito recreio, se aprender a ler impressos, manuscritos e numeração.
> Por António Feliciano de Castilho[994]

Ainda no *Rabecão*, uma notícia aparentemente «não paga» sobre a "exposição dos produtos da indústria portuguesa" de 1849. Este tipo de jornalismo arrastava consigo diferentes tipos de anunciante. Mais tarde, encontrámos notícias semelhantes, páginas inteiras sobre uma feira industrial ou comercial, sobre uma cidade ou região, como suporte a uma longa lista de empresas, referindo-se as suas valências e potencialidades.

> A exposição dos produtos da nossa indústria é um facto importante não só pelo incentivo que dela naturalmente resulta, como também, e principalmente, porque ali está a mais vitoriosa resposta aos preconceitos acerca do estado da nossa indústria e da inutilidade dos esforços para melhorá-la.
>
> Realmente não se pode entrar na Sala do Risco do Arsenal[995] sem experimentar uma viva comoção perante o fruto de tanta fadiga, de tamanhos trabalhos, e de tão incalculáveis despesas, tudo feito numa terra na qual como que falta a vontade de proteger a indústria, e em que todas as circunstâncias são mais próprias para desalentar que para fortalecer o espírito industrial e fabril.[996]

Ao enaltecer o papel da Sociedade Promotora da Indústria Nacional, e ao lamentar que a exposição de 1849 podia ser ainda mais rica em participantes, por falta de setores importantes (principalmente da província), a *Revolução de Setembro* procurava chegar a um público específico, onde no futuro poderia angariar anúncios. E mesmo quando anotava a falta das toalhas de Guimarães, "que são primorosas", utilizando "o linho que se fabrica em todo o Minho, do qual temos visto algum tão fino como o pano chamado da Irlanda ou da Bretanha", mais não fazia que procurar alargar a sua área de influência. E antevia:

> Esperamos dos esforços da sociedade promotora que a exposição seguinte seja ainda mais rica do que esta, e pelo que já fez lhe damos aqui os nossos parabéns, assim como felicitamos todos os artistas de cujos produtos acabámos de falar.
>
> A uns e outros dizemos do fundo do coração – avante pelos vossos interesses, e pelos do país, que são os de todos nós.[997]

O crescimento comercial e industrial requeria recursos e, quando a banca falhava, um velho negócio ganhava visibilidade na imprensa.

---

[994] *A Assembleia Literária*, N.º 38, de 5 de outubro de 1850, p. 56.
[995] Sala do Risco: Situada na ala poente dos edifícios do Arsenal foi o maior salão de Lisboa, com os seus 72,26X18,70 metros, mantendo as suas caraterísticas até 1916 quando foi destruído por um incêndio. Foi ali que em 1796 foi instalada uma aula de desenho e traçamento de formas de navios, parte de um curso de Construção Naval então existente.
[996] *Revolução de Setembro*, N.º 2295, de 9 de novembro de 1849, pp. 2-3.
[997] Idem, *ibidem.*

> Na Travessa do Rosário, ao chafariz da Alegria, n.º22, se diz quem faz os seguintes negócios: Empréstimos sobre prédios rústicos e urbanos, e sobre toda a qualidade de penhoras de valor conhecido, desde menores até maiores quantias (…).[998]

O Semanário Curioso (Lisboa, 1849-1850), na "Introdução" que apresenta ao número inicial deixava perceber que o gosto pela leitura se estava a generalizar rapidamente, progresso que muito se ficava a dever aos jornais de instrução popular, à sua componente recreativa e utilitária e, por que não dizê-lo, à qualidade dos folhetins apresentados. O público tornou-se mais diversificado, mais dependente, podendo adquirir e colecionar textos impressos, a custo reduzido – o que alargou o consumo e estreitou a relação entre o leitor e a leitura.

> Que o gosto da leitura está hoje mais generalizado entre nós do que o estava há quinze anos é uma verdade que ninguém ousará contestar. Aos jornais de instrução popular de deve, em grande parte, este desenvolvimento. Derramando em seus variados e recreativos artigos, doutrinas acomodadas a todas as inteligências, conseguiram excitar a curiosidade do povo, aproveitaram seus esforços, e chegaram a obter tão profícuo resultado.[999]

Ainda o mesmo jornal, e no mesmo número, a confirmar as preferências dos leitores pelos jornais informativos, formativos e de recreio, em desfavor de folhas engajadas a fações políticas ou a *partidos*, o que mostrava um país cansado de guerras internas e externas, de políticos incompetentes e corruptos, de promessas adiadas num país sem futuro. Para o *Semanário Curioso* os periódicos que lhe serviam de exemplo eram: *O Panorama*, o *Arquivo Popular*, a *Revista Universal Lisbonense*, e a *Revista Popular.*[1000]

11.5. REFLEXÃO-SÍNTESE DO CAPÍTULO XI

O jornalismo é uma atividade que, ontem como hoje, tem por destinatário o público leitor. O periodismo impresso foi a primeira forma de expressão organizada da comunicação social, um mediador por excelência entre a *intelligentsia* do país e a população leitora. No início do século XIX a imprensa dominante era opinativa e ideológica – uma imprensa de partido. A mudança de perfil dos jornais da primeira metade de oitocentos surge com os resultados de algumas tentativas de alfabetizar estratos da população mais alargados, a concentração das pessoas nas grandes cidades, fruto da Revolução Industrial, do aumento do poder aquisitivo e, a partir da década de sessenta, do aparecimento do jornal-empresa, visando o lucro e, por isso mesmo, procurando ir de encontro às necessidades e interesses dos leitores.

[998] *A Assembleia Literária*, N.º 3, de 18 de agosto de 1849, p. 24.
[999] *O Semanário Curioso*, N.º 1, s/data de 1849, p. 1.
[1000] Idem*, Ibidem*.

Falar da Imprensa sem abordar o fenómeno da publicidade não faria sentido. Encontrámo-la na mais *ingénua* notícia, ou no anúncio mais sofisticado. Sendo uma "boa ideia" a matéria-prima da publicidade, importa sabermos que técnicas de persuasão utilizavam os criativos oitocentistas para seduzir o público. Depois de percorrer muitos e muitos títulos de periódicos não é despiciendo dizer-se que, ao longo do século XIX, a publicidade assumiu um papel altamente formativo, transformando-se num agente cultural mobilizador de opiniões e propagador de ideias. Novos hábitos foram assimilados, modificando a vida do homem, ao mesmo tempo que gerava mercados, intensificava a produção e reduzia preços. Os anúncios a medicamentos, alguns apoiados em "fórmulas secretas", tornaram-se prática comum. No polo oposto encontramos a face perversa, deseducativa e manipuladora… Ainda nos fármacos, muitos charlatães aproveitaram a ingenuidade do povo para retirarem fartos dividendos com as suas fórmulas milagrosas. Politicamente, a *cantiga* não era muito diferente. Culpa dos jornais? Creio que não. Os seus redatores estavam, regra geral, à frente do cidadão comum, mas também eles impreparados para enfrentar este fenómeno novo e complexo.

Depois, tudo aconteceu depressa demais, com a organização da produção, a acumulação do capital, a definição de papéis sociais diferentes… E o sentido do poema de António Gedeão[1001] inverteu-se, pois o consumidor comum do produto «jornal» não podia saber, nem sonhar, que a folha que dia após dia segurava sofregamente entre as mãos, era o fermento que fazia crescer bichinhos de "focinho pontiagudo", guiados pelo sentimento de perpetuar o poder das famílias rainhas de um Portugal *novo* mas sempre *velho*. O homem, distraído com o acessório, "sonhava que o mundo pulava e avançava, como a bola colorida entre as mãos de uma criança". Puro engano… E, cada vez mais, acompanhar, descodificando, as notícias se tornou um exercício de dificuldade muito elevada. Certo, é que para cada problema sempre ia surgindo uma solução mágica!

[1001] Pseudónimo de Rómulo de Carvalho (1906-1997). Ilustre professor de físico-química, investigador, pedagogo, poeta. Autor de poemas como a *Pedra Filosofal* (1956).

TERCEIRA PARTE

CONCLUSÕES

Este trabalho, que agora chega ao fim, reflete a complexidade histórica do Portugal da primeira metade do século XIX (revolução liberal de 1820 – regeneração de 1851), com especial incidência na problemática do ensino e da escola pública de primeiras letras. A análise acabada de realizar através da observação de um amplo e representativo número de textos jornalísticos da época permite-nos repensar muitos acontecimentos e personagens, aprofundando as relações do homem com o tempo e comprovar concludentemente um dos pressupostos da nossa investigação qual seja, o de que a História passa pela Imprensa e que, no caso particular desta tese, por ela passa também, indelevelmente, a História da Educação.[1002]

Devo recordar, com brevidade, o objetivo que norteou a investigação: que os liberais procuravam alargar o ensino das primeiras letras a novas faixas da população, ampliando assim a sua influência e garantindo o embrionário sistema constitucional – ao formar cidadãos-eleitores conscientes dos seus direitos e deveres, que o poder tradicional ofereceu resistência a estas propostas modernizadoras, pela natural perda de influência do monarca, da aristocracia e da igreja reinantes, importava avaliar a importância das diferentes correntes do pensamento e respetivos discursos educativos, a influência que teriam na regeneração que muitos pretendiam (e não só os afetos ao *partido* liberal), e o seu impacto (positivo e negativo) numa opinião pública mal preparada, predominantemente urbana e burguesa, e a correspondente resposta dos diferentes poderes que atravessaram estes decénios na consecução de uma reforma educativa muito discutida nos areópagos da política, embora pouco sentida pelo país real.

Empiricamente, a investigação incidiu sobre um vasto conjunto de jornais e revistas, editados entre 1820 e 1851, divididos maioritariamente entre a ortodoxia da religião católica,

[1002] Cada vez mais o século XIX atrai diferentes investigadores que, com as suas pesquisas e trabalhos, oferecem um melhor conhecimento de uma centúria que marcou, indelevelmente, a história moderna do país. A recolha bibliográfica permitiu verificar que a História da Imprensa não ficou alheia a este movimento, com obras notáveis como as de Alberto Bessa, Alfredo da Cunha, Rocha Martins, José Tengarrinha, João Bartolomeu Rodrigues, A. Carmo Reis, Jorge Pedro Sousa, entre outros.

irredutível inimiga da modernidade, e os iluministas e proto liberais, defensores do uso da razão (as luzes), e de uma maior liberdade económica e política, embora definidos na maior parte dos casos pelos interesses do rei, e obedecendo aos princípios básicos de uma monarquia constitucional.

Para facilitar a pesquisa, e uma vez clarificado conceptual e argumentativamente o cenário da análise histórica, após ter tomado em consideração o estado da arte, tanto do ponto de vista historiográfico social e político, como historiográfico-educativo, organizei uma *Coletânea* com os textos políticos e educativos considerados relevantes para a tese, de forma a criar um espaço de permanente consulta e reflexão – laboratório onde procurei compreender, em inter-relação dialética com o cenário definido, os mais profundos movimentos ideológicos de um tempo difuso, onde as conveniências individuais ou de grupo se sobrepuseram, vezes demais, aos superiores interesses do país.

Nos artigos de opinião desta imprensa absolutista ou, alternativamente, regeneradora sente-se palpitar o confronto centrado na necessidade de reinventar Portugal, aproximando-o dos países mais desenvolvidos: de um lado a tradição, os *caceteiros*,[1003] a Igreja, mas também os aristocratas estrangeirados[1004] assumindo posições de relativa modernidade; do outro a afirmação de um liberalismo romântico, contrário às religiões de Estado, aos dogmas impostos, revestindo-se de um cariz anticlerical - se bem que encontremos, também, defensores de um liberalismo católico. Os primeiros recordavam, insistentemente, que os jesuítas[1005] tinham ensinado, graciosamente milhares de crianças, tendo praticamente o monopólio da educação não superior.[1006] Os segundos centravam-se no combate ao analfabetismo, num ensino elementar mais alargado, pragmaticamente apontado para as necessidades imediatas da burguesia – uma cultura utilitária com a deslocação do saber para o conhecimento tecnológico. Aqui dividiam-se as sensibilidades liberais: este combate ao analfabetismo devia servir o homem ou a economia? As incertezas e desvios no que se devia ensinar, e a quem, evidencia a falta de um projeto nacional coerente de reforma de ensino pelos diferentes governos liberais.

Nas Cortes vintistas de 1820-1822 Mouzinho da Silveira profetizara que as "armas mais poderosas para combater as ideias anticonstitucionais são os escritos e a imprensa; e, na

[1003] *O Cacete* (Lisboa, 1831-1832, 11 números), sob a direção do padre Francisco Recreio, evidencia bem o primarismo antirrevolucionário e trauliteiro dos periódicos reacionários, reclamando castigos pesados para os pedreiros-livres.
[1004] Como o Duque de Lafões (1719-1806). Sócio fundador da Academia Real das Ciências, com o seu amigo Correia da Serra (1750-1823), abade de grande erudição.
[1005] (…) porém o que levanta os jesuítas muito acima de todos os Mestres, que os substituíram neste reino de Portugal, é o sumo e heroico desinteresse com que eles preenchiam as mais árduas e penosas funções do Magistério, que se contam nestas duas palavras: ensinar meninos. In *O Defensor dos Jesuítas*, N.º 9, 1830, pp.4-19.
[1006] Portugal só voltará a ter este número de alunos no início do século XX

ordem dos escritos impressos, nenhuns são tão lidos como os periódicos".[1007] Esta visão da Imprensa como arma (que as vozes mais reacionárias combateram ao verem-se ameaçadas – o púlpito deixava de ser o único espaço de *informar* e *educar* a população), embora não valorizando, como seria espectável, a luta pela educação do povo, não deixou de denunciar a insuficiência da escola pública, apontando soluções – programas alternativos ou complementares, entre o pragmatismo e a utopia própria de períodos pós-revolucionários e libertários. Estes artigos assinados por personalidades pouco conhecidas, ou por grandes figuras de quilate europeu como Alexandre Herculano, Almeida Garrett ou Feliciano de Castilho comentam, criticamente, a incapacidade de um Estado centralista promover reformas com o devido retorno, bem como a insuficiência de verbas para implementar com eficácia as medidas anunciadas.

A análise feita, com um distanciamento de quase dois séculos, acaba por mostrar uma certa dificuldade de apreciação de todos os conflitos do momento, e da inter-relação dos diferentes atores, embora permita perceber como o Estado procurou pôr as suas marcas sob a forma de leis e decretos (de acordo com os diferentes ciclos políticos) na sociedade (também na escola pública), embora de efeitos práticos inconsequentes, esbarrando sempre nas velhas estruturas oligárquicas, em interesses instalados (onde a imprensa funcionava como poder e contrapoder), numa industrialização incipiente e tardia e, sobretudo, na resistência passiva de um povo endemicamente inculto. Tal é o contexto que explica, em parte, o lento desenvolvimento da escolaridade obrigatória, facto que propiciou, para desespero dos mais progressistas, a preservação de uma *nação patuleia* (especialmente camponesa) laboriosa, ordeira e submissa – qualidades que o analfabetismo propiciava, e que a frequência das salas de aula punha em causa. Pelo meio, como vimos, uma sucessão de reformas, nunca implementadas com fundamento, o que dificulta distinguir orientações e sentidos de ação política sobre o ensino. Por isso dizer que o liberalismo trouxe promessas (1820, 1836, 1844) que o contexto das lutas políticas não permitiu cumprir, embora se sinta que a inteligência liberal tinha uma noção clara da reforma desejável - mais urgente e profunda que a pombalina. Os tempos eram outros, as necessidades também...

A imprensa, fazendo história, fez a sua história, ao acompanhar, dia-a-dia, as transformações das instituições, o confronto de ideias (onde participou ativamente) entre conservadores e reformadores, primeiro (1820-1833); entre liberais reformistas e exaltados, com pontuais ingerências miguelistas, numa segunda fase (1834-1851). Estes periódicos conduzem-nos desde 1820 pelos labirintos de uma luta entre o *velho* e o *novo* Portugal,

[1007] Aquando do debate sobre os portes do correio e a sua influência negativa na circulação dos jornais pelo interior do país.

disputa que muitas vezes ultrapassou o debate ideológico, assumindo confrontos fratricidas de grande violência, como os ocorridos ao longo do Cerco do Porto (julho de 1832 - agosto de 1833), na revolução da Maria da Fonte (primavera de 1846) ou, ainda, na Guerra Civil da Patuleia (1847).

Os jornais e as revistas analisadas relatam com pormenor (entre a esperança e a desilusão) desde a cabala política às movimentações militares das fações em confronto, pois ao longo deste período (em liberdade ou ditadura), o país viveu em guerrilha ou guerra civil, o que gerou um clima de instabilidade, com o natural desvio de recursos humanos e materiais – necessários para os diferentes governantes poderem implementar as reformas de ensino pensadas ou decretadas.

Os conflitos, sempre latentes, que geraram cisões e ódios entre os portugueses, e onde o caciquismo foi um contrapoder sempre presente, vemo-los bem explorados por uma imprensa noticiosa ou de opinião que suportou ideologicamente, por vezes de forma agressiva, os diferentes contentores. Precisamente por se afastarem da pequena intriga política, de todos os títulos tratados destacam-se *O Panorama* (1837-1868) e a *Revista Universal Lisbonense* (1841-1859), unanimemente considerados como decisivos no avanço civilizacional da população portuguesa, contribuindo eficazmente para o advento de uma mundividência laicizante.

Que separava então, no campo educativo, a imprensa absolutista da liberal?

A fronteira ficou clara muito antes de 1820: passava pelos conteúdos a ensinar, e na ideia de homem-cidadão-eleitor tão cara à inteligência liberal. As elites conservadoras mantinham-se fiéis a um ensino religioso, aparentemente igualitário e gratuito, mas sem nunca questionar o poder absoluto do soberano. A gnosiologia liberal, indagadora e racional, ao defender uma conceção centrada no sujeito criava, efetivamente, um espaço de liberdade pública assente em valores humanos, o que implicava a secularização da sociedade, com o consequente recuo da religião tradicional. Ao mesmo tempo, por convicção ou estratégia, os constitucionalistas liberais, sem oposição da sua imprensa, nem das lojas maçónicas onde se pensava o futuro, plasmavam nas leis o catolicismo como religião oficial de Estado, embora fazendo depender deste muito do seu antigo poder. Esta ilusória aliança entre o profano e o divino é verificável nos diferentes discursos educativos plasmados nos jornais, o mesmo acontecendo com os programas escolares. E o que o catolicismo sempre pretendeu (mais e melhores cristãos), passou a servir de objetivo ao Estado (mais e melhores cidadãos) em nome da liberdade, apostada em formar sujeitos conscientes de si mesmos, com opinião, que interiorizassem os direitos humanos e as novas tendências do pensamento. Assim, vimos a imprensa debruçar-se

(todos reconhecem que de forma insuficiente) sobre os documentos constitucionais, no que diz respeito ao ensino das primeiras letras, dentro do preconizado por Mouzinho: o ensino como um direito civil e político de todos os indivíduos.

Seria, contudo, errado limitar a colação a tradicionalistas e constitucionais. No campo liberal o entendimento do que se pretendia para a escola pública nunca foi pacífico. Todos aspiravam a um ensino com "qualidade", gratuito, obrigatório, mais ou menos laico. O mesmo não se pode dizer quando se procurava definir quem devia ter acesso ao ensino superior, ou a plena escolarização da mulher. Muitos (Herculano entre estes)[1008] destinavam o ensino superior para uma minoria, prevalecendo a ideia que cada um deveria contentar-se com o meio onde nascera.[1009] Isto mostra como se tornou inevitável conciliar o espírito liberalista que presidiu à revolução de 1820 com o caráter tradicionalista dos que acreditavam numa realeza como instituição evolutiva.

Não deixa, pois, de surpreender verificarmos que o radicalismo político não implicava a existência de projetos pedagógico-educacionais muito contrastantes. As diferenças, no plano educativo, eram mais o reflexo da oposição político-partidária, do que propriamente discrepância entre modelos escolares bem definidos. Os jornais mais conservadores exacerbavam as suas suspeitas relativamente ao liberalismo pedagógico, designadamente no que se refere ao anticlericalismo maçónico e ao poder a atribuir ao soberano, que periodistas como Agostinho de Macedo e Frei Fortunato de São Boaventura pretendiam insinuar ser sintomáticos de ateísmo, libertinismo, etc. Contrariando a verve exaltada do radicalismo ultramontano, os liberais, por convicção ou estratégia, em todos os períodos, mesmo nos mais efervescentes, nunca deixaram de sublinhar a sua fidelidade à igreja romana e à dinastia reinante (que apenas queriam ver submetida a uma constituição).

O papel da Igreja e do Estado plasmado nos textos constitucionais escondia uma luta sobre os limites de cada um. E se a religião nos currículos escolares era pacífica, o mesmo não se verificava quando se privilegiava uma "cartilha" ou "catecismo" constitucional onde a mensagem passava pela soberania popular, com os respetivos direitos e deveres dos cidadãos. De resto, alguns periodistas da linha liberal faziam mesmo apelo à participação do clero na obra de alfabetização da população portuguesa. E, aqui, encontrámos grandes vultos engajados aos ventos da mudança, assumindo como vimos posições de grande

[1008] "Malditos os nomes dos que acenderam o vulcão popular; nomes abomináveis perante o Céu e a Terra. Portugal foi pesado na balança da eterna justiça, e a Providência retirou a mão de cima dele".
[1009] "Siga a charrua o que nasceu junto dela; as artes e a indústria, o filho do artista e do fabricante; cuide o proprietário dos bens que seus pais lhe herdaram; mas nenhum destes seja doutor, só porque teve meios de cursar a universidade ou as outras escolas superiores". *In* CARVALHO, Rómulo (1996), obra cit. pp. 573-576.

radicalismo.[1010] Estas posições antagónicas com o espírito da Igreja de então, enraizou-se em franjas do clero mais esclarecido e sensível aos que viviam em condições sub-humanas, alimentando com o seu suor famílias ilustres que os desprezavam e nada sensíveis ao seu sofrimento. Sobrepondo-se a tudo isto, um espírito monárquico na sua caraterística essencial: a existência de um rei como fundamento inatacável do regime. Efetivamente, o que esteve sempre em causa foram as suas variáveis – que se estenderam do absolutismo mais autocrático à mais democrática monarquia representativa. E o povo onde estava?[1011]

Importa, ainda, destacar dois temas que reputo de estruturantes: a conceção de mulher que perpassa pela imprensa analisada, onde pontificam alguns jornais especificamente dedicados "às belas damas"; e o incentivo de abrir o ensino a crianças com dificuldades de aprendizagem. Importante a ciência ter começado a explicar, via imprensa, que estas incapacidades tinham causas naturais (muitas vezes hereditárias), desfazendo mitos ancestrais.

Ainda nos periódicos dedicados à mulher, quem é este público-alvo feminino, alfabetizado,[1012] tão acarinhado por escritores e jornalistas? A burguesia, a que se associou a aristocracia inteligente, criou poeticamente a figura de uma "esposa-doméstica" e "mãe-educadora", fada do lar e baluarte da estabilidade social, um *anjo* que permitia a afirmação do homem na sociedade capitalista emergente – paradigma de uma família burguesa que se haveria de prolongar ao longo do século. Esquecidas estavam por seu lado, longe das folhas dos periódicos, as contribuintes anónimas para a sobrevivência das famílias da classe trabalhadora, jornaleiras dependentes do seu magro complemento salarial.

Este trabalho, ao assumir como objetivo compreender diferentes cenários de um filme construído a partir de centenas de periódicos, fez-me conhecer personagens fascinantes (Fernandes Tomás, Agostinho de Macedo, Mouzinho de Albuquerque, Rodrigues Sampaio, …) que se movimentavam nos jornais ou nos corredores do poder, na oposição ou nas hostes governamentais, procurando impor princípios em que acreditavam. Os professores públicos, esses, eram figurantes sem significado, esquecidos, mal pagos (passavam meses sem receber um salário de miséria), muitas vezes perseguidos. A sua impreparação deixava bem vincada a falta de escolas do Magistério, apesar dos esforços do *absolutista* D. João VI (1815) de alfabetizar o exército como forma de levar os saberes mais elementares a todos os locais onde existiam aquartelamentos militares, ideia aproveitada mais tarde, em 1834, com a consolidação do liberalismo.

[1010] Ao longo do trabalho citámos o exemplo de João Cândido de Carvalho (1803-18579, um "exaltado" jornalista liberal, padre – o padre Rabecão. Esteve três anos preso nas masmorras miguelistas pelas suas ideias revolucionárias.
[1011] A obra de José Tengarrinha, precisamente com este título, ajuda-nos a compreender melhor a política portuguesa.
[1012] A nível de reformas, foi Passos Manuel (1836) a ordenar a criação de escolas de meninas em todas as capitais de distrito ode não existissem, no que foi seguido por Costa Cabral (1844).

Relendo a *Coletânea*, mais se confirma a ideia que em todos os momentos encontramos um isomorfismo conflituante, onde os heróis e os vilões se sucedem de acordo com o poder instalado em Lisboa. No que ao ensino e à escola pública elementar diz respeito, uma sensação de vazio, de tempo perdido, embora o discurso educativo liberal ou reformador seja francamente apelativo – e onde pontificavam homens e mulheres de grande ilustração, como a monárquica e profundamente católica Antónia Gertrudes Pusich, a primeira mulher no nosso país a ver o seu nome figurar no cabeçalho de algumas publicações periódicas.

A partir da *Coletânea* creio poder dar resposta às diferentes questões e hipóteses atrás suscitadas quanto aos objetivos pretendidos com a presente investigação, mesmo que com algumas matizações, como já referi, sobre o que sustentámos na página 28, e que agora formularíamos afirmativamente do seguinte modo:

O presente estudo, assumindo como objetivo central compreender melhor um dos períodos mais marcantes da nossa história, e refletindo sobre os muitos discursos político-educativos, não deixa de surpreender pelo entrecruzar de interesses no campo do ensino.

Verifica-se, efetivamente, um vivo confronto ideológico entre conservadores e reformadores, mas também entre as diferentes sensibilidades do poder emergente (variável não assinalada à partida), onde um republicanismo embrionário procurava instituir ideias libertárias, mas também combater o analfabetismo castrador, através de agremiações operárias.

A imprensa (absolutista, vintista ou cartista) foi um veículo importante na propaganda política, embora muitos títulos assumissem a instrução como objetivo programático, numa linha editorial focada nas necessidades básicas de um país a requerer trabalhadores (masculinos) capacitados para uma industrialização incipiente e tardia.

Era expectável encontrar textos de debate educativo nesta imprensa a caminho da sua alforria que refletissem (positiva ou negativamente) as sucessivas reformas anunciadas e publicitadas, nomeadamente no jornal do Governo. Tal não se verifica. Poder-se-á dizer que encontrámos duas linhas equidistantes - ambas direcionadas, teoricamente, para uma escola pública mais alargada e de maior qualidade.

Os equívocos e as contradições sucedem-se, com a volatilidade caraterística de uma sociedade em estruturação, com escassos graus de politização, e onde as situações de solidariedade e conflito se entrelaçam, aumentando as desigualdades entre as sociedades rurais e as cidades industriais.

Desde muito cedo intui que a pesquisa não esgotaria a problemática em estudo (o que pude confirmar), nem que as conclusões seriam inequívocas e definitivas. Acredito que os dados

apresentados venham a facilitar novas investigações, possivelmente cobrindo um número mais limitado de periódicos, o que possibilitará, à partida, um aprofundar de situações – esta uma das limitações sentidas. Outro ponto que deverá merecer reflexão: sabendo-se que os períodos de 1820-1833 e 1834-1851 foram historicamente parcelares (o mesmo acontecendo a nível jornalístico e da educação), considero que seria vantajoso partir-se para trabalhos distintos, embora, se possível, sujeitá-los a um estudo comparado que recuperasse as raízes da matriz liberal de 1820 e o republicanismo sequente, existente mas discreto, em algumas figuras do pensamento vintista.

Enfim, espero (e desejo) que o esforço por mim envidado, simultaneamente com pesado sacrifício e incomensurável prazer, venha a ter por gratificação a alegria de sentir o seu eco na motivação de novos investigadores.



Desembarque do exército liberal em Arnosa de Pampelido – óleo de Roque Gameiro (1864-1935).

BREVE CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DE PORTUGAL (1807 - 1851)

1807	29 NOV.	Partida da família real e do governo para o Brasil. Primeira invasão francesa (Junot).
1808	18 JUN.	Abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro, com graves consequências para a economia de Portugal Continental. Governo de Junot.
1815		O ensino feminino foi criado em 25 de fevereiro de 1790, por D. Maria I, sendo então instituídas, em Lisboa, lugares de "mestras de meninas". Medida só concretizada em 1815, com D. João VI.
1816	01 MAR.	Entra em funcionamento a primeira Escola Normal para os candidatos a mestres e seus ajudantes das escolas Particulares do Exército. Método: ensino mútuo.
	16 DEZ.	O Estado do Brasil é elevado à categoria de reino, perante a inoperância do poder sediado em Lisboa.
1817	25 MAI.	Revolta popular em Lisboa. Prisão do general Gomes Freire de Andrade, morto por enforcamento em 18 de Outubro.
1818	22 JAN.	Manuel Fernandes Tomás, José Ferreira Borges e José da Silva Carvalho (…), fundam no Porto o Sinédrio (sociedade secreta).
	JUL	Aparecimento, em Paris, da Revista *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,* onde pontificam Francisco Solano Constâncio, Cândido José Xavier e Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque.
1820	01 Jan.	O general Riego revolta-se em Cádis, acompanhado por levantamentos na Corunha, saragoça e Barcelona. Restabelecida a Constituição de 1812.
	24 AGO.	A revolução liberal, liderada pelo Sinédrio, com a colaboração de forças militares, tem início na cidade do Porto.
	28 SET:	Constituição da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, com o encargo de organizar eleições para as Cortes Constituintes.
	11 NOV:	Martinhada. Aliança entre liberais "exaltados", que queriam a imediata adoção da Constituição de Cádis, e políticos antiliberais.
	DEZ.	Primeiras eleições em Portugal para deputados às Cortes Constituintes. Criação de 59 escolas do ensino primário, em 14 meses. Impulso ao ensino primário feminino. Aumento do vencimento dos professores.

		Estabelecimento do princípio da jubilação. Favorecimento do ensino particular. Proclamação da liberdade de ensino.
1821	24 JAN.	Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes, convocadas pela primeira vez desde 1689. Palácio das Necessidades.
	24 MAR.	Votada, por unanimidade, a abolição da Inquisição em todo o território nacional.
	25 ABR.	D. João VI parte do Rio de Janeiro e regressa a Portugal, correspondendo ao pedido das Cortes. Liberdade de imprensa - jornais panfletários, liberais e absolutistas: Gazeta Universal, Braz Corcunda e Trombeta Lusitana. J. Agostinho de Macedo e o jornalismo português: *Exorcismo Contra Periódicos e Outros Malefícios*, *Cordão da Peste* e *Reforço do Cordão da Peste*.
	12 JUL.	Decreto a estabelecer, pela primeira vez em Portugal, a abolição da censura prévia e a regulamentação da liberdade de imprensa.
1822	07 SET.	Proclamação da independência do Brasil. D. Pedro I aclamado Imperador.
	23 SET.	Promulgação da Constituição Portuguesa. Poder tripartido: executivo, rei; legislativo, cortes; judicial, tribunais.
	01 OUT.	D. João VI jura a Constituição. A rainha Carlota Joaquina recusa fazê-lo e é afastada da Corte.
	10 DEZ.	Portaria que institui uma nova escola de Ensino Normal, segundo o método de ensino mútuo, destinada apenas ao sexo masculino. Diretor: João José le Coq.
1823	23 FEV.	O conde de Amarante, general Manuel da Silveira inicia em Trás-os-Montes um movimento antiliberal. Derrotado, foge para Espanha.
	27 MAI.	Golpe da Vila-Francada: o Infante D. Miguel lidera um exército anticonstitucionalista e antiliberal. D. João VI acaba por aderir ao golpe militar. Abolida a vigência da Constituição de 1822.
	18 JUN.	Nomeada uma Junta presidida pelo marquês de Palmela, para preparar uma carta de lei fundamental.
	02 JUL.	As Cortes autossuspendem os seus trabalhos na sequência dos últimos desenvolvimentos, que muitos condenam. Abolição da liberdade de ensino.
1824	04 JAN.	Carta de Lei declarando em vigor as leis tradicionais. Fim da Constituição de 1822.
	06 MAR.	A imprensa regressa à situação anterior a 1794, conferindo-se aos ordinários e à Mesa de Desembargo do Paço autoridade para censurar todas as obras. Encerramento de muitas escolas particulares.
	ABR.	Abrilada. Golpe absolutista, liderado pelo infante D. Miguel, contra o rei. O Infante foi derrotado e seguiu para o exílio em Viena de Áustria.
	MAI.	Insucesso da Abrilada, com a intervenção do corpo diplomático. D. Miguel exila-se em Viena de Áustria.
	JUN.	Revogação da Lei dos Forais, o que permitiu a recuperação do poder a determinados grupos de privilegiados. Vai até 1846.
1825	15 NOV.	Reconhecimento da independência do Brasil. Fundação das Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e Porto, que vieram melhorar a prática da cirurgia no país.
1826	06 MAR.	D. João VI adoece gravemente. Nomeia um Conselho de Regência, com a infanta Isabel Maria, retirando o poder a D. Carlota Joaquina.
	10 MAR.	Morte de D. João VI. O Conselho de Regência reconhece D. Pedro i do Brasil como rei de Portugal – D. Pedro IV.
	ABR.	D. Pedro outorga a Carta Constitucional, mais conservadora que a Constituição (1822,) e abdica a favor da filha D. Maria da Glória.
	31 JUL.	Juramento da Carta Constitucional, festivamente assinalado por muitos liberais de Lisboa e Porto. Convocação de Cortes.

	04 OUT.	D. Miguel, em Viena, jura a Carta Constitucional, outorgada por seu irmão D. Pedro – regente do reino em nome de D. Maria II.
		Editado o Periódico dos Pobres, o primeiro jornal popular em Portugal, devido ao seu baixo preço.
		Manutençaõ da gratuitidade do ensino primário.
		Manutenção das restrições à liberdade de ensino.
1827		D. Pedro nomeia D. Miguel seu lugar-tenente para reger o reino em obediência à Carta, durante a menoridade de D. Maria II.
1828	22 FEV.	D. Miguel regressa a Lisboa. Jura de novo a Carta no palácio da Ajuda e assume a regência.
	MAR.	D. Miguel dissolve a Câmara de Deputados, nomeia uma Junta, e convoca a antiga assembleia dos Estados do Reino.
		Fim da liberdade de imprensa. Jornais absolutistas: A Besta Esfolada, O Desengano, O Cacete, A Defesa de Portugal, A Contra Mina e O Mastigoforo.
	JUN.	Belfastada. Forças liberais dirigidas por Saldanha e Palmela desembarcam no Porto. Derrotadas, fogem pela Galiza para o exílio.
		Início do "Terror" miguelista, marcado por execuções sumárias. Os liberais que conseguem escapar fogem para Paris ou Londres.
		Publicação de jornais no exterior: O Portuguez Emigrado, Crónica da Terceira (Açores), O Defensor da Liberdade (Madeira).
		Proposta da Junta da Diretoria no sentido de reduzir de 900 para 600 as escolas existentes.
		Decisão do Governo reduzindo este número para 550.
		Almeida Garrett escreve *Da Educação*.
1830		Constituição do Conselho de Regência Liberal da Ilha Terceira, nomeado por D. Pedro, e presidido pelo marquês de Palmela.
1831	07 ABR.	D. Pedro abdica do trono do Brasil em favor do filho, Pedro II, e embarca para a Europa para repor a filha (D: Maria II) no trono português.
1832		D. Pedro, nos Açores, assume a regência do Reino, em nome da filha, D. Maria II.
	FEV.	Em Londres, muitos liberais colocam reservas.
		O Governo liberal, nos Açores, integra Mouzinho da Silveira, Palmela e Agostinho
	MAR.	Freire.
		Reproclamação da liberdade de ensino (Açores) e possibilidade de criação de escolas pelas corporações locais.
	08 JUL.	O exército liberal desembarca em Pampelido, e entra no dia seguinte na cidade do Porto, sem encontrar resistência.
	09 JUL.	Começa o cerco à cidade do Porto, pelas poderosas forças miguelistas. Início da Guerra Civil
	JUL.	O Governo liberal decreta o fim dos pequenos morgadios, forais, im postos do dízimo e das sisas. Divisão administrativa do reino.
	AGO.	Derrota do exército liberal em Souto Redondo, perto de Arouca, com reflexos muito negativos para os soldados de D. Pedro.
1833	24 JUN.	Cercados no Porto e em dificuldades, os liberais desembarcam no Algarve, comandados por Vila Flor – futuro duque da Terceira.
	JUL.	O almirante (mercenário) Napier derrota a esquadra miguelista perto do cabo de S. Vicente e apreende barcos de guerra.
	24 JUL.	O exército liberal atravessa o Alentejo, vence as tropas miguelistas na Cova da Piedade, e ocupa Lisboa sem oposição.
		Desembarque do regente D. Pedro, e dos membros do seu Governo, em Lisboa, vindos do Porto.
		Levantamento do Cerco do Porto. D. Miguel fixa o seu quartel-general em Santarém, depois de abandonar Braga.
		Derrota das tropas miguelistas na batalha de Almoster, no Ribatejo.
	OUT.	
	22 ABR.	Assinatura do Tratado da Quádrupla Aliança: Inglaterra e França impõem, a Espanha e a Portugal, o fim das respetivas guerras civis.
	16	Batalha de Asseiceira. O exército liberal, comandado por Terceira, desbarata as

	MAI.	tropas realistas.
	26 MAI.	Convenção de Évora-Monte, negociada pelos marechais Saldanha e Terceira, pelos liberais, e Azevedo Lemos pelos miguelistas.
	30 MAI.	Extinção das ordens religiosas masculinas e nacionalização dos seus bens. Reforma de D. Pedro e de Joaquim António de Aguiar.
	15 AGO.	Abertura solene das Cortes, reunidas no convento de São Bento da Saúde, em Lisboa. D. Pedro é confirmado como Regente.
	24 SET.	Morte de D. Pedro IV, com 36 anos de idade.
	22 DEZ.	Lei da Liberdade de Imprensa.
		Novo ministério nomeado por D. Maria II, presidido pelo duque de Palmela.
		Criação da Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, uma das principais novidades do Governo liberal.
1834		Gravíssima situação das Finanças Públicas, com uma dívida insustentável. A venda de bens nacionais passou a prioridade.
	22 DEZ.	Lei a decretar, definitivamente, a liberdade de imprensa.
1835	08 JAN.	Após a tomada do poder pelos liberais, estes encarregaram de novo le Coq de reorganizar o ensino mútuo e reabrir a Escola Normal.
		Publicação de um artigo de Alexandre herculano, no Repositório Literário, sobre instrução elementar.
		Publicação de um número único do Jornal Mensal de educação, com referências a Gaultier, Jacotat, Pestalozzi e outros pedagogos.
		Criação de uma Comissão, na Academia Real das Ciências encarregada de propor um plano provisório, mas de imediata execução, para o ensino público.
		Supressão de Junta da Diretoria Geral dos Estudos.
		Criação do Conselho Superior de Instrução Pública.
		Proclamação do princípio da obrigatoriedade de frequência escolar.
	25 ABR.	Reformas na administração geral e municipal. O Continente foi dividido em 17 distritos administrativos e as Ilhas em 3.
	SET.	Lei a obrigar a construção de cemitérios e regulamentos sobre funerais, que provocou grande oposição popular.
	07 SET.	Tentativa da criação do Conselho Superior de Instrução Pública, em Lisboa. A Universidade de Coimbra protesta, e a medida é anulada.
1836	15 NOV.	Reforma de Passos Manuel:
		Criação dos liceus.
		Decreto a criar de novo em cada distrito uma escola primária de ensino mútuo, servindo também de Normal, para o que cada professor teria um ajudante.
	15 AGO.	Convocação de Cortes Extraordinárias, dissolução do Parlamento pela rainha. Marcação de eleições devido è instabilidade política.
	SET.	Revolução de Setembro. As eleições elege o partido conservador afeto ao Governo cartista.
		No Porto saiu vencedor o partido da oposição, anti cartista, apoiado pela pequena e média burguesia comercial e industrial.
	10 SET.	Os deputados do Porto, às Cortes, foram recebidos em Lisboa em delírio, com morras à Carta e vivas à Constituição de 1822.
		O duque da Terceira pede a demissão, substituído por um Governo vintista, que duraria até às Cortes Constituintes de 1838.
	02 NOV.	Belenzada. D. Maria demite o Governo setembrista de Passos Manuel, que recupera o poder com a ajuda de Sá da Bandeira.
	17 NOV.	Decreto que cria os liceus. Estas escolas secundárias passam a ministrar um ensino mais prático e atualizado.
		Primeira grande reforma geral do ensino.
		Fusão da Faculdade de Cânones e de Leis na Faculdade de Direito, decretada pela reforma de Passos Manuel.

		Criação das Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto.
		Fundação da escola de Farmácia de Coimbra, Lisboa e Porto.
		Criação do Conservatório Real de Lisboa.
		Criação da Academia de Belas-Artes em Lisboa e da Academia Portuense de Belas-Artes.
		Início da modernização do Exército, segundo diretivas de Sá da Bandeira, que divide o país em 10 regiões militares.
		Reforma do Colégio Militar e lançamento das escolas de primeiras letras nos regimentos.
	18 NOV.	Criação dos Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e Porto (Passos Manuel), numa tentativa de criação do ensino politécnico.
	12 JUL.	Revolta dos Marechais (cartistas). Sá da Bandeira vence e os marechais Saldanha e Terceira exilam-se.
	SET.	Fundação da Escola Politécnica de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto – visava formar especialistas.
1837	04 JAN.	Extinção do Colégio dos Nobres.
	11 JAN.	Criação da Escola Politécnica de Lisboa, por Sá da Bandeira, e do Conservatório de Artes e Ofícios do Porto.
1838	MAR.	Revolta do Arsenal. Sublevação de setembristas radicais. Sá da Bandeira dissolve o Governo e dispersa as forças insurretas.
	04 ABR	Juramento da Constituição de 1838 pela rainha. Procura conciliar a Constituição de 1822 com a Carta de 1826, suprimindo o radicalismo vintista.
1839	ABR.	Queda do Governo setembrista, do marquês Sá da Bandeira e do barão da Ribeira de Sabrosa.
	NOV.	Ascensão de Costa Cabral, membro do novo governo de feição cartista. Antigo revolucionário radical do setembrismo.
1840	08 FEV.	Garrett profere o célebre discurso do Porto Pireu, em defesa do governo do conde do Bonfim.
	22 JUN.	Fundação do jornal *A Revolução de Setembro*, por José Estêvão, um notável orador parlamentar português.
1841		Nomeação do primeiro reitor leigo da Universidade de Coimbra, D. Sebastião Correia de Sá e Meneses, conde de Terena.
1842	27 JAN.	Pronunciamento militar no porto. Golpe militar dirigido por Costa Cabral e pelo duque da Terceira, com o objetivo de reporem a Carta Constitucional.
	10 FEV.	Restabelecimento da Carta Constitucional de 1826.
	24 FEV.	Posse do Governo presidido por Terceira, aparecendo Costa Cabral como ministro do Reino. Governo conservador e autoritário.
	30 MAR.	Manifesto da Coalisão (Coligação), das oposições setembrista, miguelista e cartista dissidente, onde encontramos nomes como os Garrett e Sá da Bandeira.
1844	20 SET.	Criação, em Coimbra, do Conselho Superior de Instrução Pública, presidida pelo ministro do Reino.
		Reforma do ensino, com o estabelecimento da obrigatoriedade de frequência (ensino primário: 7-15 anos) onde houvessem escolas.
	18 SET.	Novas leis sobre enterramentos, o que origina uma forte mobilização popular.
1845	24 DEZ.	Decreto que regulamenta a Escola Normal de Lisboa. Os cursos para o Magistério Primário de 1.º grau duravam um ano; para os do 2.º grau, dois anos.
1846		Mau ano agrícola, provocado pela praga na batata e pela seca que atingiu todo o país, o que fez subir os preços dos cereais (…).
	19 MAR.	Um grupo de mulheres enterraram uma defunta na igreja se Santo André dos Frades, sem autorização da Junta de Saúde. A rebelião estende-se a todo o Minho.
	15 ABR.	Revolta da Maria da Fonte. Motins populares, com início no Minho, aproveitados por miguelistas, setembristas e cartistas dissidentes.
	MAI.	Formação de um novo ministério chefiado pelo duque de Palmela, chamado ao poder após a queda de Costa Cabral.

	06 OUT.	A Emboscada. Golpe de Estado organizado por Costa Cabral, a partir de Madrid, e dirigido por Saldanha, com apoio de D. Maria II. Governo de feição cabralista.
	08 OUT.	A Patuleia. Continuação do movimento da Maria da Fonte, dirigido pelos setembristas, miguelistas e dissidentes cartistas. Formação de Juntas revolucionárias por todo o país, em oposição ao Governo de Palmela. O Governo, ao abrigo da Quádrupla Aliança pede ajuda à Espanha, Inglaterra e França. A rainha e o poder cartista saem vencedores.
1847	29 JUN.	Assinatura da Convenção do Gramido, que coloca fim à guerra civil da Patuleia, firmando a derrota dos revoltosos e a vitória do Governo cartista.
	AGO.	Eleições, realizadas em condições desvantajosas para os setembristas. Vitória do ministério de Saldanha e de Costa Cabral. Epidemia de febre tifoide que se irá prolongar por dois anos.
1848	MAR.	Eleições, que vêm acentuar as antigas divisões entre os cartistas, muito em especial entre os dois irmãos José e Bernardo C. Cabral.
	29 MAI.	Criação da Carbonária Lusitana, em Coimbra, sociedade secreta adversária do clericalismo e identificada com valores republicanos.
1849		Regresso ao poder de Costa Cabral, que apoiado por Saldanha, regressa à chefia do executivo governamental.
1850	01 FEV	Apres. da Lei das Rolhas., contra a liberdade de imprensa, e que gerou protestos por todo o país (Herculano, Garrett, Latino Coelho, etc.). Aprovada 3 de agosto.
	20 DEZ.	Decreto que confirma a substituição do método de ensino mútuo pelo método simultâneo.
1851	ABR.	Golpe político-militar, preparado clandestinamente em casa de Alexandre Herculano, chefiado militarmente por Saldanha.
	22 MAI.	Início do movimento da Regeneração, com a formação de um novo governo constitucional, presidido por Saldanha. O novo governo contou com Rodrigo da Fonseca e Fontes Pereira de Melo. Caracterizou-se por um período de estabilidade política.
1852	05 JUN.	Promulgação do Ato adicional à Carta Constitucional de 1826, que procura pôr fim à divisão entra cartistas e setembristas.

UNIVERSIDADE DE SANTIAGO DE COMPOSTELA

FONTES DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES PRIMÁRIAS

I. 1. Periódicos e Revistas

ANO PRIM./ÚLTIMO NÚMERO		*a)*	JORNAIS E REVISTAS PORTUGUESAS DO SÉCULO XIX ESTUDADAS	*b)*
			GAZETA DE LISBOA (Lisboa)	*9*
JUL.1818	ABR.1822	247	*ANAIS DAS CIÊNCIAS, DAS ARTES E DAS LETRAS (Paris)*	*11*
SET.1820			*MNEMOSINE CONSTITUCIONAL (Lisboa)*	*17*
SET.1820	MAI.1834	1363	*CORREIO DO PORTO (Porto)*	*19*
OUT.1820	ABR.1823	424	*ASTRO DA LUSITÂNIA (Lisboa)*	*21*
JAN.1821	JUN.1821	1597	*DESPERTADOR NACIONAL (Coimbra)*	*26*
FEV.1821			*EXORCISMOS CONTRA PERIÓDICOS E OUTROS MALEFÍCIOS (Lisboa)*	*43*
MAI. 1821	DEZ. 1821		*GAZETA UNIVERSAL (Lisboa)*	*46*
MAI.1821	MAR.1821	777	*BORBOLETA CONSTITUCIONAL (Porto)*	*48*
NOV.1821	MAR.1822	2789	*O INDEPENDENTE (Lisboa)*	*58*
FEV.1822	- 1822	4985	*O TOUCADOR (Lisboa)*	*62*
JUN.1822	DEZ.1822	1190	*O CONCILIADOR LUSITANO (Lisboa)*	*64*
NOV.1822	DEZ.1822	2400	*GAZETA DAS DAMAS (Lisboa)*	*69*
DEZ. 1822	MAR. 1823		*OS PALRADORES NO CAFÉ (Porto)*	*74*
DEZ.1822	FEV.1823	946	*O CENSOR PROVINCIANO (Coimbra)*	*76*
JAN.1823	FEV.1823	524	*O AZEMEL VIMARANENSE (Guimarães)*	*81*
MAI.1823	JUN. 1823	5038	*TRIPA VIRADA (Lisboa)*	*86*
- 1823	- 1823	5037	*TRIPA POR UMA VEZ (Lisboa)*	*90*
JUN.1823	- 1824	387	*ARQUIVOS DA RELIGIÃO CRISTÃ (Coimbra)*	*93*
JUL.1823	JAN.1824	4005	*PERIÓDICO DAS DAMAS (Lisboa)*	*94*
AGO.1826	NOV.1826	202	*O AMIGO DA CARTA (Lisboa)*	*98*
OUT.1826	OUT.1826	3966	*PAVILHÃO LUSITANO (Lisboa)*	*102*
OUT.1826		1762	*DOUTRINA CONSTITUCIONAL (Lisboa)*	*105*
JUN.1827	MAR.1828	1527	*O DEFENSOR DA LIBERDADE (Funchal)*	*107*
JUL.1827	JUN.1828		*PERIÓDICO PARA OS POBRES (Lisboa)*	*108*
JAN.1828	AGO.1828	2065	*A ESTRELA LUSITANA (Lisboa)*	*111*
JUL.1828	AGOS.1828	4909	*O TAGARELA (Lisboa)*	*113*
AGO.1829	- 1833	1544	*O DEFENSOR DOS JESUÍTAS (Lisboa)*	*115*
- 1831	- 1832	822	*O CACETE (Lisboa)*	*118*
JAN.1833	DEZ.1833	1476	*CRÓNICA DOS AÇORES (Angra do Heroísmo)*	*120*
MAR.1833	JUL.1833	4255	*O PROCURADOR DOS POVOS (Lisboa)*	*122*
JUL.1833	JUN.1834	1471	*CRÓNICA CONSTITUCIONAL DE LISBOA (Lisboa)*	*124*
JAN.1834	MAR.1858	4013	*PERIÓDICO DOS POBRES NO PORTO (Porto)*	*126*
JAN.1835	OUT.1859	1661	*DIÁRIO DO GOVERNO (Lisboa)*	*131*
- 1835	- 1835	3405	*O MARCH! MARCH! (Lisboa)*	*132*
- 1835	- 1836	942	*O CENSOR (Lisboa)*	*135*
- 1835	- 1846	601	*BIBLIOTECA FAMILIAR RECREATIVA (Lisboa)*	*137*
MAR.1835	MAR.1836	3217	*O LIBERAL (Angra do Heroísmo)*	*143*

AGO.1835	JUL.1837	409	*O ARTILHEIRO (Porto)*	*146*
NOV.1835	- 1836	3588	*O MOVIMENTO (Lisboa)*	*150*
NOV.1835	DEZ.1835	4214	*O POVO SOBERANO (Lisboa)*	*160*
JAN.1836	JUN1836	34	*O ACADÉMICO (Coimbra)*	*162*
MAR.1836	SET.1836	4354	*O RAIO FOLHA MORAL (Lisboa)*	*171*
ABR.1836	AGO.1836	2941	*JORNAL DA SOCIEDADE DOS AMIGOS DAS LETRAS (Lisboa)*	*173*
MAI.1836	JUN.1836	272	*ANTAGONISTA DOS ABUSOS (Lisboa)*	*180*
OUT.1836		4984	*TORRE DE BABEL (Lisboa)*	*182*
NOV.1836		4257	*O PROFETA (Lisboa)*	*184*
JAN.1837		1603	*O DIA DE JUÍZO (Lisboa)*	*186*
JAN.1837	FEV.1846	545	*O BARBEIRO (Lisboa)*	*188*
ABR.1837	JUN.1837	1418	*O CORTADOR (Lisboa)*	*191*
MAI.1837	MAI.1837	5150	*O VERDADEIRO PATRIOTA (Lisboa)*	*194*
MAI.1837	- 1868	3886	*O PANORAMA (Lisboa)*	*196*
MAI.1837	JUL.1837	1922	*O ENTRE-ACTO (Lisboa)*	*203*
JUN.1837	OUT.1837	1796	*O ECO DA RAZÃO, E DA JUSTIÇA (Lisboa)*	*204*
OUT.1837	DEZ.1837	799	*O BRASILEIRO EM LISBOA (Lisboa)*	*206*
- 1837		3199	*O LEGITIMISTA (Lisboa)*	*208*
FEV.1838	DEZ.1838	4398	*O RECREATIVO (Lisboa)*	*210*
JUN.1838	DEZ.1838	3509	*MISCELÂNEA POLÍTICA (Lisboa)*	*212*
AGO.1838	ABR.1842	562	*O BEIJA-FLOR (Lisboa)*	*216*
AGO.1838	JUN.1839	527	*O AZORRAGUE (Lisboa)*	*221*
DEZ.1838	ABR.1839	3447	*O MENSAGEIRO (Lisboa)*	*225*
JAN.1839	- 1841	3570	*O MOSAICO (Lisboa)*	*228*
MAI.1839	JUL.1839	1889	*O ELENCO (Lisboa)*	*235*
JUN.1839	- 1840	339	*O ARQUIVISTA (Lisboa)*	*238*
JUN.1839	AGO.1840	1571	*O DEMOCRATA, JORNAL DO POVO (Lisboa)*	*240*
AGO.1839	AGO.1839	2752	*A IMPRENSA (Lisboa)*	*245*
JAN.1840	-1840	3183	*A LANÇA (Lisboa)*	*247*
FEV.1840	JUL.1840	3142	*O JOVEM NATURALISTA (Lisboa)*	*249*
MAR.1840	NOV.1840	2664	*O HISTORIADOR (Lisboa)*	*252*
MAR.1840	ABR.1840	2100	*O EXPOSITOR (Lisboa)*	*255*
JUN.1840	JAN.1901	4693	*A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO (Lisboa)*	*257*
SET.1840	OUT.1840	3768	*OBSERVADOR VIAJANTE (Lisboa)*	*289*
JUL.1841	MAI.1842	1907	*O ENCICLOPÉDICO (Pangim)*	*291*
OUT.1841	- 1859	4677	*REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE (Lisboa)*	*294*
MAI.1842	AGO.1842	3488	*A MINERVA LUSITANA (Lisboa)*	*307*
SET.1842	FEV.1843	4250	*O PRISMA (Coimbra)*	*309*
- 1842	- 1843	1709	*A DISTRAÇÃO INSTRUTIVA (Lisboa)*	*310*
ABR.1843	AGO.1843	996	*O CINCO RÉIS (Lisboa)*	*313*
JUL.1843	JUL.1844	5027	*O TRIBUNO, JORNAL DO POVO (Lisboa)*	*315*
JAN.1844	ABR.1845	2847	*O INSTRUTOR PORTUENSE (Porto)*	*319*
FEV.1845	- 1849	2889	*O JARDIM DAS DAMAS (Lisboa)*	*323*
MAR.1845	NOV.1854	4480	*REVISTA ACADÉMICA (Coimbra)*	*331*
SET.1845	AGO.1846	2141	*O FAROL TRANSMONTANO (Bragança)*	*345*
ABR.1846	DEZ.1846	3776	*O OFICIAL DO BRAZ-TISANA (Lisboa)*	*348*
- 1846	- 1846	4660	*REVISTA RECREATIVA (Lisboa)*	*350*
DEZ.1846	JUL.1847	1994	*O ESPECTRO (Lisboa)*	*355*
MAI.1846	JUN.18861	3635	*O NACIONAL (Porto)*	*359*
- 1847	- 1847	504	*A AURORA RECREATIVA (Lisboa)*	*361*
OUT.1847	- 1848	4343	*O RABECÃO - ESCRIPTO DO POVO (Lisboa)*	*364*
MAR.1848	- 1855	4650	*REVISTA POPULAR (Lisboa)*	*267*

ABR.1848	JUN.1848	4431	*O REGENERADOR, JORNAL DO POVO (Lisboa)*	*389*
MAI.1848	SET.1848	377	*O ARQUIVO PORTUGUÊS (Lisboa)*	*393*
JUL.1848	MAI.1849	543	*O BARATÍSSIMO (Lisboa)*	*394*
- 1849	- 1849	510	*O AUXILIADOR INDUSTRIAL PORTUGUÊS (Lisboa)*	*419*
- 1849	- 1850	4809	*O SEMANÁRIO CURIOSO (Lisboa)*	*430*
- 1849	- 1850	2292	*A FONTE (Lisboa)*	*432*
AGO.1849	ABR.1851	420	*A ASSEMBLEIA LITERÁRIA (Lisboa)*	*435*
OUT.1849	FEV.1850	2362	*GALERIA TEATRAL (Lisboa)*	*444*
JAN.1850	MAR.1851	437	*O ATENEU (Lisboa)*	*447*
JAN.1850	AGO.1852	4772	*A SEMANA (Lisboa)*	*455*

a) Jornais e Revistas Portuguesas do Século XIX (vols. I e II) – Ed. Biblioteca Nacional, obra onde se encontram as diferentes referências de localização dos periódicos investigados.
b) Paginação dos periódicos - Vol. II desta investigação.

I. 2. Legislação e obras conexas

CARTA CONSTITUCIONAL DE 1826. Lisboa: Assembleia da República.

COLEÇÃO de decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecido na ilha Terceira - desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832 (1836). Lisboa: Imprensa Nacional.

COLEÇÃO de decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.

COLEÇÃO de leis e outros documentos oficiais, publicados desde 15 de agosto de 1834 até 31 de dezembro de 1835. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1837.

CONSTITUIÇÃO DE 1822. Lisboa: Assembleia da República.

DECRETO [n.º 178 de 1822] pelo qual fica livre a qualquer cidadão ensinar as Primeiras Letras sem dependência de exame ou licença, de 28 de junho de 1821, publicado em 3 de julho no Livro de Leis, f. 164 vers. In Coleção de Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais. Coimbra: Na Imprensa da Universidade.

DECRETO de 7 de Setembro de 1835. Reforma do Ensino Primário de Rodrigo da Fonseca Magalhães. Lisboa: Imprensa Nacional.

DECRETO de 20 de Setembro de 1844. Reforma do Ensino Primário de Costa Cabral (D. do G. n.º 220 de 28 de Setembro 1844).

DECRETO de 20 de Setembro de 1844. Reforma do Ensino Primário de Costa Cabral (D. do G. n.º 220 de 28 de Setembro 1844). Lisboa: Imprensa Nacional.

DIRETÓRIO das Escolas Primárias de Ensino Mútuo, 1843 (I.A.N./T.T.), Ministério do Reino, Maço n.º 3535. Lisboa: Torre do Tombo.

REFORMAS do ensino em Portugal, 1835-18869. Tomo I, vol. I. Lisboa: Ministério da Educação, 1987.

RELATÓRIO dos progressos das escolas do ensino mútuo feito a S. M. El-Rei o Senhor d. João VI e em sua augusta presença. Pelo diretor das mesmas escolas em sessão pública celebrada em 15 de outubro de 1822. Lisboa: Imprensa Nacional.

RELATÓRIO de 29 de março de 1832, in Coleção de Decretos e regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecido na ilha terceira, desde 15 de junho de 1829 até 28 de fevereiro de 1832. Lisboa: Imprensa Nacional.

CAETANO, Marcelo (1967). Os Antecedentes da Reforma Administrativa de 1832 (Mouzinho da Silveira), Separata *da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*.

CARNEIRO, Manuel Borges (1774-1833). Direito Civil de Portugal (3 vols.), lisboa: Tipografia Maria da Madre de Deus.

COELHO, José Francisco Trindade (1889). *Coleção completa da legislação sobre a liberdade de imprensa desde 1834 até hoje. Acompanhada dos acórdãos do Supremo Tribunal da Justiça por abusos de liberdade de imprensa*. Lisboa: A. G. Vieira Paiva.

MARTINS, H. de Oliveira (1976). Coleção dos Decretos, Resoluções e Ordens das Cortes Gerais (Parte I), Coimbra, Imprensa da Universidade (1822), in *História de Portugal II*. Lisboa: Palas Editores.

MIRANDA, Jorge (2004). *As Constituições Portuguesas – de 1822 ao texto atual da Constituição*. Coimbra: Almedina.

WERNEK SODRÉ, Nelson (1957). *O Tratado de Methen inglês em Portugal*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

I. 3. Fontes impressas

ALVIM, João Carlos (1985). *A revolta miguelista contra o cabralismo – cartas de António Ribeiro Saraiva e Cândido Figueiredo e Lima*. Lisboa: Assírio e Alvim.

AMOR COUTO, Manuel (2004). Gramática e Teorização Linguística em Portugal; a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa, pp. 11-31. *Revista Galega de Filologia*. Santiago de Compostela: ISSN. [Consultado em 3.XII.2014].

AMORIM, Francisco Gomes de (1881-1884). *Garrett: Memórias biográficas* (3 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional.

ARAÚJO, Xavier de (2006). *A Revolução de 1820. Memórias,*. Lisboa: Edição Caleidoscópio.

ARRIAGA, José d´ (1892). *História da Revolução de Setembro*, 3 vols. Lisboa: Tip. da Companhia Nacional Editora.

AULETTE, Júlio Caldas (1850). *Livro de Infância ou método fácil e racional para ensinar a ler*. Lisboa: Livraria Universal de Magalhães & Moniz.

AULETTE, Júlio Caldas (1870). *Cartilha Nacional. Método Lelográfico*, 3.ª ed. Lisboa: Lallemant Fréres Typographos.

BESSA, Alberto (1904). *O Jornalismo. Esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias*. Lisboa: Liv. Editora Viúva Tavares Cardoso.

BRAGA, Teófilo (2010). *História das Ideias Republicanas em Portugal*, 2.º ed. Lisboa: Nova Vega.

CASTILHO, António Feliciano de (1683). *Método Castilho para o ensino rápido e aprazível de ler impressos – manuscrito e numeração*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

COELHO, José Maria Latino (1857). *Encyclopedia das Escolas D´Instrucção Primaria*. Lisboa: Edição de Francisco Artur da Silva.

COLBERT, Carlos Joaquim (1776). *Catecismo de Montpellier*, 3 vols. Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa

COSTA, Agostinho Ribeiro da (1789). *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, cap. V. Porto: Na Oficina de Alvarez Ribeiro.

COSTA, D. António (1900). *História da Instrução Popular em Portugal*, 2.ª edição. Porto: Ed. António Figueirinhas.

CUNHA, José C. (1835). *História do Instituto de Surdos-Mudos e Cegos de Lisboa desde a sua fundação até à incorporação na Casa Pia*. Lisboa: Tipografia de Filiipe Nery.

DAUN, José Sebastião Saldanha de Oliveira (1823). *Diorama de Portugal nos 33 Meses Constitucionaes, ou Golpe de Vista sobre a revolução de 1820, a Constituição de 1822 e a Restauração de 1823. E acontecimentos posteriores até ao fim de Outubro do mesmo ano. Na Impressão Régia.*

FERREIRA, Alberto (comp.), (1971-1975). *Antologia de textos pedagógicos do século XIX português* (3 vols.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FERREIRA, Teófilo (1890). *O Ministério da Instrução Pública e a Centralização do Ensino Primário Oficial*. Lisboa: Imprensa Nacional.

GARRETT, Almeida (1985). Escritos do Vintismo (1820-1823). Lisboa: Editorial Estampa.

GARRETT, Almeida (1990). *Doutrinação Liberal*. Lisboa: Public. Alfa.

GARRETT, Almeida (2009). *Da Educação*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

GUIMARÃES, Rodrigo José Oliveira (1846). Revista Histórica de Portugal desde a morte de d. João VI até ao falecimento do Imperador D. Pedro, 2.ª edição mais correcta, e acrescentada com um Suplemento até à restauração da Carta Constitucional. Porto: Typographia Comercial.

HERCULANO, Alexandre (1949). Da Escola politécnica ao Colégio dos Nobres, in Carvalho, Joaquim Barradas de, *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*. Lisboa: Seara Nova.

HERCULANO, Alexandre (1993). Voz do Profeta*, Opúsculos,* tomo I, 6.ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand.

HERCULANO, Alexandre (1993). Mouzinho da Silveira ou la Révolution Portuguaise*, Opúsculos*, tomo II, 6.ª edição. Lisboa: Livraria Bertrand.

LICHNOWSKY, Príncipe Félix (1991). *Portugal – Recordações do Ano de 1842*. Lisboa: Public. Alfa.

MACEDO, José Agostinho (1821). *O Cordão da Peste ou medidas contra o contágio periodiqueiro*. Lisboa: Oficina Viúva de Lino da Silva Godinho.

MARQUES, Fernando Pereira (1990). *Esperem e Verão! Textos republicanos clandestinos de 1848*. Lisboa: Publicações Alfa.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos (2008). *Cartas do Rio de Janeiro, 1811-1821*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

MARTINS, J. P. Oliveira (1882). *História de Portugal*, 3.ª ed., Tomo II. Lisboa: Viúva Bertrand.

MARTINS, J. P. Oliveira (1895). *Portugal Contemporâneo*, 3.ª ed., Tomo I e II. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira.

MARTINS, Oliveira (1895). *Portugal Contemporâneo*, *1845-1894*, 3.ª ed. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira [Consultado em 27.IV.2014 – Biblioteca Nacional Digital].

MARTINS, Oliveira (2004). *História de Portugal*, reimp., Lisboa: Guimarães Editores.

MARTINS, Rocha (1942). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Edit. Inquérito.

MIDOSI, Luís Francisco (1860). *Catecismo Constitucional para instrução da Mocidade*. Lisboa: Imprensa Nacional.

NAPIER, Charles (2005). A Guerra da Sucessão: D. Pedro e D. Miguel, reimp. Lisboa: Edições Caleidoscópio.

NUNES, Maria de Fátima (1988). *O liberalismo Português. Ideários e Ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: INIC/CHC, pp. 271-277. [Consultado em 20:XI.2014].

PASSOS, Manuel da Silva (1880). *Discursos Parlamentares*. Porto: Ed. Livraria Portuense, de Manuel Malheiro.

PECCHIO, José (1990). *Cartas de Lisboa*, *1822*. Lisboa: Livros Horizonte.

PÉLICO, Sílvio (1923). *História da Instrução em Portugal*. Lisboa: Lumen, Empresa Editorial Editora.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1890). O Jornalismo Português. Lisboa: Tipografia Soares.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1891). Os Jornais Portugueses. Sua Filiação e Metamorfoses. Notícia suplementar alfabética de todos os periódicos mencionados na resenha cronológica do Jornalismo Português recentemente publicada pelo mesmo autor e agora correta e aumentada. Lisboa: Imprensa de Líbano da Silva.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1897). *Os Jornaes Portuguezes, sua filiação e metamosphoses*. Lisboa: Imprensa de Libânio da Silva.

PEREIRA, Augusto Xavier da Silva (1901). *As leis repressivas da Liberdade de Imprensa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

PÉREZ COSTANTI, Pablo (1992). *Historia del Periodismo Santiagu*ês, Edición de José Luis Cabo. Corunha: Ediciós do Castro.

QUEIRÓS, Eça de (1888),. *Os Maias*, 8.ª ed., baseada na de 1888. Lisboa: Ed. Livros do Brasil.

RIBEIRO, José Silvestre (1871-1889). *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia* (18 vols.). Lisboa: Real Academia das Ciências.

SILVA, Inocêncio Francisco de (1858-1973). *Dicionário Bibliográfico Português*, 25 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

RODRIGUES, Manuel Augusto (1981). A hierarquia da Igreja e o Liberalismo. O Bispo de Coimbra D. Frei Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851), no contexto da sua época, Separata das

Comunicações ao Colóquio organizado pelo Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa sobre "o Liberalismo na península Ibérica na primeira metade do século XIX2. Lisboa: CEHC/ISCTE/IUL. [Consultado em 10.12.2014].

SORIANO, Simão José da Luz (1849). *História do Cerco do Porto*, 2 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.

TENGARRINHA, José (1982). Recolha, prefácio e notas. Tomás, Manuel Fernandes, *A Revolução de 1820*, 2.ª edição. Lisboa: Editorial Caminho.

TOMÁS, Manuel Fernandes - Recolha, prefácio e notas de Tengarrinha, José (1982). *A Revolução de 1820*, 2.ª ed. Lisboa: Editorial Caminho.

VERNEY, Luís António (1991). *Verdadeiro Método de Estudar*. Lisboa: Editorial Presença.

II. FONTES SECUNDÁRIAS

II. 1. Dicionários, Bibliografias e Dicionários Temáticos

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2011). *Memórias do Duque de Palmela*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2013). *Um Homem Singular. Biografia Política de Rodrigo da Fonseca Guimarães (1787-1858)*. Lisboa: D. Quixote.

BRANDÃO, Fernando de Castro (1990). *O Liberalismo e a Reação, 1820-1834*. Lisboa: Europress.

CASTRO, Zília Osório de (dir.), (2002). *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, 2 vols. Porto: Ed. Afrontamento e Assembleia da República.

GARCIA, José Manuel (2010). *Dicionário Essencial de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

MACHADO, José Pedro (1997). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. IV, 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

RODRIGUES, António Simões (coord.), (1994). *História de Portugal em datas*. Lisboa: Círculo dos Leitores.

SARAIVA, José H. (1975). *Os Factos Essenciais da História de Portugal*. Fundão: Jornal do Fundão Editora.

II. 2. Monografias e obras de referência sobre: História, Imprensa e Educação

ADÃO, Áurea (1997). *Estado Absoluto e Ensino das Primeiras Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ADÃO, Áurea (2001). *As Políticas Educativas nos debates parlamentares oitocentistas. O caso do ensino secundário liceal.* Lisboa/Porto: Assembleia da República / Ed. Afrontamento.

ADÃO, Áurea (2007). A pesquisa em fontes originais oitocentistas existentes nos arquivos portugueses. Um contributo para a produção de novos conhecimentos na história do ensino secundário liceal, *Revista de Educação Unisimos*, v. 11, nº 2. S. Leopoldo, Brasil: Unisinos, pp.76-84.

ALBUQUERQUE, Luís (1960). *Notas para a história do ensino em Portugal*. Coimbra: Tipografia da Atlântida.

ALBUQUERQUE, Luís (1960). Um projeto de 1835 para a reforma da instrução pública em Portugal, in *Revista Portuguesa de Psicologia*, ano 1, n.º 2. Coimbra, pp.341-361.

ALBUQUERQUE, Luís (1991). Subsídios para a História da Imprensa em Portugal, Universidade(s), história, memória e perspetivas, in *Atas do I Congresso da História da Universidade, 7º. Centenário*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ALMEIDA, João Ferreira de *e* Pinto, José Madureira (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença.

ALTHUSSER, Louis (1976). *Elementos de autocrítica*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

ALVES, José Augusto dos Santos (2005). *Ideologia e política na imprensa do exílio: "O Portuguez" (1814-1826)*, 2.ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

ALVES, Luís Alberto Marques (2012*). História da Educação – uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BAPTISTA, Maria Isabel Alves (1995). *A Escola Transmontana (1759-1835). Tempos, modos e ritmos de desenvolvimento*. Salamanca: Universidade de Salamanca.

BARREIRA, Isaque (1995). *Ramalho e a Educação, outros tempos – os mesmos problemas*. Braga: Ed. APPACDM.

BASTO, Artur de Magalhães (2010). *O Porto do Romantismo*, 2.ª ed. Porto: Caminhos Romanos.

BIANCHETTI, Lucídio *e* Freire, Ida Mara (2006). *Um olhar sobre a diferença*, 7.ª ed. S. Paulo: Ed. Papirus.

BIRMINGHAM, David (1998). *História de Portugal, uma perspetiva mundial*. Lisboa: Terramar.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1996). *Seis estudos sobre o Liberalismo Português*. Lisboa: Ed. Estampa.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2002). *O século XIX português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2010). *A Monarquia Constitucional, 1807-1910*. Lisboa, Ed. Texto.

BOTO, Carla (2003). O professor primário português como intelectual: eu ensino, logo existo*. Revista de História das Ideias*, vol. 24. Coimbra: Instituto de História e Teoria das ideias - IHTI, Universidade de Coimbra.

CARNEIRO, A. Henriques (2003). *Evolução e controlo do ensino em Portugal – da fundação da nacionalidade ao 1.º Ministério da Instrução Pública.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Joaquim Barradas de (1991). *Da História-Crónica à História-Ciência*, 7.ª ed.. Lisboa: Livros Horizonte.

CARVALHO, Rómulo de (1996). *História do ensino em Portugal*, 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Helena de Fátima Gonçalves de (2000). *Emancipação da Mulher e Regeneração Social no Século XIX Segundo Lopes Praça*. (Tese de Mestrado). Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

CATROGA, Fernando (1985). A Maçonaria e a Restauração da Carta Constitucional em 1842, *Revista da História das Ideias*, pp. 155-181.

CORREIA, Rita (2013). *Ficha histórica. O Panorama, jornal Literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa: Hemeroteca Municipal – CML.

COSTA RICO (2013). *A Investigación Histórico.Educativa, Cuestións epistemológicas e historiográfica – Do "Projecto" de Investigación à elaboración da "Presentación" de Informe*. Santiago de Compostela: Documento de trabalho e orientação [Consultado em 18.I.2014 e (...)].

COSTA RICO, Antón (1989). *Escolas e Mestres. A Educación en Galicia: da Restauración à segunda República*. Santiago de Compostela: S.C.P. da Xunta da Galicia.

COSTA RICO, Antón (2004). *Historia da Educación e da Cultura en Galicia, séculos IV-XX*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.

COSTA RICO, Antón (2012). Iluminar la intensa historia de las practicas escolares desde la historiografia educativa: potencialidades y retos, in Alves, Cláudia *e* Mignot, Ana Chrystina (org.). *História e Historiografia da Educação Ibero-Americana: Projetos, Sujeitos e Práticas*. Rio de Janeiro, Brasil: Quartet Editora. [Consultado em 9.IV.2014].

COSTA, Fernando Marques da; Domingues, Francisco Contente *e* Monteiro, Nuno Gonçalves (org.), (1989). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Ed. Vega.

FAFE, J. Fernandes (1999). *Comemoração dos 50 anos dos Direitos do Homem e do Cidadão*, vol. XII, n.º 1. Lisboa: IIE-Edições Inovação.

FELGUEIRAS, Margarida Louro *e* Costa Rico, Antón (eds.), (2011). *Exílios e Viagens, ideários de liberdade e discursos educativos, Portugal-Espanha séc. XVIII-XX*. Porto: Ed. Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação.

FELGUEIRAS, Margarida Louro *e* Costa Rico, Antón (Eds.), (2011). *Exílios e Viagens, ideários de liberdade e discursos educativos, Portugal-Espanha séc. XVIII-XX*. Porto: Ed. Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; Costa, Jorge Vale *e* Correia, Luís Grosso (2008). *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da educação, Faculdade de Letras do Porto.

FERNANDES, Rogério (1983). Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e as reformas do ensino em 1835-1836, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 38. Coimbra Editora.

FERNANDES, Rogério (1988). Nas origens do Ensino Especial: o Primeiro Instituto Português de Surdos-Mudos e Cegos, *Separata* da *Revista da Biblioteca Nacional,* s. 2, vol.3.

FERNANDES, Rogério (1989). Notas sobre a situação educativa em Portugal no século XVIII. Porto: *Revista O Professor*, n.º 121.

FERNANDES, Rogério (1991). A formação moral da criança portuguesa em vésperas da revolução liberal de 1820, *Revista do Instituto de Educação da U. L.*, vol. 2, n.º 1. Lisboa: Universidade de Lisboa.

FERNANDES, Rogério (1994). *Os Caminhos do A B C, Sociedade Portuguesa e Ensino das Primeiras Letras*. Porto: Porto Editora.

FERNANDES, Rogério (1997). Génese e Consolidação do Sistema Educativo Nacional (1820-1910), in Proença, Maria Cândida. *O Sistema de Ensino em Portugal* – Séculos XIX-XX. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, pp.48-63.

FERNANDES, Rogério; Lopes, Alberto *e* Faria, Luciano Mendes de (orgs.), (2006). *Para a compreensão histórica da infância*. Porto: Campo das Letras.

FONTES, Carlos (s/data). *Navegando na Educação*, educar.no.sapo.pt/. [Consultado em 11.1.2014].

FOUCAULT, Michel (1999). *A Ordem do Discurso*. S. Paulo: Edições Loypla.

FREIRE, Paulo (1997). *Professores sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar.* S. Paulo: Olho d´Água.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1975). *A Educação num Portugal em mudança*. Lisboa: Edições Cosmos.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1975). *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 2.ª ed. Lisboa: Ed. Arcádia.

GODINHO, Vitorino Magalhães (dir.), (1973). *A História Social. Problemas, fontes e métodos*. Barcelos: Edição Cosmos.

GOMES, Joaquim Ferreira (1982). *O Marquês de Pombal e as Reformas do Ensino*. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, Joaquim Ferreira (1984). *Estudos de História e Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, Joaquim Ferreira (1985). *Relatórios do Conselho Superior de Instrução Pública* (1848-1849), Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra. Imprensa da Universidade.

GOMES, Joaquim Ferreira (1996). *Estudos para a História da educação no século XIX*, 2.ª ed. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.

HOBSBAWN, Eric (2012). *A Era das Revoluções*, 6.ª ed. Lisboa: Ed. Presença.

HOMEM, Amadeu Carvalho (2001). *Da Monarquia à R*epública. Viseu: Ministério da Cultura.

JUSTINO, David (2011). *Fontismo, ideologia e política económica*. Comunicação apresentada ao XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. Coimbra: Faculdade de Economia.

KANT, Immanuel (2013). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

LE GOFF, Jaques (2009). *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70.

LEAL. Maria Ivone (1992). *Um século de periódicos femininos: arrolamento de periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

MAGALHÃES, Justino (2001). *Roteiro de fontes para a História da Educação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, Ministério da Educação.

MAGALHÃES, Justino Pereira de (1994). *Ler e Escrever no mundo rural do antigo regime – um contributo para a história da alfabetização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Luís de (1927). *Tradicionalismo e Constitucionalismo*. Porto: Livraria Chardron.

MARQUES, A. H. de Oliveira *e* Serrão, Joel (2002). *Nova História de Portugal – Portugal e a instauração do liberalismo*, vol. IX. Lisboa: Editorial Presença.

MARTINS, Catarina (2010). A Casa Pia de Lisboa como instituição total e o governo do aluno surdo, *Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 30, 95-111.

MARTINS, Guilherme d´Oliveira (1988). *O Ministério das Finanças, subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda*. Lisboa: Ministério das Finanças.

MATTOSO, José (1997). *A Escrita da História, teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.

MATTOSO, José (coord.), (1993). *História de Portugal*, 9 vols. Lisboa: Círculo de Leitores.

MAXWELL, Kenneth (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença.

MELO, João de (1985). *Fabulema*. Luanda: UEA - União de Autores Angolanos.

MIRANDA, Secuntala de (1978). *A Revolução de Setembro de 1836 – Geografia Eleitoral*. Lisboa: Livros Horizonte.

MONTEIRO, António Joaquim (1998). *Do Livro Único, Instrumento Ideológico do Estado ao Pluralismo Democrático* (2 vols.), (trabalho académico). Porto: Instituto Piaget.

MONTEIRO, António Joaquim (2000). *Os Manuais escolares de História do 12.º ano. Que estatuto assume cada um dos conteúdos programáticos na formação de uma consciência social dos jovens*.(trabalho académico). Porto: Universidade de Valência.

MORUJÃO, Carlos (2006). *O Trono e a Tripeça: Republicanismo, Democracia e questão social em Alexandre Herculano*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

NEVES, Pedro Almiro (1996). *A Escolarização dos Saberes Elementares em Portugal nos Finais do Antigo Regime (1772-1820)*. Maia: Instituto Superior da Maia.

NÓVOA, António (1987). *Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário – subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX)*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

NÓVOA, António (1987). *Les temps des professeurs – analyse sócio-historique de la profession ensignant au Portugal (XVIII-XXème siècle)*, (2 vols.). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

NÓVOA, António (1988). A História do Ensino em Portugal, in Fernandes, Rogério. *Atas do I Encontro de História da educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NÓVOA, António (2005). *EVIDENTEMENTE. Histórias da Educação*. Porto: Edições ASA.

NÓVOA, António (coord.), (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

NÓVOA, António *e* Santa-Clara, Ana T. (2003). *Liceus de Portugal: Histórias, arquivos, memórias*. Porto: Edições ASA.

NUNES, Maria de Fátima (org.), (1989). *O Panorama – Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa: Publicações. Alfa.

OLIVEIRA, César (1973). Imprensa Operária no Portugal Oitocentista; de 1825 a 1905, Lisboa, separata da *Revista Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais. Lisboa: Universidade de Lisboa.

PATRIARCA, Raquel (2012). *O Livro Infanto-juvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – uma Perspetival Histórica*. Porto: Universidade do Porto.

PEÑA SAAVEDRA, Vicente (2002). As escolas que viñeram de alén mar, *Revista da Faculdade de Letras* (História), III série, vol. 3. Porto: Universidade do Porto.

PEREIRA, Miriam Halpern (1994), *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*. Lisboa: Editorial Presença.

PESSOA, Fernando - Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta *e* Maria Paula Morão. Introdução (org.) por Joel Serrão (1979). *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa: Ática.

PINTO, Fernando Cabral (1979). A ficção ideológica do pacto social nas Cortes Constituintes de 1821-1822, *Vértice, Revista de Cultura e Arte*. Coimbra: Vértice.

PINTO, Fernando Cabral (1992). *Leituras de Habermas, modernidade e emancipação*. Coimbra: Fora de Texto.

PINTO, Fernando Cabral (1996). *A Formação Humana no Projeto de Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.

QUEIRÓS, Francisco Alberto Fortunato (1985). *Annaes das Sciencias das Artes e das Letras (Paris, 1818-1822)*. Porto: Edição do Centro de História da Universidade do Porto.

RAMOS, Luís de Oliveira (1979). *Da Ilustração ao Liberalismo*. Porto: Lello & Irmão Editores.

RAMOS, Luís de Oliveira (dir.), (1994). *História do Porto*, 2.ª ed. Porto: Porto Editora.

RAMOS, Rui (1988). Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo, *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais, vol. XXIV, 1067-1145.

RAMOS, Rui (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos *e* Monteiro, Nuno Gonçalo (2009). *História de Portugal*, 7.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.

REIS, Artur Duarte Sousa (1999). *Jornais do Porto*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1990). *Portugal e a Revolução de 1848*. Coimbra: Liv. Minerva.

RODRIGUES, João Bartolomeu; Azevedo, Maria da Conceição *e* Bianchi, José João Pinhanços de (2010). *A Educação em O Panorama, uma antologia de textos pedagógicos*. Porto: Ed. Afrontamento.

RODRIGUES, Paulo Miguel (2008). *A Madeira entre 1820 e 1842. Relações de poder e influência britânica*. Funchal: Empresa Municipal "Funchal 500 Anos".

RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), (2009). *História da População Portuguesa, das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Ed. Afrontamento.

SÁ, Isabel Guimarães (1996). Abandono de crianças, ilegalidade e conceções pré-nupciais em Portugal. Estudos recentes e perspetivas, in Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao Presente, *Atas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*, vol. 3. Porto: Ed. Afrontamento.

SÁ, Victor de (1961). *História e Actualidade*. Braga: Ed. do Autor.

SÁ, Victor de (1969). *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Lisboa: Seara Nova.

SÁ, Victor de (1978). *A Revolução de Setembro de 1836*. Lisboa: Livros Horizonte.

SÁ, Victor de (1991). *Roteiro da imprensa operária e sindical, 1836-1986*. Lisboa: Editorial Caminho.

SANTOS, Cândido (1982). Nota sobre a mortalidade infantil nos séculos XVIII e XIX, *Separata da Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Faculdade de Letras/UP, Associação de Estudantes.

SANTOS, Fernando Piteira (1975). *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 2.º ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988). Sobre os *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença.

SARAIVA, António José (1961). *Para a História da Cultura em Portugal*, vol. I, 2.ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América.

SARAIVA, José Hermano (2007). História Concisa de Portugal, 24.ª ed. Lisboa: Publicações europa América.

SARDICA, José Miguel (2001). *A Regeneração sob o signo do consenso: a política e os partidos entre 1851 e 1861*. Instituto das Ciências Sociais. Lisboa: Universidade de Lisboa.

SARDICA, José Miguel (2002). O vintismo entre a Igreja e o Catolicismo, *Penélope* N.º 27, Revista de História e Ciências Sociais. Lisboa: Universidade de Lisboa, 127-157

SARDICA, José Miguel (2012). A Carta Constitucional Portuguesa de 1826, in *História Constitucional*, N.º 13. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

SÉRGIO, António (1998). *Breve Interpretação da História de Portu*gal. Lisboa: Liv. Sá da Costa.

SERRÃO, Joel e Marques, A. H de Oliveira (2002). Nova História de Portugal, *Nova História de Portugal – Portugal e a instauração do liberalismo*. Lisboa: Editorial Presença.

SILVA, Domingos Oliveira (1992). A imprensa portuguesa publicada em Londres e a Revolução de 1820. In *A Receção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, 2.º vol. Porto.

SILVA, Libório Manuel (2014). *Bibliotecas – Maravilhas de Portugal*, 3.ª ed. Vila Nova de Famalicão: Centro Atlântico.

SLVA, Augusto Santos (1997). Palavras para um país. Estudos incompletos sobre o século XIX português. Oeiras: Celta Editora.

SOUSA, Jorge Pedro (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. *As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*. Coimbra: Minerva Editora.

SOUSA, Jorge Pedro (2009). Para uma historiografia portuguesa do jornalismo: os livros pioneiros, *Revista de Estudos de Comunicação*, vol. X, n.º 22. PUCPR.

SOUSA, Jorge Pedro (coord.), (2010). *O Pensamento Jornalístico Português: das origens a abril de 1974*. Covilhã: Lab Com, Universidade da Beira Interior.

TENGARRINHA, José (1965). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora.

TENGARRINHA, José (1983). A imprensa ilegal durante a Guerra Civil de 1846-1847. In *Estudos de história contemporânea de Portugal*. Lisboa: Edições Caminho.

TENGARRINHA, José (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.

TENGARRINHA, José (2008). *E o povo onde está? Política Popular, Contra-revolução e reforma em Portugal*. Lisboa: Esfero do Caos.

TENGARRINHA, José (2013). Nova *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, das origens a 1865. Lisboa: Círculo dos Leitores.

TORGAL, Luís Reis (1901). A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação. Lisboa: Revista Análise Social, vol. XVI. Lisboa: FCT - Fundação da Ciência e Tecnologia

VAQUINHAS, Irene (2002). Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX, *Revista da Faculdade de Letras* (História), III Série, vol. 3, 201-221.

VARGUES, Isabel Nobre (1981). Vintismo e Radicalismo Liberal – João Maria Soares de Castelo Branco, in *Revista da História das Ideias*, vol. 3. Coimbra: Universidade de Coimbra.

II. 3. Webibliografia

ADÃO, Áurea (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação, Universidade de Lisboa (*ebook*). [Consultado em 11.VI.2014]

ADÃO, Áurea (2014). A necessidade de um ensino público para as meninas, no início de oitocentos: das decisões políticas à instalação das primeiras escolas, *Interações*, n.º 28, UIDEF do Instituto de Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa, 55-67. [Consultado em 16.12.2014]

ALVES, Luís Alberto Marques (1983). *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos. [Consultado em 15.11.2013].

ALVES, Luís Alberto Marques (2012). *História da Educação – uma introdução*. Porto: Universidade do Porto. [Consultado em 25.3.2014].

CONDE, Maria Teresa Barros (2005). O Modo de Ensino Mútuo na Formação dos Mestres de primeiras Letras. Uma experiência pedagógica no Portugal oitocentista, *Revista Lusófona de Educação*, n.º 6. Lisboa: CeiED – Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, I.E., Universidade Lusófona, pp. 117-137. [Consultado em 24.10.2014].

CORREIA, Rita (2007). *José Agostinho de Macedo*. Lisboa: Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa. [Consultado em 28.10.2013].

COUTO, Manuel Amor (2004). Gramática e teorização linguística em Portugal: a Gramática Filosófica de Jerónimo Soares Barbosa, ISSN, p. 11-31. Corunha: *Ver Galega de Filoloxía*. [Consultado em 2.12.2014].

CRUZ, António (1973). *O Primeiro dos Regeneradores - no bicentenário do nascimento de Manuel Fernandes Tomás*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Consultado em 25.10.2013].

FERNANDES, Rogério (2004). Prefácio da obra de Magalhães, Justino. *Tecendo Textos: história das instituições educativas*. S. Paulo: Universidade São Francisco (EDUSF). [Consultado em 8.9.2014].

FERNANDES, Rogério (2004). Ruturas e permanências da educação portuguesa no século XIX, *Revista História da Educação*, N.º 15. Rio Grande do Sul, Brasil: ASPHE. [Consultado em 8.9.2014].

KEMMLER, Rolf (2013). Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX, pp. 145-176. Santiago de Compostela: *VEREDAS*. [Consultado em 16.10.2014].

MARTINS, Ernesto Candeias (2008). Ideário da Escola Pública Portuguesa entre os séculos XIX e XX, *Revista do Centro Universitário Moura Lacerda*. Ribeirão Preto, Brasil: Universidade Moura Lacerda. [Consultado em 7.3.2014].

SOUSA, Jorge Pedro (2010). Quando a modernidade bate à porta: a liberdade de imprensa em questão no século XIX, *Revista Vivência*, Janeiro/Dezembro. São Paulo: CCHLA/UFRN. [Consultado em 21.1.2014].

SOUSA, Jorge Pedro (2013). *Jornalismo em Portugal no Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Media XXI. [Consultado em 1.8.2014].

SOUSA, Jorge Pedro (coord.), Pinto, Mário; Silva, Gabriel; Silva, Nair; *e* Delicato, Mônica (2007). *As Relações de Manuel Severim de Faria e a Génese do Jornalismo Lusófono*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. [Consultado em 21.1.2014].

II. 4. Obras gerais

ALMEIDA, João Ferreira de *e* Pinto, José Madureira (1995). *A Investigação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Presença.

AMORIM, Francisco Gomes de (1881-1884). *Garrett: Memórias biográficas* (3 vols.). Lisboa: Imprensa Nacional.

ANTONIO CARIDE, José *e* Ángel Meira, Pablo (2001). *Educación ambiental y desarrolo humano*. Barcelona: Editorial Ariel.

ARNO J. MAYER (1987). *A Persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras.

BEAUVOIR, Simone (1975) *O Segundo Sexo*. Lisboa: Bertrand Editora.

BENTO, J. Gomes (1978). *O movimento sindical dos professores: finais da Monarquia e Primeira República*. Lisboa: Editorial Caminho.

BOURDÉ, GUY *e* Martin, Hervé (1983). *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América.

BRANDÃO, José (2013). *Este é o reino de Portugal*. Lisboa: Ed. Saída de Emergência.

CABRAL, Manuel Villaverde (1976). *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX*. Porto. Ed. A Regra do Jogo.

CAINE, Barbara *e* SLUGA, Glenda (2000). *Género e Historia – Mujeres en el cambio sociocultural europeo, de 1780 a 1920*. Madrid: Narcea.

CAL, Roger (2000). *História da Educação*. Lisboa: Veja Editora.

CÂMARA, Benedita Cardoso (1989). *Do Agrarismo ao Liberalismo – Francisco Soares Franco, um pensamento crítico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

CAPELA, José Viriato (1999). *A Revolução do Minho, segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*. Porto: Ed. Afrontamento.

CARDOSO, António Monteiro (2002). *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834). O Povo e as Elites*. Porto: Ed. Afrontamento.

CARDOSO, José Luís (org.), (2006). *Portugal como problema. A economia como solução, 1821-1974 - da Revolução Liberal à Revolução Demo*crática (5 vols.). Lisboa: Fundação Luso-Americana.

CORREIA, Joaquim Manuel (2008). *Celestina, episódios da última guerra carlo-miguelista*. Sabugal: Câmara Municipal.

DELGADO CRIADO, Buenaventura (coord.), (1994). *Historia* de la Educación en España y América, 3 vols. *La educación en la España contemporânea (1789-1975)*. Madrid: Ediciones Morata.

DOMMANGET, Maurice (1974). *Os grandes socialistas e a educação*. Lisboa: Publicações Europa-América.

ECO, Umberto (1998). *Cinco Escritos Morais*. Lisboa: Editora Difel.

EWITT, Malyn (2012). Portugal na História da Europa e do Mundo, 3.ª ed. Lisboa: Texto editores.

FARIA, Ana Leal de *e* Amorim, Maria Adelina (2011). *O Reino sem Corte, a vida em Portugal com a corte no Brasil, 1807-1821*. Lisboa: Princípia Editora.

FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (2002). *Rebeldes e Insubmissos, Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*. Porto: Ed. Afrontamento.

LOIA, Luís (2008). *Liberalismo Constitucional, 1826-1926. O pensamento político de Luís de Magalhães*. Lisboa: Edição de Livros e Revistas.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1975). Antologia da Historiografia Portuguesa, 2. ed. Lisboa: Publicações Europa-América.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1981). *História de Portugal*, 6.ª ed., vol. III. Lisboa: Palas Editora.

MAXWELL, Kenneth (2001). O Marquês de Pombal. Lisboa: Editorial Presença.

MENDES, Fernando (1935). Pombal, o ministro soberano. Administração pombalina: 1750-1777. Lisboa: João Romano Torres.

MÓNICA BURGUERA (2012). *Las damas del liberalismo respetable*. Madrid: Anaya.

MÓNICA, Maria Filomena (1978). *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*. Lisboa: Edit. Presença.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (1998). *Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo: Editora HUCITEC.

PATRIARCA, Raquel (2012). *O Livro Infanto-juvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – uma Perspetival Histórica*. Porto: Universidade do Porto.

PERES, Damião (1934). *História de Portugal*, 10 vols. Barcelos: Portucalense Editora.

PONTE, Sara (coord.), (2010). *O Cerco do Porto em 1832 para 1833 – por um portuense*. Porto: U. Porto Editorial.

REAL, Miguel (2011). *Introdução à Cultura Portuguesa, séculos XIII a XIX*. Lisboa: Grupo Planeta.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (2008). *D. João. Príncipe e Rei no Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

SOUSA, José Manuel Motta de *e* Veloso, Lúcia Maria Mariano (1987). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade.

TEODORO, António (2003). *Globalização e educação. Políticas Educacionais e Novos Modos de Governação*. Porto: Ed. Afrontamento.

TORGAL, Luís Reis (1989). *História e Ideologia*. Coimbra: Minerva.

TUCKMAN, Bruce W. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

VALENTE, Vasco Pulido (2007). *A Revolução Liberal - 1834-1836*, 2.ª ed. Lisboa: Aletheia.

VARGUES, Isabel Nobre (1981). Vintismo e Radicalismo Liberal – João Maria Soares de Castelo Branco, *Revista das Histórias e das Ideias*, vol. 3. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade, 177-284. [Consultado em 19.3.2014).

VARGUES, Isabel Nobre (1997). *A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)*. Coimbra: Minerva.

VILAR, Pierre (1985). *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.